



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1733

Quinta-feira - 30 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	4	Itapiranga.....	300	São Lourenço do Oeste.....	484
Alto Bela Vista.....	4	Itapoá.....	304	São Miguel do Oeste.....	494
Antônio Carlos.....	7	Ituporanga.....	306	São Pedro de Alcântara.....	496
Arroio Trinta.....	8	Joaçaba.....	310	Schroeder.....	504
Atalanta.....	11	José Boiteux.....	318	Serra Alta.....	515
Barra Velha.....	13	Lages.....	319	Siderópolis.....	518
Benedito Novo.....	15	Laguna.....	320	Sombrio.....	519
Biguaçu.....	16	Lauro Muller.....	332	Tigrinhos.....	519
Blumenau.....	24	Lebon Regis.....	333	Timbé do Sul.....	524
Bom Jesus do Oeste.....	30	Lindóia do Sul.....	335	Timbó.....	525
Bom Retiro.....	31	Luzerna.....	336	Treze Tilias.....	549
Brunópolis.....	34	Macieira.....	339	Trombudo Central.....	553
Brusque.....	34	Mafra.....	339	Tunápolis.....	553
Caçador.....	39	Maracajá.....	342	Turvo.....	561
Campo Alegre.....	63	Maravilha.....	342	Urussanga.....	565
Campos Novos.....	86	Marema.....	343	Vargem Bonita.....	566
Canoinhas.....	101	Massaranduba.....	344	Videira.....	568
Capinzal.....	102	Meleiro.....	345	Vitor Meireles.....	582
Catanduas.....	107	Modelo.....	347	Xaxim.....	583
Caxambu do Sul.....	108	Monte Carlo.....	347		
Celso Ramos.....	109	Navegantes.....	370	<b>Associações</b>	
Chapadão do Lageado.....	110	Nova Trento.....	381	AMMVI.....	584
Concórdia.....	153	Novo Horizonte.....	388		
Cordilheira Alta.....	156	Ouro.....	388	<b>Consórcios</b>	
Coronel Freitas.....	157	Ouro Verde.....	389	ARIS.....	586
Coronel Martins.....	160	Palhoça.....	392	CIS Nordeste.....	587
Correia Pinto.....	161	Papanduva.....	392	CIS/AMMVI.....	591
Corupá.....	161	Paulo Lopes.....	393		
Curitibanos.....	162	Penha.....	394	<b>Editais de Notificação</b>	
Dionísio Cerqueira.....	165	Peritiba.....	402	Biguaçu.....	592
Ermo.....	166	Petrolândia.....	404	Blumenau.....	597
Forquilha.....	166	Pinheiro Preto.....	404	Brusque.....	626
Fraiburgo.....	167	Pomerode.....	407	Caçador.....	639
Frei Rogério.....	181	Porto Belo.....	411	Canoinhas.....	645
Galvão.....	182	Porto União.....	411	Dionísio Cerqueira.....	648
Garuva.....	184	Pouso Redondo.....	412	Herval d'Oeste.....	651
Gaspar.....	185	Presidente Castello Branco.....	412	Joaçaba.....	656
Governador Celso Ramos.....	190	Presidente Nereu.....	413	Rio do Sul.....	663
Grão Pará.....	190	Rio dos Cedros.....	428	São José.....	671
Guaraciaba.....	194	Rio do Sul.....	421		
Guaramirim.....	194	Santa Terezinha do Progresso.....	428		
Guarujá do Sul.....	204	Santiago do Sul.....	429		
Ibiam.....	204	São Bento do Sul.....	429		
Ilhota.....	275	São Carlos.....	435		
Imarui.....	275	São Domingos.....	436		
Imbituba.....	278	São João do Oeste.....	437		
Indaial.....	280	São João do Sul.....	438		
Irineópolis.....	298	São José.....	457		
Itá.....	299	São José do Cedro.....	479		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## **Ponte Serrada SOLIDÁRIA**

**Colabore com as vítimas do tornado**

**Conta Corrente para doações:**

**Banco do Brasil:**

**Agência: 2479-1**

**Conta Corrente: 13881-9**

**Defesa Civil de Ponte Serrada**

**CNPJ: 15.364.703/0001-76**

**Informações: (49) 8427-0191 ou 9968-1101**

**#JuntosSomosMaisFortes**



## **XANXERÊ SOLIDÁRIA**

### **DOE ÀS VÍTIMAS DO TORNADO**

CONTA CORRENTE OFICIAL PARA DOAÇÕES  
BANCO DO BRASIL

**AGÊNCIA 0586-X CONTA: 2.015-X**

**CNPJ: 83.009.860/0001-13**

PARA TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS  
USE O CÓDIGO ABAIXO

**IBAN: BR8600000000005860000020150C1**

**INFORMAÇÕES: (49) 3441-8500**

Iniciativa



PREFEITURA DE  
**XANXERÊ**  
xanxere.sc.gov.br

## Água Doce

### PREFEITURA

#### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº302014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 30/2014

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 30/2014, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, e a empresa T.O.S. Obras e Serviços Ambientais LTDA, inscrito no CNPJ nº 72.332.778/0001-09, estabelecida no Município de Maravilha, CEP: 89.874-000 Estado de Santa Catarina, Av. Alcides Antonio D'Agostini, nº 80, neste ato representada pela sócia Sr. Juleide Inês D'Agostini, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Ficam reajustados os valores contratados pelo IGP-M acumulado dos últimos 12 meses (3,1450%) conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Valor unitário mensal atual (R\$)	Valor unitário mensal com Reajuste (R\$)
01	Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos;	R\$ 16.084,64	R\$ 16.590,50
02	Destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos;	R\$ 8.343,90	R\$ 8.606,32
03	Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos de serviços de saúde;	R\$ 450,00	R\$ 464,15
04	Tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.	R\$ 450,00	R\$ 464,15

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 28 de abril de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Contratante

JULEIDE INÊS D'AGOSTINI

T.O.S. Obras e Serviços Ambientais LTDA

Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva

CPF: 005.614.419-95

Gláucia Regina Varaschin

CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

SCHEILA MARA CORSO GIORDANI

OAB 27419

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

#### LEI COMPLEMENTAR Nº 072, DE 23 DE ABRIL DE 2015

"INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sancionou e promulgou a seguinte lei:

##### CAPÍTULO I

##### DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

##### Seção I

##### Da Definição da NFS-e

Art. 1º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviços.

Art. 2º Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município de Alto Bela Vista e regularmente autorizado pela Fazenda Municipal, com o objetivo de abranger as operações relativas às prestações de serviços previstas na lista de serviços constante da tabela IV da Lei Complementar Municipal nº 008 de 16/12/2003;

##### Seção II

##### Das Informações Necessárias

Art. 3º A NFS-e, conterá as seguintes informações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) e-mail;

d) telefone.

e) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

f) inscrição no Cadastro Econômico Municipal.

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) e-mail;

d) telefone

e) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

VI - discriminação do serviço;

VII - local da Prestação do Serviço;

VIII - valor total da NFS-e;

IX - valor da dedução, se houver;

X - valor da base de cálculo;



XI - código de situação tributária;

XII - código do serviço conforme item da Lista de Serviços;

XIII - alíquota e valor do ISS;

XIV - indicação de isenção ou imunidade relativa ao ISS, quando for o caso;

XV - indicação de retenção de ISS na fonte ou substituição tributária, quando for o caso.

§ 1º A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista" e "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e".

§ 2º O número da NFS-e será gerado pelo software, em ordem crescente sequencial, sendo específico por série e por estabelecimento do prestador do serviço.

§ 3º A identificação do tomador de serviços de que trata o inciso V do caput deste artigo é opcional:

I - para as pessoas físicas;

II - para as pessoas jurídicas, somente quanto à alínea "c" do mesmo inciso V.

§ 4º A NFS-e de contribuinte optante do Simples Nacional, constará:

I - No campo destinado ao valor do imposto a expressão: "SIMPLES NACIONAL".

II - No campo destinado às informações complementares as expressões:

a) "DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL";

b) "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI";

c) Quaisquer outras informações que o contribuinte entender como necessárias à emissão.

§ 5º Caso a ME ou EPP optante do Simples Nacional estiver impedida de recolher o ISS na forma desse regime em decorrência de haver ultrapassado o sublimite estabelecido, em face do disposto no § 1º do art. 20 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a NFS-e será emitida com as seguintes expressões:

I - "ESTABELECIMENTO IMPEDIDO DE RECOLHER O ICMS/ISS PELO SIMPLES NACIONAL, NOS TERMOS DO § 1º DO ART. 20 DA LC 123/2006";

II - "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL DE IPI".

#### Seção III Da Emissão Da NFS-e

Art. 4º Todos os contribuintes do Imposto sobre Serviços (ISS) inscritos no Cadastro Econômico Municipal de Alto Bela Vista estão obrigados a emitir Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, independente de gozar de isenção, imunidade ou qualquer outro benefício fiscal.

Art. 5º Estão dispensados da obrigatoriedade prevista no artigo anterior:

I - os bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito, financiamentos e investimento, sociedades de crédito imobiliário inclusive associações de poupança e empréstimos, sociedades corretoras de títulos, câmbio e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;

II - os prestadores de serviços de registros públicos, cartorários e notariais;

III - os contribuintes cujos estabelecimentos sejam de rudimentar organização, assim entendidos aqueles que não disponham de recursos tecnológicos que possibilitem a utilização dos aplicativos para emissão da NFS-e ou cuja utilização seja inviável;

Parágrafo Único- Os contribuintes que se enquadrem na situação prevista no inciso III deverão encaminhar requerimento à Fazenda Municipal declarando sua condição, que será analisada pelas autoridades fiscais do Município.

#### Seção IV Do Pedido De Emissão Da NFS-e

Art. 6º Para emitir a NFS-e o contribuinte deverá solicitar Autorização de Emissão de Documento Fiscal Eletrônico - AEDF, através do Portal de Serviços do Município na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, pelo portal de Serviços e aguardar a liberação, ou diretamente no setor de tributos da Prefeitura Municipal.

§ 1º Sendo o pedido autorizado, a Secretaria Municipal da Fazenda liberará a emissão de NFS-e pelo próprio portal web e fornecerá "login" e "senha de acesso" para uso do aplicativo emissor daquele documento fiscal.

§ 2º Os prestadores de serviços que optarem pela NFS-e deverão iniciar sua emissão imediatamente após o deferimento da autorização.

§ 3º Ao optar pela emissão da NFS-e o contribuinte deverá apresentar os documentos impressos anteriormente e não emitidos para inutilização junto ao órgão competente da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 7º A NFS-e deve ser emitida pela rede mundial de computadores, no sistema online devidamente identificado, disponível no endereço eletrônico <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, mediante a utilização de "login" e "Senha".

§ 1º O uso da NFS-e não impede, excepcionalmente, a utilização dos demais documentos fiscais, desde que autorizados pela Fazenda Municipal.

§ 2º A NFS-e emitida poderá ser impressa em tantas vias quanto forem necessárias, podendo ser entregue ao tomador de serviços no momento da sua emissão ou enviada em arquivo pela rede mundial de computadores, através de correio eletrônico (e-mail).

Art. 8º No caso de eventual impedimento da emissão on line da NFS-e, o prestador de serviços deverá substituí-la por outro modelo autorizado pela Fazenda Municipal.

#### Seção V Da Declaração Automática e Do Documento de Arrecadação

Art. 9º A Nota Fiscal de Serviço Eletrônica emitida pelos contribuintes do ISS, inclusive os optantes do Simples Nacional, será automaticamente declarada pelo aplicativo emissor para a Fazenda Municipal não havendo a necessidade de ser informada pelo aplicativo "Escrita Fiscal" de envio de Declaração de Serviços

Prestados.

Art. 10 - O recolhimento do ISS relativo às Notas Fiscais de Serviço Eletrônica emitidas será efetuado através de documento de arrecadação municipal emitido pelo aplicativo "Escrita Fiscal" na data do vencimento do imposto.

Parágrafo Único - Para os contribuintes optantes do Simples Nacional, o aplicativo não gerará débito do imposto bastando apenas efetuar o protocolo de envio da declaração pelo "Escrita Fiscal".

#### Seção VI Do Cancelamento Da NFS-e

Art. 11 - A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do aplicativo web, até o último dia útil da competência em que foi emitida (ou data a ser definida pela Administração)

Parágrafo Único - Após o encerramento da competência, a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo.

#### CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. As NFS-e emitidas poderão ser consultadas no site do Município para fins de verificação da autenticidade do documento emitido, bastando que o consulente informe o código de verificação de autenticidade constante da NFS-e.

Art. 13. As NFS-e ficarão armazenadas em meio magnético no Município de Alto Bela Vista até o vencimento do prazo decadencial previsto no Código Tributário Municipal.

Art. 14. Aos contribuintes que já possuam inscrição no Cadastro Econômico Municipal até a aprovação desta lei e estejam emitindo documentos fiscais impressos tipograficamente, deverão solicitar Autorização para Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica até o dia 01 de Agosto de 2015, passando compulsoriamente a emitir os documentos autorizados a contar de 01 de outubro de 2015.

§ 1º As notas fiscais impressas utilizadas anteriormente a esta lei somente poderão ser utilizadas em caso de não funcionamento ou problemas com o sistema eletrônico de emissão de NFS, o qual será comprovado mediante os registros do sistema informatizado.

§ 2º Os contribuintes enquadrados no caput deste artigo que necessitarem de autorização para emissão de documentos fiscais antes de 01 de Agosto de 2015, deverão obrigatoriamente solicitar Autorização para Emissão de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica.

§ 3º Em caso de utilização indevida da Nota Fiscal impressa devidamente comprovado será aplicado multas ao emissor no valor de 100 (cem) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) cada Nota Fiscal emitida.

Art. 15. Aos contribuintes que se inscreverem no Cadastro Econômico a contar da aprovação desta lei, somente será liberada autorização para impressão de NFS-e, exceto para os casos previstos no art. 5º desta lei.

Parágrafo Único: Nos casos excepcionais previstos no art. 5º desta lei, em que seja necessário a emissão de Notas Fiscais tipograficamente, será liberado no máximo 10 (dez) notas fiscais por autorização, ficando condicionado nova autorização somente com a apresentação do bloco anterior para efeitos de fiscalização e apuração do valor do ISS.

Art. 16. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de

dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

Art. 17. O Chefe do Poder Executivo municipal poderá expedir as normas que se tornarem necessárias para regulamentação e aplicação desta legislação.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alto Bela Vista/SC, em 23 de Abril de 2015.  
CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

#### **LEI MUNICIPAL Nº 667, DE 28 DE ABRIL DE 2015** INSTITUI O AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído auxílio-alimentação, no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) mensais.

§ 1º. Para os servidores com carga horária igual ou inferior a 20 (vinte) horas semanais, o auxílio alimentação corresponderá à 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no caput deste artigo.

§ 2º. O valor de que trata o caput deste artigo, será pago de forma proporcional aos servidores que sejam nomeados, contratados, exonerados ou demitidos em data que não coincida com início ou final do mês vigente.

§ 3º. O auxílio alimentação tem natureza indenizatória e não será incorporado à remuneração dos beneficiados.

§ 4º. Anualmente, o valor do auxílio alimentação será corrigido no mesmo índice e época da concessão da revisão geral anual concedida à remuneração dos servidores públicos municipais.

Art. 2º. Para acessar o auxílio alimentação ora instituído, o servidor público municipal deverá:

§ 1. Ser ocupante de cargo efetivo ou temporário (ACT), independentemente do exercício de Função Gratificada;

§ 2. Estar em efetivo exercício de suas funções e não estar afastado por prazo superior a 30 dias;

Art. 3º. A forma de concessão do auxílio alimentação será definida pela Administração Municipal, podendo utilizar-se de cartão magnético, vale alimentação ou mediante a entrega direta de alimentos.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por saldos de dotações específicas e constantes dos orçamentos municipais.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

Art. 6º. Fica revogada o Art. 2º da lei Municipal nº 313 de 29 de maio de 2006.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 28 de Abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

#### 49º EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO 001/2014

49º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 30/04/2015 a 30/05/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 30 de abril de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: MEDICO - 40H

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01º	JULIO CESAR CORREA	0550

#### AVISO DE ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2015 - TOMADA DE PREÇO 005/2015

AVISO DE ERRATA

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos torna pública a ERRATA, comunicando a todos os interessados que no Processo Licitatório nº 037/2015 - modalidade Tomada de Preço nº. 005/2015 ocorreu erro, abrindo-se dessa forma, novo prazo. Assim, a abertura do referido processo licitatório terá como nova data o dia 20 de maio de 2015 as 14h00min. No Edital de Processo Licitatório nº 037/2015 - modalidade Tomada de Preço nº 005/2015: Onde se lê: "6.3 O valor máximo orçado a ser cotado é de R\$ 140.060,70 (cento e quarenta mil e sessenta reais e setenta centavos), conforme Planilha Orçamentária anexa, sob pena de desclassificação." Leia-se "6.3 O valor máximo orçado a ser cotado é R\$ 139.732,82 (cento e trinta e nove mil setecentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos), conforme Planilha Orçamentária anexa, sob pena de desclassificação." As demais disposições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 30 de abril de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1.474/2015**

LEI Nº 1.474/2015

Altera o número de vagas em cargos que especifica, constantes no Plano de Cargos e Vencimentos do Município de Antônio Carlos, bem como nas leis municipais n. 816/1999, 941/2002 e 1.452/2013, e da outras providências.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Para atender a crescente demanda de serviços a cargo do Poder Público Municipal ao longo dos anos, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a aumentar o número de vagas para os cargos abaixo enumerados, continuando as atribuições e os vencimentos correspondentes aos respectivos cargos atualmente em vigor.

Cargo	Nº vaga permitida	Acréscimo	Total
Assistente Administrativo I	02	02	04
Oficial de Manutenção e Conservação	05	01	06
Auxiliar Contábil Financeiro III	01	01	02
Auxiliar Administrativo I	17	02	19
Motorista categoria D	24	03	27
Operador de Máquina	16	01	17
Farmacêutico	01	01	02

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Antônio Carlos, 28 de abril de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

**Arroio Trinta****PREFEITURA****CONTRATO Nº 0031/2015**

CONTRATO Nº 0031/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2015, PREGÃO Nº 0009/2015, CONTRATAÇÃO DE RECAUCHUTAGEM E RECAPAGENS DE PNEUS PARA MÁQUINAS DO MUNICÍPIO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA FM PNEUS LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro snº, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina, e a empresa FM PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.374.845/0004-91, com sede na Rodovia SC 453, SN, Km 53,5 no Município de Videira - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor MÁRCIO VITOR MARCON, brasileiro, casado, gerente, portador do CPF nº 746.745.790-15, RG sob nº 106.054.622-1, residente e domiciliado na Rua Albina Titon, 151, Centro, no Município de Videira - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0016/2015, Pregão nº. 0009/2015, doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato é prestação de serviços pela contratada de RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, conforme Pregão n.º 0009/2015, nos itens vencidos pela empresa, que com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA - As recapagens de que trata este Contrato, deverão ser realizadas conforme a necessidade da Contratante, por preço unitário, mediante ordem, emitida pela Secretaria de Infra Estrutura da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta - SC, conferência do Setor de Controle interno quando da retirada e por ocasião da entrega, conforme itens vencidos:

ITEM	QUANT.	UN	ESPECIFICAÇÃO	V.UNIT.	V.TOTAL
01	24	UN	RECAUCHUTAGEM PNEU 1.400 X 24 CARREGADEIRA E PATROLA	1.250,00	30.000,00
TOTAL			.....		30.000,00

ITEM	QUANT.	UN	ESPECIFICAÇÃO	V.UNIT.	V.TOTAL
02	2	UN	RECAUCHUTAGEM PNEU 12.5/80-18 - RETROESCAVADEIRA JCB - DIANTEIRO	660,00	1.320,00
TOTAL			.....		1.320,00



ITEM	QUANT.	UN	ESPECIFICAÇÃO	V.UNIT.	V.TOTAL
04	2	UN	RECAUCHUTAGEM PNEU 12.5/80-18 – RETROESCAVADEIRA CAT - DIANTEIRO	660,00	1.320,00
TOTAL			.....		1.320,00

TOTAL GERAL.....R\$32.640,00

CLÁUSULA TERCEIRA - Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$32.640,00(TRINTA E DOIS MIL SEISCENTOS E QUARENTA REAIS), com base nos preços apresentados na licitação, sendo que não sofrerá reajuste, durante o período de execução do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - Cabe a CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na cláusula segunda;
- Encaminhar a publicação resumida do instrumento de Contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e ou jornal de circulação regional;
- Arcar com as despesas concernentes a publicação do extrato do Contrato e seus aditivos se ocorrerem.
- Fazer o controle de entrega e recapados;
- As demais responsabilidades determinadas no Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - Cabe a CONTRATADA:

- Coletar e entregar os pneus objeto do presente Contrato, no Município de Arroio Trinta, de acordo com as propostas apresentadas no Processo Licitatório e demais Cláusulas enunciadas;

- Outras obrigações mencionadas no Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - O prazo de fornecimento ora contratado é de 23 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015 ou até que durar a quantidade dos serviços licitados, não podendo ultrapassar o exercício de 2015.

CLÁUSULA SÉTIMA - A Despesa deste Contrato correrá a conta do elemento de despesas da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, do orçamento relativo ao exercício de 2015.

Parágrafo único - O pagamento à Contratada será efetuado após a realização dos serviços de recapagens, à vista de nota fiscal ou fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

CLÁUSULA OITAVA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento de recapagens de boa qualidade.

CLÁUSULA NONA - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 20% (vinte por cento) do valor global contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de

qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos serviços de recapagens dos pneus em referência, necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º - A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira - SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 23 de abril de 2015.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Contratante

FM PNEUS LTDA  
CNPJ: 81.374.845/0004-91  
MÁRCIO VITOR MARCON  
Contratado

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI  
CPF - 000.077.349-21

IRIO SERIGHELLI  
CPF: 163.594.709-00

CONTRATO Nº 0031/2015 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2015  
PREGÃO Nº 0009/2015  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS

CONTRATADA: EMPRESA FM PNEUS LTDA.  
VALOR: R\$32.640,00

### CONTRATO Nº 0032/2015

CONTRATO Nº 0032/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2015, PREGÃO Nº 0009/2015, CONTRATAÇÃO DE RECAUCHUTAGEM E RECAPAGENS DE PNEUS PARA MÁQUINAS DO MUNICÍPIO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA FM PNEUS LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro snº, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina, e a empresa RECAUCHUTADORA RODA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.512.624/0001-15, com sede no Trevo Sul, BR 282, cx postal 190, 89600.000, Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor MARCOS NEUHAUSER, brasileiro, casado, gerente, portador do CPF nº 461.469.899-91, RG sob nº 1.309.817, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0016/2015, Pregão nº. 0009/2015, doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O objeto do presente contrato é prestação de serviços pela contratada de RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, conforme Pregão n.º 0009/2015, nos itens vencidos pela empresa, que com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - As recapagens de que trata este Contrato, deverão ser realizadas conforme a necessidade da Contratante, por preço unitário, mediante ordem, emitida pela Secretaria de Infra Estrutura da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta - SC, conferência do Setor de Controle interno quando da retirada e por ocasião da entrega, conforme itens vencidos:

ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
03	02	UN	Recauchutagem pneu 17.5-25 G-2, (retroescavadeira JCB – traseiro)	1.815,00	3.630,00
05	02	UN	Recauchutagem pneu 19.5L-24 (retroescavadeira CAT – traseiro)	1.815,00	3.630,00
06	30	UN	Recapagem pneu 1.000-20 borrachudo (caminhões)	500,00	15.000,00
07	04	UN	Recauchutagem pneu 12-16.5 (minicarregadeira L218)	620,00	2.480,00
08	02	UN	Recapagem pneu 18-4-34 (trator de pneu - traseiro)	1.970,00	3.940,00
09	02	UN	Recapagem pneu 14-9-24 (trator de pneu – dianteiro)	1.030,00	2.060,00
10	12	UN	Recapagem pneu 1.000-20 liso (ônibus)	475,00	5.700,00
11	08	UN	Recapagem pneu 215/75R17.5 (micro)	310,00	2.480,00

TOTAL GERAL.....R\$38.920,00

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$ R\$38.920,00 (TRINTA E OITO MIL NOVECENTOS E VINTE REAIS), com base nos preços apresentados na licitação, sendo que não sofrerá reajuste, durante o período de execução do Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA** - Cabe a CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na cláusula segunda;
- Encaminhar a publicação resumida do instrumento de Contrato e seus aditamentos, se ocorrerem, em mural e ou jornal de circulação regional;
- Arcar com as despesas concernentes a publicação do extrato do Contrato e seus aditivos se ocorrerem.
- Fazer o controle de entrega e recapados;
- As demais responsabilidades determinadas no Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA** - Cabe a CONTRATADA:

- Coletar e entregar os pneus objeto do presente Contrato, no Município de Arroio Trinta, de acordo com as propostas apresentadas no Processo Licitatório e demais Cláusulas enunciadas;

- Outras obrigações mencionadas no Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA** - O prazo de fornecimento ora contratado é de 23 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015 ou até que durar a quantidade dos serviços licitados, não podendo ultrapassar o exercício de 2015.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A Despesa deste Contrato correrá a conta do elemento de despesas da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, do orçamento relativo ao exercício de 2015.

**Parágrafo único** - O pagamento à Contratada será efetuado após a realização dos serviços de recapagens, à vista de nota fiscal ou fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

**CLÁUSULA OITAVA** - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

**Parágrafo único** - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento de recapagens de boa qualidade.

**CLÁUSULA NONA** - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 20% (vinte por cento) do valor global contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento dos serviços de recapagens dos pneus em referência,

necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º - A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira - SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 23 de abril de 2015.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Contratante

RECAUCHUTADORA RODA LTDA  
CNPJ sob o nº 83.512.624/0001-15  
MARCOS NEUHAUSER  
CPF nº 461.469.899-91  
Contratado

Testemunhas:

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI  
CPF - 000.077.349-21

IRIO SERIGHELLI  
CPF: 163.594.709-00

CONTRATO Nº 0032/2015 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2015  
PREGÃO Nº 0009/2015  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAUCHUTAGEM DE PNEUS PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS  
CONTRATADA: EMPRESA RECAUCHUTADORA RODA LTDA.  
VALOR: R\$ 38.920,00

## Atalanta

### PREFEITURA

#### LEI 1420/2015

LEI Nº 1420/2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O prefeito do Município de Atalanta - SC, Senhor Tarcísio Polastri. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de um novo Centro Administrativo Municipal.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.  
Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tarcísio Polastri  
Prefeito Municipal

**LEI 1421/2015**

LEI Nº 1421/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências"

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.0104; no Programa 0049 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual - PPA, no montante de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta do superávit financeiro do Exercício de 2014 da Fonte de Recurso 0104 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor de R\$ 147.256,63 (Cento e quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e três centavos) e da anulação da seguinte dotação orçamentária do corrente exercício:

05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
05.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.361.0049.2.018 - Manutenção do Transporte Escolar  
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.743,37

Art. 4º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º da presente Lei, fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.0104; no Programa 0049 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no montante de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Art. 5º - Por conta do disposto no Artigo 4º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte  
Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte  
Função: 12 - Educação  
Sub-Função: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 0049 - EDUCAÇÃO PARA TODOS - ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO  
Projeto Atividade 2.018 - Manutenção do Transporte Escolar  
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas ..... 150.000,00

Art. 6º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento de 2015.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 29 de abril de 2015.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal

**LEI 1422/2015**

LEI Nº 1422/2015

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 1.190.000,00 (Um milhão cento e noventa mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

06.00 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
06.01 - SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
15.451.0064.1.005 - Pavimentação Urbana  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 180.000,00  
4.4.90.00.00.00.00.00.00.0112 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.010.000,00

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0112 - Transferência de Convênios - Outros, no valor de R\$ 1.010.000,00 (Um milhão e dez mil reais); e por conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0080 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 29 de abril de 2015.  
TARCÍSIO POLASTRI  
Prefeito Municipal



# Barra Velha

## PREFEITURA

### 13º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

13º EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, que o candidato MARCELO AUGUSTO KOCHÉ, inscrito no Concurso Público, Edital nº. 001/2012, homologado através da Portaria nº 192, de 31 de janeiro de 2013, não compareceu para assumir o cargo de Fiscal de Tributos no prazo legal, conforme Portaria nº 777, de 15 de setembro de 2014.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 22 de abril de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

ANA CAROLINA LUCENA CRAVO GOMES

Secretária Mun. Adm. E Finanças

### DL 004/2015 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- FUNDO DE SAÚDE

Processo Administrativo nº 011/2015 - Dispensa de Licitação nº 004/2015

Contratada: O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP

Objeto: Prestação de serviços para execução de exames com finalidades diagnósticas (laboratório clínico), exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos, cronológicos, uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos e, outros líquidos biológicos e imuno hematológicos. De acordo com a relação da tabela SIGTAP, que corresponde a tabela que normatiza os valores e serve como diretriz para realização de exames a preço SUS.

Valor do Contrato: R\$ R\$ 33.097,98 (trinta e três mil noventa e sete reais e noventa e oito centavos)

Vigência: 28/04/2015 a 31/12/2015

Fund. Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 28 de abril de 2015

O.M ANALISES CLINICAS LTDA - EPP

Contratado

Claudemir Matias Francisco

Prefeito

### INEX 004/2015 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 039/2015

Inexigibilidade de Licitação nº 004/2015

Contrato nº: 032/2015

Contratada: RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA

Objeto: Aquisição de 11 (onze) assinaturas do jornal e 2 (duas) capacitações do projeto AN Escola para atender as Unidades

Escolares do Município de Barra Velha.

Valor do Contrato: R\$ 14.000,00 (quatorze mil).

Fund. Legal: Art. 25, Inciso I, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 28 de abril de 2015.

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### LEI Nº 1439, DE 15 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 1439, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre autorização para firmar Termo de Cessão de uso de bem com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara de Vereadores aprovou e é sancionada a presente lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Termo de Cessão de uso de veículo da Municipalidade com o Estado de Santa Catarina, identificado pelo PAS/Automóvel Marca Nissan, modelo March M16 SV, ano e modelo 2015, chassi nº 94DFCUK13FB502430, placas QHO 2391.

Parágrafo Único - O bem descrito no "caput" deste artigo destina-se exclusivamente para a execução dos serviços de bombeiro.

Art. 2º A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por tantos períodos quantos necessários e desde que haja interesse das partes.

Art. 3º As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 15 de abril de 2015.

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO

Prefeito

### LEI Nº 1440 DE 15 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 1440, DE 15 DE ABRIL DE 2015

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 12 DA LEI 1205/2012 QUE TRATA DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA A GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ESTABELECE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Altera o inciso II do artigo 12 da Lei 1205/2012 que passa

a ter a seguinte redação:

"II - 05 (cinco) conselheiros titulares, com respectivos suplentes, representantes de entidades não governamentais, sediadas no Município, que permanentemente atuem no atendimento e defesa dos interesses das crianças e adolescentes a período superior a 02 (dois) anos no âmbito da municipalidade, a serem eleitas através de Assembléia Própria."

Art. 2º Altera O Parágrafo Único do artigo 12 da Lei 1205/2012 que passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Primeiro- Na hipótese de qualquer órgão ou entidade indicada nas alíneas do inciso I não aceitar nomeação, ou for extinta, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá sugerir ao Poder Executivo municipal nome de outro órgão ou entidade governamental do Município."

Art. 3º Inclui o Parágrafo Segundo do artigo 12 da Lei 1205/2012 que passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo Segundo - O processo de Eleição dos Conselheiros não-governamentais, que trata o inciso II, ocorrerá a cada 02 (dois) anos, podendo haver a reeleição da entidade."

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 15 de abril de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

#### **LEI Nº 1441/2015 DE 24 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 1441, DE 24 DE ABRIL DE 2015

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a fornecer Vale-Alimentação aos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Obras, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a fornecer Vale-Alimentação aos servidores públicos municipais, que trabalham na Secretaria Municipal de Obras, em horário de almoço, nas localidades afastadas.

Art. 2º O Vales-Alimentação para cada servidor será determinado pelos dias em que efetuou serviços em localidades afastadas, cujo cronograma será apresentada pelas secretarias municipais envolvidas com o seu respectivo pagamento, devendo ser implantado no mês subsequente ao da sua efetivação.

Parágrafo Único: Será considerada localidade afastada, os locais cuja distancia é superior a 10 km, da garagem da prefeitura municipal ou sede da Secretaria de Obras.

Art. 3º O Vale-Alimentação tem caráter indenizatório, para ressarcimento de despesas com alimentação, não sendo considerado verba remuneratória para quaisquer efeitos.

Art. 4º O Vale-Alimentação terá o valor de R\$ 12,50 (doze reais e cinquenta centavos) sendo reajustado anualmente pelo índice da inflação.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de recursos próprio da Secretaria Municipal de Obras.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor com efeitos retroativos a 1º de abril do corrente ano, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 24 de abril de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO 34/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2015.

MODALIDADE: Convite - 34/2015.

DATA: 28/04/2015 - HORA DE INÍCIO: 14:00 horas.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA DISTRIBUIÇÃO ÀS ATLETAS DO MUNICÍPIO.

Na data e horário supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reunidos em sessão pública na sala de reuniões os membros da Comissão Permanente de Licitações, nomeados pela Portaria nº. 101/2015. Após as devidas convocações, somente o representante da licitante CARIBE INDÚSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME, Sr. Zair N.Carvalho se fez presente na sessão. Observa-se que houve a concordância por parte das empresas participantes CARIBE INDÚSTRIA COMERCIO REPRESENTAÇÕES LTDA ME, MBL CONFECÇÕES LTDA EPP E COMERCIAL ROPAGI LTDA, no sentido da manifestação por escrito, da parte de todos, em que a Comissão de Licitações, pudesse levar em conta no julgamento do item 02 do Edital 34/2015, sua composição e não a marca, como de fato era o objetivo pleiteado pela licitação, visando não prejudicar nenhuma proposta das empresas participantes. (Manifestação formal em anexo). Na sequência, procedeu-se a abertura dos envelopes Propostas que encontravam-se devidamente lacrados, declara-se VENCEDORA a empresa que apresentou menor preço CARIBE INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME., com o preço de R\$ 17.433,00 (dezesete mil, quatrocentos e trinta e três reais). Abre-se prazo de dois dias úteis para sua manifestação.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOAO ULLER

Presidente

ALAN RAFAEL KINDER

Membro

MAURICIO STEFFEN

Membro

### EXTRATO DE CONTRATO N 64 PP 23/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/2015

Referente: Processo Licitatório nº 23/2015

Contratada: ROSANE WITHOEFT ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO - ITENS 01, 02, 03 E 07.

Valor Total Contratado: R\$ 379.260,00

Vigência: 13/04/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 13/04/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO N 65 PP 23/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2015

Referente: Processo Licitatório nº 23/2015

Contratada: BUZZI TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGA LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO - ITENS 04, 05 E 06

Valor Total Contratado: R\$ 352.320,00

Vigência: 13/04/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 13/04/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO N 66 INE 32/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2015

Referente: Processo Licitatório nº 32/2015

Contratada: EXPRESSO PRESIDENTE GETULIO LTDA

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLAR PARA ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DAS LOCALIDADES DE ALTO RIBEIRÃO LIBERDADE E ALTO SÃO JOÃO

Valor Total Contratado: R\$ 111.870,00

Vigência: 13/04/2015 A 31/12/2015

Data Assinatura: 13/04/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO N 70 PP 27/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2015

Referente: Processo Licitatório nº 27/2015

Contratada: SANTA MARIA TURISMO LTDA EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA ESTUDANTES E PROFESSORES PARA VIAGENS DE ESTUDOS E CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Valor Total Contratado: R\$ 22.500,00

Vigência: 14/04/2014 a 31/12/2015

Data Assinatura: 14/04/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO N 71 PP 27/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2015

Referente: Processo Licitatório nº 27/2015

Contratada: RENANTUR LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA

ESTUDANTES E PROFESSORES PARA VIAGENS DE ESTUDOS E  
CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Valor Total Contratado: R\$ 75.750,00

Vigência: 17/04/2015 a 31/12/2015

Data Assinatura: 14/04/2015

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito Municipal

## Biguaçu

### PREFEITURA

#### DECRETO ,065/2015

DECRETO Nº 065/2015 DE 28 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA SERVIDOR A RESPONDER PELOS PPP - PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, para elaborar e assinar os PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário dos servidores do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, a pedido ou no momento de seu desligamento funcional com a Municipalidade, o servidor NAGIB ABRAÃO SALUM.

Art. 2º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

#### DECRETO Nº 066/2015

DECRETO Nº 066/2015 DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público da servidora CATARINA LAURA MIRANDA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 à servidora CATARINA LAURA MIRANDA detentora da matrícula funcional nº 351, portadora do CPF nº 486.599.599-49, inscrita no RG nº 1/R 1.319.008, PIS/PASEP nº 1064133574-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 1.264,64 (um mil duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.



Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos vigoram a partir de 01/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de abril de 2015.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### DECRETO Nº 067/2015

DECRETO Nº 067/2015 DE 30 DE ABRIL DE 2015.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público da servidora MARIA DO CARMO FERREIRA SILVA, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 à servidora MARIA DO CARMO FERREIRA SILVA detentora da matrícula funcional nº 405, portadora do CPF nº 448.763.519-53, inscrita no RG nº 972.280, PIS/PASEP nº 1073140920-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 2.823,01 (dois mil oitocentos e vinte e três reais e um centavo), que será pago mensalmente pelo PRE-VBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar Municipal nº 53/2012 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos vigoram a partir de 01/05/2015, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 30 de abril de 2015.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### ERRATA Nº 01 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
ERRATA Nº. 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 20/2015 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 20/2015

Analisando o processo, verificou-se a necessidade de alterar o descritivo do item 02 no que estabelece o anexo II do presente edital vinculativo. Desta forma, necessário adequar a data para realização da sessão de licitação. Neste sentido, altera-se o edital.

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 20/2015-FMS)

(...)AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE COPA E COZINHA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 16/04/2015, às 13h59min do dia 04/05/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 04/05/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (04/05/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (04/05/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 20/2015 - FMS)

(...)AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE COPA E COZINHA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital. (...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 30/04/2015, às 13h59min do dia 15/05/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 15/05/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (15/05/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos. (...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (15/05/2015) tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 20/2015 - FMS)

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	CAFÉ TIPO TORRADO, APRESENTAÇÃO MOÍDO, TIPO DE EMBALAGEM ALTO VÁCUO, VALIDADE PRAZO MÍNIMO DE 1 ANO, A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, NORMAS TÉCNICAS LAUDO DE CLASSIFICAÇÃO DE CAFÉ FEITO PELA ABIC, RENDIMENTO APROXIMADAMENTE 20 GARRAFAS DE 900ML/KG DE CAFÉ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PREFERÊNCIA 100% CAFÉ ARÁBICA OU 20% CONILLON, PACOTE DE 500G.	UN	1.500,00	12,36	18540,00

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 20/2015 - FMS)

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	CAFÉ TIPO TORRADO, APRESENTAÇÃO MOÍDO, TIPO DE EMBALAGEM ALTO VÁCUO, VALIDADE PRAZO MÍNIMO DE 1 ANO, A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, NORMAS TÉCNICAS LAUDO DE CLASSIFICAÇÃO DE CAFÉ FEITO PELA ABIC, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PREFERÊNCIA 100% CAFÉ ARÁBICA OU 20% CONILLON, PACOTE DE 500G.	UN	1.500,00	12,36	18540,00

As demais informações constantes no Aviso de Licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 29 de abril de 2015.  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS  
Secretário Municipal de Saúde

### INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFAZ Nº 006/2015

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFAZ Nº 006, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Fixa os valores bases para o Cálculo do ISS Sobre os Serviços de Construção Civil, devidos por estimativa da Base de Cálculo, nos termos do Decreto Municipal nº 131 de 08 de Setembro de 2009.

MANOEL CUSTÓDIO, Secretário Municipal da Fazenda do Município de Biguaçu, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando, o disposto no caput do art. 16 e seu § 2º, do Decreto nº 131, de 28 de setembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam atualizados os valores básicos das tabelas constantes dos Anexos I e II do Decreto nº 131, de 28 de setembro de 2009, para o cálculo do ISS sobre serviços de construção civil sujeitos ao pagamento do imposto antecipado, calculado por estimativa da base de cálculo, conforme Anexos I e II desta Instrução Normativa.

Parágrafo único - Os valores fixados, nos Anexos I e II desta Instrução Normativa, foram atualizados com base na variação do CUB - Custo Unitário Básico de Construção Civil, publicado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis para o período de maio de 2014 a abril de 2015.

Art. 2º - Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir do dia 1º de maio de 2015.

Biguaçu, 29 de abril de 2015.  
MANOEL CUSTÓDIO  
Secretário Municipal da Fazenda, em exercício

ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFAZ Nº 006/2015									
TABELA PARA O CÁLCULO DO ISS CONSTRUÇÃO CIVIL - EMPREITADA GLOBAL									
VIGÊNCIA: MAIO/2015 a ABRIL/2016									
I - RESIDENCIAL									
PROJETO PADRÃO	TIPO	PAVIMENTOS	FAIXA /PVTOS	PADRÃO DE ACABAMENTO (em R\$ 1,00)					
				BAIXO	NORMAL	ALTO			
Residencial - R	Unifamiliar	1	1	778,21	928,13	1.119,22			
Prédio Popular (PP)	Multifamiliar	4	De 2 até 4	725,78	873,82				
Prédio Interesse Social (PIS)	Multifamiliar	4	De 2 até 4	553,16					
Residencial - R	Multifamiliar	8	De 5 até 8	692,13	773,77	906,68			

Residencial - R	Multifamiliar	16	De 9 até 16		748,26	975,86			
II - COMERCIAL									
PROJETO PADRÃO	Nº DE PVTOS		FAIXA /PVTOS	PADRÃO DE ACABAMENTO (em R\$ 1,00)					
				BAIXO	NORMAL	ALTO			
Comercial, Salas e Lojas (CSL)	8		8		778,37	846,91			
Comercial, Salas e Lojas (CSL)	16		até 16		1042,10	1128,16			
Comercial Andar Livre (CAL)	8		até 8		895,55	948,53			
III - INDUSTRIAL									
PROJETO PADRÃO	VALOR M²								
Galpão Industrial (GI)	441,13								
IV - RESIDENCIAL POPULAR									
PROJETO PADRÃO	VALOR M²								
Residência Popular (RPIQ)	840,64								
Biguaçu, 29 de abril de 2015.									
		MANOEL CUSTÓDIO							
		Secretário Municipal da Fazenda, em exercício.							

## ANEXO II DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFAZ Nº 006/2015

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

## TABELA PARA O CÁLCULO DO ISS CONSTRUÇÃO CIVIL - MÃO DE OBRA

VIGÊNCIA: MAIO/2015 a ABRIL/2016

I - RESIDENCIAL									
PROJETO PADRÃO	TIPO	PAVIMENTOS	FAIXA /PVTOS	PADRÃO DE ACABAMENTO (em R\$ 1,00)					
				BAIXO	NORMAL	ALTO			
Residencial - R	Unifamiliar	1	1	434,68	597,52	648,32			
Prédio Popular (PP)	Multifamiliar	4	De 2 até 4	364,90	528,52				
Prédio Interesse Social (PIS)	Multifamiliar	4	De 2 até 4	296,18					
Residencial - R	Multifamiliar	8	De 5 até 8	343,12	474,70	502,09			
Residencial - R	Multifamiliar	16	De 9 até 16		456,44	564,00			
II - COMERCIAL									
PROJETO PADRÃO	Nº DE PVTOS		FAIXA /PVTOS	PADRÃO DE ACABAMENTO (em R\$ 1,00)					
				BAIXO	NORMAL	ALTO			
Comercial, Salas e Lojas (CSL)	8		8		477,68	491,01			
Comercial, Salas e Lojas (CSL)	16		até 16		636,10	442,46			
Comercial Andar Livre (CAL)	8		até 8		529,27	654,17			
III - INDUSTRIAL									
PROJETO PADRÃO	VALOR em R\$ do M²								
Galpão Industrial (GI)	265,72								
IV - RESIDENCIAL POPULAR									
PROJETO PADRÃO	VALOR em R\$ do M²								
Residência Popular (RPIQ)	569,82								
Biguaçu, 29 de abril de 2015.									

MANOEL CUSTÓDIO

Secretário Municipal da Fazenda, em exercício.

#### **PORTARIA Nº 1356/2015**

PORTARIA nº 1356 de 28 de abril de 2015

Susta a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) Servidor (a) Soeli Ramos da Cunha, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Sustar a Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) servidor (a) Soeli Ramos da Cunha, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, inscrito (a) na matrícula funcional nº 7379 a contar de 18/05/2015.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 2203/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 18/05/2015.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1357/2015**

PORTARIA nº 1357 de 06 de abril de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Elaine Cristina Souza Wolff, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor Elaine Cristina Souza Wolff, detentor do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, inscrito na matrícula funcional nº 7077, a partir de 17/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/04/2015.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1358/2015**

PORTARIA nº 1358 de 28 de abril de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Tânia de Jesus Siqueira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 17/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/04/2015.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1359/2015**

PORTARIA nº 1359 de 28 de abril de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) José Carlos Bittencourt, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2015.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1360/2015**

PORTARIA nº 1360 de 28 de abril de 2015

Torna sem efeito a Portaria nº 2577/2014, do servidor Saulo César Galliani, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2577 de 10 de novembro de 2014, do servidor Saulo César Galliani, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 1361/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1361 de 28 de abril de 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo 5º DISTRITO NAVAL DA MARINHA DO BRASIL nos assentos funcionais do(a) servidor(a) SAULO CESAR GALLIANI, detentor(a) da matrícula 7471 e do cargo de provimento efetivo de CARPINTEIRO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) SAULO CESAR GALLIANI, detentor(a) da matrícula 7471 e do cargo de provimento efetivo de CARPINTEIRO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo 5º DISTRITO NAVAL DA MARINHA DO BRASIL, sob o nº 98/2010, da qual se extraiu o período de 10 (dez) anos, 09 (nove) meses e 05 (cinco) dias para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 1362/2015**

PORTARIA nº 1362 de 28 de abril de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) servidor (a), VALMOR ROBERTO GUESSER, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALMOR ROBERTO GUESSER, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRASILEIRO), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2015 a 31/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/05/2015.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1363/2015**

PORTARIA nº 1363 de 28 de abril de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) servidor (a), FIRMINO DILMO AMARAL, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FIRMINO DILMO AMARAL, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRASILEIRO), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/05/2015 a 31/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/05/2015.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1364/2015**

PORTARIA nº 1364 de 28 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RACHEL REGINA OLIVEIRA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 23/04/2015 a 31/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/04/2015.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1365/2015**

PORTARIA nº 1365 de 28 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALINE PEREIRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário

de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 14/04/2015 a 31/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/04/2015.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1366/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1366 de 29 de abril de 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo IPREV, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) SAULO CESAR GALLIANI, detentor(a) da matrícula 7471 e do cargo de provimento efetivo de CARPINTEIRO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) SAULO CESAR GALLIANI, detentor(a) da matrícula 7471 e do cargo de provimento efetivo de CARPINTEIRO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo IPREV, sob o nº 167/2015, da qual se extraiu o período de 05 (cinco) anos, 02 (dois) meses e 21 (vinte e um) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA Nº 1367/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1367 de 29 de abril de 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo IPREV, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) ANGELA MARIA DE AMORIM SALUM, detentor(a) da matrícula 345 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) ANGELA MARIA DE AMORIM SALUM, detentor(a) da matrícula 345 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR I, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo IPREV, sob o nº 975/2009, da qual se extraiu o período de 02 (dois) anos, 07 (sete) meses e 29 (vinte e nove) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA Nº 1368/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1368 de 29 de abril de 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) MARIA MADALENA MARTINS DA CUNHA, detentor(a) da matrícula 333 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) MARIA MADALENA MARTINS DA CUNHA, detentor(a) da matrícula 333 e do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.100026/15-7, da qual se extraiu o período de 01 (um) mes e 22 (vinte e dois) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA Nº 1369/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

82.892.308/0001-53

PORTARIA nº. 1369 de 29 de abril de 2015.

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, nos assentos funcionais do(a) servidor(a) MANOEL JUSTINO MACHADO FILHO, detentor(a) da matrícula 69 e do cargo de provimento efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do(a) servidor(a) MANOEL JUSTINO MACHADO FILHO, detentor(a) da matrícula 69 e do cargo de provimento efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20001010.1.100025/15-5, da qual se extraiu o período de 08 (oito) anos, 10 (dez) meses e 29 (vinte e nove) dias, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 29 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 1370/2015**

PORTARIA nº 1370 de 29 de abril de 2015

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) Servidor (a) Maira Ribeiro Melo, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Maira Ribeiro Melo, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, inscrito (a) na matrícula funcional nº 11128.

Art. 2º O período de concessão da licença para tratar de interesses particulares é de 01/06/2015 a 01/06/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/06/2015.

Biguaçu, 29 de abril de 2015.

Willian Lofy

Secretário Municipal de Administração

**PP 120/2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 120/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA (RETRO ESCAVADEIRA) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 15 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 15 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 30 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**RESOLUÇÃO Nº 02/2016 - ERRATA**

ERRATA:

No cabeçalho da Resolução nº 02/2015, 15 de abril de 2015, publicada no DOM dia 27 de abril de 2015, edição nº 1730.

ONDE SE LÊ:

Dispõe sobre a Convocação da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José e dá outras providências.

LEIA-SE:

Dispõe sobre a Convocação da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Biguaçu e dá outras providências.

**RETIFICAÇÃO TP 66/2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO DA TP 66/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas na TP 66/2015 PMB, que tem como objeto "contratação de empresa especializada em serviços de mão de obra e fornecimento de material para a construção de ginásio de esportes na Avenida Beira Rio no Município de Biguaçu, de acordo com pro jetos, memorial descritivo, cronograma físico financeiro, orçamento e projetos, parte integrante deste edital", que houve alterações do valor previsto da licitação passando para o valor de R\$ 1.146.065.40, bem como também no orçamento e no quadro de esquadrias (planta de cobertura/locação/cortes e elevação 2/3).

O orçamento e a planta com as devidas alterações deverão ser retiradas no site da Prefeitura Municipal de Biguaçu ou pessoalmente na Diretoria de Licitações.

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 13:45 horas, do dia 21/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 14:00 horas, do dia 21/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 28 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

# Blumenau

## PREFEITURA

### SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE - PROJETO BR-L1272 - CONVITE 001/2015 - SEMOB

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE  
BRASIL  
PROGRAMA DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DE BLUMENAU  
SETOR: TRANSPORTES  
SERVIÇOS DE CONSULTORIA  
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE  
Empréstimo N0 2746/OC-BR  
Projeto Nº: BR-L1272  
Convite Nº: 001/2015

O Município de Blumenau recebeu financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por um montante equivalente a US\$ 59,000,000.00, e se propõe a utilizar uma parcela dos recursos para os pagamentos correspondentes à contratação de serviços de consultoria no âmbito do PROGRAMA DE MOBILIDADE SUSTENTÁVEL DE BLUMENAU.

Os serviços compreendem: Plano de Segurança Viária.

Os consultores serão selecionados de acordo com os procedimentos previstos nas Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, edição atual.

O Município de Blumenau convida os consultores elegíveis de acordo com essas Políticas a manifestar interesse em relação à prestação dos serviços solicitados. Os consultores interessados deverão fornecer informações que demonstrem suas qualificações para fornecer os serviços (folhetos, descrição de trabalhos similares, experiência em condições similares, disponibilidade de pessoal que tenha os conhecimentos pertinentes, etc.). Os consultores poderão associar-se a fim de melhorar suas qualificações.

Os consultores interessados poderão obter maiores informações no endereço indicado ao final, no período das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30, do dia 04 de maio de 2015 ao dia 20 de maio de 2015.

As Manifestações de Interesse deverão ser recebidas no seguinte endereço, até às 17h30 do dia 21 de maio de 2015:

Prefeitura Municipal de Blumenau  
Secretaria Municipal de Obras - SEMOB  
Gerência Especial de Programas Internacionais  
A/C de: Ritta de Cássia Bruel Antonio  
Gerente de Programas Internacionais  
Praça Victor Konder, 2 - Centro  
CEP: 89.010-904 - Blumenau/SC, Brasil  
Tel: +55 47 3381-6322  
e-mail: [programasinternacionais@blumenau.sc.gov.br](mailto:programasinternacionais@blumenau.sc.gov.br)  
Portal: <http://www.blumenau.sc.gov.br>

### PORTARIA 18.681/2015

PORTARIA Nº 18.681, DE 23 DE ABRIL DE 2015.  
DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA INTEGRAREM JUNTA MÉDICA OFICIAL ESPECIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e fundado no artigo 292, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Memorando Nº 34/15, de 22/04/2015, da Diretoria de Pessoal, resolve:

Art.1º. DESIGNAR os servidores públicos abaixo, para integrarem Junta Médica Oficial Especial a fim de realizar exame clínico na servidora pública Neusa Marlene dos Santos, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011, a ser realizada na data de 15/05/2015, às 09:30horas, no Serviço de Saúde Ocupacional - SESOSP, localizado no prédio da Prefeitura Municipal de Blumenau, sala 10:

I- Dr. ADILVO ANDREAZZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SESOSP;

II- Dr. THOMAS PEREIRA SPERB, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Perito, junto ao Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau - ISSBLU;

III- Dr. RODRIGO FERRACIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Ortopedista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Policlínica.

Art. 2º. A Junta Médica designada por esta Portaria, deverá avaliar a capacidade laborativa da referida servidora a fim de determinar se a doença ou lesão incapacitante é preexistente ao efetivo exercício.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 18.682/2015

PORTARIA Nº 18.682, DE 24 DE ABRIL DE 2015.  
EXONERA FRED HORST MANKE JUNIOR DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO  
NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR  
FRED HORST MANKE JUNIOR, do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo, símbolo CC-3, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, nomeado pela Portaria nº 18.593, de 31 de março de 2015, no dia 27 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal



**PORTARIA 18.683/2015**

PORTARIA Nº 18.683, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA FRED HORST MANKE JUNIOR PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE TRANSPARÊNCIA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL - SEGG.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

FRED HORST MANKE JUNIOR, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Transparência, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG, no dia 28 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 18.684/2015**

PORTARIA Nº 18.684, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA MARLUZE FONTANELLA ZANELLA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE ADMINISTRATIVO, NO GABINETE DO PREFEITO - GAPREF.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

MARLUZE FONTANELLA ZANELLA, para o exercício do cargo em comissão de Gerente Administrativo, símbolo CC-3, no Gabinete do Prefeito - GAPREF, no dia 28 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 18.685/2015**

PORTARIA Nº 18.685, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

ADÃO PEDRO CARVALHO, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 13 de abril de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2908/04/2015;

JULIA WEBER, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15 de abril de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2893/04/2015;

IVANIR PETRY MEDEIROS, do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15 de abril de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2927/04/2015;

DEYSE MARIA DEMARCO LEYENDECKER, do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 20 de abril de 2015, conforme Processo Administrativo nº 3004/04/2015;

ANA CLAUDIA PLEM, do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a contar de 04 de abril de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2969/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 18.687/2015**

PORTARIA Nº 18.687, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL STELA MARIS DUARTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 4º, da Lei nº 4.432/94, e alterações posteriores, e conforme Memorando SEDEAD nº 283/2015, resolve:

CONCEDER a gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, à servidora pública municipal STELA MARIS DUARTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, na função de Coordenador Administrativo de Equipe da ESF, a contar de 06 de outubro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 18.688/2015**

PORTARIA Nº 18.688, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA JANDIR SOARES PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido

pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, resolve:

**DESIGNAR**

o servidor público municipal JANDIR SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de IPTU/ITR, FGC-50%, no dia 01 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 18.689/2015**

PORTARIA Nº 18.689, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA EUFRAIN RODRIGUES DE SOUZA DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE LIMPEZA PÚBLICA, SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**EXONERAR**

EUFRAIN RODRIGUES DE SOUZA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Limpeza Pública, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, nomeado pela Portaria nº 18.149, de 14 de outubro de 2014, no dia 23 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 18.690/2015**

PORTARIA Nº 18.690, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA PAULO HENRIQUE NASCIMENTO PEREIRA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE LIMPEZA PÚBLICA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS - SESUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**NOMEAR**

PAULO HENRIQUE NASCIMENTO PEREIRA, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Limpeza Pública, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, no dia 28 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 18.691/2015**

PORTARIA Nº 18.691, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA ELIZANGELA CRISTIANE DOS SANTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DOS C.R.A.S, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**EXONERAR**

ELIZANGELA CRISTIANE DOS SANTOS, do cargo de provimento em comissão de Gerente dos C.R.A.S, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, nomeada pela Portaria nº 16.890, de 18 de abril de 2013, no dia 24 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 18.692/2015**

PORTARIA Nº 18.692, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DOS C.R.A.S, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**NOMEAR**

DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, para o exercício do cargo em comissão de Gerente dos C.R.A.S, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 28 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 18.693/2015**

PORTARIA Nº 18.693, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações posteriores, e conforme Memorando GAC/SEMUDES

nº 022/2015, de 24/04/15, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 com alterações posteriores, e no Decreto nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA:

JESEBEL IARA AVANCINI, representante suplente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, em substituição a CAROLINNE KISTENMACHER VIEIRA, nomeada pela Portaria nº 17.663, de 21/03/2014;

GIVANILDO TRINDADE, representante suplente do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, em substituição a CIRO NATÁ DE FARIA, nomeado pela Portaria nº 18.121, de 01/10/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 18.694/2015**

PORTARIA Nº 18.694, DE 27 DE ABRIL DE 2015.  
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme consta do Memorando nº 118/2015, de 24 de abril de 2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

ZENAIDE LUCHETTA MOREIRA, nomeada através da Portaria nº 18.541, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Português, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2011;

ANGELO VANDINEY CORDEIRO, nomeado através da Portaria nº 18.541, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de História, aprovado pelo Concurso Público nº 002/2011;

JHONATA ALEX MOSER, nomeado através da Portaria nº 18.519, de 05/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

PERCIO RIBEIRO BUENO, nomeado através da Portaria nº 18.540, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

CLEITON CLOVIS DOS SANTOS, nomeado através da Portaria nº 18.540, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

GABRIEL VANZUITA, nomeado através da Portaria nº 18.540, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;  
LETICIA DE OLIVEIRA, nomeada através da Portaria nº 18.540, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

GIANCARLO DA SILVA ROCHA, nomeado através da Portaria nº 18.540, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

TIAGO EDUARDO ZIESE, nomeado através da Portaria nº 18.540, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

KELLY SUSANNE KRAUSE DE MELLO, nomeada através da Portaria nº 18.632, de 07/04/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014;

VICTOR MARTINS MANFREDI, nomeado através da Portaria nº 18.531, de 09/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

CARLISE PEREIRA, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

CLEBER MOACIR DOS SANTOS, nomeado através da Portaria nº 18.539, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, aprovado pelo Concurso Público nº 002/2014;

ELTON ELISEU DIAS GONÇALVES DE OLIVEIRA, nomeado através da Portaria nº 18.539, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, aprovado pelo Concurso Público nº 002/2014;

EDELMARA LUZIA PANATA, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 002/2014;

MARIA GORETE LEICHT, nomeada através da Portaria nº 18.539, de 10/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 18.695/2015**

PORTARIA Nº 18.695, DE 27 DE ABRIL DE 2015.  
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DOS CIDADÃOS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

TORNAR SEM EFEITO, de acordo com o art. 16, §4º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, por não terem tomado posse no prazo legal, conforme consta do Memorando nº 118/2015, de 24 de abril de 2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, a nomeação dos seguintes cidadãos:

INGRID ARNOLD, nomeada através da Portaria nº 18.516, de 05/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

MARIA ELISE DA SILVA, nomeada através da Portaria nº 18.516, de 05/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

TATIANE SILVA MARIANO, nomeada através da Portaria nº 18.516, de 05/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

SAMANTA FREITAS DOS SANTOS, nomeada através da Portaria nº 18.521, de 05/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

JAQUELINE KNUTH DE AMORIM, nomeada através da Portaria nº 18.522, de 05/03/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

ELIZA DOS SANTOS SCHULTZ, nomeada através da Portaria nº 18.630, de 07/04/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

MARLISE MIRA, nomeada através da Portaria nº 18.656, de 14/04/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

ELIANA DE OLIVEIRA, nomeada através da Portaria nº 18.656, de 14/04/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014;

CRISLAINE MANKE MACHADO DE OLIVEIRA, nomeada através da Portaria nº 18.657, de 14/04/2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 18.696/2015**

PORTARIA N.º 18.696, DE 27 DE ABRIL DE 2015.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL A.T.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e art. 209, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo solicitação efetuada pelo Diretor de Pessoal, Sr. Clóvis Back e pelo Secretário Municipal de Administração, Sr. Ronaldo Rogério Wan-Dall, através do Memorando n.º 290/2015, de 16/04/2015, resolve:

#### **DETERMINAR**

a instauração de processo administrativo disciplinar a ser conduzido pela Terceira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias n. 15.146, 31/10/2011, n. 15.578, de 02/04/2012 e n. 18.495, de 02/03/2015, para apurar a responsabilidade do servidor público municipal A.T, matrícula nº 16905-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Administração,

de acordo com os documentos anexados ao Memorando nº 290/2015, de 16/04/2015, da Secretaria Municipal de Administração, por infringir, em tese, os artigos 176, I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); II (ser assíduo e pontual ao serviço); VI (observar as normas legais e regulamentares); X (fazer pronta comunicação à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço); 177, I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato); XIX (proceder de forma desidiosa) e o artigo 205 (entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por período igual ou superior a sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses), da Lei Complementar n.º 660/07.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **RESOLUÇÃO MD Nº 2278.**

RESOLUÇÃO MD Nº 2278.

AUTORIZA A MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL PELO COORDENADOR DE CONTABILIDADE DA DIRETORIA FINANCEIRA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É autorizada, em 6 de abril de 2015, por delegação do Diretor Financeiro, nos termos inciso V do art. 30-B, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, a movimentação de contas bancárias da Câmara Municipal de Blumenau, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e na BLUCREDI, agências de Blumenau, pelo Coordenador de Contabilidade Jaison Joni Pereguda.

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 6 de abril de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 6 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário



**RESOLUÇÃO MD Nº 2.316**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.316

RATIFICA CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO E CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO DJALMA JOSÉ DOS SANTOS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É ratificada a cessão do servidor público efetivo Djalma José dos Santos, do Poder Executivo, para desempenhar funções na Câmara Municipal de Blumenau nos termos da Portaria SEDE-AD nº 29.153, de 22 de abril de 2015.

Art. 2º É concedida, a partir de 22 de abril de 2015, Gratificação de Função de Coordenador de Controle de Gestão Administrativa ao servidor público efetivo Djalma José dos Santos, de 70% (setenta por cento) do valor do vencimento da referência 60 (sessenta) do quadro de Referências de Vencimento da Câmara Municipal de Blumenau, lotada na Controladoria Interna, para exercer as funções previstas no parágrafo único do art. 36-G, da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013, da Lei Complementar nº 393, de 25 de março de 2003 e da Lei Complementar nº 889, de 21 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 3º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 4º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 22 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

**RESOLUÇÃO MD Nº 2.317**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.317

NOMEIA UBIRAJARA BASTIANI GALLIANI EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É nomeado, em 23 de abril de 2015, Ubirajara Bastiani Galliani, no cargo de Assessor Político, de provimento em comissão, lotado no gabinete do Vereador Fábio Allan Fiedler - do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 23 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

**RESOLUÇÃO MD Nº 2.318**

RESOLUÇÃO MD Nº 2.318

DESIGNA DIRETOR FINANCEIRO PARA RESPONDER, TEMPORARIAMENTE, POR ATOS DO DIRETOR GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º É designado, em caráter excepcional, no período de licença do titular, de 27 de abril a 6 de maio de 2015 e sem qualquer acréscimo remuneratório, o Diretor Financeiro Júlio Cesar Pereira, para responder por atos administrativos pontuais e de expediente do Diretor Geral da Câmara Municipal, que não demandam a deliberação técnica de processos licitatórios.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 DE ABRIL DE 2015.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS MARCO

1º Secretário

ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº. 82/2015

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 82/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA - CIDIR.  
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 974/2015  
Objeto: Execução de pavimentação asfáltica em Ruas e Avenidas do perímetro urbano com área total de 4.134,30 m<sup>2</sup>.  
Valor: R\$ 141.963,85 (Cento e quarenta e um mil novecentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos).  
Vigência: 29 de Abril de 2015 a 31 de Agosto de 2015.  
Assinatura: 29 de Abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 4708/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4708/2015 de 29 de Abril de 2015.  
Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0974/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4641/15 de 05 de Janeiro de 2.015, sob o Processo de Licitação nº 0974/2015, que tem por objeto Execução de pavimentação asfáltica sobre calçamento em ruas e avenidas do perímetro urbano do município totalizando 4.134,30 m<sup>2</sup>.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DES. DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA-CIDIR.	Execução de pavimentação asfáltica sobre calçamento na Rua Padre Júlio trecho I e II e na Avenida Cristo Rei trecho I totalizando 4.134,30 M <sup>2</sup>	1,00	141.963,85

cento e quarenta e um mil novecentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos	141.963,85
---	------------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 29/04/15.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 965/2015

LEI MUNICIPAL Nº 965, DE 29 DE ABRIL DE 2015.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DA LEI MUNICIPAL Nº 851/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados os dispositivos da Lei nº 851/2012, recebendo novas redações, conforme segue:

Art. 2º - O mandato dos Conselheiros Tutelares Municipais é de 04 (quatro) anos.

Art. 4º - A jornada de trabalho dos Conselheiros Tutelares é de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único - Será concedida a cada Conselheiro Tutelar folga do expediente regular, de um dia a cada semana, para fins de compensar o sobreaviso e plantões

Art.6º - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar se dará no primeiro domingo de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, com a posse dos eleitos para o dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha, observando as seguintes diretrizes.

I...  
II...  
III...  
IV...

Parágrafo Primeiro - O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com numero mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo - Caso o numero de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o tramite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

Art. 10 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente fixará o edital de escolha dos membros do Conselho Tutelar no mural público do Município até 06 (seis) meses antes do pleito, contendo, entre outras informações necessárias, os requisitos para a inscrição da candidatura, prazo, data e o local da escolha.

Art. 16 - O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente homologará os resultados e fará publicar o edital no Diário Oficial dos Municípios e em mural público.

Art. 29 - A remuneração de cada Conselheiro Tutelar será de R\$ 874,02 (oitocentos e setenta e quatro reais e dois centavos), correspondendo à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sobreavisos e plantões, com dedicação exclusiva, reajustados de acordo com o índice concedido anualmente ao servidor público municipal.

Art. 37 - São atribuições do Conselho Tutelar (art.136 ECA).

XIV - Dedicação exclusiva ao Conselho Tutelar.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua assinatura, ficando condicionada sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 30 dias do mês de abril de 2015.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº 072/2015 DE 28 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº 072/2015, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. SANDRA F. M. STEFFLER, inscrita na matrícula nº 180-5, ocupante do cargo de Professora, conforme Atestado Médico, no período de 25 de abril de 2015 a 29 de abril de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 25/04/2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 28 de abril de 2015.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

## Bom Retiro

### PREFEITURA

#### **398.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE HELIO T. SILVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 398/15 de 28.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 28 de abril de 2015 com término no dia 27 de maio de 2015, ao funcionário Helio Tadeu Silveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - NAES.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de abril de 2014.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **399.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCIANE T. CRUZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 399/15 de 28.04.15

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 27 de abril com término no dia 29 de abril de 2015, a funcionária Luciane Terezinha da Cruz, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de abril de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**400.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ADRIANA Z. CAPISTRANO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 400/15 de 28.04.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de abril de 2015, a funcionária Adriana Zapelini Capistrano, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de abril de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**401.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCIANE T. CRUZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 401/15 de 28.04.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de abril de 2015, a funcionária Luciane Terezinha da Cruz, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 01, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de abril de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**402.04.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. MARCELE AP. B. LAATSCH**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 402/15 de 28.04.15  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, a contar do dia 22 de abril com término no dia 01 de maio de 2015, a funcionária Marcelle Aparecida Becker Laatsch, Ocupante do cargo de Professora - Padrão I - Nível 22, 20 horas, do quadro de Pessoal Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de abril de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**403.04.15 - P.LIC. MOT. P. FAM. DANIELA M. GOULART**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 403/15 de 28.04.15  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, nos dias 16 e 17 de abril de 2015, a funcionária Daniela Meurer Goulart, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de abril de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



**404.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MADALENA S. MICHELS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 404/15 de 28.04.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 16 de abril de 2015, a funcionária Madalena Stuepp Michels, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Escola de Campo Cambará Professora Margarida Buggler Wiggers.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de abril de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**405.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA B. V. GODINHO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 405/15 de 28.04.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 15, 16 e 17 de abril de 2015, a funcionária Angelita Bernadete Velho Godinho, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de abril de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**406.04.15 - P. LIC. TRAT. SAÚDE CLEODETE C. TOMÉ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 406/15 de 28.04.15  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 17 de abril de 2015, a funcionária Cleodete Costa Tomé, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
28 de abril de 2015.  
ALBINO GONÇALVES PADILHA  
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

## Brunópolis

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO 25/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS  
Processo Licitatório nº 25/2015 - Edital de Tomada de Preços nº 02/2015

Objeto: Reforma e ampliação do Colégio Municipal Padre Bruno Paris. Data e horário: o recebimento dos envelopes de "documentação de habilitação" e "proposta comercial" será até às 09h00min do dia 18/05/2015, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico na Internet [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br). Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa  
Prefeito Municipal.

## Brusque

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 1.039/2015 IBPREV

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1.039/2015

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a

Sandra Lucia Fritzen

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, c, 61 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 6º da Emenda Constitucional nº. 41/2003.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 113/2012, benefício de Aposentadoria Voluntária a SANDRA LUCIA FRITZEN, CPF 205.048.370-87.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 18/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de Abril de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

#### DECRETO Nº 7.595, DE 28 DE ABRIL DE 2015

DECRETO nº 7.595, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terras que menciona e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 82, XII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941, modificado pela Lei Federal nº 4.132, de 10 de setembro de 1962,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, 05 (cinco) áreas de terras, conforme seguem:

Área 1 - 796,38 m2 (setecentos e noventa e seis metros e trinta e oito decímetros quadrados), parte de área maior contendo 199.546,74 m2, registrada no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, no livro 3-B, fls. 001, sob nº 355, localizada na Rodovia Antônio Heil - SC 486, trecho municipalizado, nesta cidade de Brusque-SC.

Área 2 - 1.461,09 m2 (um mil, quatrocentos e sessenta e um metros e nove decímetros quadrados), parte de área maior, registrada no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, no livro 2-A, matrícula 29.393, livro 3-O, localizada na Rodovia Antônio Heil - SC 486, trecho municipalizado, nesta cidade de Brusque-SC.

Área 3 - 1.805,93 m2 (um mil, oitocentos e cinco metros e noventa e três decímetros quadrados), parte de área maior contendo 15.650,08 m2, registrada no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, no livro 2-A, matrícula 51.910, localizada na Rodovia Antônio Heil - SC 486, trecho municipalizado, nesta cidade de Brusque-SC.

Área 4 - 900,02 m2 (novecentos metros e dois decímetros quadrados), parte de área maior, registrada no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, no livro 2-A, matrícula nº 5.769, localizada na Rodovia Antônio Heil - SC 486, trecho municipalizado, nesta cidade de Brusque-SC.

Área 5 - 978,61 m2 (novecentos e setenta e oito metros e sessenta e um decímetros quadrados), parte de área maior, registrada no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, no livro 2-A, matrícula nº 40.008, localizada na Rodovia Antônio Heil - SC 486, trecho municipalizado, nesta cidade de Brusque-SC.

Art. 2º As áreas declaradas de utilidade pública para fins de desapropriação, especificadas no artigo anterior, são de propriedade dos abaixo identificados:

I - Área 1 - de propriedade de Mitra Metropolitana de Florianópolis.

II - Área 2 - de propriedade da empresa Administradora de Bens São Roque Ltda., inscrita no C.N.P.J. sob nº 82.984.584/0001-41, com endereço na Rua Dom Jaime, 70, bairro Santa Terezinha, Brusque - SC.

III - Área 3 - de propriedade de Plácido Benedito Maestri, Hélio José Maestri e Eder Alizio Maestri.

IV - Área 4- de propriedade de Moacir Zen.

V - Área 5 - de propriedade da empresa Engeterra Serviços Ltda.

Art. 3º A declaração de utilidade pública das áreas descritas no artigo 1º deste decreto servirão para a execução de obras de duplicação do trecho municipal da Rodovia Antônio Heil - SC 486.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 5º O expropriante no exercício de suas prerrogativas que são asseguradas por este Decreto, alega urgência para efeito de prévia imissão na posse dos imóveis, de conformidade com o artigo 15, do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com as alterações da Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 6º Para fins de desapropriação amigável ou judicial, o valor atribuído aos terrenos descritos no artigo 1º, será fixado pela Comissão de Avaliação de Imóveis designada pela Portaria nº 9.494/15, e com observância em avaliações imobiliárias.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 9.885, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 9.885, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de MÉDICO,

conforme abaixo nominado:

MÉDICO

TALITA GABRIELA DE LIMAS

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 9.886, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 9.886, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de PROFESSOR DE HISTÓRIA, conforme abaixo nominado:

PROFESSOR DE HISTÓRIA

JOAO RICARDO

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 9.887, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.887, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Luiz Fantini para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Saúde do Município, a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.888, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.888, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear João Carlos Paza para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-VI, Chefe Operacional, lotado na Secretaria de Saúde do Município, a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.889, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.889, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Maria Salete Uller para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretora, lotada na Secretaria de Saúde do Município, a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.890, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.890, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E, c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/09,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Pedro Testoni para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Saúde do Município, a partir de 08 de abril de 2015, com gratificação de representação no percentual 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 9.891, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.891, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E, c/c o art. 87 da Lei Complementar nº 147/09,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Carlos Eduardo Severino para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Saúde do Município, a partir de 02 de abril de 2015, com gratificação de representação no percentual 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.892, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.892, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Roberto Fischer para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Saúde do Município, a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.893, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.893, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Clotilde Imianowsky para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretora, lotado na Secretaria de Saúde do Município/Vigilância Sanitária, a partir de 08 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.894, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.894, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Paulina Coelho Harle para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretora, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação do Município, a partir de 15 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.895, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.895, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Ademir Luiz de Souza para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenador, lotado no Gabinete do Prefeito, a partir de 07 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 9.899, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.899, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Beatriz Germer para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-V, como Coordenadora, a partir de 06 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

**RIA Nº 9.898, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA nº 9.898, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143/09 e alterações, Anexo I-E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Marcelo Foppa para ocupar o cargo de provimento em comissão, Símbolo CC-IV, como Diretor, lotado na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, a partir de 14 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/04/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete

# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.380

DECRETO Nº 6.380, de 28 de abril de 2015.

Suplementa dotação orçamentária, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, por conta do superávit financeiro, verificado no exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no art. 5º, alínea "f" da Lei nº 3.185, de 16 de dezembro de 2014, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, na importância total de R\$ 17.365,04 (dezesete mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos):

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

4.4.90.00.0324 - Aplicações Diretas .....R\$ 17.365,04

Art. 2º Para atender a suplementação especificada no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício anterior, no valor de R\$ 17.365,04 (dezesete mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos):

Recurso 0024 - Transferências de Convênios ... ..... R\$ 17.365,04

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### DECRETO Nº 6.384

DECRETO Nº 6.384, de 28 de abril de 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais previstas no art. 79, VIII da Lei Orgânica do Município, mais o previsto nos termos do art. 5º, alínea "c", da Lei nº 3.185, de 16 de dezembro de 2014, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2015,

#### DECRETA :

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente - Fundema, na importância de R\$ 118.762,88 (cento e dezoito mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos), conforme segue:

14 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

14.03 - Divisão de Proteção, Preservação e Educação Ambiental

18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação

3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas ..... R\$ 118.762,88

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros recebidos referente ao Projeto de Recuperação, Preservação Florestal de Nascentes e Áreas que Margeiam o Manancial de Abastecimento Público do Município de Caçador/SC em parceria com o Fundo Socioambiental da CAIXA, através do ACF nº 0066.58/012.Águas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### LEI COMPLEMENTAR Nº 291

LEI COMPLEMENTAR Nº 291, de 29 de abril de 2015.

Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Caçador - RPPS - e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e fica parcialmente sancionada a seguinte

LEI :

#### TÍTULO I

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

#### CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica reestruturado, nos termos desta Lei Complementar, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Caçador - RPPS, instituído pela Lei Complementar nº 93, de 29 de dezembro de 2006 e alterações posteriores - RPPS de que trata o art. 40 da Constituição da República e legislação federal aplicável.

Parágrafo único. O Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Município de Caçador - IPASC, autarquia de regime especial, atuará como órgão gestor do RPPS.

Art. 2º O RPPS visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e seus dependentes, o que compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades:

I - cobertura de eventos de invalidez e idade avançada;

II - auxílio reclusão, para os dependentes dos beneficiários de baixa renda;

III - pensão por morte.

Art. 3º O RPPS, de caráter contributivo e solidário, com filiação obrigatória, será mantido pela administração pública municipal direta, autárquica e fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo mediante recursos e contribuições do Município e dos beneficiários, consoante avaliação atuarial anual, com a finalidade de assegurar meios indispensáveis à manutenção dos benefícios previdenciários e obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

I - participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;

II - uniformidade e equivalência na concessão dos benefícios, considerando-se os salários de incidência de contribuição;

III - pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime;

IV - preservação do valor real dos benefícios;

V - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa e financeira com a participação dos beneficiários e do Município;

VI - equidade na forma de participação dos beneficiários no planejamento do custeio e dos benefícios;

VII - registro individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social.

Art. 4º O RPPS será administrado por uma Diretoria Executiva, responsável pelo gerenciamento e pela operacionalização dos benefícios de aposentadoria e pensão de todos os poderes e entidades a que se refere o caput do art. 3º desta Lei Complementar, bem como:

I - garantirá a participação de representantes dos segurados ativos, inativos e pensionistas nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação, cabendo-lhes acompanhar e fiscalizar sua administração;

II - procederá a recenseamento previdenciário, abrangendo todos os inativos e pensionistas do regime, com periodicidade não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da atualização anual;

III - disponibilizará ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre as receitas e despesas do Regime, bem como sobre os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, adotando os princípios da legislação da transparência pública.

## CAPÍTULO II DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 5º São filiados ao RPPS, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes em conformidade com os arts. 6º e 7º desta Lei Complementar.

### Seção I Dos Segurados

Art. 6º São segurados do Regime Previdenciário Próprio do Município de Caçador estabelecido por esta Lei Complementar:

I - na condição de segurado ativo, o servidor público municipal titular de cargo efetivo que estiver:

a) em exercício de sua função em órgão da Administração Pública Municipal, direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e Legislativo;

b) em exercício de mandato eletivo ou de dirigente sindical;

c) em exercício em outro órgão ou entidade da União, dos Estados, do Distrito Federal ou Municípios, quando designado, cedido ou requisitado;

d) em exercício de cargo em comissão ou função de confiança em órgão da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ou Legislativo Municipal;

e) em disponibilidade;

f) licenciado, desde que cumpra com a obrigatoriedade de efetuar os recolhimentos previdenciários estabelecidos em lei.

II - na condição de segurado assistido, o aposentado e o pensionista com percepção de algum dos benefícios previdenciários estabelecidos nesta Lei Complementar.

§ 1º A vinculação do servidor como segurado no RPPS ocorrerá de forma automática quando de sua investidura no cargo efetivo de que é titular.

§ 2º O servidor público efetivo que exercer cargos acumuláveis conforme disposto na Constituição da República, contribuirá em relação a cada atividade e será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

§ 3º Fica excluído do disposto no caput o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, o contratado por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público e o ocupante de emprego público, ainda que aposentado.

§ 4º Salvo nos casos de possibilidade legal de incorporação, quando a contribuição é sempre obrigatória em relação à parcela passível de ser incorporada, o servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão na base de contribuição da parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou função de confiança para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição da República, respeitada, em qualquer hipótese, as respectivas limitações valorativas estabelecidas normativamente.

§ 5º O segurado do RPPS, investido no mandato de Vereador, que exerça, concomitantemente, o cargo efetivo e o mandato, filia-se ao RPPS pelo cargo efetivo e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - pelo mandato eletivo.

### Seção II Dos Dependentes

Art. 7º São beneficiários do RPPS na condição de dependentes do segurado para percepção de benefício:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido;

II - os pais;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 18 (dezoito) anos ou inválido.

§ 1º A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I deste artigo é presumida e a das demais devem ser comprovadas conforme critérios dispostos em regulamento.

§ 2º Considera-se dependente econômico, para os fins desta Lei Complementar, a pessoa cujas necessidades básicas sejam atendidas pelo segurado.

§ 3º A existência de dependentes de qualquer das classes deste artigo exclui do direito ao benefício da pensão os das classes seguintes.

§ 4º Os dependentes de uma mesma classe concorrem em igualdade de condições.

§ 5º A união estável será definida de acordo com o art. 226, § 3º, da Constituição da República e a legislação cível em vigor, devendo ser comprovada, ainda, com os seguintes documentos:



- I - declaração de imposto de renda com notificação ou recibo;
- II - contratos de recibos de aluguel;
- III - comprovantes de pagamento de luz, água ou telefone;
- IV - comprovante de conta corrente ou poupança em conjunto;
- V - carteira de dependentes em associações médicas e recreativas;
- VI - comprovantes fiscais ou carnês de compra de utilidades domésticas;
- VII - recibos de pagamentos;
- VIII - correspondências recebidas que comprovem domicílio comum do casal;
- IX - apólices de seguros;
- X - certidão de casamento no rito religioso.

§ 6º Para os efeitos do § 5º, não será computado o tempo de coabitação simultânea no regime marital, mesmo em tetos distintos, entre o segurado e outra pessoa, desde que não se tenha verificado o fim do vínculo matrimonial.

§ 7º A situação de dependência econômica e de convivência marital será apreciada em cada caso concreto, sendo que a simples apresentação dos documentos listados acima não vincula o IPASC reconhecer a referida situação.

Art. 8º O enteado e menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

Parágrafo único. O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado quando, além de atender aos requisitos do caput, houver a apresentação de termo de tutela atualizado.

Art. 9º Os filhos e os irmãos maiores e inválidos somente figurarão como dependentes do segurado se restar comprovado, cumulativamente, que:

- I - a incapacidade para o trabalho é total e permanente;
- II - a invalidez é anterior ou simultânea ao óbito do segurado;

Parágrafo único. A condição de invalidez será apurada por Perícia Médica Oficial do RPPS ou por instituição por ele credenciada, devendo ser verificada e atestada por períodos não superiores a 01 (um) anos, no máximo, salvo hipótese em que a Perícia Médica estabelecer prazo distinto.

Art. 10. Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

§ 1º A inscrição dos dependentes é condição obrigatória para a concessão de qualquer benefício e, quando for o caso, deverá ser comprovada a dependência.

§ 2º O segurado detém a obrigação de comunicar fato que importe em inclusão ou exclusão de dependente, mediante declaração escrita e documentada.

§ 3º A perda da condição de segurado, nos termos do art. 12 desta Lei Complementar implica o automático cancelamento da

inscrição de seus dependentes, exceto no caso de falecimento do segurado.

Art. 11. A inscrição do dependente será realizada mediante a apresentação dos documentos estabelecidos em regulamento.

Parágrafo único. Os pais ou irmãos, para fins de concessão de benefícios, devem também comprovar a inexistência de dependentes preferenciais, mediante declaração firmada perante o RPPS.

### Seção III

Da Suspensão e da Perda da Qualidade de Segurado e de Dependente

Art. 12. A perda da qualidade de segurado com obrigatoriedade de recolhimento previdenciário ocorre:

I - pelo falecimento;

II - pela demissão ou exoneração em virtude de sentença judicial transitada em julgado, procedimento de avaliação periódica de desempenho ou processo administrativo devidamente concluído nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Caçador/SC.

Art. 13. A perda da qualidade de dependente ocorrerá:

I - para o cônjuge:

a) pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos;

b) pela anulação do casamento;

c) pelo óbito;

d) de sentença judicial transitada em julgado.

II - para a companheira ou companheiro, pela cessação da união estável, enquanto não lhe for garantida a prestação de alimentos;

III - para o filho e o irmão, de qualquer condição:

a) ao completarem dezoito anos de idade, salvo se inválidos;

b) pela emancipação.

IV - para os dependentes em geral:

a) pela cessação da invalidez;

b) pelo falecimento.

### CAPÍTULO III

#### DA CONTAGEM DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 14. Para os efeitos das prestações e de mais benefícios previdenciários previstos nesta Lei Complementar, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição ou do tempo de serviço em atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social Federal, assim como do tempo de serviço público prestado aos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, deste e demais Municípios, hipótese em que os diferentes regimes de previdência social se compensarão financeiramente, nos termos do § 9º do art. 201, da Constituição da República.

§ 1º Por força desta Lei Complementar, o tempo de contribuição previsto neste artigo será considerado única vez para efeito de aposentadoria e o segurado terá direito de computar, para fins de concessão das suas prestações e demais benefícios previdenciários,

o tempo de contribuição ou de serviço em atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, bem como o tempo de serviço público prestado em todas as esferas da Federação.

§ 2º O tempo de contribuição ou de serviço de que trata este artigo, será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as seguintes normas:

I - não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais;

II - é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitantes;

III - não será contado por um regime, o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria ou pensão pelo outro.

Art. 15. Para fins de concessão de aposentadoria é vedada a contagem de tempo fictício de contribuição.

§ 1º Não se considera fictício o tempo definido em lei como tempo de contribuição para fins de concessão de aposentadoria quando tenha havido, por parte do servidor, a prestação do serviço ou a correspondente contribuição.

§ 2º O tempo de serviço considerado pela legislação vigente até 15 de dezembro de 1998, será contado como tempo de contribuição.

Art. 16. Os documentos comprobatórios do tempo de contribuição e da remuneração utilizada como sua base de cálculo deverão estar de acordo com as normas gerais estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social e o regulamento desta Lei Complementar.

Art. 17. O servidor licenciado sem perceber remuneração pelo Tesouro Público Municipal mantém o vínculo de segurado, com obrigação do próprio servidor de recolher a contribuição previdenciária na sua integralidade, englobando as partes do segurado e patronal.

Parágrafo único. Os segurados mencionados no caput deste artigo perderão tal qualidade no momento em que deixarem de recolher as contribuições devidas ao RPPS.

#### CAPÍTULO IV DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Art. 18. O RPPS compreende os seguintes benefícios:

I - quanto ao segurado:

a) aposentadoria por invalidez;

b) aposentadoria compulsória;

c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;

d) aposentadoria voluntária por idade;

e) aposentadoria especial de professor;

II - quanto ao dependente:

a) pensão por morte;

b) auxílio-reclusão.

§ 1º Os benefícios serão concedidos nos termos e condições definidas nesta Lei Complementar, observadas, no que couberem, as normas previstas na Constituição Federal, Estatuto dos Servidores

Públicos Municipais de Caçador e legislação infraconstitucional em vigor.

§ 2º O Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Caçador, não poderá conceder benefícios distintos dos previstos neste artigo, disciplinados em conformidade com os estabelecidos no Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de que trata a Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário na Constituição Federal.

§ 3º A restituição de importância recebida indevidamente por beneficiário do Regime Próprio de Previdência Social, nos casos comprovados de recebimento indevido por meio de dolo, fraude ou má-fé, deverá ser feita de uma só vez, devidamente atualizada, independentemente da aplicação de quaisquer penalidades previstas em lei.

§ 4º Os proventos, calculados de acordo com o caput deste artigo, por ocasião de sua concessão, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

#### Seção I

##### Da Aposentadoria por Invalidez

Art. 19. A aposentadoria por invalidez permanente será concedida ao segurado que for considerado definitivamente incapacitado para o cargo ou função pública, por motivos de deficiência física, mental ou fisiológica, enquanto permanecer nessa condição, sendo:

I - precedida de licença para tratamento de saúde ou por acidente, por período não excedente a 24(vinte e quatro) meses;

II - determinada a condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo de junta médica designada pelo IPASC;

III - devida a partir da publicação do ato concessório.

§ 1º Ressalvado o disposto no § 3º deste artigo, os proventos da aposentadoria por invalidez permanente será proporcional ao tempo de contribuição do segurado, exceto se decorrer de acidente de serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no § 9º deste artigo, hipóteses em que os proventos serão integrais, observado quanto ao seu cálculo, nesta Lei Complementar.

§ 2º Verificada a impossibilidade de readaptação, nos termos da lei, pela Perícia Médica Oficial do IPASC ou por instituição por ele credenciada, será emitido laudo médico pericial detalhado, contendo o histórico da doença ou afecção, bem como sua classificação no Código Internacional de Doenças - CID, atestando a invalidez permanente do servidor.

§ 3º O servidor que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal.

§ 4º Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base § 3º o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores.

§ 5º A aposentadoria por invalidez será concedida com base na

legislação vigente na data do laudo médico-pericial.

§ 6º O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez, além dos demais devido ao beneficiário civilmente incapaz, será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a 06 (seis) meses pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

§ 7º O beneficiário em gozo de aposentadoria por invalidez permanente e o pensionista inválido, é obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a se submeter bianualmente a exame médico a cargo da junta médica designada pelo IPASC, para o efeito de comprovação da causa determinante da invalidez.

§ 8º O aposentado por invalidez que retornar ao exercício de atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez suspensa inclusive em caso de exercício de cargo eletivo, com consequente instauração de processo administrativo para revisar tal benefício, conforme disposições em regulamento próprio.

§ 9º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o § 1º deste artigo, as seguintes: tuberculose ativa; hanseníase; alienação mental; neoplasia maligna; cegueira; paralisia irreversível e incapacitante; cardiopatia grave; doença de Parkinson; espondiloartrose anquilosante; nefropatia grave; estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante); síndrome da deficiência imunológica adquirida - AIDS; contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; hepatopatia grave.

Art. 20. Consideram-se acidente de serviço, nos termos deste artigo:

I - o que ocorre pelo exercício da atividade, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução permanente ou temporária da capacidade laboral;

II - a doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar da atividade e constante da respectiva relação de doenças elaborada pelo Ministério da Previdência Social - MPS;

III - a doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante na relação a que se refere o inciso II.

§ 1º Equiparam-se ao acidente em serviço:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo;

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço a administração direta, autárquica e fundacional do Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município, dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, nos termos do regulamento.

§ 2º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

Art. 21. O aposentado por invalidez que tiver cessada a incapacidade ou que voltar a exercer qualquer atividade remunerada, perderá o direito ao benefício, a partir da data da reversão, já que insubsistentes os motivos da aposentadoria.

§ 1º Na hipótese prevista neste artigo, a aposentadoria por invalidez cessará a partir da data da publicação do ato de reversão.

§ 2º O segurado que retornar à atividade poderá requerer novo benefício, na forma desta Lei Complementar e de seu regulamento.

## Seção II

### Da Aposentadoria Compulsória

Art. 22. O segurado será aposentado compulsoriamente aos 70 (setenta) anos de idade, nos termos do inciso II, § 1º art. 40 da Constituição da República, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida nesta Lei Complementar.

§ 1º A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço.

§ 2º A responsabilidade pelo controle e notificação ao segurado e ao RPPS da data do implemento da idade limite de 70 (setenta) anos é da unidade de recursos humanos do órgão em que o segurado estiver lotado, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data do jubileamento para que o órgão gestor do RPPS possa, compulsoriamente, emitir o ato de inativação.

## Seção III

### Da Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 23. O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista no art. 37, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - tempo mínimo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) anos de tempo de contribuição, se mulher.

§ 1º A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do seu respectivo ato de concessão.

§ 2º É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 39.

#### Seção IV Da Aposentadoria Voluntária por Idade

Art. 24. O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no art. 37, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios;

II - tempo mínimo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;

III - 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher.

§ 1º A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do seu respectivo ato de concessão.

§ 2º É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 39.

#### Seção V Da Aposentadoria Especial de Professor

Art. 25. O professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, quando da aposentadoria prevista no art. 23, terá os requisitos de idade e de tempo de contribuição reduzidos em 05 (cinco) anos.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se função de magistério as exercidas por professores no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio, em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício de docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico, conforme critérios e definições estabelecidas nas normas municipais.

§ 2º A aposentadoria de que trata este artigo vigorará a partir da data da publicação do seu respectivo ato de concessão.

§ 3º O cálculo desse benefício dar-se-á na forma do art. 37.

§ 4º É assegurado o reajuste desse benefício na forma do art. 39.

#### Seção VI Da Pensão por Morte

Art. 26. A pensão por morte poderá ser requerida a qualquer tempo, observado o prazo de prescrição e decadência e será devida ao conjunto de dependentes do segurado que falecer, a contar da

data:

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

II - do requerimento, quando formulado após o prazo previsto no inciso I;

III - da decisão judicial, no caso de declaração de ausência ou desaparecimento do segurado.

§ 1º O valor da pensão por morte a ser concedida aos dependentes do servidor de cargo efetivo e dos aposentados falecidos a partir da data da publicação desta Lei Complementar será:

I - quanto aos dependentes do servidor aposentado, a totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior a do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite;

II - quanto aos dependentes do servidor em atividade, a totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior a do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a esse limite.

§ 2º Conforme critérios estabelecidos em lei específica, os proventos de pensão concedidos de acordo com este artigo serão reajustados para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.

§ 3º Na hipótese de que trata o inciso II do § 1º, a remuneração a ser considerada é aquela composta pelas parcelas já incorporadas nos termos de lei local, na data do falecimento do segurado.

§ 4º Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até duas pensões no âmbito do RPPS, exceto as pensões deixadas por cônjuge, companheiro ou companheira, casos em que, ressalvadas as decorrentes de cargos acumuláveis, só será permitida a percepção de uma, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

§ 5º Na hipótese de cálculo de pensão oriunda de falecimento do servidor na atividade, é vedada a inclusão de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de cargo em comissão, de outras parcelas de natureza temporária, ou do abono de permanência, bem como a previsão de incorporação de tais parcelas diretamente no valor da pensão ou na remuneração, apenas para efeito de concessão do benefício.

§ 6º Será concedida pensão provisória aos dependentes por morte presumida do segurado no caso de decisão declaratória de ausência expedida por autoridade judicial competente.

§ 7º O beneficiário da pensão provisória deverá, anualmente, declarar que o segurado permanece ausente, sob pena de suspensão do benefício, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao RPPS o seu reaparecimento, responsabilizando-se civil e penalmente pela omissão.

§ 8º A pensão provisória será transformada em definitiva com a comprovação do óbito do segurado ou ausente, e cessará na hipótese de eventual reaparecimento do segurado, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 27. A pensão por morte será rateada em partes iguais entre todos os dependentes inscritos, não se adiando a concessão por falta de habilitação de outros possíveis beneficiários, e qualquer inscrição ou habilitação posterior à pensão, que importe em



exclusão ou inclusão de dependente, só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput do art. 26 os dependentes credores de alimentos, caso em que farão jus à pensão por morte em percentuais ou valores iguais ao da pensão alimentícia que recebiam do segurado.

§ 2º Sempre que se extinguir uma parte da pensão, pela perda da qualidade de dependente, processar-se-á um novo rateio entre os dependentes remanescentes.

§ 3º Com a extinção da cota do último pensionista, a pensão por morte será encerrada.

§ 4º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica.

Art. 28. Não faz jus à pensão o dependente condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

#### Seção VII Do Auxílio Reclusão

Art. 29. O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal concedida aos dependentes do servidor segurado recolhido à prisão que tenha renda bruta mensal igual ou inferior à fixada pela legislação federal para a concessão do mesmo benefício pelo Regime Geral de Previdência Social, e que não perceber remuneração dos cofres públicos.

§ 1º O auxílio-reclusão será rateado em cotas-partes iguais entre os dependentes do segurado referidos no caput.

§ 2º Será revertida em favor dos dependentes restantes, e rateada entre eles, a parte do benefício daquele cujo direito ao auxílio-reclusão se extinguir.

§ 3º O auxílio-reclusão será devido a contar da data em que o segurado preso deixar de perceber dos cofres públicos.

§ 4º Na hipótese de fuga do segurado, o benefício será restabelecido a partir da data da recaptura ou da reapresentação à prisão, nada sendo devido aos seus dependentes enquanto estiver o segurado evadido.

§ 5º Para a instrução do processo de concessão deste benefício, além da documentação que comprovar a condição de segurado e de dependentes, serão exigidos:

I - documento que certifique o não pagamento da remuneração ao segurado pelos cofres públicos, em razão da prisão;

II - certidão emitida pela autoridade competente sobre o efetivo recolhimento do segurado à prisão e o respectivo regime de cumprimento da pena, sendo tal documento renovado trimestralmente.

§ 6º Caso o segurado venha a ser ressarcido com o pagamento da remuneração correspondente ao período em que esteve preso, e seus dependentes tenham recebido auxílio-reclusão, o valor correspondente ao período de gozo do benefício deverá ser restituído ao IPASC pelo segurado ou por seus dependentes, aplicando-se os juros e índices de correção incidentes no ressarcimento da remuneração.

§ 7º Aplicar-se-ão ao auxílio-reclusão, no que couberem, as disposições atinentes à pensão por morte.

§ 8º Se o segurado preso vier a falecer na prisão, o benefício será transformado em pensão por morte.

§ 9º O pagamento do auxílio-reclusão do servidor será de responsabilidade do IPASC, que o fará com recursos não vinculados ao RPPS.

#### CAPÍTULO V DO ABONO ANUAL

Art. 30. Os aposentados e pensionistas terão direito à percepção do abono anual que será proporcional, em cada ano, ao número de meses de benefícios pagos pelo IPASC, em que cada mês corresponderá a 1/12 (um doze avos), e terá por base o valor do benefício do mês de dezembro, exceto quando o benefício encerrar-se antes deste mês, quando o valor será o do mês da cessação.

Parágrafo único. Será facultada a antecipação de até metade do abono anual, também denominado de décimo terceiro salário, aos aposentados e pensionistas, que requererem, entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano.

#### CAPÍTULO VI DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO

Seção I  
Da Aposentadoria Voluntária - Art. 2º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003

Art. 31. Ao segurado do RPPS que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas e títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, até 16 de dezembro de 1998, é facultado aposentar-se com proventos calculados de acordo com o art. 37, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher;

II - tiver 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher;

b) um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data prevista no caput, faltava para atingir o limite de tempo constante da alínea "a" deste inciso.

§ 1º O servidor de que trata este artigo, que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do caput, terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos nos arts. 23 e 25, na seguinte proporção:

I - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para aquele que completar as exigências para aposentadoria conforme estabelecido no caput deste artigo até 31 de dezembro de 2005;

II - 5% (cinco por cento), para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do caput a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º O número de anos antecipados para cálculo da redução de que trata o § 1º deste artigo será verificado no momento da concessão do benefício.

§ 3º Os percentuais de redução de que tratam os incisos I e II do § 1º deste artigo, serão aplicados sobre o valor do benefício de aposentadoria calculado segundo o art. 37 verificando-se previamente a observância ao limite da remuneração do servidor no cargo efetivo previsto no § 9º do mesmo artigo.

§ 4º O segurado professor que, até a data de 16 de dezembro de 1998, data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de 17% (dezessete por cento), se homem, e de 20% (vinte por cento), se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º anteriores.

§ 5º Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo serão reajustados de acordo com o disposto no art. 39.

#### Seção II

Da Aposentadoria Voluntária - Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003

Art. 32. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no art. 40 da Constituição Federal (arts. 23 24 e 25 desta Lei Complementar) ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003 (art. 31 desta Lei Complementar), o segurado do RPPS que tiver ingressado no serviço público na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas às reduções de idade e tempo de contribuição contidas no art. 25, desta Lei Complementar, (§ 5º do art. 40 da Constituição Federal), vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher;

II - 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;

III - 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

IV - 10 (dez) anos de carreira;

V - 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

#### Seção III

Da Aposentadoria Especial - Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003

Art. 33. Professores que implementaram cumulativamente as condições de 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público, 10 (dez) anos de carreira e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e que comprovem, exclusivamente, tempo de efetivo exercício em funções de magistério, na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, conforme disciplinado no § 1º do art. 25, desta Lei Complementar, terão reduzidos em 5 (cinco) anos os critérios de idade e tempo de contribuição indicados nos incisos I e II do art. 32.

#### Seção IV

Da Aposentadoria Voluntária - Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47 de 2005

Art. 34. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal (arts. 23 24 e 25 desta Lei Complementar) ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003 (art. 31, 32 e 33, desta Lei Complementar), o servidor que tenha ingressado no serviço público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, até 16 de dezembro de 1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;

II - 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

III - 15 (quinze) anos de carreira;

IV - 5 (cinco) anos no cargo em que se der a aposentadoria;

V - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites de idade fixados no art. 23, inciso III, desta Lei Complementar - 60 anos se homem ou 55 se mulher - de 01 (um) ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Os proventos de aposentadoria e de pensões, oriundas de benefícios concedidos nos termos deste artigo, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como qualquer benefício ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação de cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, observados os limites remuneratórios estipulados nesta Lei Complementar.

#### Seção V

Do Direito Adquirido - Art. 3º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003

Art. 35. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos segurados e seus dependentes que, até 31 de dezembro de 2003, tenham cumprido todos os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos segurados referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até 31 de dezembro de 2003, bem como as pensões, serão calculadas de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

§ 2º Os proventos de aposentadoria e de pensões, oriundas de benefícios concedidos nos termos deste artigo, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como qualquer benefício ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação de cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, observados os limites remuneratórios estipulados nesta Lei Complementar.

## CAPÍTULO VII DO ABONO DE PERMANÊNCIA

Art. 36. O abono de permanência, a ser pago pelo Município, em valor equivalente ao da contribuição previdenciária efetivamente descontada do servidor que optar por permanecer em atividade depois de cumpridos todos os requisitos e critérios para obtenção de aposentadoria voluntária (arts. 23, 24, 25, 31 e 35) nos termos do art. 40, caput e § 5º, da Constituição da República e da regra de transição prevista no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003, será devido ao servidor até:

I - completar as exigências para a aposentadoria compulsória;

II - obter aposentadoria de acordo com outra regra, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 1º Para o recebimento do abono de permanência, o servidor deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos do Município, termo de opção, devidamente motivado e fundamentado.

§ 2º O recebimento do abono de permanência referido no caput, deste artigo, não constitui impedimento à concessão de benefício de aposentadoria de acordo com outra regra estabelecida nesta Lei Complementar, desde que cumpridos seus requisitos.

§ 3º Em caso de cessão de servidor ou de afastamento para exercício de mandato eletivo, o responsável pelo pagamento do abono de permanência será o órgão ou a entidade ao qual incumbe o ônus do pagamento da remuneração ou do subsídio, salvo disposição expressa em sentido contrário no termo, ato ou outro documento de cessão ou afastamento do segurado.

§ 4º O pagamento do abono de permanência será devido somente a partir da opção expressa do servidor que tenha cumprido os requisitos para obtenção do benefício de aposentadoria, nos termos do art. 36, de permanecer em atividade no serviço público municipal.

## CAPÍTULO VIII DA REGRA DE CÁLCULO DOS PROVENTOS E DO REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS

Art. 37. O valor do benefício, de aposentadoria concedida pelo RPPS, nos termos dos arts. 19, 22, 23, 24, 25 ou 31, assim como previsto no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41 de 2003, no § 1º, I, II, nas alíneas "a" e "b" do inciso III e no § 5º do art. 40 da Constituição da República, será o resultado do cálculo das remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado.

§ 1º Para o cálculo dos proventos das aposentadorias referidas no caput, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações ou subsídios utilizados como base para as contribuições previdenciárias do servidor, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo, desde a competência julho de 1994, ou, desde o início da contribuição, se posterior a essa data.

§ 2º As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos de aposentadoria, conforme parágrafo anterior terão seus valores atualizados, mês a mês, de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição utilizados pelo Regime Geral de Previdência Social, conforme portaria editada mensalmente pelo Ministério da Previdência Social - MPS.

§ 3º Na hipótese de não ter havido a instituição de contribuição para o Regime Previdenciário Próprio a que o servidor esteve

vinculado durante o período a que se refere o § 1º deste artigo, considerar-se-á para cálculo dos proventos da aposentadoria, a remuneração do servidor no cargo efetivo no mesmo período, inclusive nos períodos em que houve isenção de contribuição ou afastamento do cargo, desde que o respectivo afastamento tenha sido considerado como de efetivo exercício.

§ 4º Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo dos proventos de aposentadoria serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado.

§ 5º O valor do provento de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, não poderá exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 6º A determinação do número das competências correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo, de que trata o § 1º deste artigo, será definida depois da aplicação dos fatores de atualização e da observância, mês a mês, dos limites estabelecidos no § 5º deste artigo desprezando a parte decimal.

§ 7º Se a partir de julho de 1994 houver lacunas no período contributivo do segurado por ausência de vinculação a qualquer regime previdenciário, esse período será desprezado para o cálculo a que se refere este artigo.

§ 8º O valor do provento de aposentadoria respeitará os limites mínimo e máximo prescritos nesta Lei Complementar, também quando:

I - decorrentes de acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuições para o Regime Geral de Previdência Social;

II - resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração acumulável, cargo em comissão e cargo eletivo.

§ 9º No cálculo de que trata este artigo, deverão ser consideradas as remunerações pagas retroativamente em razão de determinação legal, administrativa ou judicial, sobre as quais incidiram a contribuição previdenciária.

Art. 38. Para o cálculo dos proventos de aposentadoria proporcionais ao tempo de contribuição, será utilizada a fração tendo:

I - no numerador, o total do tempo das contribuições efetuadas pelo servidor, em anos civis;

II - no denominador, o tempo necessário para aposentadoria voluntária com proventos integrais não se aplicando a redução no tempo de idade e contribuição relativa à aposentadoria especial de professor ao denominador, a saber:

a) trinta e cinco anos se homem;

b) trinta anos se mulher.

§ 1º A fração de que trata o caput deste artigo será aplicada sobre o valor dos proventos calculados nos termos do art. 37, observando-se previamente o limite estabelecido no § 5º do mesmo artigo.

§ 2º Os períodos de tempo utilizados no cálculo a que se refere este artigo serão considerados em número de dias.

Art. 39. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, atualizados pelos critérios e índices estabelecidos para fins de reajustes dos benefícios do RGPS, nos termos da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e suas alterações.

Parágrafo único. É vedada a extensão de reajustamento paritário com utilização dos recursos previdenciários, quanto aos benefícios previdenciários com paridade, ainda que a título de antecipação do reajuste anual ou de recomposição de perdas salariais anteriores à concessão do benefício.

Art. 40. Os proventos de aposentadoria e de pensões pagos pelo RPPS, que estiverem em desacordo com o determinado nesta Lei Complementar e na Constituição Federal terão os seus valores imediatamente reduzidos aos limites legais estipulados, não se admitindo, nesse caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

#### CAPÍTULO IX

##### DA VEDAÇÃO DE INCLUSÃO DE PARCELA TEMPORÁRIA NOS BENEFÍCIOS

Art. 41. Não será computado, para efeito de cálculo e pagamento de quaisquer benefícios estabelecidos por esta Lei Complementar, parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de cargo de confiança, cargo em comissão ou local de trabalho, bem como as decorrentes de promoções ou vantagens concedidas em desacordo com a legislação vigente e sobre as quais não incidiu contribuição para o Regime Previdenciário Próprio, como também outras parcelas temporárias de remuneração.

Parágrafo único. Não se incluem na vedação prevista no caput deste artigo as parcelas que tiverem integrado a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com proventos calculados pela média aritmética.

#### CAPÍTULO X

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS BENEFÍCIOS

Art. 42. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrente do RPPS, com remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados as hipóteses de acumulação lícita de cargos prevista na Constituição da República, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º A vedação a que se refere o caput deste artigo não se aplica aos servidores e aposentados que até 16/12/1998, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria por este Regime Previdenciário Próprio, exceto quando os cargos acumuláveis.

§ 2º É obrigatória a renúncia pelo aposentado, aos proventos de aposentadoria concedidas pelo RPPS, para investidura em cargo público efetivo em virtude de aprovação em concurso público, na hipótese do novo cargo não ser acumulável com aquele que gerou a aposentadoria.

§ 3º Aos segurados de que trata o § 1º deste artigo é resguardado o direito de opção pela aposentadoria mais vantajosa.

Art. 43. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes de cargos acumuláveis na forma da Constituição da República, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria por conta do RPPS.

Art. 44. Prescreve em 5 (cinco) anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para requerer prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pelo RPPS, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes, na forma da legislação vigente.

Art. 45. Na ocorrência das hipóteses previstas para a concessão

de aposentadoria compulsória ou por invalidez o segurado que tenha cumprido os requisitos para concessão de aposentadoria voluntária em qualquer regra, o RPPS deverá facultar que, antes da concessão da aposentadoria de ofício, o servidor, ou seu representante legal, opte pela aposentadoria de acordo com a regra que julgar mais vantajosa.

Art. 46. Qualquer dos benefícios previstos nesta Lei Complementar será pago diretamente ao beneficiário, salvo na hipótese de incapaz ou curatelado em que o benefício poderá ser pago a procurador legalmente constituído, cujo mandato específico não exceda de seis meses, renováveis.

Parágrafo único. O valor não recebido em vida pelo segurado será pago somente aos seus dependentes habilitados à pensão por morte, ou, na falta deles, aos seus sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento, na forma da lei.

Art. 47. Podem ser descontados dos benefícios pagos aos segurados e dependentes:

I - as contribuições devidas ao Regime Previdenciário Próprio, observado o disposto nos arts. 61, 62 e 63 desta Lei Complementar;

II - as restituições de valores de benefícios recebidos a maior ou além do devido;

III - Imposto de Renda retido na fonte, ressalvadas as disposições legais;

IV - pensão de alimentos decretada em sentença ou decisão judicial;

V - mensalidade de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que devidamente autorizadas pelo beneficiário e pelo IPASC;

VI - as consignações, estabelecidas na forma da lei.

§ 1º Os descontos legalmente determinados, incidentes sobre os proventos dos benefícios pagos pelo RPPS, serão efetuados antes do rateio referente a pensão por morte.

§ 2º Na hipótese do inciso II, do caput, o desconto será feito em parcelas mensais, tantas quantas forem necessárias, em valores atualizados, não excedentes a 30% (trinta por cento) do valor do benefício, salvo má-fé, quando o responsável será também submetido à penalidade conforme o Código Penal Brasileiro.

Art. 48. Salvo em caso de rateio entre os dependentes do segurado e o abono de permanência, os benefícios previdenciários, por ocasião de sua concessão, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo.

Art. 49. Independe de carência a concessão de benefícios previdenciários pelo RPPS, ressalvadas as aposentadorias que observam os prazos mínimos previstos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. Para efeito do cumprimento dos requisitos de concessão das aposentadorias mencionadas no caput deste artigo, o tempo de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria deverá ser cumprido no cargo efetivo do qual o servidor seja titular na data imediatamente anterior à da concessão do benefício.

Art. 50. Os requisitos relacionados ao tempo no cargo efetivo e ao tempo na carreira observarão as alterações de denominação efetuadas na legislação aplicável ao servidor, inclusive no caso de reclassificação ou reestruturação de cargos e carreiras, além de



alterações de cargas horárias do mesmo cargo.

Art. 51. Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se como tempo de efetivo exercício:

I - no serviço público, o exercício, ainda que descontinuo exercido na administração direta, autárquica ou fundacional, de qualquer dos entes federativos;

II - na função de magistério, a atividade docente de professor exercida nos termos do § 1º do art. 25.

Art. 52. Na hipótese de o cargo em que se der a aposentadoria não estar inserido em plano de carreira, o requisito previsto quanto ao tempo de carreira desta Lei Complementar deverá ser cumprido no último cargo efetivo.

Art. 53. É vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do art. 40, § 4º, da Constituição da República, até que lei complementar federal discipline a matéria.

Art. 54. Concedido o benefício previdenciário, após a publicação do ato concessório, ou de revisão de proventos, o processo será encaminhado para apreciação e registro no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina pela Diretoria Executiva, mediante ofício.

§ 1º Caso o ato da concessão não seja aprovado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o benefício será revisto e promovidas as medidas administrativas pertinentes.

§ 2º Não sendo possível sanar a irregularidade apontada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina por ilegalidade do ato de concessão, o benefício será nulo sob Ato devidamente fundamentado, sem prejuízo de apuração de responsabilidades.

Art. 55. Salvo quanto aos descontos autorizados por esta Lei Complementar, ou derivado de decisão judicial, o provento de benefício não pode ser objeto de penhora, arresto ou sequestro sendo nula de pleno direito, sua venda ou cessão, ou a constituição de qualquer ônus sobre ele, bem como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria para o seu recebimento.

## TÍTULO II DO PLANO DE CUSTEIO

Art. 56. O Plano de Custeio do RPPS será financiado por recursos provenientes de contribuições, bens, direitos, ativos e seus rendimentos bem como de receitas de outras fontes.

§1º Os percentuais das contribuições de que trata o caput serão determinados:

I - para o Município, por cálculo atuarial, observados os parâmetros para sua aplicação, nos termos do art. 63;

II - para os servidores ativos, aposentados e pensionistas nos termos dos arts. 61 e 62.

§ 2º Nenhum benefício poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total e desde que previsto, antes, em lei federal.

§ 3º Os recursos do RPPS somente serão utilizados para o custeio de benefícios previdenciários, estabelecidos nesta Lei Complementar, salvo os referentes a taxa de administração prevista nesta Lei Complementar destinada à manutenção desse regime.

Art. 57. Na operacionalização do custeio do RPPS é vedada:

I - a celebração de convênio, consórcio ou outra forma de associação com entidades ou órgãos Estaduais ou Federais, para a concessão e manutenção de benefícios previdenciários;

II - a utilização de recursos do RPPS para fins de assistência médica e financeira de qualquer espécie.

## CAPÍTULO I DO FATO GERADOR

Art. 58. Constituirá fato gerador das contribuições previdenciárias para o RPPS a remuneração de contribuição previdenciária do segurado, da disponibilidade econômica ou jurídica de tal remuneração conforme especificação nesta Lei Complementar.

§ 1º Entende-se por remuneração de contribuição previdenciária, para efeitos desta Lei Complementar:

I - para o servidor público titular de cargo efetivo ativo, a remuneração ou subsídio auferido, assim entendido a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados inerentes ao cargo, durante o mês ou por força de decisão judicial;

II - para o aposentado, sobre a parcela dos proventos de aposentadoria que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

III - para o pensionista, sobre a parcela do benefício da pensão que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, antes de sua divisão em cotas para os dependentes.

§ 2º A contribuição dos beneficiários portadores de doença incapacitante incidirá sobre a parcela de proventos que superarem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, desde que devidamente atestada pela Perícia Médica Oficial do Município ou por instituição credenciada.

## CAPÍTULO II DA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 59. Considera-se na base de cálculo das contribuições inseridas na remuneração da contribuição previdenciária, para os efeitos desta Lei Complementar, o vencimento básico do cargo efetivo acrescido de todas as parcelas de caráter remuneratório e outras vantagens percebidas pelo servidor, conforme estabelecido em Lei, excluídas:

I - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão ou do local de trabalho, exceto quando tais parcelas integrarem a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar, nos termos da legislação em vigor.

II - o abono de permanência, pago pelo Município nos termos desta Lei Complementar;

III - o salário-família;

IV - diárias para viagem;

V - ajuda de custo;

VI - indenização de transporte;

VII - auxílio alimentação;

VIII - auxílio-creche;

IX - parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de

trabalho;

X - outras parcelas de caráter indenizatório, definidas em lei.

§ 1º Integram a remuneração de contribuição o valor do décimo terceiro salário, o abono de férias, o salário-maternidade, o auxílio-doença, auxílio reclusão, adicionais de caráter individual, vantagens pecuniárias permanentes do cargo e os valores pagos aos segurados, em razão do seu vínculo com o Município, excluídas as parcelas referidas nos incisos I a X.

§ 2º O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 3º Para o segurado em regime de acumulação remunerada de cargos considerar-se-á, para fins do RPPS, o somatório da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

§ 4º A responsabilidade pelo desconto, recolhimento ou repasse das contribuições previstas nos termos desta Lei Complementar, será do dirigente do órgão ou entidade que efetuar o pagamento da remuneração ou benefício e ocorrerá até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao que o crédito corresponder, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente, quando não houver expediente bancário no dia do vencimento.

Art. 60. Incidirá desconto da contribuição previdenciária nas demais verbas que, nos termos da legislação municipal, são consideradas no cálculo dos proventos de aposentadoria e pensão.

### CAPÍTULO III DA ALÍQUOTA DE CONTRIBUIÇÃO

Art. 61. A contribuição do servidor público ativo, titular de cargo efetivo, para o RPPS será calculada mensalmente e descontada compulsoriamente, mediante aplicação da alíquota 11% (onze por cento) sobre o valor da base de cálculo das contribuições previdenciárias, conforme previsto nos art. 59 e 60 desta Lei Complementar.

Art. 62. A contribuição dos aposentados e dos pensionistas será calculada mensalmente e descontada compulsoriamente, mediante a aplicação da alíquota de 11% (onze por cento) sobre o valor dos proventos de aposentadoria e pensão que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social a partir da publicação desta Lei Complementar.

Art. 63. A contribuição do Município, prevista atuarialmente, para o RPPS, incluídas suas autarquias e fundações, corresponde à alíquota de 11% (onze por cento), calculada mensalmente sobre o valor da base de cálculo dos servidores efetivos ativos.

### CAPÍTULO IV DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

#### Seção I Da Contribuição dos Segurados Ativos, Inativos e dos Pensionistas.

Art. 64. É facultada ao servidor a inclusão, em sua base de cálculo, das parcelas pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança ou de cargo em comissão, mediante autorização expressa, inclusive quando pagas por ente cessionário, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no art. 40, § 2º, da Constituição da República.

§ 1º O décimo-terceiro salário e o abono anual integram a base de cálculo no mês do seu pagamento.

§ 2º Para o segurado em regime de acumulação remunerada de

cargos, considerar-se-á, para fins de incidência da contribuição e concessão de benefícios pelo RPPS, a integralidade da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

§ 3º Em qualquer caso, as contribuições correspondentes deverão ser repassadas ao IPASC no mesmo prazo fixado para o repasse das contribuições relativas à competência em que se efetivar o pagamento dos valores retroativos, sob pena de incidirem os acréscimos legais.

Art. 65. Salvo na hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições pagas para o RPPS.

#### Subseção Única Da Contribuição dos Servidores Cedidos, Afastados e Licenciados

Art. 66. Detêm obrigatoriedade de recolhimento das contribuições previdenciárias instituídas por esta Lei Complementar, o Órgão ou Entidade dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal ou Município em que o servidor efetivo estiver exercendo a atividade quando:

I - afastado para o exercício de cargo eletivo ou dirigente sindical;

II - ocupante de cargo em comissão ou função de confiança;

III - designado, cedido ou requisitado, com ou sem ônus para o Município.

§ 1º Nas hipóteses deste artigo observar-se-á:

I - o cálculo da contribuição sobre a remuneração do cargo de que o servidor é titular, caso não tenha optado diferentemente nos termos desta Lei Complementar;

II - o recolhimento e o repasse das contribuições devidas ao RPPS sob a responsabilidade do órgão ou entidade cessionária na qual o servidor cedido estiver em exercício sem ônus para o Município.

§ 2º Caso o cessionário ou o órgão de exercício do mandato não efetue o repasse das contribuições ao IPASC no prazo legal, caberá ao ente cedente efetuar-lo, buscando o reembolso de tais valores junto ao cessionário.

Art. 67. A contribuição efetuada durante o afastamento do servidor em licença ou afastamento sem remuneração não será computada para cumprimento dos requisitos de tempo de carreira e tempo no cargo efetivo que embasa a concessão de aposentadoria, ressalvadas as disposições estatutárias.

#### Seção II Da Contribuição do Município

Art. 68. A contribuição do Município ao RPPS obedecerá ao cálculo atuarial e não poderá ser inferior a contribuição dos servidores, nem poderá exceder, a qualquer título, o dobro da contribuição do servidor ativo, do aposentado e do pensionista

Art. 69. O Município cobrirá eventuais insuficiências financeiras do Regime Previdenciário Próprio do Município de Caçador, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, observada a proporcionalidade das despesas dos servidores segurados dos

Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 70. O aporte, assim como as transferências referentes à amortização de eventuais déficits verificados no RPPS, não serão computados para efeito da limitação de que trata o art. 68, desta Lei Complementar.

Art. 71. A contribuição previdenciária da administração direta, autárquica e fundacional do Município para o RPPS será constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal, fixados obrigatoriamente na Lei Orçamentária Anual.

#### CAPÍTULO V DA ARRECADAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 72. A arrecadação e o recolhimento dos valores e das contribuições devidas às contas do IPASC obrigam o Município a:

I - contados da data que ocorrer o crédito correspondente, até 10 (dez) dias do mês seguinte, descontar a contribuição devida pelo servidor efetivo ativo, da remuneração devida, a ser paga ou creditada;

II - repassar às contas do IPASC, até 10 (dez) dias do mês seguinte, contados da data que ocorrer o crédito correspondente:

a) as contribuições arrecadadas na forma do inciso I deste artigo;

b) as contribuições devidas pelo Município;

c) a contribuição complementar para cobertura de eventuais insuficiências financeiras do IPASC decorrentes de pagamento de benefícios previdenciários;

d) o valor correspondente a amortização para o Custo Adicional;

e) o valor devido da parcela mensal nos Termos do Acordo de Parcelamento.

III - encaminhar ao órgão devido, até 30 dias após o encerramento de cada bimestre, a comprovação mensal do repasse ao IPASC das contribuições a seu cargo e dos valores retidos dos segurados, correspondentes às alíquotas fixadas nesta Lei Complementar, devidamente confirmadas pelos responsáveis pelas finanças e contabilidade e na forma do anexo IV da Portaria MPAS nº 4.992 de 05/02/99, com as alterações da Portaria nº 685 de 21/06/2004.

Art. 73. O encarregado de ordenar ou de supervisionar a retenção e o recolhimento das contribuições previdenciárias da administração direta, autárquica e fundacional do Município que possuírem servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e segurados, devidas ao RPPS, que deixar de retê-las ou de recolhê-las no prazo legal, será pessoalmente responsável, na forma prevista no art. 135 do Código Tributário Nacional, pelo pagamento dessas contribuições.

Parágrafo único. Sem prejuízo da penalidade prevista no caput deste artigo, poderá ser imputada ao encarregado responsabilidade administrativa civil e penal pelo ilícito que eventualmente tiver praticado bem como atribuída responsabilidade ao órgão público a que for vinculado, por essas mesmas infrações.

Art. 74. A contribuição previdenciária recolhida ou repassada em atraso fica sujeita a correção de acordo com o índice ou fator incidente sobre os tributos municipais, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

Art. 75. As contribuições e quaisquer outras importâncias devidas ao RPPS por seus segurados serão arrecadadas, mediante desconto em folha, pelos órgãos responsáveis pelo pagamento de pessoal, e por estes recolhidas ao RPPS.

#### TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR

#### CAPÍTULO I DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 76. A estrutura organizacional básica do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, compõem dos seguintes órgãos:

I - Conselho Administrativo;

II - Conselho Fiscal;

III - Diretoria Executiva;

IV - outros servidores.

§ 1º Não poderão integrar o Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal, ao mesmo tempo, representantes que guardem entre si relação conjugal ou de parentesco, consanguíneo ou afim até o terceiro grau.

§ 2º Os integrantes dos órgãos de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão escolhidos, nos termos do regulamento, para um mandato de 03 (três) anos, permitida uma recondução.

§ 3º Não poderão ser designadas como membros do Conselho Administrativo ou do Conselho Fiscal as pessoas que tenham sofrido condenação criminal transitada em julgado por crime contra o patrimônio ou contra a administração pública, nem os que tenham sofrido penalidade administrativa por infração na legislação da seguridade social, inclusive previdência complementar, e que tenham sido definitivamente responsabilizadas por ato de improbidade administrativa, enquanto perdurar o cumprimento da pena.

§ 4º Os dirigentes da Diretoria Executiva e os membros dos Conselhos poderão responder administrativamente por infração ao disposto nesta Lei Complementar.

§ 5º As infrações funcionais a que se refere este artigo serão apuradas mediante processo administrativo regular, em que se assegure ao acusado o contraditório e a ampla defesa, observada a legislação municipal.

§ 6º Os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal, bem como os respectivos suplentes, não receberão qualquer espécie de remuneração ou vantagem pelo exercício da função, considerada como serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de despesas quando comprovadamente estiverem a serviço do Instituto.

§ 7º Pelo exercício irregular da função pública, os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal e da Diretoria Executiva responderão penal, civil e administrativamente, nos termos da legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

#### Seção I Do Conselho Administrativo

Art. 77. O Conselho Administrativo é o órgão de deliberação colegiada e de orientação superior do RPPS, competindo-lhe fixar as políticas, as normas e as diretrizes gerais de administração.

Parágrafo único. O funcionamento e a atuação do Conselho Administrativo serão objeto de regimento interno, aprovado por resolução do próprio Conselho, respeitadas as regras mínimas estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 78. O Conselho Administrativo será composto por 09 (nove) membros efetivos e respectivos suplentes, observado o disposto no § 2º deste artigo, escolhidos da seguinte forma:

I - 04 (quatro) membros em atividade indicados pelo Prefeito Municipal, que atendam os requisitos previstos nesta Lei Complementar e possuam conhecimentos técnicos em administração, contabilidade ou Direito, sendo 01 (um) membro integrante do Quadro Permanente do Poder Legislativo;

II - 05 (cinco) membros efetivos, escolhidos pelos servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município.

§ 1º 09 (nove) suplentes serão indicados e eleitos na mesma proporção e na mesma forma indicada nos incisos I e II deste artigo.

§ 2º Os membros a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo serão, obrigatoriamente, servidores públicos ativos ocupantes de cargo de provimento efetivo, estáveis ou beneficiários do RPPS, observados os requisitos previstos nos §§ 1º e 3º do art. 76 desta Lei Complementar.

§ 3º Os membros titulares e suplentes do Conselho Administrativo serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo os representantes dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município eleitos entre seus pares, escolhidos em processo de votação amplamente divulgado dentre todos os servidores públicos municipais ativos e inativos e organizado pelo próprio Instituto, nos termos do regulamento e desta Lei Complementar.

§ 4º O Presidente terá voto de qualidade e não terá suplente.

§ 5º No caso de ausência ou impedimento temporário de membro efetivo do Conselho Administrativo, este será substituído por seu suplente.

§ 6º No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Conselho Administrativo, o respectivo suplente assumirá o cargo até conclusão do mandato, cabendo ao Poder ao qual estava vinculado o ex-conselheiro, ou ao representante do servidor ativo ou inativo, se for o caso, indicar o novo membro suplente para cumprir o restante do mandato, devendo ser observada a listagem dos inscritos para o processo eleitoral, nos termos do II do presente artigo.

§ 7º Será automaticamente destituído do mandato o membro que deixar de comparecer, injustificadamente, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas, anualmente, na forma regulamentar.

§ 8º Será lavrada ata, em livro próprio, de todas as reuniões do Conselho Administrativo, devendo o resumo dessa ata ser publicado no Diário Oficial do Município de Caçador.

§ 9º Os membros do Conselho Administrativo serão obrigatoriamente dispensados de suas respectivas funções nos órgãos do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município, quando participarem de reuniões ordinárias ou extraordinárias do Conselho ou quando forem convocados para atividades oficiais do RPPS, sem qualquer prejuízo às suas carreiras.

§ 10. O Regimento Interno do Conselho Administrativo, que estabelecerá sua organização e normas de funcionamento, será aprovado nos termos do regulamento.

Art. 79. O Conselho Administrativo se reunirá ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente, ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, ou a requerimento do Conselho Fiscal.

Parágrafo único. O quórum mínimo para a instalação do Conselho e para as deliberações será de 07 (sete) Conselheiros.

## Subseção I

### Das Competências do Conselho Administrativo

Art. 80. Compete privativamente ao Conselho Administrativo:

I - eleger o seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário;

II - elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno;

III - aprovar a política e as diretrizes de investimentos dos recursos do RPPS, a serem aplicados de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, pelas normas do Ministério da Previdência Social e por esta Lei Complementar, observados os estudos atuariais do RPPS;

IV - acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos, bem como os ganhos sociais e os resultados alcançados pelos programas executados pelo RPPS;

V - apreciar e aprovar a programação anual e plurianual do RPPS;

VI - deliberar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;

VII - determinar a realização de inspeções e auditorias;

VIII - acompanhar e apreciar, através de relatórios gerenciais por ele definidos, a execução dos planos, programas e orçamentos previdenciários do RPPS;

IX - apreciar e aprovar as diretrizes orçamentárias do RPPS;

X - pronunciar-se quanto às contas prestadas pelo gestor do RPPS, podendo, se julgar necessário, solicitar o apoio do Município ou autorizar a contratação de empresa de auditoria externa para aprofundamento dos exames;

XI - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do RPPS;

XII - autorizar, excepcionalmente, o parcelamento de débitos previdenciários ao RPPS, inclusive quando decorrentes de inadimplência pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias, em conformidade com as normas emanadas pelo Ministério da Previdência Social;

XIII - autorizar a contratação de empresas especializadas para a realização de estudos atuariais;

XIV - aprovar a contratação de assessoria ou consultoria técnica e financeira para assessoramento na gestão do RPPS, na forma desta Lei Complementar, bem como a celebração de contratos, convênios, acordos e ajustes que impliquem, direta ou indiretamente, o comprometimento de bens patrimoniais, respeitado o limite da taxa de administração;

XV - autorizar a aquisição, a alienação e o gravame de bens móveis ou imóveis integrantes do patrimônio do RPPS;

XVI - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares relativas ao RPPS, nas matérias de sua competência;

XVII - exercer outras atividades correlatas.

§ 1º Sem prejuízo das competências estabelecidas nos incisos anteriores, o Conselho Administrativo poderá determinar, a qualquer tempo, a contratação de peritos para a realização de estudos



econômicos e financeiros, revisões atuariais, inspeções, auditorias ou tomada de contas, observadas as normas de licitação em vigor.

§ 2º As matérias submetidas ao Conselho Administrativo deverão estar consubstanciadas em estudos e pareceres técnicos aprovados pela Diretoria Executiva.

#### Subseção II

Das Atribuições do Presidente do Conselho Administrativo

Art. 81. São atribuições do Presidente do Conselho Administrativo:

I - dirigir e coordenar as atividades do Conselho;

II - convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho;

III - designar o seu substituto eventual;

IV - praticar os demais atos atribuídos por esta Lei Complementar como de sua competência.

#### Seção II

Do Conselho Fiscal

Art. 82. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da gestão e do controle interno do RPPS.

Art. 83. O Conselho Fiscal será composto por 06 (seis) membros efetivos e respectivos suplentes, observado o disposto no § 1º deste artigo, escolhidos da seguinte forma:

I - 3 (três) membros efetivos, indicados pelo Chefe do Poder Executivo, sendo 01 (um) membro integrante do Quadro Permanente do Poder Legislativo;

II - 3 (três) membros efetivos, escolhidos pelos servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município.

§ 1º Os membros a que se referem os incisos deste artigo deverão ser obrigatoriamente, servidores públicos ativos, ocupantes de cargo de provimento efetivo, estáveis ou beneficiários do RPPS, observados os requisitos previstos nos §§ 1º e 3º do art. 76, desta Lei Complementar.

§ 2º Não poderá ser escolhido como membro do Conselho Fiscal o servidor lotado no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

§ 3º O Presidente do Conselho será eleito pelos membros do Conselho Fiscal devidamente constituído e terá voto de qualidade.

§ 4º No caso de ausência ou impedimento temporário, o Presidente do Conselho Fiscal será substituído por seu respectivo suplente.

§ 5º Ficando vaga a Presidência do Conselho Fiscal, caberá aos Conselheiros em exercício eleger, entre seus pares, aquele que preencherá o cargo até a conclusão do mandato.

§ 6º Os representantes dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município, eleitos entre seus pares, serão escolhidos na forma prevista para os representantes do Conselho Administrativo, mediante o disposto no § 3º do art. 77, desta Lei Complementar.

§ 7º No caso de ausência ou impedimento temporário de membro efetivo do Conselho Fiscal, este será substituído por seu suplente.

§ 8º No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, o respectivo suplente assumirá o cargo até a conclusão do

mandato, cabendo ao Poder ao qual estava vinculado o ex-conselheiro ou ao representante do servidor ativo ou inativo, se for o caso, indicar novo membro suplente para cumprir o restante do mandato.

§ 9º Será automaticamente destituído do mandato o membro que deixar de comparecer, injustificadamente, a 03 (três) reuniões, consecutivas ou intercaladas, anualmente, na forma regulamentar.

§ 10. O Conselho Fiscal se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada bimestre civil, ou extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por, no mínimo 04 (quatro) Conselheiros.

§ 11. O quórum mínimo para a instalação do Conselho e para as deliberações será de 05 (cinco) Conselheiros.

#### Subseção I

Das Competências do Conselho Fiscal

Art. 84. Compete ao Conselho Fiscal:

I - eleger o seu Presidente;

II - elaborar, aprovar e alterar o seu Regimento Interno;

III - examinar os balancetes e balanços do RPPS, bem como as contas e os demais aspectos econômico-financeiros;

IV - examinar livros e documentos;

V - examinar quaisquer operações ou atos de gestão do RPPS;

VI - emitir parecer sobre os negócios ou atividades do RPPS;

VII - fiscalizar o cumprimento da legislação e das normas em vigor;

VIII - requerer ao Conselho Administrativo, caso necessário, a contratação de assessoria técnica;

IX - lavrar as atas de suas reuniões, inclusive os pareceres e os resultados dos exames procedidos;

X - remeter ao Conselho Administrativo parecer sobre as contas anuais do RPPS, bem como dos balancetes;

XI - praticar quaisquer outros atos julgados indispensáveis aos trabalhos de fiscalização;

XII - sugerir medidas para sanar irregularidades encontradas.

#### Subseção II

Das Atribuições do Presidente do Conselho Fiscal

Art. 85. São atribuições do Presidente do Conselho Fiscal:

I - dirigir e coordenar as atividades do Conselho;

II - convocar, instalar e presidir as reuniões do Conselho;

III - praticar os demais atos atribuídos por esta Lei Complementar como de sua competência.

#### Seção III

Da Diretoria Executiva

Art. 86. A Diretoria Executiva é a unidade gestora do RPPS e o órgão de administração e execução das atividades que competem a este Regime.

Art. 87. A Diretoria Executiva será composta pelo Diretor-Presidente e Diretor-Administrativo e Financeiro, nomeados pelo Prefeito Municipal dentre pessoas qualificadas para a função e com comprovada capacidade técnica, detendo conhecimento compatível com o cargo a ser exercido.

§ 1º O cargo de Diretor Presidente será privativo de servidores efetivos ativos e estáveis do Município, com formação de nível médio, preferencialmente, com certificação para a gestão de recursos previdenciários, correspondendo, no mínimo a CPA-10 - Certificado de Profissionalização da ANBID - série 10 ou equivalente, nomeado pelo Poder Executivo Municipal, após previa aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 2º O cargo de Diretor Administrativo e Financeiro será de livre designação do Poder Executivo Municipal, escolhidos dentre os servidores efetivos ativos e estáveis do Município e que tenham formação nas áreas contábil, financeira, administrativa ou jurídica.

§ 3º O Diretor Administrativo e Financeiro deverá ser aprovado, no prazo de 06 (seis) meses após a nomeação para o cargo, em exame de certificação para a gestão de recursos previdenciários, correspondendo, no mínimo a CPA-10 - Certificado de Profissionalização da ANBID - série 10 ou equivalente.

§ 4º O Diretor Administrativo e Financeiro do Instituto fará jus a uma gratificação de função, a ser definida pelo Conselho Administrativo, de até 50% (cinquenta por cento), de seus vencimentos básicos, limitado o valor total de sua remuneração, incluídas as vantagens pessoais, ao subsídio do Secretário Municipal e deverá ser paga com as verbas oriundas da taxa de administração do Instituto.

§ 5º O subsídio, salário e vantagens dos cargos a que se refere este artigo será pago integralmente pelo próprio Instituto.

Art. 88. Os servidores designados para os cargos de Diretor Presidente e Diretor Administrativo Financeiro do IPASC cumprirão um mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução, com a devida anuência do Poder Legislativo Municipal e retornar ao cargo de origem nas seguintes condições:

I - término do mandato;

II - por livre iniciativa;

III - por iniciativa do Poder Executivo Municipal, devidamente fundamentada, mesmo antes do término do mandato;

IV - por decisão do Conselho Administrativo, reunido especialmente para este fim, que comunicará ao Poder Executivo Municipal, o qual designará outros servidores, para ocuparem os cargos, nas mesmas condições.

#### Subseção I

##### Das Competências da Diretoria Executiva

Art. 89. Compete à Diretoria Executiva:

I - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Administrativo, a legislação municipal e as normas gerais de previdência;

II - submeter ao Conselho Administrativo a proposta de política e de diretrizes de investimentos das reservas garantidoras de benefícios do RPPS, definidas pelo Comitê de Investimentos;

III - deliberar os requerimentos de concessão de benefícios previdenciários;

IV - realizar pagamento, manutenção e revisão de benefícios

previdenciários;

V - supervisionar o recolhimento das devidas contribuições previdenciárias e promover a cobrança, quando necessário;

VI - promover os investimentos das reservas garantidoras de benefícios do RPPS, observada a política e as diretrizes definidas pelo Comitê de Investimentos e devidamente homologadas pelo Conselho Administrativo;

VII - submeter às contas anuais do RPPS à deliberação do Conselho Administrativo, acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal, do Atuário e da Auditoria Independente, quando for o caso;

VIII - submeter ao Conselho Administrativo, ao Conselho Fiscal e à Auditoria Independente balanços, balancetes mensais, relatórios semestrais da posição em títulos e valores e das reservas técnicas, bem como quaisquer outras informações e demais elementos necessários;

IX - manter atualizado o cadastro individualizado e permanente dos segurados, dependentes e beneficiários;

X - expedir as normas reguladoras das atividades administrativas do RPPS;

XI - celebrar acordos, convênios e contratos em todas as suas modalidades, inclusive a prestação de serviços por terceiros, observadas às diretrizes estabelecidas pelo Conselho Administrativo;

XII - elaborar o orçamento anual e plurianual do RPPS;

XIII - praticar os atos de gestão orçamentária e de planejamento financeiro;

XIV - encaminhar ao Ministério da Previdência Social e ao Poder Legislativo do Município:

a) o Demonstrativo das Receitas e Despesas do RPPS, após o encerramento de cada bimestre do ano cível;

b) as informações sobre a aplicação de recursos por intermédio do demonstrativo financeiro do RPPS, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social, no prazo da alínea anterior;

c) o Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial no prazo estipulado pelo Ministério da Previdência Social.

Art. 90. Compete à Diretoria Executiva, quando necessário, contratar assessoria para a gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, custódia de títulos e valores mobiliários, avaliação atuarial, cadastro social e financeiro dos segurados e beneficiários, além de outros serviços necessários para gestão do regime ou dos recursos de que trata esta Lei Complementar, desde que previamente autorizado pelo Conselho Administrativo.

#### Subseção II

##### Das Competências do Diretor Presidente

Art. 91. Compete ao Diretor Presidente:

I - representar o Instituto, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;

II - participar das reuniões do Conselho Administrativo;

III - assinar atos de concessão de aposentadoria e pensão;

IV - ordenar despesas, autorizar a abertura de contas-correntes,

movimentações financeiras, aplicações e investimentos efetuados com os recursos do RPPS, em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro;

V - homologar a contratação de assessoria ou consultoria técnica e financeira para assessoramento na gestão do RPPS, mediante aprovação prévia pelo Conselho Administrativo, bem como celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes que impliquem, direta ou indiretamente, o comprometimento de bens patrimoniais;

VI - encaminhar ao órgão competente a proposta de orçamento;

VII - apresentar ao Conselho Administrativo e Fiscal, até o dia 31 de março, relatório dos trabalhos realizados no ano anterior, bem como a prestação de contas, enviando cópia do primeiro ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo do Município;

VIII - cumprir e fazer cumprir as diretrizes orçamentárias do RPPS, entre outras obrigações legais.

#### Subseção III

Das Competências do Diretor Administrativo e Financeiro

Art. 92. Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro:

I - dirigir e responder pela execução dos programas de trabalho do Instituto, de acordo com a política e diretrizes estabelecidas;

II - assistir o Diretor Presidente no desempenho de suas funções;

III - praticar os atos de gestão, necessárias para assegurar a consecução dos objetivos do Instituto;

IV - cumprir e fazer cumprir as normas e disposições legais disciplinares das atividades do Instituto;

V - encaminhar ao Diretor Presidente, dentro dos prazos estabelecidos, a proposta orçamentária da autarquia;

VI - estudar e propor, ao Diretor Presidente, reajustamentos de elementos da receita e da despesa e quaisquer atos administrativos, visando assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do Instituto;

VII - emitir cheques, movimentar contas bancárias e aplicações financeiras, em conjunto com o Diretor Presidente;

VIII - elaborar as demonstrações e análises necessárias para efeito de arrecadação, registro e controle;

IX - substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos e ausências;

X - promover o desenvolvimento de sistemas informatizados que objetivem a agilização de suas atribuições;

XI - solicitar requisições de empenho de despesas, notas de cancelamento e outros documentos necessários à informatização de processos e outros expedientes;

XII - coordenar todos os trabalhos afetos à estrutura administrativa, financeira e operacional do Instituto;

XIII - coordenar todo o registro e controle dos servidores do IPASC, bem como, a atualização dos assentamentos dos separados ativos, aposentados e pensionistas, e da documentação e arquivo dos respectivos processos;

XIV - responder pelos atos relativos à folha de pagamento dos

servidores do IPASC, bem como, dos aposentados e pensionistas do Instituto;

XV - deliberar, emitir parecer, proceder à concessão e ou indeferimento dos benefícios requeridos em conjunto com o Diretor Presidente;

XVI - expedir declarações decorrentes dos registros e assentamentos, referentes a servidores do IPASC, bem como, dos segurados ativos, aposentados e pensionistas;

XVII - orientar os segurados ativos, aposentados e pensionistas sobre processos em andamento;

XVIII - participar das reuniões com segurados ativos, aposentados, pensionistas e com os membros dos Conselhos para esclarecimentos relativos à sua área de atuação;

XIX - apresentar proposta de alteração e adequação do IPASC às legislações existentes;

XX - qualquer outra prevista nesta Lei Complementar ou em legislação pertinente.

#### Subseção IV

Outros Servidores

Art. 93. Além dos órgãos definidos no art. 76, incisos I, II, III e IV, o IPASC contará com quadro próprio de servidores de cargo de provimento efetivo, de cargos em comissão de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal e de funções de confiança, gratificadas, nas quantidades, denominações e remunerações, especificados nos Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Lei Complementar e submetidos ao regime estatutário aplicando sem prejuízo do disposto nesta Lei Complementar a legislação vigente para os servidores estatutários municipais.

§ 1º VETADO.

§ 2º Os servidores designados para os cargos provimento em comissão e funções gratificadas previstos por esta Lei Complementar serão substituídos nos impedimentos e afastamentos legais na forma da legislação estatutária, por servidores que preencham os requisitos de provimento dos respectivos cargos e funções.

§ 3º As atribuições pertinentes aos cargos efetivos do quadro de pessoal do IPASC constam do Anexo VII integrante desta Lei Complementar.

§ 4º Os servidores do quadro de pessoal do IPASC cumprirão jornada de 35 (trinta e cinco) horas semanais de trabalho, exceto os servidores para os quais a lei estabelecer jornada específica.

§ 5º Competem aos servidores em exercício das funções gratificadas instituídas por esta Lei Complementar a coordenação e supervisão das atividades pertinentes à área de sua atuação e as tarefas que lhes forem atribuídas, compatíveis com o exercício da respectiva função gratificada.

§ 6º As funções gratificadas constantes do Anexo VI desta Lei Complementar serão calculadas sobre o vencimento base do Servidor até o percentual constante do respectivo anexo e serão exercidas exclusivamente, por servidores titulares de cargo efetivo do IPASC ou do Município cedidos com ou sem ônus.

§ 7º A Administração Pública Municipal, sendo conveniente, poderá colocar a disposição do IPASC, servidores municipais, para suprirem a necessidade do Instituto, com ônus para o Município ou para o Instituto, desde que não incorra em desvio de função.

### CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 94. O patrimônio do RPPS é autônomo, livre e direcionado para pagamento de benefícios previdenciários aos beneficiários mencionados nesta Lei Complementar ressalvadas as despesas contempladas com a taxa de administração.

Parágrafo único. O patrimônio do RPPS será formado de:

I - bens móveis e imóveis, valores e rendas;

II - bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados e transferidos;

III - outros bens e direitos que vierem a ser constituídos na forma legal.

Art. 95. Fica o IPASC autorizado a receber por doação do Poder Executivo Municipal, pelas modalidades previstas em Lei Complementar, bens móveis ou imóveis.

Art. 96. As receitas do RPPS originam-se das seguintes fontes de custeio, além de outras previstas nesta Lei Complementar:

I - receitas operacionais, inclusive multas, juros, cotas e taxas provenientes do investimento de reservas;

II - aluguéis e outros rendimentos não financeiros do seu patrimônio;

III - saldo financeiro disponível nas contas correntes mantidas pelo RPPS nas instituições financeiras;

IV - produto da alienação dos imóveis do RPPS;

V - bens financeiros e não financeiros, direitos e ativos transferidos pela administração direta, pelas entidades da administração indireta que possuírem servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e pelo Poder Legislativo do Município ou por terceiros;

VI - recursos provenientes de convênios, contratos, acordos ou ajustes de prestação de serviços à administração direta, às entidades da administração indireta que possuírem servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e ao Poder Legislativo do Município ou a outrem;

VII - transferências de recursos e subvenções consignadas no orçamento da administração direta, das entidades da administração indireta que possuírem servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e do Poder Legislativo do Município;

VIII - outras rendas, extraordinárias ou eventuais.

Art. 97. As disponibilidades financeiras vinculadas ao RPPS serão depositadas e mantidas em contas bancárias separadas das demais disponibilidades da administração direta e das entidades da administração indireta que possuírem servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e do Poder Legislativo do Município.

Art. 98. As disponibilidades financeiras vinculadas ao RPPS serão aplicadas no mercado financeiro e de capitais brasileiro, em conformidade com regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 99. Com exceção dos títulos do governo federal, é vedada a aplicação dos recursos do RPPS em títulos públicos e na concessão de empréstimos para a administração direta, autárquica e fundacional do Município.

Art. 100. As aplicações financeiras dos recursos do RPPS serão realizadas, diretamente ou por intermédio de instituições especializadas, credenciadas para este fim pelo Comitê de Investimentos, em operações que preencham os seguintes requisitos, de modo a assegurar a cobertura tempestiva de suas obrigações:

I - garantia real;

II - liquidez;

III - atualização monetária e juros.

Art. 101. A inobservância do disposto nos arts. 97, 98, 99 e 100, desta Lei Complementar constituirá falta grave, sujeitando os responsáveis às sanções administrativas e judiciais cabíveis previstas em lei.

Art. 102. Os recursos do RPPS não poderão ser aplicados em operações ativas que envolvam interesses do Município, nem serão utilizados para aquisição de bens, títulos e valores mobiliários do Município, de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 103. É vedada a utilização dos recursos previdenciários para custear ações de assistência social, saúde e para concessão de verbas indenizatórias ainda que por acidente em serviço.

Art. 104. Sem prejuízo de sua contribuição estabelecida nesta Lei Complementar e das transferências vinculadas ao pagamento das aposentadorias e das pensões, o Município poderá propor, quando necessário, a abertura de créditos adicionais, visando a assegurar ao RPPS alocação de recursos orçamentários destinados à cobertura de eventuais défices revelados pelo cálculo atuarial.

Art. 105. Sem prejuízo de deliberação de seu Conselho Administrativo, o RPPS poderá aceitar bens imóveis e outros ativos para compor seu patrimônio, desde que precedido de avaliação.

Art. 106. É vedada a dação em pagamento com bens móveis e imóveis de qualquer natureza, ações ou quaisquer outros títulos, para a amortização de débitos com o RPPS, excetuada a amortização do déficit atuarial.

Art. 107. Observadas as normas gerais da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a alienação de bens imóveis, com ou sem benfeitoria, integralizados ao patrimônio do RPPS, deverá ser precedida de autorização legislativa específica.

### CAPÍTULO IV DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 108. A taxa de administração do serviço previdenciário é de 2% (dois por cento) sobre o valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do Município, relativamente ao exercício financeiro anterior, incluindo a gratificação natalina dos servidores ativos e o abono anual dos inativos e pensionistas.

§ 1º O valor a que se refere este artigo será separado das contribuições previdenciárias efetivamente pagas ou repassadas ao Instituto, mensalmente, e destinado, exclusivamente, ao custeio das despesas administrativas decorrentes da gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Município, com observância das normas específicas do Ministério da Previdência e Assistência Social.

§ 2º As despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros, nos termos da norma exarada pelo Conselho Monetário Nacional, não poderão ser custeadas com os recursos da



taxa de administração, devendo ser suportadas com os próprios rendimentos das aplicações.

§ 3º A aquisição, construção ou reforma de bens imóveis com os recursos destinados à taxa de administração restringem-se ao uso próprio do Instituto, através da Diretoria Executiva, sendo vedada a utilização desses bens para investimento ou uso por outro órgão público ou particular, em atividades assistenciais ou quaisquer outros fins não previstos no § 1º deste artigo.

§ 4º Excepcionalmente, poderão ser realizados gastos na reforma de bens imóveis do RPPS destinados a investimentos, utilizando-se os recursos destinados à taxa de administração, desde que seja garantido o retorno dos valores empregados, mediante processo de análise de viabilidade econômico-financeira.

§ 5º O descumprimento dos critérios fixados neste artigo para a taxa de administração do RPPS significará utilização indevida dos recursos previdenciários e exigirá o ressarcimento do valor que ultrapassar o limite estabelecido.

§ 6º Não serão computados, no limite da taxa de administração de que trata este artigo, o valor das despesas do RPPS custeadas diretamente pela administração direta, pelas entidades da administração indireta que possuírem servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e pelo Poder Legislativo do Município e os valores transferidos para o Instituto para o pagamento de suas despesas correntes e de capital, desde que não sejam deduzidos dos repasses de recursos previdenciários.

§ 7º O IPASC poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores deverão ser depositados em conta corrente bancária específica, aplicados à parte no mercado financeiro e utilizados para os fins a que se destina a taxa de administração.

## CAPÍTULO V DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### Seção Única Do Registro Contábil e Financeiro

Art. 109. O controle contábil do RPPS será realizado pela Diretoria Executiva do RPPS, que deve apresentar escrituração contábil na forma fixada pelo Ministério da Previdência Social, com demonstrações financeiras que expressem com clareza a situação do patrimônio do respectivo regime e as variações ocorridas no exercício, observadas as normas de contabilidade específicas fixadas pelo órgão competente da União.

§ 1º A escrituração contábil do RPPS deverá ser distinta da mantida pelo Tesouro Municipal.

§ 2º Considera-se distinta a escrituração contábil que permita a diferenciação entre o patrimônio do RPPS e o patrimônio do ente federativo, possibilitando a elaboração de demonstrativos contábeis específicos.

§ 3º O RPPS sujeita-se a inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 110. A execução orçamentária e a prestação anual de contas do RPPS obedecerão às normas legais de controle e administração financeira adotadas pelo Município.

Art. 111. Comporá a prestação de contas do RPPS avaliação atuarial, elaborada por entidades ou profissionais legalmente habilitados.

Art. 112. A Diretoria do IPASC, encaminhará ao Poder Legislativo do Município, a cada quadrimestre, relatórios do RPPS em que constem posições dos saldos e detalhamento da receita e da despesa.

### Subseção I Do Registro Individualizado

Art. 113. A Diretoria Executiva do RPPS manterá registro individualizado dos segurados de todos os poderes e órgãos que compõem o Regime, que conterá as seguintes informações:

I - nome e demais dados pessoais, inclusive dos dependentes;

II - matrícula e outros dados funcionais;

III - remuneração de contribuição, mês a mês;

IV - valores mensais da contribuição do segurado;

V - valores mensais da contribuição da administração direta, das entidades da administração indireta que possuírem servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo e do Poder Legislativo do Município.

§ 1º Ao segurado e, na sua falta, aos dependentes devidamente identificados, serão disponibilizadas as informações constantes de seu registro individualizado.

§ 2º A administração direta, autárquica e fundacional do Município encaminharão, mensalmente, à Diretoria Executiva as informações previstas nos incisos I a V do caput deste artigo, para fins de criação e manutenção do registro individualizado.

### Subseção II Da Elaboração, Guarda e Apresentação de Documentos e Informações

Art. 114. A Diretoria Executiva atenderá, no prazo e na forma estipulados, à solicitação de documentos ou informações dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 115. Os órgãos de controle interno e externo, por seus prepostos devidamente credenciados, terão livre acesso à Diretoria Executiva do RPPS e às entidades e órgãos do ente federativo que possuam servidores vinculados ao RPPS, podendo examinar livros, bases de dados, documentos e registros contábeis e praticar os atos necessários à consecução da auditoria, inclusive a apreensão e a guarda de livros e documentos.

Art. 116. O repasse das contribuições devidas ao IPASC deverá ser feito por documento próprio, em que constem a identificação do responsável pelo seu recolhimento, competência, base de cálculo da contribuição recolhida, contribuição dos segurados, contribuição da entidade, deduções de benefícios pagos diretamente e os acréscimos, se repassados em atraso.

§ 1º Em caso de parcelamento ou pagamento direto pelo segurado, deverá ser utilizado documento distinto para o recolhimento, identificando-se o termo de acordo, o número da parcela e a data de vencimento.

§ 2º Outros repasses efetuados à Diretoria Executiva, tais como os aportes ou a cobertura de insuficiência financeira, também deverão ser efetuados em documentos distintos.

Art. 117. Os relatórios da avaliação e das reavaliações atuariais deverão ser apresentados na forma solicitada.

Art. 118. A Diretoria Executiva do IPASC, sempre que necessário, encaminhará os documentos do RPPS aos órgãos competentes, na

forma e nos prazos por eles estabelecidos.

## CAPÍTULO VI DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

Art. 119. Ao RPPS deverá ser garantido o equilíbrio financeiro e atuarial, em conformidade com as avaliações atuariais e com as reavaliações realizadas, obrigatoriamente, em cada exercício financeiro, para a organização e a revisão do plano de custeio e de benefícios.

Parágrafo único. As avaliações e reavaliações atuariais do RPPS deverão observar os parâmetros estabelecidos nas Normas de Atuária definidas pelo Ministério da Previdência Social.

Art. 120. No caso de a avaliação indicar déficit atuarial, deverá ser apresentado, no Parecer Atuarial, plano de amortização para o seu equacionamento, na forma da lei.

§ 1º O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alteração das alíquotas de contribuição previstas nos arts. 61, 62 e 63, desta Lei Complementar.

§ 2º A alteração de que trata o § 1º deste artigo somente se procederá mediante a aprovação pelo Conselho Administrativo desse plano e previsão em lei específica.

§ 3º O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de alíquota de contribuição suplementar ou em aportes periódicos cujos valores sejam preestabelecidos e de responsabilidade exclusiva da administração direta, autárquica e fundacional do Município que possuem servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.

§ 4º A definição de alíquota de contribuição suplementar ou aportes periódicos deverá estar fundamentada na capacidade orçamentária e financeira da administração direta, autárquica e fundacional do Município para o cumprimento do plano de amortização.

§ 5º O Município de Caçador, por meio do Poder Executivo e do Poder Legislativo, deverá acatar as orientações contidas no parecer técnico atuarial anual, e, em conjunto com o Conselho Administrativo e o Conselho Fiscal do RPPS adotar as medidas necessárias para a imediata implantação das recomendações dele constantes, especialmente a adequação das alíquotas de contribuição previdenciária normal e extraordinária, para ajuste do Plano de Custeio do regime próprio.

## TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 121. É da competência da Diretoria Executiva do RPPS qualquer averbação de tempo de contribuição para fins de aposentadoria dos segurados de que trata esta Lei Complementar, bem como a expedição de certidão de tempo de contribuição de ex-segurado para fins de averbação do tempo em outros regimes de previdência, conforme regulamento.

Parágrafo único. Poderá ser emitida, por solicitação do segurado, certidão de tempo de contribuição para período fracionado, observados os parâmetros estabelecidos nas normas definidas pelo Ministério da Previdência Social.

Art. 122. Ao segurado que tiver sua vinculação cancelada conforme disposto nesta Lei Complementar, será fornecido, pelo RPPS, a pedido, Certidão de Tempo de Contribuição.

Art. 123. O Poder Legislativo do Município é responsável pelo aporte dos recursos ao RPPS, para pagamento dos benefícios de

aposentadoria concedidos aos servidores desse Poder.

Parágrafo único. Os encargos totais dos benefícios de que trata o caput deste artigo são de responsabilidade do Poder Legislativo do Município até sua extinção e serão custeados com recursos oriundos do seu orçamento anual.

Art. 124. É vedada a existência de mais de uma Diretoria Executiva e de mais de um RPPS para os servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo do Município.

Art. 125. O Município poderá, por lei específica de iniciativa do Poder Executivo, instituir regime de previdência complementar para os seus servidores titulares de cargo efetivo, observado o disposto no art. 40, §§ 14 e 15, da Constituição da República, no que couber, por intermédio de entidade fechada de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerá aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 1º Somente após a aprovação da lei de que trata o caput deste artigo, o Município poderá fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo RPPS, o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS de que trata o art. 201 da Constituição da República.

§ 2º Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto neste artigo poderá ser aplicado ao ocupante de cargo de provimento efetivo que tiver ingressado no serviço público municipal até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

Art. 126. O Município de Caçador não poderá conceder proventos de aposentadoria e pensão em valor superior ao subsídio do Prefeito, nos termos do disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 127. Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo dos proventos de aposentadoria e pensões serão comprovados pelo Executivo, Legislativo, autarquias e fundações públicas, na forma em que dispuser o regulamento.

Art. 128. Os créditos do IPASC constituem dívida ativa, considerada líquida e certa quando devidamente inscritos em livro próprio, com observância dos requisitos exigidos na legislação pertinente, para o fim de execução judicial.

Art. 129. Os pedidos de aposentadoria, exoneração e licença para tratar de interesse particular ou afastamento a qualquer título, sem prejuízo de remuneração, e suas respectivas prorrogações, serão obrigatoriamente instruídos, com a documentação pertinente, perante o IPASC.

Art. 130. O pagamento dos benefícios deferidos e autorizados pelo IPASC será efetivado na forma do regulamento.

Art. 131. Ocorrendo insuficiência da capacidade financeira do IPASC para liquidação dos benefícios previstos nesta Lei Complementar, a responsabilidade pelo adimplemento da complementação do custeio será da administração direta, autárquica e fundacional do Município, na proporção de seus débitos.

Art. 132. No caso de extinção do regime previdenciário estabelecido nesta Lei Complementar, ou cessação, interrupção, supressão ou redução de benefícios, o Município, a Câmara Municipal, as autarquias e as fundações públicas municipais assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios já concedidos, bem como daqueles cujos requisitos necessários à sua concessão tenham ocorrido até a data da extinção do IPASC.  
Parágrafo único. Os servidores cedidos terão computado, para

todos os efeitos legais, o período de afastamento junto ao IPASC, como tempo de serviço público municipal local, tempo de carreira e tempo no cargo efetivo.

Art. 133. Para o desempenho das atividades de perícia médica, a ser realizada no âmbito do IPASC, poderão ser cedidos, pela administração direta, servidores titulares do cargo efetivo de médico, de preferência com especialização em perícia médica e ou medicina do trabalho.

Art. 134. Além do disposto nesta Lei Complementar, o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS, através de seu órgão gestor, o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, observará no que couber, os requisitos e critérios fixados para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.

Art. 135. Esta Lei Complementar poderá ser alterada, parcial ou integralmente, mediante proposta do Poder Executivo Municipal, aprovada pelo Conselho Administrativo do IPASC.

Art. 136. Sob pena de responsabilidade, qualquer modificação na remuneração e nos subsídios dos segurados em atividade, bem como nos planos de carreira, para sua eficácia, deverá ser precedida de estudo atuarial para a necessária compatibilização das modificações com o plano de custeio do RPPS/IPASC.

Art. 137. As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão por conta de verbas próprias consignadas nos orçamentos do Município, da Câmara Municipal, das autarquias e das fundações públicas municipais, suplementadas, se necessário.

Art. 138. Esta Lei Complementar entra em vigor após decorridos 45 (quarenta e cinco) dias de sua publicação oficial.

Art. 139. Fica revogada a Lei Complementar nº 93, de 29 de dezembro de 2006.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 29 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

#### ANEXO I QUADRO DE PESSOAL DO IPASC CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL - SUPERIOR

CARGO	VENCIMENTO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA	Nº VAGAS	HABILITAÇÃO
Advogado	4.914,23	38	35	01	Curso Superior de Direito, com registro no respectivo órgão profissional.
Analista Previdenciário	3.784,10	37	35	01	Curso Superior em Direito, Administração, Ciências Contábeis, Economia ou Ciências Atuariais, com registro no respectivo órgão profissional.
Contador	4.914,23	38	35	01	Curso Superior de Ciências Contábeis, com registro no respectivo órgão profissional.

#### ANEXO II QUADRO DE PESSOAL DO IPASC CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL - ADMINISTRATIVO

CARGO	VENCIMENTO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA	Nº VAGAS	HABILITAÇÃO
Assistente Administrativo	1.601,61	14	35	01	Ensino Médio Completo

#### ANEXO III QUADRO DE PESSOAL DO IPASC CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL - SERVIÇOS GERAIS

CARGO	VENCIMENTO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA	Nº VAGAS	HABILITAÇÃO
Auxiliar de Serviços Gerais	838,37	01	44	01	Ensino Fundamental

#### ANEXO IV QUADRO DE PESSOAL DO IPASC CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL FUNÇÃO DE CONFIANÇA

CARGO	VENCIMENTO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA	Nº VAGAS	HABILITAÇÃO
Diretor Administrativo e Financeiro	VENC. + ATÉ 50%	FCC-2	35	01	Curso Superior em Direito, Administração ou Ciências Contábeis, com o registro no respectivo órgão profissional.

#### ANEXO V QUADRO DE PESSOAL DO IPASC CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL - COMISSÃO

CARGO	VENCIMENTO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA	Nº VAGAS	HABILITAÇÃO
Diretor Presidente	8.129,56	CC-1	35	01	Ensino Médio Completo
Assessor Administrativo e Financeiro	2.305,93	CC-4	35	01	Ensino Médio Completo

#### ANEXO VI QUADRO DE PESSOAL DO IPASC CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL - FUNÇÃO GRATIFICADA

	REFERÊNCIA	QUANTIDADE
VENCIMENTO + 50%	FGR-1	01
VENCIMENTO + 30%	FGR-3	01

#### ANEXO VII DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS - GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR

##### ADVOGADO

- analisar, acompanhar e instruir processos de concessão, pagamento, cadastro e informações de benefícios previdenciários, do conjunto de servidores públicos do Município de Caçador;
- prestar atendimento jurídico à autarquia, sugerindo as medidas judiciais, estudando e propondo, em juízo, as ações pertinentes, acompanhando-as até final decisão;
- elaborar petições, objetivando a defesa da autarquia nas ações

que lhe forem propostas, promovendo todos os atos judiciais necessários, até final da demanda;

- acompanhar, junto aos cartórios, o andamento dos feitos, manifestando-se nos processos, juntando os documentos requeridos pelo Poder Judiciário e peticional, sempre que o caso assim o exigir;
- analisar e emitir pareceres demandados pelas áreas nos processos administrativos;
- manter as pastas de acompanhamento das ações devidamente atualizadas em consonância com o andamento judicial; e
- desempenhar outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de seu cargo.

#### ANALISTA PREVIDENCIÁRIO

- acompanhar e instruir processos de concessão, pagamento, cadastro e informações de benefícios previdenciários, do conjunto de servidores públicos do Município de Caçador;
- planejar, implantar e avaliar as ações voltadas às atividades relativas ao Regime Próprio de Previdência do Município de Caçador, propondo as adequações necessárias;
- planejar, implantar, coordenar e avaliar ações voltadas ao atendimento e orientação aos segurados ativos, inativos, pensionistas e dependentes, zelando pela manutenção e atualização do cadastro previdenciário;
- coordenar as atividades de suporte ao gerenciamento das atividades corporativas do Instituto;
- instruir e analisar os processos de concessão de certidões de tempo de serviço e de contribuição, bem como os de averbação de tempo de serviço e de contribuição extramunicipais;
- realizar atividades voltadas ao censo previdenciário anual;
- alimentar sistemas de processamento de dados;
- instruir processos de aposentadoria e pensões e outros expedientes em geral;
- proceder levantamentos de dados, elaborar relatórios de atividades, elaborar planilhas, tabelas, quadros, gráficos gerenciais das atividades afetadas a sua unidade;
- coletar dados, informações e outros documentos e registrá-los em sistema;
- proceder à orientação previdenciária e ao atendimento aos usuários;
- emitir laudos e pareceres técnicos;
- cadastrar e manter atualizado o cadastro dos segurados;
- executar, em caráter geral, as demais atividades inerentes às competências a cargo do órgão de gestão do RRPS do Município;

#### CONTADOR

- coordenar todas as atividades de controle e contabilização de custos, trabalhos de seleção e análise dos comprovantes como registros de mão-de-obra, registros de produção, inventário de estoque, extraindo os dados necessários para realizar os cálculos dos custos unitários das diferentes operações ou dos diferentes produtos, procedendo de acordo com as técnicas requeridas para apresentar os resultados obtidos;
- traçar o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração, para possibilitar o controle contábil e orçamentário, o controle dos trabalhos de análise e conciliação de contas e a orientação quanto à classificação e avaliação de despesas, analisando a natureza das mesmas para apropriar custos de bens e serviços;
- preparar balanços e balancetes contábeis, visando assegurar que os balancetes mensais e o balanço final reflitam corretamente a realidade econômico-financeira do IPASC, bem como fazer estudos e análises sobre os números dos balanços, visando fornecer subsídios para decisões que possam minimizar a carga tributária e visualizar a situação econômica e patrimonial da mesma;
- planejar e preparar relatórios contábeis, dentro dos prazos previstos e obedecendo aos princípios e procedimentos contábeis preestabelecidos, visando fornecer subsídios para o processo decisório e cumprimento da legislação;

- coordenar e orientar os demais setores, quanto à classificação contábil ou no que se refere a aspectos fiscais de documentos a serem emitidos ou escriturados, assegurando a correta classificação e lançamento de todos os documentos contábeis, e sua conformidade com os padrões e legislação fiscal e tributária;
- apurar mensalmente o imposto de renda devido, visando o correto pagamento e o cumprimento das obrigações fiscais acessórias, elaborando a Declaração Anual do Imposto de Renda, incluindo a escrituração dos livros pertinentes ao cumprimento da legislação específica;
- efetuar cálculos da contribuição social, de correção de juros e multas de impostos em atraso, de financiamentos e de correção monetária e depreciação do Ativo, visando obter o valor financeiro;
- preparar os lançamentos contábeis dos fatos e atos administrativos, visando a elaboração do balanço patrimonial;
- atender à fiscalização municipal, estadual e federal, prestando os esclarecimentos e fornecendo os documentos solicitados;
- coordenar a elaboração de inventário de estoques do almoxarifado, procedendo a ajustes necessários para correspondência físico/contábil, bem como manter controles e coordenar a realização dos inventários dos bens patrimoniais, conferindo e ajustando os saldos das respectivas contas, de acordo com as normas contábeis e da Prefeitura Municipal de Caçador;
- guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;
- manter os Conselhos Administrativo e Fiscal, bem como a Diretoria Executiva informados sobre a situação contábil e financeira do Instituto;
- elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- ministrar treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao IPASC;
- realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

#### DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO - GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO

##### ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

- planejar e executar atividades de suporte à gestão dos processos administrativos em diferentes áreas de informática
- participar do processo de planejamento das contratações de bens e serviços do IPASC;
- participar da elaboração ou desenvolvimento de estudos, levantamentos, planejamento e implantação de serviços e rotinas de trabalho;
- examinar a exatidão de documentos, conferindo, efetuando registros, observando prazos, datas, posições financeiras, informando sobre o andamento do assunto pendente e, quando autorizado pela chefia, adotar providências de interesse da IPASC;
- auxiliar o profissional de nível superior na realização de estudos de simplificação de tarefas administrativas, executando levantamento de dados, tabulando e desenvolvendo estudos organizacionais;
- redigir, rever a redação ou aprovar minutas de documentos legais, relatórios, pareceres que exijam pesquisas específicas e correspondências que tratam de assuntos de maior complexidade;
- interpretar leis, regulamentos e instruções relativas a assuntos



de administração geral, para fins de aplicação;

- analisar processos referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções;
- coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos;
- orientar a preparação de tabelas, quadros, mapas e outros documentos de demonstração do desempenho da unidade ou da administração;
- colaborar com o técnico da área na elaboração de manuais de serviço e outros projetos afins, coordenando as tarefas de apoio administrativo;
- coordenar a preparação de publicações e documentos para arquivo, selecionando os papéis administrativos que periodicamente se destinem à incineração, de acordo com as normas que regem a matéria;
- elaborar relatórios e instruir processos exigidos por órgãos da Administração Pública;
- instruir e executar os procedimentos de aquisição de materiais e serviços compreendendo a execução de compras pelo sistema de registro de preço e pelo pregão eletrônico, operação e manutenção do portal eletrônico de compras, execução de compras diretas, preparação de solicitações de empenho, execução dos atos preparatórios para a elaboração de termos e contratos bem como executar atividades relativas à gestão da logística, compreendendo a armazenagem e a distribuição dos materiais de uso de consumo da IPASC;
- executar atividades relativas ao cadastro de insumos e preços do IPASC, compreendendo atividades de registro, exclusão e alteração cadastral, com o objetivo de manter a base de dados atualizada e abrangendo as necessidades de consumo;
- prover a administração do IPASC com os preços de referência para procedimentos de aquisição de materiais e de serviços;
- orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas da classe e executar outras atribuições afins.

**DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO - GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS  
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

- contribuir com a ordem e a limpeza das repartições públicas, no que se refere tanto à área interna quanto externa, através da limpeza e conservação dos mesmos, mantendo as condições de asseio e higiene requeridas, assim como realizar a limpeza de materiais, equipamentos, brinquedos, entre outros;
- zelar pelo cumprimento das normas internas estabelecidas, informando ao superior imediato, os problemas gerais ocorridos, bem como utilizando vestimentas e equipamentos adequados ao serviço e ao local de trabalho;
- preparar e servir café, contribuindo com o bem-estar dos indivíduos;
- garantir a continuidade do processo de higienização e manutenção do ambiente e instalações, através do pedido, recepção, conferência, controle e distribuição do material de consumo, limpeza e outros, bem como através do seu correto uso e conservação;
- realizar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e solicitação do superior imediato.

**DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO CARGO - GRUPO OCUPACIONAL COMISSÃO  
ASSESSOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**

- assessorar nos trabalhos administrativos de rotina;
- protocolar a entrada e a saída de documentos;
- executar tarefas de assessoria ao Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro;
- controlar o calendário anual dos Conselhos Administrativo e Fiscal;
- assessorar processos de licitações e de compras;
- executar tarefas relacionadas às exigências do Ministério da Previdência Social.

**PORTARIA Nº 25.493**

PORTARIA Nº 25.493, de 28 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal ROMNEY RIEDI, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, 39 (trinta e nove) horas semanais, lotado na EMEB Hilda Granemann de Sousa, da Secretaria Municipal da Educação, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos para tratar de assuntos particulares, com efeitos a contar de 27 de abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35-2015 – PR – 19-2015 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 35-2015 - PR - 19-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

OBJETO; REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BARRAS DE FERRO DIVERSAS BITOLAS E ARAME RECOZIDO, DESTINADOS À SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DA PREFEITURA DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 18/05/2015 as 16h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 18/05/2015 as 16h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 29 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 47-2015 – PR – 30-2015 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 47-2015 - PR - 30-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS HIDRÁULICAS E TERMINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 13/05/2015 as 16h00min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 13/05/2015 as 16h10min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa

Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 24 de abril de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 48-2015 – PR – 31-2015 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 48-2015 - PR - 31-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015  
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE EVENTOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAÇADOR - SC  
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14/05/2015 as 14h00min  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/05/2015 as 14h10min  
Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 24 de abril de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETO  
PREFEITO MUNICIPAL

### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 13/2015**

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC  
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 13/2015

A Comissão Especial de Pregão, da entidade CAMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 14, de 04/02/2014, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 14/05/2015, às 14:00 horas, no endereço, RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139, Caçador-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 13/2015-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supracitado ou pelo e-mail [licitacao@camaracacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@camaracacador.sc.gov.br).

Objeto da Licitação:

Processo licitatório para a contratação de empresa especializada em decoração de eventos, a fim de realizar a decoração das cerimônias realizadas pela Câmara Municipal de Caçador em sua sede, durante o exercício de 2015.

Caçador, 28 de abril de 2015.  
Flavio Henrique dos Santos  
Presidente da Câmara Municipal de Caçador/SC

### **IPASC**

#### **PORTARIA N.º 805, DE 29 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA n.º 805, de 29 de março de 2015.  
Aposenta a Servidora MARIA LÚCIA ROCHA DOS SANTOS.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com a redação da alínea "b", do inciso III, do §1º, §2º e §3º, todos do art. 40, mais o previsto no art. 37, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 93/2006,

#### **RESOLVEM:**

Art. 1º Conceder aposentadoria à Servidora MARIA LÚCIA ROCHA DOS SANTOS, inscrita no CPF/MF sob o nº 186.467.271-49, matrícula nº 4672 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Servente, Referência 15/C, carga horária de 44 horas, lotada na Secretaria de Educação, a contar de 27 de março de 2015, passando à Matrícula nº 3358, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade, com proventos proporcionais, correspondentes a 60,14% do resultado da média apurada dos salários de contribuição de R\$ 952,92 (novecentos e cinquenta e dois reais e noventa e dois centavos), na espécie sem paridade, correspondendo o benefício de aposentadoria ao valor de R\$ 572,86 (quinhentos e setenta e dois reais e oitenta e seis centavos), acrescidos da complementação de R\$ 265,51 (duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) para atingir o piso municipal de R\$ 838,37 (oitocentos e trinta e oito reais e trinta e sete centavos), nos termos do art. 64, da LCM nº 93/2006, a serem pagos pelo IPASC, a contar de 27 de março de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 29 de março de 2015.

Alcedir Ferlin  
DIRETOR PRESIDENTE.

Diala Marchi Gonçalves Bridi  
DIRETORA ADMINISTRATIVA.

#### **PORTARIA N.º 811, DE 27 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA n.º 811, de 27 de abril de 2015.  
Aposenta a Servidora LUCIA SPEGGIORIN.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, em conformidade com o §5º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação do art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, e ainda, dos incisos I, II, III e IV, e Parágrafo Único, todos do art. 48 da Lei Complementar nº 93/2006,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder aposentadoria a Servidora LUCIA SPEGGIORIN, inscrita no CPF/MF sob o nº 533.766.419-00, com matrícula nº 707 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Professora, Referência 01/E, carga horária de 40 horas, lotada na Secretaria de Educação, a contar de 01 de abril de 2015, passando à matrícula nº 3359, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de março de 2015, reajustada nos termos da Lei Complementar nº 290, de 24 de abril de 2015, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 3.006,66 (três mil e seis reais e sessenta e seis centavos), adicional de triênio de R\$ 811,79 (oitocentos e onze reais e setenta e nove centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte de R\$ 636,53 (seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos), totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 4.454,98 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e oito centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 01 de abril de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 27 de abril de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

### **PORTARIA N.º 812, DE 27 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA n.º 812, de 27 de abril de 2015.

Aposenta a Servidora LUCIANE REGINA PEREIRA.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, em conformidade com o §5º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais a redação do art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, e ainda, dos incisos I, II, III e IV, e Parágrafo Único, todos do art. 48 da Lei Complementar nº 93/2006,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder aposentadoria a Servidora LUCIANE REGINA PEREIRA, inscrita no CPF/MF sob o nº 626.846.209-20, com matrícula nº 895 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Professora, Referência 03/D, carga horária de 20 horas, lotada na Secretaria de Educação, a contar de 02 de abril de 2015, passando à matrícula nº 3360, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de março de 2015, reajustada nos termos da Lei Complementar nº 290, de 24 de abril de 2015, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 1.678,27 (um mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte e sete centavos), adicional de triênio de R\$ 402,78 (quatrocentos e dois reais e setenta e oito centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte de R\$ 346,91 (trezentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos), totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 2.427,96 (dois mil, quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 02 de abril de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 27 de abril de 2015.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

## **Campo Alegre**

### **PREFEITURA**

#### **ADITIVO CONTRATUAL 66/2015**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 66/2015

TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o OFÍCIO Nº 021PL/2015 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a prorrogação da vigência do contrato nº 57/2014 (originado do Processo Licitatório nº 57/2014, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à prorrogação;

PRORROGA-SE o prazo de execução e vigência do Contrato nº 57/2014, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

TERCEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA A IMPACTO ENGENHARIA LTDA, OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 57/2014.

#### **Cláusula Primeira - Da Vigência**

O prazo de vigência do Contrato nº 57/2014 fica prorrogado por 120 (cento e vinte) dias até o dia 24 de agosto de 2015, contando a partir de 24 de abril de 2015.

#### **Cláusula Segunda - Das Disposições Finais**

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 57/2014 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 24 de abril de 2015.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	LAERCIO TELLES Impacto Engenharia Ltda CONTRATADA
---	---

#### **ATA DESERTA - PREGÃO 41/2015**

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 41/2015)

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Lillian Terezinha Bartsch e Irineu Woitskovski Júnior, membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 41/2015, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a contratação de serviços de publicidade institucional via radiodifusão através de emissora de rádio FM (devidamente licenciada pelo Ministério das Comunicações) para divulgação de matérias institucionais do Município de Campo Alegre. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, declarando a licitação DESERTA, considerando que nenhum licitante protocolizou documentação e proposta para tal licitação.



Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

### CONVÊNIO Nº 26/2015

CONVÊNIO Nº 26/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DE CAMPO ALEGRE CAMINHOS DA SERRA.

**CONCEDENTE:** Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

**CONVENIENTE:** "ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DE CAMPO ALEGRE CAMINHOS DA SERRA", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.348.092/0001-11, com sede na Rua Ernesto Afonso Scheide, nº 132, no Bairro Belo Horizonte, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representada pela sua Presidenta Srª. ANELORE SCHOLZE KOHLBECK, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 788.530.449-34.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.271 de 17 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para manutenção das atividades da Associação de Turismo Rural, pagamento das seguintes despesas: Panfletos de propaganda do Turismo Rural; incentivo a agricultura familiar com o intuito de permanecerem no meio rural; fortalecer a prática produtiva dentro dos princípios de sustentabilidade; proteção e recuperação do ambiente natural, oportunizando a todos seus valores sobretudo o artesanato, gastronomia, hospedagem e patrimônio cultural, administrada pela ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DE CAMPO ALEGRE CAMINHOS DA SERRA, situada na Rua Ernesto Afonso Scheide, nº 132 Bairro Belo Horizonte, Município de Campo Alegre/SC.

#### Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;

VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.271 de 17 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.271 de 17 de Março de 2015.

#### Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), repassando em 10 (dez) parcelas de igual valor sendo a primeira parcela no mês de Março do corrente ano.

#### Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 11.02.1052.335041.00 - CONTRIBUIÇÕES - DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.

#### Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.



**CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO**

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO**

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

**Cláusula NONA - FORO LEGAL**

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 25 de Março de 2015.  
Município de Campo Alegre  
CONCEDENTE

ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DE CAMPO ALEGRE CAMINHOS DA SERRA  
CONVENIENTE

**TESTEMUNHAS**

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
CPF/MF: 005.522.529-21  
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF: 304.385.869-72  
Assinatura:

**CONVÊNIO Nº 27/2015**

CONVÊNIO Nº 27/2015.

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado por seu Prefeito Municipal RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº 918.450-3, CPF/MF nº 379.515.489-87, residente e domiciliado à Rua Professor Rufino Blaszkowsky, nº 134, Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Sindicato Rural de Campo Alegre, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.123.745/0001-75, estabelecido à Rua Cel. Raymundo Munhoz, nº 77, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Presidente LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES, estrangeira, solteira, agropecuarista, CPF/MF nº 044.124.638-93, residente e domiciliada à Rua Principal, nº, na localidade de Cubatão, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina doravante denominado simplesmente SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.275 de 26 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo de Convênio de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre/SC., tem como objetivo o estabelecimento de ações básicas em regime de parceria com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no transcorrer do presente exercício.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO**

- 1 - Disponibilizar 1 (um) botijão e o Kit Básico de Inseminação Artificial;
- 2 - Divulgar o Programa aos produtores rurais juntamente com o Sindicato Rural de Campo Alegre;
- 3 - Orientar o inseminador quanto à seleção e cadastramento dos produtores interessados;
- 4 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de seleção zootécnica dos animais;
- 5 - Orientar o inseminador quanto a procedimentos de exames ginecológicos das fêmeas;
- 6 - Orientar o inseminador quanto à realização de exames sanitários dos rebanhos das propriedades;
- 7 - Orientar tecnicamente a nível de propriedade em questões de sanidade, manejo, nutrição e melhoramento.
- 8 - Sugerir, acompanhar os trabalhos de capacitação do Produtor Rural, mantendo os objetivos do Programa.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO SINDICATO**

1 - Responsabilizar-se pela contratação e colocação à disposição do Programa 01 (um) funcionário (inseminador) bem como capacitar os produtores rurais como Inseminadores visando o aprimoramento do homem do campo e permitindo que eles mesmos possam inseminar seus próprios rebanhos sob o monitoramento do Sindicato,

2 - Disponibilizar aos produtores rurais capacitados para inseminação, botijões de sêmen e o material necessário para a realização do trabalho. Os botijões poderão ser adquiridos com recursos próprios do Sindicato ou obtidos na modalidade de "comodato" das empresas parceiras dos produtores rurais.

3 - Colocar à disposição do Programa um veículo, responsabilizando-se pelo seu abastecimento e manutenção;

4 - Responsabilizar-se pela reposição do nitrogênio líquido de todos os botijões alocados no Município, luvas descartáveis, sêmen, pipetas e outros materiais de consumo (técnico e administrativo), necessários ao bom andamento dos trabalhos;

5 - Fornecer suporte à realização dos exames sanitários do rebanho da propriedade, em especial brucelose e tuberculose, bem como outras doenças da reprodução que possam representar riscos à propriedade ou região.

Obs: os exames de brucelose e tuberculose são pré-requisitos para a realização de Inseminação Artificial e devem ser feitos em todo o rebanho e não apenas nos animais a serem inseminados.

6 - Manter atualizados os cadastros de produtores e fichas dos animais contemplados pelo Projeto;

7 - Cobrar dos produtores o mínimo necessário à cobertura dos custos dos exames sanitários e da inseminação (aquisição de sêmen, reposição de material descartável, etc);

8 - Responsabilizar-se pelo controle de trabalho do inseminador, priorizando os serviços do Programa de Inseminação Artificial, não permitindo quaisquer desvios de função que venham a trazer prejuízos ao Programa;

9 - Elaborar relatórios mensais até o dia 10 (dez) do mês seguinte e remeter ao Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

10 - Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;

11 - Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., ou - pessoa por ele delegada;

12 - Realizar Palestras, Cursos. Seminários voltados à capacitação do Produtor Rural incluindo o Jovem e a Mulher com o objetivo de incrementar a Renda melhorando a qualidade de vida e mantendo o homem no campo;

13 - Responsabilizar-se pela reciclagem dos produtores rurais - através de treinamento específico na área de inseminação artificial, pastagens, melhoramento do leite, melhoramento do gado de corte, seja no próprio Município ou em centros de treinamentos das diferentes entidades (EPAGRI/SENAR);

14 - Aplicar os recursos para os fins a que se destina e prestar contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., a Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica

de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.275 de 26 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.275 de 26 de Março de 2015.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Convênio terá vigência, pelo prazo de 10 (dez) meses a partir de 26 de Março de 2015 até 31 de Dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E FORMA DE REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 3.000,00 (três mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela no mês de Março de 2015, as demais parcelas nos meses subsequentes, perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

§1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor do Sindicato Rural de Campo Alegre, pagável até o último dia útil de cada mês.

§2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas no Programa de Inseminação Artificial.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 172-3.3.5.041.00.896 - Contribuições - da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Convênio com Sindicato Rural de Campo Alegre/SC.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo, as partes convenientes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente

instrumento de 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Campo Alegre/SC, 26 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI	LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES
Prefeito Municipal	Presidente do Sindicato Rural de Campo Alegre

#### TESTEMUNHAS:

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA	Nome: JOSÉ LUIS SILVA
CPF/MF nº 005.522.529-21	CPF/MF nº 304.385.869-72

### CONVÊNIO Nº 28/2015

CONVÊNIO Nº 28/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LAGEADO.

**CONCEDENTE:** Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

**CONVENIENTE:** "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LAGEADO", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.989.112/0001-01, com sede na Estrada Principal, snº, na localidade de Lageado, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. DANILO DOMINGUES, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 079.215.5498-11.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.274 de 17 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para manutenção do prédio, aquisição de materiais para a reforma, troca de fechaduras interna e externas, tinta, fios elétrico, bocal, chave de luz, cimento, areia, portas, grades vaso sanitários, telhas, ripas, torneira, caixa de descarga, vidros e instalações de grades para maior segurança da sede da Associação de Moradores, aquisição de materiais para confecção artesanais para comunidade, administrada pela ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LAGEADO, situada na Localidade de Lageado, Município de Campo Alegre/SC.

#### Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;

IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.274 de 17 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.274 de 17 de Março de 2015.

#### Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE a Contribuição de até R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais), em 02 (zero dois) parcelas, no valor de R\$ 1.237,50 (um mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) cada parcela, nos meses de Março e Junho do corrente ano.

#### Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da



seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 02.01.2.009-335041.00  
- CONTRIBUIÇÕES - GABINETE DO PREFEITO.

#### Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 25 de Março de 2015.

Município de Campo Alegre  
CONCEDENTE

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LAGEADO  
CONVENENTE

#### TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

### CONVÊNIO Nº 29/2015

CONVÊNIO Nº 29/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E O GRUPO ESCOTEIRO CAMPESTRE-81/SC.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLAS-ZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENENTE: "GRUPO ESCOTEIRO CAMPESTRE-81/SC", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.352.010/0001-09, com sede na Av. Dr. Getúlio Vargas, nº 121, Centro, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. EDUARDO DREFHAL, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 037.708.739-47.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.276 de 26 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para desenvolver o escotismo, propiciar a educação não formal e sua localidade, valorizando o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento do propósito do escotismo junto às crianças e jovens, aquisição de materiais e utensílios, materiais didáticos, despesas com distintivos, certificados, uniformes, transporte e inscrições acampamentos Regionais, aquisição de gêneros alimentícios para lanches, atividades administradas pelo GRUPO ESCOTEIRO CAMPESTRE-81/SC, situado no Centro do Município de Campo Alegre/SC.

#### Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.276 de 26 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do



erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.276 de 26 de Março de 2015.

#### Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 3.170,00 (três mil cento e setenta reais), parcela única no mês de Março do corrente ano.

#### Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 02.01.2.009-3.3.50.00.896 - CONTRIBUIÇÕES - GABINETE DO PREFEITO.

#### Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 26 de Março de 2015.  
Município de Campo Alegre  
CONCEDENTE

GRUPO ESCOTEIRO CAMPESTRE-81/SC  
CONVENIENTE

#### TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
CPF/MF: 005.522.529-21  
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF: 304.385.869-72  
Assinatura:

### CONVÊNIO Nº 30/2015

CONVÊNIO Nº 30/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO RIBEIRÃO DO MEIO E XIMBUVA.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIENTE: "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO RIBEIRÃO DO MEIO E XIMBUVA", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.254.208/0001-01, com sede na Estrada Geral, snº, na localidade de Ximbuva, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representada pelo seu Presidente Sr. EGON LUIZ DRE-FHAL, brasileiro, casado, portador do CPF/MF nº 638.517.769-68. Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.277 de 26 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para manter as atividades estatutárias da Associação de Moradores, com o objetivo na aquisição de materiais para ampliação da rede de água potável para comunidade, administrada pela ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO RIBEIRÃO DO MEIO E XIMBUVA, situada na Localidade de Ximbuva, Município de Campo Alegre/SC.

#### Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;

XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.277 de 26 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.277 de 26 de Março de 2015.

#### Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais), parcela única no mês de Março do corrente ano.

#### Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 02.01.2.009-3.3.50.41.00 - CONTRIBUIÇÕES - GABINETE DO PREFEITO.

#### Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 26 de Março de 2015.

Município de Campo Alegre

CONCEDENTE

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE RIBEIRÃO DO MEIO E XIM-BUVA

CONVENIENTE

TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

### CONVÊNIO Nº 31/2015

CONVÊNIO Nº 31/2015.

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E O CLUBE DE MÃES DO CAMPO - CMC.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIENTE: "CLUBE DE MÃES DO CAMPO - CMC", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.625.156/0001-11, com sede na Estrada Geral, snº, na localidade de Ribeirão do Meio, Município de Campo Alegre/SC, neste ato representado pela sua Presidenta Srª ERLI CUBAS KOHLBECK, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 937.015.359-49.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.267 de 12 de Março de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira - OBJETO

O objeto de presente Convênio para manter coordenar e promover o desenvolvimento das atividades estatutárias do Clube de Mães do Campo, com o objetivo de realizar trabalhos manuais com qualidade, voltados à geração de emprego e renda, incentivar a participação da comunidade na realização de trabalhos em grupo incentivando a criatividade e a integração dos participantes, aquisição de materiais para confecção artesanais, pagamento de instrutor de oficinas de pintura em tecido, crochê, tricô, petwork e pagamento de serviços contábeis, ações administradas pelo CLUBE DE MÃES DO CAMPO - CMC, situado na Localidade de Ribeirão do Meio, Município de Campo Alegre/SC.

#### Cláusula Segunda - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de

Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do Controle Interno do Conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.267 de 12 de Março de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.267 de 12 de Março de 2015.

#### Cláusula Terceira - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais), parcela única no mês de Março do corrente ano.

#### Cláusula Quarta - PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste

Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta - CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 02.01.2.009-3.3.50.41.00 - CONTRIBUIÇÕES - GABINETE DO PREFEITO.

#### Cláusula SEXTA - FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se da assinatura deste e encerra-se em 31 de Dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA - FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC, 26 de Março de 2015.

Município de Campo Alegre

CONCEDENTE

CLUBE DE MÃES DO CAMPO - CMC

CONVENIENTE

#### TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

#### DECRETO Nº 8.982 DE 29 DE ABRIL DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.982 DE 29 DE ABRIL DE 2015

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de nº 06 anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 29 de Abril de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 30/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**RESOLUÇÃO Nº 06 DE 22 DE ABRIL DE 2015**

**DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA.**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício das suas atribuições, previstas na Lei Federal nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de Julho de 1990, na Lei Municipal nº 3.425, de 25 de Novembro de 2008, e suas respectivas alterações, por meio de sua Presidenta Interina no uso das atribuições legais, regimentais e conforme reunião ordinária nº 05/2015 de 17 de abril de 2015; **RESOLVE:**

**Art.1º** - Convocar a V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., com a finalidade de analisar, definir e deliberar as diretrizes da política nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com vistas a contribuir com a elaboração do Plano Decenal.

**Art.2º** - A V Conferência Municipal do CMDCA será realizada no Município de Campo Alegre na data de 13 de Maio de 2015, no Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson.

**Art.3º** - A V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., terá como tema: "A POLÍTICA E O PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES".

**Art.4º** - Nomear a COMISSÃO ORGANIZADORA para a realização da V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com os seguintes membros:

- ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA - Presidente
- MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA - Secretária
- PATRICK ONGHERO - Conselheiro CMDCA
- SANDRO LUIZ FRIEDRICH - Conselheiro CMDCA
- LUCIANE APARECIDA DE LIMA WOLLNER - Conselheira CMDCA
- IVANIR NARLOCH LARSON - Conselheira Tutelar
- ROSILENE IDALÊNCIO - Conselheira Tutelar

**Art.5º** - O Município, durante a Conferência, elegerá até 10 (dez) Delegados, entre titulares e suplentes, para a participação da Conferência Regional, nos termos da Resolução nº 001/2015 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/SC.

**Art.6º** - As despesas decorrentes da organização do evento correrão por conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

**Art.7º** - Fica delegado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., para adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta Resolução;

**Art.8º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 22 de Abril de 2015.

ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA

Presidenta Interina do CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada a presente Resolução aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, e Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

## **DECRETO Nº 8.983 DE 29 DE ABRIL DE 2015**

**GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº 8.983 DE 29 DE ABRIL DE 2015**

**CONCEDE PENSÃO POR MORTE A DEPENDENTE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GIOVANI JOSÉ TOMAZ, NA FORMA DO ARTIGO 8º INCISO I DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14.**

O Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando o Parecer Jurídico do Processo/Protocolo nº 007/2015 emitido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. - IPRECAL; **Decreta:**

**Art.1º)** Conceder PENSÃO POR MORTE, conforme dispõe o Art. 8º Inciso I da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de Novembro de 2014; Art. 40, §7º, Inciso II da CF/88, com redação dada pela EC41/03, à dependente: MARILENE BORGES TOMAZ, Registro Geral nº 5.084.674 - SSP/SC e Portadora do CPF/MF nº 048.288.689-76, do Servidor Público Municipal GIOVANI JOSÉ TOMAZ, falecido em data de 16 de Abril de 2015, detentor da Matrícula Funcional nº 000477, Registro no Sistema sob nº 954483, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Operacional III, exercendo a Função de Agente Operacional de Manutenção, do Quadro de Servidores Efetivos do Poder Executivo Municipal.

**Art.2º)** Autorizar o pagamento dos proventos de pensão correspondente ao valor total bruto de R\$ 1.105,85 (um mil, cento e cinco reais, oitenta e cinco centavos), que corresponde a 100% do valor da remuneração de contribuição do Servidor Falecido, quando de sua atividade.

**Art.3º)** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, estabecendo-se seus efeitos a partir da data do óbito do servidor.

**Art.4º)** Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício do Município de Campo Alegre/SC, 29 de Abril de 2015.

SEBASTIÃO VENDELINO KONS

Prefeito Municipal em Exercício

JEFFERSON JEAN DUVOISIN

Diretor Executivo - IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 30/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **RESOLUÇÃO Nº 06 DE 22 DE ABRIL DE 2015**

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 22 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no exercício das suas atribuições, previstas na Lei Federal nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de Julho de 1990, na Lei Municipal nº 3.425, de 25 de Novembro de 2008, e suas respectivas alterações, por meio de sua Presidenta Interina no uso das atribuições legais, regimentais e conforme reunião ordinária nº 05/2015 de 17 de abril de 2015; RESOLVE:

Art.1º - Convocar a V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., com a finalidade de analisar, definir e deliberar as diretrizes da política nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com vistas a contribuir com a elaboração do Plano Decenal.

Art.2º - A V Conferência Municipal do CMDCA será realizada no Município de Campo Alegre na data de 13 de Maio de 2015, no Espaço Cultural Profª. Sirley Maria Neumann Johanson.

Art.3º - A V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., terá como tema: "A POLÍTICA E O PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES".

Art.4º - Nomear a COMISSÃO ORGANIZADORA para a realização da V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com os seguintes membros:

- ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA - Presidente
- MAIRA JOCELI PEREIRA DE MIRANDA - Secretária
- PATRICK ONGHERO - Conselheiro CMDCA
- SANDRO LUIZ FRIEDRICH - Conselheiro CMDCA
- LUCIANE APARECIDA DE LIMA WOLLNER - Conselheira CMDCA
- IVANIR NARLOCH LARSON - Conselheira Tutelar
- ROSILENE IDALÊNCIO - Conselheira Tutelar

Art.5º - O Município, durante a Conferência, elegerá até 10 (dez) Delegados, entre titulares e suplentes, para a participação da Conferência Regional, nos termos da Resolução nº 001/2015 do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA/SC.

Art.6º - As despesas decorrentes da organização do evento correrão por conta do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA.

Art.7º - Fica delegado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Campo Alegre/SC., para adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta Resolução;

Art.8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 22 de Abril de 2015.

ADRIANE SCHULZE DE OLIVEIRA  
Presidenta Interina do CMDCA  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Registrada a presente Resolução aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, e Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM, e nos seguintes locais: Mural no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, Mural no Prédio Sede da Câmara de Vereadores, Fórum Municipal "Casa da Cidadania" na Sala sede do CMDCA; Mural no Prédio Sede da Casa da Cultura, e no Mural no Prédio Sede da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze.

TÚLIO CESAR JANSEN

Secretário do CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO DO 1º BIMESTRE 2015

 <div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div> <div>Tesouro Nacional</div>	Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado	
	Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)	
	CNPJ:	
	Exercício: 2015	
	Período de referência: 1º bimestre	

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Recitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)
				% (c/a)	SALDO (a-c)
<b>Recitas Orçamentárias</b>					
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.132.736,37	-	5.360.688,40	16,18	27.772.047,97
RECEITAS CORRENTES	31.080.596,29	31.080.596,29	5.356.826,13	17,24	25.723.770,16
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.440.866,33	3.440.866,33	368.334,67	10,70	3.072.531,66
Impostos	2.653.133,92	2.653.133,92	341.686,86	12,88	2.311.447,06
Taxas	777.732,41	777.732,41	25.759,03	3,31	751.973,38
Contribuição de Melhoria	10.000,00	10.000,00	888,78	8,89	9.111,22
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.457.489,60	1.457.489,60	259.570,83	17,81	1.197.918,77
Contribuições Sociais	857.489,60	857.489,60	132.355,55	15,44	725.134,05
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	600.000,00	600.000,00	127.215,28	21,20	472.784,72
Contribuição de Iluminação Pública					
RECEITA PATRIMONIAL	1.973.018,26	1.973.018,26	550.797,44	27,92	1.422.220,82
Recitas Imobiliárias	3.451,77	3.451,77			3.451,77
Recitas de Valores Mobiliários	1.969.566,49	1.969.566,49	550.797,44	27,97	1.418.769,05
Recita de Concessões e Permissões					
Compensações Financeiras					
Recita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público					
Recita da Cessão de Direitos					
Outras Recitas Patrimoniais					
RECEITA AGROPECUÁRIA					
Recita da Produção Vegetal					
Recita da Produção Animal e Derivados					
Outras Recitas Agropecuárias					
RECEITA INDUSTRIAL					
Recita da Indústria Extrativa Mineral					
Recita da Indústria de Transformação					
Recita da Indústria de Construção					
Outras Recitas Industriais					
RECEITA DE SERVIÇOS	1.124.509,29	1.124.509,29	177.003,63	15,74	947.505,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.372.855,07	22.372.855,07	3.939.786,01	17,61	18.433.067,06
Transferências Intergovernamentais	22.015.725,07	22.015.725,07	3.933.408,25	17,87	18.082.316,82
Transferências de Instituições Privadas	25.000,00	25.000,00			25.000,00
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas	5.000,00	5.000,00			5.000,00
Transferências de Convênios	327.130,00	327.130,00	6.379,76	1,95	320.750,24
Transferências para o Combate à Fome					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	711.857,74	711.857,74	61.331,55	8,62	650.526,19
Multas e Juros de Mora	137.808,46	137.808,46	25.086,03	18,20	112.722,43
Indenizações e Restituições	303.887,51	303.887,51	8.712,49	2,87	294.875,02
Recita da Dívida Alíva	270.069,70	270.069,70	27.533,03	10,19	242.536,67
Recitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de RPPS					
Recitas Correntes Diversas	392,07	392,07			392,07
RECEITAS DE CAPITAL	2.052.140,08	2.052.140,08	3.862,27	0,19	2.048.277,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO					



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 1º bimestre

Recitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre (b)	% (b/a)	% (c/a)
Operações de Crédito Internas					
Operações de Crédito Externas					
ALIENAÇÃO DE BENS	2.140,08	2.140,08			
Alienação de Bens Móveis	2.140,08	2.140,08			
Alienação de Bens Imóveis					
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS					
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.050.000,00	2.050.000,00	3.862,27	0,19	0,19
Transferências Intergovernamentais	50.000,00	50.000,00			
Transferências de Instituições Privadas					
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas					
Transferências de Outras Instituições Públicas					
Transferências de Convênios	2.000.000,00	2.000.000,00	3.862,27	0,19	0,19
Transferências para o Combate à Fome					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL					
Integralização do Capital Social					
Div. An. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.					
Receitas de Capital Diversas	1.825.645,46	286.711,86			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (III)	34.958.381,83	1.825.645,46	286.711,86	15,70	15,70
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		34.958.381,83	5.647.400,26	16,15	16,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)					
Operações de Crédito Internas					
Mobiliária					
Contratual					
Operações de Crédito Externas					
Mobiliária					
Contratual	34.958.381,83	34.958.381,83	5.647.400,26	16,15	16,15
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		34.958.381,83	5.647.400,26	16,15	16,15
DEFICIT (VI)					
TOTAL (VII) = (V + VI)		34.958.381,83	5.647.400,26	16,15	16,15
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		1.126.036,61			
Superávit Financeiro		1.126.036,61			
Reabertura de Créditos Adicionais					

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrão

Despesas Orçamentárias	DOTAÇÃO INICIAL (I)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Estágios da Despesa Orçamentária				
			DESPESAS EMPENHADAS	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)
			No Bimestre		Até o Bimestre (f)		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (N)
<b>Despesas Orçamentárias</b>							
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.096.221,57	34.379.258,18	10.047.112,87	24.332.145,31	3.776.047,15	30.603.211,03	3.544.114,93
DESPESAS CORRENTES	27.323.400,69	28.194.594,94	9.295.833,00	18.898.761,94	3.688.343,54	24.506.251,40	3.456.411,32
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.709.568,11	13.856.730,94	2.036.881,97	11.819.848,97	2.022.765,77	11.833.965,17	1.953.881,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	148.666,84	118.666,84	118.666,84	0,00	20.553,34	98.112,50	20.553,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.465.166,74	14.219.198,16	7.140.285,19	7.078.912,97	1.645.024,43	12.574.173,73	1.441.996,01
DESPESAS DE CAPITAL	4.236.865,61	4.648.727,97	751.279,87	3.897.448,10	87.703,61	4.561.024,36	87.703,61
INVESTIMENTOS	3.940.087,78	4.357.030,14	460.482,70	3.897.447,44	36.050,75	4.321.879,39	36.050,75



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 1º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
INVERSOES FINACERAS	290.797,83	290.797,83	290.797,17	0,66	51.652,86	239.144,97	51.652,86
AMORTIZACAO DA DIVIDA	219.214,21	219.214,21		219.214,21		219.214,21	
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.316.721,06	1.316.721,06		1.316.721,06		1.316.721,06	
RESERVA DO RPPS	1.865.160,26	1.865.160,26	284.711,79	1.600.448,47	284.711,79	1.600.448,47	284.711,79
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)							
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	34.950.381,83	36.244.418,44	10.311.824,66	25.932.593,78	4.040.758,94	32.203.659,50	3.808.826,72
AMORTIZACAO DA DIVIDA REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária							
Outras Dívidas							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	34.950.381,83	36.244.418,44	10.311.824,66	25.932.593,78	4.040.758,94	32.203.659,50	3.808.826,72
SUPERAVIT (XIII)					1.606.641,32		5.647.400,26
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	34.950.381,83	36.244.418,44	10.311.824,66	25.932.593,78	5.647.400,26		9.456.226,98

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao

Recitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>Recitas Intra Orçamentárias</b>							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	1.825.645,46	286.711,86	15,70	286.711,86	15,70	1.538.933,60
RECEITAS CORRENTES	1.825.645,46	1.825.645,46	286.711,86	15,70	286.711,86	15,70	1.538.933,60
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.710.031,46	1.710.031,46	264.711,86	15,48	264.711,86	15,48	1.445.319,60
Contribuições Sociais							
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cassão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							





Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 1º bimestre

Recitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
Receita da Indústria de Construção						
Outras Receitas Industriais						
RECEITA DE SERVIÇOS						
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						
Transferências Intergovernamentais						
Transferências de Instituições Privadas						
Transferências do Exterior						
Transferências de Pessoas						
Transferências de Convênios						
Transferências para o Combate à Fome						
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	115.614,00	115.614,00	22.000,00	19,03	22.000,00	19,03
Multas e Juros de Mora						93.614,00
Indenizações e Restituições						
Receita da Dívida Ativa						
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	115.614,00	115.614,00	22.000,00	19,03	22.000,00	19,03
Receitas Correntes Diversas						93.614,00
RECEITAS DE CAPITAL						
OPERAÇÕES DE CRÉDITO						
Operações de Crédito Internas						
Operações de Crédito Externas						
ALIENAÇÃO DE BENS						
Alienação de Bens Móveis						
Alienação de Bens Imóveis						
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS						
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL						
Transferências Intergovernamentais						
Transferências de Instituições Privadas						
Transferências do Exterior						
Transferências de Pessoas						
Transferências de Outras Instituições Públicas						
Transferências de Convênios						
Transferências para o Combate à Fome						
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL						
Integralização do Capital Social						
Div. Alv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.						
Receitas de Capital Diversas						

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrão

Despesa Intra Orçamentárias	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (n)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias										
Despesas Intra-Orçamentárias (IX)	1.662.160,26	1.865.160,26	264.711,79	264.711,79	1.600.448,47	264.711,79	264.711,79	1.600.448,47	264.711,79	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.662.160,26	1.865.160,26	264.711,79	264.711,79	1.600.448,47	264.711,79	264.711,79	1.600.448,47	264.711,79	0,00
DESPESAS DE CAPITAL										
DESPESAS DE CAPITAL DIVERSAS	1.662.160,26	1.865.160,26	264.711,79	264.711,79	1.600.448,47	264.711,79	264.711,79	1.600.448,47	264.711,79	0,00



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado


Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 1º bimestre

Despesas Intra Orçamentárias	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	Despesas Empenhadas		SALDO (g) = (e-f)	Despesas Liquidadas		SALDO (i) = (e-h)	Despesas pagas até o bimestre (j)	Inscritas em restos a pagar não processados (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSOES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro <b>TESOURO NACIONAL</b>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>CNPJ:</b>
	<b>Exercício: 2015</b>
	<b>Período de referência: 1º bimestre</b>

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 1º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção		Execução das Despesas									
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)		DESPESAS EMENHADAS		SALDO (g) = (a-b)		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCERBADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/aat) (h)	% (b/aat) (i)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f) (j)		
Legislativa		3306221.57	3437926.18	1024712.27	1024712.27	97.43	2432214.531	3776047.15	93.45	3306221.57	
Ata Legislativa		693000.00	693000.00	112866.00	112866.00	1.00	580133.40	834593.95	2.07	609450.05	
Ata Legislativa		693000.00	693000.00	112866.00	112866.00	1.00	580133.40	834593.95	2.07	609450.05	
Conselho Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ata Judicial											
Defensoria Pública no Processo Judicial											
Defensoria Pública											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Planejamento e Orçamento		2052472.57	2897899.93	1164397.98	1164397.98	11.29	173301.95	449843.41	11.13	2448066.52	
Administração Geral											
Administração Financeira		205819.82	2381247.18	695914.95	695914.95	6.75	185332.25	321839.18	7.89	1758450.00	
Normalização e Fiscalização		81101.75	80101.75	465483.03	465483.03	4.54	338516.72	12804.23	3.17	673297.26	
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos		23551.00	15551.00				15551.00			15551.00	
Administração de Recreios											
Administração de Condições											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional		17128.00	17128.00				17128.00			17128.00	
Defesa Passiva											
Defesa Ativa											
Defesa Terrestre		17128.00	17128.00				17128.00			17128.00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública		259557.42	259557.42	34245.95	34245.95	0.33	224811.47	4251.44	0.11	254805.98	
Policiamento		93149.60	93149.60	22590.03	22590.03	0.22	70559.57	2414.89	0.06	90734.71	
Defesa Civil		165507.82	165507.82	11655.92	11655.92	0.11	144221.90	1836.55	0.05	164071.27	
Informação e Integridade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações e Interação											
Relações e Interação											
Cooperativismo											
Cooperativismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social		733102.70	728675.34	133537.45	133537.45	1.29	595137.89	81457.35	2.02	647217.99	
Assistência ao Idoso		250.00	250.00				250.00			250.00	
Assistência ao Portador de Deficiência		24484.94	24484.94	31012.41	31012.41	0.30	27750.97	27750.97	0.89	21705.97	
Assistência Comunitária		483578.40	483578.40	102525.04	102525.04	0.99	381053.36	53663.38	1.33	429512.02	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social		319843.20	319843.20	35204.68	35204.68	3.45	284638.52	321957.92	7.87	287875.28	
Previdência do Regime Estatístico											
Previdência Complementar		319843.20	319843.20	35204.68	35204.68	3.45	284638.52	321957.92	7.87	287875.28	
Previdência Especial											
Administração Geral											





Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			Execução da Despesa			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (d) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/cotul b)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/Total g)		Até o Bimestre (g)	% (g/Total g)		
Demais Subfunções													
Saúde	864723.03	7446567.75	231329.97	231329.97	22.43	813307.86	930596.39	23.03	611597.36				
Ação Básica	446815.81	4622683.81	810868.14	810868.14	7.66	531275.07	608372.97	15.01	401640.84				
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1111046.50	1111046.50	773670.00	773670.00	7.50	337276.50	166357.16	4.12	344693.34				
Sistema Público de Radiológico	1196930.22	1463913.99	702655.01	702655.01	6.83	749639.46	153762.59	3.80	336351.50				
Atividade de Diagnóstico	27284.80	27284.80	203100.00	203100.00	0.07	102102.00	360.00	0.01	108622.80				
Vigilância Epidemiológica	27284.80	109172.90	703100.00	703100.00	0.07	102102.00	360.00	0.01	108622.80				
Alimentação e Nutrição	14610.00	14610.00	1713.92	1713.92	0.02	13161.08	762.92	0.02	14147.08				
Administração Geral													
Demais Subfunções													
Trabalho													
Proteção e Benefícios ao Trabalhador													
Relações de Trabalho													
Empregabilidade													
Fomento ao Trabalho													
Administração Geral													
Demais Subfunções													
Educação	865776.75	9241930.64	328112.39	328112.39	31.92	690246.25	901447.75	22.31	8340332.89				
Educação Fundamental	5196664.59	5868191.08	2679693.82	2679693.82	25.99	3206297.26	469730.82	11.40	5425460.26				
Educação Médio													
Educação Profissional													
Educação Superior													
Educação Infantil													
Educação de Jovens e Adultos													
Educação Especial													
Educação Básica													
Administração Geral													
Demais Subfunções													
Cultura	291320.00	292695.59	80410.64	80410.64	0.79	173584.94	17542.74	0.03	241822.84				
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	92657.65	92657.65	105452.25	105452.25	1.02	397205.40	46202.26	1.14	468637.37				
Difusão Cultural													
Administração Geral													
Demais Subfunções													
Deportes e Recreação Social													
Cuidado e Reintegração Social													
Desporto Individual Coletivo e Difusão													
Assistência aos Povos Indígenas													
Administração Geral													
Demais Subfunções													
Urbanismo	646869.96	646869.96	603061.15	603061.15	6.40	368666.81	367362.82	9.00	380077.14				
Infra-Estrutura Urbana	603000.00	603000.00	255000.91	255000.91	2.47	348689.09	85191.95	2.11	518408.05				
Serviços Urbanos	2746259.96	3746259.96	403300.24	403300.24	3.93	3340292.72	276900.87	8.89	3467660.09				
Transportes Coletivos Urbanos													
Administração Geral													
Demais Subfunções													
Habituação	13623.00	13623.00				13623.00			13623.00				
Habituação Rural													
Habituação Urbana													
Administração Geral													
Demais Subfunções													
Saneamento	126201.25	126201.25	84216.74	84216.74	8.17	448374.51	180086.83	4.61	110401.42				
Saneamento Básico Rural													
Saneamento Básico Urbano	126201.25	126201.25	84216.74	84216.74	8.17	448374.51	180086.83	4.61	110401.42				
Administração Geral													
Demais Subfunções													
Gestão Ambiental	76541.64	76541.64	55891.70	55891.70	0.54	20465.94	9572.48	0.24	66683.16				
Preservação e Conservação Ambiental													
Correção Ambiental	76541.64	76541.64	55891.70	55891.70	0.54	20465.94	9572.48	0.24	66683.16				
Recuperação de Áreas Degradadas													
Recursos Hídricos													
Administração Geral													
Demais Subfunções													



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	Execução da Despesa		DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO (d) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%		Até o Bimestre	Até o Bimestre (e)			
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Debate e Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	673126.15	733126.15	184071.29	184071.29	1.79	540054.86	184071.29	184071.29	4.96	540054.86	
Promoção da Produção Vegetal											
Promoção da Produção Animal	5352.50	5352.50				5352.50				5352.50	
Defesa Sanitária Vegetal											
Defesa Sanitária Animal											
Abastecimento											
Abastecimento Rural	687773.65	727773.65	184071.29	184071.29	1.79	543702.36	184071.29	184071.29	4.96	543702.36	
Extensão Rural											
Irrigação											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	40092.00	40092.00				40092.00				40092.00	
Promoção Industrial	40092.00	40092.00				40092.00				40092.00	
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção Industrial											
Produção											



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado


Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 1º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)			INSCRITAS EM RESERVAS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/a) (b)	% (b/a) (b)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/a) (d)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/a) (d)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
Encargos Especiais	319185.92	319185.92	319185.26	319185.26	3.10	0.06	319185.26	72205.20	1.79	72205.20	72205.20	1.79	246979.72	246979.72	
Refinanciamento da Dívida Interna	184642.40	184642.40	184642.40	184642.40	1.79	0.00	184642.40	25076.62	0.72	25076.62	25076.62	0.72	158565.78	158565.78	
Refinanciamento da Dívida Externa															
Suporte da Dívida Interna	134243.52	134243.52	134242.86	134242.86	1.30	0.61	134242.86	43125.58	1.07	43125.58	43125.58	1.07	91113.94	91113.94	
Suporte da Dívida Externa															
Outros Encargos Especiais															
Transferências para a Educação Básica															
Dinâmica Subfunção	219214.21	219214.21				219214.21							219214.21	219214.21	
Reserva de Contingência	1319721.08	1319721.08				1319721.08							1319721.08	1319721.08	
Reserva de RPPS	1860160.26	1860160.26	264711.79	264711.79	2.57	100.00	264711.79	264711.79	0.95	264711.79	264711.79	0.95	1600444.47	1600444.47	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (II)			1031824.66	1031824.66	100.00	264711.79	4040758.94	4040758.94	100.00	4040758.94	4040758.94	100.00	3202309.50	3202309.50	
TOTAL (III) = (I + II)	34668381.83	38244418.44													

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro <b>TESOURO NACIONAL</b>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>CNPJ:</b>
	<b>Exercício: 2015</b>
	<b>Período de referência: 1º bimestre</b>

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Padrao**

Notas Explicativas	Valores
	28/02/2015
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



## Lista de Assinaturas

<b>Assinatura: 1</b>
Digitally signed by LUANA TALITA ROCHA:04854775998 Date: 2015.04.23 12:01:56 BRT Perfil: Contador Responsável Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC
<b>Assinatura: 2</b>
Digitally signed by RUBENS BLASZKOWSKI:37951548987 Date: 2015.04.24 09:46:02 BRT Perfil: Titular do Poder Executivo Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 22/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 13 de Maio de 2015 às 16 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE CHAPEAÇÃO, PINTURA E POLIMENTO EM VEÍCULOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS. .O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30min às 11h00 e das 13h30min às 17h00 horas, diariamente.

Campos Novos, 30 de Abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 03/2015

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 03/2015

O Município de Campos Novos, por intermédio do Prefeito Municipal, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24.02.1967, Código Tributário Municipal - Lei Complementar nº 01/2002, e da Lei Municipal nº 4.123/2015, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, devidamente autorizadas pelas Lei Municipal nº 4.123/15, conforme segue:

#### 1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, drenagem pluvial e outras melhorias acessórias, conforme consta da Lei 4123/2014 e orçamento anexo, estando a cobrança limitada à valorização que sobrevier ao imóvel.

#### 2. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria serão executadas na imobiliária relativa às obras públicas de pavimentação da Rua Anildo Bleichwel (Trecho entre a Rua Herval d'Oeste até a Rua Projetada "A"); Projetada "A" (Trecho Anildo Bleichwel até a Rua Capinzal); Rua Capinzal (Trecho entre a Rua Projetada "A" até a Rua Projetada "C")

#### 3. PLANTAS DE SITUAÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

As Plantas de Situação e Memorial Descritivo integram o presente Edital na forma dos Anexos I e II e se prestam a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras

de pavimentação que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca-de-lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros, pavimentação em paralelepípedo e meio-fio, inclusive compactação destes.

#### 4. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA:

O custo das obras a serem executadas é de R\$ R\$ 175.009,47 (cento e setenta e cinco mil e nove reais e quarenta e sete centavos), conforme descrito no Anexo III.

5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO E VALOR A SER SUPOSTADO PELA ADMINISTRAÇÃO  
O custo total da obra está orçado em R\$ 175.009,47 (cento e setenta e cinco mil e nove reais e quarenta e sete centavos), cabendo aos contribuintes beneficiados com a obra, através da Contribuição de Melhoria, o pagamento do valor de R\$ 66.503,00 (sessenta e seis mil quinhentos e três reais).

#### 6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com os trechos das ruas mencionadas no item 2 que sofrerem valorização, conforme plantas de localização constantes do Anexo I.

#### 7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV) e o segundo ao seu término.

Os laudos serão elaborados por comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, conforme prevê a Lei nº 4.123/2015.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da contribuição de melhoria será de no máximo 33,66 % (trinta e seis vírgula sessenta e seis por cento) do custo individualizado da obra (custo da obra para cada imóvel beneficiado).

Correrão por conta do Município de Campos Novos as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

#### 8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação inicial dos imóveis, antes da realização da obra, conforme Anexo IV.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o impugnante.

#### 9. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

#### 10. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

ANEXO I - PLANTAS DE SITUAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA, COM RELAÇÃO DOS IMÓVEIS E RESPECTIVOS PROPRIETÁRIOS BENEFICIADOS

ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO III - ORÇAMENTO DA OBRA

ANEXO IV - LAUDO DE AVALIAÇÃO INICIAL DOS IMÓVEIS SITUADOS NA ZONA BENEFICIADA

#### 11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal.

Campos Novos, 29 de abril de 2015.

Prefeito Municipal  
NELSON CRUZ

Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo  
Departamento de Engenharia

#### MEMORIAL DESCRITIVO

Obra: Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, passeio em concreto estampado e sinalização viária.

Ruas: Rua Anildo Bleichwel, Rua Projetada e Rua Capinzal

Local: Bairro Nossa Senhora Aparecida

Município: Campos Novos

Campos Novos, 22 de agosto de 2014.

#### SUMÁRIO

##### 1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

O presente volume tem por objetivo descrever as atividades, soluções e respectivas metodologias adotadas no projeto de engenharia para pavimentação asfáltica em chão natural das Ruas: Anildo Bleichwel, Projetada "A" e Capinzal, localizadas no Bairro Nossa Senhora Aparecida, no Município de Campos Novos.

O Projeto baseia-se nos estudos geométricos, tráfego, além das diretrizes de circulação viária desenvolvidos pela Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo juntamente com o Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

São partes complementares deste material: projeto geométrico, projetos de drenagem pluvial, projetos de sinalização vertical e horizontal, detalhamento das seções dos tipos de pavimentação, projetos de passeios e acessibilidades, orçamento básico, cronograma físico-financeiro e QCI.

##### 1.1. SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO

É de responsabilidade da Contratada o atendimento a todas as normas de Higiene e Segurança do Trabalho, assim como a adoção de medidas específicas de prevenção de acidentes e sinalização por tratar-se de execução de obras em via pública.

Em especial, deverá atender o que determina o Código Nacional de Trânsito e as recomendações que faça a Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo para a sinalização viária, interrupções e desvios de tráfego. A sinalização noturna deverá conter elementos luminosos e refletivos.

A empresa responsável pela execução da obra deverá, até o término desta, adequar e manter a sinalização de obra nos locais

previstos e definidos pela equipe de fiscalização. Qualquer incidente que ocorra ao longo da obra e constatado que veio a ser ocasionado pelo não cumprimento da sinalização de obra, os danos ocorridos serão de responsabilidade da empresa executora.

As placas deverão ser mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade dos padrões de cores, durante todo o período de execução da obra, substituindo-as ou recuperando-as quando verificado o seu desgaste ou precariedade, ou ainda por solicitação da equipe de fiscalização.

Toda sinalização preventiva e indicativa da obra deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente. As operações e encargos para a sua execução, inclusive fornecimento e instalação, não serão pagos diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

##### 1.2. PLACA DA OBRA

A Contratada deverá confeccionar, instalar e manter durante o período das obras, placa com dimensões de 2,00m x 1,25m padrão estabelecido pela Prefeitura Municipal de Campos Novos.

#### 2. PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

##### 2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo principal é de organizar o trânsito e a circulação nas regiões de projeto, melhorando assim o fluxo dos veículos e pedestres, definindo os materiais que serão utilizados na confecção de cada camada constituinte do pavimento, indicando suas características e fontes de obtenção, determinando as espessuras das camadas, estabelecendo a seção transversal, tipo da plataforma do pavimento e obtendo os quantitativos de serviços e materiais referentes à pavimentação.

##### 2.2 APROVAÇÕES E PROJETOS

Os serviços serão executados em estrita e total observância às indicações constantes dos projetos fornecidos pela contratante e referidos neste memorial descritivo.

Cabe à empresa contratada, elaborar, de acordo com as necessidades da obra, desenhos de detalhes de execução, os quais serão, previamente, examinados e autenticados, se for o caso, pela contratante. Durante a execução da obra, poderá a contratante apresentar desenhos complementares, os quais serão também devidamente autenticados pela empresa contratada.

É necessário o fornecimento de ART (CREA) pela empresa executora, vinculada a do respectivo projeto fornecido este pela contratante.

##### 2.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações têm como premissa zelar pela segurança, eficiência e qualidade das obras durante sua implantação nas etapas de pavimentação, serviços complementares e sinalização. A metodologia de execução do conjunto de serviços projetados para as áreas de projeto deverá estar em conformidade com as normas e especificações estabelecidas pelo DNER, materializadas no Manual de controle de qualidade intitulado como "Especificações Gerais para Obras Rodoviárias".

Todo o projeto, como serviços de campo, mapeamento dos dados, dimensionamento da tubulação, elaboração de planilhas e memoriais foram elaborados pela Equipe Técnica.

Para a área em estudo considerou-se o seguinte tipo de pavimento:

Via com tráfego leve: são as vias alimentadoras, com tráfego local, com circulação esporádica de veículos de carga;

### 3. DRENAGEM

#### 3.1. DIMENSIONAMENTO

##### 3.1.1. Intensidade das Chuvas Críticas (equação)

Levando-se em consideração a coleta de dados de precipitação pluviométrica no município de Campos Novos e região, partimos para o dimensionamento das equações que nos fornecem a intensidade das chuvas críticas, em função da duração dos temporais na cidade de Campos Novos, para período de retorno de 2, 5 e 10 anos, de onde obtivemos as seguintes equações:

##### 3.1.2. Período de retorno de 02 anos

Equação (a):

##### 3.1.3. Período de retorno de 05 anos

Equação (b):

##### 3.1.4. Período de retorno de 10 anos

Equação (c):

Onde:

i = intensidade da chuva crítica (em litros / s / ha);

tc = tempo de concentração (em min);

##### 3.1.5. Cálculos

O método utilizado para o dimensionamento, foi o Método Racional de Cálculo, que apresenta o seguinte sistema métrico  $Q=(C \times I \times A)/t$ , aplicado para bacias de contribuição menores que 50 ha. Para cada um dos casos foram adotados individualmente:

Q= Vazão (m/s) (Vs) - a calcular;

C= Coeficiente de Deflúvio (%) dependente das características da bacia de contribuição;

Adotado 45% - 0,45 - mais crítico;

A= Área da bacia de contribuição - dados variáveis e individuais;

I = Intensidade das chuvas, (mm/h) - dados coletados;

Adotado 70 mm/h; - fato raro na região;

t = Tempo a ser considerado - 1,0 hora (3600 segundos).

Nota - Em todos os dados tabelares e coletados, foram sempre utilizados os mais críticos, para que os bueiros fossem dimensionados com maior segurança.

Conclusão: Após a utilização dos dados acima e aplicados na Fórmula Racional, chegou-se aos seguintes dados estabelecidos em projetos: serão utilizados tubos de diâmetro = 400 mm.

Algumas tubulações existentes permanecerão para atender a grande concentração de água vinda das vias centrais.

#### 3.2. INTERFERÊNCIA COM REDES EXISTENTES

A Contratada deverá antes do início de cada trecho da rede de drenagem e da pavimentação informar-se junto às concessionárias de serviço de água, esgoto, eletricidade e telefonia, para detectar as possíveis interferências com seus trabalhos e adequar os projetos. A correção de qualquer dano causado à rede, ramais ou ligações domiciliares, existentes, será de exclusiva responsabilidade da Contratada. A relocação de redes cuja interferência não possa ser resolvida pela adequação dos projetos, impedindo, portanto, a execução das obras contratadas, deve ser solicitada pela Contratada à Fiscalização, e será de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

#### 3.3. TUBULAÇÃO

A carga, transportes, descarga junto à obra e descida dos tubos na vala, sejam feitas manualmente ou com auxílio de equipamentos

mecânicos, deverão ser executadas com os devidos cuidados para evitar danos aos tubos. Cuidado especial deverá ser tomado com as partes de conexão, ponta e bolsa, para evitar que sejam danificadas na utilização de cabos e/ou tesouras e/ou outras peças metálicas, na movimentação dos tubos.

No momento da aplicação os tubos deverão estar limpos, desobstruídos e não apresentar rachaduras ou danos.

Todo tubo recusado pela Fiscalização deverá ser substituído pela Contratada às suas custas.

O assentamento deverá ser executado imediatamente após a regularização de sua fundação, evitando assim a exposição desta às intempéries.

Os tubos deverão estar perfeitamente apoiados em toda sua extensão.

O assentamento deve ser feito de jusante para montante.

Havendo interrupção, ou em trechos em que as caixas não estejam terminadas e tamponadas, o último tubo deverá ser tamponado para evitar a entrada de elementos estranhos.

A argamassa de rejunte será de cimento e areia, traço 1:4 em volume, devendo ser colocada de forma a procurar a perfeita centralização da ponta em relação à bolsa, proporcionando o correto nivelamento da geratriz inferior interna dos tubos. Havendo presença de lençol freático, deve-se proteger as juntas com capeamento externo de argamassa de cimento e areia, traço 1:1 em volume, com aditivo impermeabilizante.

Após o assentamento deve ser verificado o alinhamento e o nivelamento do trecho, não sendo admitidas flechas que possam causar o acúmulo de águas dentro da tubulação vazia ou que provoquem turbulência ou ressalto no fluxo.

Internamente, deve ser verificado a inexistência de ressalto nas juntas, ou de restos da argamassa aderida que possam causar cavitação, assim como, de materiais ou objetos.

Os serviços de drenagem deverão ser executados em primeiro lugar e antes das valas serem aterradas a empresa deverá informar a fiscalização da Secretaria de Infraestrutura a fim de verificar o nivelamento das tubulações e compactação do solo.

Os reaterros serão realizados com solo isento de pedras, madeiras, detritos ou outros materiais que possam causar danos às instalações ou prejudicar o correto adensamento. Normalmente serão utilizados os materiais da própria escavação, mantidos ao lado da vala ou em depósitos, quando estes não forem adequados deverá a Contratada prover o material a partir de outros trechos ou empréstimos.

Constitui obrigação da Contratada, refazer os serviços sem ônus para a Contratante, incluindo a reposição do pavimento ou do passeio, tantas vezes quanto necessário, caso ocorram assentamentos dos reaterros.

Os taludes das escavações de profundidade superior a 1.50 m devem ser escorados com peças de madeira assegurando estabilidade de acordo com a natureza do solo. A característica do escoramento considerará as condições locais do solo escavado, as condições suficientes para a segurança das pessoas, instalações e propriedades alheias ou não às obras.

#### 3.4. CAIXAS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA

As bocas de lobo serão de alvenaria maciça com gradeamento metálico, com dimensões e alinhamentos estabelecidos em projeto, obedecendo às prescrições das Normas, no que couber. As profundidades serão variáveis conforme a profundidade da tubulação. A argamassa de assentamento da alvenaria será de cimento e areia, traço 1:4 em volume. As faces internas serão revestidas com argamassa de cimento e areia fina, traço 1:4 em volume.

#### 4. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

##### 4.1. ESTUDOS DE TRÁFEGO

Para as vias de tráfego leve foi considerada a circulação diária



apresentada no quadro abaixo:

Quadro 1 – Quantidades de veículos ruas de Tráfego Leve			
Tipo	Nº de eixos padrão	Quantidade	Observações
Caminhão de lixo	2,00	1,00	(uma vez ao dia)
Caminhão truck	3,00	3,00	
Semi-reboque	5,00	1,00	
Total		5,00	

Para uma vida de 10 anos, número de operações equivalentes do eixo padrão de 8,2tf com valor de  $N = 5,3 \times 10^4$ , estimando-se um crescimento da região na taxa de 2% ao ano, tendo como critério fator climatérico de 1,00.

Como fator de carga obtemos 0,95, e como fator de eixos 2,80.

#### 4.2. DIMENSIONAMENTO DO PAVIMENTO

O projeto de pavimentação teve como objetivo o dimensionamento do pavimento da Ligação Interbairros, no município de Campos Novos, baseando-se no Método do Projeto de Pavimentos Flexíveis (MPPF), de autoria do Engº Murilo Lopes de Souza, adotado oficialmente pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER.

##### 4.2.1. Parâmetros para o Dimensionamento

Os parâmetros adotados no dimensionamento dos pavimentos são os seguintes:

- Número N: os parâmetros de tráfego "N" (número de operações equivalentes do eixo padrão de 8,2tf) foram fornecidos pelo estudo de tráfego;
- Resistência do Sub-leito: a resistência do subleito adotada ao longo de todo o trecho foi de 12 %, em termos de CBR, já caracterizado como CBR médio da região, visto que a mesma apresenta características muito semelhantes em toda área do município.

##### 4.2.2. Pavimento Dimensionado

O pavimento das ruas de tráfego leve deverá apresentar a seguinte constituição:

- Camada de Reforço de sub-leito, quando previamente definido pela equipe de fiscalização.
- Camada de macadame seco,  $e = 15,00$  cm,
- Camada de brita graduada,  $e = 10,00$  cm,
- Imprimação CM - 30,
- Pintura de Ligação RR - 1C;
- Camada de Rolamento em concreto asfáltico usinado a quente,  $e = 4,00$  cm.

Os coeficientes estruturais adotados são os seguintes:

- Concreto Asfáltico Usinado a Quente:  $K = 2,00$ ;
- Macadame seco:  $K = 1,00$ .

Aplicando-se os parâmetros definidos e os coeficientes estruturais dos materiais obteve-se uma conformação final do pavimento constituído conforme o quadro abaixo:

Tipo de tráfego	Espessura do Pavimento (cm)	
	CAUQ	MS
Leve	4,00	15,00

A partir do 10º (décimo) ano de vida útil do pavimento, em razão das fissuras por recalques diferenciais por ventura ocorridas, sugere-se o acompanhamento através da Viga Benkelman e a análise das deflexões recuperáveis, bem como o ajuste das projeções do tráfego. Com base nestes novos dados deve-se verificar a

necessidade de reforço do pavimento.

#### 4.3. EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO

A construtora procederá à locação - planimétrica e altimétrica - da obra de acordo com a planta de situação aprovada pela Prefeitura Municipal, solicitando a esta que por sua equipe técnica, faça a marcação do ponto de referência, à partir do qual prosseguirá o serviço sob sua responsabilidade. A ocorrência de erro na locação da obra implicará, para a construtora, a obrigação de proceder por sua conta e nos prazos estipulados - as modificações, demolições e reposições que se tornarem necessárias, a juízo da fiscalização. A conformação da plataforma deverá obedecer à nota de serviço de regularização do sub-leito, conferindo-lhe condições adequadas de geometria e compactação, conforme a especificação do DNER-ES 299/97. A construtora deverá solicitar a liberação do serviço à fiscalização, para após dar seqüência às camadas que compõem o pavimento.

Executar a camada de sub-base conforme as normas estabelecidas, respeitando as especificações, declividades, abaulamentos, cotas de topo, largura e comprimento, além da compactação final. Caberá à construtora solicitar a liberação geométrica e geotécnica da camada constituída de acordo com a especificação do DNIT.

A execução base estabilizada granulométrica deverá atender a especificação do DNIT.

A pintura de impermeabilização com asfalto diluído CM-30 deverá ser executada através de uso de caminhão espargidor, provido de barra de espargimento. A taxa de aplicação varia entre 1,2 l/m², a ser ajustada em campo, conforme especificação do DNIT.

A pintura de ligação com emulsão asfáltica RR-1C deverá ser executada através de uso de caminhão espargidor provido de barra de espargimento. Sua constituição de aplicação deverá obedecer às especificações do DNIT. A taxa de aplicação da emulsão diluída deverá ser na ordem de 0,5 l/m².

Para a execução do Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) será utilizado Cimento Asfáltico de Petróleo CAP-50/70, a 5,0%. A mistura deverá deixar a usina a uma temperatura de no máximo 150 °C e chegar ao local da obra a uma temperatura não inferior a 120 °C. O transporte será feito em caminhões providos de caçamba metálica com uso de coberturas de lona para proteção da mistura.

A rolagem deverá ser iniciada à temperatura de 140 °C e encerrada sem que a temperatura caia abaixo de 100 °C, iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada, pelo menos a metade da largura de seu rastro de passagem anterior. Nas curvas a rolagem deverá progredir do lado mais baixo para o mais alto, paralelamente ao eixo da guia e nas mesmas condições de recobrimento do rastro.

Os compressores não poderão fazer manobras sobre camadas que estejam sofrendo rolagem. A compressão requerida nos lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual.

As depressões ou saliências que apareçam depois da rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento, regularização e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual à do material circunjacente.

Após o pavimento asfáltico estar pronto deverá ser realizado um laudo técnico que comprove a espessura especificada em projeto, a densidade do CBUQ e o teor de CAP presente na camada asfáltica.

Durante a execução das camadas deverá ser realizado o controle tecnológico dos materiais utilizados na pavimentação da via. Os materiais deverão atender as especificações do DNIT. A empresa executora pelos serviços deverá fornecer laudo acusando atendimento às exigências do DNIT, quanto à espessura, teor de capacidade na mistura e densidade do material aplicado no pavimento.

#### 5. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

## 5.1. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DAS VIAS

Será executada a sinalização viária horizontal, que utilizará de linhas, marcas e legendas, pintadas com a função de organizar o fluxo de veículos e pedestres, controlando deslocamentos em situações com problemas de geometria, topografia e obstáculos, de acordo com detalhes em projetos de cada via: linhas longitudinais, faixas de pedestre (quando necessário), linha de bordo (estacionamento de veículos), sendo que deverão atender as especificações do CONTRAN (Conselho Nacional de Trânsito). Para pintura deverá ser utilizada tinta de demarcação viária em solvente a base de resina acrílica/estireno ou tinta dissolvida em água a base de resina acrílica pura, seguindo as normas do Conselho de Trânsito. Deverá ser totalmente resistente à água e ao intemperismo. Deverá ser aplicada mediante processos de projeção pneumática, mecânica ou combinada. Deverá ser aplicada com película uniforme sobre pavimento limpo, seco e isento de óleos.

## 5.2. SINALIZAÇÃO VERTICAL DAS VIAS

A sinalização vertical deverá atender as normas de trânsito brasileiro, onde a qualquer intervenção do Conselho de Trânsito Municipal deverão ser adequadas as placas regulamentação, placas de velocidade, entre outras. O afastamento lateral das placas, medido entre a borda lateral da mesma e da pista, deve ser, no mínimo, de 0,30 metros para trechos retos da via, e 0,40 metros nos trechos em curva.

Deverão ser colocadas placas com nomenclatura das Ruas nos modelos detalhados nos projetos em anexo.

## 6. OBRAS COMPLEMENTARES

### 6.1 MEIO-FIO

Deverão ser executados meios-fios ao longo dos bordos da pista nos locais indicados em projeto, sendo que a altura mínima será de 10cm acima da superfície do asfalto e serão moldadas por extrusão do concreto por máquina de perfil contínuo, com seção transversal aprovada pela prefeitura. O concreto, a ser utilizado, deverá apresentar plasticidade e umidade tais que após ser processado na extrusora deverá constituir uma massa compacta sem buracos ou ninhos. Após a extrusão, antes da cura total do concreto, as superfícies deverão ser alisadas com desempenadeiras de aço. O alinhamento deverá apresentar perfeita concordância com as modificações de direção e curvas. O rebaixamento do meio-fio, indicados pela fiscalização deverão ser executados antes da cura do concreto para permitir um bom acabamento. Serão executados em conformidade com a NBR 9050, prevendo a execução de rampas de acessibilidade. Os serviços serão medidos com base no Manual de controle de qualidade intitulado como "Especificações Gerais para Obras Rodoviárias".

### 6.2 CALÇADA EM CONCRETO ESTAMPADO

Deverá ser executada pavimentação dos passeios com acessibilidade a portadores de necessidades especiais, de acordo com detalhes de projetos. A calçada deverá ser executada em concreto estampado conforme modelo especificado em projeto, obedecendo as normas pertinentes ao assunto - NBR 7212.

A sequência executiva do piso em concreto estampado é a seguinte:

- Preparação do solo;
- Definição dos pontos de nível;
- Montagem das formas;
- Lançamento de tela metálica;
- Lançamento do concreto;
- Sarrafeamento do concreto;
- Rebaixamento do agregado;

- Coloração do concreto(se for o caso);
- Desempeno do concreto;
- Lançamento de pó desmoldante;
- Estampagem do piso com moldes apropriados;
- Lavagem do piso acabado;
- Aplicação de selante específico.

Para a execução da calçada em concreto estampado, inicialmente deve ser feito o preparo do terreno, o nivelamento e compactação do subleito. A camada de base será em brita graduada com espessura mínima 6cm, que deverá ser nivelada e compactada. Será feita a montagem das formas com tiras de madeira ou de chapas compensadas, fixadas ao solo através de piquetes e armação em tela de aço soldada nervurada aço CA-60 4,2mm, malha 15x15cm. O piso será executado em concreto usinado 25Mpa, com espessura mínima de 6cm, onde deverão ser executadas juntas de dilatação em concordância com o módulo de estampagem a cada 3 metros (6,00m<sup>2</sup>). O lançamento do concreto será feito em faixas longitudinais, sendo o seu espalhamento executado pela passagem de régua de madeira ou metálicas deslizando sobre as "mestras" niveladoras executadas em concreto ou utilizando-se as formas como mestras. O concreto será adensado com a utilização de soquete manual, posteriormente será sarrafeado com régua de alumínio e, logo em seguida, o agregado que porventura esteja saliente na superfície deverá ser rebaixado ou removido.

Após o sarrafeamento e não havendo mais água na superfície, será executada a coloração do piso(se for o caso). Será aplicado um endurecedor de superfície específico para este tipo de piso. Este produto apresenta pigmentos coloridos, agregados de sílica-quartzo e agentes de condicionamento, responsáveis pela coloração e durabilidade do pavimento. O endurecedor será aplicado "por salgamento", ou seja, pulverizado e misturado na camada superficial do concreto ainda fresco. A superfície será, então, desempenada com desempenadeira de aço.

Sobre a camada de concreto, removida toda a água da superfície, será aplicado um desmoldante apropriado, com a finalidade de facilitar a aplicação dos moldes de estampagem.

Com o concreto ainda no estado plástico, serão aplicados os moldes de estampagem da superfície. Deverá ser impressa uma pressão tal que permita uma estampagem homogênea.

Será feita a cura do concreto e por fim, com a superfície completamente seca, será aplicado um selante a base de resina, com as funções de impermeabilização, de aumento da resistência a abrasão e de fixação e proteção do pigmento colorido(se for o caso). O selante também inibe o aparecimento de manchas e inibe o crescimento de fungos.

Os passeios devem apresentar rampas de acessibilidade e paver podotátil (25x25cm), guia e alerta conforme especificação de projeto.

## 7. MEDIÇÕES

Os serviços serão medidos com base no Manual de controle de qualidade intitulado como "Especificações Gerais para Obras Rodoviárias".

A medição será composta por corpo de medição anexando planilhas de volumes e áreas dos serviços realizados, incluindo croquis de localização, para melhor detalhamento, cronograma físico e planilhas de quantitativos dos serviços executados aos documentos da licitação da obra.

Na ocasião dos boletins de medição é obrigatória a entrega do Laudo Técnico de Controle Tecnológico e os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços com a ART. O controle tecnológico deve ser feito de acordo com as recomendações constantes nas Especificações de Serviço e Normas do DNIT.

## 8. RECEBIMENTO

Dar-se-á a obra como concluída, quando a fiscalização, por intermédio de vistoria técnica, observar que o funcionamento da

pavimentação estiver dentro das prescrições constantes do presente memorial e dentro das normas técnicas de execução de serviços desta natureza, bem como totalmente livre de entulhos e sujeiras; além disso, a empreiteira responsável pelos serviços deverá apresentar o certificado de quitação do INSS.

NOTA: Todos os materiais a serem utilizados e empregados na obra devem ser de primeiríssima qualidade, e caso haja divergências entre o Projeto e o Memorial, prevalecerá sempre às prescrições do Memorial.

### **PORTARIA 1050/15**

PORTARIA Nº 1050/15 de 28/04/15

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o servidor JEAN CARLO PETRY, portador da CNH nº 00914226711, categoria AD, ocupante do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do quadro de cargos efetivos da Administração Direta Municipal, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 28 de Abril de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Município de CAMPOS NOVOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO 2016

RECETO	RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
R\$ 1,00	RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
	RECEITAS CORRENTES							
	RECEITA TRIBUTÁRIA	104.291.997,89	104.291.997,89	16.401.269,00	15,73	16.401.269,00	15,73	87.890.728,89
	IMPOSTOS	98.838.513,10	98.838.513,10	16.103.128,68	16,29	16.103.128,68	16,29	82.735.384,42
	TAXAS	12.939.492,78	12.939.492,78	1.624.083,64	12,55	1.624.083,64	12,55	11.315.409,14
	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	10.442.571,84	10.442.571,84	1.167.634,44	11,18	1.167.634,44	11,18	9.274.937,40
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.713.844,10	1.713.844,10	408.778,02	23,85	408.778,02	23,85	1.305.066,08
	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	783.076,84	783.076,84	47.671,18	6,09	47.671,18	6,09	735.405,66
	RECEITA PATRIMONIAL	1.393.974,15	1.393.974,15	313.259,09	22,47	313.259,09	22,47	1.080.715,06
	RECEITAS MOBILIÁRIAS	1.393.974,15	1.393.974,15	313.259,09	22,47	313.259,09	22,47	1.080.715,06
	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	896.143,77	896.143,77	176.551,27	19,70	176.551,27	19,70	719.592,50
	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	41.329,94	41.329,94	7.916,42	19,15	7.916,42	19,15	33.413,52
	RECEITA AGROPECUÁRIA	854.046,10	854.046,10	168.634,85	19,75	168.634,85	19,75	685.411,25
	Outras Receitas Agropecuárias	767,73	767,73	0,00	0,00	0,00	0,00	767,73
	RECEITA DE SERVIÇOS	445,31	445,31	0,00	0,00	0,00	0,00	445,31
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	445,31	445,31	0,00	0,00	0,00	0,00	445,31
	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.756.139,54	8.756.139,54	1.394.459,93	15,93	1.394.459,93	15,93	7.361.679,61
	Transf. de Instituições Privadas	73.807.086,01	73.807.086,01	12.247.105,20	16,59	12.247.105,20	16,59	61.559.980,81
	Transf. de Conv.	73.525.127,29	73.525.127,29	12.219.432,81	16,62	12.219.432,81	16,62	61.305.694,48
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22.391,45	22.391,45	0,00	0,00	0,00	0,00	22.391,45
	Multas e Juros de Mora	259.567,27	259.567,27	27.672,39	10,66	27.672,39	10,66	231.894,88
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.045.231,54	1.045.231,54	347.669,55	33,26	347.669,55	33,26	697.561,99
	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	313.253,93	313.253,93	46.347,14	14,80	46.347,14	14,80	266.906,79
	RECEITAS DIVERSAS	8.689,24	8.689,24	556,15	6,40	556,15	6,40	8.133,09
	RECEITAS DE CAPITAL	5.453.484,79	5.453.484,79	298.140,32	5,47	298.140,32	5,47	5.155.344,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.531.504,98	3.531.504,98	0,00	0,00	0,00	0,00	3.531.504,98	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.531.504,98	3.531.504,98	0,00	0,00	0,00	0,00	3.531.504,98	
ALIEVAÇÃO DE BENS	124.053,78	124.053,78	3.214,60	2,59	3.214,60	2,59	120.839,18	
ALIEVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	124.053,78	124.053,78	0,00	0,00	0,00	0,00	124.053,78	
ALIEVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	3.214,60	0,00	3.214,60	0,00	-3.214,60	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	29.710,11	29.710,11	6.771,91	22,79	6.771,91	22,79	22.938,20	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.768.215,92	1.768.215,92	288.153,81	16,30	288.153,81	16,30	1.480.062,11	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.763.215,92	1.763.215,92	288.153,81	16,34	288.153,81	16,34	1.475.062,11	
Transf. de Instituições Privadas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	104.291.997,89	104.291.997,89	16.401.269,00	15,73	16.401.269,00	15,73	87.890.728,89	

29/04/2015 09:40:40 - JOCEANE



Município de CAMPOS NOVOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>104.291.997,89</b>	<b>104.291.997,89</b>	<b>16.401.269,00</b>	<b>15,73</b>	<b>16.401.269,00</b>	<b>15,73</b>	<b>87.890.728,89</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>		—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>104.291.997,89</b>	<b>104.291.997,89</b>	<b>16.401.269,00</b>	<b>15,73</b>	<b>16.401.269,00</b>	<b>15,73</b>	<b>87.890.728,89</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>		—	—	—	42.306,67	—	—
Superávit Financeiro		—	—	—	42.306,67	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais		—	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>104.291.997,89</b>	<b>105.626.557,64</b>	<b>34.634.178,93</b>	<b>34.634.178,93</b>	<b>70.992.378,71</b>	<b>13.658.702,73</b>	<b>13.658.702,73</b>	<b>91.967.854,91</b>	<b>9.626.030,35</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>88.504.180,48</b>	<b>88.514.180,48</b>	<b>26.602.295,12</b>	<b>26.602.295,12</b>	<b>61.911.885,36</b>	<b>11.762.103,71</b>	<b>11.762.103,71</b>	<b>76.752.076,77</b>	<b>7.963.689,19</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	56.565.171,29	56.515.171,29	8.123.865,63	8.123.865,63	48.391.305,66	8.123.775,63	8.123.775,63	48.391.395,66	5.022.704,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	822.500,00	822.500,00	601.000,00	601.000,00	221.500,00	82.838,24	82.838,24	739.661,76	82.838,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	31.116.508,19	31.176.509,19	17.877.429,49	17.877.429,49	13.299.079,70	3.555.489,84	3.555.489,84	27.621.019,35	2.898.146,77
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>15.767.317,41</b>	<b>17.091.877,16</b>	<b>8.031.883,81</b>	<b>8.031.883,81</b>	<b>9.059.993,35</b>	<b>1.896.599,02</b>	<b>1.896.599,02</b>	<b>15.196.278,14</b>	<b>1.662.341,16</b>
INVESTIMENTOS	11.468.317,41	12.792.877,16	4.141.023,03	4.141.023,03	8.651.854,13	1.252.522,66	1.252.522,66	11.540.354,50	1.018.294,80
INVERSOES FINANCEIRAS	32.000,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	4.267.000,00	4.267.000,00	3.890.860,78	3.890.860,78	376.139,22	644.076,36	644.076,36	3.622.923,64	644.076,36
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>20.500,00</b>	<b>20.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.500,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>104.291.997,89</b>	<b>105.626.557,64</b>	<b>34.634.178,93</b>	<b>34.634.178,93</b>	<b>70.992.378,71</b>	<b>13.658.702,73</b>	<b>13.658.702,73</b>	<b>91.967.854,91</b>	<b>9.626.030,35</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

29/04/2015 09:40:40 - JOCEANE

Município de CAMPOS NOVOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>104.291.997,89</b>	<b>105.626.557,64</b>	<b>34.634.178,93</b>	<b>34.634.178,93</b>	<b>70.992.378,71</b>	<b>13.658.702,73</b>	<b>13.658.702,73</b>	<b>91.967.854,91</b>	<b>9.626.030,35</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.742.566,27</b>	<b>—</b>	<b>16.401.268,00</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>104.291.997,89</b>	<b>105.626.557,64</b>	<b>34.634.178,93</b>	<b>34.634.178,93</b>	<b>—</b>	<b>13.658.702,73</b>	<b>16.401.268,00</b>	<b>—</b>	<b>26.027.299,35</b>

FONTE:

29/04/2015 09:40:40 - JOCEANE

**Município de CAMPOS NOVOS - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	104.291.997,89	105.626.557,64	34.634.178,93	100,00	70.992.378,71	13.658.702,73	100,00	91.987.854,91
Ação Legislativa	2.817.500,00	2.817.500,00	309.690,06	0,89	2.507.809,94	309.690,06	2,27	2.507.809,94
Administração	2.817.500,00	2.817.500,00	309.690,06	0,89	2.507.809,94	309.690,06	2,27	2.507.809,94
Administração Geral	6.225.043,84	6.225.043,84	2.462.900,35	7,11	3.762.143,49	1.009.758,58	7,39	5.215.285,26
Administração Financeira	5.094.625,00	5.094.625,00	2.061.355,05	5,95	3.033.269,95	836.331,11	6,12	4.258.293,89
Tecnologia da Informatização	351.250,00	351.250,00	96.074,21	0,28	255.175,79	51.640,22	0,38	299.609,78
Defesa Civil	473.000,00	473.000,00	147.513,65	0,43	325.486,35	63.631,93	0,47	409.368,07
Assistência à Criança e ao Adolescente	55.375,00	55.375,00	9.281,98	0,03	46.093,02	8.381,98	0,06	46.993,02
Assistência Comunitária	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00
Segurança Pública	237.793,84	237.793,84	148.675,46	0,43	89.118,38	49.773,34	0,36	188.020,50
Defesa Civil	362.751,30	362.751,30	102.420,15	0,30	260.331,15	44.744,60	0,33	318.006,70
Assistência Social	362.751,30	362.751,30	102.420,15	0,30	260.331,15	44.744,60	0,33	318.006,70
Assistência ao Idoso	2.704.066,41	2.704.066,41	831.571,94	2,40	1.872.494,47	314.287,39	2,30	2.389.799,02
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Comunitária	144.564,78	144.564,78	88.592,24	0,26	55.972,54	46.606,22	0,34	97.958,56
Empregabilidade	2.316.001,63	2.316.001,63	647.106,15	1,87	1.668.895,48	235.787,62	1,73	2.080.214,01
Fomento ao Trabalho	107.500,00	107.500,00	76.800,00	0,22	30.700,00	12.800,00	0,09	94.700,00
Saúde	136.000,00	136.000,00	19.073,55	0,06	116.926,45	19.073,55	0,14	116.926,45
Atenção Básica	21.693.535,31	21.693.535,31	5.388.866,47	15,56	16.304.668,84	2.993.648,77	21,92	18.699.886,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.328.258,44	12.328.258,44	3.062.654,11	8,84	9.265.604,33	1.634.439,27	11,97	10.693.819,17
Trabalho	9.365.276,87	9.365.276,87	2.326.212,36	6,72	7.039.064,51	1.359.209,50	9,95	8.006.067,37
Fomento ao Trabalho	328.750,00	328.750,00	130.865,16	0,38	197.884,84	44.065,16	0,32	284.684,84
Promoção Industrial	318.750,00	318.750,00	130.865,16	0,38	187.884,84	44.065,16	0,32	274.684,84
Educação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Ensino Fundamental	33.220.058,94	33.220.058,94	8.481.078,19	24,49	24.738.980,75	4.270.726,59	31,27	28.949.332,35
Ensino Superior	28.278.051,05	28.278.051,05	6.534.430,78	18,87	21.743.620,27	3.535.470,14	25,88	24.742.580,91
Educação Infantil	500.000,00	500.000,00	1.956,28	0,01	498.043,72	560,00	0,00	499.440,00
Educação Especial	4.358.482,89	4.358.482,89	1.938.891,10	5,60	2.419.591,79	731.054,42	5,35	3.627.428,47
Cultura	83.525,00	83.525,00	5.800,03	0,02	77.724,97	3.642,03	0,03	79.882,97
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.208.250,00	1.208.250,00	772.219,39	2,23	436.030,61	257.603,08	1,89	950.646,92
Diffusão Cultural	393.750,00	393.750,00	72.493,99	0,21	321.256,01	19.261,58	0,14	374.488,42
Turismo	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
	809.500,00	809.500,00	699.725,40	2,02	109.774,60	238.341,50	1,74	571.158,50

Continua 1/3

29/04/2015 09:51:14 - JOCEANE

## Município de CAMPOS NOVOS - SC

Continuação 2/3

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO**

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (0)</b>				100,00	70.992.378,71	13.658.702,73	100,00	91.987.854,91
Direitos da Cidadania	104.291.997,89	105.626.557,64	34.634.178,93	100,00	33.434,45	972,00	0,01	38.294,45
Assistência à Criança e ao Adolescente	39.286,45	39.286,45	5.832,00	0,02	33.434,45	972,00	0,01	38.294,45
Urbanismo	8.608.572,25	8.841.907,50	2.657.191,89	7,67	6.184.715,61	947.190,14	6,93	7.894.717,36
Infra-Estrutura Urbana	7.037.504,98	7.270.840,23	1.223.936,26	3,53	6.046.903,97	556.083,34	4,07	6.714.756,89
Serviços Urbanos	1.343.750,00	1.343.750,00	1.343.750,00	3,88	0,00	361.530,63	2,65	982.219,37
Transportes Coletivos Urbanos	227.317,27	227.317,27	89.505,63	0,26	137.811,64	29.576,17	0,22	197.741,10
Habituação	200.375,00	576.375,00	382.264,32	1,10	194.110,68	43.458,89	0,32	532.916,11
Habituação Urbana	200.375,00	576.375,00	382.264,32	1,10	194.110,68	43.458,89	0,32	532.916,11
Saneamento	6.879.964,00	6.879.964,00	2.330.113,13	6,73	4.549.850,87	950.588,74	6,96	5.929.375,26
Saneamento Básico Urbano	6.879.964,00	6.879.964,00	2.330.113,13	6,73	4.549.850,87	950.588,74	6,96	5.929.375,26
Gestão Ambiental	462.507,50	462.507,50	70.513,81	0,20	391.993,69	46.363,96	0,34	416.143,54
Preservação e Conservação Ambiental	10.500,00	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	10.500,00
Controle Ambiental	419.757,50	419.757,50	58.222,21	0,17	361.535,29	46.363,96	0,34	373.393,54
Recuperação de Áreas Degradadas	32.250,00	32.250,00	12.291,60	0,04	19.958,40	0,00	0,00	32.250,00
Ciência e Tecnologia	8.600,00	8.600,00	0,00	0,00	8.600,00	0,00	0,00	8.600,00
Tecnologia da Informatização	8.600,00	8.600,00	0,00	0,00	8.600,00	0,00	0,00	8.600,00
Agricultura	1.250.100,50	1.528.825,00	252.480,52	0,73	1.276.344,48	139.241,10	1,02	1.389.583,90
Preservação e Conservação Ambiental	51.250,00	51.250,00	0,00	0,00	51.250,00	0,00	0,00	51.250,00
Promoção da Produção Animal	483.850,50	762.575,00	164.193,12	0,47	598.381,88	52.790,90	0,39	709.784,10
Extensão Rural	715.000,00	715.000,00	88.287,40	0,25	626.712,60	86.450,20	0,63	628.549,80
Indústria	417.625,00	417.625,00	31.912,00	0,09	385.713,00	6.032,00	0,04	411.593,00
Promoção Industrial	417.625,00	417.625,00	31.912,00	0,09	385.713,00	6.032,00	0,04	411.593,00
Comércio e Serviços	107.500,00	107.500,00	13.131,98	0,04	94.368,02	8.381,98	0,06	99.118,02
Turismo	107.500,00	107.500,00	13.131,98	0,04	94.368,02	8.381,98	0,06	99.118,02
Energia	1.396.024,15	1.396.024,15	1.278.383,03	3,69	117.641,12	227.465,37	1,67	1.168.558,78
Energia Elétrica	1.396.024,15	1.396.024,15	1.278.383,03	3,69	117.641,12	227.465,37	1,67	1.168.558,78
Transporte	7.410.192,86	7.856.692,86	2.889.693,78	8,34	4.966.999,08	824.161,68	6,03	7.032.531,18
Transporte Rodoviário	7.410.192,86	7.856.692,86	2.889.693,78	8,34	4.966.999,08	824.161,68	6,03	7.032.531,18
Desporto e Lazer	796.000,00	796.000,00	225.480,84	0,65	569.519,16	108.040,96	0,79	686.959,04
Desporto de Rendimento	483.750,00	483.750,00	139.418,04	0,40	344.331,96	65.319,17	0,48	418.430,83
Desporto Comunitário	261.250,00	261.250,00	86.062,80	0,25	175.187,20	42.721,79	0,31	218.528,21
Lazer	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00

Continúa 2/3

29/04/2015 09:51:14 - JOCEANE

Continuação 3/3

Município de CAMPOS NOVOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Encargos Especiais	104.291.997,89	105.626.557,64	34.634.178,93	34.634.178,93	70.992.378,71	13.658.702,73	13.658.702,73	91.967.854,91
Previdência do Regime Estatutário	8.135.814,38	8.135.814,38	6.017.569,92	6.017.569,92	2.118.244,46	1.112.301,68	1.112.301,68	7.023.512,70
Refinanciamento da Dívida Interna	1.920.000,00	1.920.000,00	273.209,14	273.209,14	1.646.790,86	273.209,14	273.209,14	1.646.790,86
Serviço da Dívida Interna	4.125.000,00	4.125.000,00	3.890.860,78	3.890.860,78	234.139,22	644.076,36	644.076,36	3.480.923,64
Outros Encargos Especiais	822.500,00	822.500,00	601.000,00	601.000,00	221.500,00	82.838,24	82.838,24	739.661,76
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.268.314,38	1.268.314,38	1.252.500,00	1.252.500,00	15.814,38	112.177,94	112.177,94	1.156.136,44
	20.500,00	20.500,00	0,00	0,00	20.500,00	0,00	0,00	20.500,00
TOTAL (III) = (I + II)	104.291.997,89	105.626.557,64	34.634.178,93	34.634.178,93	70.992.378,71	13.658.702,73	13.658.702,73	91.967.854,91

FONTE:

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

29/04/2015 09:51:14 - JOCEANE



MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	10.030.645,08	10.030.645,08	1.139.966,12	11,36
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	734.818,47	734.818,47	78.350,25	10,66
1.1.1- IPTU	476.919,04	476.919,04	48.971,52	10,27
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	17.542,96	17.542,96	78,02	0,44
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	189.816,24	189.816,24	19.351,94	10,20
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.540,23	50.540,23	9.948,77	19,68
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.890.732,24	2.890.732,24	137.893,63	4,77
1.2.1- ITBI	2.890.690,61	2.890.690,61	137.893,63	4,77
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	71,63	71,63	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.163.369,69	5.163.369,69	726.418,47	14,07
1.3.1- ISS	5.125.278,27	5.125.278,27	738.982,59	14,42
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	19.648,04	19.648,04	2.584,50	13,15
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	23.475,60	23.475,60	12.138,44	51,71
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.357,10	2.357,10	1.676,78	71,14
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(7.389,32)	(7.389,32)	(28.963,84)	391,97
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.241.724,68	1.241.724,68	197.293,77	15,89
1.4.1- IRRF	1.241.724,68	1.241.724,68	197.293,77	15,89
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	53.500.901,52	53.500.901,52	9.403.001,00	17,58
2.1- Cota-Parte FPM	6.991.332,88	6.991.332,88	847.138,56	12,12
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.991.332,88	6.991.332,88	847.138,56	12,12
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	42.341.656,13	42.341.656,13	6.932.534,57	16,37
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	217.745,85	217.745,85	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPVA-Exportação	681.575,55	681.575,55	121.943,46	17,89
2.5- Cota-Parte ITR	181.698,52	181.698,52	2.132,22	1,17
2.6- Cota-Parte IPVA	3.086.892,59	3.086.892,59	1.499.252,19	48,57
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>63.531.546,60</b>	<b>63.531.546,60</b>	<b>10.542.957,12</b>	<b>16,59</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.577.246,70	1.577.246,70	416.476,14	26,41
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.148.794,70	1.148.794,70	403.103,76	35,09
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	1.860,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	380.573,88	380.573,88	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	47.878,12	47.878,12	11.512,38	24,05
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	370.114,65	370.114,65	39.496,27	10,67
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.947.361,35</b>	<b>1.947.361,35</b>	<b>455.974,41</b>	<b>23,41</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	12.541.115,85	12.541.115,85	2.134.741,39	17,02
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.232.775,53	3.232.775,53	423.569,22	13,10
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	8.474.275,47	8.474.275,47	1.386.506,76	16,36
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	43.549,17	43.549,17	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPVA-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	136.295,75	136.295,75	24.388,67	17,89
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	36.339,55	36.339,55	426,43	1,17
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	617.880,38	617.880,38	299.850,31	48,53
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	12.410.536,00	12.410.536,00	2.274.569,73	18,33
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.337.670,80	12.337.670,80	2.266.778,39	18,37
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	72.865,20	72.865,20	7.791,34	10,69
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-203.445,05</b>	<b>-203.445,05</b>	<b>132.037,00</b>	<b>-64,90</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

29/04/2015 10:08:44 • JOCEANE

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.446.321,60	7.446.321,60	2.187.343,03	29,37	2.187.343,03	29,37
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	7.446.321,60	7.446.321,60	2.187.343,03	29,37	2.187.343,03	29,37
14- OUTRAS DESPESAS	2.584.214,40	2.584.214,40	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	2.584.214,40	2.584.214,40	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	10.030.536,00	10.030.536,00	2.187.343,03	21,81	2.187.343,03	21,81
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						2.187.343,03
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						96,17
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						3,83
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	15.882.886,65		15.882.886,65		2.635.739,28	16,59
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	16.845.882,52	16.845.882,52	5.855.509,57	34,76	3.300.984,92	19,60
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	10.030.536,00	10.030.536,00	2.187.343,03	21,81	2.187.343,03	21,81
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.815.346,52	6.815.346,52	3.668.166,54	53,82	1.113.641,89	16,34
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	16.845.882,52	16.845.882,52	5.855.509,57	34,76	3.300.984,92	19,60
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						132.037,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						7.791,34
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						139.828,34
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						3.161.156,58
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						29,98
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.352.619,57	1.352.619,57	622.849,50	46,05	140.007,70	10,35
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	14.973.806,85	14.973.806,85	1.996.919,09	13,34	826.091,94	5,52
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	16.326.426,42	16.326.426,42	2.619.768,59	16,05	966.099,64	5,92
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	33.172.308,94	33.172.308,94	8.475.278,16	25,55	4.267.084,56	12,86

29/04/2015 10:08:44 • JOCEANE

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.286.778,39	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		7.791,34	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		2.274.569,73	0,00

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

29/04/2015 10:08:44 • JOCEANE

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC 13/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 56/2015  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 13/2015  
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna pública a HOMOLOGAÇÃO da Tomada de Preço N.º PMC 13/2015. Objeto: Pavimentação asfáltica da Avenida Moises Damaso da Silveira, com extensão total de 366,81 metros. VENCEDOR: CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELLI - EPP (CNPJ: 81.099.277/0001-15). Valor: R\$ 459.642,13. Data da homologação: 29/04/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º PMC 14/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 57/2015  
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 14/2015  
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna pública a HOMOLOGAÇÃO da Tomada de Preço N.º PMC 14/2015. Objeto: Lote 01: Construção de 01 (um) banheiro para P.NE. com 34,60 m² no Parque de Exposições Ouro Verde, no Bairro Piedade. VENCEDOR: KONKRETA CANOINHAS - CONSTRUTORA LTDA - ME. (CNPJ: 09.079.981/0001-89). Valor: R\$ 40.656,74. Lote 02: Construção de Muro no pátio de arremate de gado, no Parque de Exposições Ouro Verde, no Bairro Piedade. VENCEDOR: KONKRETA CANOINHAS - CONSTRUTORA LTDA - ME. (CNPJ: 09.079.981/0001-89). Valor: R\$ 39.225,19. Data da homologação: 29/04/2015.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 36/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/15  
HOMOLOGAÇÃO: 29/04/15  
CONTRATADO: MODELO PNEUS LTDA.  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMÓVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 227.430,00 (duzentos e vinte e sete mil quatrocentos e trinta reais)

DATA: 29/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/15  
HOMOLOGAÇÃO: 29/04/15  
CONTRATADO: TEREZA PNEUS LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS E AUTOMÓVEIS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 228.066,00 (duzentos e vinte e oito mil e sessenta e seis reais)  
DATA: 29/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º PMC 10/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Processo Licitatório n.º 80/2015  
Inexigibilidade de Licitação n.º 10/2015

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80 sito à rua Felipe Schmidt n.º 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Objeto: Contratação da emissora de radiodifusão em frequência modulada (FM), Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas, para prestação de serviços relativos à divulgação de atos da Administração Pública Municipal, conforme previsto no edital de Chamada Pública n. 04/2015. Contratada: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS ao valor de R\$ 21.336,00 (Vinte e um mil, trezentos e trinta e seis reais), sendo divididos da seguinte forma: - 1.200 Spots radiofônicos com duração de 30 segundos à R\$ 14,00 cada. - 32 Entrevistas com duração de 10 minutos à R\$ 141,75 cada.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 44/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 74/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 44/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18/05/2015, às 14h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE CARGAS DE TONER E TINTA E CARTUCHOS ORIGINAIS, DESTINADOS ÀS DIVERSAS IMPRESSORAS UTILIZADAS PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 18/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 18/2015 - BAIXA DE PATRIMÔNIO**

PORTARIA Nº 018 /2015  
BAIXA DE PATRIMÔNIO

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições Legais;

**RESOLVE**

Art. Ficam baixados definitivamente do patrimônio do Poder Legislativo do Município de Canoinhas, por falta de condições de uso, por estarem ultrapassados ou danificados, sendo transferidos para Prefeitura Municipal os seguintes bens moveis e equipamentos:

**DESCRIÇÃO DOS BENS:**

Item	Descrição	Quantidade	Motivo	Nº Patrim
021	Cadeira Giratória Cor Vermelha	01	Inservível	
014	Cadeira Fixa cor vermelha c/ estrutura de ferro c/ apoio p/ braço	01	Inservível	
359	Cadeira Giratória cor preta c/ apoio para braço	01	Inservível	
146	Cadeira Fixa cor vermelha c/ estrutura de ferro	01	Inservível	
395	Monitor LCD 17 Marca LG Cor Preta	01	Inservível	
246	Calculadora de Mesa Sharp Compet CS 2612 cor Bege	01	Inservível	
348	Internet Cisco System Cataly 2950 Serie com 12 Canais Azul	01	Inservível	
483	Microcomputador Pauta Connect com no Mínimo Tres Núcleo. 4GB RAM, Disco Rígido 500 GB, Gravador de CD e DVD com Mouse e Teclado	01	Inservível	

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 29 de Abril de 2015.

GILMAR MARTINS DE SOUZA  
PRESIDENTE

CRIS ARRABAR  
1º Secretário

NENO PANGRATZ  
2º Secretário

Tarciso Ribeiro de Lima  
Secretário Administrativo

**Capinzal****PREFEITURA****FMAS CONTRATO 0157/2015 M**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº.: 0157/2015 M	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
Contratada.: ANDRE FALAVINHA - ME	
Valor.....: 3.140,70 (três mil cento e quarenta reais e setenta centavos)	
Vigência.....: Início: 29/04/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00088 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de desinsetização e desratização, nas dependências das edificações do Centro Administrativo, Secretaria da Educação Cultura e Esportes, Fundo Municipal da Saúde e Assistência Social.	
Capinzal, 29 de Abril de 2015	

**FMS CONTRATO 0157/2015 M**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº.: 0157/2015 M	
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL	
Contratada.: ANDRE FALAVINHA - ME	
Valor.....: 40.546,70 (quarenta mil quinhentos e quarenta e seis reais e setenta centavos)	
Vigência.....: Início: 29/04/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00088 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de desinsetização e desratização, nas dependências das edificações do Centro Administrativo, Secretaria da Educação Cultura e Esportes, Fundo Municipal da Saúde e Assistência Social.	
Capinzal, 29 de Abril de 2015	



**PMC CONTRATO 0157/2015 M**

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato Nº.: 0157/2015 M	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada....: ANDRE FALAVINHA - ME	
Valor.....: 21.076,85 (vinte e um mil e setenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)	
Vigência.....: Início: 29/04/2015 Término: 31/12/2015	
Licitação.....: Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015 Processo_Licitatório.....: 00088 / 2015	
Recursos.....: Dotação:	
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de desinsetização e desratização, nas dependências das edificações do Centro Administrativo, Secretaria da Educação Cultura e Esportes, Fundo Municipal da Saúde e Assistência Social.	
Capinzal, 29 de Abril de 2015	

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0096/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0061/2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0096/2015

Pregão Presencial Nº 0061/2015

**OBJETO:** Aquisição de motor novo (0 Km) Stander 366 Mercedes completo para Carregadeira 55C da Secretaria de Infraestrutura.

**Observação:**

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14:05 horas do dia 15/05/2015, para abertura da Seção às 14:05 horas do mesmo dia.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Global

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zóccoli, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 30 de abril de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0097/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0018/2015**

Processo Licitatório Nº 0097/2015

Dispensa de Licitação Nº 0018/2015

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de Nº 97/2015, conforme segue:

**OBJETO**

Aquisição e instalação de divisórias e portão, para adequação dos espaços das Creches e Escolas Municipais do Ensino Fundamental.

**FORNECEDOR**

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Adequação de espaço físico na Escola Municipal Viver e Conhecer, com fornecimento de materiais e mão de obra para instalações de divisórias.	CRIVE-LATTI	2.863,52	2.863,52
2	1,00	UN	Adequação de espaço físico do refeitório e depósito de materiais na Extensão da Creche Pinguinho de Gente, com fornecimento de materiais e mão de obra e mão de obra para instalações das persianas.	CRIVE-LATTI	2.344,50	2.344,50
3	1,00	UN	Portão de segurança em alumínio, medindo 2,80 m x 1,00 m, instalado, no corredor de acesso a porta central da Extensão da Creche Pinguinho de Gente.	CRIVE-LATTI	1.100,00	1.100,00
Total						6.308,02

**VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR**

Fornecedor	Itens
CRIVELATTI DIVISORIAS LTDA ME	001,002 e 003
6.308,02 (seis mil trezentos e oito reais e dois centavos)	

**PREVISÃO LEGAL**

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

**DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA**

Despesa: 57 - Manutenção do Ensino Fundamental  
 Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
 Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
 Programa: 65 - ENSINO FUNDAMENTAL  
 Projeto/Atividade: 2.032 - Manutenção do Ensino Fundamental  
 Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas  
 Recurso: 58 - Salário Educação

Despesa: 83 - Manutenção das creches e pré - escolas  
 Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
 Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 365 - Educação Infantil  
 Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
 Projeto/Atividade: 2.029 - Manutenção das creches e pré - escolas  
 Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas  
 Recurso: 58 - Salário Educação

Despesa: 204 - Manutenção das Creches e Pré-escolas  
 Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
 Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 365 - Educação Infantil  
 Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
 Projeto/Atividade: 2.029 - Manutenção das Creches e Pré-escolas  
 Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas  
 Recurso: 322 - Sup-Transferências de Convênios - Educação

Despesa: 205 - Manutenção das Creches e Pré-escolas  
 Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
 Unidade: 1 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
 Função: 12 - Educação  
 Subfunção: 365 - Educação Infantil  
 Programa: 60 - EDUCAÇÃO INFANTIL  
 Projeto/Atividade: 2.029 - Manutenção das Creches e Pré-escolas  
 Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas  
 Recurso: 22 - Transferências de Convênios - Educação

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 29 de abril de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA  
 PREFEITO MUNICIPAL

## PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0098/2015 PREGÃO PRESENCIAL 0062/2015

### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0098/2015

Pregão Presencial Nº 0062/2015

**OBJETO:** Aquisição de peças e serviços para recuperação do TRATOR DE PNEU TL 95-33 EXITUS NEW HOLLAND, ano/modelo 2010/2011, da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Mecanizada.

#### Observação:

**ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA:** Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 16:05 horas do dia 15/05/2015, para abertura da Seção às 16:05 horas do mesmo dia.

**CREDENCIAMENTO:** Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Global

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:** Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócoli, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

**HORÁRIO:** Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

**TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.**

Capinzal, 30 de abril de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

## PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0099/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0019/2015

Processo Licitatório Nº 0099/2015

Dispensa de Licitação Nº 0019/2015

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito Municipal, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de Nº 0099/2015, conforme segue:

#### OBJETO

Contratação de show para atuar no Evento em Comemoração ao Dia do Trabalhador, a se realizar no dia 01 de Maio de 2015, na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito.

#### FORNECEDOR

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Contratação de show para atuar no evento em comemoração ao Dia do Trabalhador, no dia 01 de Maio de 2015, na Área de Lazer Dr. Arnaldo Favorito.	GRUPO MINUANO	4.500,00	4.500,00
Total						4.500,00

#### VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
A. ZAMBONI RAMOS - SHOWS E EVENTOS - ME	001
4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)	

#### PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

#### JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

#### DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 196 - Promoção de feiras e eventos  
Órgão: 17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Unidade: 1 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Função: 23 - Comércio e Serviços  
Subfunção: 695 - Turismo  
Programa: 55 - DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
Projeto/Atividade: 2.028 - Promoção de feiras e eventos  
Elemento: 33903923000000 - Aplicacoes Diretas  
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 29 de abril de 2015  
ANDEVIR ISGANZELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0100/2015 PREGÃO PREGÃO 0063/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório Nº 0100/2015  
Pregão Presencial Nº 0063/2015

OBJETO: Aquisição de Veículo 0 Km (zero quilômetro), Tipo Van, com capacidade para 15 passageiros mais 01 motorista, para suprimimento da demanda do Transporte Escolar, realizado pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Observação:  
ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 09:05 horas do dia 18/05/2015, para abertura da Seção às 09:05 horas do mesmo dia.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, no Setor de Licitações, Rua Carmello Zócoli, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.  
TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 30 de abril de 2015.  
ELISÂNGELA BAGNOLIN  
Diretora de Compras e Licitações

#### **PORTARIA 153/2015**

PORTARIA Nº 153, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015  
Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 156/2014, que designou a servidora Lucélia Alves Dalposso, matrícula nº 323829/01,

para responder pela Coordenação Pedagógica da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, a contar de 01 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

#### **PORTARIA 154/2015**

PORTARIA Nº 154, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015  
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerada, conforme requerimento protocolado sob o nº 345/2015, Lilian de Fatima Inacio, matrícula nº 330710/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

#### **PORTARIA 155/2015**

PORTARIA Nº 155, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015  
Coloca servidor à disposição, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no § 2º do artigo 18 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, e no memorando 003/2015/SAMA, RESOLVE:

Art. 1º Fica à disposição da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, a contar de 01 de fevereiro de 2015, o servidor João Paulo da Silva, matrícula nº 329878/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Pesada, nível 200, referência C, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL  
Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 156/2015**

PORTARIA Nº 156, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, conforme memorando nº 51/SMS/2015, Janderson Seganfredo, matrícula nº 407438/02, ocupante do cargo de Diretor Administrativo, nível CC - 3, conforme o anexo IV - E da Lei Complementar nº 088/2005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 157/2015**

PORTARIA Nº 157, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Nomeia servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado, a contar de 02 de fevereiro de 2015, Janderson Seganfredo, matrícula 407438/03, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Saúde, nível CC - 3, conforme anexo IV - E da Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e suas alterações, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006/1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**TERMO DE POSSE E COMPROMISSO**

Termo de Posse e Compromisso prestado por Janderson Seganfredo

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, perante o Exmo. Sr. Prefeito Municipal em exercício, Sr. Wilson Luiz Farias, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. Janderson Seganfredo, matrícula 407438/03, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Diretor de Saúde, nomeado pela Portaria nº 157, de 02 de fevereiro de 2015.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

Empossado

Prefeito Municipal

**PORTARIA 158/2015**

PORTARIA Nº 158, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Concede licença para tratar de interesses particulares a servidor, na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Andressa July Mantovani, matrícula nº 162590/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, pelo período de 01 de fevereiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 022/2011**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO EDITAL 22/2011

Nome: SILVIA MIAZZI PEREIRA

Cargo: PSICÓLOGO

MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, residente à Linha Pellizzaro, nesta cidade, vem respeitosamente, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

Conforme disposto no item XI do Concurso Público originado pelo Edital 22/2011 o (a) mesmo(a) deverá apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 05 (cinco) dias, a partir do recebimento deste, cópia autenticada em cartório dos seguintes documentos:

- Quitação com as obrigações eleitorais e militares, este último em caso de candidato do sexo masculino, com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor, do comprovante de votação da última eleição; e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- Habilitação para o cargo conforme exigido nos termos do Anexo I do Edital 22/2011.
- Documento de Identidade (RG);
- Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Certidão de Nascimento de Filhos;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com número

do PIS/PASEP;

h) Comprovante de residência;

i) Também deverá entregar:

1. Uma (01) foto 3x4 colorida recente;
2. Conta para recebimento de salário, apenas da CEF;
3. Declaração de Bens atualizada com firma reconhecida em cartório;
4. Declaração de cargo acumulado ou não com firma reconhecida em cartório;
5. Via original do laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento do Município de Capinzal;
6. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios, com firma reconhecida em cartório.

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a nomeação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama  
Diretora de Recursos Humanos

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0034/2015 - PREGÃO Nº 0026/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0034/2015

PREGÃO Nº 0026/2015

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a cozinha da Assistência Social utilizado para os lanches do CRAS, CREAS, SCFV e os grupos de artesanato das idosas, bairro Sebaldo kunz e interior no ano de 2015.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 12 de maio de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 29 de abril de 2015, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 29 de abril de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal



# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO 04 - CONTRATO 03/2013

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 04 AO CONTRATO Nº. 03/2013

O Município de Caxambu do Sul, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a empresa LISTONI & BIASUS ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C, com sede na(o) Avenida Brasil, nº 79, sala 301, centro, na Cidade de Xanxerê/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.834.532/0001-85 neste ato representada por seu representante legal Senhor ANACLETO LISTONI, de comum acordo e com amparo legal no artigo 65, II, "d" da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, resolvem, aditar o Contrato Originário nº 03/2013 vinculado ao Processo de Licitação Nº. 53/2012, Pregão Presencial Nº 30/2012, homologado em 04/01/2013, visando à correção dos valores, sujeição às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (janeiro/2014 a dezembro/2014) calculado pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM que foi de 3,65 % (três vírgula sessenta e cinco por cento).

O preço anteriormente pactuado para os serviços objeto do presente contrato fica acrescido em 3,65 % (três vírgula sessenta e cinco por cento), passando de R\$ 8.851,92 (oito mil oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos) mensais para R\$ 9.175,01 (nove mil cento e setenta e cinco reais e um centavo) mensais, de conformidade com a cláusula Quarta, Item 4.1, do contrato originário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 10 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA	LISTONI & BIASUS ADVOGADOS
Prefeito Municipal	ASSOCIADOS S/C
	Contratada

Testemunhas:

1) Nome:	2) Nome:
CPF:	CPF:

### ADITIVO 05 - CONTRATO 26/2012

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 05 AO CONTRATO Nº. 26/2012

O MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC, com sede na Rua Índio Condá nº 55, Centro, na Cidade de Caxambu do Sul - SC inscrito no CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29 neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor Vilmar Foppa, denominado neste ato de CONTRATANTE, e a Pessoa Física, CLARICE DAL MAGRO DITTADI, residente na(o) Linha Engenho Velho, no Município de Caxambu do Sul - SC, inscrita no CPF sob o nº. 525.788.609-04, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação Nº. 29/2012, CONVITE Nº 12/2012, homologado em 20/04/2012, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2012, visando a correção dos valores, de conformidade com às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O valor mensal anteriormente pactuado fica acrescido em 3,14% (três vírgula quatorze por cento) correspondente ao índice IGPM/IBGE acumulado nos últimos 12 meses (Abril/2014 a março/2015). Com o acréscimo o valor mensal dos serviços passa de R\$ 1.362,08 (um mil trezentos e sessenta e dois reais e oito centavos) para R\$ 1.404,84 (um mil quatrocentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos) mensais, de conformidade com a Cláusula Quinta do contrato originário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes, juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 23 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA	CLARICE DAL MAGRO DITTADI
Prefeito Municipal	Contratada

Testemunhas:

1) Nome:	2) Nome:
CPF:	CPF:

### ADITIVO 08 AO CONTRATO 27/2011

ADITIVO CONTRATUAL Nº. 08 AO CONTRATO Nº. 27/2011

O Município de Caxambu do Sul, inscrito com o CNPJ sob nº 83.021.816/0001-29, com endereço na Rua Índio Condá, 55 na cidade de Caxambu do Sul, representado pelo Prefeito Municipal Sr. VILMAR FOPPA, inscrito com CPF sob nº 492.145.609-78 e a empresa CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Almirante Tamandaré, nº 33, na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 04.328.816/0001-08, representada por seu sócio gerente senhor ADEMIR BARCELLA, inscrito no CPF sob nº 627.554.200-49, de comum acordo e com amparo legal nos artigos 57, II e 65 I "b" da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, resolvem Aditar o contrato originário nº 27/2011, nos seguintes termos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

Considerando o índice de inflação dos últimos 12 (doze) meses (Abril/2014 a Março/2015) calculado pelo IGPM que foi de 3,14 % (três vírgula quatorze por cento) mais 1,44% (um vírgula quarenta e quatro por cento) referente manutenção do equilíbrio

econômico-financeiro inicial do contrato, demonstrado na planilha de custos apresentada pela empresa prestadora do serviço.

O valor mensal anteriormente pactuado fica acrescido em 4,58% (quatro virgula cinquenta e oito por cento). Com o acréscimo o valor mensal dos serviços passa de R\$ 15.078,49 (quinze mil setenta e oito reais e quarenta e nove centavos) para R\$ 15.769,68 (quinze mil setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos) de conformidade com a Cláusula Quinta do contrato originário.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

As demais disposições do contrato originário e dos termos Aditivos já firmados, que não colidirem com as disposições deste instrumento, permanecem em pleno vigor.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Caxambu do Sul - SC, 10 de Abril de 2015.

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

ADEMIR BARCELLA  
Sócio Gerente  
Continental Obras e Serviços Ltda

Testemunhas:

1) Nome: 2) Nome:  
CPF: CPF:

#### DECRETO 40/2015

Município de Caxambu do Sul  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL  
DECRETO Nº 000040/15 de 28 de Abril de 2015  
Outros no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXAMBU DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a  
Lei Orgânica do Município de CAXAMBU DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº  
001334/14 de 3 de Novembro de 2014.  
DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.02 - Departamento de Vigilância Sanitária

05.02.10.304.0005.2.008-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

05.02 - Departamento de Vigilância Sanitária

05.02.10.304.0005.2.008-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Abril de 2015  
VILMAR FOPPA  
PREFEITO

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### EDITAL 49/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC  
PREGAO PRESENCIAL 32 /2015  
PROCESSO: 49/2015

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGAO PRESENCIAL 32/2015, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a: CONTRATAÇÃO DIRETA DE SEGUROS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CELSO RAMOS PELO PERÍODO DE 12(DOZE) MESES.

Entrega da documentação e proposta até as 15 horas do dia 13/05/2015, na SALA DE LICITAÇÕES.  
Informações pelo fone 49-3547-1211 - setor de Licitações.

Celso Ramos, 30 de abril de 2015.  
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS  
PREFEITA MUNICIPAL

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 215/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIANº 215/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 60 (sessenta) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor do servidor publico ALCEU PEREIRA licença pelo período de 30 (trinta) dias, de 10.04.15 a 09.05.15, para tratamento de saúde conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração, e prorrogar pelo prazo de mais 30 (trinta) dias, de 10.05.15 a 08.06.15, remunerado pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 10.04.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de abril de 2015.·

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### 216/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIANº 216/2015

- CONSIDERANDO, o recebimento da Comunicação de Decisão do benefício previdenciário de auxílio-doença emitido em 09.04.15, pelo Instituto Nacional de Seguro Social;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

#### RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a licença para tratamento de saúde da servidora NEIDE SEBOLD DA SILVA, pelo período de 27.04.15 a 30.05.15, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 27.04.2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 28 de abril de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### 217/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº 217/2015

- CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº 216, de 28.04.2015, que prorroga a Licença para Tratamento de Saúde da Servidora Pública NEIDE SEBOLD DA SILVA;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Municipal nº. 085 de 30.06.99, Lei Complementar nº. 006 de 23.12.99 e Lei Complementar nº 008 de 23.12.99;

#### RESOLVE:

Art.1º Prorrogar os efeitos da Portaria nº 149/2015, de 06.03.2015, que admitiu em caráter temporário a Servidora Pública MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS, para exercer as funções do cargo de Professora ACT - 40 horas, Nível III, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes - Divisão de Ensino, para atuar na área de Educação Infantil na turma do 2º ano, na Unidade de Educação Infantil Maria Fuck Kreusch, pelo período de 27.04.2015 a 30.05.2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27.04.2015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de abril de 2015.

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

### 219/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIANº 219/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação dos Atestados Médicos, dados em 14.04.15 e 22.04.15, já pagos pelo município;

- CONSIDERANDO, a apresentação de um novo Atestado Médico, datado em 29.04.15 de 15 (quinze) dias;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública JOSIANI MACHADO DE PINHO, ocupante do cargo efetivo de Professora Anos Iniciais - 40 horas, licença para tratamento de saúde, pelo período de 29.04.15 a 13.05.15 (quinze dias), conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de abril de 2015.·

JOSE BRAULIO INACIO  
Prefeito Municipal

**220/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 220/2015

- CONSIDERANDO, o pedido de demissão apresentado pela Empregada Pública;
- CONSIDERANDO, a expiração do prazo de aviso prévio no dia 30.04.2015;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar Nº 0030, de 09.07.07,

**RESOLVE:**

Art. 1º Demitir a pedido THAIS DE OLIVEIRA FARIA, matriculada sob o nº. 2410/02, ocupante do Emprego Público de Enfermeira Padrão do PSF - 40 horas, no Programa de Saúde Familiar da Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 29 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**LEI Nº 0631 DE 29.04.2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0631 DE 29.04.2015

Ratifica a Resolução nº 042 de 21 de novembro de 2014, do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí-CIS-AMAVI, que altera o Contrato de Consórcio Público e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificada a Resolução nº 042 de 21 de novembro de 2014, constante do Anexo desta lei, em todos os seus termos, para que a alteração no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí-CIS-AMAVI produza seus efeitos legais e jurídicos em sua plenitude.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 29 de abril de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**ANEXO****RESOLUÇÃO nº 042 de 21 de novembro de 2014.**

Altera o Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI, cumprindo deliberação da Assembleia Geral do Consórcio.

JOSÉ CONSTATE, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - CIS-AMAVI, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

**RESOLVE**

Art. 1º Por deliberação da Assembleia Geral do CIS-AMAVI, datada de 21 de novembro de 2014, o Contrato de Consórcio Público fica

alterado nas cláusulas e condições descritas nesta resolução.

Art. 2º Fica alterada a redação do inciso XVIII do § 6º da Cláusula Décima Terceira do Contrato de Consórcio Público que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - (...).

(...)

§ 6º Compete ao Conselho de Administração:

(...)

XVIII - nomear e exonerar o Diretor Executivo;

(...)"

Art. 3º Ficam revogados os §§ 5º e 6º, renumera-se o § 7º para § 5º, e alteram-se as redações dos §§ 1º e 2º da Cláusula Décima Quinta do Contrato de Consórcio Público que passam a vigorar com as seguintes redações:

"CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - (...).

§ 1º A Diretoria Executiva é o órgão executivo e de gestão administrativa do CIS-AMAVI, cujas atividades administrativas serão executadas e gerenciadas pelo Diretor Executivo.

§ 2º O procedimento de nomeação e posse do Diretor Executivo será fixado no Estatuto do Consórcio.

(...).

§ 5º Outras atribuições, direitos, e deveres da Diretoria Executiva poderão ser definidos no Estatuto do Consórcio."

Art. 4º Ficam alteradas as redações dos §§ 2º, 3º, 5º, 7º e seus incisos, da Cláusula Décima Sétima do Contrato de Consórcio Público que passam a vigorar com as seguintes redações:

"CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - (...).

(...)

§ 2º Para a execução das atribuições da Diretoria Executiva fica criado o cargo em comissão de Diretor Executivo previsto no Anexo do presente instrumento, cujo provimento dar-se-á por livre nomeação e exoneração, ou será preenchido mediante nomeação de servidor ou empregado público cedido por quaisquer dos entes da Federação consorciados.

§ 3º A execução das atribuições de competência dos departamentos setoriais será promovida através dos cargos criados e previstos no Anexo do presente ajuste, os quais serão preenchidos por servidores ou empregados públicos cedidos por quaisquer dos municípios consorciados;

(...)

§ 5º O Diretor Executivo e os servidores dos departamentos setoriais perceberão o vencimento estabelecido para o cargo, vedada a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicos, bem como remuneração com proventos, na forma da Constituição Federal, e nos casos de cessão de servidor ou empregado públicos para o Consórcio será observado o disposto no § 7º desta cláusula.

(...)

§ 7º Para o servidor ou empregado públicos cedido ao Consórcio pelo ente da Federação consorciado, na forma e condições da legislação de cada um, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu regulamento, e deste instrumento, será observado:

I - o servidor ou empregado públicos recebido em cessão manterá a percepção da remuneração no ente cedente, e permanecerá vinculado ao seu regime jurídico e previdenciário originário;

II - quando o vencimento do cargo efetivo a ser ocupado no Consórcio for superior à remuneração do cargo ou emprego ocupado no município, para fins de adequação aos vencimentos previstos no Anexo do presente instrumento, o Consórcio arcará com o pagamento da diferença financeira entre o valor da remuneração recebida no município de origem pelo servidor ou empregado cedido e o vencimento do cargo ocupado no destino;

III - quando a cessão ocorrer para cumprimento de jornada parcial, a diferença a ser paga na forma do inciso anterior será



proporcional à quantidade de horas cedidas, cabendo ainda ao Consórcio o ressarcimento ao município cedente das horas em que o labor do servidor ou empregado cedido ocorrer para o Consórcio;

IV - o Conselho de Administração poderá autorizar o pagamento de ressarcimento de despesas de gastos com alimentação, estadia, depreciação de veículo, combustível, tempo de deslocamento, entre outros, decorrentes do deslocamento do servidor do município de origem até a sede do Consórcio, devidamente comprovadas;

V - ao servidor ou empregado público cedido para ocupar o cargo de Diretor Executivo no Consórcio, o Conselho de Administração poderá autorizar o pagamento de gratificação até o limite de 60% (sessenta por cento) do vencimento fixado no Anexo do presente instrumento, de sorte que atenda a finalidade de compensar a assunção das responsabilidades e obrigações provenientes da natureza e complexidade do cargo;

VI - o pagamento de adicionais ou gratificações, não configura vínculo novo do servidor ou empregado públicos cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária;

VII - o ente da Federação consorciado que assumiu o ônus da cessão será ressarcido dos valores da remuneração paga ao servidor cedido acrescidos dos encargos patronais, podendo contabilizar os respectivos valores como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio.

(...)"

Art. 5º Fica alterada a redação do inciso II do § 1º da Cláusula Trigésima Terceira do Contrato de Consórcio Público que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Trigésima Terceira - (...).

(...)

II - eleitos os membros do Conselho de Administração, este nomeará o Diretor Executivo, nos termos deste instrumento."

Art. 6º Fica alterado o Anexo I do Contrato de Consórcio Público que passa a vigorar na forma do Anexo I desta resolução.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de novembro de 2014.

José Constante

Presidente do CIS-AMAVI

#### ANEXO I

#### QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS DO CIS-AMAVI

CARGOS	Vagas	Vencimento (R\$)	Carga horária semanal
Diretor Executivo	01	6.800,00	Dedicação Integral
Contador	01	5.000,00	35
Agente Administrativo	02	2.600,00	35

#### DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS CARGOS PÚBLICOS

Cargo	Atribuições / Habilitação
Contador	Organiza e dirige os trabalhos inerentes à contabilidade da instituição, órgãos governamentais e outras instituições públicas ou privadas, planejando, supervisionando, orientando sua execução e participando dos mesmos, de acordo com as exigências legais e administrativas, para apurar os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação patrimonial e financeira da instituição. Planejar e operar o sistema de registros e operações, atendendo às necessidades administrativas e às exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; Supervisionar e operar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar a observância do plano de contas adotado; Controlar e acompanhar o ingresso de receitas, bem como a escrituração de todos os livros e registros contábeis e legais, verificando se os registros efetuados correspondem aos documentos que lhes deram origem, para fazer cumprir as exigências legais e administrativas; Controlar, participar e operar os trabalhos de análise e conciliação de contas, conferindo os saldos apresentados, localizando e emendando os possíveis erros, para assegurar a correção das operações contábeis; Proceder e/ou orientar a classificação e avaliação de despesas, examinando sua natureza, para apropriar custos de bens e serviços; Supervisionar e operacionalizar os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis, utensílios e instalações, e/ou participar destes trabalhos, adotando os índices indicados em cada caso, para assegurar a aplicação correta das disposições legais pertinentes; Organizar e assinar balancetes, balanços e demonstrativos de contas, aplicando as normas contábeis, para apresentar resultados parciais e gerais da situação patrimonial, econômica e financeira da instituição; Preparar relatórios e outros documentos, segundo a legislação que rege a matéria; Elaborar relatórios sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da instituição, apresentando dados estatísticos e pareceres técnicos, para fornecer os elementos contábeis necessários ao relatório da administração; Assessorar a administração em problemas financeiros, contábeis, administrativos e orçamentários, dando pareceres à luz da ciência e das práticas contábeis, a fim de contribuir para a correta elaboração de políticas e instrumentos de ação nos referidos setores. Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos. Habilitação: Nível superior em contabilidade completo com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.



Agente  
Administrativo

Executar serviços gerais de caráter administrativo, operacional, executar serviços de recepção de pessoas e mensagens via telefônica, fac-símile, fax-modem e outros; executar a recepção e a entrega de documentos e encomendas, interna e externamente. Auxiliar na supervisão, direção, orientação de unidades administrativas e operacionais do serviço público municipal; operar central telefônica, recepcionar e atender visitantes, procurando identificá-los, averiguando suas pretensões, para prestar-lhe informações, marcar entrevistas, receber, anotar e transmitir recados; executar trabalhos de coleta e de entrega internos e externos, de correspondências, documentos e encomendas e outros afins, dirigindo-se aos locais solicitados, depositando ou apanhando o material e entregando-o aos destinatários, para atender as solicitações e necessidades administrativas; efetuar pequenas compras e pagamento de contas, dirigindo-se aos locais determinados, para atender às necessidades do setor; Auxiliar nos serviços simples de escritório, arquivando, abrindo pastas, plastificando folhas, reproduzindo documentos, preparando etiquetas, para facilitar o andamento dos serviços administrativos; Acompanhar visitantes aos diversos setores da administração, prestando-lhes informações necessárias, para atender solicitações dos mesmos; Controlar entregas e recebimentos, assinando e solicitando protocolos, para comprovar a execução dos serviços; Coletar assinaturas em documentos diversos, como ofícios, ofícios circulares, cheques, requisições e outros; Executar os serviços gerais de escritório, tais como a separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações, participação na organização de arquivos e fichários e datilografia ou digitação de cartas, minutas, e outros textos, seguindo processos e rotinas estabelecidas e valendo-se de sua experiência, para atender às necessidades administrativas; Coletar dados diversos, consultando documentos, transcrições, arquivos e fichários e efetuando cálculos com o auxílio de máquinas de calcular, para obter as informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa; Efetuar lançamentos fiscais em livros, fichários, computadores e outras formas de armazenamento de dados, registrando os comprovantes dos atos e fatos administrativos realizados, para permitir o controle da documentação e consulta da fiscalização; Participar da atualização de fichários e arquivos, classificando os documentos por matéria ou ordem alfabética, para possibilitar um controle sistemático dos mesmos; Participar do controle de requisições e recebimentos do material de escritório, providenciando os formulários de solicitação e acompanhando o recebimento, para manter o nível necessário ao setor de trabalho; Controlar as condições de máquinas, instalações e dependências, observando seu estado de conservação e uso, para providenciar, se necessário, reparo, manutenção ou limpeza; Auxiliar na execução de trabalhos técnicos e/ou administrativos relativos a projetos e atividades; Auxiliar no acompanhamento físico e financeiro de execução de obras e projetos; Auxiliar na execução de procedimentos que contribuam para a racionalidade e eficácia das obras e serviços públicos; Auxiliar na atuação e orientação sobre a aplicação de normas gerais; Auxiliar na supervisão e execução de trabalhos relativos à execução de atividades de tributação, tesouraria, arrecadação, fiscalização e outras de cunho fazendário; Auxiliar a implantar, executar e a acompanhar sistemas e métodos de racionalização e operacionalização dos serviços públicos; Auxiliar na organização e direção dos trabalhos inerentes à contabilidade, planejando, supervisionando, executando e orientando a execução, de acordo com as exigências legais e administrativas, para apurar os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação patrimonial, econômica e financeira da instituição; Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos; outras atribuições afins. Habilitação: Ensino médio completo.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14 À 18/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 16/04/2015		Válido até: 16/04/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de panificação em geral para atender a necessidade oriunda de eventos especiais, de interesse público, como cursos, seminários e encontros, promovidos pelo Município de Chapadão do							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PAO FRANCES DE 50 GRAMAS (234)	Kg	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	7,2900	1
2	MARGARINA EM POTES DE 500 GR (6220)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	5,3000	1
3	LINGUIÇA CALABRESA (6758)	Kg	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	12,4000	1
4	PASTEL FRITO COM RECHEIO DE FRANGO C/ APROX 75 GR (413705)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	0,6400	1
5	PASTEL ASSADO COM RECHEIO DE FRANGO C/ APROX 75 GR (413706)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	0,6400	1
6	PASTEL FRITO COM RECHEIO DE CARNE BOVINA. C/ APROX 75 GR (413707)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	0,6400	1
8	COXINHA FRITA COM RECHEIO DE FRANGO C/ APROX 70 GR (413709)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	0,6400	1
11	CUCA CRESCIDA. C/ APROX 710 GR - COM FAROFA, CREME E COBERTURA DE BANANA, ABACAXI, COCO, AMENDOIM OU CHOCOLATE (413712)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	5,4000	1
12	CUCA LIGEIRA. C/ APROX 710 GR - COM FAROFA, CREME E COBERTURA DE BANANA, COCO, ABACAXI, AMENDOIM OU CHOCOLATE (413713)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	5,4000	1
13	PÃO DE QUEIJO C/ APROX 50 GR (413714)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	0,5800	1
14	BOLO DE LIMÃO COM COBERTURA C/ APROX 450 GR (413715)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	5,2000	1
15	BOLO DE CHOCOLATE COM COBERTURA. C/ APROX 450 GR (413716)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	5,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 14/2015      Data do Registro: 16/04/2015      Válido até: 16/04/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de panificação em geral para atender a necessidade oriunda de eventos especiais, de interesse público, como cursos, seminários e encontros, promovidos pelo Município de Chapadão do									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
16	ROSCA DE POLVILHO C/ APROX 700 GR (413717)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	6,0000	1		
17	BISCOITO CASEIRO PCT 1 KG (413718)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	12,9000	1		
18	PÃO DE MILHO C/ APROX 1 KG (413719)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	6,4000	1		
19	PÃO DE AIPIM C/ APROX 450 GR (413720)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	4,3500	1		
20	NATA POTE DE 400GR (413721)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	4,2000	1		
21	MELADO POTE DE 400GR (413722)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	4,9900	1		
22	QUEIJO MUSSARELA PACOTE DE 200GR (413723)	Un	CLEVISION KERSBAUM ME (4295)		0	4,9900	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 16/04/2015		Válido até: 16/04/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de panificação em geral para atender a necessidade oriunda de eventos especiais, de interesse público, como cursos, seminários e encontros, promovidos pelo Município de Chapadão do							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
23	PRESUNTO COZIDO PACOTE DE 200GR (413724)	Un	CLEVISON KERSBAUM ME (4295)		0	5,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2015

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 14/2015		Data do Registro: 16/04/2015		Válido até: 16/04/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de panificação em geral para atender a necessidade oriunda de eventos especiais, de interesse público, como cursos, seminários e encontros, promovidos pelo Município de Chapadão do							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015  
PROCESSO Nº 36/2015

(4295) - CLEVISON KERSBAUM ME

Chapadão do Lageado, 16 de Abril de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 15/2015		Data do Registro: 17/04/2015		Válido até: 17/04/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Eventos Esportivos de Futebol Suíço e Futebol de Campo a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência - Anexo II							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTEBOL DE CAMPO ADULTO com 1 (um) arbitro e 2 (dois) bandeiras - Jogo com dois períodos de 30 minutos - inclusos despesas com alimentação e deslocamento. (411538)	Part.	LIGA DESPORTIVA DA MICRO REGIAO DE CEBOLA (1905)		0	345.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 15/2015		Data do Registro: 17/04/2015		Válido até: 17/04/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Eventos Esportivos de Futebol Suíço e Futebol de Campo a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência - Anexo II							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
2	Um árbitro para prestar Serviços de ARBITRAGEM PARA FUTEBOL SUÍÇO ADULTO- incluindo despesas com alimentação e deslocamento (409651)	Part.	LIGA DESPORTIVA DA MICRO REGIAO DE CEBOLA (1905)		0	90,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2015

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 15/2015		Data do Registro: 17/04/2015		Válido até: 17/04/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a contratação de Serviços Especializados de Arbitragem para os Eventos Esportivos de Futebol Suíço e Futebol de Campo a serem realizados no Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme Termo de Referência - Anexo II							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2015

PROCESSO Nº 39/2015

(1905) - LIGA DESPORTIVA DA MICRO REGIAO DE CEBOLA

Chapadão do Lageado, 17 de Abril de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Página: 1/11

Número do Registro de Preços: 16/2015      Data do Registro: 22/04/2015      Válido até: 22/04/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG (113)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	9,0800	1		
	CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)				0	9,0900	2		
	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)				0	9,1500	3		
2	AÇUCAR CRISTAL EMBALAGEM DE 2KG (413022)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,3900	1		
	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)				0	4,4000	2		
	CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)				0	4,4000	3		
3	ALECRIM (SECO) EMBALAGEM PESO LIQUIDO 10 GRAMAS (406685)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	2,3700	1		
4	ARARUTA DE 500 GR (412520)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	3,3800	1		
	CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)				0	3,4000	2		
	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)				0	3,4400	3		
5	BACON (4401)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	19,5500	1		
6	BANHA DE 1ª QUALIDADE BRANCA, EMBALAGEM DE 3KG (413025)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	18,6000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Página: 2/11

Número do Registro de Preços: 16/2015      Data do Registro: 22/04/2015      Válido até: 22/04/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
7	BICABORNATO DE SODIO EMBALAGEM DE 100 GRAMAS (409110)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	1,3500	1		
8	CAFÉ SOLÚVEL TIPO TRADICIONAL EMBALAGEM DE VIDRO DE 200 GR, (410129)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	9,8000	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	9,8500	2		
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	9,9000	3		
9	LINGUIÇA CALABRESA (6758)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	9,9000	1		
10	CARNE BOVINA MOIDA DE 1ª QUALIDADE EMB DE 02KG (6815)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	12,3000	1		
11	CARNE BOVINA - PALETA SEM OSSO DE PRIMEIRA - EMBALAGEM DE NO MAXIMO 02 KG (4422)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	15,3500	1		
12	CARNE DE FRANGO - TIPO COXA SOBRE COXA (3137)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	5,4000	1		
13	CARNE DE FRANGO - (PEITO) (3871)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	8,2500	1		
14	CURRY EMBALAGEM DE 30GR (413031)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	2,3000	1		
15	Doce de Leite embalagem de 400 GRAMAS (408150)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	5,1000	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	5,1400	2		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Página: 3/11

Número do Registro de Preços: 16/2015      Data do Registro: 22/04/2015      Válido até: 22/04/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	5,1800
16	EMULCIFICANTE ESTABILIZANTE NEUTRO PARA SORVETE EMBALAGEM DE 200GR (413032)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	5,5600
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	5,5700
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	5,5900
17	ESSÊNCIA DE BAUNILHA EMBALAGEM 30 ML (413034)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	4,5000
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	4,5000
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,5200
18	Farinha de Fubá Fino embalagem 1KG (408159)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	1,9500
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	1,9900
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	2,0500
19	FARINHA DE MANDIOCA (1298)	Kg	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	4,2000
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	4,2300

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Página: 4/11

Número do Registro de Preços: 16/2015      Data do Registro: 22/04/2015      Válido até: 22/04/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
20	FARINHA DE ROSCA EMBALAGEM DE 500 GRAMAS (409118)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,2900	3		
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	3,3500	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	3,4000	2		
21	FARINHA DE TRIGO BRANCO ESPECIAL TIPO 1 EMBALAGEM DE 5 KG (413038)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,4500	3		
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	9,1500	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	9,2000	2		
22	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL (2988)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	9,2500	3		
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,6300	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	6,3000	1		
23	GORDURA VEGETAL EMBALAGEM DE 500GR (413040)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	1,9900	1		
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	2,0000	2		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	2,0100	3		
24	GRANULADO COLORIDO EMBALAGEM DE 100GR (413041)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0				
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0				
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0				

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Página: 5/11

Número do Registro de Preços: 16/2015			Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	LENTILHA TIPO 1 (2970)	Kg	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	3,7900	1
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	3,8000	2
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,8700	3
26	LINGUIÇA TIPO ITALIANA (6759)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	21,6000	1
27	MARGARINA 65 % LIPÍDIOS POTE DE 500 GRAMAS. (409100)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	4,0000	1
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,0800	2
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	4,0900	3
28	MASSA DE PASTEL TAMANHO PEQUENO. (409105)	Pct	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,4900	1
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	4,5000	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	4,5000	3
29	MORTADELA DE FRANGO EMBALAGEM DE 500 GRAMAS (409486)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	5,2500	1
30	MOSTARDA (1632)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	5,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 16/2015

Página: 6/11

Número do Registro de Preços: 16/2015      Data do Registro: 22/04/2015      Válido até: 22/04/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
31	NATA EMBALAGEM DE 300 GRAMAS (409491)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,9000	1		
32	PAO FRANCES DE 50 GRAMAS (234)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	7,4500	1		
33	PÃO PULMANN (6761)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,1000	1		
34	PEPINO EM CONSERVA VIDRO GRANDE (4574)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	19,9400	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	19,9500	2		
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	19,9900	3		
35	PIPOCA PCT DE 500GR (413097)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	2,4900	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	2,5000	2		
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	2,5400	3		
36	Póvilho Azedo, embalagem até 1KG (408184)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	5,9500	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	6,0300	2		
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	6,1600	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Página: 7/11

Número do Registro de Preços: 16/2015		Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	PUDIM DIVERSOS SABORES PACOTE COM 5 UNIDADES (4814)	Pct	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,2400	1
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	4,2500	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	4,2500	3
38	QUEIJO COLONIAL (4296)	Kg	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	18,3500	1
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	18,4000	2
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	18,4000	3
39	QUEIJO PARMESÃO RALADO PCT 50 GR (412864)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,0500	1
40	REFRIGERANTE EMBALAGEM DE 2 LT (4907)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	3,3900	1
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	3,4000	2
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,4100	3
41	REQUEIJÃO - EMBALAGEM INTEGRA DE 200 Gr (410926)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,1500	1
42	SABOR PARA SORVETE EMBALAGEM DE 80 A 100GR (412461)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	3,8500	1
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	3,9000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Página: 8/11

Número do Registro de Preços: 16/2015      Data do Registro: 22/04/2015      Válido até: 22/04/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Laged									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,9900	3		
43	SALAME (825)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	17,4000	1		
44	SALAMONIACO EMBALAGEM DE 100GR (413050)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	1,3900	1		
45	Salsicha hot dog embalagem de 1 kg (408194)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	8,5000	1		
46	TEMPERO COMPLETO EM SACHE PACOTE COM 12 SACHES DE 5 GR CADA (5642)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,2000	1		
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	3,3000	2		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	3,3000	3		
50	Mel de abelha embalagem 500 gr (413771)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	8,0500	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		0	8,1300	2		
51	Molho Shoyo embalagem 150 ml (413772)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,0000	1		
52	Presunto fatiado embalagem 500 gr (413773)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	11,9000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Página: 9/11

Número do Registro de Preços: 16/2015		Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Queijo fatiado embalagem 500 gr (413774)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	8,9500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Página: 10/11

Número do Registro de Preços: 16/2015		Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
54	Mortadela de carne bovina (413775)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	7.2500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2015

Página: 11/11

Número do Registro de Preços: 16/2015		Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição da(s) refeição (ões) servida (s) aos alunos que participam do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de Crianças e Adolescentes do Município de Chapadão do Lagead							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015  
PROCESSO Nº 41/2015

- (4379) - SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO
- (4535) - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
- (4558) - CLEITON DE SOUZA - MEI

Chapadão do Lageado, 22 de Abril de 2015.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lajeado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lajeado, conforme especificações cont							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO PARA MOTORES DIESEL DE ALTA POTÊNCIA, CLASSIFICAÇÃO API-CI 4, GRAU SAE 15W 40, BALDE DE 20 LITROS. (408647)	BLD	SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	194,0000	1
2	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMI-SINTÉTICO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES MOVIDOS A GASOLINA, ALCOOL OU BICOMBUSTÍVEIS. CLASSIFICAÇÃO API SM. GRAU SAE 15W 40 - FRASCO DE 1 LITRO (408648)	Fis	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	AGECOM	0	194,4000	2
3	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SEMI-SINTÉTICO DE ALTA PERFORMANCE PARA MOTORES MOVIDOS A GASOLINA, ALCOOL OU BICOMBUSTÍVEIS. CLASSIFICAÇÃO API SM. GRAU SAE 15W 40 - FRASCO DE 1 LITRO (408648)	Fis	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	18,8000	1
3	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRANAGENS HIPÓIDES, EIXOS TRASEIROS, CAIXAS DE MUDANÇAS DE MARCHAS E CAIXAS DE DIFERENCIAIS EM GERAL, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO API GL-5. GRAU SAE 90 - BALDE COM 20 LITROS. (408649)	BLD	SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	18,8500	2
4	ÓLEO LUBRIFICANTE VERMELHO, TIPO ATF, QUE ATENDA O NÍVEL DE DESEMPENHO DEXRON III, PARA TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS E DIREÇÕES HIDRAULICAS CAIXA COM 24 UNIDADES (409266)	Cx	SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	193,5000	1
4	ÓLEO LUBRIFICANTE VERMELHO, TIPO ATF, QUE ATENDA O NÍVEL DE DESEMPENHO DEXRON III, PARA TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS E DIREÇÕES HIDRAULICAS CAIXA COM 24 UNIDADES (409266)	Cx	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	AGECOM	0	194,0000	2
5	ÓLEO LUBRIFICANTE A BASE DE SABÃO DE CÁLCIO PARA LUBRIFICAÇÃO DE PINOS E ARTICULAÇÕES DE CHASSIS AUTOMOTIVOS - GRAU NLGI 2 TAMBOR COM 170 KG (408651)	TBR	SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	AGECOM	0	420,0000	1
5	ÓLEO LUBRIFICANTE A BASE DE SABÃO DE CÁLCIO PARA LUBRIFICAÇÃO DE PINOS E ARTICULAÇÕES DE CHASSIS AUTOMOTIVOS - GRAU NLGI 2 TAMBOR COM 170 KG (408651)	TBR	SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	511,1100	2
6	ADITIVO DE RADIADOR SINTÉTICO PARA USO EM SISTEMAS DE ARREFECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS QUE CONTENHA EM SUA COMPOSIÇÃO ANTICORROSIVO, ANTIESPUMANTE E ANTICONGELANTE FRASCO DE 1 LITRO (408652)	Fis	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	TG	0	830,0000	1
6	ADITIVO DE RADIADOR SINTÉTICO PARA USO EM SISTEMAS DE ARREFECIMENTO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS QUE CONTENHA EM SUA COMPOSIÇÃO ANTICORROSIVO, ANTIESPUMANTE E ANTICONGELANTE FRASCO DE 1 LITRO (408652)	Fis	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	20,4000	1
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	20,5000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/04/2015      Válido até: 22/04/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações cont									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
7	ÓLEO PARA SISTEMAS HIDRAULICOS QUE OPEREM EM CONDIÇÕES SEVERAS DE PRESSÃO E TEMPERATURA. GRAU SAE ISO 88 QUE ATENDA CLASSIFICAÇÃO HLP BALDE COM 20 LITROS (408653)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	AGECOM	0	159,0000	1		
8	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIFUNCIONAL PARA TRANSMISSÕES, SISTEMAS HIDRAULICOS, FREIOS A ÓLEO E COMANDOS FINAIS. GRAU SAE 10W 30, API GL-4 BALDE COM 20 LITROS (408654)	BLD	SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	179,5000	2		
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	225,0000	1		
9	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIFUNCIONAL PARA TRANSMISSÕES, SISTEMAS HIDRAULICOS, FREIOS A ÓLEO E COMANDOS FINAIS. GRAU SAE 20W 30 API GL-4 BALDE COM 20 LITROS (408655)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	AGECOM	0	245,0000	2		
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	238,0000	1		
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	269,0000	2		
10	ÓLEO DE FREIO COMPATÍVEL COM ESPECIFICAÇÕES NEW HOLLAND NH610 A, FRASCO DE 1 LITRO. (408656)	Frs	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	55,1000	1		
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	55,2000	2		
11	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS HIPÓIDES, EIXOS TRASEIROS, CAIXAS DE MUDANÇAS EM GERAL, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO API GL-5, GRAU SAE 85W/140 BALDE DE 20 LITROS. (408657)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	AGECOM	0	225,0000	1		
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	248,8900	2		
12	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS HIPÓIDES, EIXOS TRASEIROS, CAIXAS DE MUDANÇAS DE MARCHAS E CAIXAS DE DIFERENCIAIS EM GERAL, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO API GL-5, GRAU SAE 140 BALDE COM 20 LITROS (408658)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	AGECOM	0	194,5000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/04/2015      Válido até: 22/04/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do LAGEADO/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do LAGEADO, conforme especificações cont									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
13	GRAXA LUBRIFICANTE A BASE DE SABÃO DE LÍPIO. PARA CUBOS DE RODAS DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS ROLAMENTOS EM GERAL. GRAU NLGI-2 BALDE COM 20 QUILOS (408659)		SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	211,1100	2		
		BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	234,0000	1		
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	234,5000	2		
14	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTORES 2 TEMPOS A GASOLINA, REFRIGERADOS A AR, RECOMENDADO PARA MOTOSERRAS, CORTADORES DE GRAMA, ROÇADEIRAS, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO API TC. GRAU SAE 30 FRASCO DE 500ML (408660)		SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	7,0000	1		
		Frs	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	7,0000	1		
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	7,1700	2		
15	FLUIDO DE FREIO DOT 4 FRASCO COM 500 ML (408661)		SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	12,9500	1		
		Frs	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	12,9500	1		
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	13,0000	2		
16	Graxa para pino TH chassi, Tambor de 170 kg (411548)	TBR	SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	TG	0	830,0000	1		
17	Graxa para rolamento e cubo ALFA, Tambor de 170 kg (411549)		SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	1,960,0000	1		
		TBR	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	2,420,0000	2		
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETRONAS	0	557,0000	1		
18	ÓLEO LUBRIFICANTE SAE 5W30 SINTÉTICO PARA MOTORES A DIESEL, BALDE COM 20 LITROS. (413780)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	690,0000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações cont							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	OLEO LUBRIFICANTE 80W90 API GL 3 FRASCO COM 1 LITRO (413781)	Frs	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	PETRONAS	0	16,9000	1
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	TEXACO	0	17,1200	2
20	OLEO LUBRIFICANTE API GL 5 SAE 85W140 BALDE DE 20 LITROS (413782)	BLD	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (2602)	AGECOM	0	164,6000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 17/2015		Data do Registro: 22/04/2015		Válido até: 22/04/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações cort							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA (1542)	PETROBRÁS	0	164.8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 17/2015      Data do Registro: 22/04/2015      Válido até: 22/04/2016

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para a aquisição de Lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações cont

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2015

PROCESSO Nº 42/2015

(1542) - SIGA BEM DIST. DE LUBRIFICANTES LTDA

(2602) - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

Chapadão do Lageado, 22 de Abril de 2015.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 1/15

Número do Registro de Preços: 18/2015      Data do Registro: 27/04/2015      Válido até: 27/04/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante venc									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	ACHOCOLATADO EM PO EMBALAGEM DE 500 GRAMAS (93)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,4500	1		
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	NEILAR	0	3,4600	2		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	NEILAR	0	3,4700	3		
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	3,4800	4		
2	AÇUCAR BAUNILHA EMBALAGEM DE 250 GRAMAS (409116)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,4600	1		
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	3,4700	2		
3	ACUCAR BRANCO REFINADO, EMBALAGEM DE 05 KG (113)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	CARAVELAS	0	9,1000	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	CARAVELAS	0	9,1100	2		
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	9,1500	3		
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	9,1500	4		
6	AMENDOIM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS (409117;	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,5800	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	SUPER 10	0	4,5900	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 2/15

Número do Registro de Preços: 18/2015      Data do Registro: 27/04/2015      Válido até: 27/04/2016							
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante venc							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)							
7	Amido de milho embalagem de 1 KG (408162)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	NEILAR	0	7,3000	1
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	7,3300	2
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	NEILAR	0	7,3900	3
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	7,4300	4
10	BANHA DE 1ª QUALIDADE BRANCA, EMBALAGEM DE 3KG (413025)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	20,3500	1
13	BOLACHA DE MEL EMBALAGEM DE 1 KG (409488)	Kg	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	BOLAMEL	0	15,6500	1
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	MASPÁ	0	15,7000	2
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	15,8300	3
14	BOLACHA DOCE TIPO ROSQUINHA, SABORES DE COCO E/OU CHOCOLATE, EMBALAGEM DE 800 GR (410122)	Pct	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	PRODASA	0	3,3000	1
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	PRODASA	0	3,3100	2
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,3100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 18/2015

Página: 3/15

Número do Registro de Preços: 18/2015      Data do Registro: 27/04/2015      Válido até: 27/04/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante venc						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	3,3100
15	BOLACHA SALGADA TIPO COQUETEL EMBALAGEM DE 400 GR (410123)	Pct	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,6000
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	PRODASA	0	3,6400
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	PRODASA	0	3,7200
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	3,7400
16	CAFÉ SOLUVEL TIPO TRADICIONAL EMBALAGEM DE VIDRO DE 200 GR; (410129)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	PELE	0	9,8000
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	9,9000
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	3 CORAÇÕES	0	9,9000
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	9,9000
17	CALDO CONCENTRADO DE CARNE DE FRANGO CUBOS PEQUENOS EMBALAGEM DE 126 GRAMAS (408709)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	SINHA	0	2,4500
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	2,4700
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	2,4700

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 4/15

Número do Registro de Preços: 18/2015      Data do Registro: 27/04/2015      Válido até: 27/04/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante venc									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	SINHA	0	2,4700	4		
18	CALDO CONCENTRADO DE CARNE BOVINA CUBOS PEQUENOS, EMBALAGEM 126 GRAMAS (408704)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	SINHA	0	2,2600	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	SINHA	0	2,3000	2		
	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)				0	2,3100	3		
	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)				0	2,3100	4		
19	CANELA EM PÓ EMBALAGEM DE 30 G (2357)	Lta	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	2,3500	1		
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	NEILAR	0	2,3900	2		
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	2,3900	3		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	NEILAR	0	2,3900	4		
20	Canela Pau embalagem de 10 GRAMAS (408138)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	1,5000	1		
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	1,5600	2		
21	CARNE BOVINA MOIDA DE 1ª QUALIDADE EMB DE 02KG (6815)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	9,8000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 5/15

Número do Registro de Preços: 18/2015      Data do Registro: 27/04/2015      Válido até: 27/04/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
22	CARNE DE FRANGO - (PEITO) (3871)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	8,2000
23	Cebola - 1ª qualidade, firme, seca, casca limpa, sem folhas, sem sintomas de murcha, cor característica, tamanho médio, sem rupturas e brotos, em perfeita condição de apresentação. (408225)	Kg	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	IN NATURA	0	2,5000
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	IN NATURA	0	2,6000
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	2,6200
25	CHOCOLATE GRANULADO PRETO E BRANCO EMBALAGEM DE 500 GRAMAS (409120)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	MIL CORES	0	9,9000
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	MIL CORES	0	10,1500
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	10,1800
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	10,1800
26	COCO RALADO EM FLOCOS EMBALAGEM DE 100 GRAMAS (409495)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	SOCOCO	0	4,2500
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	SOCOCO	0	4,2900
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,3200
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	4,3200



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 6/15

Número do Registro de Preços: 18/2015      Data do Registro: 27/04/2015      Válido até: 27/04/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante venc									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
27	Carvo da Índia embalagem 10 gramas (413828)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	1,8400	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	NEILAR	0	1,8500	2		
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	1,8700	3		
28	CREME DE LEITE. (2454)	Cx	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	PIRACANJUB,	0	1,7500	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	PIRACANJUB,	0	1,7800	2		
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	1,7900	3		
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	1,7900	4		
29	EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM DE 840 GRAMAS (411484)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	OLE	0	6,4000	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	OLE	0	6,6300	2		
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	6,7000	3		
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	6,7000	4		
30	FARINHA DE TRIGO BRANCO ESPECIAL TIPO 1 EMBALAGEM DE 5 KG (413038)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	FIDALGA	0	9,2000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 7/15

Número do Registro de Preços: 18/2015      Data do Registro: 27/04/2015      Válido até: 27/04/2016									
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante venc									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)				0	9,2500	2		
	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)				0	9,2500	3		
	CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)		FIDALGA		0	9,2500	4		
				BRUGGMAN	0	11,1500	1		
31	FERMENTO DE PAO EMBALAGEMDE 500 GRAMAS (105)	Kg	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)		0	11,1900	2		
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	11,1900	2		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	BRUGGMAN	0	11,1900	3		
32	FERMENTO QUIMICO DE BOLO EMBALAGEM 250 GRAMAS (409099)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	NEILAR	0	4,7900	1		
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	ROYAL	0	4,8000	2		
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	4,8800	3		
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,8800	4		
33	FRUTAS EM CONSERVA (6754)	Lta	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	6,8500	1		
34	GELATINA (SABOR VARIADO) (408291)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	0,8000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 8/15

Número do Registro de Preços: 18/2015      Data do Registro: 27/04/2015      Válido até: 27/04/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
35	GELATINA SEM SABOR (6755)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	NEILAR	0	0.8200
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	0.8400
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	NEILAR	0	0.8400
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3.3000
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	NEILAR	0	3.3290
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	3.3400
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	PIRACANJUB,	0	2.8500
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	TRIANGULO A	0	2.9100
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	2.9600
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	2.9600
37	LEITE CONDENSADO.. (6639)	Cx	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	2.8500
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	2.8700

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 9/15

Número do Registro de Preços: 18/2015		Data do Registro: 27/04/2015		Válido até: 27/04/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante venc							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	LEITE INTEGRAL UHT CAIXA COM 12 UNIDADES DE 1 LT (409283)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	PIRACANJUB,	0	28,5000	1
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	PIRACANJUB,	0	28,6100	2
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	28,6400	3
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	28,6400	4
41	MAIONESE EMBALAGEM DE 500 GRAMAS (409490)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,7000	1
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	ARISCO	0	4,7100	2
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	ARISCO	0	4,7500	3
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	4,7500	4
43	MANTEIGA EMBALAGEM DE 200 GRAMAS (409493)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	5,0000	1
44	Margarina 70 % lípidios - 500 gr (413830)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,0300	1
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	DORIANA	0	4,0400	2
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	DORIANA	0	4,0800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 10/15

Número do Registro de Preços: 18/2015      Data do Registro: 27/04/2015      Válido até: 27/04/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante venc						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	4,1100
45	MASSA DE PASTEL TAMANHO PEQUENO. (409105)	Pct	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,5200
48	MILHO CONSERVA EMBALAGEM 200 GRAMAS (408823)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	OLE	0	1,6200
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	1,6400
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	VERDE 10	0	1,6600
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	1,6600
49	NATA EMBALAGEM DE 300 GRAMAS (409491)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,9000
50	ÓLEO DE SOJA TIPO 1 - EMBALAGEM PLÁSTICA COM 900 ML (4411)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	COCAMAR	0	3,1200
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	COCAMAR	0	3,1500
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	3,1500
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,1500
51	OREGANO EMBALAGEM 50 GR (413832)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	2,4500



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 11/15

Número do Registro de Preços: 18/2015      Data do Registro: 27/04/2015      Válido até: 27/04/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante venc						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	2,4600
52	Ovo - frescos, temperatura ambiente de máximo 24 °C, limpos, sem ruptura na casca, intacta, transporte adequado com proteção, dúzia (12unidade) (408834)	Dz	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	5,1500
53	PÃO DE MILHO (3984)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	7,4500
54	PÃO PULMANN (6761)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,1000
55	PEPINO EM CONSERVA VIDRO GRANDE (4574)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	20,3200
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	20,3300
56	PIPOCA. (5641)	Kg	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	SUPER 10	0	3,3500
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,3800
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	SUPER 10	0	3,3900
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	3,4300
57	POLENTINA EMBALAGENS DE 500 GRAMAS (409106)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,0200
			ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	SINHA	0	3,0500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 12/15

Número do Registro de Preços: 18/2015      Data do Registro: 27/04/2015      Válido até: 27/04/2016						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	QUAKE	0	3,0500
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	3,0900
58	POLVILHO AZEDO (212)	Kg	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	CALDÃO	0	6,0000
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	CALDÃO	0	6,1100
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	6,1600
			SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	6,1600
59	Presunto fatiado embalagem 500 gr (413773)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	8,5600
60	QUEIJO / QUALHO FATIADO (243)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	9,4000
61	QUEIJO COLONIAL (4296)	Kg	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	16,5000
62	REFRIGERENTE EMBALAGEM DE 2 LT (4907)	Un	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME (4535)	MAX	0	2,8500
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	2,8600
63	SUCOS DE FRUTA (NECTAR) EMBALAGEM DE 500 ML (409492)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	4,3900

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 13/15

Número do Registro de Preços: 18/2015		Data do Registro: 27/04/2015		Válido até: 27/04/2016			
Objeto da Compra:		A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante venc					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD (4539)		0	4,4100	2
64	TEMPERO COMPLETO EM SACHE PACOTE COM 12 SACHES DE 5 GR CADA (5642)	Un	SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO (4379)		0	3,3000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 14/15

Número do Registro de Preços: 18/2015		Data do Registro: 27/04/2015		Válido até: 27/04/2016			
<b>Objeto da Compra:</b> A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante venc							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CLEITON DE SOUZA - MEI (4558)	SAZON	0	3.3200	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2015

Página: 15/15

Número do Registro de Preços: 18/2015		Data do Registro: 27/04/2015		Válido até: 27/04/2016			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios aquisição de gêneros alimentícios para composição das refeições servidas ao grupo da Terceira Idade do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante venc							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2015  
PROCESSO Nº 45/2015

- (4379) - SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO
- (4535) - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME
- (4539) - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD
- (4558) - CLEITON DE SOUZA - MEI

Chapadão do Lageado, 27 de Abril de 2015.

# Concórdia

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 7/2015-PMC**

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 7/2015 - PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição durante o ano de 2015 de produtos para realização de coffee break, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação - SEDES, com Recursos Federais do IGD/PBF, IGD/SUAS, PAEFI, PAIF; Recursos Estaduais Básica Custeio, CREAS Custeio do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e Recursos Próprios da SEDES. conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 13h:45min do dia 14/05/2015. Início da Sessão: dia 14/05/2015, às 14:00h, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 29 de Abril de 2015.

LAURI GARBOSA  
Secretário SEDES

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de instalação de infraestrutura de redes sem fio, com manutenção, suporte, cabeamento, link internet e provimento de acesso à internet e demais equipamentos necessários, dentro dos limites geográficos da Praça Dogello Goss e Rua Coberta Leonel Mosele. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 18/05/2015

Abertura: dia 19/05/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 29 de abril de 2015.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO DE RECURSO E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS Nº08/2014 -PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº08/2014 -PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (mão de obra e material), para construção de edificação destinada a abrigar a área de convivência e arquivo geral da Prefeitura Municipal de Concórdia, na Rua Adílio Hilário Mutzemberg, bairro Guilherme Reich, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital

### **COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO DE RECURSO E ABERTURA DO ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, o Presidente da Comissão de Licitações torna público que na data de 28/04/2015 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante: KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 06/04/2015, prosseguindo o processo para abertura do envelope nº 02 Proposta de Preços que será realizado no dia 12/05/2015 às 14:00(quatorze horas) na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Concórdia sito a Rua Leonel Mosele, 62 centro nesta cidade.

Concórdia, SC, 29 de abril de 2015.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Presidente da CPL

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 134/2015 -PMC**

Contrato Nº : 134/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TERRAPLANA M.M & CIA LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 11/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação, durante o exercício de 2015, de horas máquinas e transporte de terra e calcário, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Transportes e Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 23/04/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 23/04/2015

Valor R\$: 14.290,00 (Quatorze Mil e Duzentos e Noventa Reais)

Dotação : 161 - 10.001.2038.333903999000000.01000001

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 135/2015 -PMC**

Contrato Nº : 135/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ANGELO GILMAR LORENZETTI & CIA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 38/2015

Objeto : Aquisição de Hortifrutigranjeiros para a preparação de refeições nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) e Escolas da Rede Pública Municipal, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE/PNAC. Conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 01/05/2015 Término: 31/08/2015

Assinatura : 24/04/2015

Valor R\$: 158.055,80 (Cento e Cinquenta e Oito Mil, Cinquenta e Cinco Reais e Oitenta Centavos)



Dotação : 71 - 06.004.2019.333903007000000.01370002

Dotação : 79 - 06.004.2609.333903007000000.01370002

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 136/2015 -PMC**

Contrato Nº : 136/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : REDE DE COMUNICAÇÃO SC LTDA

Licitação : Inexigibilidade 23/2015

Objeto : Assinatura de jornais e revistas, para suporte Técnico e Pedagógico a alunos e professores, a serem distribuídas nas escolas da Rede Pública Municipal.

Vigência : Início: 24/04/2015 Término: 30/11/2015

Assinatura : 24/04/2015

Valor R\$ : 6.999,90 (Seis Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa Centavos)

Dotação : 38 - 06.001.2012.333903901000000.01010000

Dotação : 46 - 06.002.2013.333903901000000.01010000

Dotação : 76 - 06.004.2608.333903901000000.01010000

#### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 4/2015 – FMC**

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 4/2015 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pelo seu Superintendente, senhor GILMAR LUIZ MONTICELLI e o senhor PEDRO RAMILDO ROSA, inscrita no CPF sob nº 347.419.259-00, Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS GAITEIROS COMPASSO CONCÓRDIA.

OBJETO: O objeto do presente Convênio é promover o aprendizado de todas as espécies de músicas a serem executadas exclusivamente por instrumento denominado gaita (acordeão) painada ou ponto, visando a formação de um grupo de gaiteiros para apresentações artísticas para o público em geral.

VALOR: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais)

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 29 de abril de 2015.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura

#### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 5/2015 – FMC**

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 5/2015 - FMC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC, inscrita no CNPJ sob nº. 78.507.670/0001-96, representada pelo seu Superintendente, senhor GILMAR LUIZ MONTICELLI e o senhor GERI TIEPO, inscrita no CPF sob nº 020.284.999-66, Presidente da ORQUESTRA SINFÔNICA DE CONCÓRDIA.

OBJETO: O objeto do presente Convênio tem por finalidade disponibilizar aulas de música e instrumentos musicais para ampliar a formação musical de jovens talentos, através de aulas de teoria musical, história da música da música, solfejo e instrumentos de orquestra sinfônica, através do Projeto Desenvolver, neste Município.

VALOR: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 29 de abril de 2015.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor Geral da Fundação Municipal de Cultura

#### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 10/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 10/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LINDEIROS AO LAGO DA USINA HIDRELÉTRICA ITÁ - AMULBI, inscrita no CNPJ sob nº 01.546.395/0001-95, com sede na Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Itá, SC, neste ato representada pelo seu Procurador, senhor NADIR FIORAVANTE BASSO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de propiciar assessoramento técnico em projetos a serem implementados nas áreas de turismo e do agronegócio no Município de Concórdia.

VALOR: R\$ 18.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2015, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 28 de abril de 2015.

#### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 6/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 6/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO e a entidade ÁGUAS DO OESTE CATARINENSE CONVENTION & VISITORS BUREAU, inscrita no CNPJ sob nº 05.770.614/0001-76, com sede na Rua Dr. Mauri, 1.474, Centro, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Procurador, senhor AGENOR FRIGO.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de fomentar ações para o desenvolvimento turístico da região de abrangência do Alto Uruguai Catarinense.

VALOR: R\$ 40.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2015, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 28 de abril de 2015.

#### **EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 7/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 7/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE TURISMO RURAL DO ENGENHO, inscrita no CNPJ sob nº 05.618.348/0001-60, com sede no Distrito de Engenho Velho, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor OLAVO ADELBERTO KÖNIG.

OBJETO: Conjunção de esforços, no sentido de estruturar a sede da Associação para melhor atender os turistas e visitantes.

VALOR: R\$ 5.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2015, a partir da data da assinatura.  
DATA DA ASSINATURA: 28 de abril de 2015.

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 8/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 8/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, com sede na Rua Anita Garibaldi, 104, 2º andar, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor MOACIR ZAT.

OBJETO: Conjunção de esforços, para auxiliar na realização da campanha "Sábado D", no sentido de reforçar a condição do Município como polo regional de compras e negócios, durante o exercício de 2015, desde que haja convenção coletiva de horários para este fim, celebrado entre as entidades Sindicais, Profissionais e Econômicas do Comércio.

VALOR: R\$ 45.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2015, a partir da data da assinatura.  
DATA DA ASSINATURA: 28 de abril de 2015.

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 9/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 9/2015

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO e a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CONCÓRDIA - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, com sede na Rua Anita Garibaldi, 104, 2º andar, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, senhor MOACIR ZAT.

OBJETO: Conjunção de esforços, para incentivo ao desenvolvimento e difusão do turismo de eventos, mediante apresentação cultural do Balé Bolshoi, no Município de Concórdia.

VALOR: R\$ 15.000,00.

PRAZO: Até 31.12.2015, a partir da data da assinatura.  
DATA DA ASSINATURA: 28 de abril de 2015.

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 9/2015- FMEC

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 9/2015- FMEC

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CONCÓRDIA - FMEC, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.654/0001-01, representada pelo seu Superintendente, senhor VILMAR ANTÔNIO BENTZ e a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA VILA NOVA, neste município, inscrita no CNPJ sob nº 09.214.613/0001-04, representada pelo seu Presidente, senhor NARCISO SCHMIDT

OBJETO: O objeto do presente Convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Km 111 e população em geral, estruturação de local para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais.

VALOR: R\$ 110.000,00

PRAZO: De 29/04/2015 a 31/12/2015.

DATA DA ASSINATURA: 29 de Abril de 2015.

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2014 – FMS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2014 - FMS de 23 DE OUTUBRO DE 2014, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E A BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO FRANCISCO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - FMS, instituído pela Lei Complementar nº 36, de 9 de dezembro de 1991, inscrito no CNPJ nº 10.455.823/0001-65, representado neste ato pelo Gestor do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Concórdia, Sr. ALESSANDRO VERNIZE, Secretário Municipal de Saúde, inscrita no CPF sob nº 963.065.569-15, residente e domiciliado no Município de Concórdia SC, doravante denominado CONVENIENTE, e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO FRANCISCO, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, com sede na Rua Marechal Deodoro, 915, Concórdia SC, neste ato representada pelos seus procuradores, Senhor ÉDIO SANTO ROSSET, Diretor Geral, inscrito no CPF sob nº 503.347.609-25, residente e domiciliado neste Município e VIVIANE FOPPA, inscrita no CPF sob nº 001.111.789-32, Auxiliar de Jurídico, residente e domiciliada neste município, doravante denominada CONVENIADA, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERANDO, a necessidade de formalizarmos a vigência da contratualização para continuar o repasse dos recursos financeiros descritos ao Convênio 003/2014 firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e a Beneficência Camiliana do Sul.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto deste Convênio, correrão à conta 13.01.2.103.3.3.39.50.00.00.00 (226/2015) da Dotação Orçamentária, prevista na Lei Orçamentária do Exercício de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

O presente Termo terá vigência com data retroativa a 02 de janeiro de 2015, com previsão de encerramento para 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas no Convênio Original.

E, para firmeza e validade do que aqui está estipulado, foi lavrado o presente termo em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Concórdia SC, 17 de março de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ÉDIO SANTO ROSSET	VIVIANE FOPPA
Diretor Geral da Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco	Auxiliar de Jurídico da Beneficência Camiliana do Sul – Hospital São Francisco

Testemunhas:

1.

Nome:

CPF:

2.

Nome:

CPF:

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 197/2015

DECRETO Nº 197/2015, DE 27 DE ABRIL DE 2015  
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 96.455,29 (noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e nove centavos), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1.001 - Aquisição de Equipamento e Material Permanente.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 163

Fonte de Recursos: 3.0.58 - Vinculados - R\$ 70.000,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1.002 - Aquisição de Materiais Escolares, Didáticos, Pedagógicos e Livros.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 164

Fonte de Recursos: 3.0.58 - Vinculados - R\$ 9.000,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1.013 - Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 165

Fonte de Recursos: 3.0.58 - Vinculados - R\$ 17.455,29

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 27 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 198/2015

DECRETO Nº 198/2015, DE 28 DE ABRIL DE 2015  
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sra. MARILENE SALETE VANAZZI, ocupante do cargo de Gerente de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 28 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

### EXTRATO DE LICITAÇÃO P.P 025/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n.58/2015

Pregão Presencial n. 25/2015

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por registro de preço para possível aquisição de gêneros alimentícios, material de copa e cozinha e material de limpeza para manutenção das secretarias solicitantes. Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 13/05/2015.

Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 13/05/2015.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 29 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE LICITAÇÃO P.P 026/2015

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n 59.2015.

Pregão Presencial n. 16/2015.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de software (sistema móvel) para coleta de informações exigidos pelo sistema E-SUS e aquisição de tablet para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde.

Entrega dos Envelopes: até às 13:45 horas do dia 12/05/2015

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 12/05/2015.

O Edital poderá ser obtido no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) ou seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 29 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 47/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2015

Contratado: ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM MICROCOMPUTADOR

Valor: R\$ R\$ 3.020,00 (três mil e vinte reais).

Vigência: 31/12/2015

## CÂMARA MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL 001/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2015

MODALIDADE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

CONTRATADA:

Com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e demais normas jurídicas aplicáveis à espécie, as partes contratantes resolvem deliberadamente pactuar a contratação de empresa especializada em aplicativos de informática para Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública e prestação de serviços correlatos, o que fazem mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.

2. Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:

- Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.
- Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimentos da CONTRATANTE.
- Treinamento inicial e acompanhamento para os servidores responsáveis pela operacionalização dos aplicativos.
- Suporte Técnico, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.
- Serviços de manutenção legal e corretiva dos aplicativos implantados.
- Treinamento reforço para aplicativos implantados, quando solicitado;

3. A manutenção legal, corretiva e evolutiva durante o período contratual, esta última definida de acordo com critérios de viabilidade técnica, conveniência e adequação mercadológica aferida exclusivamente pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

1. O presente instrumento terá duração de 48 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, nos termos do inciso IV, artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Podendo sofrer acréscimos ou supressões nos termos do art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

2. Fluido o prazo de vigência, os aplicativos licenciados poderão ser automaticamente bloqueados para alterações na base de dados, sendo garantido à obtenção gratuita de cópia da base de dados produzida, em formato "texto".

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pelo Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores disposto no Anexo I do presente contrato.

2. O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

3. Os serviços de implantação, conversão de dados e treinamento inicial serão pagos via boleto bancário, em parcela única em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da respectiva nota fiscal, devidamente liquidada pelo setor competente.

4. Em caso de atraso incidirão sobre o valor dos licenciamentos do Direito de Uso multa de 2% (dois por cento), mais juros de 0,030% ao dia.

5. Os valores contratados serão corrigidos automaticamente, de acordo com a menor periodicidade permitida em lei, contados da data limite de apresentação das propostas de preços conforme § 1º; Art. 3º, da lei nº 10.192/2001, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

6. Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o IGP-M acumulado no período.

7. Os pagamentos obedecerão ao disposto no Edital de Licitação quanto a prazos e condições de pagamento, sendo que, em caso de eventuais omissões, fica estabelecido o pagamento de qualquer serviço contratado em até quinze dias após sua regular execução e liquidação, desde que emitida e recebida no órgão licitante a competente nota fiscal de prestação de serviços e boleto bancário.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VINCULAÇÃO

1. As despesas decorrentes do Licenciamento do Direito de uso dos aplicativos objeto do presente: contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Em acordo ao Edital orçamento Vigente 2015 Legislativo.

2. O Presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório XXXX n.º XX/201X, cujos termos desde logo constituem parte integrante da presente avença.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DOS APLICATIVOS

1. A CONTRATADA é a desenvolvedora e/ou licenciadora dos aplicativos licenciados, concedendo a CONTRATANTE as licenças de uso temporárias e não exclusivas estabelecidas no presente contrato.

2. A CONTRATADA deverá possuir irrestrito poder para modificar os códigos-fonte e executáveis durante a vigência contratual, em face de alterações de ordem legal federal ou estadual.

3. Fica vedado a CONTRATANTE realizar a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência dos aplicativos licenciados, assim como a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativos(s).

4. Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Caberá a CONTRATANTE:

a. Efetuar os pagamentos decorrentes do Licenciamento do Direito de Uso dos aplicativos objeto deste contrato no primeiro dia útil do mês subsequente, e, nos demais casos, em até dez dias após a sua efetiva entrega.

b. Facultar o acesso irrestrito dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias à fiel execução do presente contrato.



- c. Manter, na operacionalização dos aplicativos, apenas pessoal devidamente treinado pela CONTRATADA.
- d. Conceder à CONTRATADA acesso remoto às suas estruturas virtuais, ambiente de rede ou intranet.
- e. Manter padrão de clareza nas solicitações de alteração enviadas à CONTRATADA, indicando um responsável que acompanhará as tramitações desta pela internet, respondendo-as com brevidade.
- f. Assegurar a configuração adequada do computador e instalação dos aplicativos, manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha do computador, dando prioridade aos técnicos da CONTRATADA na utilização de qualquer recurso necessário à fiel execução do presente contrato.
- g. Responsabilizar-se pela completa e correta inserção de dados nos aplicativos.
- h. Parametrizar a aplicativo, em nível de usuário, inclusive no tocante às modificações de alíquotas de tributos, multas e contribuições, além de atualizar as fórmulas de cálculo dos aplicativos(s) quando necessário.
- i. Manter as bases de dados atualizadas de acordo com a versão de banco de dados adotada pela CONTRATADA, e desde que esta tenha concedido aviso de alteração com prazo mínimo de noventa dias.
- j. Promover o prévio cadastro de dúvidas ou erros constatados na página da internet da CONTRATADA, para somente depois de decorridos 60 (sessenta) minutos sem resposta requisitar suporte.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

##### 1. Caberá a CONTRATADA:

- a. Quando contratados, conforme valores disposto no Anexo I, converter dados para uso pelos aplicativos, instalar os aplicativos objeto deste contrato, treinar os servidores indicados na sua utilização, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço, bem como, prestar suporte apenas aos servidores devidamente treinados pela CONTRATADA no uso dos aplicativos e que tenham observado, em sua solicitação, a regra disposta na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
- b. Manter operacionais todas as funcionalidades descritas no Edital.
- c. Tratar como confidenciais informações e dados do CONTRATANTE, guardando total sigilo em face de terceiros.
- d. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- e. Avaliar, em prazo razoável, a viabilidade técnica e jurídica das solicitações de alteração específicas encaminhadas eletronicamente pelo CONTRATANTE, e repassar orçamento acompanhado de cronograma para execução dos serviços.
- f. Garantir o atendimento de técnico presencial, quando requisitado, em até quatro dias úteis contados da outorga de autorização expressa para execução de serviços de atendimento in loco.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO TREINAMENTO DE IMPLANTAÇÃO

- 1. O treinamento na operacionalização do aplicativo, quando contratado, poderá ser realizado nas dependências da CONTRATANTE, na sede CONTRATADA ou, ainda, via internet.
- 2. A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados mediante o pagamento da hora técnica respectiva, acrescida das despesas de deslocamento, alimentação e estadia do técnico palestrante quando o treinamento ocorrer das dependências da CONTRATANTE.
- 3. O treinamento de implantação na sede da CONTRATANTE poderá incluir ou não o fornecimento oneroso de material didático.
- 4. O treinamento via web será considerado prestado independentemente da ocorrência de problemas com o provedor de internet, com o fornecimento de energia ou com qualquer outro fator correlato de responsabilidade do CONTRATANTE, podendo ser novamente faturado quando refeito sem culpa da CONTRATADA.
- 5. O treinamento de novos usuários, na sede da entidade ou via

web, para a operação e/ou utilização dos aplicativos em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc., não será considerado como Treinamento de Implantação e deverá ser faturada a parte. Quando solicitado a CONTRATADA formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA NONA - DA EVOLUÇÃO, MANUTENÇÃO E ALTERAÇÃO

- 1. As melhorias/modificações nos aplicativos poderão ser legais, corretivas ou evolutivas.
- 2. As melhorias/modificações evolutivas serão classificadas em específicas ou gerais, conforme sua iniciativa tenha partido da CONTRATANTE ou da CONTRATADA, respectivamente.
- 3. As modificações evolutivas de caráter geral serão periodicamente disponibilizadas pela CONTRATADA, com seu custo incluído no preço mensal do licenciamento dos aplicativos.
- 4. As modificações evolutivas específicas - incluindo aquelas necessárias à adequação dos aplicativos à legislação municipal - serão objeto de análise por parte da CONTRATADA, que declarará a sua viabilidade técnica e formalizará orçamento para prévia aprovação por parte da CONTRATANTE, desenvolvendo-as e disponibilizando no prazo que indicar.
- 5. As modificações de natureza legal para atendimento da legislação federal ou estadual serão introduzidas nos aplicativos durante a vigência do contrato, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, e, caso não haja tempo hábil para implementá-las até o início das respectivas vigências, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais até a atualização dos aplicativos.
- 6. As atualizações de cunho corretivo, originadas a partir da verificação de erros de processamento, serão fornecidas sem custo para a CONTRATANTE.
- 7. As modificações/melhorias evolutivas ou de natureza legal serão introduzidas nos aplicativos originalmente licenciados e distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir, cabendo à CONTRATANTE implantar cada nova versão no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento, findos os quais a CONTRATADA deixará de fornecer suporte à versão antiga.
- 8. A ausência de disponibilização das modificações evolutivas relacionadas à legislação municipal não implicará em qualquer responsabilidade para a CONTRATADA.
- 9. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO SUPORTE TÉCNICO

- 1. Eventuais conversões de dados decorrentes de mudanças de versões poderão ser cobradas pela CONTRATADA.
- 2. O suporte técnico pós-implantação deverá ser sempre efetuado por técnico habilitado em favor de usuário devidamente treinado, e compreenderá:
- 3. Esclarecimento de dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos aplicativos
- 4. Realização de quaisquer atividades técnicas relacionadas a erros derivados de falha dos usuários.
- 5. Auxiliar na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos caso não haja backup de segurança.
- 6. Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos aplicativos.
- 7. Desenvolver relatórios específicos.
- 8. Este atendimento será realizado por qualquer meio de comunicação convencional ou eletrônico, e, em último caso, mediante visita in loco de técnico habilitado.
- 9. O suporte, embora disponibilizado pela CONTRATADA, somente será prestado caso o interlocutor do CONTRATANTE que tenha cumprido com a etapa descrita na cláusula 6ª alínea "J" do presente contrato.
- 10. Em nenhuma hipótese a CONTRATADA se responsabilizará por qualquer alteração ou modificação dos aplicativos realizada por

peças não credenciadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

1. A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.
2. A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item Cinco da Cláusula 3ª poderá ser executada por simples Apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos Artigos: 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.
2. A rescisão contratual poderá ser:
  - a. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
  - b. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato.
2. Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lance. Considerados os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.
3. A penalidade de multa poderá ser aplicada, cumulativamente, com as demais penalidades dispostas na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
4. A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas às justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.
5. Sem prejuízo das penalidades de multa, ficam as licitantes que não cumprirem as cláusulas contratuais, sujeitas ainda:
  - a. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a cinco anos.
  - b. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DO FORO

1. As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de Coronel Freitas. Para dirimir quaisquer dúvidas, ação ou questão oriunda deste presente contrato.
2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Coronel Freitas/SC, 22 de abril de 2015.

CONTRANTE  
NOME RESPONSÁVEL  
CARGO

CONTRATADA  
NOME RESPONSÁVEL  
CARGO

Testemunha 1:

Ass.: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CI: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha 2:

Ass.: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
CI: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2015 MODALIDADE LICENCIAMENTO DO DIREITO DE USO DE APLICATIVOS

##### ANEXO I

##### 1. Licenciamento de uso dos aplicativos:

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	48	Mês	Contabilidade Pública	XXX	XXX	XXX
2.	48	Mês	Compras e Licitações	XXX	XXX	XXX
3.	48	Mês	Folha de Pagamento	XXX	XXX	XXX
4.	48	Mês	Portal da Transparência	XXX	XXX	XXX
VALOR TOTAL R\$				XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		

##### 2. Serviços Técnicos:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCELAS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	01	Serv.	Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários.	XXX	----	XXX
2.	xxx	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	XXX	----	XXX
3.	xxx	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	XXX	----	XXX
4.	xxx	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	XXX	----	XXX
VALOR TOTAL R\$				XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		

Município/UF, xx de xxxxxxxx de 20xx.

CONTRANTE  
NOME RESPONSÁVEL  
CARGO

CONTRATADA  
NOME RESPONSÁVEL  
CARGO



Testemunha 1:

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CI: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Testemunha 2:

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CI: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO Nº 025 DE 27 DE ABRIL DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO Nº 025 DE 27 DE ABRIL DE 2015.

MÊS/ANO: ABRIL/2015. NÚMERO CONTRATO: 025/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 27/04/2015

#### CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO:

O objeto do presente Contrato é a permissão de uso a título precário e por prazo determinado de uma área de 08 (oito) m², localizada anexa ao prédio da Administração Municipal, objetivando a instalação da central de distribuição de internet por "fibra óptica" a toda a população do Município, sem ônus algum aos cofres municipais, conforme solicitação protocolada em 20 de março de 2015, sob o nº 863/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de duração do presente Contrato será contado da assinatura do mesmo, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018, podendo ser renovado indeterminadas vezes, enquanto atender os interesses das partes, sempre mediante a formalização de termo aditivo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO:

A presente Permissão de Uso opera-se de forma gratuita, não excluindo as obrigações da cláusula quinta.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 00.744.497/0001-52

CONCESSIONÁRIA: SABER INFORMÁTICA LTDA.

#### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 029/2015 DE CONTRATO DE 27 DE ABRIL DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 029/2015 DE CONTRATO DE 27 DE ABRIL DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2013. NÚMERO CONTRATO: 012/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/03/2013

#### CLÁUSULA I.- DO REAJUSTE DO VALOR MENSAL

O valor mensal previsto no Contrato nº 012/2013, firmado em 01 de março de 2013, cujo objeto é a locação de uma sala comercial com aproximadamente 63 m², (sessenta e três metros quadrados) de propriedade do LOCADOR, situada à Rua Porto Alegre nº. 76, nesta cidade, destinada à instalação física do Destacamento da Polícia Militar, fica corrigido, a partir de 01 de maio de 2015 no percentual de 8,41% tendo por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) passando a ser de R\$ 550,93 (quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos) que correrão por conta de dotação orçamentária própria prevista na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2015.

#### CLÁUSULA II.- DA RERRATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 1 CPF: 915.631.949-53

CONTRATADO: NEDIO PERTUSSATTI.

**Correia Pinto****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 08/2015 PMCP**  
ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 08/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS E MEIOS-FIOS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

C.H. TUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

CNPJ: 12.642.975/0001-00

Instrumento: Contrato nº 0192/2015 PMCP

Item	Quant.	Características	Valor estimado	% desconto
1	1	Passagem aérea nacional	70.000,00	2,00 %
2	1	Passagem aérea internacional	30.000,00	2,00 %

Vigência: 12/03/2015 à 31/12/2015

Correia Pinto/SC 30 de abril de 2015

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**Corupá****PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL 013/2015 - REGISTRO DE PREÇO**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 013/15

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS COM VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, PARTICIPANTES DOS PROGRAMAS DO CRAS, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08 horas do dia 30/04/2015 às 09 horas do dia 14/05/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 14/05/2015.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 30 de Abril de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

**PREGÃO PRESENCIAL 014/2015 - REGISTRO DE PREÇO**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO - REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 014/15

OBJETO: Registro de Preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DE LIMPEZA PARA USO DO CLUBE DE IDOSOS, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08 horas do dia 30/04/2015 às 14 horas do dia 14/05/2015.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 14/05/2015.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá - Av. Getulio Vargas, 443 e também no site <http://www.corupa.sc.gov.br>.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 30 de Abril de 2015

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

# Curitibanos

## PREFEITURA

### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO NR. 4/2015 (SEQUÊNCIA: 4)

ESTADO DE SANTA CATARINA		PREGÃO PRESENCIAL	
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS		Nr.: 5/2015 - PR	
CNPJ:	83.754.044/0001-34	Processo Administrativo:	5/2015
RUA CORONEL VIDAL RAMOS, 860		Processo de Licitação:	5/2015
C.E.P.:	89520-000 - Curitibanos - SC	Data do Processo:	04/02/2015

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS PARA REFEITÓRIOS, DESTINADOS AOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 4/2015 (Sequência: 4)

Ao(s) 29 de Abril de 2015, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANOS, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Portaria nº 1415/2014, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 5/2015, Licitação nº. 5/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

BRINQMÓVEIS LTDA (192), ERGO - MOBILI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA (1348), NORMELIA LOTTERMANN

EPP	(1351).
-----	---------

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- AS DEMAIS EMPRESAS CONSIDERADAS CLASSIFICADAS: BRINQMOVEIS LTDA; UNIMOVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS ESCOLARES LTDA - EPP, APRESENTARAM A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA EM EDITAL, SENDO

ASSIM CONSIDERADAS HABILITADAS.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Curitibanos, 29 de Abril de 2015

COMISSÃO:

DIEGO SEBEM WORDELL - ..... - Pregoeiro(a)

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇO PARA A REPOSIÇÃO DA REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO NA AVENIDA LIONS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 14/05/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 14/05/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 28 de Abril de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 89/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 13/05/2015, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 16:00 horas do dia 13/05/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 29 de Abril de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO151 /2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato151 /2015

Contrato Nº.: 151/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: I. TRAPP CIA LTDA  
Valor ..... : 624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais)  
Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 280/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.064.3.3.90.00.00.00.00.00 (87),  
2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GAS P13 E P45, CASCO DE P45, PARA USO NA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, AEROPORTO, SECRETARIA DE TRANSPORTE EM OBRAS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O ANO DE 2015. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO152 /2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato152 /2015

Contrato Nº.: 152/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: JK PNEUS LTDA.  
Valor ..... : 1.673,00 (um mil seiscentos e setenta e três reais)  
Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 282/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO153 /2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato153 /2015

Contrato Nº.: 153/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP  
Valor ..... : 288,00 (duzentos e oitenta e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 11/02/2015 Término: 11/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 282/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2),  
2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO154 /2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato154 /2015

Contrato Nº.: 154/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada.: MECANICA ATLAS LTDA  
Valor ..... : 851,24 (oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/02/2015 Término: 12/04/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 38/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVISÃO MECÂNICA DO VEÍCULO SPRINT MMF 2145, DO 2º BBM/ SEDE, CONFORME ART. 24, INCISO XVII, DA LEI Nº 8.666/93.

**RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO155 /2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato155 /2015

Contrato Nº.: 155/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: LINCK MAQUINAS SA  
Valor ..... : 2.419,35 (dois mil quatrocentos e dezenove reais e trinta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 12/02/2015 Término: 12/04/2015  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 37/2015  
Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO DE 1.500 HORAS DA MÁQUINA PÁ CARREGADEIRA L60F, SÉRIE 72451, EM USO NA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO156 /2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato156 /2015

Contrato Nº.: 156/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: STANG & STANG LTDA  
Valor ..... : 1.295,00 (um mil duzentos e noventa e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 18/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 268/2014  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00 (26), 2.071.3.3.90.00.00.00.00.00 (62), 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (84), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (89), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURITIBANOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO157 /2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato157 /2015

Contrato Nº.: 157/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: IRAN ANTONIO  
Valor ..... : 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 18/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO

DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS DA SMELC NO ANO DE 2015, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO158 /2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato158 /2015

Contrato Nº.: 158/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: A SEMANA EDITORA LTDA  
Valor ..... : 80.623,00 (oitenta mil seiscentos e vinte e três reais)  
Vigência ..... : Início: 18/02/2015 Término: 18/02/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015  
Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (2), 2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 (26), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (91), 2.073.3.3.90.00.00.00.00.00 (109)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ESPAÇO EM JORNAL IMPRESSO DE CIRCULAÇÃO REGIONAL PARA PUBLICAÇÕES DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO159 /2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato159 /2015

Contrato Nº.: 159/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
Contratada...: JHV IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA  
Valor ..... : 13.900,00 (treze mil novecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 19/02/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015  
Recursos ..... : Dotação: 1.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (73)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CABINE SUPLEMENTAR, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

### **RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO CONTRATO160 /2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS  
CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC FEVEREIRO/2015

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato160 /2015

Contrato Nº.: 160/2015  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS



Contratada....: NET-DONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Valor ..... : 14,80 (quatorze reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 20/02/2015 Término: 20/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (32)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL, CORPO DE BOMBEIROS, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, AEROPORTO, TERMINAL RODOVIÁRIO E PRAÇAS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 07/2015

RESOLUÇÃO Nº 07/2015

ALTERA E INSERE DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO Nº 01/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara de Vereadores de Curitiba, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica inserido o Grupo III, no Anexo III - Atividades Específicas, da Resolução nº 01/2011, com a seguinte redação:

Grupo III - Funções Gratificadas - Direção, Chefia e Assessoramento

Nome do Cargo	Atividades Específicas
Chefe Divisão Tesouraria	Liquidar e executar todos os pagamentos da Câmara de Vereadores do Município, controlar as entradas e saídas de recursos financeiros, executar as diárias, realiza a apropriação e contabilização da folha de pagamento de pessoal, arquivar os documentos em processos de pagamentos, controlar os recursos financeiros, emitir Notas de Empenho orçamentária; dirigir e coordenar as atividades de compras de materiais e serviços em geral, supervisionar as pesquisas de preços, supervisionar o cadastro de fornecedores, prestar as informações necessárias à elaboração de padrões e especificações objetivando a organização do catálogo de materiais e serviços, entre outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Art. 2º O Anexo V - Nominata das Funções Gratificadas - Grupo: Direção, Chefia e Assessoramento, da Resolução nº 01/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Número de Cargos	Denominação
01	Chefe Divisão Tesouraria

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 28 de abril de 2015.

Arcílio Alves  
Presidente

Vilma Natalina Fontana  
1ª Secretária

## Dionísio Cerqueira

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Leilão n. 066/2015. Objeto: Venda de Bens inservíveis da Administração Municipal. Credenciamento até as 09:50 horas do dia 20/05/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont nº 413 -. Fone 49 3644-6738

Dionísio Cerqueira, 29/04/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta a Concorrência Pública n. 067/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica com C.B.U.Q nas vias Públicas do Município... Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 02/06/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 29/04/2015.

Altair Rittes

Prefeito Municipal



**Ermo****PREFEITURA****DECRETO Nº. 020 DE 28 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº. 020 de 28 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Nomeação do Conselho Escolar da Escola de Educação Básica Municipal João Moro e EJA- Educação de Jovens e Adultos de Ermo/SC.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado a Lei Municipal nº 366, de 10 de setembro de 2014;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Escolar da Escola de Educação Básica Municipal João Moro e EJA - Educação de Jovens e Adultos de Ermo conforme segue:

I - Diretora da Escola:

- Giane Pires Leonardo

II - Representante dos Trabalhadores em Educação docentes:

- Valcirlene Silva da Rosa Edinéia Machado Simão

- Aline Mezzari Serafim Leda Tramontin Zanatta

III - Representante dos Trabalhadores em Educação não docentes:

- Jairo Borges de Souza Maria Bernardete Borges

- José Adriano de Vargas Alice Mezzari Serafim

- Diorgenes Simão Ivonete Domingos Gabriel

IV - Representante dos Pais, Mães ou Responsáveis Legais:

- Maristela Possamai Leonardo Elisângela Manarim de Oliveira

- Varcileni Zanatta Ana Lúcia Mezzari Serafim Marques

- Edna Maria dos Reis Simão Cristiani Possamai Furlaneto

Art. 2º As eleições do Conselho Escolar deverão ser realizadas em anos pares, iniciando no ano de 2014.

Art. 3º O exercício da função de membro do conselho Escolar não será remunerado e é considerado de relevante interesse público.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de abril de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**Forquilha****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 14/FMS/2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Eletrônico Nº. 14/FMS/2015;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas para aquisição de material odontológico, para atendimento ao programa Brasil Sorridente (próteses dentárias), junto ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha, para o exercício de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 15 de maio de 2015 às 14:00 horas.

EDITAL: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço eletrônico: [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 13:55 horas do dia 15/05/2015. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico acima citado.

Forquilha, 29 de abril de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/FMS/2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 15/FMS/2015;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para reforma parcial de instalações elétricas a ser realizada nas unidades de saúde, para instalações de aparelhos Ar Condicionado, conforme projeto elétrico, junto ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha, para o exercício de 2015.

DATA DE ABERTURA: Dia 25 de maio de 2015 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail [processos@forquilha.sc.gov.br](mailto:processos@forquilha.sc.gov.br) ou [licitacoes@forquilha.sc.gov.br](mailto:licitacoes@forquilha.sc.gov.br).

Forquilha, 29 de abril de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeira

**DECRETO Nº 084, DE 23 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 084, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA, PARA EXERCEREM O CARGO DE MÉDICO DO PSF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas Médico do PSF;

CONSIDERANDO que BRUNA WEINHOLD DE FREITAS e RAFAEL LAZZARIN DOMINGOS ROCHA nomeados para exercerem o cargo de Médico do PSF, classificados em 9º e 10º lugar, respectivamente, no Concurso Público, Edital n. 002/2014 apresentaram termo de desistência de suas nomeações;

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, por concurso, PAMELA GOMES e EDUARDO ALI DOMINGUEZ para exercerem o cargo de MÉDICO DO PSF, classificados em 11º e 12º lugar, respectivamente, no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º Os servidores nomeados terão o prazo de 15 (quinze) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 23 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 23 de abril de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

### **NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 03/FMS/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/FMS/2015**

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 03/FMS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/FMS/2015

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas para aquisição de material odontológico, para atendimento ao programa Brasil Sorridente (próteses dentárias), junto ao Fundo Municipal de Saúde do Município de Forquilha, para o exercício de 2015.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pela Pregoeira, Sra. Erika De Luca Tiscoski Back, no dia vinte e nove do mês de abril de dois mil e quinze, às nove horas, a mesma certificou-se de que nenhuma empresa apresentou proposta para participar do referido pregão. Desta forma, a comissão decide por revogar o processo de Pregão presencial nº. 10/2015 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 29 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

## **Fraiburgo**

### **PREFEITURA**

#### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0012\_2015 PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0084/2015 - PMF  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0012/2015 - PMF

Objeto: Assinatura do SÍNTESENET GESTÃO PÚBLICA - Módulo Administração Pública, no formato Web, com acesso para até 5 (cinco) usuários pelo período de 12 meses. Contratada: IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS PUBLICAÇÕES JURÍDICAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 43.217.850/0001-59 Valor e pagamento: R\$ 3.783,00 (três mil setecentos e oitenta e três reais) até 20/05/2015. Fundamento Legal: Art. 25, CAPUT, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 28 de abril de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

#### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0056\_2015-PMF RP 0038**

Aviso do Pregão Presencial nº 0056/2015 - PMF

Registro de Preços Nº 0038/2015 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de areia média para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de maio a agosto de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: maio a agosto de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 10:30 horas do dia 13.05.2015. Abertura: às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 28 de abril de 2015.

Ivo Biazolo

Prefeito

#### **EXTRATO ACT Nº 0012-2015 - AG. DE SAÚDE**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0012 DE 29 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE das seguintes localidades: Taquaruçu de Cima, Rio Mansinho-Fischer, Lau Mello, Gruta/Nossa Senhora de Lourdes/Fazenda Conte, Faxinal dos Domingues, Butia Verde - Setor I/ Vila Reflor, Assentamento Butia Verde, Roland Mayer/ Vila Nova, Linha Baia/ Baia I, Dandara/Barro Preto, Faxinal dos Carvalhos, Macieira, Santo Antonio e Portal. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 4 de maio a 8 de junho de 2015 das 8:30 as 11:30 e das 14hs à 17:00 horas,

em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## LEI Nº 2290/2015

LEI Nº 2290, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA E CONSOLIDA A LEI MUNICIPAL N. 1971, DE 03 DE SETEMBRO DE 2008 QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º. O Conselho Municipal de Saúde, vinculado à Secretaria de Saúde do Município, é órgão de caráter permanente e deliberativo, de composição paritária entre a Administração Municipal, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários, nos termos do art. 1º, § 2º da Lei Federal nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e da Resolução nº. 333, de 04 de novembro de 2003, do Conselho Nacional de Saúde, sendo responsável também pelo controle social dos serviços públicos de saneamento básico do município, conforme estabelecido pela Lei Federal 11.445/2007.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Saúde possui funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e de formulação estratégica, atuando no acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, bem como dos serviços públicos municipais de saneamento básico.

Art. 3º. Ao Conselho Municipal de Saúde compete:

I - acompanhar, analisar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde no Município;

II - formular as estratégias, o controle e a execução da Política Municipal de Saúde;

III - definir as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde, em função dos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS;

IV - acompanhar e avaliar as ações e serviços do Sistema Único de Saúde em nível municipal;

V - aprovar, periodicamente, a elaboração e atualização do Plano Municipal de Saúde;

VI - definir critérios de padrões e parâmetros assistenciais;

VII - acompanhar, apreciar e avaliar a proposta orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e sua programação financeira;

VIII - controlar a execução do cronograma orçamentário do Fundo Municipal de Saúde, bem como a sua aplicação e operacionalização;

IX - acompanhar e avaliar a compra de ações e serviços privados de acordo com o Capítulo II, da Lei nº. 8.080, de 19 de setembro

de 1990;

X - avaliar as demonstrações de resultados do Fundo Municipal de Saúde;

XI - aprovar o Plano de Aplicação de Recursos de acordo com o Plano Municipal de Saúde, acompanhando e controlando a sua execução;

XII - apreciar e aprovar os Relatórios de Gestão do Sistema Único de Saúde apresentados pelo Gestor Municipal;

XIII - articular-se com a Secretaria de Educação do Município e instituições de ensino e pesquisa, para a criação e manutenção de cursos na área da saúde;

XIV - aprovar, acompanhar e avaliar a participação do Município em ações e serviços regionais de promoção, proteção e recuperação da saúde;

XV - aprovar o regulamento, a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Saúde, reunidas ordinariamente, e convocá-las extraordinariamente;

XVI - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

XVII - definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre a Secretaria da Saúde e as entidades privadas de saúde, no que tange à prestação de serviços;

XVIII - apreciar e aprovar, previamente, convênios e termos aditivos a serem firmados pela Secretaria da Saúde;

XIX - as atribuições de controle social dos serviços públicos de saneamento básico, assim definidos pela Lei Federal n. 11.445/2007.

### CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º. O Conselho Municipal de Saúde - CMS será integrado por representantes do Executivo Municipal, profissionais de saúde, prestadores de serviços e usuários, da saúde e do saneamento básico.

Parágrafo único. A representação dos usuários dar-se-á sempre de forma paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

Art. 5º. O Conselho Municipal de Saúde será constituído por 20 (vinte) membros e seus respectivos suplentes, com a seguinte composição:

I - representantes do Executivo Municipal e dos prestadores de serviços de saúde e saneamento, 25% (vinte e cinco por cento):

a) 02 (dois) representantes do gestor municipal, garantida vaga do Secretário Municipal de Saúde e do titular dos serviços de saneamento;

b) 01 (um) representante de entidade filantrópica prestadora de serviços de saúde;

c) 01 (um) representante de entidade prestadora de serviços de saúde;

d) 01 (um) representante de entidade prestadora de serviços de saneamento;

II - representantes dos profissionais de saúde e saneamento, 25% (vinte e cinco por cento):

a) 03 (três) representantes de profissionais de nível superior;

b) 01 (um) representante dos profissionais de nível médio;

c) 01 (um) representante dos profissionais de órgão governamental do setor de saneamento de nível médio/superior.

III - representantes dos usuários dos serviços de saúde e saneamento, 50% (cinquenta por cento):

a) 02 (dois) representantes de entidades da indústria e/ou comércio do município;

b) 01 (um) representante de entidades comunitárias organizadas do município;

c) 02 (dois) representantes de entidades que congregam associações de moradores;

d) 01 (um) representante de associações de portadores de

deficiências;

- e) 01 (um) representante de entidades comunitárias religiosas;
- f) 01 (um) representante de entidades comunitárias dos idosos e/ou associação dos aposentados e pensionistas;
- g) 01 (um) representante de entidades sindicais de representação de trabalhadores;
- h) 01 (um) representante de entidades de defesa do consumidor.

§ 1º. A cada titular do Conselho corresponderá um suplente.

§ 2º. Os conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde - CMS terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos a critério das respectivas representações, e serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação formal dos respectivos órgãos e entidades que representam:

I - os órgãos e entidades referidos neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor, por escrito, a substituição de seus respectivos representantes, para nomeação pelo Chefe do Executivo Municipal;

II - os membros titulares do Conselho Municipal de Saúde - CMS serão substituídos em suas ausências ou impedimentos por seus respectivos suplentes;

III - o exercício da função de conselheiro é de relevância pública e, portanto, garante dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho de Saúde.

§ 3º. Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito ou do Secretário Municipal de Saúde.

§ 4º. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde e seu Vice-Presidente serão eleitos entre os membros titulares do Conselho, mediante voto direto.

§ 5º. A ampliação, redução ou qualquer alteração na composição do Conselho Municipal de Saúde deverá ser, previamente, deliberada pelo plenário, para posterior alteração legal.

§ 6º. O Conselho deverá exercer suas atribuições legais, mesmo no caso de, provisória e excepcionalmente, por afastamento, desistência, falecimento ou qualquer outra razão, não contar com todos os representantes especificados no caput deste artigo.

§ 7º. A entidade usuária que passar a ser prestadora de serviço da Secretaria Municipal de Saúde, perderá sua representatividade no Conselho Municipal de Saúde, podendo passar a ser representante dos prestadores de serviço conforme discussão em plenária, abrindo então, uma vaga para os representantes dos usuários, sendo o inverso, também verdadeiro.

§ 8º. A ocupação de cargos de confiança ou de chefia interferirá na autonomia representativa do conselheiro, ficando impedida a representação dos segmentos usuário e profissionais de saúde, e é indicativo de substituição do conselheiro.

§ 9º. Os segmentos que compõem o Conselho Municipal de Saúde são escolhidos para representar a sociedade como um todo, no aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS).

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Saúde garantirá autonomia para o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Saúde - CMS.

Art. 7º. O apoio administrativo ao Conselho Municipal de Saúde - CMS será prestado por funcionários da Secretaria de Saúde do Município, tendo as seguintes atribuições:

- I - secretariar as reuniões do Conselho, lavrando as respectivas

atas;

II - viabilizar e controlar o trâmite formal de documentos entre o Conselho Municipal de Saúde, suas respectivas Comissões e a Secretaria de Saúde do Município.

Art. 8º. O Conselho Municipal de Saúde reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em data, horário e local pré-estabelecido e, extraordinariamente, quando necessário.

§ 1º. As reuniões plenárias são abertas ao público.

§ 2º. O órgão de deliberação máxima é o plenário.

§ 3º. As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão adotadas mediante quorum mínimo da metade mais um de seus integrantes.

Art. 9º. O Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou seu vice terá o direito de voto comum, o que não quebrará a paridade, e em caso de empate terá o direito ao voto de desempate bem como a prerrogativa de deliberar ad referendum do Plenário.

Art. 10. As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão manifestadas através de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos.

Art. 11. O Conselho Municipal de Saúde exercerá suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que além das comissões intersetoriais estabelecidas pela Lei nº. 8.080/90, instalará comissões internas exclusivas de conselheiros, de caráter temporário ou permanente, bem como outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho para ações transitórias.

Parágrafo único. Os grupos de trabalho poderão contar com integrantes não conselheiros, desde que seja aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS.

Art. 12. Os membros ou entidades do Conselho Municipal de Saúde - CMS deverão ser substituídos, caso falem sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas ou quatro intercaladas no período de 01 (um) ano.

Art. 13. O Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde - CMS terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo Conselho.

Art. 14. Aos conselheiros, quando em representação do Conselho Municipal de Saúde - CMS, mediante análise e aprovação da plenária, será assegurado o direito ao recebimento de passagens e diárias equivalentes ao padrão usual utilizado para os servidores do Município de Fraiburgo, bem como ao pagamento da inscrição em cursos, congressos, seminários, encontros, conferências, palestras e outros eventos ligados aos objetivos do Conselho.

Art. 15. O Plenário do Conselho Municipal de Saúde terá o prazo de 90 (noventa) dias, após a publicação desta lei, para reformular seu Regimento Interno.

Art. 16. Ficam revogadas as Leis nº. 877/91, nº. 903/91, nº. 980/93 e nº. 984/93, e demais disposições em contrário.

Art. 17. Aplicam-se ao Conselho Municipal de Saúde - CMS, as disposições constantes da Lei Federal n. 11.445/2007 e demais dispositivos atinentes ao controle social de serviços públicos de saneamento básico no Município de Fraiburgo.

Art. 18. Fica consolidada a Lei Municipal n. 1971, de 03 de setembro de 2008, passando a vigorar com as alterações dispostas nesta Lei Municipal.



Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, 29 DE ABRIL DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### LEI Nº 2291/2015

LEI Nº 2291, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE FRAIBURGO - ABCF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder, a título de auxílio financeiro, na modalidade de contribuição, à ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE FRAIBURGO - ABCF, inscrita no CNPJ sob o n. 83.214.478/0001-41, com sede na Avenida Caçador, n. 582, em Fraiburgo-SC, o montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 2º. O repasse previsto no artigo primeiro desta Lei servirá para liquidação de despesas emergentes da ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE FRAIBURGO - ABCF, e deverá ter sua prestação de contas discriminada, na forma da Lei n. 4320/64.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário, com a seguinte rubrica:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.302.0010.2.027 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial		
3.3.50.00.00 – Transferência à Instituições Privadas sem fins lucrativos	R\$	12.000,00

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, 29 DE ABRIL DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1034/2015

PORTARIA Nº 1034, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0625/2015, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora GISLAINE DA SILVA CARACHO MACIEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º

058.902.349-78, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, no período de 06 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1035/2015

PORTARIA Nº 1035, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna n.º 030/2015, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JORGE COSTA ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 502.546.699-72, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA Nº 1036/2015

PORTARIA Nº 1036, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora BRUNA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 049.721.889-52, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1037/2015**

PORTARIA Nº 1037, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato de JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº. 017.490.049-09, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 04 de maio de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1038/2015**

PORTARIA N.º 1038, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0038 de 02 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 031/2015, do Departamento de Cultura;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCENIR APARECIDA DA SILVA SANTOS CAMPOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 679.148.969-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ARTES - TEATRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2015 até 20 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1039/2015**

PORTARIA N.º 1039, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0048 de 30 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 031/2015,

do Departamento de Cultura;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de PEDRO ALEXSANDRO RODRIGUES CAVALHEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 041.108.949-80, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ARTES - TEATRO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 03 de maio de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1040/2015**

PORTARIA N.º 1040, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA APARECIDA BORBA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 501.582.799-72, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2015 até 01 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1041/2015**

PORTARIA N.º 1041, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NILCÉIA APARECIDA MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 552.265.749-91, contratada em caráter temporário na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período



de 06 de maio de 2015 até 01 de setembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1042/2015**

PORTARIA N.º 1042, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0040 de 22 de outubro de 2014 e Contrato Administrativo;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MAGDA APARECIDA DA SILVA SCHNEIDER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 558.053.459-00, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06 de maio de 2015 até 05 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1043/2015**

PORTARIA N.º 1043, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELA MARIA RIBEIRO DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 824.957.429-04, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1044/2015**

PORTARIA N.º 1044, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARCIA APARECIDA MOREIRA DE MELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 543.447.789-87, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1045/2015**

PORTARIA N.º 1045, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARISSE MOREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 047.866.129-01, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1046/2015**

PORTARIA N.º 1046, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEONILDA ANTUNES PEREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 259.402.019-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1047/2015**

PORTARIA N.º 1047, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELIDIOMARA DE MORAIS DE MELO PRATES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 037.242.849-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1048/2015**

PORTARIA N.º 1048, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com

o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA PALHANO DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 072.584.989-40, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1049/2015**

PORTARIA N.º 1049, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE DUARTE MANFIOLETTI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.315.349-38, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1050/2015**

PORTARIA N.º 1050, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CINTIA APARECIDA OLIVIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 781.785.339-87, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1051/2015**

PORTARIA N.º 1051, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 031.002.959-78, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1052/2015**

PORTARIA N.º 1052, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SOLANGE LAZZARETTI VACARIO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 006.965.359-39, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1053/2015**

PORTARIA N.º 1053, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JÉSSICA FERRAZ DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.664.179-61, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1054/2015**

PORTARIA N.º 1054, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.909.599-54, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1055/2015**

PORTARIA N.º 1055, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANACI APARECIDA RIBEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 802.521.419-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1056/2015**

PORTARIA N.º 1056, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLI SCHÄBERLE BILIK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 732.780.419-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1057/2015**

PORTARIA N.º 1057, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com

o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DENISE CARDOZO FREDERICK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.322.469-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1058/2015**

PORTARIA N.º 1058, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LENIR APARECIDA BLASIUS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.497.069-52, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1059/2015**

PORTARIA N.º 1059, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ENAILE PALHANO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.605.819-05, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1060/2015**

PORTARIA N.º 1060, DE 29 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSEMILDA APARECIDA STANIASKI MACIEL DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 918.662.439-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1061/2015**

PORTARIA N.º 1061, DE 29 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JESSICA RODRIGUES BELLO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.243.649-45, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1062/2015**

PORTARIA N.º 1062, DE 29 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA DE FÁTIMA BORGES DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 898.664.019-87, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1063/2015**

PORTARIA N.º 1063, DE 29 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SIMONE RIBEIRO DE SOUZA VALDAMERI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 004.720.519-97, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1064/2015**

PORTARIA N.º 1064, DE 29 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com



o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LILIAN OLIVEIRA DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.327.429-85, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1065/2015**

PORTARIA N.º 1065, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARTA RIBEIRO STAGE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 008.300.239-17, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1066/2015**

PORTARIA N.º 1066, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de ELI CORDEIRO DE MELO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 825.061.759-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1067/2015**

PORTARIA N.º 1067, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIZA APARECIDA DE SOUZA CARVALHO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 824.952.039-49, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1068/2015**

PORTARIA N.º 1068, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUCIANA DOMINGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.167.669-99, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de julho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1069/2015**

PORTARIA N.º 1069, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUANA PADILHA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.659.269-98, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1070/2015**

PORTARIA N.º 1070, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de FÁTIMA PAULINO IESBIK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 824.512.573-34, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1071/2015**

PORTARIA N.º 1071, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com

o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CÁTIA ALVES VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 052.316.149-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1072/2015**

PORTARIA N.º 1072, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA SUELEN TIBOLA DO AMARAL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 102.597.859-54, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1073/2015**

PORTARIA N.º 1073, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANI TIBOLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 043.891.799-50, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1074/2015**

PORTARIA N.º 1074, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 767.926.339-68, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1075/2015**

PORTARIA N.º 1075, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de HELENA CORRÊA MASSAROLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 014.411.579-48, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1076/2015**

PORTARIA N.º 1076, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLENE DOMINGUES DA SILVA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 866.020.399-20, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1077/2015**

PORTARIA N.º 1077, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de EDENILCE DALAGNOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.346.339-92, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **PORTARIA Nº 1078/2015**

PORTARIA N.º 1078, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com

o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de LUZIANE DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.237.389-43, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1079/2015**

PORTARIA N.º 1079, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de SILVIA APARECIDA MARQUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 023.537.759-77, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1080/2015**

PORTARIA N.º 1080, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARIA HELENA DOS SANTOS, brasileira, união estável, inscrita no CPF sob o n.º 023.010.559-90, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1081/2015**

PORTARIA N.º 1081, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de CARINA CRISTINA ALEXANDRE DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 017.252.529-29, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de maio de 2015 até 01 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1082/2015**

PORTARIA Nº 1082, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0001, de 08 de janeiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com o ofício nº 023/2015 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LEANDRO CAMPO-LIM DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 062.725.229-08, na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal



ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1083/2015**

PORTARIA Nº 1083, DE 29 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0660/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário SIMONE DE OLIVEIRA RIBEIRO DA ROSA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 017.540.709-65, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de maio de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1084/2015**

PORTARIA Nº 1084, DE 29 DE ABRIL DE 2015.  
Designa Servidor Público Municipal como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n. 2073/2010 e com a Instrução Normativa n. TC 14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, especialmente o contido no artigo 4º; e em conformidade com a comunicação interna nº 089/2015, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar, IDENIR SAVIAN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 296.626.489-68, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, como responsável pela realização de despesas no regime de adiantamento da Secretaria de Infraestrutura Urbana de Fraiburgo, a partir de 30 de abril de 2015 até 31 de maio de 2015 .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

## Frei Rogério

**PREFEITURA****RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 13/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

REGISTRO DE PREÇOS 03/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC, torna público aos interessados que fará realizar através do pregoeiro oficial, no dia 15 de maio de 2015 às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob a égide das Leis 10520 e n.º 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, sendo o objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus dos veículos e máquinas da frota do município de Frei Rogério.

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: [www.frei-rogerio.sc.gov.br](http://www.frei-rogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-MAIL [compras@frei-rogerio.sc.gov.br](mailto:compras@frei-rogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 29 de abril de 2015

OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal



# Galvão

## PREFEITURA

### EXTRATOS CONTRATOS 001 A 021/2015

Contrato Nº: 01/2015

Contratante: Município de Galvão

Contratada: IDS - DESENV SOFTWARE CONSULTORIA LTDA

Vigência: Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Recursos: Dotação

Objeto: prestação pela CONTRATADA A CONTRATANTE, de serviços exclusivos de assistência técnica de manutenção aos programas de computador denominado WINRURAL, para efeito deste contrato, simplesmente denominado PROGRAMA.

Contrato Nº:02/2015

Contratante: Município de Galvão

Contratada: POLIMEDICI ASSESSORIA E CONS. MEDICINA DO TRABALHO.

Valor: 401,50 (quatrocentos e um reais e cinquenta centavos)

Vigência: Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Recursos: Dotação

Objeto: Prestação de serviço de orientação ao município de Galvão com a orientação e fornecimento (de forma impressa e digital) dos seguintes documentos: PPRA (PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS),PCMSO(PROGRAMA DE CONTROLE MEDICODÉ SAUDE OCUPACIONAL),LTCAT(LAUDO TÉCNICODAS CONDIÇÕES DO AMBIENTE DE TRABALHO) com qualificação dos agentes insalubres; e PPP (PERFIL PROFISSIONOGRAFICO PREVIDENCIARIO).

Contrato Nº: 03/2015

Contratante: Município de Galvão

Contratada: CPNET COMERCIOE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Valor: 370,00(trezentos e setenta reais).

Vigência: Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Recursos: Dotação

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de conexão com a internet, fibra optica, para as repartições publicas do município.

Contrato Nº: 04/2015

Contratante: Município de Galvão

Contratada: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL

Valor: 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais)

Vigência: Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Recursos: Dotação

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município De Galvão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

Contrato Nº: 05/2015

Contratante: Município de Galvão

Contratada: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PUBLICA MUNICIPAL

Valor: 235,00 (duzentos e trinta e cinco reais)

Vigência: Início: 05/01/2015 Término: 31/12/2015

Recursos: Dotação

Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Publica Tributaria aprovado pelo CIGA, envolvendo o seguinte acesso:

I - REGIN: gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no

território do MUNICIPIO, mediante o Registro Mercantil Integrado ( REGIN), referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Município.

Contrato Nº: 06/2015

Contratante: Município de Galvão

Contratada: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor: 16.210,39 ( dezesseis mil duzentos e dez reais trinta e nove centavos)

Vigência: Início: 02/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N 1/2015

Recursos: Dotação

Objeto: REFORMA E READEQUAÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme memorial descritivo e orçamento presente no edital.

Contrato Nº: 07/2015

Contratante: Município de Galvão

Contratada: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Valor: 332,00 ( TERZENTOS E TRINTA E DOIS REAIS)

Vigência: Início: 18/02/2015 Término: 31/12/2015

Recursos: Dotação

Objeto: O presente contrato tem por objeto: A locação do software denominado Sistema de controle Interno; Adequação e compatibilização das verificações a estrutura administrativa do Município; Prestação de serviços técnicos especializados no treinamento operacional do sistema locado; Atualização permanente do software e respectivas verificações.

Contrato n 08/2015

Contratante: MUNICIPIO DE GALVÃO

Contratada: COOPERATIVA DE PROD. AGOIND. FAMILIAR DE GALVÃO

Valor: 13.000,00 (TREZE MIL REAIS)

Vigência: Início: 12/02/2015 Término: 31/12/2015

Licitação: Outras Modalidades N 2/2015

Recursos: Dotação

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE,CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS GÊNEROS ALIMENTICIOS CONSTANTES DO ANEXO I.

Contrato Nº: 09/2015

Contratante: Município de Galvão

Contratada: SUL REAL COM. DE PNEUS LTDA.

Valor: 75.488,00 ( setenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e oito reais)

Vigência: Início: 06/03/2015 termino: 31/12/2105

Licitação: Convite para Compras e Serviços N 1/2015

Recursos: Dotação

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS COMPLETAS DE PNEUS DIVERSOS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE GALVÃO.

Contrato Nº: 010/2015

Contratante: Município de Galvão

Contratada: DRIMAVA COMERCIO DE PNEUS LTDA.

Valor: 78.100,00 ( setenta e oito mil e cem reais)

Vigência: Início: 16/03/2015 termino: 31/12/2105

Licitação: Convite para Compras e Serviços N 2/2015

Recursos: Dotação

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DIVERSOS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE GALVÃO, CONFORME SEGUE ANEXO I.

Contrato Nº: III TERMO ADITIVO ECT  
 Contratante: Município De Galvão  
 Contratada: ECT - EMPRESA PUBLICA  
 Vigência: Início: 22/02/2015 Término: 21/02/2016  
 Objeto: Caberá a contratante por sua conta, a publicação resumida do presente TERMO ADITIVO na imprensa oficial no prazo legal.

Contrato Nº: 011/2015  
 Contratante: Município de Galvão  
 Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri  
 Valor: 23.000,00 ( vinte e três mil reais)  
 Vigência: Início: 01/01/2015 término: 31/12/2105  
 Recursos: Dotação  
 Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSÃO RURAL, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri para o Município de Galvão contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

Contrato Nº: 012/2015  
 Contratante: Município de Galvão  
 Contratada: WEBER SEGURANÇA LTDA ME  
 Valor: 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais)  
 Vigência: Início: 19/03/2015 término: 30/05/2105  
 Recursos: Dotação  
 Objeto: Contratação de equipe de seguranças para os eventos em comemoração as festividades do 52º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Galvão, a ser realizado nos dias 06 e 07 de abril de 2015 no município.

Contrato Nº: 013/2015  
 Contratante: Município de Galvão  
 Contratada: JULIANE BASEGGIO  
 Valor: 15.760,00 (quinze mil setecentos e sessenta reais)  
 Vigência: Início: 18/03/2015 término: 23/12/2105  
 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N.: 009/2015  
 Recursos: Dotação  
 Objeto: prestação de serviço de aula de canto para o coral adulto para a população geral do Município de Galvão, fazendo um total de 2(duas) horas semanais para o Município de Galvão.

Contrato Nº: 014/2015  
 Contratante: Município de Galvão  
 Contratada: JORNAL DO POVO LTDA ME  
 Valor: 600,00 (seiscentos reais)  
 Vigência: Início: 26/03/2015 término: 31/12/2105  
 Recursos: Dotação  
 Objeto: A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE EVENTOS DO CALENDARIO MUNICIPAL E NOTICIAS DE INTERESSE DOS MUNICÍPIOS DE GALVÃO NO JORNAL DO POVO QUE TEM CIRCULAÇÃO EM NOSSO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2015.

Contrato Nº: 015/2015  
 Contratante: Município de Galvão  
 Contratada: MONARCAS PRODUÇÕES E REPRESENTAÇÕES ARTISTICAS.  
 Valor: 19.000,00 ( dezenove mil reais)  
 Vigência: Início: 16/03/2015 término: 30/05/2105  
 Recursos: Dotação  
 Objeto: Contratação de banda para a realização do 52º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE GALVÃO incluído o fornecimento e instalação dos equipamentos de sonorização e iluminação.

Contrato Nº: 016/2015  
 Contratante: Município de Galvão  
 Contratada: CLARICE REGINA ANTUNES REGINATTO ME  
 Valor: 15.000,00 ( quinze mil reais)

Vigência: Início: 16/03/2015 término: 30/05/2105  
 Licitação: Inexigibilidade N 1/2015  
 Recursos: Dotação  
 Objeto: Contratação de bandas para a realização de shows no dia 07 de abril, para as festividades do 52º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Galvão, incluído o fornecimento e instalação dos equipamentos de sonorização e iluminação. Sendo que a empresa CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO ME, CNPJ 20.457.555/0001-74 realizará shows no dia 07 de Abril de 2015, tendo como local a praça municipal.

Contrato Nº: 017/2015  
 Contratante: Município de Galvão  
 Contratada: GT MARQUES ME.  
 Valor: 6.000,00 ( seis mil reais)  
 Vigência: Início: 16/03/2015 término: 30/05/2105  
 Licitação: Inexigibilidade N 1/2015  
 Recursos: Dotação  
 Objeto: Contratação de banda para a realização do Festival Municipal Canto da Terra dia 20 de abril, para as festividades do 52º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Galvão, incluído o fornecimento e instalação dos equipamentos de sonorização e iluminação.

Contrato Nº: 018/2015  
 Contratante: Município de Galvão  
 Contratada: WEBER SEGURANÇA LTDA ME  
 Valor: 2.317,25 ( dois mil trezentos e dezessete reais vinte e cinco centavos)  
 Vigência: Início: 06/04/2015 término: 30/05/2105  
 Licitação: Pregão Presencial N 014/2015  
 Recursos: Dotação  
 Objeto: Contratação de equipe de seguranças para os eventos em comemoração as festividades do 52º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Galvão.

Contrato Nº: 019/2015  
 Contratante: Município de Galvão  
 Contratada: ADEMIR BERNARDO  
 Valor: 33.435,90 (trinta e três mil quatrocentos e trinta e cinco reais noventa centavos).  
 Vigência: Início: 14/04/2015 término: 31/12/2105  
 Licitação: Carta Convite N 04/2015  
 Recursos: Dotação  
 Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS, CAMARA DE AR, GRAXA Nº 02, OLEO LUBRIFICANTE E OUTROS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO.

Contrato Nº: 020/2015  
 Contratante: Município de Galvão  
 Contratada: ANA CLAUDIA TEIXEIRA  
 Valor: 45.340,00 (quarenta e cinco mil trezentos e quarenta reais).  
 Vigência: Início: 14/04/2015 término: 31/12/2105  
 Licitação: Carta Convite N 04/2015  
 Recursos: Dotação  
 Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS, CAMARA DE AR, GRAXA Nº 02, OLEO LUBRIFICANTE E OUTROS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO.

Contrato Nº: 021/2015  
 Contratante: Município de Galvão  
 Contratada: GARBIN MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME  
 Valor: 8.436,58 (oito mil quatrocentos e trinta e três reais cinquenta e oito centavos)  
 Vigência: Início: 15/04/2015 término: 31/12/2015  
 Licitação: Tomada De Preço N 02/2015  
 Recursos: Dotação  
 Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA SALA PARA SER UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO 029/2015**  
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 029/2015, Edital de Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preço 020/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 13 de maio de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE CADEIRAS EMPILHÁVEIS ANTIBACTERIANA PARA SER UTILIZADO NO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br)

Galvão - SC, 29 de abril de 2015.  
Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal

**Garuva****PREFEITURA****AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMG Nº 018/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Processo PMG Nº 018/2015

Objeto: Serviço de mão de obra e materiais para conserto da falha de funcionamento do motor da Motoniveladora Volvo G930, para atender as necessidades da Secretaria de Estratégias Rurais.

Contratada: Linck Máquinas S/A  
CNPJ: 92.747.492/0003-63  
Valor: R\$ 18.004,30 (dezoito mil e quatro reais e trinta centavos).

Garuva, 29 de abril de 2015.  
José Chaves  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório PMG nº 002/2015  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por lote

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza, conservação e recepção, conforme especificações constantes do Termo de Referência e demais condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, para atender as necessidades da Administração Municipal.

Credenciamento, Entrega, Abertura dos Envelopes e Fase de lances verbais, por força do artigo 48, § 3º da lei 8666/93, ocorrerá dia 14/05/2015 às 08:00h.

Empresas intimadas para a apresentação são: Orbenk - Administração e Serviços Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 79.283.065/0001-41; DEUSEG Limpeza e Conservação Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 80.275.290/0001-15; Magi Clean - PR Asseio e Conservação Empresarial Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 08.224.066/0001-77; Intersept Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 03.360.551/0001-54; e BARREIRAS - Prestadora de Serviços Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 85.431.161/0001-92, participantes do referido processo licitatório.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 29 de abril de 2015.  
IVANDRO SÉRGIO LOPES  
Pregoeiro do Município

**AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 020/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório PMG nº 020/2015  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço

Objeto: CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA COM VISTAS A REALIZAÇÃO, MEDIANTE CONTRATO ESPECÍFICO, DE LEILÃO PÚBLICO DE BENS INSERVÍVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 15/05/2015 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 28 de abril de 2015.  
JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO PMG Nº 005/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO FMA Nº 005/2015  
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 018/2015  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Garuva  
CONTRATADO: Linck Máquinas S/A  
OBJETO: Serviço de mão de obra e materiais para conserto da falha de funcionamento do motor da Motoniveladora Volvo G930, para atender as necessidades da Secretaria de Estratégias Rurais.  
VIGÊNCIA: 29/04/2015 a 08/06/2015  
VALOR: R\$ 18.004,30 (dezoito mil e quatro reais e trinta centavos).  
DATA DA ASSINATURA: 29/04/2015  
AMPARO LEGAL: Art. 25 Inc. I da Lei nº 8.666/93

JOSÉ CHAVES  
Prefeito Municipal

**Gaspar****PREFEITURA****DECRETO Nº 6.389, DE 24 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 6.389, DE 24 DE ABRIL DE 2015.  
SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Projeto: 1.177 Aquisição de Equipamento e Material Permanente	
Dotação: 102 4.4.90. 00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 103.330,01

Art. 2º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 361 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Programa: 0010 Gestão de Educação Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 116 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de abril de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito



**SAMAE - GASPAR****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 - SAMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, no Departamento de Compras, localizado na sede do SAMAE, o SAMAE de Gaspar, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 11/2015, na Ata de julgamento de preços, homologada em 29/04/2015, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação, de forma contínua, dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos (leves e pesados), conforme as quantidades e características descritas na folha modelo "Proposta de Preços - ANEXO VI" e "Projeto Básico - ANEXO I" do Edital Pregão Presencial nº 11/2015.

1.2 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva constarão de:

- a) execução de reparos, conservação e recuperação de automóveis;
- b) fornecimento, de peças e acessório a serem utilizados na execução de serviços de reparos, conservação e recuperação referidos na alínea anterior, observando as disposições constantes neste Edital e no Anexo I - Projeto Básico.

1.3 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

**LOTE 01**

Item nº. 01 - Serviços de Oficina Mecânica de Veículos Manutenção preventiva e corretiva para veículos (AUTOMÓVEIS e UTILITÁRIOS de todas as marcas e modelos) pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Unidade de Medida: hs Quantidade licitada: 1.200

Foi vencedor do item a empresa VANIO MAFRA - ME, com o valor de R\$ 43,00 (quarenta e três reais).

Item nº. 02 - Fornecimento de peças e acessórios para veículos pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Foi vencedor do item a empresa VANIO MAFRA - ME, com o percentual de desconto de 6,5% (seis e meio por cento).

**LOTE 02**

Item nº. 03 - Serviços de Oficina Mecânica de Motocicleta Manutenção preventiva e corretiva para veículos (MOTOCICLETAS de todas as marcas e modelos) pertencentes, ou em utilização, pelo Município de Gaspar.

Unidade de Medida: hs Quantidade licitada: 200

Foi vencedor do item a empresa MODA MOTOS LTDA., com o valor de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais).

Item nº. 04 - Fornecimento de peças e acessórios para MOTOCICLETAS (de todas as marcas e modelos) pertencentes, ou em utilização, pelo Município de Gaspar.

Foi vencedor do item a empresa MODA MOTOS LTDA., com o percentual de desconto de 6,00% (seis por cento).

**LOTE 03**

Item nº. 05 - Serviços de Oficina Mecânica de Máquinas e

Manutenção preventiva e corretiva para MÁQUINAS (de todas as marcas) pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Unidade de Medida: hs Quantidade licitada: 550

Foi vencedor do item a empresa M.D.M. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., com o valor de R\$ 75,00 (Setenta e cinco reais).

Item nº. 06 - Fornecimento de peças e acessórios para MÁQUINAS (de todas as marcas) pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Foi vencedor do item a empresa M.D.M. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., com o percentual de desconto de 6,00% (seis por cento).

**LOTE 04**

Item nº. 07 - Serviços de Oficina Mecânica de Camionetes e Caminhões Manutenção preventiva e corretiva para CAMIONETES E CAMINHÕES (de todas as marcas) pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Unidade de Medida: hs Quantidade licitada: 900

Foi vencedor do item a empresa M.D.M. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., com o valor de R\$ 73,00 (Setenta e três reais).

Item nº. 08 - Fornecimento de peças e acessórios para CAMIONETES E CAMINHÕES (de todas as marcas) pertencentes, ou em utilização, pelo SAMAE de Gaspar.

Foi vencedor do item a empresa M.D.M. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., com o percentual de desconto de 6,00% (seis por cento).

**LOTE 05**

Item nº. 09 - Serviços de Solda e Usinagem em Veículos

Unidade de Medida: hs Quantidade licitada: 70

Foi vencedor do item a empresa VANIO MAFRA - ME, com o valor de R\$ 54,00 (Cinquenta e quatro reais).

1.4 Este instrumento não o SAMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.5 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.5.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.5.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.6 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SAMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.5.1.

**2. DOCUMENTOS INTEGRANTES**

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 11/2015 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Licitante(s).

**3. VIGÊNCIA**

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente.



#### 4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da Administração, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 A CONTRATADA retirará o veículo a ser consertado em até 24 (vinte e quatro) horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.1 Em caso de emergência a CONTRATADA retirará o veículo em até duas horas no local indicado pelo Responsável.

4.2.2 Na hipótese de retirada do veículo pela CONTRATADA os empregados da empresa deverão apresentar-se identificados com credenciais da empresa, sem as quais não serão autorizados a remover o veículo.

4.2.3 A detentora do Registro de Preços deverá garantir a remoção/traslado, através de "Guincho", dos veículos até a sede da oficina, quando:

a) os mesmos não estiverem em condições de rodagem;

b) mesmo sendo possível a rodagem, seja recomendada a remoção por "guincho", por questões de segurança e/ou para evitar maiores danos.

c) quando o veículo estiver na garantia por serviços prestados.

4.2.4 A empresa é responsável pela remoção dos veículos, sendo que o SAMAE pagará pela remoção/traslado conforme os valores definidos no Decreto 5389/2013.

4.2.5 Caso o veículo esteja na garantia por serviço prestado pela detentora do registro de preços, a mesma deverá arcar com todas as despesas de remoção/traslado e concerto do veículo.

4.3 A cada serviço, a CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA um orçamento que deverá ser por esta preparado, conforme previsto no item 4 do Anexo I - Projeto Básico;

4.3.1 A CONTRATADA deverá fazer incidir o percentual de desconto ofertado na licitação sobre todas as peças e acessórios fornecidos quando da manutenção dos veículos, nos termos do Anexo I Projeto Básico.

4.4 Após a aprovação do orçamento prévio a CONTRATADA deverá executar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias para os casos de retífica de motor e 5 (cinco) dias para os demais serviços;

4.5 A CONTRATADA poderá requerer prorrogação dos prazos fixados antes de findos, mediante justificativa formal conforme disposto no Anexo I - Projeto Básico.

4.6. No ato da entrega dos serviços a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.7 O recebimento do serviço, objeto desta licitação, ocorrerá:

a) Provisoriamente: A recepção provisória dos veículos será feita por responsável, designado pela Administração, sendo que deverá realizar um teste de direção e funcionamento do veículo, de modo a verificar o seu correto funcionamento, relativo aos serviços executados. Após tal teste, será emitido Termo de Recebimento Provisório assinado pelas partes, em até 02 (dois) dias da entrega dos veículos;

b) Definitivamente: A recepção definitiva dos veículos será feita por comissão ou servidor designado pela Administração, que será incumbido da fiscalização direta do contrato, após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, no máximo 02 (dois) dias contados a partir do recebimento provisório e mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

4.8 Após o aceite definitivo, o fiscal do contrato deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

4.9 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do prestador por vícios de qualidade dos serviços executados, das peças ou acessórios substituídos ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste Termo e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pelo SAMAE, sendo facultado a administração submeter as peças e serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e

classificação dos mesmos.

4.10 O SAMAE rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com este Edital e seus Anexos.

4.11 Os serviços prestados terão prazo mínimo de garantia de:

a) 3 (três) mil quilômetros para serviços prestados;

b) 3 (três) meses para peças e acessórios comprados no balcão; e

c) 3 (três) mil quilômetros para peças e acessórios instalados na oficina.

4.12 A garantia das peças e serviços deverá ser cumprida, mesmo após o termino ou rescisão do contrato, até o termo final, conforme definidos nas letras: "a", "b" e "c";

#### 5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do SAMAE, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

5.2 O recebimento do serviço, objeto desta licitação, ocorrerá:

a) Provisoriamente: A recepção provisória dos veículos será feita por responsável, designado pela Administração, sendo que deverá realizar um teste de direção e funcionamento do veículo, de modo a verificar o seu correto funcionamento, relativo aos serviços executados. Após tal teste, será emitido Termo de Recebimento Provisório assinado pelas partes, em até 02 (dois) dias da entrega dos veículos;

b) Definitivamente: A recepção definitiva dos veículos será feita por comissão ou servidor designado pela Administração, que será incumbido da fiscalização direta do contrato, após o decurso do prazo de observação ou vistoria da qualidade dos serviços disponibilizados que comprove a adequação do serviço aos termos contratuais, no máximo 02 (dois) dias contados a partir do recebimento provisório e mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

5.3 Após o aceite definitivo, o fiscal do contrato deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para posterior pagamento.

5.4 A emissão do aceite não exclui a responsabilidade civil do prestador por vícios de qualidade dos serviços executados, das peças ou acessórios substituídos ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste Edital e/ou por ela atribuídas e posteriormente comprovadas pela Administração, sendo facultado a administração submeter as peças e serviços executados à perícia, com objetivo de eliminar qualquer dúvida existente na qualificação e classificação dos mesmos.

5.5 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com este Edital e seus Anexos.

5.6 A licitante deverá indicar o correspondente percentual de desconto incidente sobre o valor das peças.

5.7 O percentual de desconto oferecido na proposta da empresa vencedora deverá incidir sobre os preços das peças durante todo o período contratual.

5.8 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados nos veículos, o valor máximo estabelecido em cada lote, menos o desconto ofertado, multiplicado pela quantidade de horas trabalhadas constante da Tabela do Fabricante de Tempo Padrão de Reparos (homem/hora), para os serviços de mão de obra e o valor das peças aplicadas, com o desconto ofertado pela licitante, vinculados à Tabela Oficial de Preços de Peças e Acessórios Novos e Genuínos, emitida pelo fabricante dos veículos.

5.9 A contratada deverá aplicar preferencialmente peças genuínas nos veículos. Em caso de aplicação de peças não genuínas, os descontos para peças originais (DPO) e outras peças (DOP), serão originários do desconto ofertado para peças genuínas, através da seguinte regra:

TIPO DE PEÇA APLICADA	SIGLA PARA O DESCONTO	FATOR
Peças Genuínas	DPG*	DPG x 1,00
Peças Originais	DPO**	DPG x 1,50
Outras Peças	DOP***	DPG x 2,25

\*DPG = Desconto para peças genuínas; \*\*DPO = Desconto para peças originais; \*\*\*DOP = Desconto para outras peças.

5.10 Para efeitos desta licitação, considera-se:

a) PEÇA GENUÍNA	Aquela peça nova e de primeiro uso, distribuída pela montadora do veículo, com garantia desta;
b) PEÇA ORIGINAL	Aquela peça nova e de primeiro uso, da mesma marca utilizada pela montadora, porém distribuída pelo próprio fabricante e garantida por este;
c) OUTRAS PEÇAS	Aquelas que não se enquadrem como genuínas ou originais;

5.11 As peças substituídas, mesmo que inaproveitáveis, deverão ser devolvidas juntamente com a embalagem da peça aplicada.

5.12 O pagamento será efetuado mediante a apresentação de Notas Fiscais/Faturas, emitidas em moeda corrente nacional, correspondentes aos serviços efetivamente executados e aceitos, após atestado pela Contratante;

5.13 Se houver aplicação de multas, estas serão descontadas de qualquer fatura ou crédito existente em favor da Contratada e, caso seja a mesma de valor superior ao crédito existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente.

5.14 O pagamento será efetuado pelo SAMAE de Gaspar, por meio de ordem bancária, e creditado na agência bancária indicada na proposta da Contratada, o qual ocorrerá até o quinto dia útil, após aceitação e atesto da Nota Fiscal/Fatura.

5.15 O pagamento somente poderá ser efetuado após a comprovação da regularidade do fornecedor Fiscal do fornecedor.

5.16 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.17 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.8 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento do SAMAE, existentes na(s) seguinte(s) dotação(ões):

16/2015 - 1326.17.512.0025.2216 - Manutenção de Frota de Veículos e Equipamentos

## 6 RESPONSABILIDADES

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações da empresa enseja a aplicação das penalidades previstas na Ata de Registro de Preços ou Contrato, inclusive multa no valor de até 20% do Contrato firmado entre as partes.

6.2 A licitante será responsável por eventuais danos havidos em decorrência dos serviços prestados, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a indenizar a terceiros e/ou a Administração pelo prejuízo causado.

6.4 No caso de acréscimo contratual em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

6.5 Os valores unitários da mão de obra previstos em contrato por escrito firmado pelas partes poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pelo Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP-DI, ou por outro que venha a substituí-lo.

## 7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras além das previstas no Anexo I - Projeto Básico do Edital:

a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

b) Corrigir, reparar, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

c) permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada

pelo CONTRATANTE, na execução do contrato; para fins de acompanhamento da qualidade da execução dos serviços e verificação da qualidade das peças utilizadas no(s) veículo(s);

d) fornecer equipamentos de proteção individual (EPI's) aos empregados;

e) observar as normas de saúde, segurança e medicina do trabalho.

7.2 O não cumprimento dos prazos estipulados no Edital e seus Anexos, poderá resultar na suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

7.3 Será facultado ao SAMAE, através de Comissão Própria ou Mista, a realização de vistoria/auditoria nas dependências das fornecedoras, para avaliar se as condições das instalações físicas, pessoal, aparelhamento e ferramentaria atendem à todas as exigências definidas no Projeto Básico, Anexo I do Edital.

7.4 A inobservância das exigências presentes nesse Contrato acarretará na aplicação de penalidade, bem como a rescisão contratual.

## 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SAMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e o SAMAE não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo SAMAE.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, do SAMAE fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

## 9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

9.1.1 Convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços;

a) Deixar de entregar documentação exigida no edital;

b) Apresentar documentação falsa;

c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) Não mantiver a proposta;

e) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

f) Comportar-se de modo inidôneo;

g) Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

9.2 Nos casos acima poderá ser aplicada, cumulativamente, multa de até 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação.

9.3 As sanções a seguir têm caráter subsidiário em relação àquelas previstas nos itens anteriores, ou seja, somente serão aplicadas se não for possível enquadrar a conduta do licitante/adjudicatário em uma das hipóteses apresentadas nos itens precedentes.

9.4 No caso de atraso injustificado na execução do contrato, o contratado ficará sujeito a:

a) Advertência;

b) Multa moratória diária de até 0,5% (zero virgula cinco por cento) sobre o valor contrato até o 10º (décimo) dia de atraso;

c) Multa moratória diária de até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, a partir do 11º (décimo-primeiro) dia até a data de rescisão do contrato, se for o caso.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o SAMAE, por prazo não superior a 2 (dois)

anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.5 No caso de inexecução total ou parcial do objeto da ATA, o contratado ficará sujeito a:

a) Advertência;

b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do inadimplemento;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com SAMAE de Gaspar, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.5.1 A multa poderá ser aplicada isoladamente ou em conjunto com as demais sanções previstas neste item.

9.5.2 As multas previstas neste Projeto Básico não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste Projeto Básico, no edital e no contrato.

9.5.3 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

9.5.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao SAMAE, observado o princípio da proporcionalidade.

9.5.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do SAMAE, ou quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do SAMAE e cobrados judicialmente.

9.6 Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE.

9.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro do Fornecedor.

9.8 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A Fornecedora, sem prejuízos das responsabilidades contratuais e legais poderá sub-contratar serviços descritos no Anexo I - Projeto Básico.

10.2 Os serviços subcontratados correrão por conta e inteira responsabilidade da Fornecedora sem gerar qualquer ônus a Administração.

10.3 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Gaspar (SC), em 29 de abril de 2014

COMISSÃO:

ANA PAULA BECKER LUCHTENBERG - Pregoeira

MARLENE CAMPOS DA SILVA - Equipe de Apoio

MARCELO HEINZEN - Equipe de Apoio

EMPRESAS:

MODA MOTOS LTDA. (09.365.252/0001-99)

VÂNIO MAFRA ME (80.088.925/0001-75)

M.D.M. COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (85.104.289/0001-41)

**Governador Celso Ramos****SAMAE - Gov. CELSO RAMOS****CANCELAMENTO EDITAL Nº 006/2015****AVISO DE CANCELAMENTO DE EDITAL**

O Samae de Governador Celso Ramos, estado de Santa Catarina, através de sua comissão de Licitação, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO da licitação divulgada através do edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015, tendo por objeto a Contratação de uma empresa especializada em vigilância patrimonial, com motocicleta, para atender as estações de tratamento de ÁGUA (ETAS), e estação de tratamento de esgoto (ETE), das comunidades de Palmas e Fazenda da Armação, devido à alteração no conteúdo do Edital, exigência da portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, da Polícia Federal, que dispõe em seu art. 4º, assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e do site WWW.samaegcr.com.br

ALCIDES PEREIRA  
DIRETOR GERAL DO SAMAE GOV. CELSO RAMOS

**Grão Pará****PREFEITURA****AUDIÊNCIA PÚBLICA 02/2015 - RESÍDUOS SÓLIDOS**

EDITAL nº 02/2015.

Grão Pará, 29 de abril de 2015.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Amilton Ascari, Prefeito Municipal de Grão Pará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA todos os cidadãos residentes e as associações representativas deste município a participarem da SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA do Plano DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, que será realizada no local e horário abaixo indicado.

OBJETIVO: Tornar público os estudos relativos ao planejamento das ações do PMGIRS - arranjo regional; as diretrizes, estratégias, programas, ações e metas para o manejo diferenciado dos resíduos sólidos; agenda de implementação do Plano e monitoramento em conformidade com a Lei Federal nº 10.305/2010.

**LOCAL, DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

local: Centro de Convivência dos Idosos

Data: 14 de maio de 2015 (quinta-feira).

Horário: 18:30 horas em primeira convocação e às 19:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

Amilton Ascari  
Prefeito Municipal  
Grão Pará/SC, 29 de abril de 2015

**JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA C. SILVA****JUSTIFICATIVA À QUEBRA****DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento do bom funcionamento dos serviços da municipalidade, haja vista o objeto da despesa ser necessário e eficaz para o prédio onde se situa a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Grão-Pará e, ainda, obter o Município desconto com pagamento que contempla o interesse público.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Casa Silva Móveis Informática e Eletrodomésticos  
Empenho: 1008/15 (Nota Fiscal nº 000.005.026)  
Valor: R\$ 1.938,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 29 de abril de 2015.  
AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA EXTERVAL****JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS**

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento do bom funcionamento dos serviços da municipalidade, haja vista o objeto da despesa ser necessário e eficaz para lançamento dos carnês de IPTU 2015 e, ainda, obter o Município desconto com pagamento que contempla o interesse público, conforme disposto na Autorização de Fornecimento nº 591/2015.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Exterval Indústria Gráfica Ltda ME  
Empenho: 1123/15 (Nota Fiscal nº 686)  
Valor: R\$ 532,20

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 29 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal



**DECRETO DF 025/2015 - ORÇAMENTO****PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000025/15 de 29 de Abril de 2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA****06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(074)3.3.90.00.00.00.00.2.014-0001 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(083)3.3.90.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(087)4.4.90.00.00.00.00.2.015-0001 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
(123)3.3.90.00.00.00.00.2.025-0000 - Aplicacoes Diretas	5.250,00

**15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS****15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

(169)3.3.90.00.00.00.00.2.010-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(175)3.3.90.00.00.00.00.2.031-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00

---

**Total Suplementação: 26.250,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA****06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

(073)3.3.90.00.00.00.00.2.014-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(082)3.3.90.00.00.00.00.2.015-0000 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
(124)4.4.90.00.00.00.00.2.025-0000 - Aplicacoes Diretas	5.250,00

**15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS****15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

(172)4.4.90.00.00.00.00.2.010-0000 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
---	----------

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO Nº 000025/15 de 29 de Abril de 2015**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS****15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

(173)3.1.90.00.00.00.00.2.031-0000 - Aplicacoes Diretas

5.000,00

**Total Anulação:****26.250,00**

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de Abril de 2015.****AMILTON ASCARI**

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 29 de Abril de 2015.

**DIONE HEINZEN**

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**Guaraciaba****PREFEITURA****MINUTA EDITAL DE PREGÃO 57.15 AQUISIÇÃO DE FLORES E INSUMOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº57/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 71/15, Edital de Pregão Presencial Nº 57/15, Objeto: Aquisição de Mudanças de Flores e insumos para plantio das mesmas; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 13/05/15; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 13/05/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 29 de abril 2015.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

**Guaramirim****PREFEITURA****DECRETO Nº. 466/2015**

DECRETO Nº. 466/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 2.017.645,15.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 2.017.645,15 (dois milhões dezessete mil seiscientos e quarenta e cinco reais e quinze centavos) constante do orçamento Municipal, conforme Lei nº. 4208/2015, a saber:

**02.00 - Gabinete do Prefeito****02.001**

0004.0122.0002.2004 - Divulgação de Atos e Fatos Administrativos

3339000000000000

10000 ..... R\$ 39.980,00

**04.00 - Secretaria de Administração e Finanças****04.001**

0004.0123.0004.2009 - Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro

3339000000000000

10000 ..... R\$ 400.000,00

**04.00 - Secretaria de Administração e Finanças****04.001**

0004.0122.0004.1033 - Modernização da Administração

3339000000000000

18300 ..... R\$ 839.605,00

10000 ..... R\$ 248.844,90

**05.00 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano****05.001**

0004.0121.0004.2013 - Manutenção das Ações de Planejamento Urbano

3339000000000000

10000 ..... R\$ 50.000,00

**06.00 - Secretaria de Educação****06.001**

0012.0361.0005.2016 - Manutenção das Atribuições da Secretaria de Educação

3339100000000000

10100 ..... R\$ 4.000,00

0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fundamental

3339100000000000

11900 ..... R\$ 6.000,00

10100 ..... R\$ 25.000,00

0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fundamental

3449000000000000

11900 ..... R\$ 80.000,00

0012.0365.0005.2020 - Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)

3339000000000000

13600 ..... R\$ 100.000,00

06.00 - Secretaria de Educação  
06.002  
0012.0365.0005.2022 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa  
3339100000000000  
10100 ..... R\$ 5.000,00  
0012.0365.0005.2023 - Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan  
3339100000000000  
10100 ..... R\$ 7.000,00  
  
0012.0365.0005.2023 - Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan  
3449000000000000  
11900 ..... R\$ 50.215,25  
  
08.00 - Secretaria de Infraestrutura  
08.001  
0026.0782.0011.1025 - Aquisicao de Veiculos, Maquinas e Equipamentos Rod  
3449000000000000  
10000 ..... R\$ 60.000,00  
  
08.00 - Secretaria de Infraestrutura  
08.001  
0026.0782.0011.2091 - Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corrego  
3339100000000000  
10000 ..... R\$ 8.000,00  
  
09.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
09.001  
0023.0333.0012.2051 - Manut. de Acoes de Apoio à Qualificacao Profission  
3339000000000000  
10000 ..... R\$ 87.000,00  
  
18.00 - Secretaria de Esporte e Lazer  
18.001  
0027.0812.0015.2099 - Manutencao de Estadios, Campos e Ginásios Esportiv  
3339100000000000  
10000 ..... R\$ 7.000,00  
  
Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:  
  
02.00 - Gabinete do Prefeito  
02.001  
0004.0122.0002.2006 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-pref  
3449000000000000  
10000 ..... R\$ 1.990,00  
3339000000000000  
10000 ..... R\$ 4.990,00  
3319000000000000  
10000 ..... R\$ 33.000,00  
  
04.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
04.001  
0004.0122.0002.1010 - Construção e Ampliação de Unidades Administrativas  
3449000000000000  
10000 ..... R\$ 4.990,00  
3339000000000000  
10000 ..... R\$ 4.990,00  
  
04.00 - Secretaria de Administração e Finanças

0004.0122.0004.1033 - Modernização da Administração  
3449000000000000  
18300 ..... R\$ 839.605,00  
10000 ..... R\$ 148.844,90  
  
05.00 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano  
05.001  
0004.0121.0004.2013 - Manutenção das Ações de Planejamento Urbano  
3319000000000000  
10000 ..... R\$ 50.000,00  
  
06.00 - Secretaria de Educação  
06.001  
0012.0361.0005.2016 - Manutenção das Atribuições da Secretaria de Educaç  
3339000000000000  
10100 ..... R\$ 4.000,00  
0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund  
3339000000000000  
11900 ..... R\$ 6.000,00  
10100 ..... R\$ 25.000,00  
13600 ..... R\$ 100.000,00  
3319000000000000  
11800 ..... R\$ 130.215,25  
  
06.00 - Secretaria de Educação  
06.002  
0012.0365.0005.2022 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa  
3319000000000000  
10100 ..... R\$ 5.000,00  
0012.0365.0005.2023 - Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan  
3319000000000000  
10100 ..... R\$ 7.000,00  
  
08.00 - Secretaria de Infraestrutura  
08.001  
0015.0451.0011.1013 - Pavimentacao e Urbanizacao de Vias Publicas  
3449000000000000  
10000 ..... R\$ 60.000,00  
08.00 - Secretaria de Infraestrutura  
08.001  
0026.0782.0011.2091 - Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corrego  
3339000000000000  
10000 ..... R\$ 8.000,00  
  
09.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
09.001  
0023.0695.0012.2057 - Apoio à Mercado Publico e a Pequenas Feiras  
3339000000000000  
10000 ..... R\$ 21.060,00  
3449000000000000  
10000 ..... R\$ 4.990,00  
0022.0661.0012.2055 - Manutencao de Condominios Industriais  
3339000000000000  
10000 ..... R\$ 25.990,00  
3319000000000000  
10000 ..... R\$ 4.990,00  
0015.0695.0011.1021 - Reforma do Prédio da Rodoferroviária  
3449000000000000  
10000 ..... R\$ 19.990,00  
0013.0392.0012.2059 - Manutencao do Centro de Eventos  
3339000000000000

10000 ..... R\$ 4.990,00  
 0011.0333.0011.1022 - Construção, Implem., Ampliação e Reforma de Qualif  
 3449000000000000  
 10000 ..... R\$ 4.990,00

18.00 - Secretaria de Esporte e Lazer  
 18.001  
 0027.0812.0015.2099 - Manutenção de Estádios, Campos e Ginásios Esportiv  
 3339000000000000  
 10000 ..... R\$ 7.000,00

26.001 - Encargos Gerais do Município  
 26.001 -  
 0028.0846.0000.0002 - Amortização da Dívida e  
 3469000000000000  
 10000 ..... R\$ 390.020,00

26 - Encargos Gerais do Município  
 26.001  
 0028.0846.0000.0002 - Amortização da Dívida e Encargos  
 3469000000000000  
 10000 ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de abril de 2015.  
 Lauro Fröhlich  
 Prefeito

Denilson Weiss  
 Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº. 467/2015

DECRETO Nº. 467/2015  
 Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.305.215,26.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.305.215,26 (um milhão trezentos e cinco mil duzentos e quinze reais e vinte e seis centavos), constante do orçamento Municipal, conforme Lei nº. 4209/2015, a saber:

04.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
 04.001  
 0004.0123.0004.2009 - Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro  
 3449000000000000  
 38900 ..... R\$ 3.510,00  
 0004.0122.0004.2010 - Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras a  
 3449000000000000  
 38900 ..... R\$ 9.610,00

05.00 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano  
 05.001  
 0004.0121.0004.2013 - Manutenção das Ações de Planejamento Urbano  
 3449000000000000  
 38900 ..... R\$ 9.490,00  
 05.002  
 0006.0181.0003.2103 - Manutenção das Ações da Polícia (parte Prefeitura)

3449000000000000  
 38900 ..... R\$ 4.210,00  
 06.00 - Secretaria de Educação  
 06.001  
 0012.0306.0005.2073 - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental  
 3339000000000000  
 33756 ..... R\$ 16.431,06  
 0012.0306.0005.2130 - Alimentação Escolar - Educação Especial  
 3339000000000000  
 33759 ..... R\$ 39,33  
 0012.0361.0005.1005 - Construção, Ampliação, Equip. e Reforma para Escol  
 3449000000000000  
 33200 ..... R\$ 36.523,30  
 33600 ..... R\$ 487.839,50  
 0012.0361.0005.2024 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental  
 3339000000000000  
 33752 ..... R\$ 19.605,28  
 0012.0361.0005.2018 - Reforma e Manutenção de Unidades Escolares do Ensi  
 3339000000000000  
 33600 ..... R\$ 100.000,00

06.00 - Secretaria de Educação  
 06.002  
 0012.0365.0005.2022 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa  
 3339000000000000  
 33710 ..... R\$ 9.651,34  
 0012.0365.0005.2023 - Manutenção e Desenv das Atividades do Ensino Infan  
 3339000000000000  
 33200 ..... R\$ 20.000,00  
 33200 ..... R\$ 8.750,46  
 0012.0365.0005.2020 - Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)  
 3339000000000000  
 33200 ..... R\$ 24.815,03  
 33600 ..... R\$ 100.000,00  
 0012.0306.0005.2074 - Alimentação Escolar - Ensino Infantil (pré-escolas)  
 3339000000000000  
 33757 ..... R\$ 3.801,52  
 0012.0365.0005.1008 - Construção, Ampliação, Equip. e Reforma de Ginásio  
 3449000000000000  
 33200 ..... R\$ 35.042,47  
 0012.0365.0005.1007 - Construção, Ampliação e Equipamentos para Centro D  
 3449000000000000  
 33600 ..... R\$ 200.000,00  
 33600 ..... R\$ 105.223,11  
 33200 ..... R\$ 86.370,82  
 0012.0306.0005.2075 - Alimentação Escolar- Ensino Infantil (creches)  
 3339000000000000  
 33720 ..... R\$ 4.629,80  
 33758 ..... R\$ 6.425,85

06.00 - Secretaria de Educação  
 06.003  
 0012.0362.0005.2026 - Transporte Escolar de Ensino-médio  
 3339000000000000  
 33200 ..... R\$ 2.346,39  
 11.00 - Controladoria-Geral do Município  
 11.001  
 0004.0124.0002.2005 - Manutenção das Atividades do Controle



Interno  
3449000000000000  
38900 ..... R\$ 6.010,00

18.00 - Secretaria de Esporte e Lazer  
18.001  
0027.0812.0015.2083 - Escolinhas de Esportes  
3449000000000000  
38900 ..... R\$ 4.890,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit financeiro apurados nos vínculos abaixo relacionados:

33600 ..... R\$ 213.848,47  
33200 ..... R\$ 993.062,61  
38900 ..... R\$ 37.720,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de abril de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº. 468/2015

DECRETO Nº. 468/2015  
Abre crédito especial no valor de R\$ 123.200,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 123.200,00 (cento e vinte e três mil e duzentos reais) constante do orçamento Municipal, conforme Lei nº. 4210, a saber:

04.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
04.001  
0004.0122.0004.2010 - Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras a  
3339100000000000  
10000 ..... R\$ 1.000,00  
0004.0122.0004.2012 - Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge  
3339100000000000  
10000 ..... R\$ 5.000,00

05.00 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano  
05.002  
0006.0181.0003.2101 - Manutenção das Ações da Polícia Civil  
3339100000000000  
11100 ..... R\$ 1.200,00

08.00 - Secretaria de Infraestrutura  
08.001  
0015.0451.0011.1037 - Construção/implementação de sede para Sec. de Infraestrutura  
3449000000000000  
10000 ..... R\$ 100.000,00  
0015.0452.0011.2089 - Manutenção e Conservação de Cemitérios  
3339100000000000  
10000 ..... R\$ 5.000,00  
0015.0452.0011.2094 - Manutenção de Pracas, Trevos e Demais Locais Ajard

3339100000000000  
10000 ..... R\$ 1.500,00

09.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
09.001  
0023.0333.0012.2051 - Manutenção de Ações de Apoio à Qualificação Profissional  
3339100000000000  
10000 ..... R\$ 1.500,00  
0023.0695.0012.2052 - Manutenção de Ações de Apoio à Iniciativas Produtivas  
3339100000000000  
10000 ..... R\$ 6.000,00

10.00 - Secretaria de Agricultura  
10.001  
0020.0606.0008.2064 - Manutenção das Ações de Assistência ao Produtor Rural  
3339100000000000  
10000 ..... R\$ 1.000,00

18.00 - Secretaria de Esporte e Lazer  
18.001  
0027.0812.0015.2081 - Apoio ao Esporte Amador  
3339100000000000  
10000 ..... R\$ 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

04.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
04.001  
0004.0122.0004.2010 - Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras a  
3339000000000000  
10000 ..... R\$ 1.000,00  
0004.0122.0004.2012 - Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge  
3339000000000000  
10000 ..... R\$ 5.000,00

05.00 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano  
05.002  
0006.0181.0003.2101 - Manutenção das Ações da Polícia Civil  
3339000000000000  
11100 ..... R\$ 1.200,00

08.00 - Secretaria de Infraestrutura  
08.001  
0015.0451.0011.1013 - Pavimentação e Urbanização de Vias Públicas  
3449000000000000  
10000 ..... R\$ 100.000,00  
0015.0452.0011.2089 - Manutenção e Conservação de Cemitérios  
3449000000000000  
10000 ..... R\$ 5.000,00  
0015.0452.0011.2094 - Manutenção de Pracas, Trevos e Demais Locais Ajard  
3339000000000000  
10000 ..... R\$ 1.500,00

09.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
09.001  
0023.0333.0012.2051 - Manutenção de Ações de Apoio à Qualificação Profissional  
3449000000000000  
10000 ..... R\$ 1.500,00  
0023.0695.0012.2052 - Manutenção de Ações de Apoio à Iniciativas Produtivas

3449000000000000  
10000 ..... R\$ 6.000,00

10.00 - Secretaria de Agricultura  
10.001  
0020.0606.0008.2064 - Manut. das Acoes de Assistencia ao Pro-  
dutor Rural  
3449000000000000  
10000 ..... R\$ 1.000,00

18.00 - Secretaria de Esporte e Lazer  
18.001  
0027.0812.0015.2081 - Apoio ao Esporte Amador  
3449000000000000  
10000 ..... R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de abril de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº. 4207/2015

LEI Nº. 4207/2015

Dispõe sobre a Instituição do Fundo Municipal para a Reconstituição de bens lesados - FMRBL e do Conselho Gestor do FMRBL.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Ficam instituídos no Município de Guaramirim o Fundo Municipal para a Reconstituição de bens lesados - FMRBL e o Conselho Gestor do FMRBL

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Reconstituição de bens Lesados - FMRBL atuará em conformidade com o disposto na Lei Federal nº. 7.347, de 24 de julho de 1985 e será gerido por um Conselho Gestor, constituído na forma estabelecida nesta Lei.

### CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS DO FUNDO

Art. 2º. O FMRBL tem por objetivo reparar e prevenir danos causados à coletividade, relativos ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos e paisagísticos, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo no âmbito do Município.

### CAPÍTULO III DAS RECEITAS

Art. 3º. Constituem receitas do FMRBL:

I - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais;

II - aqueles provenientes da aplicação do § 2º, do artigo 3º, da Lei Estadual nº. 15.694, de 21 de dezembro de 2011;

III - os valores estabelecidos em acordos judiciais decorrentes de Ação Civil Pública;

IV - as contribuições e doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

V - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;

VI - as multas administrativas, inclusive as previstas no § 1º do artigo 5º desta Lei;

VII - os valores decorrentes de sanções administrativas aplicadas pelo órgão municipal de defesa do consumidor, meio ambiente ou de outros interesses difusos e coletivos;

VIII - outras receitas que vierem a ser destinadas ao FMRBL.

Parágrafo único. É facultado ao respectivo Órgão Gestor, dispor do percentual de 50% sobre os valores decorrentes de medidas compensatórias estabelecidas em acordo extrajudicial ou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrados por quaisquer dos entes públicos legalmente legitimados e de multas pelo descumprimento de cláusulas estabelecidas naqueles instrumentos.

### CAPÍTULO IV DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 4º. Os recursos do FMRBL serão aplicados:

I - na restauração ou recuperação dos bens;

II - na promoção de eventos educativos e científicos, bem como a edição de material informativo de cunho pedagógico, cuja finalidade seja o fomento de cultura ou práticas protetivas dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei e buscar tratar nestes materiais a natureza da infração ou do dano causado;

III - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de inquérito civil ou procedimento investigatório preliminar, instaurados para a apuração de fato ofensivo a interesse difuso ou coletivo;

IV - na aquisição de equipamentos e material permanente para utilização de órgãos de fiscalização das áreas do meio ambiente, de proteção do consumidor, de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e da ordem urbanística;

V - na aquisição de veículo de pequeno porte para o exercício da fiscalização;

VI - em projetos relativos à reconstituição, reparação, preservação e prevenção dos bens, interesses ou valores mencionados no art. 2º desta Lei;

VII - para equipar salas de educação ambiental;

VIII - em investimentos necessários à modernização tecnológica, capacitação e aparelhamento finalístico aos órgãos municipais que possuem atribuição para proteger e preservar os bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. Poderão pleitear recursos do Fundo, para fins de execução de projeto voltados à tutela e preservação dos bens, interesses e valores mencionados no art. 2º desta Lei, os órgãos da Administração Direta ou Indireta do Município, assim como as organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há mais de 02 (dois) anos, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem

harmonizadas com as finalidades do Fundo.

Art. 5º. Os recursos do FMRBL serão depositados em contas especiais de instituições financeiras, à disposição do Conselho Gestor.

§ 1º O FMRBL acordará com as instituições financeiras, para que no prazo de 10 (dez) dias, comuniquem ao Conselho Gestor os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem, sob pena de multa contratual.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do FMRBL em operações ativas, de modo a preservá-la contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§ 3º O saldo credor do FMRBL, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte.

#### CAPÍTULO V DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS

Art. 6º. São atribuições do Conselho Gestor do FMRBL

I - zelar pela boa e regular aplicação dos recursos do FMRBL velando para a consecução dos fins no art. 2º desta Lei;

II - aprovar e firmar convênios e contratos, objetivando elaborar, acompanhar e executar projetos compatíveis ao disposto no inciso I desde artigo;

III - examinar e decidir acerca dos projetos de reconstituição de bens lesados, objetivando aplicar os recursos do FMRBL, inclusive os de caráter científico e de pesquisa;

IV - definir a aplicação de recursos do FMRBL;

V - elaborar seu Regimento Interno, que, dentre outras atribuições versará acerca da organização dos votos do Conselho Gestor;

VI - fazer editar, inclusive com a colaboração de órgãos da Administração Pública do Município e de entidades civis interessadas, a promoção de eventos educativos ou científicos cuja temática tenha pertinência com as finalidades do Fundo;

VII - prestar contas aos órgãos competentes, na forma legal;

VIII - aprovar o projeto de orçamento anual e o plurianual do fundo; e

IX - aprovar a liberação de recursos dos projetos submetidos para análise.

Art. 7º. O conselho Gestor do FMRBL será composto por:

I - 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal, designado pelo Chefe do Poder Executivo;

II - 01 (um) representante do Conselho da Cidade;

III - 01 (um) representante do órgão de proteção ao consumidor - PROCON;

IV - 01 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente;

V - 01 (um) representante da Polícia Militar Ambiental;

VI - 01 (um) representante do Comitê do Rio Itapocu;

VII - 01 (um) representante do Fundo Municipal de Saúde - FMS;

VIII - 01 (um) representante do Fundo Municipal de Assistência Social- FMAS;

IX - 01 (um) representante das organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há mais de 02 (dois) anos no Município, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades do Fundo.

§ 1º Para cada membro efetivo será indicado um suplente que assumirá, com direito a voto, na ausência ou impedimento do titular.

§ 2º É facultado ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, participar de todas as reuniões.

§ 3º O Conselho Gestor será presidido por representante indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 4º Os membros do Conselho Gestor do FMRBL, bem como o correspondente suplente, serão indicados pelos órgãos e entidades que irão representar, na forma de seus estatutos ou legislação interna e serão investidos na função, por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 5º No caso do inciso IX, caso exista mais de uma organização não governamental sem fins lucrativos no Município, o representante será aquele indicado pela maioria das organizações.

§ 6º O mandato da direção e dos membros do Conselho Gestor do FMRBL será de 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução total de seus membros e permitida 01 (uma) recondução por igual período.

§ 7º Será dispensado do Conselho Gestor do FMRBL o Conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, no período de 01 (um) ano.

§ 8º Os órgãos e entidades relacionadas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no § 4º deste artigo.

Art. 8º As reuniões ordinárias do Conselho Gestor do FMRBL serão públicas e mensais e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou da maioria simples do Conselho Gestor, sempre que algum fato exigir.

§ 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá convocar os Conselheiros para reuniões extraordinárias, em havendo descumprimento § 3º deste artigo.

§ 2º As sessões plenárias instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

§ 3º Ocorrendo falta de quorum mínimo para instalação do plenário, automaticamente será convocada nova reunião, que acontecerá após 48 (quarenta e oito) horas, com qualquer número de participantes.

§ 4º O Presidente do Conselho Gestor do FMRBL publicará mensalmente os demonstrativos da receita e da despesa gravadas nos recursos do Fundo.

§ 5º O Conselho Gestor do FMRBL poderá rever e criar novas contas, sempre respeitando os objetivos descritos no art. 2º desta Lei.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O exercício da função de membro do Conselho Gestor do FMRBL não será remunerado, sendo considerado de relevante interesse público municipal.

Art. 10. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer apoio administrativo, recursos humanos e materiais necessários para o funcionamento dos órgãos instituídos por esta Lei.

Art. 11. As atribuições e competências dos órgãos de que trata esta Lei serão fixadas por ato próprio.

Art. 12. Esta Lei entra vigor na data de sua publicação

Guaramirim/SC, 29 de abril de 2015.

Lauro Frohlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº. 4208/2015

LEI Nº. 4208/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 2.017.645,15.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 2.017.645,15 (dois milhões dezessete mil seiscentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos) constante do orçamento Municipal, a saber:

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.001

0004.0122.0002.2004 - Divulgação de Atos e Fatos Administrativos

3339000000000000

10000 ..... R\$ 39.980,00

04.00 - Secretaria de Administração e Finanças

04.001

0004.0123.0004.2009 - Manutenção das Atribuições de Controle Financeiro

3339000000000000

10000 ..... R\$ 400.000,00

04.00 - Secretaria de Administração e Finanças

04.001

0004.0122.0004.1033 - Modernização da Administração

3339000000000000

18300 ..... R\$ 839.605,00

10000 ..... R\$ 248.844,90

05.00 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

05.001

0004.0121.0004.2013 - Manutenção das Ações de Planejamento Urbano

3339000000000000

10000 ..... R\$ 50.000,00

06.00 - Secretaria de Educação

06.001

0012.0361.0005.2016 - Manutenção das Atribuições da Secretaria

de Educaç

3339100000000000

10100 ..... R\$ 4.000,00

0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund

3339100000000000

11900 ..... R\$ 6.000,00

10100 ..... R\$ 25.000,00

0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund

3449000000000000

11900 ..... R\$ 80.000,00

0012.0365.0005.2020 - Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)

3339000000000000

13600 ..... R\$ 100.000,00

06.00 - Secretaria de Educação

06.002

0012.0365.0005.2022 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa

3339100000000000

10100 ..... R\$ 5.000,00

0012.0365.0005.2023 - Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan

3339100000000000

10100 ..... R\$ 7.000,00

0012.0365.0005.2023 - Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan

3449000000000000

11900 ..... R\$ 50.215,25

08.00 - Secretaria de Infraestrutura

08.001

0026.0782.0011.1025 - Aquisicao de Veiculos, Maquinas e Equipamentos Rod

3449000000000000

10000 ..... R\$ 60.000,00

08.00 - Secretaria de Infraestrutura

08.001

0026.0782.0011.2091 - Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corrego

3339100000000000

10000 ..... R\$ 8.000,00

09.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

09.001

0023.0333.0012.2051 - Manut. de Acoes de Apoio à Qualificacao Profission

3339000000000000

10000 ..... R\$ 87.000,00

18.00 - Secretaria de Esporte e Lazer

18.001

0027.0812.0015.2099 - Manutencao de Estadios, Campos e Ginasios Esportiv

3339100000000000

10000 ..... R\$ 7.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

02.00 - Gabinete do Prefeito

02.001

0004.0122.0002.2006 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-pref

3449000000000000

10000 ..... R\$ 1.990,00

3339000000000000

10000 ..... R\$ 4.990,00

3319000000000000

10000 ..... R\$ 33.000,00

04.00 - Secretaria de Administração e Finanças

04.001

0004.0122.0002.1010 - Construção e Ampliação de Unidades Administrativas

3449000000000000

10000 ..... R\$ 4.990,00

3339000000000000

10000 ..... R\$ 4.990,00

04.00 - Secretaria de Administração e Finanças

0004.0122.0004.1033 - Modernização da Administração

3449000000000000

18300 ..... R\$ 839.605,00

10000 ..... R\$ 148.844,90

05.00 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

05.001

0004.0121.0004.2013 - Manutenção das Ações de Planejamento Urbano

3319000000000000

10000 ..... R\$ 50.000,00

06.00 - Secretaria de Educação

06.001

0012.0361.0005.2016 - Manutenção das Atribuições da Secretaria de Educaç

3339000000000000

10100 ..... R\$ 4.000,00

0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fund

3339000000000000

11900 ..... R\$ 6.000,00

10100 ..... R\$ 25.000,00

13600 ..... R\$ 100.000,00

3319000000000000

11800 ..... R\$ 130.215,25

06.00 - Secretaria de Educação

06.002

0012.0365.0005.2022 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa

3319000000000000

10100 ..... R\$ 5.000,00

0012.0365.0005.2023 - Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan

3319000000000000

10100 ..... R\$ 7.000,00

08.00 - Secretaria de Infraestrutura

08.001

0015.0451.0011.1013 - Pavimentacao e Urbanizacao de Vias Publicas

3449000000000000

10000 ..... R\$ 60.000,00

08.00 - Secretaria de Infraestrutura

08.001

0026.0782.0011.2091 - Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corrego

3339000000000000

10000 ..... R\$ 8.000,00

09.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

09.001

0023.0695.0012.2057 - Apoio à Mercado Publico e a Pequenas Feiras

3339000000000000

10000 ..... R\$ 21.060,00

3449000000000000

10000 ..... R\$ 4.990,00

0022.0661.0012.2055 - Manutencao de Condominios Industriais

3339000000000000

10000 ..... R\$ 25.990,00

3319000000000000

10000 ..... R\$ 4.990,00

0015.0695.0011.1021 - Reforma do Prédio da Rodoferroviária

3449000000000000

10000 ..... R\$ 19.990,00

0013.0392.0012.2059 - Manutencao do Centro de Eventos

3339000000000000

10000 ..... R\$ 4.990,00

0011.0333.0011.1022 - Construcao, Implem., Ampliacao e Reforma de Qualif

3449000000000000

10000 ..... R\$ 4.990,00

18.00 - Secretaria de Esporte e Lazer

18.001

0027.0812.0015.2099 - Manutencao de Estadios, Campos e Ginasios Esportiv

3339000000000000

10000 ..... R\$ 7.000,00

26.001 - Encargos Gerais do Município

26.001 -

0028.0846.0000.0002 - Amortização da Dívida e

3469000000000000

10000 ..... R\$ 390.020,00

26 - Encargos Gerais do Município

26.001

0028.0846.0000.0002 - Amortização da Dívida e Encargos

3469000000000000

10000 ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de abril de 2015.

Lauro Frohlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4209/2015**

LEI Nº. 4209/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 1.305.215,26.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 1.305.215,26 (um milhão trezentos e cinco mil duzentos e quinze reais e vinte e seis centavos), constante do orçamento Municipal, a saber:

04.00 - Secretaria de Administração e Finanças

04.001

0004.0123.0004.2009 - Manutenção das Atribuições de Controle



## Financeiro

3449000000000000

38900 ..... R\$ 3.510,00

0004.0122.0004.2010 - Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras a

3449000000000000

38900 ..... R\$ 9.610,00

05.00 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

05.001

0004.0121.0004.2013 - Manutenção das Ações de Planejamento Urbano

3449000000000000

38900 ..... R\$ 9.490,00

05.002

0006.0181.0003.2103 - Manutenção das Ações da Policia (parte Prefeitura)

3449000000000000

38900 ..... R\$ 4.210,00

06.00 - Secretaria de Educação

06.001

0012.0306.0005.2073 - Alimentacao Escolar - Ensino Fundamental

3339000000000000

33756 ..... R\$ 16.431,06

0012.0306.0005.2130 - Alimentacao Escolar - Educacao Especial

3339000000000000

33759 ..... R\$ 39,33

0012.0361.0005.1005 - Construção, Ampliação, Equip. e Reforma para Escol

3449000000000000

33200 ..... R\$ 36.523,30

33600 ..... R\$ 487.839,50

0012.0361.0005.2024 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental

3339000000000000

33752 ..... R\$ 19.605,28

0012.0361.0005.2018 - Reforma e Manutenção de Unidades Escolares do Ensi

3339000000000000

33600 ..... R\$ 100.000,00

06.00 - Secretaria de Educação

06.002

0012.0365.0005.2022 - Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infa

3339000000000000

33710 ..... R\$ 9.651,34

0012.0365.0005.2023 - Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infan

3339000000000000

33200 ..... R\$ 20.000,00

33200 ..... R\$ 8.750,46

0012.0365.0005.2020 - Reforma e Manutenção do Ensino Infantil (creches)

3339000000000000

33200 ..... R\$ 24.815,03

33600 ..... R\$ 100.000,00

0012.0306.0005.2074 - Alimentação Escolar - Ensino Infantil (pré-escolas)

3339000000000000

33757 ..... R\$ 3.801,52

0012.0365.0005.1008 - Construção, Ampliação, Equip. e Reforma de Ginásio

3449000000000000

33200 ..... R\$ 35.042,47

0012.0365.0005.1007 - Construção, Ampliação e Equipamentos para Centro D

3449000000000000

33600 ..... R\$ 200.000,00

33600 ..... R\$ 105.223,11

33200 ..... R\$ 86.370,82

0012.0306.0005.2075 - Alimentação Escolar- Ensino Infantil (creches)

3339000000000000

33720 ..... R\$ 4.629,80

33758 ..... R\$ 6.425,85

06.00 - Secretaria de Educação

06.003

0012.0362.0005.2026 - Transporte Escolar de Ensino-médio

3339000000000000

33200 ..... R\$ 2.346,39

11.00 - Controladoria-Geral do Município

11.001

0004.0124.0002.2005 - Manutenção das Atividades do Controle Interno

3449000000000000

38900 ..... R\$ 6.010,00

18.00 - Secretaria de Esporte e Lazer

18.001

0027.0812.0015.2083 - Escolinhas de Esportes

3449000000000000

38900 ..... R\$ 4.890,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém do superávit financeiro apurados nos vínculos abaixo relacionados:

33600 ..... R\$ 213.848,47

33200 ..... R\$ 993.062,61

38900 ..... R\$ 37.720,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de abril de 2015.

Lauro Frohlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº. 4210/2015**

LEI Nº. 4210/2015

Abre crédito especial no valor de R\$ 123.200,00.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no valor de R\$ 123.200,00 (cento e vinte e três mil e duzentos reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

04.00 - Secretaria de Administração e Finanças

04.001

0004.0122.0004.2010 - Manutenção das Ações de Apoio Logístico, Compras a

3339100000000000

10000 ..... R\$ 1.000,00

0004.0122.0004.2012 - Manutenção da Unidade Administrativa e Serviços Ge

3339100000000000

10000 ..... R\$ 5.000,00

05.00 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano  
 05.002  
 0006.0181.0003.2101 - Manutencao das Ações da Policia Civil  
 3339100000000000  
 11100 ..... R\$ 1.200,00

08.00 - Secretaria de Infraestrutura  
 08.001  
 0015.0451.0011.1037 - Construção/implementação de sede para  
 Sec. de Infraestrutura  
 3449000000000000  
 10000 ..... R\$ 100.000,00  
 0015.0452.0011.2089 - Manutencao e Conservacao de Cemiterios  
 3339100000000000  
 10000 ..... R\$ 5.000,00  
 0015.0452.0011.2094 - Manuntecao de Pracas, Trevos e Demais  
 Locais Ajard  
 3339100000000000  
 10000 ..... R\$ 1.500,00

09.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
 09.001  
 0023.0333.0012.2051 - Manut. de Acoes de Apoio à Qualificacao  
 Profission  
 3339100000000000  
 10000 ..... R\$ 1.500,00  
 0023.0695.0012.2052 - Manut. de Acoes de Apoio à Iniciativas  
 Produtivas  
 3339100000000000  
 10000 ..... R\$ 6.000,00

10.00 - Secretaria de Agricultura  
 10.001  
 0020.0606.0008.2064 - Manut. das Acoes de Assistencia ao Pro-  
 dutor Rural  
 3339100000000000  
 10000 ..... R\$ 1.000,00

18.00 - Secretaria de Esporte e Lazer  
 18.001  
 0027.0812.0015.2081 - Apoio ao Esporte Amador  
 3339100000000000  
 10000 ..... R\$ 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito especial  
 provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

04.00 - Secretaria de Administração e Finanças  
 04.001  
 0004.0122.0004.2010 - Manutenção das Ações de Apoio Logistico,  
 Compras a  
 3339000000000000  
 10000 ..... R\$ 1.000,00  
 0004.0122.0004.2012 - Manutenção da Unidade Administrativa e  
 Serviços Ge  
 3339000000000000  
 10000 ..... R\$ 5.000,00

05.00 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano  
 05.002  
 0006.0181.0003.2101 - Manutencao das Ações da Policia Civil  
 3339000000000000  
 11100 ..... R\$ 1.200,00

08.00 - Secretaria de Infraestrutura  
 08.001  
 0015.0451.0011.1013 - Pavimentacao e Urbanizacao de Vias Pu-  
 blicas  
 3449000000000000

10000 ..... R\$ 100.000,00  
 0015.0452.0011.2089 - Manutencao e Conservacao de Cemiterios  
 3449000000000000  
 10000 ..... R\$ 5.000,00  
 0015.0452.0011.2094 - Manuntecao de Pracas, Trevos e Demais  
 Locais Ajard  
 3339000000000000  
 10000 ..... R\$ 1.500,00

09.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
 09.001  
 0023.0333.0012.2051 - Manut. de Acoes de Apoio à Qualificacao  
 Profission  
 3449000000000000  
 10000 ..... R\$ 1.500,00  
 0023.0695.0012.2052 - Manut. de Acoes de Apoio à Iniciativas  
 Produtivas  
 3449000000000000  
 10000 ..... R\$ 6.000,00

10.00 - Secretaria de Agricultura  
 10.001  
 0020.0606.0008.2064 - Manut. das Acoes de Assistencia ao Pro-  
 dutor Rural  
 3449000000000000  
 10000 ..... R\$ 1.000,00

18.00 - Secretaria de Esporte e Lazer  
 18.001  
 0027.0812.0015.2081 - Apoio ao Esporte Amador  
 3449000000000000  
 10000 ..... R\$ 1.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de abril de 2015.  
 Lauro Frohlich  
 Prefeito

Denilson Weiss  
 Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Civis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público: TORNA PÚBLICO :

1 A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS, abaixo relacionados, para na data de 04 de maio de 2015, as 07h30min, comparecerem junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME	
Monitor de Creche	Catussa Bosa	40 h/s

2 O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminam a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 29 de abril de 2015. 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se.

# Ibiam

## PREFEITURA

### AD. CONT. 5/13

TERMO ADITIVO Nº 001/2015

CONTRATO Nº 005/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2013

PREGÃO PRESENCIAL No 001/2013

Termo aditivo ao Contrato nº 005/2014, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiam, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 00.456.865/0001-67, com sede na Rua João Pessoa, 134, 10º Andar, Centro, Criciúma/SC, neste por Procuração o Sr. Ernesto Muniz de Souza Junior, CPF: 004.770.259-19, celebram o presente termo aditivo de reajuste de valores, com amparo no Art. 65 da Lei 8666/93 e Conforme Cláusula Terceira do contrato original. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Ficam reajustados pelo índice do IGPM dos últimos doze meses correspondente a 3,6749%, passando a partir desta data a ter os seguintes valores:

Descrição da nota	Valor atual(-sem reajuste)	Valor reajustado
Alug. Sist. Compras P/ Fundo Assistência Social	R\$ 179,39	R\$ 185,98
Alug. Sist. Compras P/ Fundo Saúde	R\$ 179,39	R\$ 185,98
Alug. Sist. Contab. P/ Fundo Assistência Social	R\$ 232,16	R\$ 240,69
Alug. Sist. Contab. P/ Fundo Saúde	R\$ 232,16	R\$ 240,69
Alug. Sist. Contabilidade Pública	R\$ 659,54	R\$ 683,78
Alug. Sist. Controle de Frotas	R\$ 232,16	R\$ 240,69
Alug. Sist. Fly e-Nota	R\$ 263,81	R\$ 273,50
Alug. Sist. Fly Protocolo	R\$ 200,50	R\$ 207,87
Alug. Sist. Fly Saúde	R\$ 559,29	R\$ 579,84
Alug. Sist. Fly Transparência	R\$ 189,95	R\$ 196,93
Alug. Sist. Folha de Pagamento	R\$ 485,42	R\$ 503,26
Alug. Sist. Licitações e Compras	R\$ 411,55	R\$ 426,67
Alug. Sist. Livro Eletrônico	R\$ 147,74	R\$ 153,17
Alug. Sist. Patrimônio Público	R\$ 232,16	R\$ 240,69
Alug. Sist. Planejamento	R\$ 269,09	R\$ 278,98
Alug. Sist. RH	R\$ 348,23	R\$ 361,03
Alug. Sist. Tributação	R\$ 485,42	R\$ 503,26

Horas técnicas	Valor atual(sem reajuste)	Valor reajustado
Implantação	R\$ 18.720,26	R\$ 19.408,21
Suporte	R\$ 79,14	R\$ 82,05

Deslocamento e estadia	Valor atual(sem reajuste)	Valor reajustado
Deslocamento	R\$ 0,74	R\$ 0,77
Estadia	R\$ 126,63	R\$ 131,28

Cláusula Segunda - Este Aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto em 31/12/2015.

Cláusula Terceira - As demais Cláusulas do contrato 005/2013 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 23 de Janeiro de 2015.

Clovis José Busatto  
Prefeito Municipal  
Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA  
CNPJ: 00.456.865/0001-67  
P/P: Ernesto M. de Souza Junior  
Contratada

Testemunhas

Laelcio Antônio Gasaniga  
CPF: 807.451.729-20

Gelson Luiz Trevisol  
CPF: 674.951.179-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

## ATA 10

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 010 /2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 012/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 009/2015  
SRP Nº 004/2015  
VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos dezesseis dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.351/2005, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 009/2015, Processo Licitatório 012/2015, SRP 004/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), SETHA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 09.304.018/0001-51, com sede à Rua Ademar de Barros, nº 117, Fundos, Centro, Tangará/SC, representada neste ato por seu Administrador, o Sr. Sérgio Camilo Baldo, CPF: 469.939.249-00, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de horas de caminhão, para distribuição de dejetos suínos, para o período de doze meses, conforme segue:

Item	Quantidade estimada	Unidade	Descrição	Valor por hora	Valor total estimado
1	2000	Hora	CONTRATAÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO TRUCK, TRAÇADO, BLOQUEADO E REDUZIDO EQUIPADO COM TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS, COM BOMBA A VACUO DE ANEL LIQUIDO.	R\$ 130,00	R\$ 260.000,00
2	2000	Horas	CONTRATAÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO TRUCK TRAÇADO/REDUZIDO – EQUIPADO COM TANQUE COM CAPACIDADE PARA 12000(DOZE) MIL LITROS, COM BOMBA A VACUO DE ANEL LÍQUIDO.	R\$ 120,00	R\$ 240.000,00

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiam reserva-se o direito de solicitar apenas a quantia de horas necessárias para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura do Município de Ibiam. Após decorridos os doze meses os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização. Conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, e proposta vencedora que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços..

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário de Agricultura do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.



3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001, atualizado pelo Decreto 7.892/2013.

#### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

#### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Unidades	Destinação	Complemento do Detalhamento
29	02.04	MANUT. DAS ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903999000000

#### 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme Lei Municipal N.º 439,

de 07 de Maio de 2010, e cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.739/2014, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório das horas executadas em cada propriedade, assinado pelo secretário de Agricultura e pelo proprietário do terreno, e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br e a nota fiscal para o seguinte e-mail: compras@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para prestar os serviços, conforme AF. Para cada dia de atraso na prestação dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constatare que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.



9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 012/2015, Pregão Presencial 009/2015, SRP 004/2015 será exercida pelo Secretário de: Agricultura do Município de Ibiá, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 009/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 009/2015

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos

produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

**13. DAS ALTERAÇÕES**

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

**14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO**

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

**15. DA PUBLICIDADE**

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

**16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 012/2015; o Edital do Pregão n. 009/2015, SRP 004/2015 as propostas com preços e especificações.

**17. DO FORO**

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 16 de Março de 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SETHA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA  
CNPJ: 09.304.018/0001-51  
Gerente: Sérgio C. Baldo  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga  
CPF: 807.451.729-30

Sergio Ramos  
CPF: 693.254.489-04

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

**ATA 11**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 011/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 013/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 010/2015  
SRP Nº 005/2015  
VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos vinte e três dias do mês de Março, do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1351/2005 e Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 010/2015, Processo Licitatório 013/2015, SRP 005/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), Grasiela de Souza Ricardo MEI, CNPJ: 18.953.144/0001-28, estabelecida na Rua do Comercio, 1100, Sala 02, Centro, Alto Bela Vista/SC, representada neste ato por sua Proprietária a Sra. Grasiela de Souza Ricardo, CPF: 042.010.309-03, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que é parte integrante este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL**

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para possíveis futuras locações de copiadoras, com pedidos parcelados, conforme segue:

Item	Quant. Estimada de cópias/folhas	Unidade	Descrição do objeto	Valor Unit. por folha	Marca cotada
1	400.000	un	14 Impressora preto e branco, multifuncional(cópia, fax, scanner), com fornecimento de peças para manutenção, assistência técnica e cartuchos de toner e cilindro. Velocidade mínima de cópia 16 copias por minuto. Resolução 600dpi. Zoom 50/200%. Capacidade papel 1 bandeja para 250 folhas. Formato papel A5 A4. Protocolo de rede tcp/ip. Scanner preto de branco 600 dpi color 600 dpi. Cópia múltipla até 99. Processo de cópia digitalização por laser e impressão electrofotográfica. Tempo de aquecimento inferior a 10 segundos. Velocidade primeira cópia inferior a 7.5 segundos. Volume Máximo de Ciclo Mensal 20.000 páginas, Manuseio de papel Capacidade da Bandeja de Papel, Bandeja padrão: 250 folhas Bandeja multiuso: 50 folhas, Capacidade de Bandeja Adicional N/A, Capacidade de Saída do Papel 150 folhas, Tamanhos do Papel A4, Carta, B5 (ISO), A5, A5 (Landscape), B6 (ISO), A6, Executive, Ofício, Folio. Tipos de Papel Papel Comum, Papel Fino, Papel Grosso, Papel Reciclado, Papel Bond, Transparências, Envelopes ou Etiquetas. Gramatura de Papel, Bandeja padrão: 60 a 105 g/m2 Bandeja multiuso: 60 a 163g/m2 ADF 35 folhas, Digitalização Color e Mono Sim, Velocidade de Digitalização Até mono 3.03 segundos / Color 5.79 segundos (300 dpi), Capacidade Máxima do ADF 50 folhas. Digitalização Duplex Automática Não, Resolução Óptica do Scanner 600 x 2400 dpi, Digitaliza para Email / Arquivo / FTP / USB (Pen Drive), Formatos de Arquivo PDF Versão 1.7, JPEG, Secure PDF (digitalização), XPS.	R\$ 0,06	Ricoh Aficio MP 161
2	150.000	un	2 Impressora preto e branco, multifuncional com duas bandejas(uma para folhas brancas e outra para folhas timbradas). Com fornecimento de peças para manutenção, assistência técnica e cartuchos de toner e cilindro. Velocidade de cópia mínima 16 copias por minuto. Resolução 600dpi Zoom 50/200%. Capacidade papel bandeja para 250 folhas(2 bandejas). Formato papel A5 A4. Protocolo de rede tcp/ip. Scanner preto de branco 600 dpi color 600 dpi. Cópia múltipla até 99. Processo de cópia digitalização por laser e impressão electrofotográfica. Tempo de aquecimento inferior a 10 segundos. Velocidade primeira cópia inferior a 7.5 segundos. Volume Máximo de Ciclo Mensal 20.000 páginas, Manuseio de papel Capacidade da Bandeja de Papel, Bandeja padrão: 250 folhas Bandeja multiuso: 50 folhas, Capacidade de Bandeja Adicional N/A, Capacidade de Saída do Papel 150 folhas, Tamanhos do Papel A4, Carta, B5 (ISO), A5, A5 (Landscape), B6 (ISO), A6, Executive, Ofício, Folio Tipos de Papel Papel Comum, Papel Fino, Papel Grosso, Papel Reciclado, Papel Bond, Transparências, Envelopes ou Etiquetas. Gramatura de Papel, Bandeja padrão: 60 a 105 g/m2 Bandeja multiuso: 60 a 163g/m2 ADF 35 folhas, Digitalização Color e Mono, Velocidade de Digitalização até mono 3.03 segundos / Color 5.79 segundos (300 dpi), Capacidade Máxima do ADF 50 folhas. Digitalização Duplex Automática Não, Resolução Óptica do Scanner 600 x 2400 dpi, Digitaliza para Email / Arquivo / FTP / USB (Pen Drive), Formatos de Arquivo PDF Versão 1.7, JPEG, Secure PDF (digitalização), XPS.	R\$ 0,06	Brother 8890
3	60.000	un	3 Impressora colorida, com fornecimento de peças para manutenção, assistência técnica e cartuchos de toner e cilindro. Velocidade mínima de impressão 31 paginas por minuto em cores p/b. Velocidade mínima da primeira impressão cores 15 segundos / p e b 10 segundos. Bandeja de alimentação manual 100 folhas. Duplex automático Memória ram 256 mb de ram. Interfaces 10/100 base □ tx ethernet, usb 2.0. Protocolo de rede tcp/ip de detecção automática Tamanho papel carta, A4, A5.	R\$ 0,85	Ricoh Aficio SP

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIA, SEUS ANEXOS E PROPOSTA VENCEDORA, que passam a fazer parte integrante, para todos os efeitos, desta ata.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data da sua publicação.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao(s) secretário(os) solicitante(s), a saber: Secretário de Administração, Secretário de Agricultura e Secretário de Educação, do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao

fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

#### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

#### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Destinação	Complemento do Detalhamento
12	Secretaria de Administração	339039830000
29	Secretaria de Agricultura	339039830000
71	Secretaria de Educação	339039830000

#### 8. DO VALOR ESTIMADO E DO PAGAMENTO

8.1. O valor total estimado, da presente Ata é de R\$ 84.000,00(Oitenta e quatro mil reais). Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao

edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado por Decreto Municipal, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório de folhas impressas(por copiadora), assinado pelo secretário onde a máquina esta instalada e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita pelo secretário responsável. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br e nfe@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal por parte do Município de Ibiã, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para fornecer os itens que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas. Para cada dia de atraso no fornecimento do item, poderá o Município de Ibiã cobrar multa de R\$ 250,00(duzentos e cinquenta reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias, sem justificativa devidamente comprovada e aceita pela Administração, a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

8.8. A Administração não efetuara pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 010/2015, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no item 12.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na



licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 013/2015, Pregão Presencial 010/2015, SRP 005/2015 será exercida pelos Secretários de: Agricultura, Educação e Secretário de Administração(conforme o Item) do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 010/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços,

todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 010/2015

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 5 (cinco) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para



o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC.

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 013/2015; o Edital do Pregão n. 010/2015, SRP 005/2015 as propostas com

preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 23 de Março de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Grasiela de Souza Ricardo MEI

CNPJ: 18.953.144/0001-28

Administradora: Grasiela de Souza Ricardo

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana Balen

CPF: 042.307.839-90

Laelcio Gasaniga

CPF: 807.451.729-30

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

### ATA 12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 012/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 015/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 012/2015

SRP Nº 007/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos sete dias do mês de Abril, do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.351/2005, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 012/2015, Processo Licitatorio 015/2015, SRP 007/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) Cooperativa Agropecuária Passo da Felicidade, CNPJ: 09.404.517/0001-10, com sede na Linha Passo da Felicidade, Interior, Tangará/SC, CEP: 89642-000, de representada neste ato por seu Diretor Presidente, o Sr. Simão Inácio Pagno, CPF: 022.689.999-39, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de semente de aveia, conforme segue:

Item	Quantidade estimada	Unidade	Descrição	Valor Unitário
1	1000	Embalagem	Semente de aveia preta, tipo 1, de excelente qualidade, selecionada e certificada, germinação mínima de 75%, pureza mínima de 95%, embalagem com 40Kg,	R\$ 43,50

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiã reserva-se o direito de solicitar apenas a quantia de horas necessárias para suprir as necessidades da Secretaria de Agricultura do Município de Ibiã. Após decorridos os doze meses os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização. Conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, e proposta vencedora que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços..

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário de Agricultura do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de

Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001, atualizado pelo Decreto 7.892/2013.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Unidades	Destinação	Complemento do Detalhamento
29	20.21	MANUT. DAS ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903204000000

## 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.739/2014, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório das quantidades recebidas, assinado pelo secretário de Agricultura e pelo fornecedor do item, acompanhado da relação dos produtores rurais beneficiários, e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br e a nota fiscal para o seguinte e-mail: compras@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para fornecer os itens constantes na AF - Autorização de Fornecimento. Para cada dia de atraso na entrega dos itens, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 015/2015, Pregão Presencial 012/2015, SRP 007/2015 será exercida pelo Secretário de: Agricultura do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 012/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 012/2015.

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e

qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDA** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 015/2015; o Edital do Pregão n. 012/2015, SRP 007/2015 as propostas com preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 07 de Abril de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Agropecuária Passo da Felicidade - Cooperpasso  
Diretor Presidente: Simão Inácio Pagno  
CNPJ: 09.404.517/0001-10  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
Laelcio Gasaniga                      Gelson Luiz Trevisol  
CPF: 807.451.729-30                  CPF: 674.951.179.15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747



**ATA 13**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 013/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 014/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2015

SRP Nº 006/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos treze dias do mês de Abril, do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiã, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal 1.351/2005, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 011/2015, Processo Licitatório 014/2015, SRP 006/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), Concretos Cruzeiro Indústria e Comércio Ltda, CNPJ: 75.493.908/0001-83, com sede na Rua Tirolesa, 240, Bairro Frei Bruno, Joaçaba/SC, CEP: 89.600-000, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Fernando Regensburger, CPF: 196.410.609-53, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL**

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de tubos de concreto, conforme segue:

Item	Quantidade estimada	Valor Unitário	Objeto	Unidade
4	80	160,00	TUBOS DE CONCRETO DE 80 CM, COM CERTIFICADO DE QUALIDADE E RESISTÊNCIA CONFORME NORMAS DA ABNT.	UN
5	52	237,00	TUBOS DE CONCRETO DE 1 METROS, COM DUAS MALHAS DE FERRO, COM CERTIFICADO DE QUALIDADE E RESISTÊNCIA CONFORME NORMAS DA ABNT, CONTENDO NO MÍNIMO OS SEGUINTE DADOS TÉCNICOS: DIAMETRO 10 CM RESISTENCIA 6 TONELADAS PESO DO TUBO 850 KG	UN
6	42	505,00	TUBOS DE CONCRETO DE 1,5 (UM METROS E MEIO), COM DUAS MALHAS DE FERRO, COM CERTIFICADO DE QUALIDADE E RESISTENCIA CONFORME NORMAS DA ABNT, CONTENDO NO MÍNIMO OS SEGUINTE DADOS TÉCNICOS: DIAMETRO EXTERNO: 1,67M ESPESURA: 13CM PESO DO TUBO: 1.500KG	UN

7	35	900,00	TUBOS DE CONCRETO DE 2 METROS, COM DUAS MALHAS DE FERRO, COM CERTIFICADO DE QUALIDADE E RESISTENCIA, CONFORME NORMAS DA ABNT, CONTENDO NO MÍNIMO OS SEGUINTE DADOS TÉCNICOS: DIAMETRO EXTERNO : 2,3M ESPESURA : 15 CM RESISTÊNCIA : 12 TONELADAS PEDO DO TUBO: 2.500 KG	UN
---	----	--------	---	----

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiã reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade necessária para suprir as necessidades da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Transportes do Município de Ibiã. Após decorridos os doze meses os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização. Conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, e proposta vencedora que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

**2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE**

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços..

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

b) A licitante vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões de 25% (vinte cinco por cento), conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

**3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretario Solicitante do item, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.



#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

#### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

#### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Detalhamento		Comp. do Detalhamento
55	33900000000000	MANUT. SECRET. INFRA-ESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903051000000

#### 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.739/2014, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório contendo as quantidades fornecidas no período, assinado pelo Secretário de Obras e pelo responsável pela empresa (Administrador), e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento, acompanhada de todas as Certidões Negativas de Débitos (Federal, Estadual, Municipal, FGTS, CNDT, Falência e Concordata), devidamente atualizadas.. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48 (Quarenta e oito) horas, para itens no Município de Ibiam, os itens constantes na AF. Para cada dia de atraso no fornecimento dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00 (Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20 (vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constata que o(s) item(ns) não atenda as exigências contidas no item 1 (do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 014/2015, Pregão Presencial 011/2015, SRP 006/2015 será exercida pelo Secretário de: Infraestrutura, Obras e Transportes do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 011/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 011/2015.

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou

pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em

decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

#### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

#### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 014/2015; o Edital do Pregão n. 011/2015, SRP 006/2015 e as propostas com preços e especificações.

#### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 13 de Abril de 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Concretos Cruzeiro Ind. E Com. Ltda  
CNPJ: 75.493.908/0001-83  
Sóc. Adm. Fernando Regensburger  
Contratada

TESTEMUNHAS:  
Laelcio Gasaniga                      Irley Lamperti  
CPF: 807.451.729-30                  CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

#### ATA 14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 014/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 014/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2015  
SRP Nº 006/2015  
VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos treze dias do mês de Abril, do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal 1.351/2005, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 011/2015, Processo Licitatório 014/2015, SRP 006/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), Delcir Boesing Ltda, CNPJ: 07.515.006/0001-40, com sede na Rodovia SC 303, Km 200, Bairro Vila Bressan, 7.700, Pinheiro Preto/SC, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Delcir Boesing, CPF: 07.515.006/0001-40, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de tubos de concreto, conforme segue:

Item	Quantidade estimada	Valor máximo por item	Objeto	Unidade
1	150	20,50	TUBOS DE CONCRETO 20cm X 1m (com certificado de qualidade e resistência conforme normas da ABNT).	UN
2	600	36,70	TUBOS DE CONCRETO 40 CM X 1M ( COM CERTIFICADO DE QUALIDADE E RESISTÊNCIA CONFORME NORMAS DA ABNT)	UN
3	150	59,90	TUBOS DE CONCRETO DE 60 CM X 1M ( COM CERTIFICADO DE QUALIDADE E RESISTÊNCIA CONFORME NORMAS DA ABNT)	UN
8	800	22,00	TUBOS DE CONCRETO DE 30 cm x 1m (com certificado de qualidade e resistência conforme normas da ABNT).	UN

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiam reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade necessária para suprir as necessidades da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Transportes do Município de Ibiam. Após decorridos os doze meses os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização. Conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, e proposta vencedora que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

#### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços..

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

b) A licitante vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões de 25% (vinte cinco por cento), conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretario Solicitante do item, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Detalhamento		Comp. do Detalhamento
55	3390000000000000	MANUT. SECRET. INFRA-ESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903051000000

### 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.739/2014, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório contendo as quantidades fornecidas no período, assinado pelo Secretário de Obras e pelo responsável pela empresa(Administrador), e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento, acompanhada de todas as Certidões Negativas de Débitos(Federal, Estadual, Municipal, FGTS, CNDT, Falência e Concordata), devidamente atualizadas.. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da



mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(Quarenta e oito) horas, para itens no Município de Ibiam, os itens constantes na AF. Para cada dia de atraso no fornecimento dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o(s) item(ns) não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 014/2015, Pregão Presencial 011/2015, SRP 006/2015 será exercida pelo Secretário de: Infraestrutura, Obras e Transportes do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 011/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 011/2015.

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração



pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDA** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou

força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 014/2015; o Edital do Pregão n. 011/2015, SRP 006/2015 e as propostas com preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 13 de Abril de 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Delcir Boesing Ltda  
CNPJ: 07.515.006/0001-40  
Sóc. Adm. Delcir Boesing  
Contratada

### TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga	Irley Lamperti
CPF: 807.451.729-30	CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

### ATA 15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 015/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 016/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2015  
SRP Nº 008/2015  
VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos quatorze dias do mês de Abril, do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.351/2005, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 013/2015, Processo Licitatório 016/2015, SRP 008/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), NEDIO RADOMSKI ME, CNPJ: 12.580.988/0001-94, estabelecida na Linha São Pascoal,

Interior, Ibiã/SC, CEP: 89.652-000, representada neste ato por seu Administrador o Sr. Nedio Radomski, CPF: 922.933.010-87, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, conforme segue:

Item	Quantidade estimada	Unidade	Descrição	Valor por hora trabalhada
1	1000	Hora	Horas de Escavadeira hidráulica peso operacional mínimo 14 toneladas, máquina em bom estado de conservação, ano de fabricação mínimo 2011, custos com transporte da máquina, combustível, e Operador sob responsabilidade da empresa vencedora da licitação. As horas serão utilizadas para atendimento ao produtor rural, através do Programa de incentivo conforme lei Municipal 439/14, onde 50% do valor dos serviços prestados são pagos pelo agricultor, 50% pagos pelo Município de Ibiã.	R\$ 165,00

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiã reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade de horas necessárias para suprir as necessidades das Secretarias solicitantes. Decorridos os doze meses, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização. Conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL e proposta vencedora que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços..

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá aos Secretários de Agricultura e de Obras do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de

forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001, atualizado pelo Decreto 7.892/2013.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Unidades	Destinação	Complemento do Detalhamento
29	02.04	MANUT. DAS ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	3390399900000
55	20.23	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	3390392100000

## 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento, referente às horas licitadas para a Secretaria de Agricultura, será efetuado conforme Lei Municipal N.º 439, de 07 de Maio de 2010, e conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.739/2014. As horas licitadas para a Secretaria de Obras, os pagamentos serão realizados, conforme determinado pelo Decreto Municipal 2.739/14. Para ambos os casos, o pagamento será efetuado, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório das horas executadas em cada propriedade, assinado pelo secretário de Agricultura e pelo proprietário do terreno. As horas executadas para a Secretaria de Obras, o relatório será assinado pelo Secretário de Obras e pelo fornecedor, em ambos os casos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, e compras@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para prestar os serviços, conforme AF. Para cada dia de atraso na prestação dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas

na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 016/2015, Pregão Presencial 013/2015, SRP 008/2015 será exercida pelo Secretário de: Agricultura do Município de Ibiã, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 013/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 013/2015

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDA** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor(es) e a (s) especificação(ões) resumida(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 016/2015; o Edital do Pregão n. 013/2015, SRP 008/2015, e a(s) proposta(s) Vencedora(s), com preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.



Ibiam/SC 14 de Abril de 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

NEDIO RADOMSKI ME  
CNPJ: 12.580.988/0001-94  
Adm: Nédio Radomski  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
Laelcio Gasaniga  
CPF: 807.451.729-30  
Irley Lampertti  
CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

## ATA 16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 016/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 016/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 013/2015  
SRP Nº 008/2015  
VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos quatorze dias do mês de Abril, do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.351/2005, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 013/2015, Processo Licitatório 016/2015, SRP 008/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), BORRACHARIA, TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM MG RIO DAS PEDRAS LTDA ME, CNPJ: 07.881.181/0001-51, estabelecida na Rodovia 355, S/N, Rio das Pedras, Videira/SC, CEP: 89.560-000, representada neste ato por seu Administrador o Sr. Gerson Antonio Satti, CPF: 833.033.329-91, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, conforme segue:

Item	Quantidade estimada	Unidade	Descrição	Valor por hora trabalhada
1	800	Hora	Horas de Escavadeira hidráulica peso operacional mínimo 14 toneladas, máquina em bom estado de conservação, ano de fabricação mínimo 2011, custos com transporte da máquina, combustível, e Operador sob responsabilidade da empresa vencedora da licitação. sob responsabilidade da empresa vencedora da licitação. As horas máquina contratadas serão utilizadas na recuperação e manutenção de estradas vicinais.	R\$ 165,00

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiam reserva-se o direito de solicitar apenas a quantia de horas necessárias para suprir as necessidades das Secretarias solicitantes. Decorridos os doze meses, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização. Conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL e proposta vencedora que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

### 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços..

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá aos Secretários de Agricultura e de Obras do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.



3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiam, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001, atualizado pelo Decreto 7.892/2013.

#### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

#### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiam, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Unidades	Destinação	Complemento do Detalhamento
29	02.04	MANUT. DAS ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	3390399900000
55	20.23	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	3390392100000

#### 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento, referente às horas licitadas para a Secretaria de Agricultura, será efetuado conforme Lei Municipal N.º 439, de 07 de Maio de 2010, e conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.739/2014. As horas licitadas para a Secretaria de Obras, os pagamentos serão realizados, conforme determinado pelo Decreto Municipal 2.739/14. Para ambos os

casos, o pagamento será efetuado, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório das horas executadas em cada propriedade, assinado pelo secretário de Agricultura e pelo proprietário do terreno. As horas executadas para a Secretaria de Obras, o relatório será assinado pelo Secretário de Obras e pelo fornecedor, em ambos os casos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, e compras@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para prestar os serviços, conforme AF. Para cada dia de atraso na prestação dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis

alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 016/2015, Pregão Presencial 013/2015, SRP 008/2015 será exercida pelo Secretário de: Agricultura do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 013/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 013/2015

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

#### II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos

junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor(es) e a (s) especificação(ões) resumida(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 016/2015; o Edital do Pregão n. 013/2015, SRP 008/2015, e a(s) proposta(s) Vencedora(s), com preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 14 de Abril de 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Borracharia, T. e Terrap. MG Rio das Pedras Ltda ME  
CNPJ: 07.881.181/0001-51  
Adm: Gerson A. Satti  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:  
Laelcio Gasaniga Irley Lampertti  
CPF: 807.451.729-30 CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

### ATA 2 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 002/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 014/2015  
SRP Nº 009/2015  
VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos treze dias do mês de Abril, do ano de dois mil e quinze, o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.351/2005, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 014/2015, Processo Licitatório 017/2015, SRP 009/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), Farmácia e Drograria Pletsch e Miguens Ltda - ME, estabelecida na Rua Avenida 20 de Julho, 675 Sala - Centro, Ibiam/SC, neste ato representada por seu Sócio Administrador o Sr. Luiz Augusto Quevedo Miguens, brasileiro, casado, portador do CPF nº 448.991.810-00, documento de identidade n. 1.014.645.053, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de

Item	Descrição	Qtd estimada para 12 meses	Valor por pacote R\$	Valor Total	Marca
6	Fraldas infantis, tamanho RN com 18 unidades, polímero superabsorvente, polpa de celulose, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de elastano sintético, fitas elásticas e aloe-vera.	200 pct	11,00	2.200,00	Mili

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiam reserva-se o direito de solicitar apenas a quantia de horas necessárias para suprir as necessidades das Secretarias solicitantes. Após decorridos os doze meses os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização. Conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL e proposta vencedora que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

#### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços..

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário de Saúde do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001, atualizado pelo Decreto 7.892/2013.

### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Destinação	Complemento do Detalhamento
9	MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE	3390329900000

### 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. Os pagamentos serão realizados, conforme determinado pelo Decreto Municipal 2.739/14., mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, e compras@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para entregar na sede da Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã, os itens constantes na AF - Autorização de Fornecimento. Para cada dia de atraso na entrega dos itens, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO



9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 017/2015, Pregão Presencial 014/2015, SRP 009/2015 será exercida pelo Secretário de: Saúde do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 014/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 014/2015

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este



prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor(es) e a (s) especificação(ões) resumida(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 017/2015; o Edital do Pregão n. 014/2015, SRP 009/2015, e a(s) proposta(s) Vencedora(s), com preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 14 de Abril de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Farmácia e Drog. P. e Miguens Ltda

CNPJ: 08.508.342/0001-29

Administrador: Luiz Augusto Q. Miguens

CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga

CPF: 807.451.729-30

Erica T. Laidnes

CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

### ATA 3 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 014/2015

SRP Nº 009/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos treze dias do mês de Abril, do ano de dois mil e quinze, o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.351/2005, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 014/2015, Processo Licitatório 017/2015, SRP 009/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), FARMÁCIA NOSSA LTDA, CNPJ: 83.518.357/0001-93, com sede à Rua Francisco Nardi, 290, Centro, Tangará/SC, CEP: 89.652-000, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Clodir Bahr, CPF: 076.242.049-9, residente na cidade de Tangará/SC, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de

Item	Descrição	Qtd estimada para 12 meses	Valor por pacote R\$	Valor Total estimado para o item	Marca
7	Fraldas infantis, tamanho P com 46 unidades, polímero superabsorvente, polpa de celulose, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de elastano sintético, fitas elásticas e aloe-vera.	200 pct	19,30	3.860,00	Mili
8	Fraldas infantis, tamanho M com 44 unidades, polímero superabsorvente, polpa de celulose, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de elastano sintético, fitas elásticas e aloe-vera.	200 pct	19,90	3.980,00	Mili
9	Fraldas infantis, tamanho G com 38 unidades, polímero superabsorvente, polpa de celulose, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de elastano sintético, fitas elásticas e aloe-vera.	100 pct	19,90	1.990,00	Mili
10	Fraldas infantis, tamanho EG com 32 unidades, polímero superabsorvente, polpa de celulose, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de elastano sintético, fitas elásticas e aloe-vera.	100 pct	19,90	1.990,00	Mili
11	Fraldas infantis, tamanho SEG com 28 unidades, polímero superabsorvente, polpa de celulose, filme de polietileno, não tecido de fibras de polipropileno, adesivo termoplástico, fios de elastano sintético, fitas elásticas e aloe-vera.	100 pct	19,90	1.990,00	Mili

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiã reserva-se o direito de solicitar apenas a quantia de horas necessárias para suprir as necessidades das Secretarias solicitantes. Após decorridos os doze meses os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização. Conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPEC-TIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL e proposta vencedora que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços..

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do

inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário de Saúde do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001, atualizado pelo Decreto 7.892/2013.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à

conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Destinação	Complemento do Detalhamento
9	MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE	3390329900000

## 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiam, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. Os pagamentos serão realizados, conforme determinado pelo Decreto Municipal 2.739/14., mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, e compras@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para entregar na sede da Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiam, os itens constantes na AF - Autorização de Fornecimento. Para cada dia de atraso na entrega dos itens, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 017/2015, Pregão Presencial 014/2015, SRP 009/2015 será exercida pelo Secretário de: Saúde do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

## 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 014/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 014/2015

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

### II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso

em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

## 14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor(es) e a (s) especificação(ões) resumida(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 017/2015; o Edital do Pregão n. 014/2015, SRP 009/2015, e a(s) proposta(s) Vencedora(s), com preços e especificações.

## 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa



ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 14 de Abril de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FARMÁCIA NOSSA LTDA

CNPJ: 83.518.357/0001-93

Sócio Adm: Clodir Bahr

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga

Erica T. Laidnes

CPF: 807.451.729-30

CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

#### ATA 4 FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 004/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 017/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 014/2015

SRP Nº 009/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos treze dias do mês de Abril, do ano de dois mil e quinze, o Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.351/2005, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 014/2015, Processo Licitatório 017/2015, SRP 009/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), LITORALM COMÉRCIO DE PROCUTOS MÉDICOS EIRELI ME, CNPJ: 18.941.818/0001-74, com sede à Rua Araquari, 80, Bairro Municípios, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88.337-480, representada neste ato por seu Sócio Administrador o Sr. Jacques Brião Moreira, CPF: 004.287.970-16, residente na cidade de Balneário Camboriú/SC, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de

Item	Descrição	Qtd estimada para 12 meses	Valor por pacote R\$	Valor Total para o item	Marca
1	Fraldas geriátricas, tamanho P com 12 unidades. Camada interna de não tecido, fibras de celulose, Dry gel (polímero superabsorvente), camada externa de polietileno, barreiras protetoras de polietileno, fios de elastano e fitas adesivas para fixação. Formato anatômico, indicador de umidade.	250 pct	8,00	2.000,00	POP
2	Fraldas geriátricas, tamanho M com 10 unidades. Camada interna de não tecido, fibras de celulose, Dry gel (polímero superabsorvente), camada externa de polietileno, barreiras protetoras de polietileno, fios de elastano e fitas adesivas para fixação. Formato anatômico, indicador de umidade.	1000 pct	8,50	8.500,00	POP
3	Fraldas geriátricas, tamanho G com 8 unidades. Camada interna de não tecido, fibras de celulose, Dry gel (polímero superabsorvente), camada externa de polietileno, barreiras protetoras de polietileno, fios de elastano e fitas adesivas para fixação. Formato anatômico, indicador de umidade.	300 pct	8,80	2.640,00	POP
4	Fraldas geriátricas, tamanho G G com 8 unidades. Camada interna de não tecido, fibras de celulose, Dry gel (polímero superabsorvente), camada externa de polietileno, barreiras protetoras de polietileno, fios de elastano e fitas adesivas para fixação. Formato anatômico, indicador de umidade.	300 pct	12,00	3.600,00	POP
5	Fraldas geriátricas, tamanho Extra G com 7 unidades. Camada interna de não tecido, fibras de celulose, Dry gel (polímero superabsorvente), camada externa de polietileno, barreiras protetoras de polietileno, fios de elastano e fitas adesivas para fixação. Formato anatômico, indicador de umidade.	120 pct	9,50	1.140,00	POP

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiam reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade de horas necessárias para suprir as necessidades das Secretarias



solicitantes. Após decorridos os doze meses os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização. Conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL e proposta vencedora que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços..

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário de Saúde do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001, atualizado pelo Decreto 7.892/2013.

## 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

## 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão

convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

## 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Destinação	Complemento do Detalhamento
9	MANUT. DAS ATIV. DA SAÚDE	3390329900000

## 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. Os pagamentos serão realizados, conforme determinado pelo Decreto Municipal 2.739/14., mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, e compras@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e

quatro) horas, para entregar na sede da Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiã, os itens constantes na AF - Autorização de Fornecimento. Para cada dia de atraso na entrega dos itens, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00 (Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10 (dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1 (do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externar(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 017/2015, Pregão Presencial 014/2015, SRP 009/2015 será exercida pelo Secretário de: Saúde do Município de Ibiã, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigando-se a:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à

aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 014/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 014/2015

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,

ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDA** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. O fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor(es) e a (s) especificação(ões)

resumida(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 017/2015; o Edital do Pregão n. 014/2015, SRP 009/2015, e a(s) proposta(s) Vencedora(s), com preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 14 de Abril de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Litoral/SC Com. de Prod. Méd. Eireli ME

CNPJ: 18.941.818/0001-74

Administrador: Jacques Brião Moreira

CONTRATADA

### TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga

CPF: 807.451.729-30

Erica T. Laidnes

CPF: 006.854.259-32

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

### ATA 7

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 007/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 002/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2015

SRP Nº 001/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos onze dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 001/2015, Processo Licitatório 002/2015, SRP 001/2015 RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), RENATO MARCELO SEFFRIN LUTZ-ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ:14.633.520/0001-46, com sede na AV.20 DE JULHO,CEP:89652-000 IBIAM-SC, neste ato representado por seu Gerente o Sr. RENATO MARCELO SEFFRIN LUTZ, CPF:017.830.949-40, CI:2.145.478, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que é parte integrante este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

## DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados dos itens, conforme segue:

Item	Quant.	Valor Unit.	Objeto	Unidade
1	30	5,53	ABACATE MADURO - ABACATE NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO, ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, LIVRE DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS E SUJIDADES.	kg
2	120	5,95	Abacaxi pérola, frutas firmes, sem machucados, de 1º qualidade, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. Peso mínimo cada unidade 1.4 kg.	UN
3	100	3,35	ABOBRINHA CONSISTENCIA FIRME, TAMANHO MÉDIO, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL E ODOR ESTRANHO. CASCA BRILHANTE E LIMPA.	kg
4	50	4,05	ACELGA BEM FORMADA, FIRME, SEM MANCHAS DE APODRECIMENTO, LIVRE DE SUJIDADES. PESO MÍNIMO DE 1,5KG CADA UNIDADE.	UN
7	10	2,42	Adoçante à base de ciclamato de sódio e sacarina. Rótulo com indicações nutricionais, prazo de validade, fabricante e registro nos órgãos competentes Embalagem 100 ml	UN
12	60	3,89	ALHO, BULBO INTEIRO E SÃO, SEM BROTO, DE 1º QUALIDADE. EMBALAGEM COM 200 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA 3 MESES.	EMB
20	900	1,7	BANANA CONCIÊNCIA FIRME, EM INÍCIO DE MATURAÇÃO, DE 1º QUALIDADE, FRESCAS, LIVRE DE PERFURAÇÕES, COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA E MACHUCADOS, ISENTO DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL E AROMA ESTRANHO. PENCAS COM NO MÍNIMO 10 BANANAS. PESO APROXIMADO DA UNIDADE: 150G.	kg
21	80	2,55	BANANA MAÇA/PRATA, GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO. FRUTAS BEM DESENVOLVIDAS, COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORME	kg
22	300	2,44	BATATA INGLESA, NOVA, UNIFORME, FIRME, E BEM DESENVOLVIDA, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIMPA.	kg
23	50	2,71	BATATA DOCE, NOVA, UNIFORME, FIRME E BEM DESENVOLVIDA, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIMPA.	kg
24	80	6,56	BATATA SALSA, NOVA, UNIFORME E BEM DESENVOLVIDA, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIMPA, SELECIONADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE	kg
28	100	3,01	BETERRABA DE PRIMEIRA QUALIDADE, NOVA, FIRME, SEM FOLHAS, SEM RACHADURA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 250G.	kg

42	120	3,3	BRÓCOLIS DE 1º QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DO TAMANHO, COR PRÓPRIA, SEM PARTES AMARELADAS, LIVRE DE SUJIDADES. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 400G.	UN
52	220	18,32	Carne bovina, tipo coxão duro, inspecionada. Embalagem plástica atóxica, lacrada. Com identificação do produto, empresa, data de fabricação, data de validade. Embalagem 1 Kg. Validade mínima 6 meses	kg
54	200	2,44	CEBOLA DE 1º QUALIDADE, NOVA, COM CASCA SÃ, SEM RUPTURAS. ISENTA DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 140G.	kg
55	100	2,85	CENOURA DE 1º QUALIDADE, FRESCA, FIRME, LIMPA, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETAM A SUA APARÊNCIA, ISENTA DE UMIDADE EXTERNA. PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE: 130G.	kg
61	100	2,32	CHUCHU, VERDE, FRESCO, COM GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, CONCIÊNCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA.	kg
64	120	4,13	COUVE FLOR DE 1º QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DO TAMANHO, COR PRÓPRIA, SEM PARTES AMARELADAS. COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. PESO MÍNIMO DE 1,5KG, CADA UNIDADE.	UN
66	200	5,85	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO, COM OSSO E SEM PELE, INSPECIONADA. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	EMB
70	100	1,37	Ervilha em conserva, embalagem sachê, peso drenado 200 g. Validade mínima 6 meses	UN
82	20	2,64	FIGADO DE FRANGO CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, EM EMBALAGENS DE 1KG, CONTENDO NO RÓTULO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, REGISTRO NO SIF, DATA VALIDADE, IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE CARNE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	kg
84	32	2,53	Filtro para coar café, tamanho 103. Embalagem com 30 unidades	CX
89	50		LARANJA DO CÉU(LIMA) DE BOA QUALIDADE, FRESCA, LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, ISENTA DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, PERFURAÇÕES OU CORTES.	kg
90	300	2,09	LARANJA PERA, SELECIONADA, DE BOA QUALIDADE, FRESCA, FIRME, LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVE SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, ISENTA DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 150G.	kg
92	297	29,64	LEITE INTEGRAL, EMBALAGEM TETRAPACK, CAIXA COM 12 EMBALAGENS DE 1 LITRO CADA. Validade mínima de 4 meses.	CX



95	30	8,24	LIMÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE, NOVO, COM BASTANTE SUCO, LIVRE DE LESÕES FÍSICAS OU MECÂNICAS.	kg
102	90	3,3	MACARRÃO TIPO CABELO DE ANJO, MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS(-CÚRCUMA E URUCUM). TEMPO DE COZIMENTO DE 3 A 5 MINUTOS. CADA 80G(3 NINHOS) DO PRODUTO DEVE CONTER 1.6G. DE FIBRA ALIMENTAR. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	EMB
107	750	4,53	MAÇÃ GALA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM GRAU DE MADURIDADE TAL QUE LHE PERMITA SUPOSTAR O TRANSPORTE, MANIPULAÇÃO E CONSERVAÇÃO ADEQUADA, APRESENTADO COR, TAMANHO E FORMAÇÃO UNIFORME, NÃO APRESENTANDO MANCHAS, MACHUCADURAS, BOLORES OU SEJIDADES. DEVENDO APRESENTAR CASCA LISA, DE COR ACENTUADA E BRILHANTE. PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE 140G.	kg
108	180	3,59	MAMÃO FORMOSA, PRODUTO FRESCO, COM GRAU DE MADURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVE APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS, LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO.	kg
109	200	3,76	MARGARINA EXTRA CREMOSA COM SAL, CONTENDO VITAMINA A, 0% DE GORDURAS TRANS. CADA 10G DO PRODUTO DEVE CONTER NO MÁXIMO 6,5G DE GORDURAS TOTAIS. POTES PLÁSTICOS COM 500G.VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES.	EMB
110	24	4,5	Massa para lasanha, rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes. Embalagem 500 g. Validade mínima 1 mês	pct
113	750	1,13	MELANCIA FRESCA, COM GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, APRESENTAR GRAU DE MADURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, COM ASPECTO E COR PRÓPRIA, NÃO DEVE CONTER SUJIDADES, NÃO ESTAR DANIFICADA POR QUALQUER LESÃO FÍSICA OU QUÍMICA, ESTAR ISENTA DE UMIDADE.	kg
114	100	3,84	Melão doce, tipo espanhol, fresco, com grau máximo de tamanho, apresentar grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação. com aspecto e cor própria. não conter sujidades. não estar danificado por qualquer lesão física ou química. estar isenta de umidade.	kg
119	40	2,06	MORANGA TIPO CABOTIÁ, GRAU DE MADURAÇÃO INTERMEDIÁRIA, CONSISTÊNCIA FIRME, ISENTA DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL E DE PERFURAÇÕES. UNIDADE COM TAMANHO MÉDIO.	kg
135	170	9,89	PEITO DE FRANGO SEM OSSO E SEM PELE CONGELADO E SEM TEMPERO, TIPO FILEZINHO, EMBALAGEM 1 KG	kg

136	60	3,01	PEPINO PARA SALADA, DE EXCELENTE QUALIDADE, BEM DESENVOLVIDO, COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES, LIMPO, ISENTO DE UMIDADE, OU QUALQUER TIPO DE LESÃO.	kg
137	240	3,8	PESSEGO DE EXCELENTE QUALIDADE, TAMANHO E COR UNIFORMES, PREFERENCIALMENTE UMA QUALIDADE, FRUTOS ISENTOS DE LESÕES, MACHUCADOS E SUJIDADES. GRAU DE MADURAÇÃO INTERMEDIÁRIO.	kg
144	100	3,47	REPOLHO BRANCO, LISO, FRESCO, LIMPO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS E OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 2KG.	UN
145	50	3,11	REPOLHO ROXO, LISO, FRESCO, LIMPO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS E/OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. PESO MÍNIMO DE 1KG CADA REPOLHO.	UN
149	20	33,75	SALSICHA TIPO HOT DOG, CONGELADA, EMB. COM 5 KG. VALIDADE MÍNIMA 1 MES.	EMB
152	340	3,98	TANGIRINA POCAN/MORCOTE, DE BOA QUALIDADE, FRUTAS DE TAMANHO GRANDE, COLORAÇÃO UNIFORME, GRAU DE MADURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, LIVRESE DE SUJIDADES, SEM LESÕES OU MACHUCADOS.	kg
153	150	4,81	TOMATE DE 1º QUALIDADE, COM GRAU DE MADURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 120G.	kg
154	20	8,17	VAGEM DE BOA QUALIDADE, LIMPA, NOVA, COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORMES, SEM LESÕES, PERFURAÇÕES OU INSETOS.	kg

e conforme proposta vencedora e NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIA E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

## 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da respectiva ata.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

## 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário de Educação do Município de Ibiá, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos



preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

#### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

#### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, que poderá substituir o contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Elemento	Descrição	Complemento do detalhamento
62	33900000000000	PROGRAMA SUPLEM DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	33903007000000
63	33900000000000	PROGRAMA SUPLEM DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	33903007000000

#### 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado por decreto municipal, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente da conferência por parte da comissão, de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito a seguir relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para fornecer os itens que foi vencedor. A empresa fica obrigada a substituir itens com defeito ou que não atendam as exigências do município, ou que estiverem em desacordo com as a marca ou amostras apresentadas, sem custos adicionais para o município, devendo fazê-lo no prazo de até 24 horas. Para cada dia de atraso no fornecimento da mercadoria, e também no caso de troca de produtos entregues em desacordo com o edital/amostras poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

Os itens solicitados na AF-Autorização de Fornecimento, devem ser fornecidos, sempre no período da manhã, das 07:30 até 11:00 horas. Fora deste horário os itens não serão recebidos, devendo o fornecedor retornar no dia seguinte. Não será dado o aceite na nota até a conferência de cada item fornecido. Lembrando que itens em desacordo com o edital ou com as amostras enseja na aplicação de multas previstas no edital e respectiva Ata, em especial o constante no item 8.4 desta ata.

8.8. A Administração não efetuara pagamento de itens não autorizados pela administração municipal e em desacordo com esta Ata e com o Anexo I do Edital de Pregão n. 001/2015 sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no item 12.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 002/2015, Pregão Presencial 001/2015, SRP 001/2015 será exercida pelo Secretário de: Secretário de Educação do Município de Ibiá, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigará-se a:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no

item 1 do Edital do Pregão n. 001/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 001/2015

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer além do estabelecido no item 11.7 deste edital, as seguintes penalidades, isolada ou conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 5 (cinco) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar

ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDA** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ou aumento ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado. Os preços poderão ser revisados caso o fornecedor elabore um requerimento solicitando o aumento dos preços e comprovando com apresentação de notas fiscais de compra do produto (no mínimo uma anterior e outra posterior ao aumento).

### 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios de SC - DOM/SC;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 002/2015; Edital do Pregão n. 001/2015, SRP 001/2015 as propostas com preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC, 11 de Fevereiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

RENATO MARCELO SEFFRIN LUTZ-ME  
CNPJ: 14.633.520/0001-46  
Adm. Renato M. S. Luts  
Fornecedor

### TESTEMUNHAS:

Adriana Taiba	Luciana Balen
CPF: 645.608.800-34	CPF: 042.307.839-90

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

### ATA 8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 008/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 006/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 005/2015  
SRP Nº 002/2015  
VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos dezesseis dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 005/2015, Processo Licitatório 006/2015, SRP 001/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s)

da(s) empresa(s), ) PEDREIRA TRIANGULO LTDA EPP, CNPJ 02.081.239/0001-69, estabelecida na Rodovia SC 303, S/N, KM 47, Rodovia, Ibicaré/SC, CEP 89640-000, representada neste ato por seu Administrador o Sr. Rudi Ohlweiler Junior, CPF 039538139-86, RG 11/R 3.711.039/SSPSC, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

#### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual possíveis aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de pedra brita, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI-DADE	QUANTI-DADE	VALOR POR M³	Valor Total Estimado R\$
1	Pedra Brita nº 1(cotar em metros cúbicos – m³). O objeto desta licitação, deve ser entregue no Município de Ibiã, sem custos adicionais.	M³	9000	R\$ 50,00	R\$ 450.000,00

Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Ibiã reserva-se o direito de solicitar apenas a quantidade necessária para suprir as necessidades da Secretaria de Infraestrutura, Obras e Transportes do Município de Ibiã. Após decorridos os doze meses os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao fornecedor, qualquer direito de indenização. Conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, e proposta vencedora que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

#### 2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data de assinatura da ata de registro de preços..

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

b) A licitante vencedora obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões de 25% (vinte cinco por cento), conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

#### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário Solicitante do item, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiã.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será

liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

#### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

#### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Detalhamento		Comp. do Detalhamento
56	33900000000000	MANUT. SECRET. INFRA-ESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903051000000
55	33900000000000	MANUT. SECRET. INFRA-ESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903051000000

#### 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.



8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2739/2014, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório contendo as quantidades recebidas no período, assinado pelo secretário de Obras e pelo Fornecedor, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica impressa e devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br. Na nota fiscal o fornecedor deve indicar os dados bancários para depósito (nome do banco Agência, Conta corrente)

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48 (Quarenta e oito) horas, para prestar os serviços, conforme AF. Para cada dia de atraso na prestação dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00 (Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20 (vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1 (do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renovação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4 consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 006/2015, Pregão Presencial 005/2015, SRP 002/2015 será exercida pelo Secretário de: Infraestrutura, Obras e Transportes do Município de Ibiam, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigará-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 008/2014 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.

11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 005/2015

11.6. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento), estipulado no Edital n. 005/2015, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

#### 12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades,



isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO SEGUNDA** - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA

pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO QUINTO** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**PARÁGRAFO SEXTA** - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

### 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

### 14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

### 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Estado de Santa Catarina;

### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 006/2015; o Edital do Pregão n. 005/2015, SRP 002/2015 as propostas com preços e especificações.

### 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiam/SC 16 de Março de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PEDREIRA TRIANGULO LTDA EPP

CNPJ: 02.081.239/0001-69

Gerente: Rudi Ohlweiler Junior

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga

Irley Lamperti

CPF: 807.451.729-30

CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos

Procurador Geral - OAB/SC 13.747

## ATA 9

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º. 009/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 011/2015.

PREGÃO PRESENCIAL N. 008/2015

SRP Nº 003/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses

Aos dezesseis dias do mês de Março, do ano de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal n. 3.931/01, Decreto Municipal n. 1.885, de 16 de Fevereiro de 2009, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n. 008/2015, Processo Licitatório 011/2015, SRP 003/2015, RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), WLPN TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA ME, CNPJ: 00.553.801/0001-84, estabelecida na Rua João Foresti, 12, Bairro Bom Jesus, Caçador/SC, CEP: 89.500-000, representada neste ato por seu Sócio Administrador a Senhora Leoni Aparecida Nhoatto, CPF: 543.565.049-68, RG: 10/R 1.682.765SSP/SC de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

### 1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

A presente ata tem por objeto REGISTRAR PREÇO para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, conforme segue:

Item	Quant. estimada	Unid.	Descrição	Valor Unit.	Valor total estimado, para o item
1	500	M³	SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DE LODO SEPTICO, DEVENDO SER UTILIZADO PARA ESTA FINALIDADE VEÍCULO DEVIDAMENTE LICENCIADO PARA ESTA FINALIDADE, OBSERVANDO TODAS AS NORMAS TÉCNICAS EXIGIDAS PARA ESTA ATIVIDADE. COTAR EM METRO CUBICO	R\$ 192,00	R\$ 96.000,00
2	150	HOR	SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO PARA DESINTUPIMENTO DE TUBULAÇÃO, COM CAMINHÃO COMBINADO COM AUTO VACUO E HIDROJATO, OBSERVANDO TODAS AS NORMAS TÉCNICAS EXIGIDAS PARA ESTA ATIVIDADE.	R\$ 292,00	R\$ 43.800,00

e conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E EM SEU ANEXO I, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta ata.

### 2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade por um período de 12(doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

a) - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

### 3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Secretário de Obras do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Ibiam.

3.3. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, por escrito, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.

3.4. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata deverá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Caso seja constatado que o preço registrado na presente ata seja inferior à média dos preços de mercado, e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou

entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Ibiã, observadas as exigências contidas no art. 8º, do Decreto Federal n. 3.931/2001.

#### 5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no anexo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

#### 6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente ata, as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Ibiã, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/ Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

#### 7 - DA DESPESA:

7.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES

Proj./Atividade : 2050 - Limpeza Publica

Detalhamento do Complemento: 339039780000

Reduzido: 110

#### 8. DO PAGAMENTO

8.1. Ao critério do Município de Ibiã, obedecida à ordem de classificação, o licitante vencedor, cujo preço tenha sido registrado na Ata de Registro de Preço, será convocado para retirar a nota de empenho, que substituirá o contrato, estando às obrigações assumidas vinculadas à proposta, aos lances, ao edital e à respectiva Ata de Registro de Preços, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2. Se o licitante vencedor recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa por escrito e aceita pelo Prefeito Municipal, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei n. 10.520, de 17.07.2002, caracterizando o descumprimento total das obrigações assumidas, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

8.3. O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo decreto municipal 2739/14, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório de quantidade de m³ e/ou horas executadas, assinado pelo secretário de obras, e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, e copia da nota no e-mail: compras@ibiam.sc.gov.br.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito a seguir relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

8.6. Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive

obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

8.7. Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para prestar os serviços solicitados. Caso o fornecedor não cumpra o prazo estabelecido neste item, poderá o Município cobrar multa diária de R\$ 400,00(Quatrocentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá as penalidades legais conforme consta neste edital. Os serviços devem ser prestados com equipamento/caminhão adequados para prestar os serviços, objeto deste processo.

#### 9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

9.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

9.4. consultar o fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente Ata.

9.5. comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata.

9.6. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.7 - A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Processo 011/2015, Pregão Presencial 008/2015, SRP 003/2015 será exercida pelo Secretário de: Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos do Município de Ibiã, conforme Portaria 0185/2011, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

#### 10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

10.1. tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma.

10.2. consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias.

10.3. verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas.

10.4. enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada.

10.5. acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

#### 11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata.

11.2. fornecer os itens obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão n. 008/2015 e Ata do respectivo processo.

11.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.



11.4. prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata.  
11.5. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n. 008/2015

## 12. DAS PENALIDADES

12.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente pela inexecução total ou parcial deste instrumento de contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida:

I - advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

II - multas:

a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues com atraso, e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

g) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

III - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sempre juízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO SEGUNDA - Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

PARÁGRAFO QUARTO - Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA

pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, nos termos do § 2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEXTA - As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

## 13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrida no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

## 14. DO CANCELAMENTO DA REGISTRO

14.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

a) não cumprir as obrigações da presente Ata;

b) não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;

d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

## 15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o (s) fornecedor (es) e a (s) especificação (ões) resumida (s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina;

## 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram a presente ata, o Processo Licitatório n. 011/2015; o Edital do Pregão n. 008/2015, SRP 003/2015 as propostas com preços e especificações.

## 17. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas junto ao Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Ibiom/SC, 16 de Março de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

WLPN TRANSPORTE DE RESÍDUOS LTDA ME

CNPJ: 00.553.801/0001-84

Sócio Adm. Leoni A. Nhoatto

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga

CPF: 807.451.729-30

Irley Lamperti

CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

**CONT. 21**

CONTRATO Nº 021/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 008/2015  
DISPENSA N. 001/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiã, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e a empresa LUIZ CERON MEI, CNPJ: 15.643.537/0001-47, estabelecida na Rua Linha São Pascoal, Interior, Ibiã/SC, representada neste ato por seu Proprietário o Sr. Luiz Ceron, brasileiro, casado, CPF: 604.203.329-87, CI. 10/R 2.110.742SSP/SC, denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do processo licitatório nº 008/2015, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, e LC 123/06, na modalidade de DISPENSA nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar até a contratação dos serviços em decorrência do Processo Licitatório 009/2015, com data de abertura dos envelopes de proposta e documentação, marcada para o dia 10/03/2015. O Município de Ibiã reserva-se o direito de rescindir a qualquer momento e sem direito a indenização e/ou reclamação, contrato(s), decorrentes deste processo para realizar o transporte com veículo próprio do Município de Ibiã. Somente serão pagos os quilômetro percorridos a partir da entrada no veículo do primeiro aluno. Não serão pagos quilômetros realizados com carro vazio(sem alunos). Para o seguinte percurso:

Item	Quantidade	Valor por Km rodado	Objeto	Unidade
1	1.440	3,30	Transporte escolar para a Linha São Pascoal/ São Sebastião/Ibiã, e vice e versa no período de manhã e tarde, por aproximadamente 203 dias letivos. Veículo com capacidade mínima para 40 passageiros, veículo deve estar em excelente estado de conservação. Quilometragem diária de 96 Km. Tipo de veículo: Ônibus.	km

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO**

Das Condições de Prestação do Serviço - O Veículo utilizado para o transporte escolar, deverão estar estacionados no pátio da escola, com antecedência máxima de 5(cinco) minutos, do horário de chegada ou saída dos alunos.

10.2 - Dos Prazos e Vigência - A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 10/03/2015.

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 10/03/2015, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo caso o processo licitatório em andamento, não possa ser

homologado, até a contratação de transportador mediante novo processo licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

a) O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 3,30(Três reais e trinta centavos por km. Os custos estão expressos na proposta vencedora, a qual faz parte integrante deste contrato. O valor total do presente contrato será de R\$ 4.752,00(Quatro mil, setecentos e cinquenta e dois reais).

b) Os pagamentos serão mensais, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos com base nos dias letivos, conforme relatório fornecido pela secretaria de educação do Município de Ibiã, e será liberado conforme decreto municipal que fixa o cronograma de pagamento e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica(devidamente liquidada pela secretária de educação). A empresa deve encaminhar o arquivo XML para o seguinte endereço: nfe@ibiam.sc.gov.br

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

11.1.2 O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito assegurar relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada. Também não será efetuado o pagamento para empresas que estejam com algum dos seguintes documentos vencidos, Licenciamento anual do veículo(IPVA, Seguro e Taxa), Seguro, Inspeção Semestral, Carteira de habilitação do motorista, Curso especializado para o motorista, e outros, conforme exigido no item 15.6 e 15.7 do respectivo edital e conforme Cláusula nona do presente contrato.

11.1.3 Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, número do contrato, nº do Processo e da Dispensa, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

**MUNICÍPIO DE IBIAM**

Travessa Leoniza Carvalhop Agostini, nº 20  
CNPJ - 01.612.745/0001-74

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE** - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como,



lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 008/2015, para o ano de 2015, correrão por conta dos recursos orçamentários:

Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
71	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
72	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
73	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
74	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000

#### CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- Efetuar o pagamento ajustado,
- Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Educação, de maneira a atender as necessidades.
- A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.
- A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela

assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

e) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

f) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula segunda, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e numero total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.

g) Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.

h) A Contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, incluídas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

i) A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

j) A Contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

l) A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas do transportes de passageiros. A contratada assume com assinatura do presente instrumento, total responsabilidade, civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo à administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro.

m) O objeto do presente contrato e a conseqüente prestação de serviços da contratada, determinam como prioridade os transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros.

n) A contratada deve transportar somente alunos devidamente matriculados nas escolas Municipal e Estadual, o transporte de passageiros é terminantemente proibido, nos da Decisão nº 1244/2005 do TCE/SC, que resultou no prejulgado de n.º 1658, nos seguintes termos:

É proibido ao Município, através dos ônibus da Secretaria Municipal de Educação, adquiridos para o transporte de estudantes, inclusive aos residentes no interior da municipalidade, transportar cidadãos não estudantes, por ofender aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Caso o transportador descumpra esta exigência, o contrato será rescindido.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigatoriamente, deve cumprir integralmente, durante a vigência do presente contrato, para o(s) veículo(s) que serão utilizados no transporte escolar, e para o(s) condutor(es) (motorista) o que segue:

Manter em dia(vigente) seguro do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar e Seguro por

Danos Pessoais para os Ocupantes do veículo sendo de no mínimo R\$ 50.000,00(CINQUENTA MIL REAIS) por ocupante;

a) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, DEVIDAMENTE LICENCIADO para o ano de 2015;

b) Quando os veículos não forem de propriedade do Contratado apresentar documento com firma reconhecida em cartório, que comprove o direito deste, utilizá-lo para execução do objeto deste certame licitatório.

c) Os veículos utilizados para o transporte escolar, devem atender plenamente a determinação do Código Brasileiro de Trânsito de acordo com os Art. 136, 137, 139, conforme segue:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de funcionamento, e com certificado de aferido, emitido pelo INMETRO, ou por entidade por ele credenciada;;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Os veículos utilizados para o transporte escolar, também devem possuir extintor de incêndio, com carga adequada(pó químico seco, ou gás carbônico), aferido pelo INMETRO, e respeitando o prazo de validade.

É vedada a ampliação de capacidade de lotação do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, sem prévia autorização do DETRAN

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

e) Alvará Sanitário, e Alvará de Localização e Funcionamento.

f) Comprovação de que possui motorista, devidamente habilitado, nos termos do Art. 138 do Código Brasileiro de Trânsito), indicar o nome do mesmo, qual a linha o profissional ira atuar, e o vínculo entre este e a empresa(contrato social, contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório, ou inscrição junto ao INSS(carteira de trabalho).

Do Condutor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

1) ter idade superior a vinte e um anos;

2) Carteira de Habilitação válida, no mínimo categoria D (inciso I, art. 143 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997); tratando-se de CNH emitida por outra Unidade de Federação, apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;

3) não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

4) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN).

5) Apresentar documentação que atenda o artigo n. 329 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. CERTIDÃO NEGATIVA DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL RELATIVAMENTE AOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO, ESTUPRO, E CORRUPÇÃO DE MENORES.

6) Certidão Negativa de Crimes cometidos na condução de veículo automotor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

À contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, nos termos do Art. 87 da Lei 8.666/93, isolada ou conjuntamente, a critério da Administração, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa, o equivalente a 10% do valor da proposta;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação do Município de Ibiam, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c portaria municipal 0185/2011.

b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada.

c) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.

d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras.

e) A fiscalização será exercida pelo poder público concedente, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os

direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 008/2015, Dispensa n. 001/2015, da Prefeitura de Ibiá, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiá, 18 de Fevereiro de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

LUIZ CERON MEI  
CNPJ: 15.643.537/0001-47  
Proprietário: Luiz Ceron  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Luciana Balen	Catarina Borsoi
CPF: 042.307.839-90	CPF: 572.246.259-49

Evandro Carlos dos Santos  
Procurador Geral - OAB/SC 13.747

#### CONT. 22

CONTRATO Nº 022/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 009/2015  
PREGÃO N. 006/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiá, Estado de Santa Catarina, com sede à Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro de Ibiá, inscrito no CGC/MF sob nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiá - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador



da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE e do outro lado, a empresa LUIZ CERON MEI, CNPJ: 15.643.537/0001-47, estabelecida na Rua Linha São Pascoal, Interior, Ibiã/SC, representada neste ato por seu Proprietário o Sr. Luiz Ceron, brasileiro, casado, CPF: 604.203.329-87, CI. 10/R 2.110.742SSP/SC denominada neste instrumento de CONTRATADA, celebram o presente contrato decorrente do processo licitatório nº 009/2015, de acordo com o disposto na Lei 10.520 no Artigo 54 de Lei 8.666/93, com alterações subsequentes, e LC 123/06, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2013 da Prefeitura Municipal de Ibiã, de acordo com o disposto no Artigo 54 de Lei 8.666/93 com alterações subsequentes, mediante os Artigos e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Contratação de Pessoa Jurídica para efetuar os serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2015, conforme previsão de matrículas e calendário escolar aprovado pela Secretaria Estadual e Municipal de Educação, relativos a aproximadamente 203 dias letivos. O Município de Ibiã reserva-se o direito de rescindir a qualquer momento e sem direito a indenização e/ou reclamação, contrato(s), decorrentes deste processo para realizar o transporte com veículo próprio do Município de Ibiã. Somente serão pagos os quilômetros percorridos a partir da entrada no veículo do primeiro aluno. Não serão pagos quilômetros realizados com carro vazio(sem alunos). Para os seguintes percursos:

Item	Quantidade	Valor por KM	Objeto	Unidade
1	19.488	3,30	Transporte escolar para a Linha São Pascoal/ São Sebastião/Ibiã, e vice e versa no período de manhã e tarde, por aproximadamente 203 dias letivos. Veículo com capacidade mínima para 30 passageiros, veículo deve estar em excelente estado de conservação. Quilometragem diária de 96 Km. Tipo de veículo: Ônibus.	km

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E PRAZO

Das Condições de Prestação do Serviço - Os serviços de transporte escolar objeto do presente certame licitatório deverão ser realizados com base no calendário escolar, ou seja, durante o ano letivo de 2015, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação. Os Veículos utilizados para o transporte escolar, deverão estar estacionados no pátio da escola, com antecedência máxima de 5(cinco) minutos, do horário de chegada ou saída dos alunos. Motoristas que chegarem antes, deste horário, e que por ventura algum aluno, venha a sofrer algum tipo de acidente, será responsabilizado, e arcará com as despesas Sob pena de aplicação das penalidades constantes neste edital.

**10.2 - Dos Prazos e Vigência** - A contagem do prazo para execução dos serviços, terá início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 31.12.2015.

O prazo de vigência do Contrato decorrente desta Licitação será até 31/12/2015, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos, por interesse da Administração e com anuência do Contratado, se houver interesse de ambas as partes, nos termos do Art. 57, Inciso II, da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

**10.3** - No primeiro ano de sua vigência o valor será fixo(salvo motivo justo e devidamente comprovado, conforme item 11.3 deste edital). Após esse período poderá ser reajustado pela variação do INPC dos últimos doze meses ou por outro indexador que vier a substituí-lo, (caso o INPC seja extinto. Na indisponibilidade do INPC de algum mês a ser considerado, se tomará o do mês imediatamente anterior disponível.

Caso ocorra prorrogação de prazo mediante termo aditivo, o mesmo somente será efetuado mediante apresentação de todas as negativas e demais documentos conforme exigido na habilitação e assinatura do contrato do respectivo processo licitatório acompanhadas de ofício do contratado manifestando interesse em prorrogar a vigência do respectivo contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

a) O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ ..... por km, sendo que o valor relativo aos custos e despesas com veículo é de R\$ 64.310,40(Sessenta e quatro mil, trezentos e dez reais e quarenta centavos), Gasto com pessoal 30%(Trinta por cento). O valor por Km rodado é de R\$ 3,30(Três reais e trinta centavos).

b) Os pagamentos serão mensais, na conformidade com a quantidade de quilômetros percorridos com base nos dias letivos, conforme relatório fornecido pela secretaria de educação do Município de Ibiã, e será liberado conforme decreto municipal que fixa o cronograma de pagamento e mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica(devidamente liquidada pela secretária de educação). A empresa deve encaminhar o arquivo XML para o seguinte endereço: nfe@ibiam.sc.gov.br

c) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

d) O pagamento somente será realizado mediante apresentação das certidões negativas de Débito assegurar relacionadas: Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União e INSS, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS, CNDT e Falência e Concordata, devidamente atualizada. Também não será efetuado o pagamento para empresas que estejam com algum dos seguintes documentos vencidos, Licenciamento anual do veículo(IPVA, Seguro e Taxa), Seguro, Inspeção Semestral, Carteira de habilitação do motorista, Curso especializado para o motorista, e outros, conforme exigido no item 15.6 e 15.7 do respectivo edital e conforme Cláusula nona do presente contrato.

e) Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

f) A nota fiscal, deverá especificar a descrição do item, objeto ao qual a contratada foi vencedora, número do contrato, nº do Processo e do Pregão, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE IBIAM

RUA .....

CNPJ - .....

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

**CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO**

Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório n. 006/2015, para o ano de 2015, correrão por conta dos recursos orçamentários:

Reduzido	Atividade	Complemento do Detalhamento
71	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
72	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
73	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000
74	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903926000000

**CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro - Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Efetuar o pagamento ajustado,  
b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato, promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos produtos com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Educação, de maneira a atender as necessidades.

b) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

c) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

d) A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

e) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação do serviço descrito no objeto, bem como por quaisquer danos causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

f) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o itinerário estabelecido na cláusula segunda, levando em consideração a necessidade de alteração do trajeto, horário e numero total de passageiros que cada veículo transportará, quando conveniente aos alunos e determinado pelo Município.

g) Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora andamento dos serviços e estado dos veículos colocados a disposição do Transporte Escolar.

h) A Contratada é responsável em formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, incluídas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato, bem como eventuais substituição de pessoas que se fizerem necessárias por qualquer motivo.

i) A Contratada sujeitar-se-á as determinações do Município relativo ao número total de passageiros que cada veículo poderá transportar, objetivando a segurança dos passageiros.

j) A Contratada é responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato.

l) A CONTRATADA assumirá todas as despesas com o veículo e sua manutenção, com pessoal, encargos trabalhistas, seguros e normas do transportes de passageiros. A contratada assume com assinatura do presente instrumento, total responsabilidade, civil e criminal pelo transporte dos alunos, eximindo à administração municipal de qualquer compromisso presente ou futuro.

m) O objeto do presente contrato e a conseqüente prestação de serviços da contratada, determinam como prioridade os



transportes de alunos, vedado o transporte de passageiros.

n) A contratada deve transportar somente alunos devidamente matriculados nas escolas Municipal e Estadual, o transporte de passageiros é terminantemente proibido, nos da Decisão nº 1244/2005 do TCE/SC, que resultou no prejudgado de n.º 1658, nos seguintes termos:

É proibido ao Município, através dos ônibus da Secretaria Municipal de Educação, adquiridos para o transporte de estudantes, inclusive aos residentes no interior da municipalidade, transportar cidadãos não estudantes, por ofender aos princípios da moralidade e impessoalidade administrativa, insculpidos no caput do art. 37 da Constituição Federal. Caso o transportador descumpra esta exigência, o contrato será rescindido.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obrigatoriamente, deve cumprir integralmente, durante a vigência do presente contrato, para o(s) veículo(s) que serão utilizados no transporte escolar, e para o(s) condutor(es) (motorista) o que segue:

Manter em dia(vigente) seguro do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na prestação de serviço de transporte escolar e Seguro por Danos Pessoais para os Ocupantes do veículo sendo de no mínimo R\$ 50.000,00(CINQUENTA MIL REAIS) por ocupante;

a) Cópia da documentação do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) na execução do transporte escolar, DEVIDAMENTE LICENCIADO para o ano de 2015;

b) Quando os veículos não forem de propriedade do Contratado apresentar documento com firma reconhecida em cartório, que comprove o direito deste, utilizá-lo para execução do objeto deste certame licitatório.

c) Os veículos utilizados para o transporte escolar, devem atender plenamente a determinação do Código Brasileiro de Trânsito de acordo com os Art. 136, 137, 139, conforme segue:

Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;

IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, em perfeitas condições de funcionamento, e com certificado de aferido, emitido pelo INMETRO, ou por entidade por ele credenciada;;

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

Os veículos utilizados para o transporte escolar, também devem possuir extintor de incêndio, com carga adequada(pó químico seco, ou gás carbônico), aferido pelo INMETRO, e respeitando o prazo de validade.

É vedada a ampliação de capacidade de lotação do(s) veículo(s) utilizado(s) no transporte escolar, sem prévia autorização do DETRAN

Art. 137. A autorização a que se refere o artigo anterior deverá ser

afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

Art. 139. O disposto neste Capítulo não exclui a competência municipal de aplicar as exigências previstas em seus regulamentos, para o transporte de escolares.

e) Alvará Sanitário, e Alvará de Localização e Funcionamento.

f) Comprovação de que possui motorista, devidamente habilitado, nos termos do Art. 138 do Código Brasileiro de Trânsito), indicar o nome do mesmo, qual a linha o profissional ira atuar, e o vínculo entre este e a empresa(contrato social, contrato de prestação de serviços com firma reconhecida em cartório, ou inscrição junto ao INSS(carreira de trabalho).

#### Do Condutor:

a) Apresentar documentação que ateste o cumprimento pelo motorista, que efetuará o serviço, das exigências previstas no artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9503, de 23 de setembro de 1997, ou seja:

1) ter idade superior a vinte e um anos;

2) Carteira de Habilitação válida, no mínimo categoria D (inciso I, art. 143 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997); tratando-se de CNH emitida por outra Unidade de Federação, apresentar Certidão Negativa de Pontuação, Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH;

3) não ter cometido infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

4) ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN (inciso IV, art. 145 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 e art. 33 da Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004, atualizada do CONTRAN).

5) Apresentar documentação que atenda o artigo n. 329 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. CERTIDÃO NEGATIVA DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO CRIMINAL RELATIVAMENTE AOS CRIMES DE HOMICÍDIO, ROUBO, ESTUPRO, E CORRUPÇÃO DE MENORES.

6) Certidão Negativa de Crimes cometidos na condução de veículo automotor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Administração municipal nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES

A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS  
Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou

a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

a) A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretária Municipal de Educação do Município de Ibiam, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada c/c portaria municipal 0185/2011.

b) O Município a seu critério e através do departamento de educação, exercerá ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as linhas e do comportamento do pessoal da contratada.

c) A contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e formas de fiscalização feita pela contratante, bem como inspeção de rotina e fiscalização da forma de execução dos serviços ora contratados.

d) A existência e atuação da fiscalização feita pela contratante, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e a suas consequências e implicações presentes ou futuras.

e) A fiscalização será exercida pelo poder público concedente, Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LIBERAÇÃO

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05 e LC 123/06.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 009/2015, Pregão Presencial n. 006/2015, da Prefeitura de Ibiam, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiro. Após o início do ano letivo, verificando a necessidade, poderão sofrer alteração a quantidade de km mencionados, com fundamento do artigo 65, § 1º da Lei Federal N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiam(SC), 10 de Março de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

LUIZ CERON MEI

CNPJ: 15.643.537/0001-47

Proprietário: Luiz Ceron

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Luciana Balen

CPF: 042.307.839-90

Catarina Borsoi

CPF: 572.246.259-49

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

## CONT. 25

CONTRATO Nº 025/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 010/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 007/2015

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM VINCULO EMPREGATÍCIO QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE IBIAM, E MARLENE SILVA SANTOS GONZATTO MEI

Pelo presente instrumento de contrato, o Município de Ibiam, pessoa jurídica de direito público, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, , Ibiam - SC, CNPJ n. 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Clovis Jose Busatto, brasileiro casado, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e a empresa Marlene Silva Santos Gonzatto MEI, CNPJ: 13.685.202/0001-66, estabelecida na Rua Pedro Andreazza, 55, Andar 5º, Centro, Videira/SC, representada neste ato por sua Administradora a Sra. Marlene Silva Santos Gonzatto, CPF: 220.585.249-34, Documento de identidade n. 3.244.693, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato de prestação de serviços de Psicopedagogo(a), em decorrência do Processo Licitatório n. 010/2015, na Modalidade de Pregão Presencial n. 007/2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

I - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

I - Este contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de Psicopedagogo(a), durante o ano de 2015, conforme segue:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Mensal
1	10	mês	Contratação de pessoa jurídica, para prestação de serviços técnicos profissionais de Psicopedagogo(a), para atuar junto a Secretaria de Educação(Centro Educacional Eliziane Titon e Centro de Educação Infantil Jose Atilio Grassi), com a finalidade de executar atividades relacionadas a criar condições para melhor aprendizagem individual, grupal e comunitária dos alunos do ensino publico municipal e avaliação com testes psicopedagógicos e orientação para pais e professores, devendo fornecer relatórios mensais das atividades realizadas no período. Os serviços devem ser prestados um dia por mês, no mínimo 8(oito) horas mensais. O dia da semana que o profissional deve atender, será determinado pela secretaria de Educação. Os serviços devem ser prestados durante o ano de 2015.	R\$ 1.000,00

### CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS PRAZOS

#### I - Das Condições da Prestação de Serviços

a) Os serviços deverão ser prestados utilizando-se as dependências físicas do Centro Educacional Elisiane Titon de Ibiam e Centro de Educação Infantil Jose Atilio Grassi no Município de Ibiam/SC. Em dias a serem definidos pelo Secretario de Educação.

II - Da Vigência do Contrato - A contagem do prazo passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto para 30/12/2015.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O Preço total ajustado para prestação dos serviços constante neste contrato é de R\$ 10.000,00(Dez mil reais), correspondentes ao valor mensal de R\$ 1.000,00(Mil reais). O pagamento será realizado após a prestação dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal eletrônica acompanhada de relatório das atividades realizadas no período, devidamente assinado pelo profissional, e pelo Secretário de Educação de Ibiam e das certidões negativas de débito: Federal, União e INSS, Estadual, Municipal, FGTS, CNDT, e Falencia e Concordata. O pagamento será efetuado conforme fixado em Decreto Municipal( cronograma de pagamento), através de crédito em conta no banco indicado pela contratada na respectiva proposta. A contratada deverá encaminhar para a Prefeitura o arquivo XML da nota eletrônica, no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br. E compras@ibiam.sc.gov.br.

II - A nota fiscal eletrônica deverá conter todas as especificações do objeto, conforme itens, deste Edital, devidamente atestada pela Secretaria responsável, pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento dos serviços, não poderá conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde, deverá constar, além de seus elementos padronizados, no mínimo os seguintes dizeres:

MUNICIPAL DE IBIAM

TRAVESSA LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, Nº 20, IBIAM - SC

CNPJ - 01.612.745/0001-74

Banco, Conta corrente, e-mail, Secretaria de Educação, Processo Licitatório, nº de contrato

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

I - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

II - Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

**CLÁUSULA SEXTA - DO EVENTUAL ATRASO POR PARTE DO MUNICÍPIO**

I - Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

I - As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2015:

Reduzido	Elementos	Descrição	Complemento do detalhamento
71	33900000000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903905000000

**CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

Parágrafo Primeiro - Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas pelo edital e pelo presente Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

I - Efetuar o pagamento à Contratada de acordo as condições estabelecidas no Edital e as efetivas retenções de acordo com as legislações vigentes.

II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

III - Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita entrega dos materiais com vistas à execução do objeto deste Contrato.

IV - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e

comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela prestação dos serviços, objeto desta licitação, bem como por quaisquer danos decorrentes da prestação dos serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do Contrato, e deverá iniciar os serviços no ato da assinatura do contrato e término no dia 30 de dezembro de 2015.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Secretaria de Saúde, de maneira a atender as necessidades.

IV - A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

V - A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

VI - Permitir que os Prepostos do Município inspecionem, a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

VII - Fornecer ao Município, sempre que solicitado, quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

VIII - O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com a contratada.

IX - É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços contratados, em qualquer esfera.

**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES**

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES**

I - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

I - A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Educação do Município de Ibiam, nos termos do Art. 67, § 1º e § 2º da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, c/c Portaria 0185/2011.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO**

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

Parágrafo Primeiro - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas no Edital e neste Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na cláusula nona, deste contrato.

Parágrafo Segundo - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

I - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;
- b) Entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste Edital;
- c) A subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação do licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) A dissolução da empresa;

h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

i) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

j) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Terceiro - A rescisão administrativa ou amigável deverá

ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

Parágrafo Quarto - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

Parágrafo Quinto - O presente contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, à respectiva comunicação deverá ser feita com 30 (trinta) dias de antecedência, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL**

I - Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório n. 010/2015, Pregão Presencial n. 007/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n. 1.351, de 07 de dezembro de 2005.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DA PUBLICAÇÃO**

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

II - A Administração municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5(cinco) do mês subsequente a data de sua assinatura.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

I - Fica eleito o foro da Comarca de Tangará, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n.º 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ibiam - (SC), 16 de Março de 2015.

Clovis Jose Busatto

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Marlene Silva Santos Gonzatto MEI

CNPJ: 13.685.202/0001-66

Adm. Marlene Silva Santos Gonzatto

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Catarina D. Borsoi  
CPF - 572.246.259-49

Luciana T. Balen  
CPF: 042.307.839-90

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747



**CONT. 26**

CONTRATO Nº 026/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 012/2015

PREGÃO PRESENCIAL No 009/2015

Sistema de Registro de Preços - SRP nº 004/2015

ATA 010/2015

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa SETHA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 09.304.018/0001-51, com sede à Rua Ademir de Barros, nº 117, Fundos, Centro, Tangará/SC, representada neste ato por seu Administrador, o Sr. Sérgio Camilo Baldo, CPF: 469.939.249-00, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 012/2015 e Pregão Presencial nº 009/2015, SRP 004/2015, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustadas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de horas de caminhão, equipado com tanque, conforme tabela abaixo:

Item	Quant.	Unidade	Descrição	Valor por hora	Valor total do item
1	600	Hora	CONTRATAÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO TRUCK, TRAÇADO, BLOQUEADO E REDUZIDO EQUIPADO COM TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS, COM BOMBA A VACUO DE ANEL LÍQUIDO.	R\$ 130,00	R\$ 76.000,00
2	600	Horas	CONTRATAÇÃO DE HORAS DE CAMINHÃO TRUCK TRAÇADO/REDUZIDO – EQUIPADO COM TANQUE COM CAPACIDADE PARA 12000(DOZE) MIL LITROS, COM BOMBA A VACUO DE ANEL LÍQUIDO.	R\$ 120,00	R\$ 72.000,00

**CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA**

Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para prestar os serviços, conforme AF. Para cada dia de atraso na prestação dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta, de recursos próprios do Município de Ibiã.

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro em vigor, conforme segue:

Reduzido	Unidades	Destinação	Complemento do Detalhamento
29	02.04	MANUT. DAS ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	33903999000000

**CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O valor total do presente contrato é de R\$ 148.000,00(Cento e quarenta e oito mil reais). O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.739/2014, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório das horas executadas em cada propriedade, assinado pelo secretário de Agricultura e pelo proprietário do terreno, e mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, e compras@ibiam.sc.gov.br. Obs: A empresa deve constar na nota fiscal os dados bancários para depósito(banco, agência, conta corrente).

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE**

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como,

lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até 30 de Dezembro do exercício em vigor.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 009/2015, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas

neste Edital e no contrato e das demais cominações legais. E demais sanções, conforme previsto no edital e ata de registro de preços, parte integrante deste processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Agricultura, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 009/2015, Processo Licitatório nº 012/2015, SRP: 004/2015, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente. A administração providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, constados da data de assinatura do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 18 de Março de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

SETHA TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA  
CNPJ: 09.304.018/0001-51  
Gerente: Sérgio C. Baldo  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga                      Sergio Ramos  
CPF: 807.451.729-30                  CPF: 693.254.489-04

Evandro Carlos dos Santos  
Procurador Geral - OAB/SC 13.747

#### CONT. 27

CONTRATO Nº 027/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 006/2015  
PREGÃO PRESENCIAL No 005/2015  
Sistema de Registro de Preços - SRP nº 002/2015

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa PEDREIRA TRIANGULO LTDA EPP, CNPJ 02.081.239/0001-69, estabelecida na Rodovia SC 303, S/N, KM 47, Rodovia, Ibicaré/SC, CEP 89640-000, representada neste ato por seu Administrador o Sr. Rudi Ohlweiler Junior, CPF 039538139-86, RG 11/R 3.711.039/SSPSC, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 006/2015 e Pregão Presencial nº 005/2015, SRP 002/2015, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de pedra brita, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR POR M³	Valor Total Estimado R\$
1	Pedra Brita nº 1(cotar em metros cúbicos – m³). O objeto desta licitação, deve ser entregue no Município de Ibiam, sem custos adicionais.	M³	9000	R\$ 50,00	R\$ 450.000,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 48(Quarenta e oito) horas, para prestar os serviços, conforme AF. Para cada dia de atraso na prestação dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 20(vinte) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta

no edital e respectiva ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta:

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro de 2015, conforme segue:

As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

Reduzido	Detalhamento		Comp. do Detalhamento
56	33900000000000	MANUT. SECRET. INFRA-ESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903051000000
55	33900000000000	MANUT. SECRET. INFRA-ESTRUTURA TRANSP. E OBRAS	33903051000000

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2739/2014, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório contendo as quantidades recebidas no período, assinado pelo secretário de Obras e pelo Fornecedor, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica impressa e devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br. Na nota fiscal o fornecedor deve indicar os dados bancários para depósito (nome do banco Agência, Conta corrente)

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

8.5. O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como,

lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

O presente contrato, entra em vigor na data de sua assinatura, com termo previsto para 30/12/2015..

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 005/2015, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas



neste Edital e no contrato e das demais cominações legais. E demais sanções, conforme previsto no edital e ata de registro de preços, parte integrante deste processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do Contratante, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material lícitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 005/2015, Processo Licitatório nº 006/2015, SRP: 002/2015, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente. A administração providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, constados da data de assinatura do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n. 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 18 de Março de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PEDREIRA TRIANGULO LTDA EPP

CNPJ: 02.081.239/0001-69

Gerente: Rudi Ohlweiler Junior

CONTRATADA



**TESTEMUNHAS:**

Laelcio Gasaniga

Irley Lamperti

CPF: 807.451.729-30

CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos

Procurador Geral - OAB/SC 13.747

**CONT. 28**

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ibiã, com sede à Rua Travessa Leoniza Carvalho Agostini nº 20 CEP: 89652-000, Cidade Ibiã - SC inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, neste ato representado por seu prefeito municipal CLOVIS JOSÉ BUSATTO, inscrito no CPF sob o nº 497.720.319-49, e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por CLAUDEMIR DURLI CPF nº 614.961.209-06, RG nº 1.074.805, Gerente Regional da Epagri de Campos Novos CNPJ nº 83.052.191/0008-39, com endereço à BR 282 Km 342, CEP 89620-000, Campos Novos - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,

Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DATAÇÃO**

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "caput"; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de Campos Novos, unidade da CONTRATADA. E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos:

Reduzido: 29

Prj/Ativ: 2021 - Manutenção das Atividades de Apoio ao Agricultor  
Complemento do Detalhamento: 339039790000**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES****I - São obrigações da CONTRATADA:**

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho - PAT;
2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho - PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho - PAT no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho - PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

**II - São obrigações do CONTRATANTE:**

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

**CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DOS SERVIÇOS**

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em 01/04/2015 a 30/12/2015, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública. Caso ocorra a prorrogação contratual, e decorridos doze meses da data de assinatura deste contrato, o valor poderá ser reajusto pelos índices do INPC.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR**

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R\$ 19.960,00(Dezenove mil, novecentos e sessenta reais), divididas em 9 parcelas iguais, durante o ano de 2015.

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

**CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante emissão de boleto bancário. O vencimento dos boletos será conforme Decreto Municipal Nº 2739/14. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A nota fiscal deverá ser emitida até o último dia útil de cada mês da prestação do serviço.

**CLÁUSULA SETIMA - DAS DESPESAS CONTRATUAIS**

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

#### CLÁUSULA NONA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Tangará/SC, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de Ibiã, sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Ibiã, 01 de abril de 2015.

Clóvis José Busatto Prefeito Municipal
---

Contratante

Claudemir Durlí

Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri  
Contratado

Testemunhas:

Nome: José Anselmo da Silva	Nome: Laelcio Gasaniga
CPF: 501.927.019-91	CPF: 807.451.729-30

Evandro Carlos dos Santos  
Procurador Geral - OAB/SC 13.747

#### CONT. 33

CONTRATO Nº 033/2015

Ata de Registro de Preços Nº 015/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 016/2015

PREGÃO PRESENCIAL No 013/2015

Sistema de Registro de Preços - SRP nº 008/2015

Que entre si fazem o Município de Ibiã-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiã - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa NEDIO RADOMSKI ME, CNPJ: 12.580.988/0001-94, estabelecida na Linha São Pascoal, Interior, Ibiã/SC, CEP: 89.652-000, representada neste ato por seu Administrador o Sr. Nedio Radomski, CPF: 922.933.010-87, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 016/2015 e Pregão Presencial nº 013/2015, SRP 008/2015, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de horas de caminhão, equipado com tanque, conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor por hora trabalhada
1	400	Hora	Horas de Escavadeira hidráulica peso operacional mínimo 14 toneladas, máquina em bom estado de conservação, ano de fabricação mínimo 2011, custos com transporte da máquina, combustível, e Operador sob responsabilidade da empresa vencedora da licitação. As horas serão utilizadas para atendimento ao produtor rural, através do Programa de incentivo conforme lei Municipal 439/14, onde 50% do valor dos serviços prestados são pagos pelo agricultor, 50% pagos pelo Município de Ibiã.	R\$ 165,00

**CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA**

Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para prestar os serviços, conforme AF. Para cada dia de atraso na prestação dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constatare que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

**CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta, de recursos próprios do Município de Ibiom.

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro em vigor, conforme segue:

Reduzido	Unidades	Destinação	Complemento do Detalhamento
29	02.04	MANUT. DAS ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	3390399900000
55	20.23	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	3390392100000

**CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O valor total do presente contrato é de R\$ 66.000,00(Sessenta e seis mil reais). O pagamento, referente às horas licitadas para a Secretaria de Agricultura, será efetuado conforme Lei Municipal N.º 439, de 07 de Maio de 2010, e conforme cronograma de pagamento fixado pelo Decreto Municipal 2.739/2014. As horas licitadas para a Secretaria de Obras, os pagamentos serão realizados, conforme determinado pelo Decreto Municipal 2.739/14. Para ambos os casos, o pagamento será efetuado, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório das horas executadas em cada propriedade, assinado pelo secretário de Agricultura e pelo proprietário do terreno. As horas executadas para a Secretaria de Obras, o relatório será assinado pelo Secretário de Obras e pelo fornecedor, em ambos os casos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiom.sc.gov.br, e compras@ibiom.sc.gov.br.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas

jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE**

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro(Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

**CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA**

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até 30 de Dezembro do exercício em vigor.

**CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO**

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente



a do Edital de Pregão nº 013/2015, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais. E demais sanções, conforme previsto no edital e ata de registro de preços, parte integrante deste processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Agricultura, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material lícitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material,

assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PÚBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 013/2015, Processo Licitatório nº 016/2015, SRP: 008/2015, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente. A administração providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, constados da data de assinatura do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 16 de Abril de 2015  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

NEDIO RADOMSKI ME  
CNPJ: 12.580.988/0001-94  
Adm: Nédio Radomski  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga Irley Lampertti  
CPF: 807.451.729-30 CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos  
Advogado - OAB/SC 13.747

#### CONT. 34

CONTRATO Nº 034/2015  
Ata de Registro de Preços Nº 016/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015  
Sistema de Registro de Preços - SRP nº 008/2015

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado a empresa BORRACHARIA, TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM MG RIO DAS PEDRAS LTDA ME, CNPJ: 07.881.181/0001-51, estabelecida na Rodovia 355, S/N, Rio das Pedras, Videira/SC, CEP: 89.560-000, representada neste ato por seu Administrador o Sr. Gerson Antonio Satti, CPF: 833.033.329-91, de ora em diante denominado de Contratado, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 016/2015 e Pregão Presencial nº 013/2015, SRP 008/2015, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si as ajustados as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto a aquisição de horas de caminhão, equipado com tanque, conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade estimada	Unidade	Descrição	Valor por hora trabalhada
1	600	Hora	Horas de Escavadeira hidráulica peso operacional mínimo 14 toneladas, máquina em bom estado de conservação, ano de fabricação mínimo 2011, custos com transporte da máquina, combustível, e Operador sob responsabilidade da empresa vencedora da licitação. sob responsabilidade da empresa vencedora da licitação. As horas máquina contratadas serão utilizadas na recuperação e manutenção de estradas vicinais.	R\$ 165,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA: CONDIÇÕES DE ENTREGA

Após a solicitação formal com envio da Autorização de Fornecimento no e-mail da empresa, conforme indicado na proposta da mesma, o fornecedor terá um prazo máximo de até 24(vinte e quatro) horas, para prestar os serviços, conforme AF. Para cada dia de atraso na prestação dos serviços, poderá o Município cobrar multa de R\$ 300,00(Trezentos reais) da empresa vencedora do certame, caso o atraso seja superior a 10(dez) dias a presente ata será cancelada e a empresa sofrerá também as penalidades legais conforme consta neste edital. Caso a administração constate que o item não atenda as exigências contidas no item 1(do objeto), a empresa sofrerá também as penalidades conforme consta no edital e respectiva ata de registro de preços.

#### CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta, de recursos próprios do Município de Ibiam.

#### CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros serão próprios do Município do orçamento do exercício financeiro em vigor, conforme segue:

Reduzido	Unidades	Destinação	Complemento do Detalhamento
29	02.04	MANUT. DAS ATIV. DE APOIO AO AGRICULTOR	3390399900000
55	20.23	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	3390392100000

#### CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor total do presente contrato é de R\$ 99.000,00(Noventa e nove mil reais). Os pagamentos serão realizados, conforme determinado pelo Decreto Municipal 2.739/14. O pagamento será efetuado, através de Ordem Bancária, mediante apresentação de relatório das horas executadas em cada propriedade, assinado pelo secretário de Obras e pelo proprietário do terreno. Somente será liberado o pagamento, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal eletrônica devidamente recebida e aceita por Servidor responsável pelo recebimento. A empresa também deve encaminhar o arquivo XML no seguinte e-mail: nfe@ibiam.sc.gov.br, e compras@ibiam.sc.gov.br.

Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, fornecimento



de itens em desacordo com o edital, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Processo Licitatório mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), e Falência e Concordata, devidamente atualizada.

Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei n.º 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF n.º 306 de 12 de março de 2003.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE

Não haverá reajuste, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

É assegurado à CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso deverá formular à Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato;

II - Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá a revisão do contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a administração poderá convocar a contratada assinar aditivo de redução dos preços mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA OITAVA: VIGÊNCIA

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até 30 de Dezembro do exercício em vigor.

#### CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO

Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 013/2015, indenizando o contratado pelo fornecimento dos produtos até então efetuado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais. E demais sanções, conforme previsto no edital e ata de registro de preços, parte integrante deste processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Secretário de Agricultura, conforme portaria 185/2011, nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla

defesa, nos seguintes casos:

I. o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

II. entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

III. a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

V. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

VI. a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. a dissolução da empresa;

VIII. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 013/2015, Processo Licitatório nº 016/2015, SRP: 008/2015, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1.351/05, e demais legislação vigente e pertinente. A administração providenciara a publicação do extrato do presente contrato, até o dia 5 do mês subsequente, constados da data de assinatura do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E

#### LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Ibiam/SC, 16 de Abril de 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Borracharia, T. e Terrap. MG Rio das Pedras Ltda ME

CNPJ: 07.881.181/0001-51

Adm: Gerson A. Satti

CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Laelcio Gasaniga

CPF: 807.451.729-30

Irley Lampertti

CPF: 572.241.539-15

Evandro Carlos dos Santos

Advogado - OAB/SC 13.747

#### DECRETO Nº 2787/2015

DECRETO Nº 2787/2015

APROVA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Municipal nº 272, de 12 de novembro de 2004.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o desmembramento de um terreno urbano de propriedade do Sr. Joacir Filippi, inscrito no CPF: 346.636.069-20, com área de 79.565,06 m² (Setenta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco metros e seis centímetros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará sob nº 8.073, cujo imóvel encontra-se dentro das seguintes confrontações:

Norte: com 446,53 metros, extrema com Alberto Angelo Ciarnoschi, Área Verde do Loteamento Filippi, Rua Orestes Filippi, Nadir Pivetta, Simone Galafassi, Sandro Perosa, João Rampon, Gilmar Ferreira, José Luiz Lizot, Wilmar Filippi e Edson Gomes de Oliveira;

Sul: com 288,70 metros, extrema com a Rodovia SC 135 e Alberto Angelo Ciarnoski;

Leste: com 206,10 metros, extrema com Rio Alçado;

Oeste: com 341,41 metros, extrema com Alberto Angelo Ciarnoski

e Ricardo Galafassi.

Art. 2º O desmembramento autorizado por este Decreto, dará origem a cinco unidades imobiliárias.

I - Área 01 - 12.370,54 m<sup>2</sup> - Área remanescente  
II - Área 02 - 1.974,27 m<sup>2</sup> - Área a desmembrar  
III - Área 03 - 20.643,96 m<sup>2</sup> - Área a desmembrar  
IV - Área 04 - 20.643,96 m<sup>2</sup> - Área a desmembrar  
V - Área 05 - 23.525,88 m<sup>2</sup> - Área a desmembrar  
VI - Área 06 - 406,45 m<sup>2</sup> - Área a desmembrar

Total dos Lotes a Desmembrar: 79.565,06 m<sup>2</sup>

Art. 3º As unidades imobiliárias desmembradas, terão as seguintes confrontações:

a) Área 01 - 12.370,54 m<sup>2</sup> - Área remanescente:

Norte: com 190,43 metros, extrema com Alberto Angelo Ciarnoski, a Área Verde do Loteamento Filippi e Rua Orestes Filippi.  
Sul: com 148,31 metros, extrema com Ricardo Galafassi e Área 03 - á desmembrar;  
Leste: com 44,79 metros, extrema com Nadir Pivetta e Área 03 - á desmembrar;  
Oeste: com 171,55 metros, extrema com Alberto Angelo Ciarnoski.

b) Área 02 - 1.974,27 m<sup>2</sup> - Área a desmembrar:

Norte: com 77,08 metros, extrema com Área 03 - á desmembrar;  
Sul: com 22,62 metros, extrema com área 03 - á desmembrar;  
Leste: com 30,35 metros, extrema Área 03 - á desmembrar;  
Oeste: com 97,34 metros, extrema com Ricardo Galafassi e Rodovia SC 135.

c) Área 03 - 20.643,96 m<sup>2</sup> - Área a desmembrar:

Norte: com 60,10 metros, extrema com Nadir Pivetta, Simone Galafassi e Sandro Perosa;  
Sul: com 75,28 metros, extrema Rodovia SC 135;  
Leste: com 164,03 metros, extrema Área 04 - á desmembrar;  
Oeste: com 266,26 metros, extrema com Área 01 - Remanescente, Ricardo Galafassi e Área 02 - á desmembrar.

d) Área 04 - 20.643,96 m<sup>2</sup> - Área a desmembrar:

Norte: com 76,70 metros, extrema com João Rampon, Gilmar Ferreira, José Luiz Lizot e Wilmar Filippi;  
Sul: com 82,62 metros, extrema com a Rodovia SC 135;  
Leste: com 181,54 metros, extrema Área 05 - á desmembrar;  
Oeste: com 164,03 metros, extrema com Área 03 - á desmembrar.

e) Área 05 - 23.525,88 m<sup>2</sup> - Área a desmembrar:

Norte: com 124,12 metros, extrema com Wilmar Filippi, Área 06 - á desmembrar, Rua Orestes Filippi e Edson Gomes de Oliveira;  
Sul: com 110,80 metros, extrema com a Rodovia SC 135 e Alberto Angelo Ciarnoschi;  
Leste: com 206,10 metros, extrema com Rio Alçado;  
Oeste: com 181,54 metros, extrema com Área 04 - á desmembrar.

f) Área 06 - 406,45 m<sup>2</sup> - Área a desmembrar:

Norte: com 27,85 metros, extrema com a Rua Orestes Filippi e Wilmar Filippi;  
Sul: com 12,87 metros, extrema com área 05 - á desmembrar;  
Leste: com 15,34 metros, extrema Área 05 - á desmembrar;  
Oeste: com 24,46 metros, extrema com Área 05 - á desmembrar.

Art. 4º Fica aprovada a planta, projeto e levantamento planialtimétrico de desmembramento e memorial descritivo das unidades imobiliárias previstas no Artigo 3º, cujos documentos fazem parte deste Decreto.

Art. 5º Os cartórios de Tabelionato e Registro de Imóveis, ficam autorizados a promoverem à escrituração e as averbações necessárias à transferência de domínio e registro, objeto do presente desmembramento.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE ABRIL DE 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Ilhota****PREFEITURA****AVISO LICITAÇÃO TP 007 - 2015 PMI - RUA JOÃO DOMINGOS PEREIRA - ILHOTINHA**

PROCESSO Nº. 159/2015

TOMADA DE PREÇO Nº. 7/2015

Prefeitura Municipal de Ilhota

SETOR DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TIPO MENOR PREÇO - GLOBAL

OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO EM TRECHO DA RUA JOÃO DOMINGOS PEREIRA, BAIRRO ILHOTINHA, EM CONFORMIDADE COM CONTRATO DE REPASSE Nº 0306298-66/2009/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA, conforme Edital e seus anexos.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 19/05/15 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 19/05/15 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

VALMOR BERTELLI JÚNIOR  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
Ilhota, 30 de abril de 2015.

**Imarui****PREFEITURA****AVISO CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 031/2015**

A Prefeitura Municipal de Imaruí torna público o cancelamento do Pregão Presencial 031/2015, para aquisição de uniforme escolar, em decorrência da constatação de informações de fundamental importância na descrição do objeto e do Termo de Referência, que impediram o trâmite regular dos autos. Ao tempo que o departamento de licitações informa que o pregão supracitado será realizado brevemente, a data será publicada respeitando a Lei n.º 10520/2002.

Imaruí, 29 de Abril de 2015  
Manoel Viana de Sousa  
Prefeito Municipal

**AVISO DE CARTA CONVITE PMI Nº. 003/2015**

Objeto: Constitui como objeto à contratação de empresa para reforma do Toyota Corolla 2010, para uso da Secretária de Municipal de Governo.

Tipo: Carta Convite, menor preço global. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 11 de maio de 2015, às 14h00min.

Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º a 6.º feira, das 13h00min às 17h00min, no setor de licitação e também pelo e-mail: [licitacao@imarui@gmail.com](mailto:licitacao@imarui@gmail.com).

Imaruí, 29 de Abril de 2015.  
Manoel Viana de Sousa  
Prefeito Municipal

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 032/2015**

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de caixa d'água e hidrômetros, para uso da Secretária de Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Tipo: Pregão Presencial, menor preço unitário, registro de preços. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 19 de maio de 2015, às 14h00min horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º a 6.º feira, das 13h00min às 17h00min, no setor de licitação e também pelo e-mail: [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br).

Imaruí, 29 de Abril de 2015.  
Manoel Viana de Sousa  
Prefeito Municipal

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 033/2015**

Objeto: Constitui como objeto à contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar no ano letivo de 2015, para uso da Secretária de Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Tipo: Pregão Presencial, menor preço unitário, registro de preços. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 14 de maio de 2015, às 14h00min horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí-SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º a 6.º feira, das 13h00min às 17h00min, no setor



de licitação e também pelo e-mail: [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br).

Imaruí, 29 de Abril de 2015.  
Manoel Viana de Sousa  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº. 037, DE 17 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº. 037, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 61, inciso XXIV da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e da Lei Federal nº 8.666/93 DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Sr(s). VANIO JOSÉ MARTINS, VALMIR ALBRING E JOSÉ DOMINGOS JUNIOR para comporem a Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis que serão leiloados na forma da Lei citada.

Art. 2º - Os relatórios da Comissão serão anexados ao presente Processo Licitatório.

Art. 3º - Os membros desta comissão não receberão nenhuma remuneração por parte desta Prefeitura.

Art. 4º. - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Imaruí, SC, em 29 de abril de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº. 1.868, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº. 1.868, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

ESTABELECE O PRAZO DE VENCIMENTO DA TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO - TLL, DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS - TRS, DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU, E DISPÕE SOBRE OS DESCONTOS PARA PAGAMENTO À VISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito Municipal de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º. Fica estabelecido o prazo de pagamento da parcela única da Taxa de Licença de Localização e Funcionamento - TLL até o dia 30 de Junho de 2015, com direito aos benefícios da legislação vigente.

Art. 2º. O tributo elencado no artigo anterior poderá ser parcelado em até 04 (quatro) vezes, com os vencimentos para 30 de Junho de 2015; 30 de Julho de 2015; 31 de Agosto de 2015; e 30 de Setembro de 2015.

Art. 3º. Para o pagamento em cota única até a data do primeiro vencimento, o contribuinte gozará de desconto de 40% (quarenta por cento), ou de 30% (trinta por cento) se o pagamento se der até o vencimento da 2ª (segunda) parcela:

COTA ÚNICA	30 DE JUNHO DE 2015	40% QUARENTA POR CENTO
DUAS PARCELAS	1ª PARCELA - 30 DE JUNHO DE 2015; e 2ª PARCELA - 30 DE JULHO DE 2015.	30% TRINTA POR CENTO
TRÊS PARCELAS	3ª PARCELA - PARA 30 DE JUNHO DE 2015; 4ª PARCELA - PARA 30 DE JULHO DE 2015; E 5ª PARCELA - PARA 31 DE AGOSTO DE 2015.	SEM DESCONTO
QUATRO PARCELAS	3ª PARCELA - PARA 30 DE JUNHO DE 2015; 4ª PARCELA - PARA 30 DE JULHO DE 2015; 5ª PARCELA - PARA 31 DE AGOSTO DE 2015; 6ª PARCELA - PARA 30 DE SETEMBRO DE 2015.	SEM DESCONTO

Art. 4º. Fica estabelecido o prazo de pagamento da parcela única da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos - TCRS até o dia 30 de Junho de 2015, com direito aos benefícios da legislação vigente.

Art. 5º. O tributo elencado no artigo anterior poderá ser parcelado em até 07 (sete) vezes, com os vencimentos para 30 de Junho de 2015; 30 de julho de 2015; 31 de agosto de 2015; 30 de Setembro de 2015; 30 de Outubro de 2015; 30 de Novembro de 2015; 30 de Dezembro de 2015.

Art. 6º. Para o pagamento em cota única até a data do primeiro vencimento, o contribuinte gozará de desconto de 40% (quarenta por cento), ou de 15% (quinze por cento) se o pagamento se der até o vencimento da 2ª (segunda) parcela:

PARCELAS	VENCIMENTO	DESCONTO
COTA ÚNICA	30 DE JUNHO DE 2015	40% CINQUENTA POR CENTO
DUAS PARCELAS	1ª PARCELA - 30 DE JUNHO DE 2015; e 2ª PARCELA - 30 DE JULHO DE 2015.	15% QUINZE POR CENTO
TRÊS PARCELAS	3ª PARCELA - PARA 30 DE JUNHO DE 2015; 4ª PARCELA - PARA 30 DE JULHO DE 2015; E 5ª PARCELA - PARA 31 DE AGOSTO DE 2015.	SEM DESCONTO
QUATRO PARCELAS	3ª PARCELA - PARA 30 DE JUNHO DE 2015; 4ª PARCELA - PARA 30 DE JULHO DE 2015; 5ª PARCELA - PARA 31 DE AGOSTO DE 2015; 6ª PARCELA - PARA 30 DE SETEMBRO DE 2015.	SEM DESCONTO



CINCO PARCELAS	3ª PARCELA – PARA 30 DE JUNHO DE 2015; 4ª PARCELA – PARA 30 DE JULHO DE 2015; 5ª PARCELA – PARA 31 DE AGOSTO DE 2015; 6ª PARCELA – PARA 30 DE SETEMBRO DE 2015; 7ª PARCELA – PARA 30 DE OUTUBRO DE 2015.	SEM DESCONTO
SEIS PARCELAS	3ª PARCELA – PARA 30 DE JUNHO DE 2015; 4ª PARCELA – PARA 30 DE JULHO DE 2015; 5ª PARCELA – PARA 31 DE AGOSTO DE 2015; 6ª PARCELA – PARA 30 DE SETEMBRO DE 2015; 7ª PARCELA – PARA 30 DE OUTUBRO DE 2015; 8ª PARCELA – PARA 30 DE NOVEMBRO DE 2015.	SEM DESCONTO
SETE PARCELAS	3ª PARCELA – PARA 30 DE JUNHO DE 2015; 4ª PARCELA – PARA 30 DE JULHO DE 2015; 5ª PARCELA – PARA 31 DE AGOSTO DE 2015; 6ª PARCELA – PARA 30 DE SETEMBRO DE 2015; 7ª PARCELA – PARA 30 DE OUTUBRO DE 2015; 8ª PARCELA – PARA 30 DE NOVEMBRO DE 2015; 9ª PARCELA – PARA 30 DE DEZEMBRO DE 2015.	SEM DESCONTO

Art. 7º. Fica estabelecido o prazo de pagamento da parcela única do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU até o dia 30 de Junho de 2015, com direito aos benefícios da legislação vigente.

Art. 8º. Fica estabelecido o prazo de pagamento em 02 (duas) parcelas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU no dia 30 de Junho de 2015 e 30 de Julho de 2015 com direito aos benefícios da legislação vigente.

Art. 9º O tributo elencado no artigo anterior poderá ser parcelado em até 07 (sete) vezes, com os vencimentos para 30 de Junho de 2015; 30 de julho de 2015; 31 de agosto de 2015; 30 de Setembro de 2015; 30 de Outubro de 2015; 30 de Novembro de 2015; e 30 de Dezembro de 2015.

Art. 10. Para o pagamento em cota única até a data do primeiro vencimento, o contribuinte gozará de desconto de 25% (vinte e cinco por cento), ou de 15% (quinze por cento) se o pagamento se der até o vencimento da 2ª (segunda) parcela.

PARCELAS	VENCIMENTO	DESCONTO
COTA ÚNICA	30 DE JUNHO DE 2015	25% VINTE E CINCO POR CENTO

DUAS PARCELAS	1ª PARCELA - 30 DE JUNHO DE 2015; e 2ª PARCELA - PARA 30 DE JULHO DE 2015	15% QUINZE POR CENTO
TRÊS PARCELAS	3ª PARCELA – PARA 30 DE JUNHO DE 2015; 4ª PARCELA – PARA 30 DE JULHO DE 2015; 5ª PARCELA – PARA 31 DE AGOSTO DE 2015.	SEM DESCONTO
QUATRO PARCELAS	3ª PARCELA – PARA 30 DE JUNHO DE 2015; 4ª PARCELA – PARA 30 DE JULHO DE 2015; 5ª PARCELA – PARA 31 DE AGOSTO DE 2015; 6ª PARCELA – PARA 30 DE SETEMBRO DE 2015.	SEM DESCONTO
CINCO PARCELAS	3ª PARCELA – PARA 30 DE JUNHO DE 2015; 4ª PARCELA – PARA 30 DE JULHO DE 2015; 5ª PARCELA – PARA 31 DE AGOSTO DE 2015; 6ª PARCELA – PARA 30 DE SETEMBRO DE 2015; 7ª PARCELA – PARA 30 DE OUTUBRO DE 2015.	SEM DESCONTO
SEIS PARCELAS	3ª PARCELA – PARA 30 DE JUNHO DE 2015; 4ª PARCELA – PARA 30 DE JULHO DE 2015; 5ª PARCELA – PARA 31 DE AGOSTO DE 2015; 6ª PARCELA – PARA 30 DE SETEMBRO DE 2015; 7ª PARCELA – PARA 30 DE OUTUBRO DE 2015; 8ª PARCELA – PARA 30 DE NOVEMBRO DE 2015.	SEM DESCONTO
SETE PARCELAS	3ª PARCELA – PARA 30 DE JUNHO DE 2015; 4ª PARCELA – PARA 30 DE JULHO DE 2015; 5ª PARCELA – PARA 31 DE AGOSTO DE 2015; 6ª PARCELA – PARA 30 DE SETEMBRO DE 2015; 7ª PARCELA – PARA 30 DE OUTUBRO DE 2015; 8ª PARCELA – PARA 30 DE NOVEMBRO DE 2015; 9ª PARCELA – PARA 30 DE DEZEMBRO DE 2015.	SEM DESCONTO

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, SC, 29 de abril de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO DO CONVÊNIO Nº 004/2015-AMAGI

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO	
Termo do Convênio nº 004/2015. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da fazenda e a ASSOCIAÇÃO DE MÃES AMIGAS DAS GESTANTES E IDOSAS - AMAGI FUNDAMENTO: lei nº 4.524, de 13 de março de 2015. OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro destinado à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 8.400,00(oito mil e quatrocentos reais).CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda. VIGÊNCIA: De 26/03/2015 a 31/12/2015.SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Srª Sonia Maria Miranda da Silva	

### EXTRATO TERMO DO CONVÊNIO Nº 010/2015-PONTO DE APOIO DESPERTAR JOVEM

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO	
Termo do Convênio nº 010/2015. PARTÍCIPES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da fazenda e o Ponto de Apoio Despertar Jovem. FUNDAMENTO: lei nº 4.534, de 25 de março de 2015 OBJETO: O objeto do presente Convênio consiste na concessão de auxílio financeiro ao PONTO DE APOIO DESPERTAR JOVEM, visando à cobertura das despesas à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO A despesa ocorrerá por conta da Dotação vigente, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da Fazenda. VIGÊNCIA: De 30/03/2015 a 31/12/2015.SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr Luiz Belmiro Ribeiro	

### LEI Nº 4.552, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.552, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Acrescenta dispositivos da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O §3º do art. 63 da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006, passará a ter a seguinte redação:

“§ 3º O crédito consolidado na forma deste artigo cujo montante for:

- a) [...]
- b) [...]

c) Os créditos a que se referir o pedido de parcelamento, necessariamente, precisam estar vencidos até o último dia útil do ano anterior ao do lançamento do tributo e, portanto, fazer parte da dívida ativa do Município.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 4.553, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.553, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder Auxílio Financeiro ao CTG 13 Guapos e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro ao CGT 13 Guapos, inscrito no CNPJ sob o nº 95.787.701/0001-29, no valor de até R\$ 25.000,00 (vinete e cinco mil reais), em parcela única, até o dia 15 de maio do corrente ano.

Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o “caput” observará a situação financeira da Prefeitura Municipal de Imbituba.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se à cobertura de parte das despesas com a realização do XIX Rodeio Crioulo Nacional, que acontecerá entre os dias 28 a 31 de maio de 2015.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de 30(trinta) dias após o recebimento do mesmo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 4.554, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.554, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 4.536, de 1º de abril de 2015.

O PREFEITO DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera a redação do art. 2º da Lei nº 4.536, de 1º de abril de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O presente convênio a que se refere o Artigo 1º tem

como objetivo à cobertura de parte das despesas referente à manutenção das atividades da respectiva Associação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **LEI Nº 4.555, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.555, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a efetuar despesas para a realização das Festividades Alusivas ao Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imbituba.

O PREFEITO DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 35.000,00(trinta e cinco mil reais), para a realização das Festividades Alusivas ao 57º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imbituba.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º no valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) correrão por conta de dotações orçamentárias própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

### **PORTARIA PMI/GGP Nº 265/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 265, de 28 de abril de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 03/2015, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Concurso	Admissão
Rangel Ricardo Garcia Maciel	Professor II – 20h	808.873.840-72	PSS 03/2015	29/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho  
Gerente de Gestão de Pessoas

### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015 (SEAST)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEAST

PROCESSO Nº 21/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

A Prefeitura de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 13 de maio de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de material de salão de beleza para o SCFV.

O edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Selma Elias Westphal  
Secretária SEAST

### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 47/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 34/2015, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 30 de abril de 2015.

Dilson Petrassen Junior  
Pregoeiro Oficial

### **TERMO DE CONTRATO SEDUC 2015/87 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2015/87 A00

Contratada: POSTO OFICINAS LTDA

C.N.P.J: 78.867.769/0002-80

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS E FILTROS

Valor: 365.355,50 Prazo: 31/12/2015

Fundamento: Processo nº 174 /2014 Pregão 104/2014

Imbituba, 28 de abril de 2015.  
Michela da Silva Freitas  
Secretária Municipal de Educação  
Contratante

Posto Oficinas Ltda  
Representante Legal  
Contratada

#### **TERMO DE CONTRATO SEMUSA 2015/21 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: SEMUSA 2015/21 A00  
Contratada: POSTO OFICINAS LTDA  
C.N.P.J: 78.867.769/0002-80  
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ÓLEOS LUBRIFICANTES  
E MATERIAIS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MU-  
NICIPAL DE SAÚDE.  
Valor: R\$554.155,85 Prazo: 31/12/2015  
Fundamento: Processo nº 49/2014 Pregão 36/2014

Imbituba, 27 de abril de 2015.  
Maria Martins dos Passos Souza  
Secretária Municipal de saúde  
Contratante

Posto Oficinas Ltda  
Representante Legal  
Contratada

#### **CÂMARA MUNICIPAL**

#### **RESOLUÇÃO Nº 004, DE 28 DE ABRIL DE 2015.**

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

RESOLUÇÃO Nº 004, DE 28 DE ABRIL DE 2015.  
Dispõe sobre a realização de Sessão Solene comemorativa ao 57º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imbituba e dá outras providências.

A CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, RESOLVE:  
Art. 1º Autorizar o Presidente da Câmara Municipal a realizar despesas no valor de até R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) com a realização de Sessão Solene comemorativa ao 57º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imbituba, a realizar-se no dia 19 de junho de 2015.  
Parágrafo único. As despesas decorrentes do ato comemorativo prevista no "caput" correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor após sua publicação oficial.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2015.  
Luiz Cláudio Carvalho de Souza  
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se  
Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 28/04/2015 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

## **Indaial**

### **PREFEITURA**

#### **ATA Nº 016/2015**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº 006/2015-19208  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2015

Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e quinze, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, e pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, Secretário de Saúde, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 057/2015 - Edital de Pregão nº 006/2015-19208, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

#### **1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

1.1. A.P. TORTELLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 78.451.614/0001-87, estabelecida à Rua General Potiguar, nº 1428 - Bairro Novo Mundo, no município de Curitiba - Estado do Paraná.

1.2. CM HOSPITALAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.420.164/0003-19, estabelecida à Rua Vereador Kaveffes Abraão, nº 365 - Bairro Dimic, no município de Catalão - Estado de Goiás.

1.3. NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.612.312/0004-97, estabelecida à Rua Juliete Melo dos Santos, nº S/N - Bairro Distrito Industrial, no município de São José - Estado de Santa Catarina.

1.4. BRUTHAN COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.625.813/0001-00, estabelecida à Rua Felipe Neves, nº 631 - Bairro Estreito, no município de Florianópolis - Estado de Santa Catarina.

1.5. PFG COMERCIAL LTDA - ME., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.438.684/0001-15, estabelecida à Rua Equador, nº 665 - Bairro das Nações, no município de Fazenda Rio Grande - Estado do Paraná.

#### **2. DO OBJETO:**

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a aquisição de dietas especiais, conforme as especificações constantes no Edital de Pregão no 006/2015-19208.



2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

### 3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

477257 - A.P. TORTELLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA								
Sem lote								
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total		
13	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ, PARA USO ORAL OU ENTERAL, COM 25 VITAMINAS E MINERAIS E ADIÇÃO DE PREBIÓTICO (70% FOS E 30% INULINA). SABORES VARIADOS. EMBALAGEM:LATA DE 400G.	LATA		600	R\$22,00	R\$13.200,00		
18	TRIGLICERÍDEO DE CADEIA MÉDIA: FRASCO DE 250 ML, ISENTO DE GLÚTEN E LACTOSE.	UNIDADE		400	R\$28,40	R\$11.360,00		
Total Lote:						R\$24.560,00		
Total do Fornecedor:						R\$24.560,00		
749788 - CM HOSPITALAR LTDA								
Sem lote								
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total		
1	FÓRMULA LÍQUIDA PARA USO ENTERAL OU ORAL, NUTRICIONAL-MENTE COMPLETA, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA, NORMOLIPÍDICA E COM FIBRAS (52% FIBRA DE SOJA E 48%GOMA GUAR PARCIALMENTE HIDROLISADA). SABOR BAUNILHA. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. EMBALAGEM TETRA SQUARE DE 1000ML.	LITRO		1.200	R\$22,95	R\$27.540,00		
2	DIETA NUTRICIONALMENTE COMPLETA PARA USO ENTERAL OU ORAL PARA CRIANÇAS DE 1 A 10 ANOS, NORMOCALÓRICA(1,0 KCAL/ML), NORMOPROTEICA (COM 50% DA PROTEÍNA DO SORO DO LEITE). SABOR BAUNILHA. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. EMBALAGEM: LATA DE 400G.	LATA		500	R\$40,36	R\$20.180,00		
3	MÓDULO PARA ESPESSAR OU GELIFICAR ALIMENTOS, FRIOS OU QUENTES, A BASE DE MALTODEXTRINA, GOMA XANTANA E CLORETO DE POTÁSSIO. ISENTO DE LACTOSE E GLÚTEN. EMBALAGEM: LATA DE 125G.	LATA		200	R\$60,75	R\$12.150,00		
14	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ PARA USO ORAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS 60 ANOS OU MAIS COM 26 VITAMINAS E MINERAIS, ADIÇÃO DE FOS E INULINA. ISENTO DE SACAROSE E GLÚTEN, SEM SABOR. LATA 400G.	LATA		600	R\$29,70	R\$17.820,00		
Total Lote:						R\$77.690,00		
Total do Fornecedor:						R\$77.690,00		
749850 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA								
Sem lote								
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total		
4	DIETA EM PÓ PARA USO ENTERAL OU ORAL, POLIMÉRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA, COM PROTEÍNA ANIMAL E/OU VEGETAL, INDICADA PARA MAIORES DE 10 ANOS. SABOR BAUNILHA, ISENTO OU NATURAL. EMBALAGEM COM NO MÍNIMO DE 800G E COM NO MÁXIMO 1 KG.	LATA		1.000	R\$35,00	R\$35.000,00		
5	DIETA EM PÓ PARA USO ENTERAL OU ORAL, POLIMÉRICA, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, NORMOCALÓRICA, NORMOPROTEICA, COM PROTEÍNA ANIMAL E/OU VEGETAL, COM FIBRAS SOLÚVEIS, INDICADA PARA MAIORES DE 10 ANOS. SABOR BAUNILHA, ISENTO OU NATURAL. EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 800G.	LATA		1.200	R\$49,00	R\$58.800,00		
6	DIETA POLIMÉRICA PEDIÁTRICA NUTRICIONALMENTE COMPLETA, NORMOCALÓRICA E NORMOPROTEICA, ISENTO DE SACAROSE, LACTOSE E GLÚTEN PARA NUTRIÇÃO ORAL E ENTERAL. EMBALAGEM TETRA PACK COM NO MÁXIMO 1 LITRO.	UNIDADE		400	R\$14,50	R\$5.800,00		
15	SUPLEMENTO ALIMENTAR EM PÓ PARA USO ORAL PARA ATENDER CRIANÇAS ACIMA DE 4 ANOS DE IDADE, COM VITAMINAS E MINERAIS, SABORES VARIADOS. LATA 400G.	LATA		600	R\$12,00	R\$7.200,00		
Total Lote:						R\$106.800,00		



Total do Fornecedor:							R\$106.800,00		
784230 - BRUTHAN COMERCIAL LTDA									
Sem lote									
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total			
9	FÓRMULA INFANTIL EM PÓ PARA CRIANÇAS DE 0 A 1 ANO, À BASE DE PROTEÍNA EXTENSAMENTE HIDROLISADA E HIPOALERGÊNICA PARA ALERGIA ÀS PROTEÍNAS INTACTAS DO LEITE DE VACA E DE SOJA COM COMPROMETIMENTO DO TRATO INTESTINAL. EMBALAGEM: LATA DE 400G.	LATA		400	R\$65,00	R\$26.000,00			
Total Lote:							R\$26.000,00		
Total do Fornecedor:							R\$26.000,00		
796204 - PFG COMERCIAL LTDA - ME.									
Sem lote									
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total			
7	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES COM SUA RELAÇÃO CASEÍNA/PROTEÍNA DO SORO DO LEITE ALTERADA E COM ADIÇÃO DE PREBIÓTICOS. EMBALAGEM: LATA DE 400G (DST/AIDS).	LATA		800	R\$7,62	R\$6.096,00			
8	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES, À BASE DE 100% PROTEÍNA ISOLADA DA SOJA. ENRIQUECIDA COM FERRO, CÁLCIO, VITAMINAS, L-METIONINA. EMBALAGEM: LATA DE 400G.	LATA		500	R\$10,90	R\$5.450,00			
10	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA ENRIQUECIDA COM FERRO, VITAMINAS E MINERAIS PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES. EMBALAGEM: LATA DE 400G.	LATA		200	R\$5,47	R\$1.094,00			
11	FÓRMULA INFANTIL DE SEQUÊNCIA ENRIQUECIDA COM FERRO, VITAMINAS E MINERAIS PARA LACTENTES A PARTIR DO 6 MESES. EMBALAGEM: LATA DE 400G.	LATA		800	R\$5,97	R\$4.776,00			
12	FÓRMULA INFANTIL ISENTA DE LACTOSE PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES, COM PROTEÍNAS MODIFICADAS EM SUA RELAÇÃO CASEÍNA/PROTEÍNA DO SORO DO LEITE. EMBALAGEM DE 400G.	LATA		600	R\$14,22	R\$8.532,00			
16	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES DE 0 A 12 MESES, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, EM PÓ, ANTIRREGURGITACÃO, ISENTO DE GLÚTEN. EMBALAGEM DE 400G.	UNIDADE		400	R\$10,30	R\$4.120,00			
19	FÓRMULA INFANTIL DE PARTIDA ENRIQUECIDA COM FERRO, VITAMINAS E MINERAIS PARA LACTENTES DE 0 A 6 MESES. EMBALAGEM: LATA DE 400G.	LATA		600	R\$5,47	R\$3.282,00			
Total Lote:							R\$33.350,00		
Total do Fornecedor:							R\$33.350,00		
Total da Homologação:							R\$268.400,00		

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

#### 5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

#### 6. FISCALIZAÇÃO:

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

#### 7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

#### 8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 057/2015 - Edital de Pregão nº 006/2015-19208.

#### 9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

#### 10. SANÇÕES:

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

#### 11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### 12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

#### 13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

#### 14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção;
- j) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- k) Decreto Municipal nº 654/2014.

#### 15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 22 de abril de 2015.

<p>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal</p> <p>A.P. TORTELLI COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. Armando Pedro Tortelli Diretor Geral</p> <p>NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. Suellen Cristofolini Kessin Representante Legal</p> <p>P.F.G. COMERCIAL LTDA – ME. Adolfo Frederico Grams Gerente</p>	<p>FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Secretário de Saúde</p> <p>CM HOSPITALAR LTDA. Gilvan Goulart Terra Administrador</p> <p>BRUTHAN COMERCIAL LTDA. Edu Mansur Godinho Sócio Administrador</p>

#### Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### ATA Nº 017/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº 001/2015-37941  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2015

Aos catorze dias do mês de abril de dois mil e quinze, de um lado a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FME, inscrita no CNPJ sob nº 07.789.410/0001-02, com sede na Rua Olympia, nº 41, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Ademir Packer, Diretor Executivo, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 480.968.309-53 e Cédula de Identidade nº 1.293.554-9, residente e domiciliado à Rua Eng. Emílio Odebrecht, nº 98, Bairro das Nações, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 056/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015-37941, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

#### 1. FORNECEDOR REGISTRADO:

1.1. INDASPORTS ATIVIDADES DESPORTIVAS S.S. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.613.840/0001-31, estabelecida à Rua Melvin Jones, nº 980 - Bairro Carijós, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina.

## 2. DO OBJETO:

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a realização dos serviços de arbitragem de atividades desportivas, promovidas ou apoiadas pela FME, conforme quantitativos e condições do quadro à seguir:

ITEM	QUANT	UNID	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES
01	40	Jogo	Arbitragem para o campeonato municipal de futebol de campo, categoria titulares, sendo que o jogo tem a duração de 90 minutos, divididos em dois tempos de 45 minutos cada. Equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) assistentes e 01 (um) mesário.
02	04	Jogo	Arbitragem para o campeonato municipal de futebol de campo, categoria titulares, Nível Arbitro Federados sendo que o jogo tem a duração de 90 minutos, divididos em dois tempos de 45 minutos cada. Equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) assistentes e 01 (um) mesário.
03	40	Jogo	Arbitragem para o campeonato municipal de futebol de campo, categoria Aspirantes, sendo que o jogo tem a duração de 90 minutos, divididos em dois tempos de 45 minutos cada. Equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) assistentes e 01 (um) mesário.
04	04	Jogo	Arbitragem para o campeonato municipal de futebol de campo, categoria Aspirantes, Nível Arbitro Federados sendo que o jogo tem a duração de 90 minutos, divididos em dois tempos de 45 minutos cada. Equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro, 02 (dois) assistentes e 01 (um) mesário.
05	40	Diária	Arbitragem para o campeonato municipal de futebol Suíço, categoria Adulto, Feminino, Sub 17 e Sênior, sendo que o jogo tem a duração de 40 minutos, divididos em dois tempos de 20 minutos cada. Equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário. Diária com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
06	80	Diária	Arbitragem para o campeonato municipal de futebol de Areia, categoria Adulto e Sênior, sendo que o jogo tem a duração de 40 minutos, divididos em dois tempos de 20 minutos cada. Equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário. Diária com 01 (um) período de até 04 horas.
07	08	Diária	Arbitragem para "Jogos Escolares" na Modalidade de Futsal, crianças de 10 a 14 anos, sendo realizado em partidas subsequentes, tendo a duração máxima de 10 minutos, Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros. Estimativa de 20 (vinte) jogos. Diária Escolar, 02 (dois) períodos de até 04 horas.
08	10	Diária	Arbitragem para "Jogos Escolares" na Modalidade de Futsal, crianças de 10 a 14 anos, sendo realizado em partidas subsequentes, tendo a duração máxima de 10 minutos, Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros. Estimativa de 10 (dez) jogos. Diária Escolar, 01 (um) período de até 04 horas.
09	08	Diária	Arbitragem para "Jogos Escolares" na Modalidade de Voleibol, crianças de 10 a 14 anos, sendo realizado em partidas subsequentes, Onde cada partida terá a duração máxima de 01 (um) set até 25 pontos, Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros. Estimativa de 20 (vinte) jogos. Diária Escolar, 02 Períodos de até 04 horas.
10	10	Diária	Arbitragem para "Jogos Escolares" na Modalidade de Voleibol, crianças de 10 a 14 anos, sendo realizado em partidas subsequentes, Onde cada partida terá a duração máxima de 01 (um) set até 25 pontos, Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros. Estimativa de 10 (dez) jogos. Diária Escolar, 01 período de até 04 horas.
11	08	Diária	Arbitragem para "Jogos Escolares" na Modalidade de Handebol, crianças de 10 a 14 anos, sendo realizado em partidas subsequentes, tendo a duração máxima de 10 minutos, Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros. Estimativa de 20 (vinte) jogos. Diária Escolar, 02 (dois) períodos de até 04 horas.
12	10	Diária	Arbitragem para "Jogos Escolares" na Modalidade de Handebol, crianças de 10 a 14 anos, sendo realizado em partidas subsequentes, tendo a duração máxima de 10 minutos, Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros. Estimativa de 10 (dez) jogos. Diária Escolar, 01 (um) período de até 04 horas.
13	08	Diária	Arbitragem para "Jogos Escolares" na Modalidade de Basquete, crianças de 10 a 14 anos, sendo realizado em partidas subsequentes, tendo a duração máxima de 10 minutos, Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros. Estimativa de 20 (vinte) jogos. Diária Escolar, 02 (dois) períodos de até 04 horas.
14	10	Diária	Arbitragem para "Jogos Escolares" na Modalidade de Basquete, crianças de 10 a 14 anos, sendo realizado em partidas subsequentes, tendo a duração máxima de 10 minutos, Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros. Estimativa de 10 (dez) jogos. Diária Escolar, 01 (um) período de até 04 horas.
15	04	Diária	Arbitragem para o campeonato municipal de futebol de campo, Moleque Bom de Bola, crianças de 12 a 14 anos, sendo realizado em partidas subsequentes, tendo a duração máxima de 30 minutos, Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros. Estimativa de 12 (doze) jogos. Diária Escolar, 02 períodos de até 04 horas.
16	06	Diária	Arbitragem para o campeonato municipal de futebol de campo, Moleque Bom de Bola, crianças de 12 a 14 anos, sendo realizado em partidas subsequentes, tendo a duração máxima de 30 minutos, Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros. Estimativa de 06 (seis) jogos. Diária Escolar, 01 (um) período de até 04 horas.
17	10	Jogo	Arbitragem para Jogos amistosos de VOLEI, MELHOR DE 5 SETS VENCEDORES ATÉ 25 PONTOS. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário.
18	10	Jogo	Arbitragem para Jogos amistosos de VOLEI DE AREIA, MELHOR DE 3 SETS VENCEDORES ATÉ 25 PONTOS CADA. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário.
19	10	Jogo	Arbitragem para Jogos amistosos de FUTSAL, sendo que o jogo tem a duração de 40 minutos, divididos em dois tempos de 20 minutos. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário.
20	20	Jogo	Arbitragem para Jogos amistosos, de FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA ADULTO, sendo que o jogo tem a duração de 90 minutos divididos em dois tempos de 45 minutos. Equipe de arbitragem com 01 (um) árbitro e 02 (dois) assistentes.
21	20	Jogo	Arbitragem para Jogos amistosos de FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA MENORES, sendo que o jogo tem a duração de 60 minutos divididos em dois tempos de 30 minutos. Equipe de arbitragem com 01 (um) arbitro e 02 (dois) assistentes.



22	20	Jogo	Arbitragem para Jogos amistosos de FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA MENORES, sendo que o jogo tem a duração de 40 minutos divididos em dois tempos de 20 minutos. Equipe de arbitragem com 01 (um) árbitro, 02 (dois) assistentes.
23	05	Jogo	Arbitragem para Jogos amistosos de Basquete. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário.
24	20	Diária	Arbitragem para Jogos de BOCHA, jogos oficial até 12 pontos. Equipe de arbitragem com 01 (um) árbitro. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
25	40	Diária	Arbitragem para Jogos de BOCHA, jogos oficial até 12 pontos. Equipe de arbitragem com 01 (um) árbitro. Diário com 01 (um) período de até 04 horas.
26	04	Diária	Arbitragem para Olimpíadas Entre Empresas, Modalidade de VOLEIBOL. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
27	08	Diária	Arbitragem para Olimpíadas Entre Empresas, Modalidade de VOLEIBOL. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 01 (um) período de até 04 horas.
28	04	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas", Modalidade de VOLEI DE AREIA. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
29	08	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas", Modalidade de VOLEI DE AREIA. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 01 (um) período de até 04 horas.
30	04	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas", Modalidade de FUTVOLEI. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
31	08	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas", Modalidade de FUTVOLEI. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 01 período de até 04 horas.
32	10	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas" Modalidade de FUTEBOL SUÍÇO. Equipe de arbitragem com 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
33	15	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas" Modalidade de FUTEBOL SUÍÇO. Equipe de arbitragem com 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário. Diário com 01 (um) período de até 04 horas.
34	03	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas" Modalidade de Basquete. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
35	03	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas" Modalidade de Basquete. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
36	03	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas" Modalidade de Handebol. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
37	03	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas" Modalidade de Handebol. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 01 (um) período de até 04 horas.
38	20	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas" Modalidade de FUTSAL. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
39	30	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas" Modalidade de FUTSAL. Equipe de arbitragem com 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 01 (um) período de até 04 horas.
40	10	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas" Modalidade de CANASTRA, DOMINÓ, TRUCO, XADREZ, SINUCA E BOCHA. Equipe de arbitragem com 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
41	10	Diária	Arbitragem para "Olimpíadas Entre Empresas" Modalidade de CANASTRA, DOMINÓ, TRUCO, XADREZ, SINUCA E BOCHA. Equipe de arbitragem com 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário. Diário com 01 (um) período de até 04 horas.
42	10	Diária	Arbitragem para o Campeonato Municipal de jogos de mesa, (sinuca, truco, dominó, canastra). Equipe de Arbitragem contendo e 01 (um) mesário. (aproximadamente 20 jogos). Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
43	10	Diária	Arbitragem para o Campeonato Municipal de jogos de mesa, (sinuca, truco, dominó, canastra). Equipe de arbitragem contendo e 01 (um) mesário. Estimativa de 20 (vinte) jogos. Diário com 01 (um) período de até 04 horas.
44	10	Diária	Arbitragem para o Campeonato Municipal de Bolão 16 cm e 23 cm. Equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário. Estimativa de 20 (vinte) jogos. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
45	10	Diária	Arbitragem para o Campeonato Municipal de Bolão 16 cm e 23 cm. Equipe de arbitragem contendo 01 (um) árbitro e 01 (um) mesário. Estimativa de 10 (dez) jogos. Diário com 01 (um) período de até 04 horas.
46	30	Diária	Arbitragem para o Campeonato Municipal de Futsal, Categoria Adulto, sendo que cada partida tem a duração de no máximo 40 minutos divididos em dois tempos de 20 minutos. Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
47	90	Diária	Arbitragem para o Campeonato Municipal de Futsal, Categoria Menores e Feminino, sendo que cada partida tem a duração de no máximo 40 minutos divididos em dois tempos de 20 minutos. Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Diário com 01 (um) período de até 04 horas.
48	20	Diária	Arbitragem para o Campeonato Municipal de Futsal, Categoria Menores, sendo que cada partida tem a duração de no máximo 30 minutos divididos em dois tempos de 15 minutos. Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Estimativa de 20 (vinte) jogos. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
49	40	Diária	Arbitragem para o Campeonato Municipal de Futsal, Categoria Menores, sendo que cada partida tem a duração de no máximo 30 minutos divididos em dois tempos de 15 minutos. Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Estimativa de 20 (vinte) jogos. Diário com 01 (um) período de até 04 horas.
50	20	Diária	Arbitragem para o Campeonato Municipal de Futsal, Categoria Menores, sendo que cada partida tem a duração de no máximo 20 minutos divididos em dois tempos de 10 minutos. Equipe de arbitragem contendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Estimativa de 20 (vinte) jogos. Diário com 02 (dois) períodos de até 04 horas.
51	40	Diária	Arbitragem para o Campeonato Municipal de Futsal, Categoria Menores, sendo que cada partida tem a duração de no máximo 20 minutos divididos em dois tempos de 10 minutos. Equipe de Arbitragem contendo 02 (dois) árbitros e 01 (um) mesário. Estimativa de 20 (vinte) jogos. Diário de 01 (um) período de até 04 horas.

## 3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

3.1.1. Empresa Indasportrs Atividades Desportivas S.S. Ltda:

424307 - INDASPORTS ATIVIDADES DESPORTIVAS S.S. LTDA.								
Lote: 1 - LOTE 01 - ARBITRAGEM.								
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total		
1	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA TITULARES, SENDO QUE O JOGO TEM A DURAÇÃO DE 90 MINUTOS, DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 45 MINUTOS CADA. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 01 (UM) ÁRBITRO, 02 (DOIS) ASSISTENTES E 01 (UM) MESÁRIO.	JOGO		40	R\$439,00	R\$17.560,00		
2	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA TITULARES, NÍVEL ARBITRO FEDERADOS SENDO QUE O JOGO TEM A DURAÇÃO DE 90 MINUTOS, DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 45 MINUTOS CADA. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 01 (UM) ÁRBITRO, 02 (DOIS) ASSISTENTES E 01 (UM) MESÁRIO.	JOGO		4	R\$550,05	R\$2.200,20		
3	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA ASPIRANTES, SENDO QUE O JOGO TEM A DURAÇÃO DE 90 MINUTOS, DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 45 MINUTOS CADA. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 01 (UM) ÁRBITRO, 02 (DOIS) ASSISTENTES E 01 (UM) MESÁRIO.	JOGO		40	R\$420,00	R\$16.800,00		
4	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA ASPIRANTES, NÍVEL ARBITRO FEDERADOS SENDO QUE O JOGO TEM A DURAÇÃO DE 90 MINUTOS, DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 45 MINUTOS CADA. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 01 (UM) ÁRBITRO, 02 (DOIS) ASSISTENTES E 01 (UM) MESÁRIO.	JOGO		4	R\$550,00	R\$2.200,00		
5	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL SUÍÇO, CATEGORIA ADULTO, FEMININO, SUB 17 E SÊNIOR, SENDO QUE O JOGO TEM A DURAÇÃO DE 40 MINUTOS, DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 20 MINUTOS CADA. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 01 (UM) ÁRBITRO E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		40	R\$644,62	R\$25.784,80		
6	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE AREIA, CATEGORIA ADULTO E SÊNIOR, SENDO QUE O JOGO TEM A DURAÇÃO DE 40 MINUTOS, DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 20 MINUTOS CADA. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 01 (UM) ÁRBITRO E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		80	R\$330,00	R\$26.400,00		
7	ARBITRAGEM PARA "JOGOS ESCOLARES" NA MODALIDADE DE FUTSAL, CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS, SENDO REALIZADO EM PARTIDAS SUBSEQUENTES, TENDO A DURAÇÃO MÁXIMA DE 10 MINUTOS, EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS. ESTIMATIVA DE 20 (VINTE) JOGOS. DIÁRIA ESCOLAR, 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		8	R\$400,00	R\$3.200,00		
8	ARBITRAGEM PARA "JOGOS ESCOLARES" NA MODALIDADE DE FUTSAL, CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS, SENDO REALIZADO EM PARTIDAS SUBSEQUENTES, TENDO A DURAÇÃO MÁXIMA DE 10 MINUTOS, EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS. ESTIMATIVA DE 10 (DEZ) JOGOS. DIÁRIA ESCOLAR, 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		10	R\$260,00	R\$2.600,00		
9	ARBITRAGEM PARA "JOGOS ESCOLARES" NA MODALIDADE DE VOLEIBOL, CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS, SENDO REALIZADO EM PARTIDAS SUBSEQUENTES, ONDE CADA PARTIDA TERÁ A DURAÇÃO MÁXIMA DE 01 (UM) SET ATÉ 25 PONTOS, EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS. ESTIMATIVA DE 20 (VINTE) JOGOS. DIÁRIA ESCOLAR, 02 PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		8	R\$400,00	R\$3.200,00		
10	ARBITRAGEM PARA "JOGOS ESCOLARES" NA MODALIDADE DE VOLEIBOL, CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS, SENDO REALIZADO EM PARTIDAS SUBSEQUENTES, ONDE CADA PARTIDA TERÁ A DURAÇÃO MÁXIMA DE 01 (UM) SET ATÉ 25 PONTOS, EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS. ESTIMATIVA DE 10 (DEZ) JOGOS. DIÁRIA ESCOLAR, 01 PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		10	R\$260,00	R\$2.600,00		
11	ARBITRAGEM PARA "JOGOS ESCOLARES" NA MODALIDADE DE HANDEBOL, CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS, SENDO REALIZADO EM PARTIDAS SUBSEQUENTES, TENDO A DURAÇÃO MÁXIMA DE 10 MINUTOS, EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS. ESTIMATIVA DE 20 (VINTE) JOGOS. DIÁRIA ESCOLAR, 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		8	R\$400,00	R\$3.200,00		
12	ARBITRAGEM PARA "JOGOS ESCOLARES" NA MODALIDADE DE HANDEBOL, CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS, SENDO REALIZADO EM PARTIDAS SUBSEQUENTES, TENDO A DURAÇÃO MÁXIMA DE 10 MINUTOS, EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS. ESTIMATIVA DE 10 (DEZ) JOGOS. DIÁRIA ESCOLAR, 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		10	R\$260,00	R\$2.600,00		

13	ARBITRAGEM PARA "JOGOS ESCOLARES" NA MODALIDADE DE BASQUETE, CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS, SENDO REALIZADO EM PARTIDAS SUBSEQUENTES, TENDO A DURAÇÃO MÁXIMA DE 10 MINUTOS, EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS. ESTIMATIVA DE 20 (VINTE) JOGOS. DIÁRIA ESCOLAR, 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		8	R\$400,00	R\$3.200,00
14	ARBITRAGEM PARA "JOGOS ESCOLARES" NA MODALIDADE DE BASQUETE, CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS, SENDO REALIZADO EM PARTIDAS SUBSEQUENTES, TENDO A DURAÇÃO MÁXIMA DE 10 MINUTOS, EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS. ESTIMATIVA DE 10 (DEZ) JOGOS. DIÁRIA ESCOLAR, 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		10	R\$260,00	R\$2.600,00
15	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO, MOLEQUE BOM DE BOLA, CRIANÇAS DE 12 A 14 ANOS, SENDO REALIZADO EM PARTIDAS SUBSEQUENTES, TENDO A DURAÇÃO MÁXIMA DE 30 MINUTOS, EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS. ESTIMATIVA DE 12 (DOZE) JOGOS. DIÁRIA ESCOLAR, 02 PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		4	R\$400,00	R\$1.600,00
16	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO, MOLEQUE BOM DE BOLA, CRIANÇAS DE 12 A 14 ANOS, SENDO REALIZADO EM PARTIDAS SUBSEQUENTES, TENDO A DURAÇÃO MÁXIMA DE 30 MINUTOS, EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS. ESTIMATIVA DE 06 (SEIS) JOGOS. DIÁRIA ESCOLAR, 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		6	R\$260,00	R\$1.560,00
17	ARBITRAGEM PARA JOGOS AMISTOSOS DE VOLEI, MELHOR DE 5 SETS VENCEDORES ATÉ 25 PONTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO.	JOGO		10	R\$140,00	R\$1.400,00
18	ARBITRAGEM PARA JOGOS AMISTOSOS DE VOLEI DE AREIA, MELHOR DE 3 SETS VENCEDORES ATÉ 25 PONTOS CADA. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO	JOGO		10	R\$120,00	R\$1.200,00
19	ARBITRAGEM PARA JOGOS AMISTOSOS DE FUTSAL, SENDO QUE O JOGO TEM A DURAÇÃO DE 40 MINUTOS, DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 20 MINUTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO.	JOGO		10	R\$230,00	R\$2.300,00
20	ARBITRAGEM PARA JOGOS AMISTOSOS, DE FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA ADULTO, SENDO QUE O JOGO TEM A DURAÇÃO DE 90 MINUTOS DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 45 MINUTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 01 (UM) ÁRBITRO E 02 (DOIS) ASSISTENTES.	JOGO		20	R\$370,00	R\$7.400,00
21	ARBITRAGEM PARA JOGOS AMISTOSOS DE FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA MENORES, SENDO QUE O JOGO TEM A DURAÇÃO DE 60 MINUTOS DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 30 MINUTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 01 (UM) ÁRBITRO E 02 (DOIS) ASSISTENTES.	JOGO		20	R\$240,00	R\$4.800,00
22	ARBITRAGEM PARA JOGOS AMISTOSOS DE FUTEBOL DE CAMPO, CATEGORIA MENORES, SENDO QUE O JOGO TEM A DURAÇÃO DE 40 MINUTOS DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 20 MINUTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 01 (UM) ÁRBITRO, 02 (DOIS) ASSISTENTES.	JOGO		20	R\$190,00	R\$3.800,00
23	ARBITRAGEM PARA JOGOS AMISTOSOS DE BASQUETE. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO.	JOGO		5	R\$140,00	R\$700,00
24	ARBITRAGEM PARA JOGOS DE BOCHA, JOGOS OFICIAL ATÉ 12 PONTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 01 (UM) ÁRBITRO. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		20	R\$110,00	R\$2.200,00
25	ARBITRAGEM PARA JOGOS DE BOCHA, JOGOS OFICIAL ATÉ 12 PONTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 01 (UM) ÁRBITRO. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		40	R\$90,00	R\$3.600,00
26	ARBITRAGEM PARA OLIMPÍADAS ENTRE EMPRESAS, MODALIDADE DE VOLEIBOL. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		4	R\$490,00	R\$1.960,00
27	ARBITRAGEM PARA OLIMPÍADAS ENTRE EMPRESAS, MODALIDADE DE VOLEIBOL. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		8	R\$300,00	R\$2.400,00
28	ARBITRAGEM PARA "OLIMPÍADAS ENTRE EMPRESAS", MODALIDADE DE VOLEI DE AREIA. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		4	R\$490,00	R\$1.960,00
29	ARBITRAGEM PARA "OLIMPÍADAS ENTRE EMPRESAS", MODALIDADE DE VOLEI DE AREIA. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		8	R\$300,00	R\$2.400,00
30	ARBITRAGEM PARA "OLIMPÍADAS ENTRE EMPRESAS", MODALIDADE DE FUTVOLEI. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		4	R\$490,00	R\$1.960,00
31	ARBITRAGEM PARA "OLIMPÍADAS ENTRE EMPRESAS", MODALIDADE DE FUTVOLEI. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 01 PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		8	R\$300,00	R\$2.400,00

32	ARBITRAGEM PARA "OLIMPIÁDAS ENTRE EMPRESAS" MODALIDADE DE FUTEBOL SUÍÇO. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 01 (UM) ÁRBITRO E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		10	R\$700,00	R\$7.000,00
33	ARBITRAGEM PARA "OLIMPIÁDAS ENTRE EMPRESAS" MODALIDADE DE FUTEBOL SUÍÇO. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 01 (UM) ÁRBITRO E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		15	R\$395,00	R\$5.925,00
34	ARBITRAGEM PARA "OLIMPIÁDAS ENTRE EMPRESAS" MODALIDADE DE BASQUETE. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		3	R\$490,00	R\$1.470,00
35	ARBITRAGEM PARA "OLIMPIÁDAS ENTRE EMPRESAS" MODALIDADE DE BASQUETE. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		3	R\$450,00	R\$1.350,00
36	ARBITRAGEM PARA "OLIMPIÁDAS ENTRE EMPRESAS" MODALIDADE DE HANDEBOL. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		3	R\$490,00	R\$1.470,00
37	ARBITRAGEM PARA "OLIMPIÁDAS ENTRE EMPRESAS" MODALIDADE DE HANDEBOL. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		3	R\$300,00	R\$900,00
38	ARBITRAGEM PARA "OLIMPIÁDAS ENTRE EMPRESAS" MODALIDADE DE FUTSAL. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		20	R\$750,00	R\$15.000,00
39	ARBITRAGEM PARA "OLIMPIÁDAS ENTRE EMPRESAS" MODALIDADE DE FUTSAL. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		30	R\$480,00	R\$14.400,00
40	ARBITRAGEM PARA "OLIMPIÁDAS ENTRE EMPRESAS" MODALIDADE DE CANASTRA, DOMINÓ, TRUCO, XADREZ, SINUCA E BOCHA. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 01 (UM) ÁRBITRO E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		10	R\$143,00	R\$1.430,00
41	ARBITRAGEM PARA "OLIMPIÁDAS ENTRE EMPRESAS" MODALIDADE DE CANASTRA, DOMINÓ, TRUCO, XADREZ, SINUCA E BOCHA. EQUIPE DE ARBITRAGEM COM 01 (UM) ÁRBITRO E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		10	R\$71,00	R\$710,00
42	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE JOGOS DE MESA, (SINUCA, TRUCO, DOMINÓ, CANASTRA). EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO E 01 (UM) MESÁRIO. (APROXIMADAMENTE 20 JOGOS). DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		10	R\$144,00	R\$1.440,00
43	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE JOGOS DE MESA, (SINUCA, TRUCO, DOMINÓ, CANASTRA). EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO E 01 (UM) MESÁRIO. ESTIMATIVA DE 20 (VINTE) JOGOS. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		10	R\$71,00	R\$710,00
44	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOLÃO 16 CM E 23 CM. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 01 (UM) ÁRBITRO E 01 (UM) MESÁRIO. ESTIMATIVA DE 20 (VINTE) JOGOS. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		10	R\$340,00	R\$3.400,00
45	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE BOLÃO 16 CM E 23 CM. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 01 (UM) ÁRBITRO E 01 (UM) MESÁRIO. ESTIMATIVA DE 10 (DEZ) JOGOS. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		10	R\$181,00	R\$1.810,00
46	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL, CATEGORIA ADULTO, SENDO QUE CADA PARTIDA TEM A DURAÇÃO DE NO MÁXIMO 40 MINUTOS DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 20 MINUTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		30	R\$850,00	R\$25.500,00
47	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL, CATEGORIA MENORES E FEMININO, SENDO QUE CADA PARTIDA TEM A DURAÇÃO DE NO MÁXIMO 40 MINUTOS DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 20 MINUTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		90	R\$450,00	R\$40.500,00
48	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL, CATEGORIA MENORES, SENDO QUE CADA PARTIDA TEM A DURAÇÃO DE NO MÁXIMO 30 MINUTOS DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 15 MINUTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. ESTIMATIVA DE 20 (VINTE) JOGOS. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		20	R\$500,00	R\$10.000,00
49	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL, CATEGORIA MENORES, SENDO QUE CADA PARTIDA TEM A DURAÇÃO DE NO MÁXIMO 30 MINUTOS DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 15 MINUTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. ESTIMATIVA DE 20 (VINTE) JOGOS. DIÁRIA COM 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		40	R\$350,00	R\$14.000,00



50	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL, CATEGORIA MENORES, SENDO QUE CADA PARTIDA TEM A DURAÇÃO DE NO MÁXIMO 20 MINUTOS DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 10 MINUTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. ESTIMATIVA DE 20 (VINTE) JOGOS. DIÁRIA COM 02 (DOIS) PERÍODOS DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		20	R\$500,00	R\$10.000,00
51	ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL, CATEGORIA MENORES, SENDO QUE CADA PARTIDA TEM A DURAÇÃO DE NO MÁXIMO 20 MINUTOS DIVIDIDOS EM DOIS TEMPOS DE 10 MINUTOS. EQUIPE DE ARBITRAGEM CONTENDO 02 (DOIS) ÁRBITROS E 01 (UM) MESÁRIO. ESTIMATIVA DE 20 (VINTE) JOGOS. DIÁRIA DE 01 (UM) PERÍODO DE ATÉ 04 HORAS.	DIARIAS		40	R\$330,00	R\$13.200,00
Total Lote:						R\$328.000,00
Total do Fornecedor:						R\$328.000,00

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita realização dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga de equipamentos, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

#### 5. EXECUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES:

5.1. A contratação dos serviços objeto do presente Registro de Preços será realizada pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da Ordem de Compra/Serviços.

5.1.1. A Ordem de Compra/Serviços conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item do produto, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra/Serviços por qualquer outro instrumento hábil para a contratação dos serviços.

5.2. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

#### 6. FISCALIZAÇÃO:

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua correção imediata;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos serviços objeto do edital.

#### 7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

#### 8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

9.1. Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto, conforme as especificações constantes no item 2 desta Ata.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto à execução dos serviços.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.



- 9.4. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.
- 9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução dos serviços, assegurado o direito de defesa.
- 9.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução dos serviços.
- 9.7. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a sua realização, e a manutenção do padrão de atendimento adequado.
- 9.8. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.
- 9.9. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.
- 9.10. Manter durante a vigência da Ata as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução dos serviços, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 9.11. Manter, durante toda a vigência da Ata as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 056/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015-37941.
- 9.12. Acatar solicitação do OGPR do afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 9.12.1. Constituem motivos para afastamento e/ou dispensa de empregado, os constantes no art. 482 da Lei Federal nº 5.452/43.
- 9.13. Providenciar uniforme e equipamentos adequados para a realização dos serviços.
- 9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**
- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a realização dos serviços, registrando as ocorrências, bem como atestar a realização dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar os serviços em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços realizados.
- 10. SANÇÕES:**
- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos serviços;
- b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no da realização dos serviços em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da realização dos serviços, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

#### 11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### 12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibido de efetuar a transferência à terceiros das obrigações da realização dos serviços objeto desta Ata de Registro de Preços.

#### 13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

#### 14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção;
- j) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- k) Decreto Municipal no 654/2014.

#### 15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 14 de abril de 2015.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo	INDASPORTS ATIVIDADES DESPORTIVAS S.S. LTDA Eozemar de Souza Representante Legal

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

## DECRETO Nº 1342/15

. DECRETO Nº 1342/15

. De 26 de março de 2015

DISPÕE SOBRE O REGISTRO E CONTROLE DA FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos VIII e XII da Lei Orgânica do Município, o disposto no inciso XIII, do artigo 7º, da Constituição Federal e a Lei Complementar 105/10, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e considerando a necessidade de regulamentar a jornada de trabalho dos servidores, no que refere-se ao registro do ponto, horas-extras, banco de horas, visando a aplicação da legislação vigente,

DECRETA:

### CAPÍTULO I DO REGISTRO E CONTROLE DA FREQUÊNCIA

Art. 1º. O registro de frequência para controle da jornada de trabalho é medida obrigatória para todos os servidores, inclusive ocupantes de cargos comissionados, lotados nos órgãos da administração direta e indireta, fundações e autarquias, como meio de aferir o comparecimento ao trabalho, de acordo com o disposto no §3º do artigo 32 da Lei Complementar nº 105/2010.

§1º Até a implantação total do sistema eletrônico do controle de frequência nos locais de trabalho (biometria ou via web) o registro será através de cartão ponto, sendo que a folha individual ou livro ponto, somente será admitido nas unidades educacionais (escolas e UEIs) .

§2º Nas Unidades Administrativas onde houver relógio eletrônico ou mecânico funcionando de forma adequada, fica vedada a utilização de folha ponto.

§3º O registro de frequência é exclusivo para cada servidor, sendo expressamente proibido que um servidor registre a frequência de outro, pois tal procedimento constitui falta grave e estarão passíveis, ambos os servidores, quem autorizou e quem registrou, de sofrerem as penalidades previstas em Lei.

§4º Somente estão dispensados do registro de frequência os Secretários Municipais, Procurador Geral do Município (CC1), Chefe de Gabinete (CC1) e Diretores da Fundação Indaialense de Cultura e Fundação Municipal de Esportes.

§5º O servidor que, excepcionalmente, estiver em cumprimento de missão fora de seu local de trabalho e que, comprovadamente, não puder efetuar a marcação do ponto, terá essa marcação abonada pelo Secretário Municipal ou correlato do órgão a que se vincular, mediante solicitação/comunicação instruída com a prova do ocorrido e com a justificativa do Chefe Imediato, de acordo com o Anexo III deste Decreto

§6º Poderá ser autorizada a isenção na marcação de ponto no intervalo de descanso de intrajornada, dada a natureza do serviço, devidamente justificada pela Chefia imediata e comunicada ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º. A frequência será apurada do primeiro ao último dia do mês e as variações em relação às horas extras, faltas, atrasos e adicionais previstos em lei serão pagos ou descontados no mês subsequente.

Parágrafo Único - Para fins de comprovação de presença o servidor deverá guardar o comprovante, ao menos até a assinatura do espelho da folha ponto referente ao período, sendo que a administração pública não se responsabilizará por nenhum comprovante deixado para trás ou descartado pelo servidor e não emitirá segunda via.

Art. 3º. É expressamente vedado abonar faltas injustificadas ao trabalho.

Art. 4º. Define-se como "HORAS FALTAS" a ausência injustificada do servidor ao trabalho, durante sua jornada diária integral, considerando a semana de segunda a domingo sendo descontado na proporção:

I - um dia de falta: a remuneração do dia que tiver faltado;

II - dois ou mais dias de falta: a remuneração dos dias que tiver faltado e as dos descansos semanais remunerados, referente à semana que ocorreu a falta.

Art. 5º. Define-se como "HORAS ATRASO" a ausência parcial na jornada diária do servidor, sendo:

I - na entrada, após o horário definido para início do expediente normal de trabalho ou retorno do intervalo;

II - na saída, antes do horário definido para término do expediente normal de trabalho ou do intervalo.

Art. 6º. Define-se como "FALTA DE MARCAÇÃO" a falta do registro no controle de ponto/frequência (biometria, cartão ponto ou folha individual de frequência) na entrada ou saída do expediente e/ou nos intervalos de descanso.

Parágrafo Único. Para efeito do desconto da falta de marcação será observado:

I - para jornadas diárias que exijam o registro de entrada e saída, inclusive para descanso intrajornada, considerando quatro marcações diárias, a cada falta de marcação será descontado 25% da jornada diária; e

II - para jornadas diárias que exijam o registro apenas de entrada e saída, considerando duas marcações diárias, a cada falta de marcação será descontado 50% da jornada diária.

Art. 7º. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes a 05 (cinco) minutos antes e após o horário normal de expediente, observado o limite máximo de 15 (quinze) minutos

diários.

Parágrafo Único - Não serão aceitas justificativas cujo motivo seja o esquecimento de registrar o Ponto.

## CAPÍTULO II DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS

Art. 8º. Devidamente justificado, será permitido serviço em hora extraordinária de trabalho para atender situações excepcionais e temporárias, por interesse da administração e do serviço público, mediante prévia autorização da autoridade competente, conforme Anexo I deste Decreto, onde deverá conter os seguintes requisitos:

- I - Caracterização da excepcionalidade;
- II - Descrição dos serviços a serem executados;
- III - Demonstração da impossibilidade ou inconveniência de os serviços descritos serem prestados ao longo da jornada ordinária dos servidores;
- IV - Fixação de prazo para início e término dos servidores;
- V - Identificação dos servidores a serem habilitados à realização dos serviços extraordinários.

§1º Somente serão computadas como horas extraordinárias, com direito a compensação ou pagamento, aquelas previamente autorizadas e registradas em sistema eletrônico, cartão ponto, e/ou registro manual da folha individual de frequência, devidamente vistas pelo Secretário ou responsável da pasta de lotação do servidor, observada a jornada semanal do cargo.

§2º As horas extraordinárias, quando autorizadas, ficam limitadas a 80 (oitenta) horas mensais, conforme previsto na Lei Complementar nº 105/2010.

§3º As horas extraordinárias, devidamente justificadas e autorizadas, serão compensadas ou remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho nos dias úteis e de 100% (cem por cento), aos sábados, domingos e feriados.

§4º As horas extraordinárias para pagamento em pecúnia, deverão ser autorizadas pelo Chefe do Poder Executivo, podendo delegar tal atribuição ao Secretário de Administração e Finanças ou Responsável pelo Departamento de RH, nos moldes do Anexo IV do presente Decreto.

§5º É vedado o pagamento de horas extras aos ocupantes Cargos Comissionados, cujo excesso de jornada deverá ser objeto de Banco de Horas para compensação de acordo com o presente Decreto, desde que devidamente registrada por meio do controle de ponto.

## CAPÍTULO III DO BANCO DE HORAS PARA COMPENSAÇÃO

Art. 9º. Poderá ser compensada a hora de trabalho realizada sob o regime extraordinário, por meio de crédito em banco de horas, quando houver convocação de servidor público municipal para prestação de serviço em regime extraordinário de trabalho nos órgãos e entidades da administração direta e indireta, autárquica e fundacional do Município.

Parágrafo Único - Considera-se serviço extraordinário de trabalho, para efeito deste Decreto, aquele prestado em período que exceda a carga horária de trabalho definida em lei para o cargo.

Art. 10. As horas extraordinárias registradas em banco de horas deverão ser compensadas no prazo máximo de 06 (seis) meses a

contar da realização, preferencialmente dentro do mesmo exercício financeiro.

§1º As horas folgas serão concedidas mediante solicitação prévia e escrita, nos moldes do Anexo II deste Decreto, após autorização expressa da chefia imediata, com a devida e prévia comunicação ao Departamento de Recursos Humanos para registro e controle, a fim de evitar prejuízo ao desenvolvimento dos trabalhos.

§2º O banco de horas será gerenciado pelo Departamento de Recursos Humanos e pelas unidades equivalentes nos órgãos e entidades da administração municipal indireta, que manterá quadro atualizado com as horas extraordinárias realizadas, as horas compensadas e o saldo de horas a compensar por servidor, observado o registro do ponto.

§3º O número de horas e o período em que ocorrerá a compensação serão registrados em formulário próprio, elaborado pelo Município, que, depois de assinado pelo servidor e pela chefia imediata, deverá ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 11. A conversão das horas a serem compensadas obedecerá os seguintes critérios:

- a) uma hora de serviço extraordinário por uma hora a ser compensada, quando realizada durante os dias úteis de trabalho;
- b) uma hora de serviço extraordinário por uma hora e meia a ser compensada, quando realizada durante o horário considerado noturno, em dias úteis;
- c) uma hora de serviço extraordinário por duas a serem compensadas, quando realizada aos sábados, domingos ou nos feriados.

Art. 12. É expressamente vedado faltar ao trabalho, sem prévia comunicação e autorização, para posterior compensação das faltas no banco de horas.

Art. 13. Somente serão computadas para efeito de crédito em banco de horas, as horas trabalhadas em caráter extraordinário, devidamente registradas no ponto, a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 14. Em caso de exoneração e/ou rescisão do contrato de trabalho as horas constantes do banco de horas serão convertidas em pecúnia.

## CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O registro do ponto, conforme regulamentado pelo presente Decreto, serão utilizados para a concessão dos benefícios previstos em Lei e relacionados ao efetivo trabalho dos servidores, como o Vale Alimentação e o Prêmio Assiduidade.

Art. 16. Aos servidores escalados para exercer horas de sobreaviso e horas de plantão, regulado por lei própria, não terão direito ao recebimento de horas extraordinárias ou compensação de horas, referentes ao período previsto nas respectivas escalas.

Art. 17. O descumprimento ou a inobservância das normas deste Decreto sujeitará o servidor e a chefia imediata a processo administrativo disciplinar.

Art. 18. Fica estipulado o prazo de 30(trinta) dias, impreritavelmente, a contar da publicação deste Decreto, para as adaptações e organização dos departamentos para o cumprimento do disposto no presente instrumento legal.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de maio de 2015.

Município de Indaial, em 26 de março de 2015  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

Publique-se, na forma da Lei.

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI  
Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

ANEXO I  
AUTORIZAÇÃO PARA HORAS EXTRAS  
(Art. 12 do Decreto ..... )

DA SECRETARIA \_\_\_\_\_

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Informamos que o(a) servidor(a) \_\_\_\_\_

lotado(a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ está autorizado a realizar até \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) horas  
extraordinárias no período de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ /  
\_\_\_\_\_, em razão da necessidade abaixo descrita: \_\_\_\_\_

Obs.: Caracterizar a excepcionalidade e demonstrar a impossibilidade ou inconveniência de os serviços descritos serem prestados ao longo da jornada ordinária do servidor.

As horas aqui autorizadas serão computadas no Banco de Horas e poderão ser convertidas em pecúnia, a critério da Administração.

Indaial, em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ .

Chefe Imediato

Secretário

Servidor

Ciente:

Departamento de RH

ANEXO II  
NOTIFICAÇÃO DE FOLGAS  
(art. 13 - §2º - Decreto ..... )

DA SECRETARIA \_\_\_\_\_

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Informamos que o(a) servidor(a) \_\_\_\_\_

lotado (a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ tem direito a \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) dia(s)  
de folga, que deverá(ao) ser usufruído(s):

( ) Em período a ser marcado.

( ) No período de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Obs.: As referidas folgas foram adquiridas em consequência de:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Indaial, em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ .

Chefe Imediato

Secretário

Servidor

Ciente:

Departamento de RH

ANEXO III  
COMUNICADO DE ALTERAÇÃO DE PONTO  
(§5º - Art. 1º - Decreto ..... )

DA SECRETARIA \_\_\_\_\_

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Informamos que o(a) servidor(a) \_\_\_\_\_

lotado(a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ não teve o ponto registrado nos períodos abaixo, em razão de \_\_\_\_\_

Desta forma, para fins de correção no ponto do servidor, ficam registrados os seguintes horários:

Data Horas - Entrada/Descanso/Saída  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ das \_\_\_\_:\_\_\_\_ as \_\_\_\_:\_\_\_\_ e das \_\_\_\_:\_\_\_\_ as \_\_\_\_:\_\_\_\_.

Indaial, em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ .

Chefe Imediato

Secretário

Servidor

Ciente:

Departamento de RH

ANEXO IV  
AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO HORAS-EXTRAS

DA SECRETARIA \_\_\_\_\_

AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Solicitamos o pagamento de \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ) horas-extras  
ao(a) servidor(a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, lotado(a) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, conforme banco de horas do período de \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_.  
Indaial, em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ .

Chefe Imediato

Servidor



DEFERIDO ( )\*\*\*

INDEFERIDO ( )

\*\*\* A serem pagas no mês de \_\_\_\_/201\_\_.

Secretário

Ciente:

Departamento de RH

**DECRETO Nº 1379/15**

. DECRETO Nº 1379/15

. De 29 de abril de 2015

Cancelamento de Restos a Pagar - Fundo Municipal de Assistência Social.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPE- NHO	ESPÉ- CIE	CREDOR	VALOR EMPE- NHADO	VALOR A CANCE- LAR	Nº NF	MOTIVO
1101/2014	GLO- BAL	OLIVEIRA & COSTA – CUR- SOS E TREI- NAMENTOS EM CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL LTDA ME	R\$ 6.480,00	R\$ 939,60 -		anula- ção de saldo: valor foi anula- do da parcela 1101- 1/2014, sendo neces- sário anular o saldo deste global também, ora sendo regulari- zado.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 29 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 29 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 075/2015**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 075/2015.

Pregão Presencial nº 035/2015-10430

Chamamento da Agricultura Familiar

Objeto: Chamamento público para aquisição de gêneros alimentícios oriundos da Agricultura Familiar.

Entrega dos envelopes: 25/05/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 25/05/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 005 DO CONTRATO Nº 156/2012**

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 156/2012

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e, ANA CRISTINA NAZARI, brasileira, separada, estudante, inscrita no CPF sob nº 788.441.699-91 e Cédula de Identidade nº 1.487.661-2, residente na Avenida Sampaio Vidal, nº 344, apto 102, Edifício Portinari, bairro Centro, no município de Marília - Estado de São Paulo, neste ato representada por sua Representante Legal Sra. Leida Maria Medeiros Nazari, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 489.465.169-68, portadora da Cédula de Identidade nº 644.861-5, residente e domiciliada na Rua Rio de Janeiro, nº 655, bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 092/2012 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 0012/2012-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula segunda, do contrato original, que tem como objeto, a locação de um imóvel para instalação da sede administrativa da Polícia Militar, com as seguintes características: imóvel urbano, terreno com área de 794,64 m², contendo edificação área construída com 286,60 m², em alvenaria e 02 pavimentos, localizado à Rua Rio de Janeiro, nº 659, bairro dos Estados, neste município, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O prazo do presente contrato é de 25 de abril de 2015 a 25 de abril de 2016, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original, permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial (SC), 25 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Sérgio Almir dos Santos

Locatário

ANA CRISTINA NAZARI

Leida Maria Medeiros Nazari

Locador

#### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO

Paulo Roberto Ledra

Secretário Municipal

#### PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet

OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

## Irineópolis

### PREFEITURA

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 38/2015

Contratante - Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada - Bottin Consultoria Ltda - ME

Objeto - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICO/ADMINISTRATIVA/CONTÁBIL PARA: REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS COM A FINALIDADE DE IDENTIFICAR CONTRIBUIÇÕES CUJA INCIDÊNCIA FORAM E ESTÃO SENDO INDEVIDAS, EXCLUSIVAMENTE NO QUE TANGE A NÃO INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS SOBRE AS VERBAS SALARIAIS DE CARÁTER INDENIZATÓRIO/COMPENSATÓRIO (TERÇO DE FÉRIAS GOZADAS E AUXÍLIO DOENÇA) A FIM DE PROMOVER AÇÃO JUDICIAL COM O OBJETIVO DE RECUPERAR OS VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, BEM COMO BUSCAR MEDIDA LIMINAR PARA QUE O MUNICÍPIO DEIXE DE PAGAR AS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS, INCLUINDO LEVANTAMENTO PRÉVIO DOS VALORES PRÉTERITOS TIDOS COMO INDEVIDOS

Valor - R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).

Vigência - 01/01/2015 a 02/04/2020.

Base Legal - Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**Itá****PREFEITURA****DECRETO N. 028/2015**

DECRETO Nº 028, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

"Designa Comissão Especial para Conduzir Sindicância Administrativa e dá outras providências".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições de seu cargo, especialmente as que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicadas ao assunto;

Considerando requerimento do Sr. Remir Bruckmann informando que seu filho Bruno Daniel Bruckmann é portador de necessidades especiais, sendo que sua residência não é contemplada com linha de transporte escolar, e que o mesmo faz o transporte do filho com veículo particular, mediante pagamento por parte do Município;

Considerando ainda que no ano de 2012, o Município havia empenhado referidos valores para ressarcimento ao Sr. Remir, sendo que posteriormente parte dos valores do empenho foi anulado;

Considerando o pedido, os documentos juntados e as justificativas que a nortearam, além de análise ao requerimento, entende-se necessária a abertura de sindicância administrativa para apuração dos fatos.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criada Comissão Especial, para conduzir a Sindicância Administrativa destinada a apurar se são devidos os valores anulados do empenho n. 1755/12 do Senhor Remir Bruckmann.

Art. 2º. - Ficam nomeados para compor a comissão especial os seguintes servidores:

Presidente: Ronei Trevisol

Secretário: Viviani Devalle

Membro: Franciele Maria sutil da Trindade

Parágrafo único. Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação do presente decreto.

Art. 3º. - Para a realização dos trabalhos a comissão poderá requerer assessoria técnica e jurídica.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º São revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, SC em 28 de abril de 2015.  
LEIDE MARA BENDER  
Prefeita Municipal

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

JAIR FRANCISCO MOSCHETTA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**EDITAL 007 - PROCESSO SELETIVO 002/2015**

EDITAL007 - CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2015

A PREFEITA MUNICIPAL DE ITÁ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 031/2006, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências" convoca os abaixo relacionados classificados no Processo Seletivo 002/2015, homologado pelo Decreto 027/2015 de 28 de abril de 2015, para comparecerem no dia 30 de ABRIL 2015, às 9h na Secretaria Municipal de Educação, cito a Rua Principal, nº16 - Vila Gerasul, Itá/SC.

**Estagiários**

Genuir José Andrioli Junior
Luiz Gabriel Bittencourt
Raissa de Freitas Schmoller Raspini
Arian Luis Zeni
Kiria Poliana Bittencourt
Amanda Paula Roy Pereira da Silva
Cristiane Silvia Mertins Marcanzoni

Itá, 29 de abril de 2015

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal de Itá

# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 71 DE 24 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 71 DE 24 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 120 - Recursos de Impostos para a Educação, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):

06.01 - Secretaria Municipal Educação Cultura e Desp. - Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029- Manut. e Desenv. das Ativ. do Ensino Fundamental.  
33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 20.000,00

06.02 - Secretaria Municipal Educação Cultura e Desp. - Educação Infantil  
06.365.0070.2034- Manutenção das Atividades da Educação Infantil.  
33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 24 de abril de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon  
Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 72 DE 28 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 72 DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 118 - Outras Transferências de Capital do Estado, no valor de R\$ 704,07 (setecentos quatro reais e sete centavos):

03.01 - Secretaria Municipal Administração, Obras e Serviços Urbanos  
04.122.0010.1033- Construção e Reforma de Prédios Públicos.  
44.90.00.00.00.00.00.0118 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 740,07

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 28 de abril de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon  
Secretario Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 73 DE 28 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 73 DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão de "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015, por conta do "Superavit Financeiro", verificado no exercício anterior, nas seguintes fontes de recurso 177 - Rec. do Tes. Exerc. Anterior - Transferência de capital do Estado, no valor de R\$ 953,40 (novecentos e cinquenta três reais e quarenta centavos):

03.01 - Secretaria Municipal de Adm. Obras e Serviços Urbanos  
04.122.0010.1033- Construção e Reforma de Prédios Públicos  
44.90.00.00.00.00.00.0177 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 953,40

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 28 de abril de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon  
Secretario Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 74, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº 74, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.974, de 28 de abril de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Itapiranga-SC, na seguinte dotação orçamentária, exercício de 2015:

09.01 - Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

20.606.0107.2038 - Manutenção das Atividades da Secretaria

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes

26.782.0149.2043 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 28 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scaloni

Secretario Municipal de Administração.

**EXTRATO EDITAL DE CONCURSO 01/2015**

EXTRATO EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 039/2011 de 12 de julho de 2011, Lei Complementar nº 002/2006 de 20 de abril de 2006 e Lei Municipal nº 2.153/2003 de 20 de dezembro de 2003 e demais dispositivos legais vigentes torna público aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado para admissão, de servidores sob o Regime Estatutário, de acordo com o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 c/c o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS****1.1 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:**

1.1.1 As vagas destinam-se aos cargos a seguir delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

**1.2 CONCURSO PÚBLICO - ESTATUTÁRIO e VINCULADOS AO REGIME DE PREVIDÊNCIA - RGPS (INSS)**

Cargo	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Professor de Língua Estrangeira (Inglês)	01	R\$ 2.122,65	40hs/ semanais	Portador de certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação	Objetiva e Títulos
Professor de Educação Física	02	R\$ 1.061,33	20hs/ semanais	Portador de certificado de conclusão de curso superior específico na área de atuação	Objetiva e Títulos

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período das 08h00min do dia 30/04/2015 às 23h59min do dia 01/06/2015.

**3. DAS PROVAS**

3.1 A prova objetiva será aplicada no dia 04/07/2015, ÀS 09H, nas dependências da Escola Municipal FUNEI, sito a Rua Matriz, na cidade de Itapiranga - SC.

Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de Itapiranga- SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br)

3.2 As cópias dos documentos para a Prova de Títulos juntamente com o formulário de títulos preenchido e assinado, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Itapiranga junto ao Departamento de Recursos Humanos, sito a Avenida Praça das Bandeiras, 200, centro de Itapiranga para a comissão de acompanhamento do concurso público, durante o período de inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas na Prefeitura somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência).

3.3 A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado para a comissão de acompanhamento do Concurso Público, sito na Praça das Bandeiras, 200, centro de Itapiranga, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem o último dia de inscrições.

4. A íntegra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Itapiranga e nos endereços eletrônicos [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal



**EXTRATO EDITAL DE CONCURSO 02/2015****EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO**

Nº 02/2015

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, Sr. MILTON SIMON, no uso de suas atribuições, com base na Lei complementar nº 19/2008, Lei Orgânica do Município e suas atualizações, TORNA PÚBLICO aos interessados, que estarão abertas as inscrições de CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO destinado para contratação, de servidores para o quadro da administração direta do município, sob o Regime da C.L.T - Consolidação das Leis do Trabalho, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS****1.1 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:**

1.1 As vagas destinam-se aos cargos a seguir delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

**1.2 CONCURSO PÚBLICO - REGIDOS PELA CLT - CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO e VINCULADOS AO REGIME DE PREVIDÊNCIA - RGPS (INSS)**

Cargo	Nº Vagas	Vencimento R\$	Carga Horária	Habilitação	Tipo de Prova
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 16) Abrangência: Parte da Linha Sede Capela	01	R\$ 1.074,84	40hs/ semanais	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 17) Abrangência: Linha Santa Isabel e Linha São Sebastião	01	R\$ 1.074,84	40hs/ semanais	Ensino Fundamental Completo	Objetiva
Agente Comunitário de Saúde (Micro Área 21) Abrangência: Parte da Linha Sede Capela e parte da Linha Dourado	01	R\$ 1.074,84	40hs/ semanais	Ensino Fundamental Completo	Objetiva

**2. DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) no período das 08h00min do dia 30/04/2015 às 23h59min do dia 01/06/2015.

**3. DAS PROVAS**

3.1 A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 04/07/2015, às 09hrs, nas dependências ESCOLA MUNICIPAL FUNEI, sito a Rua Matriz 351, na cidade de Itapiranga - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de ITAPIRANGA - SC, e nos endereços eletrônicos: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br)

4. A integral do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de Itapiranga e nos endereços eletrônicos [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br) e [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br)

[ameosc.org.br](http://ameosc.org.br) e [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC, 29 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 2.973, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

LEI MUNICIPAL Nº 2.973, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênios com a Associação de Cultura, Esporte e Turismo de Itapiranga - ACETI, objetivando a cooperação conjunta das partes para realização da Oktoberfest/2015, e efetuar repasse financeiro para manutenção de entidades culturais do município.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio de Cooperação Técnica com a Associação de Cultura, Esporte e Turismo de Itapiranga - ACETI, objetivando a operação conjunta das partes para realização da OKTOBERFEST, no exercício de 2015, com repasse de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais).

§1º O convenio impõe às partes as seguintes responsabilidades:

**I. Para o Município:**

- disponibilizar toda a infraestrutura do complexo da OKTOBERFEST, composta pelos pavilhões com a estrutura de copa e cozinha devidamente montada;
- disponibilizar os funcionários da Prefeitura Municipal no período de sessenta dias anteriores ao evento e quinze dias após, com a finalidade de preparar o complexo, trabalhando na montagem e desmontagem do aparelhamento necessário ao evento;
- disponibilizar veículos leves para o transporte das pessoas que integram a Comissão Central Organizadora na organização e divulgação da festa, bem como na desmobilização;
- disponibilizar os equipamentos necessários para os serviços de organização do complexo, bem como na desmontagem;
- disponibilizar o policiamento nos dias de evento.

**II. Para a ACETI:**

- executar todos os trabalhos inerentes à organização, administração e realização do evento, podendo buscar patrocínio, administrar o uso do complexo pelos expositores, bares, lanchonetes e similares, vender ingressos, bebidas e similares, receber os valores e efetuar pagamentos;
- contratar e pagar com recursos da festa as bandas de animação, bem como shows e demais serviços e materiais necessários para a realização do evento;
- possuir conta corrente específica para aplicação dos recursos;
- efetuar os pagamentos por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerários.

§ 2º O Município juntamente com a ACETI constituem a Comissão Central Organizadora - CCO do evento.

§ 3º A CCO poderá constituir subcomissões, quantas forem necessárias para o bom andamento da festa.

§ 4º No prazo máximo de 60 (sessenta) dias da realização do evento, a ACETI e a CCO deverão prestar contas ao Município dos recursos arrecadados, conforme exigências constantes no convênio.

§5º Os documentos originais de despesa ou cópia autenticada deverão ser mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio

local em que forem contabilizados, à disposição da municipalidade, pelo prazo de dez anos.

§6º Concluída e aprovada a prestação de contas, o resultado financeiro positivo da OKTOBERFEST será dividido entre as partes, na proporção de 80% (oitenta por cento) para a ACETI e 20% (vinte por cento) para o Município.

Art. 2º Fica igualmente o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Cultura, Esporte e Turismo de Itapiranga - ACETI, objetivando o repasse financeiro no exercício de 2015, para a manutenção de entidades associadas, no valor de R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), assim distribuídos:

I- Grupos de Danças - R\$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais);  
II- Corais do Município em atividade - R\$ R\$ 19.500,00 (Dezenove mil e quinhentos reais);  
III- Clube de Patinação Danúbio Azul - R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);  
IV- Associação da Orquestra de Violões de Itapiranga - R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Art. 3º A ACETI deverá prestar contas dos recursos recebidos, dentro dos prazos e condições estabelecidas nos Convênios e na Instrução Normativa N. TC-014/2012 atualizada.

Art. 4º O Conselho Fiscal da ACETI fiscalizará o repasse das verbas às entidades, não permitindo a liberação de verbas às entidades culturais que não prestarem contas de auxílios já recebidos.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 28 de abril de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon  
Secretario Municipal de Administração.

## **LEI MUNICIPAL Nº 2.974, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

LEI MUNICIPAL Nº 2.974, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga-SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2015:

09.01 - Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente  
20.606.0107.2038 - Manutenção das Atividades da Secretaria  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00  
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00  
Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo

1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

08.01 - Secretaria Municipal de Transportes  
26.782.0149.2043 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 160.000,00  
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 28 de abril de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon  
Secretario Municipal de Administração.

## **PORTARIA Nº 96/2015**

Portaria nº 96 de 28 de abril de 2015.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Samira de Freitas Bolsi matrícula nº 14707/01, no período de 22/4/2015 até 18/10/2015.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 22/4/2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 28 de abril de 2015.  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

## **PREGÃO 16/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL PARA

REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 16/2015, cujo objeto é a aquisição de materiais destinados para manutenção do laboratório de análises clínicas do Fundo Municipal de Saúde. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 13 de maio de 2015. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br)

Itapiranga - SC., 29 de abril de 2015.  
Luis Carlos Steffenon  
Adm. Fundo Municipal Saúde

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO 02/15

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	29/04/2015	Horário: 09:00h
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 02/2015 Nº 10/2015

#### OBJETO:

Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção do Abrigo Provisório Recanto Feliz, no Balneário Princesa do Mar, compreendendo 350,02m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2394/2015, a fim de julgar e analisar a nova documentação apresentada pelas empresas interessadas. Tendo em vista que, em sessão pública anterior, todas as propostas foram desclassificadas, a CPL fixou o prazo de 8 (oito) dias úteis para que as empresas participantes apresentassem a documentação corrigida (composição analítica da Bonificação e Despesas Indiretas - BDI adotada, nos termos do Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário). Protocolaram o BDI corrigido as empresas:

Data/Hora	Protocolo	Empresa
15/04/15 - 08:28	2626/2015	J.LUMA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME
16/04/15 - 10:14	2653/2015	ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA

Iniciando a análise surgiram dúvidas quanto às porcentagens estimadas no item "Tributos", contudo, entendendo que tal quesito trata de matéria técnica específica, a CPL julgou-se insuficiente e carente de conhecimento técnico necessário para proceder com a referida análise. Desta forma, prezando pelo correto julgamento, a CPL solicitou ao setor de contabilidade um Parecer Técnico quanto aos percentuais adotados pelas respectivas empresas neste item. Assim sendo, foi emitido o Parecer Contábil nº 191/2015 pelo contabilista do município, o Sr. João Garcia de Souza, que em sua análise afirmou que tendo em vista que as empresas estão enquadradas como Simples Nacional, os tributos podem variar de acordo com o faturamento da empresa e, assim sendo, as duas empresas apresentaram os percentuais dentro dos limites estipulados. Deste modo a CPL considerou as empresas J.LUMA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME e ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA classificadas para o certame, chegando ao seguinte resultado:

Empresa	Valor
J.LUMA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME	R\$ 478.502,97
ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 493.489,56

Portanto a empresa J.LUMA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME foi vencedora do objeto com o valor de R\$ 478.502,97 (quatrocentos e setenta e oito mil quinhentos e dois reais e noventa e sete centavos), observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 533.434,54 (quinhentos e trinta e três mil quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e

aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA  
VICE-PRESIDENTE

VALÉRIO PACHECO  
MEMBRO

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº14/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº14/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: COMERCIAL MULTIVILLE LTDA, com sede á Rua Bento Gonçalves, nº 186, Gloria, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89216-110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.220.022/0001- 43 e Inscrição Estadual nº 255.975.015, representada neste ato por procurador, o Sr. SILVIO CRISPIM, portador do CNPF/MF nº 557.269-00 e do CI.RG nº 1.800.596-9 SESP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2015 - PROCESSO Nº 33/2015.

Objeto: Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para pintura predial nas áreas internas e externas das Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital. VALOR R\$: R\$42.053,30 (quarenta e dois mil cinquenta e três reais e trinta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 27/04/2015

PRAZO DE VIGÊNCIA A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 29 de abril de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 15/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA - EPP, com sede á Rua Edgar Linhares, nº 121, Nova Esperança, Balneário Camboriú/SC, CEP: 88.336-210, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.750.862/0001-31, Inscrição Estadual: 253.165.431, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. ARILSON JOSÉ ALVES, portador do CNPF/MF nº 294.019.099-20 e do CI.RG nº 645.370 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015 - PROCESSO Nº 36/2015.

Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso da Secretaria de Saúde, Unidades básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento 24hrs, Centro de Reabilitação, Centro de Bem Estar Animal e o Conselho Municipal de Saúde, conforme especificações Constantes no Anexo V e VI do Edital.

VALOR R\$: 51.745,00 (cinquenta e um mil setecentos e quarenta e cinco reais).



DATA DA ASSINATURA: 28/04/2015.  
PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.  
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 29 de abril de 2015.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 16/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.  
Contratada: M. MÓBILE EIRELI - EPP, com sede á Rua Eduar-  
do Neidert, nº 1803, Bairro Barro Preto, Rio Negrinho/SC, CEP:  
89.295-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.764.033/0001-85,  
Inscrição Estadual: 256.755.965, representada neste ato por pro-  
curador, o Sr. MILTON LUIZ PSCHIEDT, portador do CNPJ/MF nº  
757.864.519-68 e do CI.RG nº 237.582 SSP/SC.  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 - REGISTRO DE PRE-  
ÇOS Nº 08/2015 - PROCESSO Nº 36/2015.  
Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso da Secretaria  
de Saúde, Unidades básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento  
24hrs, Centro de Reabilitação, Centro de Bem Estar Animal e o  
Conselho Municipal de Saúde, conforme especificações Constantes  
no Anexo V e VI do Edital.  
VALOR R\$: 61.106,75 (sessenta e um mil cento e seis reais e se-  
tenta e cinco centavos).  
DATA DA ASSINATURA: 28/04/2015.  
PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a  
validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.  
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 29 de abril de 2015.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.  
Contratada: COMERCIAL MULTVILLE LTDA - ME, com sede á Rua  
Bento Gonçalves, nº 186, Bairro Glória, Joinville/SC, CEP: 89.216-  
110, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.220.022/0001-43, Inscrição  
Estadual: 255.975.015, representada neste ato por procurador, o  
Sr. SILVIO CRISPIM, portador do CNPJ/MF nº 557.597.269-00 e do  
CI.RG nº 1.800.596-9 SSP/SC.  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 - REGISTRO DE PRE-  
ÇOS Nº 08/2015 - PROCESSO Nº 36/2015.  
Objeto: Aquisição de material de limpeza para uso da Secretaria  
de Saúde, Unidades básicas de Saúde (PSF), Pronto Atendimento  
24hrs, Centro de Reabilitação, Centro de Bem Estar Animal e o  
Conselho Municipal de Saúde, conforme especificações Constantes  
no Anexo V e VI do Edital.  
VALOR R\$: 150.135,80 (cento e cinquenta mil cento e trinta e  
cinco reais e oitenta centavos).  
DATA DA ASSINATURA: 28/04/2015.  
PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a  
validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.  
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 29 de abril de 2015.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.  
Contratada: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA - EPP, com  
sede á Rua Edgar Linhares, nº 121, Nova Esperança, Balneário  
Camboriú/SC, CEP: 88.336-210, inscrita no CNPJ/MF sob o nº  
00.750.862/0001-31, Inscrição Estadual: 253.165.431, repre-  
sentada neste ato por sócio administrador, o Sr. ARILSON JOSÉ  
ALVES, portador do CNPJ/MF nº 294.019.099-20 e do CI.RG nº  
645.370 SSP/SC.  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015 - REGISTRO DE PRE-  
ÇOS Nº 09/2015 - PROCESSO Nº 38/2015.  
Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação para uso do Abrigo  
Provisório, Benefício Eventual e para Secretaria Municipal (em reu-  
niões e eventos), conforme especificações constantes no Edital e  
seus Anexos.  
VALOR R\$: 22.563,99 (vinte e dois mil quinhentos e sessenta e  
três reais e noventa e nove centavos).  
DATA DA ASSINATURA: 28/04/2015.  
PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a  
validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.  
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 29 de abril de 2015.  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **PORTARIA SMS NO 02/2015**

PORTARIA SMS NO 02/2015  
Data: 29 de abril de 2015.  
INSTITUI E NOMEIA COMISSÃO PARA CONDUÇÃO DE SINDICÂN-  
CIA DE RITO SUMÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CRISTIAN ANGELO GRASSI, Secretário Municipal de Saúde de Ita-  
poá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com  
o disposto na Lei Complementar Municipal nº 018/2007, de 28 de  
dezembro de 2007.  
RESOLVE,

Art.1º Instituir comissão para condução de Sindicância de rito su-  
mário - Processo nº 01/2015, nos termos da Lei Complementar  
Municipal nº 018/2007, de 28 de dezembro de 2007. A Comissão  
Sindicante, será constituída pelos seguintes servidores:

- a) Izabel Correia da Silva ..... Presidente
  - b) Priscila Araújo Carneiro... ..... Membro
  - c) Sandra Regina Fernandes da Silva ..... Membro
- § 1º Caberá à Comissão apurar a conduta das servidoras DOMI-  
NIQUE MIRANDA E PRISCILA AMORIM, no desempenho das suas  
funções de Agente Comunitária - ACS.  
§ 2º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 30 (trinta)  
dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade supe-  
rior.  
§ 3º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 29 de abril de 2015.  
CRISTIAN ANGELO GRASSI  
Secretário de Saúde

**TERMO ADITIVO Nº 30/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2014. (1º ADITIVO).**

TERMO ADITIVO Nº 30/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2014. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), nº 201, nesta cidade, neste ato representada pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA, portador do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE (LOCATÁRIO), e de outro lado ELIAS JOSÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, portador da CI.RG nº 3.72284-1 SESP/PR e do CNPF/MF: 491.718.799-00, residente e domiciliado à Rua Araçalina, nº 235, Bairro Alto, na cidade de Curitiba/PR, doravante denominado CONTRATADO (LOCADOR), que em caráter consensual, nos termos do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2014 - PROCESSO Nº 61/2014, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93 e especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 38/2014 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 30/04/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO**

Altera cláusula quarta "Do Preço", acrescentando 12 (doze) parcelas mensais R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), resultando em um valor total de R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais) para o período.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 38/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 38/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 29 de abril de 2015.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	LOCADOR ELIAS JOSÉ DE OLIVEIRA
TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
TESTEMUNHAS	
NOME: CPF:	NOME: CPF:

**Itaporanga****PREFEITURA****LEI Nº 2.606, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 2.606, de 29 de abril de 2015

"Altera incisos e parágrafos da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária Anual e dá outras providências"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Itaporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam alterados o parágrafo 1º e incisos I,II,III,IV,V do parágrafo 2º do art. 2º da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 - LOA 2015 - Lei Orçamentária Anual, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º .....

§ 1º. A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

§ 2º. A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL:**

01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.203.750,00
09.00 - SECRETARIA DE SAUDE	8.037.325,45
12.00 - FEXPONACE	2.405.931,25
02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE	1.034.312,53
03.00 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	2.545.426,88
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA	4.320.555,12
05.00 - SECRETARIA DA EDUCACAO E CULTURA	18.995.942,64
06.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	199.625,00
07.00 - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA	3.533.437,50
08.00 - SECRETARIA DE URBANISMO	5.263.572,36
10.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.234.125,00
11.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	540.687,50
13.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.163.706,19
99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	519.983,81
Total:	51.998.381,23

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO:**

01 - Legislativa	2.203.750,00
03 - Essencial à Justiça	148.625,00
04 - Administração	4.957.073,41
06 - Segurança Pública	1.273.522,37
08 - Assistência Social	1.081.831,19
10 - Saúde	8.037.325,45
12 - Educação	18.860.317,64
13 - Cultura	135.625,00
15 - Urbanismo	5.578.146,11
16 - Habitação	81.875,00



17 – Saneamento	120.000,00
18 – Gestão Ambiental	41.000,00
20 – Agricultura	1.193.125,00
23 – Comércio e Serviços	2.170.899,53
26 – Transporte	3.533.437,50
27 – Desporto e Lazer	434.656,72
28 – Encargos Especiais	1.627.187,50
99 – Reserva de Contingência	519.983,81
Total:	51.998.381,23

### III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO:

31 – Ação Legislativa	2.203.750,00
91 – Defesa da Ordem Jurídica	193.212,50
122 – Administração Geral	4.331.515,66
123 – Administração Financeira	1.152.407,75
181 – Policiamento	1.130.959,87
182 – Defesa Civil	142.562,50
241 – Assistência ao Idoso	60.500,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	90.750,00
244 – Assistência Comunitária	930.581,19
125 – Normatização e Fiscalização	12.000,00
301 – Atenção Básica	7.315.225,45
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	270.100,00
304 – Vigilância Sanitária	40.000,00
306 – Alimentação e Nutrição	119.977,50
361 – Ensino Fundamental	9.637.454,26
392 – Difusão Cultural	110.000,00
364 – Ensino Superior	102.500,00
365 – Educação Infantil	9.026.010,88
452 – Serviços Urbanos	5.578.146,11
482 – Habitação Urbana	81.875,00
512 – Saneamento Básico Urbano	120.000,00
542 – Gestão Ambiental	41.000,00
606 – Extensão Rural	1.193.125,00
691 – Promoção Comercial	1.000.000,00
695 – Turismo	1.170.899,53
782 – Transporte Rodoviário	3.533.437,50
812 – Desporto Comunitário	434.656,72
843 – Serviço da Dívida Interna	768.750,00
845 – Outras Transferências	687.000,00
999 – Reserva de Contingência	519.983,81
Total:	51.998.381,23

### IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA:

0 – OPERAÇÕES ESPECIAIS	2.037.187,00
1 – PROCESSO LEGISLATIVO	2.203.750,00
10 – URBANISMO	5.263.572,36
11 – INFRA ESTRUTURA	3.533.437,50
12 – DEMUTRAN	434.573,75
13 – AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.234.125,00
14 – UNIVERSIDADE PARA TODOS	102.500,00
15 – SEGURANÇA PÚBLICA	1.130.959,87
16 – HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	81.875,00

19 – DEFESA DO CONSUMIDOR	44.587,50
2 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EXECUTIVA	1.034.312,53
20 – FEXPONACE	1.971.274,53
21 – INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E SERVIÇOS	199.625,00
22 – Reserva de Contingência	519.983,81
3 – ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.606.953,13
4 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.152.407,75
5 – EDUCAÇÃO E CULTURA	18.893.442,64
6 – ESPORTE, CULTURA, LAZER E JUVENTUDE	434.656,72
7 – SAÚDE COM QUALIDADE E RESPEITO ÀS PESSOAS	8.037.325,45
9 – ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMÍLIA	1.081.831,19
Total:	51.998.381,23

### V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:

DESPESA	51.998.381,23
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	43.857.340,32
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	7.621.057,10
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	519.983,91
Total:	51.998.381,23

Art. 2. Fica alterado o inciso I do parágrafo 1º e incisos I e II do parágrafo 2º do art. 3º da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 - LOA 2015 - Lei Orçamentária Anual, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º .....

4.RECEITAS	47.167.864,35
4.1.RECEITAS CORRENTE	42.514.446,34
4.2.RECEITAS DE CAPITAL	4.653.418,01
Total:	47.167.864,35

§ 2º. A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

### I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO:

03 - Essencial à Justiça	148.625,00
04 – Administração	4.957.073,41
06 - Segurança Pública	1.273.522,37
08 - Assistência Social	1.081.831,19
12 – Educação	18.860.317,64
13 – Cultura	135.625,00
15 – Urbanismo	5.578.146,11
16 – Habitação	81.875,00
17 – Saneamento	120.000,00
18 - Gestão Ambiental	41.000,00
20 – Agricultura	1.193.125,00
23 - Comércio e Serviços	199.625,00
26 – Transporte	3.533.437,50
28 - Encargos Especiais	1.627.187,50
99 - Reserva de Contingência	519.983,81
Total:	39.351.374,53

**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:**

DESPESA	39.351.374,53
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	32.421.484,75
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	6.409.905,97
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA	519.983,81
Total:	39.351.374,53

Art. 3º. Fica alterado os incisos I e II do parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária Anual, os quais passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. (...)

§ 3º. A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

**I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO:**

10 – Saúde	8.037.325,45
Total:	8.037.325,45

**II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:**

DESPESA	8.037.325,45
3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES	7.002.289,27
3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	1.035.036,18
Total:	8.037.325,45

Art.4º. Fica alterado o anexo I do art.11 da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigorar o ANEXO I da presente Lei, o qual passará a fazer parte integrante.

Art.5. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º. Revogam-se o inciso as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

**LEI Nº 2.607, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 2.607, de 29 de abril de 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais), na dotação orçamentária.

Art. 2º. Fica alterada as planilha da Lei nº 2.588 de 17 de dezembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigorar conforme

o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura dos créditos adicional especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º inciso III, da Lei 4.320/1964.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

**LEI Nº 2.608, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 2.608, de 29 de abril de 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de outubro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), na dotação orçamentária.

Art. 2º. Fica alterada as planilha da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigorar conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura dos créditos adicional especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º inciso III, da Lei 4.320/1964.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

**LEI Nº 2.609, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 2.609, de 29 de abril de 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de

novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), na dotação orçamentária.

Art. 2º. Fica alterada as planilha da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura dos créditos adicional especial, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º inciso III, da Lei 4.320/1964.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito de Ituporanga

### **LEI Nº 2.610, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 2.610, de 29 de abril de 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de dezembro de 2014) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 629.100,00 (seiscentos e vinte e nove mil e cem reais), nas dotações orçamentárias

Art. 2º. Fica alterada as planilhas da Lei nº 2.588 de 17 de outubro de 2014 - Lei Orçamentária Anual, passando a vigor conforme o ANEXO I da presente Lei, do qual passará a fazer parte integrante.

Art. 3º. Os recursos para a realização da abertura de Crédito Adicional Suplementar, ficarão por conta da anulação parcial de dotação orçamentária, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, § 1º inciso III, da Lei 4.320/64 ("os provenientes de excesso de arrecadação") ficará por conta do excesso de arrecadação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito de Ituporanga

### **LEI Nº 2.611, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 2.611, de 29 de abril de 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder remanejamento no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar remanejamento no orçamento financeiro de 2015 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.584, de 24 de novembro de 2014 e LEI Nº 2.588, de 17 de outubro de 2014) do Departamento de Cultura, nas seguintes dotações orçamentárias:

Art. 2º. Fica alterada a estrutura orçamentária que passará a vigorar conforme segue tabela abaixo:

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO  
Prefeito de Ituporanga

### **LEI Nº 2.612, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 2.612, DE 29 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a revisão geral anual e reajuste da remuneração dos servidores do Poder Legislativo e a revisão geral anual dos subsídios dos Vereadores do Município de Ituporanga.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam reajustados em 8,42% (oito vírgula quarenta e dois por cento), a partir de 1º de abril de 2015, os subsídios dos Vereadores do Município de Ituporanga.

Art. 2º. Fica reajustada em 18,42% (dezoito vírgula quarenta e dois por cento), a partir de 1º de abril de 2015, a remuneração dos servidores do Poder Legislativo do Município de Ituporanga, sendo 8,42% (oito vírgula quarenta e dois por cento) concedidos a título de revisão geral anual e 10,00% (dez por cento) concedidos a título de aumento real.

Art. 3º. O índice de reajuste de 8,42% (oito vírgula quarenta e dois por cento) previsto nos artigos 1º e 2º desta Lei corresponde à revisão geral para reposição das perdas ocorridas no período de 1º de abril de 2014 a 31 de março de 2015, utilizando-se como fator de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado no período, nos termos do que prevê o art. 91 da Lei Complementar Municipal nº 20, de 17 de dezembro de 2008 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ituporanga - SC e o art. 5º da Lei Municipal nº 2.406, de 20 de junho de 2012.

Art. 4º. Aplica-se o disposto nesta Lei aos proventos de aposentadoria, pensões e bolsas de estágio pagas pelo Poder Legislativo.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

### **LEI Nº 2.613, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 2.613 de 29 de abril de 2015

Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores e Empregados Públicos do Poder Executivo do Município de Ituporanga e das Fundações Públicas Municipais.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica reajustada a remuneração dos servidores e empregados públicos do Poder Executivo do Município de Ituporanga e das Fundações Públicas Municipais em 6,48% (seis vírgula quarenta e oito por cento).

§ 1º. Aplica-se o disposto nesta Lei aos proventos de inativos e às pensões pagas pelo Poder Executivo.

§ 2º. O índice de reajuste previsto no caput deste artigo corresponde à revisão geral para reposição das perdas ocorridas no período de 1º de julho de 2014 a 31 de março de 2015, utilizando-se como fator de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado no período, nos termos do que prevê o art. 91 da Lei Complementar Municipal nº 20, de 17 de dezembro de 2008 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ituporanga - SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento respectivo.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 29 de abril de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito de Ituporanga

## **Joaçaba**

### **PREFEITURA**

#### **ERRATA 33/2013 FMS TA 02**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Errata ao Aditivo de contrato nº 33/2013/FMS - TA 2, publicado no DOM em

28/04/2015 - edição nº 1731, página 218.

1) No preâmbulo, onde se lê:

"O Município de Joaçaba, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, inscrito no CNPJ sob o número 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, por seu Gestor [...]";

Leia-se:

"A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, centro, inscrito no CNPJ sob o número 10.594.533/0001-00, representado neste ato pelo Secretário, Sr. ADEMIR LUIZ RIGHI, doravante denominado CONTRATANTE[...]".

2) Na assinatura, onde se lê:

"MUNICÍPIO DE JOAÇABA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Rafael Laske - Prefeito";

Leia-se:

"SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário".

As demais informações permanecem inalteradas.  
Joaçaba, abril de 2015.

#### **HOMOLOG PL 30/2015 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015/PMJ

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 30/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 20/2015/PMJ.

Objeto: a aquisição de equipamentos e instrumentos musicais destinados à constituição de orquestra popular formada por alunos de aulas de música no âmbito do Município de Joaçaba, SC.

-Empresas Vencedoras:

L.A. CN INFORMATICA LTDA-ME

VALOR R\$ 4.518,00

Fiscal: Marilde Terezinha Bittencourt

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 27 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske - Prefeito



**PORTARIA N.º 4279**

PORTARIA Nº 4.279 DE 28 DE ABRIL DE 2015

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) ALEXANDRA BENJAMIN, a partir do dia 28 de abril de 2015, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público n.º 001/2012/FMS com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 28 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4280**

PORTARIA Nº 4.280 DE 30 DE ABRIL DE 2015

"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR, o(a) Senhor(a) MARINES TAVARES DE JESUS REVERS, do cargo de Auxiliar de Serviços, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, em função do parecer da comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria n.º 3.656/2015, acatado pelo Sr. Prefeito Municipal, em acordo com o art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, II da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4281**

PORTARIA Nº 4.281 DE 30 DE ABRIL DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ELIANE CRISTINE SOUZA MALISKA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, em especial o não comparecimento da Sra. Andressa Benjamin, a fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 30 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4282**

PORTARIA Nº 4.282 DE 30 DE ABRIL DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, RESOLVE:

Art. 1º. - NOMEAR, o (a) Sr.(a) CRISTIANE TURRA, para exercer o cargo de Professor Nível I (Licenciatura Plena - Matemática), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação - Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, em especial a exoneração do Sr. Claiton Luiz de Souza Pinto, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA



Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4283**

PORTARIA N.º 4.283 DE 30 DE ABRIL DE 2015

**"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) JULIO CESAR BISSANI, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 131.557 de 30 de setembro de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 30 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4284**

PORTARIA N.º 4.284 DE 30 DE ABRIL DE 2015

**"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) JOSE OTAVIO DALMEDICO, Técnico de Administração, conforme requerimento protocolado sob n.º 131.580 de 02 de outubro de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 30 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4285**

PORTARIA N.º 4.285 DE 30 DE ABRIL DE 2015

**"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) MARIAROSA MENDES FIEDLER, Professor Nível I (Pós Graduação - cargo em extinção), conforme requerimento protocolado sob n.º 132.088 de 13 de novembro de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 30 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4286**

PORTARIA N.º 4.286 DE 30 DE ABRIL DE 2015

**"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) VALDIR JOSE ROSA, Carpinteiro, conforme requerimento protocolado sob n.º 132.206 de 21 de novembro de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 30 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4287**

PORTARIA N.º 4.287 DE 30 DE ABRIL DE 2015

**"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE LICENÇA-PREMIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve;

Art. 1º CONVERTER EM PECÚNIA o período de 12 (doze) dias de licença-prêmio do(a) Servidor(a) ELISEU ELIAS PERUZZO, Professor Nível I (Licenciatura), conforme requerimento protocolado sob n.º 132.478 de 12 de dezembro de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, de acordo com o Art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 30 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4288**

PORTARIA Nº 4.288 DE 30 DE ABRIL DE 2015

**"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Tomadas de Contas Especial", a fim de que se apure qualquer valor recebido indevidamente pela Sra. Marines Tavares de Jesus Revers por decisão acatada pelo Prefeito Municipal sugerida pela comissão de processo administrativo instaurada pela portaria n.º 3.656/2015 da qual apurou-se infração ao art. 133 da Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4289**

PORTARIA Nº 4.289 DE 30 DE ABRIL DE 2015

**"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"**

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) ADEMAR JOSE MARCUS, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através de memorando da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) e 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 27 de abril de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 27 de abril de 2015, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 30 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**TERMO HOMOLOGAÇÃO PL 6/2015 FMAS**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 06/2015/FMAS

O Secretario, Mario Wolfart, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 06/2015/FMAS, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial 05/2015/FMAS.

Objeto: o Registro de Preços de locação de brinquedos infláveis e mecânicos para área externa, com disponibilização de monitores, destinados aos eventos organizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.

Fiscais: Nathalia Costenaro Mascarello e Renan Zilio.

Empresas Vencedoras:

GABRIEL GHISLENI - ME

VALOR R\$ 77.225,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 28 de abril de 2015.

MARIO WOLFART

SECRETARIO - FMAS

**ATA REGISTRO PL 6/2015 FMAS****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015**

Página: 1/3

**Número do Registro de Preços: 4/2015      Data do Registro: 28/04/2015      Válido até: 28/04/2016****Objeto da Compra:** Registro de Preços de locação de brinquedos infláveis e mecânicos para área externa, com disponibilização de monitores, destinados aos eventos organizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Locação de cama elástica de, no mínimo, 3,50 metros, com monitor/instrutor	UN	GABRIEL GHISLENI - ME (6312)	EUROSPORT	0	194,0000	1
2	Locação de piscina de bolinha tradicional de, no mínimo, 2,00 x 2,00 metros, com monitor/instrutor	UN	GABRIEL GHISLENI - ME (6312)	EUROSPORT	0	205,0000	1
3	Locação de piscina de bolinha inflável de, no mínimo, 2,50 x 2,50 metros, com monitor/instrutor	UN	GABRIEL GHISLENI - ME (6312)	HAPPY STAR	0	248,0000	1
4	Locação de tobogã médio tradicional, altura mínima de 3,50 metros, com monitor/instrutor	UN	GABRIEL GHISLENI - ME (6312)	ARTE INFLAVEL	0	308,0000	1
5	Locação de balão pula-pula inflável de, no mínimo, 4,50 x 4,50 x 5,00 metros (C x L x A), com monitor/instrutor	UN	GABRIEL GHISLENI - ME (6312)	EUROSPORT	0	340,0000	1
6	Locação de futebol inflável no sabão de, no mínimo, 12,00 x 8,00 metros, com monitor/instrutor	UN	GABRIEL GHISLENI - ME (6312)	ARTE INFLAVEL	0	570,0000	1
7	Locação de touro mecânico profissional de, no mínimo, 4,20 x 4,20 x 0,90 metros (C x L x A), com monitor/instrutor	UN	GABRIEL GHISLENI - ME (6312)	EUROSPORT	0	455,0000	1
8	Locação de máquina de algodão doce (entrega livre: 04 horas)	UN	GABRIEL GHISLENI - ME (6312)	PINHEIRO	0	424,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2015			Data do Registro: 28/04/2015		Válido até: 28/04/2016		
Objeto da Compra: Registro de Preços de locação de brinquedos infláveis e mecânicos para área externa, com disponibilização de monitores, destinados aos eventos organizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	Locação de máquina de pipoca profissional (entrega livre: 04 horas)	UN	GABRIEL GHISLENI - ME (6312)	BRAESI	0	345,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2015

Número do Registro de Preços: 4/2015		Data do Registro: 28/04/2015		Válido até: 28/04/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços de locação de brinquedos infláveis e mecânicos para área externa, com disponibilização de monitores, destinados aos eventos organizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2015  
PROCESSO Nº 6/2015

(6312) - GABRIEL GHISLENI - ME

Joaçaba, 28 de Abril de 2015.



**PLASS****BALANCETE FINANCEIRO MARÇO/2015****Santa Catarina****PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Março

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>339.262,29</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>240.268,08</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	154.941,63	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>236.734,43</b>
RECEITA PATRIMONIAL	119.393,38	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.200,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4,98	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	232.533,78
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	64.922,30	<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>3.533,65</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.533,65
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>260.552,80</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>304.695,78</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	19.684,72	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	21.513,42
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	240.868,08	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	283.182,36
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>11.530.472,83</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>11.585.324,06</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.530.422,83	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.585.274,06
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.130.287,92</b>	<b>TOTAL</b>	<b>12.130.287,92</b>

Joacaba, 27/04/2015

\_\_\_\_\_  
JULIANA DARTORA BESBATI  
Presidente

\_\_\_\_\_  
JULIO CESAR BISSANI  
Diretor Executivo

\_\_\_\_\_  
ADONES MARCIANO  
Contador

**SIMAE****ORDEN DE SERVIÇO 0007/2015 - SIMAE**

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0007/2015

Autorizo por meio desta, a empresa Ouro Luiz Produtos e Soluções Elétricas Ltda - EPP a iniciar os serviços referentes à Execução de Projeto e Serviços de Instalação de Entrada de Energia em Alta Tensão na EAT 004, localizada no Acesso Adolfo Ziguelli em Joaçaba - SC, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0079/2014, TOMADA DE PREÇOS JHL 0016/2014, Protocolo JHL 3347/2014, formalizada pelo Termo de Contrato JHL 0101/2014 de 18 de dezembro de 2014.

O valor Global dos serviços e materiais contratados do respectivo processo é de R\$ 48.668,70 (Quarenta e oito mil, seiscentos e sessenta e oito reais e setenta centavos), com prazo de execução de 60 (sessenta) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 29 de abril de 2015.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Contratado: Ouro Luiz Produtos e Soluções Elétricas Ltda - EPP

Responsável: Rosane Maria Galio Poggere

Sócia Administradora

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**ORDEN DE SERVIÇO 0008/2015 - SIMAE**

ORDEN DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 0008/2015

Autorizo por meio desta, a empresa AG Instalações Elétricas e Engenharia Ltda a iniciar os serviços referentes à Execução de Projeto e Serviços de levantamento dos circuitos elétricos de alta e baixa tensão, elaboração de plano de manutenção das subestações, elaboração e montagem do prontuário das instalações elétricas, laudos de vistoria de subestações e aterramentos, entre outros documentos para adequação das instalações do Simae à Norma Regulamentadora 10 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além da elaboração dos projetos de adequação, conforme Termo de Referência, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo de Compra Direta JHL 0108/2015, Protocolo JHL 0900/2015, formalizada pelo Termo de Contrato JHL 0020/2015 de 06 de abril de 2015.

O valor Global dos serviços e materiais contratados do respectivo processo é de R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais), com prazo de execução de 120 (Cento e vinte) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 29 de abril de 2015.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE

Contratado: AG Instalações Elétricas e Engenharia Ltda

Responsável: André Luiz Grigolo

Engenheiro Eletricista

CREA 092998-7

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**José Boiteux****PREFEITURA****PROCESSO LICITATORIO 17/2015 SERVIÇOS TREINAMENTO NA SAÚDE**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX - SC

PROCESSO LICITATÓRIO 17/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

O Secretário Municipal de Saúde de José Boiteux - SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna-se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 14/05/2015, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho, nº 13, REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE PARA REALIZAR ORIENTAÇÃO A EQUIPE RESPONSÁVEL PARA ATUALIZAÇÃO DE BANCO DE DADOS DOS PROGRAMAS DO SUS, CONFEÇÃO DE RELATÓRIOS MENSIS E ANUAL PARA O MINISTÉRIO DA SAÚDE SENDO NO SAI, CNES, SIAB, BPA/MAC, AIH, APAC E ORIENTAÇÃO SOBRE LEGISLAÇÃO DO SUS MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 29 de Abril 2015.

JONAS DERINGER

Gestor Municipal de Saúde

# Lages

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO CC 02-2015 PML

#### ANULAÇÃO

ASSUNTO: CONCORRÊNCIA Nº 02/2015 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário da Administração, por orientação da Procuradoria Geral do Município, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 1º do art. 49 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, delibera pela "ANULAÇÃO" do Processo Licitatório em epígrafe.

Atenciosamente.

Lages, 29 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

### EDITAL CREDENCIAMENTO 02/2015 FCL

#### AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

A Prefeitura do Município de Lages, através da Fundação Cultural, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se disponível o Edital de Credenciamento de artistas para apresentações de artes cênicas, narrativas e música nos eventos realizados e apoiados pela Prefeitura de Lages por meio da Fundação Cultural.

O prazo para inscrições ao credenciamento e local está disponibilizado no site do Município.

A íntegra do Edital encontra-se disponível na Fundação Cultural de Lages, ou pelo site: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 29 de abril de 2015.

Maurício Neves de Jesus

Superintendente da FCL

### PP 04-2015 FMAS; PE 10-2015 FMAS; TP 22-2015 PM

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 22/2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Ampliação da EMEB Profº Osni de Medeiros Régis.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 22/05/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 143.106,93

Modalidade: PE 10/2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Filtros, Lubrificantes e Troca de Óleo

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 25/05/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 25.369,98

Modalidade: PP 04/2015 FMAS

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 25/05/2015 às 14:30

Valor Estimado: R\$ 286.226,60

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao

custo de R\$ 10,00, ou pelo site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br), sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 29 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

### RERRATIFICAÇÃO PP 52-2015 PML

#### RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015 PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO PARA EVENTOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES.

O Município de Lages, presente os efeitos dos princípios básicos da publicidade e da legalidade, com fulcro no disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna público aos interessados, o adiamento do horário de abertura da sessão pública, marcada para às 09:00 horas do dia 19/05/2015, para às 10:30 horas do dia 13/05/2015.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 29 de abril de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

# Laguna

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 015/2015  
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000372.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 29 de abril de 2015.  
Jadson de Oliveira Fretta  
Diretor de Vigilância Sanitária

#### ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº226/2015 - CPF 279.186.448-24

INFRATOR: GUSTAVO ALMEIDA FONSECA - Auto de Infração nº3180.

Infração Cometida: Transportar produto sem a devida licença sanitária de transporte.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, caput; Arts. 411; 413 e 557 caput, XXXVII, da Lei Complementar Municipal 187/2008; c/c Art. 4º da Lei Complementar Municipal 302/2014

Enquadramento Legal da Penalidade: Arts. 5º, caput; 550, caput Inciso I; 552, caput, Inciso II da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 29 de abril de 2015.  
JADSON DE OLIVEIRA FRETTE  
Diretor de Vigilância Sanitária

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 016/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 016/2015  
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000116.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 29 de abril de 2015.  
Jadson de Oliveira Fretta  
Diretor de Vigilância Sanitária

#### ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº222/2015 - CNPJ 08.929.171/0001-01

INFRATOR: TRANSPORTADORA TURINNI LTDA ME - Auto de Infração nº3258.

Infração Cometida: Não apresentou licença de transporte expedida pela Vigilância Sanitária.

Enquadramento Legal da Infração: Art. 411, inciso V da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidade: Arts. 5º, caput; 552, caput, inciso I; da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 29 de abril de 2015.  
JADSON DE OLIVEIRA FRETTE  
Diretor de Vigilância Sanitária

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 017/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 017/2015  
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553

caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº5483.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 29 de abril de 2015.  
Jadson de Oliveira Fretta  
Diretor de Vigilância Sanitária

#### ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº2592/2014 - CNPJ 04.353.469/0027-02

INFRATOR: B. TRANSPORTES LTDA - Auto de Infração nº3005.  
Infração Cometida: Não apresentou licença de transporte de alimentos expedida pela Vigilância Sanitária.  
Enquadramento Legal da Infração: Arts. 411; 557, caput,, incisos V, XXVIII e XXXVII da Lei Complementar Municipal 187/2008.  
Enquadramento Legal da Penalidade: Arts. 5º, caput; 552, caput, inciso I; da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 29 de abril de 2015.  
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA  
Diretor de Vigilância Sanitária

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 018/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 018/2015  
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000117.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 29 de abril de 2015.  
Jadson de Oliveira Fretta  
Diretor de Vigilância Sanitária

#### ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº147/2015 - CPF 041.054.419-14

INFRATOR: JULIANO MACHADO - Auto de Infração nº3178.  
Infração Cometida: Não apresentou licença de transporte de alimentos expedida pela Vigilância Sanitária.  
Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, caput; 411; 557, caput, inciso XXXVII da Lei Complementar Municipal 187/2008.  
Enquadramento Legal da Penalidade: Arts. 5º, caput; 552, caput, inciso I; da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 29 de abril de 2015.  
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA  
Diretor de Vigilância Sanitária

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 019/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 019/2015  
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000309.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 29 de abril de 2015.  
JADSON DE OLIVEIRA FRETTA  
Diretor de Vigilância Sanitária



**ANEXO ÚNICO**

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº148/2015 - CNPJ 14.762.982/0001-63

INFRATOR: SALSIG DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS - Auto de Infração nº2765.

Infração Cometida: Não apresentou licença de transporte de alimentos expedida pela Vigilância Sanitária.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 2º caput; 23; 411, caput, inciso IV; 557, caput, incisos XXVIII e XXXVII, da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidade: Arts. 5º, caput; 552, caput, inciso I §1º e 2º da Lei Complementar Municipal 187/2008; c/c art. 6º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 29 de abril de 2015.

JADSON DE OLIVEIRA FRETТА

Diretor de Vigilância Sanitária

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 020/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 020/2015

JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº5417.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 29 de abril de 2015.

JADSON DE OLIVEIRA FRETТА

Diretor de Vigilância Sanitária

**ANEXO ÚNICO**

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº2501/2014 - CNPJ 10.620.750/0001-10

INFRATOR: FERNANDO VIEIRA FERNANDES E CIA LTDA ME - Auto

de Infração nº2983.

Infração Cometida: Transportar produto de gênero alimentício sem a devida licença sanitária de transporte, e armazenar alimentos congelados fora da temperatura adequada.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 411; 420; 557, caput, inciso V, da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidade: Arts. 5º, caput; 550, caput, inciso I; 552, caput, inciso I da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 100 UFIRM (cem Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 29 de abril de 2015.

JADSON DE OLIVEIRA FRETТА

Diretor de Vigilância Sanitária

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 021/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 021/2015

JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº5472.

O autuado fica ciente de que a advertência não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 29 de abril de 2015.

JADSON DE OLIVEIRA FRETТА

Diretor de Vigilância Sanitária

**ANEXO ÚNICO**

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº1377/2014 - CPF 055.524.002-32

INFRATOR: ISRAEL RODRIGUES MANOEL - Auto de Infração nº3004.

Infração Cometida: Não apresentou licença de transporte de alimentos expedida pela Vigilância Sanitária.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 411; 557, caput, inciso V, da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidade: Arts. 5º, caput da Lei Complementar Municipal 187/2008, C/C art. 58, caput, inciso I da Lei Estadual 6.320/83.

PENALIDADE: Advertência.

Laguna, 29 de abril de 2015.

JADSON DE OLIVEIRA FRETТА

Diretor de Vigilância Sanitária

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 022/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 022/2015  
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000186.

O autuado fica ciente de que a advertência não será mais aplicada caso haja novo auto lavrado que envolva a mesma parte. Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 29 de abril de 2015.  
JADSON DE OLIVEIRA FRETTE  
Diretor de Vigilância Sanitária

**ANEXO ÚNICO**

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº1373/2014 - CPF 010.913.610-10

INFRATOR: MAICON ROSA DE LIMA - Auto de Infração nº0000054.  
Infração Cometida: Transportar produto de gênero alimentício sem a devida licença sanitária de transporte.  
Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º; 411; 557, inciso XXXVII, da Lei Complementar Municipal 187/2008.  
Enquadramento Legal da Penalidade: Arts. 5º; 411; 557; inciso XXXVII da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c art. 58 caput inciso I da Lei da Vigilância Sanitária Estadual 6320/83.

PENALIDADE: Advertência.

Laguna, 29 de abril de 2015.  
JADSON DE OLIVEIRA FRETTE  
Diretor de Vigilância Sanitária

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 023/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 023/2015  
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000033-A.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de

cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 29 de abril de 2015.  
JADSON DE OLIVEIRA FRETTE  
Diretor de Vigilância Sanitária

**ANEXO ÚNICO**

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº4766/2013 - CNPJ 16.733.126/0001-05

INFRATOR: MARIA EDNA DO CARMO BITENCOURT ME - Auto de Infração nº2842.  
Infração Cometida: Expor à venda produtos com prazo de validade expirado.  
Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º, 557, incisos XVII, XXVIII e XXXVII da Lei Complementar Municipal 187/2008.  
Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 552, da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 29 de abril de 2015.  
JADSON DE OLIVEIRA FRETTE  
Diretor de Vigilância Sanitária

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 024/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 024/2015  
JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000034-A.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar

Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 29 de abril de 2015.

JADSON DE OLIVEIRA FRETTE  
Diretor de Vigilância Sanitária

#### ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº4768/2013 - CNPJ 01.426.497/0001-77

INFRATOR: EDNA FOLS ME - Auto de Infração nº2735.

Infração Cometida: Expor à venda produtos com prazo de validade vencido e vender produtos que não estão autorizados a serem vendidos em posto de medicamento.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 5º; 104; 557, caput, inciso XXVIII da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidade: Art. 552 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 29 de abril de 2015.

JADSON DE OLIVEIRA FRETTE  
Diretor de Vigilância Sanitária

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 025/2015 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 025/2015

JULGAMENTO EM 1ª INSTÂNCIA E NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE

A Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Departamento de Vigilância em Saúde, no uso da competência prevista no art. 553 caput, inciso I da Lei Complementar Municipal nº187/2008, intima o autuado relacionado no Anexo Único deste Edital a tomar ciência relativa à notificação Sanitária do Auto de Imposição de Penalidades nº0000312.

Na penalidade de multa, o autuado tem prazo de 30(trinta) dias para o pagamento, contados desta notificação, sob pena de cobrança judicial. Se o pagamento da multa for efetuado no prazo de 20(vinte) dias, contados desta notificação, com desistência tácita do recurso, o autuado gozará de redução de 20%(vinte por cento) do valor da multa, nos termos do art. 561 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Igualmente, dá ciência de que poderá ser interposto recurso por escrito contra a penalidade imposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetiva notificação, a(o) Secretária(o) Municipal de Saúde, sito na Trav. Antônio Maria, s/n, Centro, Laguna/SC, CEP 88.790-000, nos termos do art. 600 da Lei Complementar Municipal 187/2008.

E, que para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado o presente edital, ficando sujeito as penalidades previstas em Lei.

Laguna, 29 de abril de 2015.

JADSON DE OLIVEIRA FRETTE  
Diretor de Vigilância Sanitária

#### ANEXO ÚNICO

I - O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infrações com o seguinte histórico:

Processo Administrativo nº205/2015 - CNPJ 49.324.619/0001-40

INFRATOR: GRANJA PINHEIROS LTDA - Auto de Infração nº2724. Infração Cometida: Não apresentou licença de transporte expedida pela Vigilância Sanitária.

Enquadramento Legal da Infração: Arts. 2º; 5º, caput; 23; 411 inciso VI e 557, caput, incisos, XXVIII e XXXVII da Lei Complementar Municipal 187/2008.

Enquadramento Legal da Penalidade: Arts. 5º, caput; 552, caput, inciso I §1º e 2º da Lei Complementar Municipal 187/2008, c/c art. 6º da Lei Complementar Municipal 302/2014.

PENALIDADE: Multa no valor de 80 UFIRM (oitenta Unidade Fiscal de Referência Municipal)

Laguna, 29 de abril de 2015.

JADSON DE OLIVEIRA FRETTE  
Diretor de Vigilância Sanitária

#### PORTARIA Nº 638/2015

PORTARIA RH Nº 638/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor ANDRÉ NANDI ANTUNES Assistente de Administração, do período de 05/03/2012 a 23/03/2015, lotado na Secretaria de Administração, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA Nº 639/2015

PORTARIA RH Nº 639/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e processo protocolado sob o nº 143/2015;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. ANA PAULA MIGUEL ROSS, Educador Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, a partir de 23/04/2015, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 640/2015**

PORTARIA RH Nº 640/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e em conformidade com a Lei Complementar nº 261 de 28 de agosto de 2013;

**RESOLVE:**

NOMEAR, GELSON LUIZ DE SOUZA para exercer o cargo em comissão de Procurador Especial de Contratos, PG 1, com lotação na Procuradoria Geral, a partir de 24/04/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 641/2015**

PORTARIA RH Nº 641/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, JAIRO FERNANDES THOMAZ do cargo em comissão de Coordenador da Junta Militar, DS 5, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 642/2015**

PORTARIA RH Nº 642/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, JOÃO DE SOUZA JÚNIOR do cargo em comissão de Assessor de Planejamento Governamental, AS 2, com lotação na Secretaria do Governo, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 643/2015**

PORTARIA RH Nº 643/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, ANDRÉ OLIVEIRA DOS SANTOS do cargo em comissão de Procurador Geral Adjunto, NE 2, com lotação na Procuradoria Geral, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 644/2015**

PORTARIA RH Nº 644/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, JOÃO ALBERTO SANTOS VIEIRA do cargo em comissão de Assessor de Planejamento Tributário, AS 2, com lotação na Secretaria da Fazenda, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 645/2015**

PORTARIA RH Nº 645/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, VALDIR RODRIGUES DA SILVA do Cargo em comissão de Coordenador de Fundos, Registro Contábil e Prestação de Contas, DS 4, com lotação na Secretaria da Fazenda, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 646/2015**

PORTARIA RH Nº 646/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, ANDRÉ NANDI ANTUNES do Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Licitação, Compras, Contratos e Convênios, DS 4, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 647/2015**

PORTARIA RH Nº 647/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, MARIA KAROLINE DE ANDRADE do Cargo em comissão de Diretor do Departamento de Documentação e Publicação de Atos Oficiais, DS 4, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 648/2015**

PORTARIA RH Nº 648/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

Fazer cessar a Portaria RH Nº 626/2011, que designou RICARDO HEMKEMEIER, Analista de Sistemas, para responder pela Divisão de Informática, com lotação na Secretaria de Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 649/2015**

PORTARIA RH Nº 649/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, ANTÔNIO DA SILVEIRA FILHO do cargo em Comissão de Sub- Coordenador de Controle Interno, PG 2, com lotação na Coordenadoria do Controle Interno, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 650/2015**

PORTARIA RH Nº 650/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, LUIS RICARDO DE SOUZA FLORES do cargo em comissão de Assessor de Controle Interno, AS 2, com lotação na Coordenadoria do Sistema de Controle Interno, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 651/2015**

PORTARIA RH Nº 651/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, FABIANE DIAS FAGUNDES DA SILVA do cargo em comissão de Coordenador de Serviço Municipal de Água e Saneamento, DS 5, com lotação na Secretaria de Obras e Saneamento, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 652/2015**

PORTARIA RH Nº 652/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, EDMILSON DE PAULA CARNEIRO do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Serviços e Manutenção de Prédios Públicos, DS 4, com lotação na Secretaria de Obras e Saneamento, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 653/2015**

PORTARIA RH Nº 653/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, ADALBANIR JERÔNIMO DA SILVA do cargo em comissão de Auditor de Saúde I, DS 2, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 654/2015**

PORTARIA RH Nº 654/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, ALENAIR SANTANA BARRETO, do cargo em comissão de Contador do Fundo Municipal de Saúde, DS 2, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 655/2015**

PORTARIA RH Nº 655/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, MARILÉIA SOUZA GABRIEL ALEXANDRE do cargo em comissão de Coordenador de Estoques de Medicamentos, DS 5, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 656/2015**

PORTARIA RH Nº 656/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, DYHELLEN BORGES do Cargo em comissão de Coordenador de Almoxarifado, DS 5, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 657/2015**

PORTARIA RH Nº 657/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, JUÇARA JERÔNIMO do cargo em comissão de Coordenador de Serviços Gerais, DS 5, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 658/2015**

PORTARIA RH Nº 658/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

EXONERAR, SKARLATY BORGES CORRÊA MAURÍCIO do cargo em comissão de Coordenador de Transporte de Pacientes, DS 5, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 659/2015**

PORTARIA RH Nº 659/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

EXONERAR, EDSON MORAIS ARAÚJO do Cargo em comissão de Gerente de Projetos, DS 5, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 660/2015**

PORTARIA RH Nº 660/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

EXONERAR, MARIA DE LURDES CORRÊA do Cargo em comissão de Assessor de Ensino Superior, AS 2, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 661/2015**

PORTARIA RH Nº 661/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

EXONERAR, MÁRCIA REGINA DA SILVA PEREIRA do cargo em comissão de Assessor de Ensino Superior, AS 2, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 662/2015**

PORTARIA RH Nº 662/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

EXONERAR, JAQUELINE MIRANDA DA COSTA do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Educação Infantil, DS 4, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 663/2015**

PORTARIA RH Nº 663/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

EXONERAR, EDEMAR NASCIMENTO do cargo em comissão de Coordenador de Projetos e Convênios Educacionais, DS 5, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.  
EVERALDO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 664/2015**

PORTARIA RH Nº 664/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor MARCO ANTÔNIO SANTIAGO PINTO Motorista, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 665/2015**

PORTARIA RH Nº 665/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

EXONERAR, DJESSIKA BORGES DA SILVA do Cargo em comissão de Coordenador de Apoio Civil, DS 5, com lotação na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 666/2015**

PORTARIA RH Nº 666/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor HENRIQUE DE PELEGRINI Engenheiro Químico, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 667/2015**

PORTARIA RH Nº 667/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor CRISTINA MICHELS GODINHO DAL MOLIN Engenheiro Civil, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 668/2015**

PORTARIA RH Nº 669/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

Fazer cessar a Portaria RH Nº 452/2013, que designou GISELE ELIS MARTINS, Jornalista, para responder pela Divisão de Publicidade, com lotação na Secretaria de Comunicação Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 669/2015**

PORTARIA RH Nº 669/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

Fazer cessar a Portaria RH Nº 452/2013, que designou GISELE ELIS MARTINS, Jornalista, para responder pela Divisão de Publicidade, com lotação na Secretaria de Comunicação Social, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 670/2015**

PORTARIA RH Nº 670/2015

O SECRETÁRIO DE OBRAS E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, JULIANO DE OLIVEIRA FLORES Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 17.04.2015 a 16.05.2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

RENATO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 671/2015**

PORTARIA RH Nº 671/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

DEMITIR, BRUNA DE FREITAS ROLDÃO BONIFÁCIO do Cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, HAB 010, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 24/04/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 672/2015**

PORTARIA RH Nº 672/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

**RESOLVE:**

DEMITIR, SIMONE JOSÉ do Cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, HAB 030, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 24/04/2015.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 673/2015**

PORTARIA RH Nº 673/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor ARETHA PASCHOAL FIGUEIREDO Técnico em Enfermagem, do dia 27.04.2015 a 26.05.2015, com lotação na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

LUIZ FELIPE REMOR

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 673/2015**

PORTARIA RH Nº 673/2015

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor ARETHA PASCHOAL FIGUEIREDO Técnico em Enfermagem, do dia 27.04.2015 a 26.05.2015, com lotação na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

LUIZ FELIPE REMOR

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 674/2015**

PORTARIA RH Nº 674/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor MAGDA DE ANDRADE FERREIRA Geóloga, do período de 05/03/2012 a 05/03/2015, lotado na Fundação Lagunense do Meio Ambiente, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 675/2015**

PORTARIA RH Nº 675/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO, CLEMILDA CÂNDIDO do Cargo de Técnico em Enfermagem, de provimento efetivo, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 676/2015**

PORTARIA RH Nº 676/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

## RESOLVE:

EXONERAR, ZULEIDA MAURÍCIO ROSA do cargo em comissão de Assessor Especial de Projetos da Saúde, AS 1, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Abril de 2015.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 677/2015**

PORTARIA RH Nº 677/2015

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014, e processo protocolado sob o nº 818/2015;

## RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 28 de Abril de 2015 a 26 de Julho de 2015, ao Servidor ZILDA DE SOUZA FELIX, Professor, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, referente ao período 2007/2012, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 28 de Abril de 2015.

KLEVYS LOPES ROSA

Secretário Municipal Interino



# Lauro Muller

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 046/2015

DECRETO Nº 046/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 46.121,21 (Quarenta e Seis Mil, Cento e Vinte e Um Reais e Vinte e Um Centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

07.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

07.01 - Fundo Municipal de Saúde

1.008 - - Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde

DOTAÇÃO 39

4.4.90.00.00.0323 - Aplicação Direta R\$ 46.121,21

Total: R\$ 46.121,21 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit financeiro da fonte 0023 (Transferências de Convênios), verificada no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE ABRIL DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

### DECRETO Nº 047/2015

DECRETO Nº 047/2015.

Convoca a IV Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa e dá outras providências.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso das suas atribuições legais em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Lauro Muller e demais municípios da Associação dos Municípios da Região Carbonífera- AMREC,

#### DECRETA:

Art. 1º - Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Nacional do Idoso no município, fica Convocada a IV Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no período de 15 de maio de 2015, na ACIC, tendo como tema central "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as idades".

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão

partilhadas entre os municípios, conforme deliberação ocorrida em reunião do Colegiado Regional de Assistência Social da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, datado de 24 de março de 2015.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE ABRIL DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

MARCIA REGINA RIGHETTO

Presidente do Conselho Municipal do CMDI

### DECRETO Nº 048/2015

DECRETO Nº 048/2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1838/14, de 12 de Dezembro de 2014 (Lei Orçamentária Anual LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (Nove Mil Reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.03 - Departamento de Desporto

2.040 - Gerenciamento e Manutenção da Coordenadoria de Esportes

DOTAÇÃO 69

3.3.50.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 9.000,00

Total: R\$ 9.000,00 Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior correrá por conta da anulação em igual quantia nos seguintes itens orçamentários:

04 - SECRET. MUN. DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

04.03 - Departamento de Desporto

2.040 - Gerenciamento e Manutenção da Coordenadoria de Esportes

DOTAÇÃO 71

4.4.90.00.00.0116 - Aplicação Direta R\$ 2.000,00

DOTAÇÃO 70

3.3.90.00.00.0116 - Aplicação Direta RS 7.000,00

Total: R\$ 9.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 29 DE ABRIL DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

**EDITAL DE PREGAO Nº50/2015 PMLM**

EDITAL DE PREGAO Nº50/2015 PMLM

PROCESSO Nº50/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 12 de maio de 2015 às 11:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresas do ramo pertinente, para implantação de sistema de telefonia digital (pabx) baseado em servidor ip, contendo software para gerenciamento da plataforma ip e equipamentos em comodato para o funcionamento de 30 ramais, 30 linhas analógicas, 60 ligações simultâneas sip fixo e móvel brasil geral com 12.500 minutos mês, 01 link de internet de que garanta 1mb dedicado para atender a administração municipal, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 28 de abril de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

**PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº42/2015 PMLM**

PRORROGAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº42/2015 PMLM

PROCESSO Nº42/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, processo licitatório Pregão para contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de refeições (tipo marmita), para atender aos servidores da Prefeitura requisitados em trabalhos externos em períodos extra jornada, fins de semana no município de Lauro Muller, durante o exercício de 2015, esta prorrogado para dia 12 de maio de 2015 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, devido a ausencia de participantes, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 28 de maio de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

**Lebon Régis****PREFEITURA****CONTRATO Nº: 44/2015 LICITAÇÃO: PR12/2015.**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 44/2015 licitação: PR12/2015.

Objeto: Aquisição de materiais de construção para melhorias na Ponte da divisa entre Lebon Régis e Fraiburgo, entre as Comunidades de Taboão (LR) e Butiá Verde (FB), com área a ser construída de 25,76 m², que servirá como passeio para eventuais trânsitos de máquinas agrícolas de dimensões especiais e passeio de pedestres melhorando o acesso na região. Conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: TURKOT & OLIVEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS - 09.093.181/0001-12. Valor: R\$ 2.370,00 (dois mil e trezentos e setenta reais). Vigência: 29/04/2015. Término: 31/12/2015 Lebon Régis, 28/04/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº: 43/2015 LICITAÇÃO: PR12/2015.**

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 43/2015 licitação: PR12/2015.

Objeto: Aquisição de materiais de construção para melhorias na Ponte da divisa entre Lebon Régis e Fraiburgo, entre as Comunidades de Taboão (LR) e Butiá Verde (FB), com área a ser construída de 25,76 m², que servirá como passeio para eventuais trânsitos de máquinas agrícolas de dimensões especiais e passeio de pedestres melhorando o acesso na região. Conforme especificações contidas neste Edital e seus anexos.. Contratante: Município de Lebon Régis. Contratado: DAL MAS & AMARAL LTDA - ME CNPJ81.325.276/0001-41. Valor: R\$ 5.522,00 (cinco mil e quinhentos e vinte e dois reais). Vigência: 29/04/2015. Término: 31/12/2015 Lebon Régis, 28/04/2015. Ludovino Labas-Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 038/2015**

DECRETO Nº. 38/2015, 24 abril de 2015

Dispõe sobre o resultado final do Teste Seletivo 01/2015 para o cargo de Orientador Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgado o resultado e a classificação final do Teste Seletivo para o cargo de Orientador Social, conforme Anexo I, que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito.

Gabinete do Prefeito, em 24 de abril de 2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Dia Oficial dos Municípios - DOM

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

## ANEXO I

## CLASSIFICAÇÃO FINAL DO TESTE SELEITO

## CARGO DE ORINTADOR SOCIAL

NOME	ACERTOS	NOTA	COLOCAÇÃO
ELIANE SCHLEDER CÉZAR	18	7,20	1º
MARIZETE MARTINS DE CARVALHO	17	6,80	2º
ROSANGELA RIBEIRO	16	6,40	3º
EDNA CARVALHO DO VALE	15	6,00	4º
BRUNA APARECIDA RIBEIRO SEMAM	15	6,00	5º
KARINA ALVES	13	5,20	6º
LUCIANO DE SOUZA BAUER	13	5,20	7º
SCHEILLA A. SANTOS BARRETO	10	4,00	8º
NEILITA DO VALLE ROCHA LEANDRO	09	3,60	9º
LUANA DE FATIMA RIBEIRO SEMAM	09	3,60	10º
MARIA RODRIGUES M. DA CRUZ	08	3,20	11º
ZENITA TOBIAS DE LIMA	07	2,80	12º
PATRICIA DE OLIVEIRA	07	2,80	13º
CRISTIANE RIBEIRO PEREIRA	04	1,60	DESCLASIFICADA

**DECRETO Nº 039/2015**

DECRETO Nº. 39/2015, 29 abril de 2015

"DISPÕE SOBRE A PARALISAÇÃO DE ESCOLA MUNICIPAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais.

## DECRETA

Art. 1º - Fica paralisada a Escola Nucleada Municipal Tiradentes.

Art. 2º - A Escola Municipal citada no artigo anterior fica paralisada temporariamente, podendo vir a ser reativada, e seus alunos foram remanejados para outras Escolas Municipais.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Lebon Régis, 29 de abril de 2015

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski

Secretária Municipal de Administração e Finanças

**HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº PR12/2015 25/2015**

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº PR12/2015 25/2015

OBJETO: Aquisição de materiais de construção para melhorias na Ponte da divisa entre Lebon Régis e Fraiburgo, entre as Comunidades de Taboão (LR) e Butiá Verde (FB), com área a ser construída de 25,76 m², que servirá como passeio para eventuais trânsitos de máquinas agrícolas de dimensões especiais e passeio de pedestres melhorando o acesso na região. Data de Homologação: 27/04/2015 Licitantes Homologados: Dal Mas & Amaral LTDA-ME (itens 3,5,6,7,8e9) R\$5.522,00 (cinco mil quinhentos e vinte e dois reais) Turkot Oliveira Ind. E Com. De madeiras (itens 1e2) R\$2.370,00 (dois mil trezentos e setenta reais). Item 4 restou deserto.

Lebon Régis, 27/04/2015

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO 24/2014 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015

Pedro Ari Parizotto - Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema registro de preços, na forma da Lei nº 10.520/02, para possível aquisição de óleos lubrificantes, graxas e fluidos, no dia 14 de maio de 2015, às 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até às 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 29 de abril de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal.

### LEI COMPLEMENTAR N.º 253/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015

LEI COMPLEMENTAR N.º 253/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS A EMPRESA VENCEDORA DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a conceder à empresa que vier a vencer processo licitatório na modalidade de Concorrência Pública, os seguintes incentivos econômicos:

I - a concessão de uso gratuito de material, máquinas e equipamentos, tais como isopainel para câmara fria, serra-fita e outros que vierem a ser necessários, conforme projeto técnico operacional da empresa;

II - a viabilização e disponibilidade dos serviços de máquinas, para adequação do terreno (serviços de terraplenagem) e infra-estrutura, com vistas à implantação ou expansão da empresa.

§ 1º O prazo da concessão de uso de que trata o inciso I poderá ser de até 10 (dez) anos, com a possibilidade de prorrogação por igual período e durante este prazo o beneficiado poderá exercer o direito de aquisição dos bens utilizados.

§ 2º O valor dos bens de que trata o § 1º será o da data da opção de compra e o pagamento poderá ser parcelado em até 240 (duzentos e quarenta) meses.

§ 3º Os bens descritos no inciso I serão adquiridos pelo Município através de competente processo licitatório e repassado à empresa, sendo que os valores a serem despendidos com os mesmos ficam limitados a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) e as aquisições e repasses poderão ser efetuadas de forma parcelada em mais de um exercício financeiro-orçamentário do município.

Art. 2º Os incentivos terão o objetivo de possibilitar a instalação e/ou ampliação de Unidade de Abate e/ou Processamento de Médios

e Grandes Animais (especialmente bovinos e suínos).

Art. 3º As demais condições dos benefícios de que trata esta Lei Complementar constarão no Edital de Licitação, aplicando-se de forma subsidiária Lei n. 1.151/13.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogada a Lei Complementar N. 222/2013, de 25 de setembro de 2013 e demais disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 29 de Abril de 2015

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

### LEI ORDINÁRIA N.º 1.272/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.272/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS ESGOTOS SANITÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a contratar, mediante o competente processo licitatório, os serviços de instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários de que trata a Lei Nacional n. 11.445/07.

Art. 2º As despesas necessárias para custear o disposto no art. 1º serão custeadas pelo orçamento geral do Município, conforme dotações próprias nesse sentido.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 29 de Abril de 2015

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo



**LEI ORDINÁRIA N.º 1.273/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015**

LEI ORDINÁRIA N.º 1.273/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015  
CONCEDE CERIMÔNIA DE HOMENAGEM E AGRADECIMENTOS  
AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE VIEREM A SE  
APOSENTAR.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município de Lindóia do Sul a realização de cerimônia de agradecimentos aos Funcionários Públicos Municipais aposentados.

Art. 2º. A cerimônia de que trata o art. 1º será realizada da seguinte forma

I - A Câmara se reunirá ao final de cada Legislatura em Sessão Solene, para prestar homenagem aos Servidores municipais aposentados durante o período;

II. A homenagem será prestada através de uma placa que será entregue aos Servidores;

Art. 3º. Serão homenageado todos os Servidores que tiverem suas aposentadorias concedidas no período de quatro anos em que transcorrer cada Legislatura;

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente do Município, destinadas a Câmara de Vereadores.

Art 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI  
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,  
Em, 29 de Abril de 2015

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

**LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL 18/2015**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015, na forma da Lei nº 8.666/93, objetivando a contratação de empresa para ornamentação do Ginásio Municipal de Esportes para o 9º Festival Interestadual de Interpretação da Música, de Lindóia do Sul, foi DECLARADA DESERTA, no dia 08 abril de 2015. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 08 de abril de 2015.  
PEDRO ARI PARIZOTTO  
Prefeito Municipal

**Luzerna****PREFEITURA****AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PL 038.2015- IL 004.2015 - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

Aviso de Inexigibilidade de Licitação

Processo Licitatório 038/2015

Inexigibilidade 004/2015

O Município de Luzerna torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à "Contratação da EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dário Fontana, nº 216, em Luzerna/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.411.843/0001-08, para fornecimento do vale transporte municipal, de forma parcelada, conforme a necessidade, destinado ao servidor para utilização efetiva nas despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa através do Sistema de Transporte Coletivo Urbano, com tarifas fixadas pelo poder competente."

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, incisos I.

Luzerna (SC), 29 de abril de 2015.

MOISES DIERMANN

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 033/2015 - PP 019/2015 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - FMS**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 033/2014 - FMS

Pregão Presencial nº 019/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 033/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial com Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de medicamentos, de forma parcelada, destinados à manutenção da Farmácia, dos Programas e dos Serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Luzerna/SC.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* DIMASTER- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA;

\* CENTERMEDI- COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA;

\* MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA;

\* DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA;

\* S & R DISTRIBUIDORA LTDA

- Valor Contratado: 39.078,40

Luzerna, 27 de janeiro de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER  
GESTOR DO FMS



**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 034/2015 - PP 020/2015 - GESTÃO DE FROTAS - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 034/2015 - PML  
Pregão nº 020/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 034/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de solução em gestão de frota de veículos e de equipamentos motorizados acoplados e rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento e gerenciamento dos custos, sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais; que contemple todas as despesas efetuadas por meio de contratos, compras diretas, pronto pagamento, supridas por almoxarifados ou custeadas por convênios com entidades mantenedoras externas à administração municipal ou por terceiros na forma de doação e ambiente operacional, segundo os quantitativos e descrições das atividades a serem desenvolvidas, constantes do Anexo I e nas condições previstas neste Edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA

- Valor total: R\$ 18.681,60

Luzerna (SC), 28 de abril de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

**PL 039/2015 - PP 024/2015 - MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA - PML**

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 039/2015 - PML

Pregão Presencial nº 024/2015 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para aquisição de materiais para manutenção de sinalização viária de trânsito horizontal, nas principais vias do município de Luzerna/SC, conforme descrição em anexo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 13 de maio de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 13 de maio de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

**PORTARIA 063**

PORTARIA Nº 063/15 de 23 de abril de 2015

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DE OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS, COMPRAS, LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR a COMISSÃO PERMANENTE DE FISCALIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DE OBRAS PÚBLICAS, SERVIÇOS, COMPRAS, LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, conforme estabelecido nos arts. 15, 73 e 74 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a qual é constituída pelos servidores:

GISELI KRUG - Agente Administrativa

RENAN CLODOALDO TESSER - Diretor de Unidade Educacional

MARIANA DE AZEVEDO RAMOS - Técnica Administrativa

ISABELA TOSCAN MITTERER - Chefe do Setor de Saúde

JULIANA CORBANI - Engenheira Civil

ALCIR JOÃO DENARDI - Secretário de Obras e Serviços

ELISEU ROBERTO DORÉ - Diretor de Obras e Serviços

RÉGIS VALTER WEISER - Engenheiro Civil

Parágrafo Único - A Comissão a que se refere esta Portaria será composta ainda por um representante da empresa contratada.

Art.2º- O recebimento de material em compras ou de serviços ou locação e aquisição de equipamentos, de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, para a modalidade de convite, deverá ser firmado por no mínimo 3 (três) membros desta Comissão.

Art.3º- O Termo de Recebimento Provisório de Obras Públicas deverá ser assinado por no mínimo três dos membros acima nomeados e o Termo de Recebimento Definitivo de Obras Públicas deverá ser assinado pelos três últimos servidores acima nomeados.

Art.4º - Os serviços realizados por esta Comissão serão gratuitos sem ônus para o Município.

Art.5º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de abril de 2015.

Luzerna(SC), 23 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**PORTARIA 064**

PORTARIA Nº 064/15 de 23 de abril de 2015

"NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR os cidadãos abaixo relacionados para comporem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO de bens móveis de propriedade do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) ou de particulares que interessem ao MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), para diversas destinações, inclusive alienação:

MARIANA DE AZEVEDO RAMOS

CPF/MF nº 062.659.039-69

JULIANA CORBANI  
CPF 069.694.569-00

GISELI KRUG  
CPF 046.368.929-17

Art.2º- Os serviços realizados por esta Comissão serão gratuitos sem ônus para o Município.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de abril de 2015.

Luzerna(SC), 23 de abril de 2015.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

#### **PORTARIA 065**

PORTARIA Nº 065/15 de 23 de abril de 2015.  
"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) OU DE PARTICULARES QUE INTERESSEM AO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) "

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art.1º- NOMEAR os cidadãos abaixo relacionados para comporem a COMISSÃO DE AVALIAÇÃO de bens imóveis de propriedade do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) ou de particulares que interessem ao MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), para diversas destinações:

MURIEL KIRSCH - CREA 112640-3  
JULIANA CORBANI - CREA 118942-4  
DENIR NARCISO ZULIAN - CREA 050805-8  
ALESSANDRO RAMOS ARRUDA - CREA 055273-0  
DINO DE MEDA - CRECI 8261-16  
RÉGIS VALTER WEISER - CREA 45877-4

Parágrafo Único - A Comissão funcionará com no mínimo 03 (três) de seus membros.

Art.2º- Os serviços realizados por esta Comissão serão gratuitos sem ônus para o Município.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de abril de 2015.

Luzerna(SC), 23 de abril de 2015.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA 066**

PORTARIA Nº 066/15 de 23 de abril de 2015  
"DESIGNA COMISSÃO PERMANENTE DE PATRIMÔNIO QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º da Lei nº 1314 de 11 de novembro de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art.1º- DESIGNAR a COMISSÃO PERMANENTE DE PATRIMÔNIO de que trata o art. 4º da Lei nº 1314 de 11 de novembro de 2014, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, que será responsável pela avaliação, reavaliação, depreciação,

incorporação, controle e supervisão de baixa dos bens permanentes do Patrimônio dos Órgãos da Administração Direta e dos Fundos Especiais do Município:

1. DREONE FELSKI MENDES - Contador do Poder Executivo
2. RUBIANA BALESTRIN - Contadora do Poder Legislativo
3. MURIEL KIRSCH - Assessor de Planejamento
4. JULIANA CORBANI - Engenheira Municipal
5. ADELAR PELICIOLLI - Secretaria de Obras e Serviços
6. JANE ELISA OTTO BRANDALISE - Setor de Patrimônio

Art.2º- As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão não serão remuneradas.

Art.3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de abril de 2014, revogadas as disposições da Portaria nº 138/14 de 21 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 23 de abril de 2015.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

#### **PORTARIA 067**

PORTARIA Nº 067/15 de 23 de abril de 2015  
"ALTERA PORTARIA Nº 075/14 de 01 de abril de 2014 QUE DESIGNA SERVIDORES PARA ASSINAR DOCUMENTOS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), nos termos da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004,

CONSIDERANDO que o Município possui no momento apenas um profissional com formação em Ciências Contábeis e ocupando a vaga de Contador de acordo com o Plano de Cargos e Salários, pois a outra servidora ocupante da vaga pediu exoneração,

#### **RESOLVE:**

Art.1º- REVOGAR os arts. 1º e 3º e alterar o art. 2º da Portaria nº 075/14 de 01 de abril de 2014, passando o art. 2º a ter a seguinte redação:

"Art.2º- DESIGNAR o Sr. DREONE FELSKI MENDES, contador do quadro permanente do Município, matrícula nº 945, com registro no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 36.461/O, para assinar todos os documentos inerentes às Unidades Gestoras: Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente."

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Luzerna(SC), 23 de abril de 2015.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**Macieira****PREFEITURA****portaria 3332A**

PORTARIA N.º 3332A/2015

"Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 002, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), RESOLVE:

CONCEDER PRORROGAÇÃO da Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, Pedrinho Campagnin, ocupante do cargo de operador de maquina media e pesada, por período indeterminado, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 17 de março de 2015.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**portaria 3338**

PORTARIA N.º 3338/2015

"Exonera, o Servidor que Especifica"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 90, parágrafo 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 002/95, de 19/06/1995(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1o - EXONERAR, a Servidora Pública Municipal Angela Margarida Trindade Antunes, ocupante do Cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, lotado da Secretaria de Saúde, a contar de 33/04/2015.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 30 de abril de 2015.

EMERSON ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Mafra****PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 039/2015**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para contratação de clinica de psiquiatria destinado ao internamento e tratamento de paciente com transtornos psiquiátricos, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 14/05/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 29 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 042/2015**

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Aquisição de leões de pelúcia, mascote do Programa Educacional de Resistência as Drogas e a Violência (PROERD), destinados a Policia Militar, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 13/05/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 29 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de veículos 0 km, destinados a Programas da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal da Saúde, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 15/05/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafrá (SC), 29 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski  
Pregoeiro Municipal

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2015.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 18/05/2015, às 09h05min horas, na sede da Prefeitura do Município de Mafrá, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada para implantação de ciclofaixa na Rua José Boiteux arcando com fornecimento de material e mão de obra com recursos do contrato nº789831/2013/MCIDADES/CAIXA, conforme projetos e memorial descritivo, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 18/05/2015, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafrá, 29 de abril de 2015

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015.

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 19/05/2015, às 09h05min horas, na sede da Prefeitura do Município de Mafrá, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, licitação na modalidade de Tomada de Preço contratação de empresa especializada para execução da obra para drenagem pluvial das ruas Professor Ernesto Liedcke no bairro restinga e rua Benemerita Ladislau Bicheski, arcando com fornecimento de material e mão de obra conforme projetos e memorial descritivo, aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico através da Ata datada de 17 de março de 2015, através do Fundo Municipal de Saneamento Básico. Processo será regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 19/05/2015, até às 09:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4003 e 4061.

Mafrá, 29 de abril de 2015

Roberto Agenor Scholze  
Prefeito Municipal

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2014-SME TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 04**

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2014-SME

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 04

Nota de esclarecimento

Em decorrência da falta de clareza aferida pelos próprios candidatos, no edital elaborado pela empresa vencedora da licitação, a Secretaria Municipal de Educação diagnosticou a necessidade de uma consulta a Procuradoria Jurídica do Município para dirimir as dúvidas correlacionadas à forma de convocação de cada termo. Desta forma convencionou-se através de Parecer Jurídico a convocação de todos os candidatos classificados em cada área/disciplina do termo de convocação em questão, seguindo-se a classificação geral do processo seletivo.

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal da Educação, com fundamento na Lei Municipal Nº 3.008, de 15 de dezembro de 2005 que dispõe sobre a Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público, Lei Complementar Nº 16 de 28 de dezembro de 2005; Lei Nº 3.795 de 04.04.2012, Constituição Federal, Artigo 37, inciso IX, no uso de suas atribuições legais, CONVOCAM os Profissionais a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado- Edital Nº 002/2014, para contratação de membros do magistério, em caráter temporário para o ano letivo de 2015, desta Municipalidade a comparecer no Endereço a seguir: Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12- (Prédio da Prefeitura Municipal de Mafrá- SC), no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, no dia 04 de maio de 2015, às 08h30min.

A Convocação dos candidatos irá respeitar a seguinte ordem, das Áreas/ Disciplinas (abaixo informadas no quadro de vagas), conforme cita o item 7. DA CLASSIFICAÇÃO, que: 7.1. A classificação



será efetuada em ordem decrescente dos pontos obtidos, obedecendo a seguinte ordem de classificação:

- 1.ª classificação - os HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- 2.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que atingiram a média igual ou superior a 5,0.
- 3.ª classificação - os HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.
- 4.ª classificação - os NÃO HABILITADOS que NÃO atingiram a média 5,0.

#### QUADRO DE VAGAS

##### 01. Área de Atuação: Educação Infantil Disciplina: Educação Infantil

A.	Série/Turma: Maternal I	Turno: ( 20 ) Matutino – ( 20 ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 40 h ou 2 de 20 h	Início: ---	Termino: 01/08/15
	Local: CEIM Ana Rank	Professor Titular: Simone F. dos Santos	
	Obs. Licença Prêmio		

##### 02. Área de Atuação: Ensino Fundamental Disciplina: Séries Iniciais (4º e 5º ano)

A.	Série/Turma: 4º ano		Turno: ( 20 ) Matutino – ( 20 ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 40 h ou 2 de 20 h	Início: --	Termino: 26/05/15	
	Local: CEM Anjo da Guarda		Professor Titular: Vilma V.Ba- chmann	
	Obs. Licença para tratamento de saúde.			

##### 03. Área de Atuação: Ensino Fundamental - Séries Finais (6º ao 9º) Disciplina: Inglês

A.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: ( 10 ) Matutino – ( ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 10 h	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Beija-Flor	Professor Titular: --	
	Obs. Por não haver professor efetivo para a vaga		

B.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: ( 10 ) Matutino – (    ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 10 h	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: EMEB Vereador Evaldo Steidel	Professor Titular: Luciane Stefens	
	Obs. Professor assumiu a direção da U.E.		

C.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: ( 05 ) Matutino – ( 05 ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 10 h	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Anjo da Guarda	Professor Titular: --	
	Obs. Por não haver professor efetivo para a vaga.		

##### 04. Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais (6º ao 9º) Disciplina: Língua Portuguesa

A.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: ( 05 ) Matutino – ( ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 05 horas	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: CEM Anjo da Guarda	Professor Titular: --	
	Obs. Por não haver professor efetivo para a vaga		

##### 05. Área de Atuação: Ensino Fundamental Séries Finais (6º ao 9º) Disciplina: Arte

A.	Série/Turma: 6º ao 9º	Turno: ( 05 ) Matutino – ( ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 10 horas	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: EMEB Colônia Ruthes	Professor Titular: Fabiele N. de Lima	
	Obs. Professora em exercício na EMEF São Lourenço		

##### 06. Área de Atuação: Ensino Fundamental e Educação Infantil Disciplina: Educação Física

A.	Série/Turma: Jardins e 1º ano	Turno: (    ) Matutino – (10 ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 10 horas	Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: EMEB Ben. Felipe Carvalho Martins	Professor Titular: --	
	Obs. Por não haver professor efetivo para a vaga		

##### 07. Área de Atuação: Ensino Fundamental - Séries Finais (6º ao 9º) Disciplina: Geografia

A.	Série/Turma: 6º ao 9º		Turno: ( 10 ) Matutino – ( 10 ) Vespertino	
	Vaga (C.H.): 20 h		Início: --	Termino: 18/12/15
	Local: EMEF São Lourenço	Professor Titular: Andreia de L. M. Wormsbecker		
	Obs. 1. Professor Afastado em Licença Sem Remuneração. 2. As aulas serão ministradas nas terças e quartas feiras nos turnos matutino e vespertino.			

Obs. De acordo com o Edital 002/2014: 9.10. Quando não houver candidato para a vaga de determinada disciplina, que seja observada a disponibilidade dos inscritos nas áreas afins (respeitando a classificação);

O Candidato Classificado que não se apresentar no Setor de Recursos Humanos e Qualidade, da Prefeitura Municipal de Mafra, sito à Praça Desembargador Flávio Tavares, Nº 12, no dia 04/05/2015, às 08h30min perderá o direito às VAGAS especificadas neste Termo de Convocação.

Mafra, 28 de abril de 2015.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito do Município de Mafra

EUTIDES TAVARES  
Secretário Municipal de Educação



## Maracajá

### PREFEITURA

#### RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 16/2015\_PP

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Maracajá  
Resultado de Julgamento  
Pregão Presencial nº 16/2015

O Município de Maracajá torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 16/2015 - Pregão Presencial, Tipo Menor Valor por Lote, referente contratação de Companhia Seguradora para cobertura total e terceiros dos veículos da Administração Municipal (colisão, incêndio, roubo, furto, danos causados a terceiros, acidentes pessoais de passageiros e despesas médicas e hospitalares), que gerou o seguinte resultado: Lote I - Gente Segurado S.A no valor de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais); Lote II - Gente Segurado S.A no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). Valor total Adjudicado: R\$ 70.000,00 (setenta e sete mil reais).

Maracajá/SC, 29 de abril de 2015  
Dilnei Fausto Borges  
Pregoeiro

## Maravilha

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 41/2015

DECRETO Nº 41, DE 22 DE ABRIL DE 2015  
Altera dispositivo do Decreto nº 106, de 5 de setembro de 2014 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o inciso IV do art. 11 do Decreto nº 106, de 5 de setembro de 2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 [...]

IV - 1º de abril a 30 de agosto de 2015, para os contribuintes que tiveram Receita Bruta Total auferida com a prestação de serviço, no ano-calendário de 2013, inferior a R\$ 100.000, 00."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 22 de abril de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

#### PROCESSO LICITATÓRIO N. 1.942/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
Processo Licitatório n. 1.942/2015 - Modalidade de Concorrência Pública n. 003/2015.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Concorrência Pública, para contratação de empresa especializada para execução de obras de implantação de rede coletora de esgotamento sanitário, ligações domiciliares, estações elevatórias e emissários, das bacias hidrográficas, conforme projeto e de uma Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, no perímetro urbano do Município de Maravilha, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 18 de junho de 2015, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes de habilitação e propostas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital e projetos poderão ser obtidas no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 29 de abril de 2015.  
ROSIMAR MALDANER - Prefeita de Maravilha.

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 1.975/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 1.975/2015 - Modalidade de Pregão Presencial n. 016/2015.

Valor orçado lote 01 R\$: 5.180,00

Valor orçado lote 02 R\$: 9.568,00

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de móveis e equipamentos de informática para o PROCON do Município de Maravilha - SC, tipo menor preço por lote, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 14 de maio de 2015, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 28 de abril de 2015. ROSIMAR MALDANER - Prefeita de Maravilha.

**Marema****PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL N. 014/2015**

Município de Marema

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 026/2015 - Modalidade de Pregão Presencial n. 014/2015, para locação de tendas, palco, camarim, pórtico de entrada, banheiros químicos, gerador, estantes, sonorização, iluminação e parque de brinquedos nos dias 19 a 21 de junho de 2015, quando da realização da Iª Expo Marema em comemoração ao 27º ano de Aniversário Político Administrativo do Município. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 13/05/2015, às 09h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 13/05/2015 às 09h00min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 13h30mi, e das 13h30min as 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 27 de abril de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

**Massaranduba****PREFEITURA****DECRETO Nº. 3089 DE 24 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº. 3089 DE 24 DE ABRIL DE 2015  
Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
0501.012.361.0083.2043 - Manutenção do Transporte Escolar  
0501 - 33900000 - Aplicações Diretas  
0501 - 10100 - Receita de Impostos - Educação .....  
..... R\$ 100.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO  
0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO  
0501.012.361.0083.2043 - Manutenção do Transporte Escolar  
0501 - 31900000 - Aplicações Diretas  
0501 - 10100 - Receita de Impostos - Educação .....  
..... R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 24 de Abril de 2015  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**CÂMARA MUNICIPAL****DISPENSA 007/2015**

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2015

OBJETO: Prestação de serviços de locação de uma impressora e fotocopadora multifuncional para atender as necessidades do setor de contabilidade da Câmara de Vereadores para o exercício 2015.

CONTRATADO: REPROGRAFIA DAUFENBACH LTDA EPP

CNPJ: 04.398.513/0001-53

PROCESSO Nº.: 007/2015

VALOR: R\$ 760,00 (Setecentos e sessenta reais)

Item	Qt	Unit R\$	Unid	Descrição
01	08	95,00	mês	Locação de impressora e fotocopadora multifuncional jato de tinta, com franquia mensal de 1.000 páginas, impressão colorida, incluindo manutenção preventiva e corretiva, fornecimento/reposição de peças e material de consumo, exceto papel

**FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:****FUNDAMENTO LEGAL:**

Art. 24 - é dispensável a licitação: (Lei Nº. 8.666/93)

II - "Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez."

**JUSTIFICATIVA:**

O setor de contabilidade realiza a reprodução de diversos documentos como notas de empenho, balanços, balancetes, diários contábeis, relatórios, como também se utilizam desta impressora os setores patrimonial e licitações e a demanda do número de impressões é bastante considerável. O Setor dispõe hoje de uma impressora HP Laser Jet Pro 400 Color, que se utiliza de 04 cartuchos de tonner para seu funcionamento cujo custo é bastante elevado. Analisando custo benefício, verificou-se ser mais econômico a locação de uma impressora para estes serviços, visto já estarem incluídas despesas de reposição de tinta/tonner, assistência técnica e todo material de consumo necessário, exceto o papel.

**JUSTIFICATIVA DO PREÇO:**

A Câmara de Vereadores já dispõe de um contrato desta natureza, e na oportunidade foram realizados três orçamentos e o preço ajustado é vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Artigo 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93.

Massaranduba (SC), 29 de Abril de 2015.

SILVIO MAINKA

Presidente do Poder Legislativo Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO Nº 001/2015 - CONTRATO Nº 046/2013

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (reajuste de valor)  
Contrato nº. 046/2013  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: TECNOLÓGICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA  
Objeto: Contratação de empresa especializada para assessoria e suporte técnico ao setor de arrecadação, disponibilizando sistemas de informática e profissionais com conhecimento em Legislação Tributária, Coleta de dados, Software de apoio a Recuperação fiscal e Informática, visando a recuperação de créditos tributários e incremento de arrecadação de Receita Tributária.  
Valor reajustado: R\$ 3.186,63  
Data da assinatura: 14 de abril de 2015.

### EXTRATO ADITIVO Nº 001/2015 - CONTRATO Nº 075/2014

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2015 (Prorrogação de prazo)  
Contrato nº. 075/2014  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP  
Objeto: contratação de empresa para construção de 01 (uma) quadra poliesportiva com vestiário compreendendo uma área de 980,40 m² - padrão fnde, sito a rua cel. vidal ramos, tudo em conformidade com o projeto arquitetônico, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico financeiro e projetos complementares anexo ao processo.  
Vigência Início: 16/05/2015 Término: 11/11/2015  
Data da assinatura: 22 de abril de 2015.

### EXTRATO ADITIVO Nº 008/2015 - CONTRATO Nº 027/2011

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 008/2015 (reajuste de valor)  
Contrato nº. 027/2011  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: MANOEL IRINEU DA ROSA ME  
Objeto: prestação de serviços contínuos de triagem de resíduos sólidos domésticos e comerciais produzidos no município de Meleiro, estimado em 80 (oitenta) toneladas mensais, a operação e manutenção do centro de triagem municipal e a cessão de uso de equipamentos pertencentes ao CONTRATANTE à CONTRATADA.  
Valor reajustado: R\$ 2.281,58  
Data da assinatura: 23 de abril de 2015.

### LEI Nº 1683/2015

LEI Nº 1683/2015

ESTABELECE NO MUNICÍPIO DE MELEIRO O PRÊMIO PMAQ-AB (Programa Nacional de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica) DIRECIONADO AOS PROFISSIONAIS DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A presente Lei regulamenta o incentivo financeiro referente ao PMAQ-AB aos profissionais da Unidade Básica de Saúde, denominado Piso Atenção Básica Variável (PAB-Variável).

Art. 2º Os recursos financeiros citados serão oriundos do Ministério da Saúde, conforme art. 8º e art. 19 da Portaria 1645/2011 e/ou "Portarias Ministeriais", que definem o valor integral do incentivo financeiro do PMAQ-AB, em acordo do PAB-Variável.

Art. 3º O referido incentivo financeiro será aplicado em serviços como mobília, equipamentos e, como prêmio aos servidores integrantes das Unidades Básicas de Saúde no Município de Meleiro, que aderiram ou vierem a aderir o PMAQ-AB.

Parágrafo único. O referido prêmio tem caráter indenizatório.

Art. 4º O incentivo será aplicado nas Unidades Básicas de Saúde na forma do Anexo I da presente Lei, até que vigore o PMAQ-AB com seu respectivo repasse.

Art. 5º Não fará jus à gratificação, o profissional que estiver em atestado médico de 15 (quinze) dias ou mais, falte de forma injustificada, tenha recebido advertência, esteja em licença maternidade ou licença prêmio.

Parágrafo Único. Os requisitos do artigo acima não são cumulativos.

Art. 6º Para fazer jus ao recebimento, o servidor deverá estar na ativa.

Art. 7º O referido prêmio, fica condicionado ao repasse dos respectivos valores pelo Ministério da Saúde e será creditada na folha de pagamento do mês subsequente ao repasse.

Art. 8º A gratificação não será incorporada ao salário dos servidores deste Município, tendo validade, somente durante a vigência do referido programa, condicionado ao repasse.

Art. 9º Em caso de falta de um dos integrantes das Unidades de Saúde, os valores serão revertidos em equipamentos, mobília, insumos e ESF.

Art. 10º As despesas decorrentes à aplicação da presente Lei, correrão por conta da União, representado pelo Ministério da Saúde, através do repasse ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 11º A Secretaria Municipal de Saúde, encaminhará mensalmente relatório dos integrantes do programa, bem informará quais os servidores que farão jus ao referido benefício, na forma do art. 5º da presente Lei.

Art. 12º O pagamento do referido prêmio será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias aos servidores, após o repasse ao Município.

Art. 13º As competências relativas a agosto e setembro de 2014, reverterão em sua integralidade a unidade de saúde.

Art. 14º Revogam-se as disposições em contrário, em especial, a Lei Municipal nº 1654/2014.

Art. 15º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2014.

Meleiro, 28 de abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. De Adm. Finanças

#### ANEXO I

#### RELAÇÃO PROFISSIONAIS - PMAQ

(75% Profissionais proporcional a carga horária - 25% materiais)

UNIDADE	25%
MEDICOS/ENFERMEIRAS/DENTISTAS	35%
TEC. ENFERMAGEM/AUX ENFERMADEM/AUX. CONSULTÓRIO DENTÁRIO	25%
AGENTES ACS	15%

#### PORTARIA Nº 175/2015

PORTARIA n.º 175/2015

TRATA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A pedido, a Senhora EDINÉIA DA COSTA MARTINS, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 038/2015.

Meleiro, 29 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### PORTARIA Nº 176/2015

PORTARIA n.º 176/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE SALA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 1567/2012, de 19 de dezembro de 2012, Lei nº 910/2002, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita JÉSSICA ZEFERINO GOMES, ocupante do cargo de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 117/2015 e nº 129/2015.

Meleiro, 29 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

#### PORTARIA Nº 177/2015

PORTARIA n.º 177/2015

TRATA DA EXONERAÇÃO DE SECRETÁRIA DE ESCOLA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei nº 1409/2009, de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

#### EXONERAR

Art. 1º - A Senhorita VANESSA FERNANDES XAVIER, ocupante do cargo de Secretária de Escola, nível de referência MAG 270, com carga horária de 40 horas, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, do quadro de pessoal comissionado da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 044/2013.

Meleiro, 29 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças



## Modelo

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 041/2015

PORTARIA Nº 041/2015 de 22.04.2015.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE VALOR COMPLEMENTAR DE SALÁRIO MATERNIDADE À SERVIDORA ALIDIANE ZAMPROGNA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei Municipal nº 971/1990, 1.513/2002, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o pagamento na folha do mês de abril/2015, à Servidora ALIDIANE ZAMPROGNA, o valor complementar de R\$ 2.424,48 (Dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos) relativo ao ajuste de salário maternidade, incluído o valor de Insalubridade Técnico-Científico que percebeu no período de novembro de 2014 a março de 2015, fazendo base para o salário maternidade, conforme memória de cálculo anexo na pasta funcional.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 22 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2015

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: ANDRADE PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Capinzal - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 12.526.833/0001-70, neste ato representada por: JONATAS DE ANDRADE, cpf nº 041.737.319-81, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL DE EXPEDIENTE, ELETROELETRÔNICOS, FILMES RADIOLÓGICOS, MATERIAL AMBULATORIAL, MÓVEIS, PRODUTOS QUÍMICOS, ROUPAGEM e OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.3 - O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

37	CABO DE AUDIO PARA SISTEMA DE SOM	UNI	10,00	33,45	334,50
56	COBERTOR SOLTEIRO	UNI	40,00	54,90	2.196,00
70	ENCERA-DEIRA, TRÊS ESCOVAS DE 24CM	UIN	3,00	380,00	1.140,00
106	FRONHA DE TRAVESSOIRO	UN	80,00	7,00	560,00
115	IMPRESSORA DESKLET INK, MULTIFUNCIONAL COLORIDA	UN	5,00	298,00	1.490,00
133	MICRO-COMPUTADOR	UNI	20,00	1.594,00	31.880,00
135	MICRO COMPUTADOR EMBARCADO	UIN	4,00	430,00	1.720,00
153	PEN DRIVE DE 8 GB USB 2.0	UNI	30,00	18,89	566,70
162	REFRIGERADOR DUPLEX, REFRIGERADOR 329 LTS E FREEZER 100 LTS	UIN	2,00	1.990,00	3.980,00

R\$ total: 43.867,20

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento - Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

#### CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 - Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.

7.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento

8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
  - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - Tiver presentes razões de interesse público;
  - For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
  - For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- § 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 31/2015 - Registro de Preços nº 51/2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 25/fevereiro/2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 29 de Abril de 2015  
MUNICIPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

ANDRADE PASSINI COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA  
JONATAS DE ANDRADE

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2015**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: DIPAR - DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Campos Novos-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 82.803.230/0001-53, neste ato representada por: ADELAR LAZZARI, cpf nº 670.230.709.82, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL DE EXPEDIENTE, ELETROELETRÔNICOS, FILMES RADIOLÓGICOS, MATERIAL AMBULATORIAL, MÓVEIS, PRODUTOS QUÍMICOS, ROUPAGEM e OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.3 - O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDADE	R\$/UND	R\$/TOTAL
6	ALMOFADA PARA CARIMBO	UNI	30,00	14,90	447,00
8	APONTADOR DE LÁPIS	UN	3.000,00	0,77	2.310,00
12	BAMBOLÊ DESMONTÁVEL COLORIDO C/ 88CM DIAMETRO	UNI	150,00	5,75	862,50



15	BOBINA PAPEL KRAFT	RL	200,00	34,00	6.800,00
38	CADERNO BROCHURA 96 FLS	UIN	6.000,00	1,55	9.300,00
45	CANETA ESFERO- GRÁFICA	CX	200,00	30,90	6.180,00
50	CARTOLI- NA CORES VARIADAS	UNI	3.000,00	0,97	2.910,00
51	CARTOLI- NA LAMI- FLEX	UN	1.000,00	0,78	780,00
58	COLA EVA - 35 GRAMAS	UNI	2.000,00	2,38	4.760,00
63	COLA LÍQUIDA COLORIDA, A BASE DE P.V.A, 23 GRAMAS.	UIN	150,00	4,99	748,50
80	ESPIRAL PARA EN- CARDENA- ÇÃO 0,12 MM C/ 100	PCT	10,00	12,48	124,80
81	ESPIRAL PVC PARA ENCARDE- NAÇÃO Nº 17 C/ 100	PCT	10,00	16,75	167,50
82	ESPIRAL PARA ENCADER- NAÇÃO, PRETA, Nº 33 PACOTE COM 100	UIN	10,00	7,98	79,80
93	FITA ADESIVA DUPLA FACE, 19 X 30M	UNI	200,00	8,65	1.730,00
102	FORMULA- RIO CON- TINUO 80 BRANCO 2 VIA 11X 240 X60G C/ 3000	CXA	5,00	279,50	1.397,50
104	FORMU- LARIO CONTINUO 80 CL UMA VIA.	CXA	5,00	234,90	1.174,50
119	LANTE- JOULAS - VÁRIAS COES	PCT	400,00	17,99	7.196,00

120	LAPIS DE CERA C/ 6 PEQUENA	CXA	2.000,00	4,80	9.600,00
129	MARCA- DOR DE QUADRO BRANCO	UN	400,00	25,97	10.388,00
137	PALITO PARA CHURRAS- CO	PCT	50,00	4,95	247,50
140	PAPEL OFICIO BRANCO A-4 75 GRS CX C/ 10 X500 FLS	CX	120,00	138,95	16.674,00
149	PAPEL PA- RANÁ Nº 80 100X80	UN	2.000,00	3,99	7.980,00
158	RECARGA PARA MAR- CADOR DE QUADRO BRANCO	UIN	140,00	7,90	1.106,00
163	RÉGUA DE 30CM, EM ACRÍLICO CRISTAL, PCT C/ 25UN	PCT	300,00	19,80	5.940,00
174	TESOURA ESCO- LAR SEM PONTA 1º QUALIDA- DE	UNI	2.500,00	4,35	10.875,00
175	TINTA PARA TECIDO DIVERSAS CORES	UNI	350,00	2,20	770,00
176	TINTA RELEVO 35ML - DIVERSAS CORES	UN	240,00	3,20	768,00
177	TNT diver- sas cores	MT	2.000,00	1,20	2.400,00

R\$: 113.716,60

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

4.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS**

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas



previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento - Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

#### CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 - Efetuar juntaada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 - Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.

7.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações

contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras

9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
  - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - Tiver presentes razões de interesse público;
  - For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
  - For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- § 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 31/2015 - Registro de Preços nº 51/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 25/fevereiro/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 29 de Abril de 2015

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

DIPAR - DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA  
ADELAR LAZZARI

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2015****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2015**

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: FOOT COMERCIAL LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Blumenau - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 11.397.879/0001-73, neste ato representada por: TELMO NAZARIO, cpf nº 290.795.279-04, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/ Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL DE EXPEDIENTE, ELETROELETRÔNICOS, FILMES RADIOLÓGICOS, MATERIAL AMBULATORIAL, MÓVEIS, PRODUTOS QUÍMICOS, ROUPAGEM e OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.3 - O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

10	Avental cirurgico impermeavel	UN	35,00	COTE-BRAS	49,00	1.715,00
16	BOLA DE BASQUETE MIRIM	UNI	10,00	PENALTY	38,50	385,00
17	BOLA DE BASQUETE INICIAÇÃO C/ 72-74 CM DE CIRCUNFERENCIA	UNI	10,00	PENALTY	34,50	345,00
18	BOLA DE BASQUETE 1º QUAL	UNI	15,00	PENALTY	34,50	517,50
19	BOLA DE BORDA Nº 10	UNI	50,00	PENALTY	16,90	845,00
20	BOLA DE BORDA Nº 8	UNI	50,00	PENALTY	17,90	895,00

21	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL COM 68 A 70 CM	UNI	20,00	PENALTY	326,50	6.530,00
22	BOLA DE FUTSAL OFICIAL INICIAÇÃO C/ 40 A 43 CM	UNI	20,00	PENALTY	97,80	1.956,00
23	BOLA DE FUTSAL OFICIAL MIRIM C/ 50 A 55 CM DE CIRCUNFERENCIA	UNI	30,00	PENALTY	104,80	3.144,00
24	BOLA DE HANDEBOL OFICIAL H3L C/ 58 A 60 CM DE CIRCUNFERENCIA	UNI	10,00	PENALTY	93,80	938,00
25	BOLA DE HANDEBOL OFICIAL HIL C/49 A 51 CM	UN	10,00	PENALTY	79,80	798,00
26	Bola futsal oficial adulto c/ 61 a 64cm de circunf., 410	UN	30,00	PENALTY	174,80	5.244,00
27	BOLA DE PING PONG ( TÊNIS DE MESA)	UNI	10,00	KLOPF	7,10	71,00
28	BOLA DE VOLEIBOL INICIAÇÃO C/ 60 A 63 CM DE CIRCUNFERENCIA	UNI	50,00	PENALTY	94,50	4.725,00
29	BOLA DE VOLEIBOL OFICIAL 3600 C/ 65 A 67 CM	UN	20,00	PENALTY	49,70	994,00
30	BOLA DE VOLEIBOL OFICIAL 6.0 C/ 65 A 67	UN	10,00	PENALTY	150,00	1.500,00
31	BOLA FUTSAL OFICIAL INFANTIL C/ 55 A 59 CM DE CIRCUNFERENC.	UNI	30,00	PENALTY	110,00	3.300,00
32	BOLA DE HANDEBOL INICIAÇÃO ( TAMANHO 08) C/ 40 A 42 CM	UNI	10,00	PENALTY	99,80	998,00
34	BOMBA PARA ENCHER BOLA COM BICO	UNI	15,00	PENALTY	26,80	402,00
42	CALIBRADORES PARA CONFECÇÃO DE AR EM BOLAS	UNI	15,00	PENALTY	20,00	300,00
66	COLETE PARA TREINAMENTO DESPORTIVO	UNI	150,00	SCLAN	7,00	1.050,00

68	CONVERSOR VGA X HDMI, COM AUDIO RCA (142187)	UIN	3,00	MIGTEC	259,00	777,00
69	CORDA DE SI- SAL, 2M, COM MANETES	UN	100,00	REICHEL	12,90	1.290,00
105	FRAGMEN- TADORA DE PAPEL MODELO COMERCIAL	UN	3,00	APP TECH	285,00	855,00
151	PAR DE REDES PARA TRAVE DE CAMPO, FIO DE SEDA BITOLA 04	PAR	2,00	REDES- PORT	363,00	726,00
159	PAR DE REDE DE FUTSAL FIO DE SEDA BITOLA 04 C/ MALHA 14 CM	UNI	12,00	REDES- PORT	260,00	3.120,00
161	REDE DE VO- LEIBOL FIO DE SEDA BITOLA	UNI	4,00	REDES- PORT	250,00	1.000,00

R\$ TOTAL: 44.420,50

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento - Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

#### CLAUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 - Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.

7.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as



circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;
- c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art.

78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
  - c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - d) Tiver presentes razões de interesse público;
  - e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
  - f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- § 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 31/2015 - Registro de Preços nº 51/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 25/fevereiro/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de



fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 29 de Abril de 2015  
MUNICIPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

FOOT COMERCIAL LTDA ME  
TELMO NAZARIO

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2015

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2015

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: KF SOLUÇÕES IMBIENTAIS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Arroio do Meio - RS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 11.301.741/0001-29, neste ato representada por: FABIANO JOSÉ KRIEQUER, cpf nº 966.911.900-68, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL DE EXPEDIÊNTE, ELETROELETRÔNICOS, FILMES RADIOLÓGICOS, MATERIAL AMBULATORIAL, MÓVEIS, PRODUTOS QUÍMICOS, ROUPAGEM e OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.3 - O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

1	ACIDO FLUOSSILÍ-CICO 20%	KG	300,00	7,00	2.100,00
99	FLUOSSILICATO DE SÓDIO (FLÚOR)	KG	300,00	8,70	2.610,00
113	HIPOCLORITO DE CALCIO 65% - GRANULADO	KG	300,00	15,90	4.770,00
114	HIPOCLORITO DE SÓDIO 12% - LIQUIDO	LT	1.000,00	3,50	3.500,00
157	REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DE CLORO LIVRE	UN	5,00	130,00	650,00

R\$ total: 13.630,00

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento - Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

**CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 - Fica definida a pessoa do Sr (a); **ALCIONE ROBERTO BUYNO**, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.

7.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,  
b) multa,  
c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,  
d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;  
b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar reposição complementar.

8.10 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
  - c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - d) Tiver presentes razões de interesse público;
  - e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
  - f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- § 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 31/2015 - Registro de Preços nº 51/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 25/fevereiro/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais

de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 29 de Abril de 2015  
MUNICIPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

KF SOLUÇÕES IMBIENTAIS LTDA  
FABIANO JOSÉ KRIEGER

Testemunhas:  
Fiscal do Contrato:  
ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

#### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2015

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Chapecó - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 02.756.441/0001-43, neste ato representada por: MARCELO ÁVILA, cpf nº 007.673.659-84, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.



**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL DE EXPEDIENTE, ELETROELETRÔNICOS, FILMES RADIOLÓGICOS, MATERIAL AMBULATORIAL, MÓVEIS, PRODUTOS QUÍMICOS, ROUPAGEM e OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.3 - O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

3	AGULHA DESCARTÁVEL 13 X 4,5 - CAIXA COM 100 UNIDADES	CXA	300,00	INJEX	5,27	1.581,00
4	AGULHA DESCARTÁVEL 25 X 7 - CAIXA COM 100 UNIDADES	CXA	300,00	INJEX	4,86	1.458,00
9	AUMOTOLIA TRANSPARENTE 125ML BICO CURVO (142180)	UIN	25,00	TAYLOR	1,58	39,50
43	CAMA HOSPITALAR	UN	5,00	CAMY-CLYN	1.993,95	9.969,75
64	COLAR CERVICAL, TAMANHO REGULÁVEL	UIN	5,00	MERCUR	20,00	100,00
76	ESPARADRAPO 5CM X 4,5M (142193)	UIN	100,00	CIEX	4,92	492,00
79	ESPÉCULO DESCARTÁVEL NÃO LUBRIFICADO MÉDIO (142196)	UIN	300,00	ADLIN	0,99	297,00
85	FILME RX 13X18	CX	10,00	IBF	52,11	521,10
86	FILME RX 15X40	CX	10,00	IBF	133,65	1.336,50
87	FILME RX 18X24	CX	20,00	IBF	96,25	1.925,00
88	FILME RX 24X30	CX	20,00	IBF	160,38	3.207,60
89	FILME RX 30X40	CX	20,00	IBF	267,30	5.346,00
90	FILME RX 35X35	CX	10,00	IBF	279,11	2.791,10
91	FILME RX 35X43	CX	20,00	IBF	339,05	6.781,00
107	GAZE TIPO QUEIJO 91 X 50 9 FIOS (II)	UIN	500,00	ERIMAX	34,42	17.210,00
117	LAMINA DE BISTURI 12	CXA	15,00	SOLIDOR	18,76	281,40
118	LÂMINA PARA PREVENTIVO COM EXTREMIDADE FOSCA	UIN	100,00	SOLIDOR	3,56	356,00

127	LUVA DE PROCEDIMENTO CX C/ 100 UNI	CXA	50,00	MEDIX	17,95	897,50
138	PALITO PARA SORVETE PONTA QUADRADA C/ 100 UNI	PCT	50,00	THEOTO	2,81	140,50
146	PAPEL GRAU CIRURGICO 10 CM X 100MT	RL	80,00	MEDSTERIL	33,00	2.640,00
147	PAPEL GRAU CIRURGICO 12 CM X 100MT	RL	80,00	MEDSTERIL	68,00	5.440,00
148	PAPEL GRAU CIRURGICO 8 CM X 100MT	RL	100,00	MEDSTERIL	58,00	5.800,00

R\$ Total: 68.610,95

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS**

4.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS**

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento - Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

**CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às

obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 - Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.

7.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega

do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;  
b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de



## Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
  - c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - d) Tiver presentes razões de interesse público;
  - e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
  - f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- § 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 31/2015 - Registro de Preços nº 51/2015.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 25/fevereiro/2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia

consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 29 de Abril de 2015  
MUNICIPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

CASA CIRURGICA CHAPECÓ LTDA EPP  
MARCELO ÁVILA

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2015

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Blumenau - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 85.323.392/0001-82, neste ato representada por: THIAGO BOZZANO PUSCHEL, cpf nº 068.487.169-60, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL DE EXPEDIÊNTE, ELETROELETRÔNICOS, FILMES RADIOLÓGICOS, MATERIAL AMBULATORIAL, MÓVEIS, PRODUTOS QUÍMICOS, ROUPAGEM e OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.3 - O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal

Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

35	BORRACHA ELÁSTICA NÚMERO 18	PTE	20,00	RED BOR	19,95	399,00
36	BORRACHA ESCOLAR BRANCA	UN	3.000,00	LEO LEO	0,46	1.380,00
62	COLA LÍQUIDA BRANCA, 110 GRAMAS	UIN	4.000,00	LEO LEO	3,90	15.600,00
96	FITA MÉTRICA	UIN	3,00	COATS	24,97	74,91
121	LÁPIS DE COR 12 CORES. CAIXA GRANDE	CX	2.000,00	LEO LEO	15,60	31.200,00
122	LAPIS PRETO REDONDO Nº 2 CX C/ 144 UNI	CX	50,00	LEO LEO	39,80	1.990,00
123	LENÇOL 160X250CM, ALGODÃO CRU, ALGODÃO MISTO 180 FIOS.	UIN	50,00	BOZZA-NO	26,98	1.349,00
124	LENÇOL PARA BERÇO, ALGODÃO CRU, ALGODÃO MISTO 180 FIOS.	UIN	200,00	BOZZA-NO	19,98	3.996,00
128	MARCA TEXTO	UIN	50,00	JOCAR	19,50	975,00
131	MASSA DE MODELAR	CX	1.500,00	LEO LEO	6,88	10.320,00
168	SOBRE LENÇOL SOLTEIRO	UIN	50,00	BOZZA-NO	33,95	1.697,50
172	TESOURA DE PICOTAR EM INOX	UIN	400,00	LEO LEO	8,30	3.320,00
173	TESOURA MULTUSO 21,6CM DE COMPRI-MENTO, PARA USO GERAL,	UN	300,00	JOCAR	7,28	2.184,00
178	TOALHA DE BANHO	UNI	50,00	KOR-MANN	16,95	847,50
179	TOALHA DE BOCA	UNI	50,00	KOR-MANN	4,48	224,00
180	TOALHA DE BANHO.	UNI	50,00	KOR-MANN	20,95	1.047,50
185	TRAVESSEIRO, PLUMAS SINTÉTICAS, MODELO E TIPO: TRADICIONAL.	UIN	200,00	SERENITY	45,95	9.190,00

R\$ Total: 85.794,41

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento - Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 - Fica definida a pessoa do Sr (a); ALCIONE ROBERTO BUYNO, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.

7.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,

b) multa,

c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,

d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar.

8.10 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas,



assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 31/2015 - Registro de Preços nº 51/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 25/fevereiro/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam á presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 29 de Abril de 2015  
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME  
THIAGO BOZZANO PUSCHEL

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

#### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2015

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: LA CN INFORMATICA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na cidade de Campos Novos - SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 11.924.851/0001-47, neste ato representada por: ANGELO MATOS DA CAS, cpf nº 015.867.539-83, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos serviços e produtos descritos a seguir. As condições são as definidas neste Edital que será regido pela Lei nº 10.520, de 17/julho/2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14543.529.679.042006, Lei Complementar Federal nº 147 de 07/agosto/2014, Decreto Municipal nº 113/2014 e 114/2014 de 22/Dezembro/2014, bem como aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21/junho/1993 e alterações posteriores, nos casos omissos e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: MATERIAL DE EXPEDIENTE, ELETROELETRÔNICOS, FILMES RADIOLÓGICOS, MATERIAL AMBULATORIAL, MÓVEIS, PRODUTOS QUÍMICOS, ROUPAGEM e OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - As quantidades de unidades individuais dos objetos, que serão contratados parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora entregará os produtos solicitados, mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.3 - O FORNECEDOR obriga-se a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância pelos itens abaixo descritos:

11	BALÕES SIMPLES COLORIDOS	PTE	80,00	baloon- tec	5,30	424,00
13	BLOCO MILIMETRA- DO A3 50 FOLHAS	UIN	200,00	foroni	5,20	1.040,00
33	BOLA SUIÇA 65CM	UN	20,00	zem	110,00	2.200,00
39	CADERNO BROCHURA 48 FL	UNI	6.000,00	pana- merica- na	0,96	5.760,00
40	CADERNO GRANDE CAPA DURA ASPIRAL 200 FLS	UNI	250,00	pana- merica- na	8,85	2.212,50
41	CALCULA- DORA DE MESA , 12 DÍGITOS	UN	35,00	master- print	17,80	623,00
46	CANETINHA HIDROGRÁ- FICA	JOG	500,00	leofrog	19,25	9.625,00
48	CAPA PLÁ- STICA PARA ENCARDE- NAÇÃO	PTE	10,00	acp	28,80	288,00
49	CARTÃO DE MEMÓRIA 8GB	UNI	3,00	sandisk	38,00	114,00
52	CLASSIFI- CADOR COM ELÁSTICO	UN	300,00	ACP	5,10	1.530,00
53	CLIPES Nº 2/0	CX	100,00	BRW	4,95	495,00
54	CLIPES Nº 4/0	CX	100,00	BRW	11,80	1.180,00
55	CLIPES Nº 8/0	CX	100,00	BRW	11,80	1.180,00
57	COLA BAS- TAO	UIN	500,00	frama	1,50	750,00
59	COLA DE SILICONE, TIPO VELA GROSSA, EMB 1 KG	UNI	100,00	rendi- cola	45,00	4.500,00
60	COLA DE SILICONE, TIPO VELA FINA, EMB 1 KG	UNI	100,00	rendi- cola	45,00	4.500,00
61	COLA GLITER, 23 GRAMAS	UNI	150,00	pirati- ninga	11,78	1.767,00
71	ENVELOPE SACO BRAN- CO OFÍCIO, TAMANHO 18,5 X25,0 CM	CXA	100,00	foroni	43,80	4.380,00
72	ENVELOPE SACO KRAFT BRANCO,75 GR, TAMA- NHO 162 X 229	UIN	1.000,00	foroni	0,15	150,00

73	ENVELOPE SACO KRAFT BRANCO,75 GR, TAMA- NHO 250 X 353	UIN	1.000,00	foroni	0,20	200,00
74	ENVELOPE SACO KRAFT BRANCO,75 GR, TAMA- NHO 310 X410	UIN	500,00	foroni	0,30	150,00
84	ESTILETE LARGO	UNI	200,00	master- print	8,90	1.780,00
92	FITA ADESI- VA 16 X 50	UIN	100,00	adelbras	2,70	270,00
94	FITA ADESI- VA 50 X 50 MARROM	UNI	400,00	adelbras	3,80	1.520,00
95	FITA ADESI- VA 50 X 50	UNI	400,00	adelbras	3,25	1.300,00
100	FOLHA EVA 40 X 60 X 2MM LISA, DIVERSAS CORES	UN	3.000,00	evamax	4,45	13.350,00
101	FOLHA EVA 40 X 60 X 2MM MESCLADA, DIVERSAS CORES	UN	2.000,00	evamax	4,70	9.400,00
103	FORMU- LÁRIO CONTÍNUO, REC. DE PAGAMEN- TO, FUNDO VERDE 235X140	CXA	5,00	moore	345,00	1.725,00
108	GIZ BRANCO P/ QUADRO	UNI	100,00	pirati- ninga	4,45	445,00
110	GRAMPE- ADOR DE MESA 26/6 20 FLS	UNI	100,00	master- print	12,50	1.250,00
111	GRAMPO P/ GRAMPEA- DOR 23/13	CXA	30,00	cis	79,50	2.385,00
112	GRAMPO P/ GRAMPEA- DOR 26/6 CX C/ 5.000 UNIDADES.	CX	100,00	frama	3,45	345,00
116	BADMING- TON	UN	20,00	raketi	89,00	1.780,00
125	LIVRO ATA 100 FOLHAS SEM MAR- GEM	UN	50,00	tilibra	7,00	350,00
126	LIVRO PRO- TOCOLO, CAPA DURA, COM 50 FOLHAS.	UIN	50,00	tilibra	7,20	360,00



130	MARCADOR PERMANENTE, ESCRITA ACENTUADA, PONTA CHANFRA	CXA	200,00	pilot	24,40	4.880,00
132	MESA ESCRITÓRIO, ESCRIVANHA 170CM.	UIN	8,00	dalprá	382,00	3.056,00
134	COMPUTADOR ALL IN ONE, (COM INTEL CORE I3 DE PREFERÊNCIA)	UIN	20,00	positivo	1.994,00	39.880,00
136	MOUSE ÓPTICO COM SCROLL 3 BOTOES	UNI	20,00	new link	18,00	360,00
139	PAPEL FOTOGRÁFICO 180G/M² A4. CAIXA COM 50 FOLHAS	CXA	50,00	master-print	47,00	2.350,00
141	PAPEL COLOR SET, DIMENSÕES 48 CM X66 CM. CORES VARIADAS.	PTE	200,00	vmp	13,80	2.760,00
142	PAPEL CONTACTI ADESIVO INCOLOR	M	5,00	polifix	45,00	225,00
143	PAPEL CREPON 0,48 X 2MT VARIAS CORES	UNI	400,00	vmp	9,80	3.920,00
144	PAPEL DOBRADURA (VARIAS CORES), PACOTE C/ 100 FOLHAS.	UNI	2.000,00	vmp	7,80	15.600,00
145	PAPEL DUPLEX CORES DIVERSAS PCT C/ 20UNI	PTE	600,00	vmp	7,80	4.680,00
150	PAPEL VERGE	CX	200,00	philipa-per	6,80	1.360,00
152	PASTA CATALOGO JEANS 50 FOLHAS	UNI	70,00	deo	17,80	1.246,00
154	PISTOLA 220 VTS PARA COLA QUENTE GROSSA	UNI	40,00	cis	27,50	1.100,00
169	Teclado multimídia, ABNT2, ergonômico USB Padrão: ABNT2	UN	10,00	new link	20,00	200,00

170	TELEFONE SEM FIO	UNI	15,00	intelbras	91,00	1.365,00
171	TÊMPERA GUACHE COM 250 ML. EMBALAGEM COM 06 POTES	UIN	400,00	pirati-ninga	3,40	1.360,00
181	TONER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORAS DOS MODELOS HP M-476, M-47	UIN	35,00	master-print	117,00	4.095,00
182	TONER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA DOS MODELOS SAMSUNG M-2020	UIN	35,00	master-print	52,00	1.820,00
183	TONER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORAS DOS MODELOS HP C7115A	UIN	35,00	master-print	116,00	4.060,00

R\$ Total: 173.645,50

#### CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 - Os preços poderão ser revistos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, por motivo devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o dia 10 (dez) do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

Será de responsabilidade da licitante vencedora:

6.1 - Entregar os objetos solicitados nas condições e formas previstas no Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

6.2 - Fornecer os objetos solicitados, somente com autorização expressa e formal única e exclusivamente do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento emitido pelo Departamento de Compras, no dia e hora que o mesmo solicitar;

6.3 - Indicar na Nota Fiscal, o número da Autorização de Fornecimento - Ordem de Compra.

6.4 - Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

6.5 - Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

**CLAUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 - Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições do Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

7.2 - Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

7.3. - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

7.4 - Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 - Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 - Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 - Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 - Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 - Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 - Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório ou no contrato.

7.11 - Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 - Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 - Fica definida a pessoa do Sr (a); **ALCIONE ROBERTO BUYNO**, portador do cpf nº 543.529.679.04 como fiscal do presente contrato.

7.14 - Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas em Edital.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) advertência,  
b) multa,  
c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,  
d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 - As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 - A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 - O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;  
b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 - Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na tabela a seguir,

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto.
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento
8	Realizar serviço ou fornecimento de materiais sem autorização formal do encarregado do Dpto de Compras
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos ou serviços no prazo determinado no Edital
10	Não efetuar reposição de funcionários faltosos
11	Recusar-se a efetuar serviço determinado pelo fiscal do contrato, sem motivo justificado.
12	Não substituir empregado que se conduza de modo inconveniente
13	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar reposição complementar.

8.10 - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 - Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da

comunicação oficial.

8.12 - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme o Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
  - b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
  - c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
  - d) Tiver presentes razões de interesse público;
  - e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
  - f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
- § 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015.

12.2 - O órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 31/2015 - Registro de Preços nº 51/2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 25/fevereiro/2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 - Observados os critérios e condições estabelecidas nesta

Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 - O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 - A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 02- duas vias de igual teor e forma.

Monte Carlo - SC, 29 de Abril de 2015

MUNICIPIO DE MONTE CARLO

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

LA CN INFORMATICA LTDA

ANGELO MATOS DA CAS

Testemunhas:

Fiscal do Contrato:

ALCIONE ROBERTO BUYNO - 543.529.679.04

# Navegantes

## PREFEITURA

### 14ª. CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO.

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 029/2015

EDITAL DE 14ª CHAMADA DO PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGAS DE MONITOR, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública décima quarta chamada dos candidatos do Processo Seletivo, conforme estabelecido no Edital do Processo Seletivo nº 005/2014.

#### 1. Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de maio de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Processo Seletivo nº 005/2014, conforme segue:

#### 1.2.

CARGO CH PERÍODO

MONITOR 30 VESP

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 VESP

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 VESP

1.3. A chamada, para a entrega de documentos, acontecerá no mês de maio do ano de 2015 na Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Rua: João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO DATA HORÁRIO LOCAL

MONITOR 07/05 8:30 PREFEITURA NAVEGANTES

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 07/05 8:30 PREFEITURA NAVEGANTES

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 07/05 8:30 PREFEITURA NAVEGANTES

#### 2. Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5., os seguintes documentos:

a. Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;

b. 1 Foto 3X4

c. 2 Cópias do documento de identidade;

d. 2 Cópias do CPF;

e. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp](http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/CPF/ConsultaPublica.asp));

f. 2 Cópias do Comprovante de Residência;

g. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

h. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

i. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

j. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;

k. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data agendada neste edital, no item 4., na Junta Médica, sito à Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.

l. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;

m. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para o cargo Autenticada em Cartório; O candidato NÃO HABILITADO devesse apresentar o atestado de frequência no ensino superior ORIGINAL.

n. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;

o. Certidão de Nascimento dos dependentes;

p. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;

q. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;

r. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;

s. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição;

t. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;

u. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação (se o cargo exigir);

v. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;

w. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia, se Funcionário Público;

x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal( [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)), da Justiça Estadual( no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br))

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Civis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A contratação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

#### 3. Dos candidatos a serem chamados

3.1. Cargo : Monitor de Educação Infantil (30 horas semanais)

Classif. Candidato

01 DANIELLI BONIN

02 KATIA LUCIANE MORAES COELHO

03 JESSIKA MAYRA DRANKA

04 JEANICE JUCELANDIA LAURINDO

05 BRUNA DE OLIVEIRA

06 FABIANA DE CARVALHO SILVA

3.2. Cargo: Professor De Educação Física (20 horas semanais)

Classif. Candidato

01 RAQUEL ALMEIDA ROCHA

02 DELCIDIO PEREIRA DE ALMEIDA NETO

3.3. Cargo: Professor De Educação Infantil (20 horas semanais)

Classif. Candidato

01 ADAINA TAMIRES PACHECO

02 TEREZA JAZINSKI

03 GABRIELA DOS SANTOS DE SOUZA

#### 4. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO Dia Hora Local:

MONITOR 04/05 08:30 Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 04/05 08:30 Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 04/05 08:30 Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

#### 5. Da entrega de documentos:

CARGO Dia Hora Local:

MONITOR 07/05 08:30 Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 07/05 08:30 Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 07/05 08:30 Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

#### 6. Das Disposições Finais



6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Roberto Carlos de Souza  
Prefeito Municipal

Benilde Perão  
Secretária da Administração e Logística

### 15ª. CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO.

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 030/2015

EDITAL DE 15ª CHAMADA DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, através da Secretaria de Administração, torna pública a décima quinta chamada dos candidatos do Concurso Público, conforme estabelecido no Edital do Concurso Público 001/2013 E 001/2014 para o provimento das funções.

Da Chamada

1.1. Serão chamados para o provimento a partir de maio de 2015 os candidatos aprovados e relacionados no Edital do Concurso nº 001/2013 e 001/2014, conforme segue:

1.2.

CARGO CH PERÍODO

AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H 20 VESP

AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H 30 VESP

MONITOR 30 VESP

1.3. A chamada para a entrega de documentos acontecerá no mês de MAIO do ano de 2015 na Prefeitura Municipal de Navegantes, sito à Rua: João Emílio, nº 100 Centro, Navegantes.

CARGO DATA HORÁRIO LOCAL

AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H 07/05 08:30 h PREFEITURA NAVEGANTES

AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H 07/05 08:30 h PREFEITURA NAVEGANTES

MONITOR 07/05 08:30 h PREFEITURA NAVEGANTES

2. Das Exigências para a Contratação

2.1. Os candidatos aprovados serão chamados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

2.2. Para fins de contratação serão exigidos na data prevista neste Edital, item 5., os seguintes documentos:

a. Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos completos até a data de posse;

b. 1 Foto 3X4

c. 2 Cópias do documento de identidade;

d. 2 Cópias do CPF;

e. Situação Cadastral do CPF (consultar no site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) / Aplicações/ATCTA/CPF/ConsultaPública.asp) ;

f. 2 Cópias do Comprovante de Residência;

g. Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;

h. Cópia do Certificado de Reservista ou equivalente (para candidatos do sexo masculino);

i. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação;

j. Apresentar declaração de bens, conforme legislação vigente;

k. Apresentar laudo médico de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo expedido pelos médicos do trabalho oficiais do município; conforme data agendada neste edital, no item 4., na Junta Médica, sito à Rua Conselheiro João Gaya, nº 996, TELEFONE: 3249-0188.

l. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela Constituição;

m. Comprovante da Escolaridade e da Especialidade exigida para

o cargo Autenticada em Cartório; O candidato NÃO HABILITADO deverá apresentar o atestado de frequência no ensino superior ORIGINAL.

n. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei 6.745/85 e o Parágrafo Único da Lei Federal nº 8.112/90 e as correspondentes, constantes da Legislação do Estado e dos Municípios;

o. Certidão de Nascimento dos dependentes;

p. 1 Cópia de Comprovante de Escolaridade para filhos maiores de 07 (sete) anos;

q. 1 Cópia da Carteira de Vacinação para filhos menores de 7(sete) anos;

r. Para dependentes de Imposto de Renda com idade superior a 17 (dezesete) anos, deverá anexar aos documentos necessários a admissão cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do dependente;

s. 1 Cópia da Carteira Profissional com Número, Série, U.F. e Data de Expedição ;

t. 1 Cópia do Conselho de Registro Profissional;

u. 1 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação ( se o cargo exigir);

v. 1 Cópia do Número de PIS/PASEP;

w. 1 Cópia do Ato de Exoneração do Cargo que exercia , se Funcionário Público;

x. Certidões de Negativas de Antecedentes Criminais da Justiça Federal( [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br)), da Justiça Estadual( no Fórum de sua Cidade) e da Justiça Eleitoral([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br))

2.3. O (a) Candidato(a) que não apresentar toda a documentação exigida na data agendada será eliminado automaticamente.

2.4. A aprovação neste Processo Seletivo Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Servidores Públicos Cíveis da Prefeitura Municipal de Navegantes.

2.5. A efetivação é de competência do Prefeito de Navegantes, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

3. Dos candidatos a serem chamados

4.

3.1. Cargo: Agente de Educação - 20h - 001/2014 ( 20 horas semanais)

Classif. Candidato

01 DOUGLAS VITORINO CABRAL

02 CRISTIANE IRENE FRANCISCO

03 DANIELLA ARAULO STORINO CALDEIRA

04 MARICELIA DIAS GUIMARARÃES VIEIRA

05 EDINETE DE SANTANA

3.2. Cargo: Agente de Educação - 30h - 001/2014 ( 30 horas semanais)

Classif. Candidato

01 BIANCA PATRICIO

02 JESSICA VICENTE ALVES FARIAS

03 IANAIANA MARQUES DE LIMA

3.3. Cargo: Monitor - 001/2013 ( 30 horas semanais)

Classif. Candidato

01 MICAELA MARINA DIAZ

02 CINARA DOS SANTOS

03 JOSEFA DE LOURDES LIMA JOÃO

04 DANIELLI DUARTE ADAMI

05 MARIA DOLORES EHLERS

4. Do agendamento dos exames admissionais:

CARGO DATA HORÁRIO LOCAL

AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H 04/05 08:30 h Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H 04/05 08:30 h Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.

MONITOR 04/05 08:30 h Junta Médica, Rua Conselheiro João Gaya, nº 996.



## 5. Da entrega de documentos:

CARGO DATA HORÁRIO LOCAL

AGENTE DE EDUCAÇÃO 20 H 07/05 08:30 h Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

AGENTE DE EDUCAÇÃO 30 H 07/05 08:30 h Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

MONITOR 07/05 08:30 h Balcão de RH da Prefeitura Municipal de Navegantes

A falta de quaisquer dos documentos, acima listados, no dia marcado para a entrega implicará na perda da vaga escolhida.

## 6. Das Disposições Finais

6.1. A convocação para apresentação será feita por meio de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, e no mural público da Prefeitura Municipal de Navegantes.

6.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria da Administração.

Roberto Carlos de Souza  
Prefeito MunicipalBenilde Perão  
Secretária da Administração e**ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO 56/2015**

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO - R.P PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015

- OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS) DESTINADOS AO FORNECIMENTO DIÁRIO DE ALMOÇO PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES S/C.

CONVOCA A EMPRESA CLASSIFICADA COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP CNPJ Nº 73.977.480/0001-19, E DEMAIS INTERESSADOS NO REFERIDO CERTAME, PARA ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO NO DIA 04/05/2015 ÀS 09:00 H NO AUDITÓRIO, COM A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

PREGOEIRO E COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

DOUGLAS LEMOS - ..... - PREGOEIRO  
MARIA BENEDITA CORREA - .....- PREGOEIRA SUBSTITUTA  
CARLA CLAUDINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.  
FRANCIELA JUSTINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.  
PEDRO PAULO DA COSTA - ..... - EQUIPE DE APOIO.  
JOSEZITE DOS SANTOS - .....-EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 28 DE ABRIL DE 2015.

**ATA AMOSTRA PP 60/2015**

ATA AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 60 /2015 PMN

AOS 29 DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2015 OS RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE DAS AMOSTRAS REFERENTE O PREGÃO Nº 60/2015 PMN, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NÃO PERECIVEIS) DESTINADOS AOS PARTICIPANTES DE OFICINAS, REUNIÕES, CURSOS E EVENTOS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, VERIFICARAM E DERAM O PARECER - APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DOS PRODUTOS APRESENTADOS CONFORME SEGUE:

ITENS	LICITANTES	APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO	LICITANTES CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
8	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSOU
20	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP
14	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP
15	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME.
2	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)
3	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME.
4	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)
5	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	FRACASSOU
10	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME.
19	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME.
21	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	AMOSTRA APROVADA	

OBS.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

DOUGLAS LEMOS - PREGOEIRO  
MARIA BENEDITA - PREGOEIRA SUBSTITUTA  
EQUIPE DE APOIO:  
JOSEZITE DOS SANTOS

CARLA CLAUDINO  
FRANCIELE JUSTINO  
PEDRO PAULO

### ATA REGISTRO DE PREÇOS PMN Nº 058/2015.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 058/2015.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 058/2015, relativa ao Pregão Presencial nº 058/2015 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÃO PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC.

Fornecedor: CRISTIELO APARECIDA DE ANDRADE ME.

Valor: R\$ 72.909,40.

Fornecedor: M.H PERELLES ME.

Valor: R\$ 137.228,50.

Fornecedor: REIS DOS REIS COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS

Valor: 203.020,00.

Fornecedor: PESCARA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DE SANEAMENTO.

Valor: R\$ 78,00.

Vigência: 24/04/2016.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 24 de abril de 2015.

### AValiação AMOSTRAS PP 50/2015

Avaliação do Processo Licitatório

A Equipe de apoio de apoio de licitação, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 50/2015 - PR.

MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
1	Reprovado	Não Apresentou Amostra
11	Reprovado	Não Apresentou Amostra
32	Reprovado	Não Apresentou Amostra
46	Reprovado	Não Apresentou Amostra
58	Reprovado	Não Apresentou Amostra
59	Reprovado	Não Apresentou Amostra
61	Reprovado	Não Apresentou Amostra
65	Reprovado	Não Apresentou Amostra
66	Reprovado	Não Apresentou Amostra

COMERCIAL ONIX LTDA - EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
13	Reprovado	Não Apresentou Amostra
23	Reprovado	Não Apresentou Amostra
42	Reprovado	Não Apresentou Amostra
44	Reprovado	Não Apresentou Amostra
45	Reprovado	Não Apresentou Amostra
48	Reprovado	Não Apresentou Amostra
50	Reprovado	Não Apresentou Amostra
55	Reprovado	Não Apresentou Amostra
67	Reprovado	Não Apresentou Amostra

ELMO PAPELARIA LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
27	Reprovado	Não Apresentou Amostra
28	Reprovado	Não Apresentou Amostra
35	Reprovado	Não Apresentou Amostra
36	Reprovado	Não Apresentou Amostra
41	Reprovado	Não Apresentou Amostra
72	Reprovado	Não Apresentou Amostra

AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFO. E ESCRI. LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
53	Reprovado	Não Apresentou Amostra
54	Reprovado	Não Apresentou Amostra
60	Reprovado	Não Apresentou Amostra
81	Reprovado	Não Apresentou Amostra

BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME		
Item	Avaliação	Descritivo
19	Reprovado	Não Apresentou Amostra
26	Reprovado	Não Apresentou Amostra
34	Reprovado	Não Apresentou Amostra
47	Reprovado	Não Apresentou Amostra
49	Reprovado	Não Apresentou Amostra
62	Reprovado	Não Apresentou Amostra
64	Reprovado	Não Apresentou Amostra

K&K PAPELARIA E INFORMATICA LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
3	Reprovado	Não Apresentou Amostra
10	Reprovado	Não Apresentou Amostra
51	Reprovado	Não Apresentou Amostra
63	Reprovado	Não Apresentou Amostra
73	Reprovado	Não Apresentou Amostra
75	Reprovado	Não Apresentou Amostra
83	Reprovado	Não Apresentou Amostra

FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL		
Item	Avaliação	Descritivo
18	Reprovado	Não Apresentou Amostra
22	Reprovado	Não Apresentou Amostra
38	Reprovado	Não Apresentou Amostra
85	Reprovado	Não Apresentou Amostra
86	Reprovado	Não Apresentou Amostra

BOZZANO E BOZZANO LTDA ME		
Item	Avaliação	Descritivo
33	Reprovado	Não Apresentou Amostra
70	Reprovado	Não Apresentou Amostra
74	Reprovado	Não Apresentou Amostra

LICITANTES JÁ HABILITADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL

K&K PAPELARIA E INFORMATICA LTDA ITEM Nº 26 E 38  
COMERCIAL ONIX LTDA - EPP ITEM Nº 58 E 81

MARIA BENEDITA CORREA - .....- PREGO-  
EIRA SUBSTITUTA  
DOUGLAS LEMOS - ..... - PREGOEIRO  
CARLA CLAUDINO - ..... - EQUIPE DE  
APOIO.  
FRANCIELA JUSTINO - ..... - EQUIPE DE  
APOIO.  
PEDRO PAULO DA COSTA - ..... - EQUIPE  
DE APOIO.  
JOSEZITE DOS SANTOS - .....-EQUIPE  
DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 29 DE ABRIL DE 2015.

#### **CONTRATO 44/2014**

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 44/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado: Arnaldo Luiz Reiser.

Objeto: Constitui o objeto do presente o DISTRATO

á pedido do Município, conforme comunicação interna da Secretaria de Educação a oficialização do rompimento contratual espelhado no contrato 44/2014 - á partir de 16/03/2015

Navegantes, SC.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

#### **CONTRATO 89/2015**

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 89/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: ARNALDO LUIZ REISER

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a locação de um imóvel, situado na Rua Av. Santos Dumont , nº 312, Centro na Cidade de Navegantes/SC para sediar as instalações do programa CREAS - Centro Especializado de Assistência Social.

Valor R\$: 44.400,00

VIGÊNCIA: 14/04/2015 Até 14/04/2016

NAVEGANTES, 28 de abril 2015.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

#### **DECISÃO - TROCA DE ITEM - DEFERIMENTO 11/2015-VENCOLI**

DECISÃO- PEDIDO TROCA DE ITEM .  
DEFERIMENTO

Aos 29 (vinte e nove) dias, do mês de abril de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº 11/2015, Ata de julgamento de Preços homologada pelo

Prefeito Municipal, RESOLVE DEFERIR o pedido de troca de descritivo de item, item 45 (copo descartável 180ml) tendo em vista:

Em 29/04/2015 chegou ao departamento de Compras a solicitação encaminhada pela VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ 11.414.789/0001-43, de troca do item 45 ( COPO DESCARTÁVEL 180ML) tal troca era apenas quanto a tonalidade do copo, no edital solicitava copo branco e a requerente deseja entregar copo transparente - SENDO DA MESMA MARCA, E ATENDENDO COM O RESTANTE DO DESCRITIVO (MINAPLAST), após analisar a justificativa da demora na entrega por conta da fabricante, e constatar a ficha técnica compatível com o objeto licitado, esta comissão entende por aceitar o copo transparente de mesma marca, o que acontecerá a partir da AF 1108, esta que por sua vez será retificada quanto a unidade de fardo para CX conforme o descritivo no edital.

A respeito cita-se o parecer de Pedro de Menezes Niebuhr consultor da FECAM:

[...] Pois então, o licitante vencedor cota suas canetas Bic a R\$ 0,30 a unidade. Em nossa perspectiva, não existe prejuízo ao interesse público que o licitante vencedor postule a alteração da marca Bic - cuja amostra havia sido aprovada pela Comissão e integrava a ata - para passar a fornecer canetas Faber Castell, desde que, frise-se, a nova marca indicada satisfaça todas as exigências editalícias.

O que se quer dizer é que, se plausível a justificativa do fornecedor para a alteração do produto consignado na ata, e não verificado no caso concreto prejuízo algum para o interesse público, a alteração pode ser legal. [...]

[http://www.fecam.org.br/consultoria/consultor\\_detalhes.php?cod\\_parecer=352](http://www.fecam.org.br/consultoria/consultor_detalhes.php?cod_parecer=352)

Desta forma esta Comissão aceita o pedido de troca, INTIMASE o contratado VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ 11.414.789/0001-43 para fornecer o produto deferido.

Douglas Lemos - Pregoeiro

Maria B. Correa - Pregoeira Substituta

Equipe de apoio -

Pedro Paulo da Costa

Carla Claudino

Josezite dos Santos

Franciele Justino

Corroborando

Benilde Perão

Secretária de Administração

**DECISÃO RECURSO-CHAMAMENTO ABERTURA ENVELOPE HABILITAÇÃO 20/2015 FMS - COINTER**

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 FMS

Aos 28 dias de abril de 2015, às 14:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 71 de 29/01/2015, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 20/2015 FMS, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS E CENTROS DE REFERÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

**PRELIMINARMENTE**

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso, verificou que o mesmo foi protocolado tempestivamente:

Lei 10.520/2002

Art 4º [...] XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

--- RECURSO Protocolado pela empresa COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ 03800317/0001-09 em 20/04/2015.

1 - Cita o recorrente que foi surpreendido com sua desclassificação por não ter apresentado folder do produto condizente com o solicitado: item 01 NÃO APRESENTOU CICLO, item 04 NÃO APRESENTOU SE AS LENTES SÃO DESLIZANTES; entretanto salienta que o tipo de material solicitado na licitação ( folder/prospecto) são meramente ilustrativo, uma vez que não serão todas as informações requisitadas no descritivo técnico que estarão no mesmo, desta forma em caso de dúvida quanto alguma informação, faz-se necessário a solicitação de amostras. Além da recorrente apresentar junto a sua proposta um documento especificando que os materiais estão comprovadamente dentro das especificações de cada item; deixa em poder da administração amostras destes dois itens cotados(01,04) para análise. Finaliza requerendo o conhecimento do recurso e classificação da mesma.

**DA DECISÃO:**

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decidem pela PROCEDÊNCIA do recurso conforme segue:

1 - Após receber o recurso protocolado pela COINTER o pregoeiro solicitou da Secretaria de Saúde a aprovação ou reprovação dos itens cotados pela recorrente, devendo para tanto ser analisados o recurso e após as amostras; em 22/04/2015 as amostras foram aprovadas pelo s.r. Romulo César Diretor de Departamento da Saúde e pela Sra. Eli Ana da Silva enfermeira, os quais mencionaram que as amostras atenderam com as especificações exigidas no edital conforme confirmação exarada no próprio recurso, desta forma após parecer da Secretaria de Saúde o pregoeiro e a comissão decidem pela reforma da decisão e consequente aprovação das amostras do recorrente, itens 01,04, e agenda-se a abertura de seu envelope de habilitação da COINTER para o dia 04/05/2015 as 09 horas na Prefeitura Municipal de Navegantes ( Auditório ), caso o mesmo atenda com o exigido no edital tornará vencedor dos itens mencionados.

- Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 28 de abril de 2015.

DOUGLAS LEMOS

Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

PEDRO PAULO DA COSTA

CARLA CLAUDINO

JOSEZITE DOS SANTOS

FRANCIELE JUSTINO

Ratificando:

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

**DECRETO 267 REGULAMENTA REGISTRO DE PONTO**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

decreto n º 267 de 28 de abril de 2015

Institui e regulamenta o sistema de registro eletrônico de efetividade funcional dos servidores municipais DE NAVEGANTES das Administrações Direta, Autárquica e Fundacional.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o sistema de registro eletrônico da efetividade funcional dos servidores municipais das Administrações Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Navegantes, que será regulado conforme as disposições deste Decreto.

Art. 2 º O Ponto é o registro de entrada e saída diária do servidor público municipal em serviço, através do qual é apurada a sua frequência, sendo, esta, a base para a composição da folha de pagamento mensal.

Parágrafo Único: O registro do ponto é dever e responsabilidade do servidor, sendo vedadas a dispensa do registro ou justificativas alegando esquecimento.

Art. 3 º O registro eletrônico da efetividade funcional será realizado pessoalmente, na unidade de lotação do servidor, através de sistema de ponto biométrico que armazenará, diariamente, seus horários de entrada e saída e suas saídas e retornos intermediários, sendo que o registro de saída e entrada relativo ao horário de almoço deverá respeitar o intervalo mínimo de 45 minutos.

§ 1º O registro eletrônico da efetividade funcional por sistema eletrônico será realizado por meio de identificação biométrica através de impressão digital.

§ 2 º Excepcionalmente, na impossibilidade de ser efetuado registro funcional de efetividade nos termos do § 1º, será admitido



o uso de livro impresso de registro do ponto até que o fator do impedimento seja sanado.

Art. 4º O servidor que deixar de cumprir a carga horária diária de trabalho por motivo de faltas e atrasos injustificados, terá desconto no seu respectivo salário.

§ 1º Para fins de composição da folha de pagamento mensal, serão considerados faltas ou atrasos justificados aqueles precedidos de autorização prévia do chefe imediato, ou em casos de doença/enfermidade, comprovados mediante atestado de saúde, conforme a lei complementar nº 7 de 11 de novembro de 2003.

§ 2º A validade do atestado será computada a partir da sua data de emissão, devendo, este, ser protocolado na Diretoria de Gestão de Recursos Humanos em até 3 dias do retorno do servidor às atividades.

§ 3º Os atestados médicos que excederem três dias no mês, consecutivos ou alternados, deverão ser submetidos à avaliação do Médico do Trabalho Municipal no prazo de 72 horas após a emissão.

§ 4º Os afastamentos legais e autorizações prévias serão registrados no sistema de registro eletrônico da efetividade.

§ 5º Em casos excepcionais, devidamente comprovados, poderão ser aceitas justificativas posteriores à ausência ou atraso do servidor.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 5º O servidor público perderá a remuneração do dia e repouso semanal subsequente se não comparecer ao serviço, salvo por motivo justificado, conforme disposto no art. 52 da lei complementar nº 7 de 11 de novembro de 2003.

§ 1º O comparecimento depois do horário inicial do expediente e/ou a saída antes do horário final resultarão no desconto relativo a 1 (um) dia de trabalho a cada somatório de 5 (cinco) ocorrências no mês.

§ 2º O desconto a que se refere o parágrafo anterior não representa inassiduidade do servidor.

§ 3º As chegadas atrasadas ou saídas antecipadas que não somarem 5 ocorrências no mês, ou que não representem novo somatório de 5 ocorrências para fins de penalização na forma do § 1º, serão descontadas proporcionalmente ao período não trabalhado.

Art. 6º Para fins de aplicação dos parágrafos 1º e 2º do art. 52 da lei complementar nº 7 de 11 de novembro de 2003, alterados pela lei complementar nº 218 de 18 de setembro de 2014 e parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 5º deste Decreto, considerar-se-á atraso ou comparecimento depois do horário inicial do expediente a chegada do servidor após 5 (cinco) minutos do horário inicial de trabalho. Parágrafo Único: A tolerância de 5 (cinco) minutos de que trata o caput deste artigo não será considerada para o horário de saída de expediente do servidor.

Art. 7º É vedado compensar, dos dias de férias a que o servidor tem direito, qualquer falta injustificada ao serviço.

Art. 8º Não serão descontadas da remuneração do servidor público as faltas permitidas por lei.

Art. 9º Fica sob a responsabilidade do chefe imediato o acompanhamento e o controle da frequência do servidor e a adoção das medidas administrativas cabíveis para garantir a fiel execução deste Decreto e demais normas regulamentadoras, inclusive

solicitando comprovação, quando for o caso, da finalidade de ausências a que este previamente vier a autorizar.

Parágrafo Único: Considera-se chefe imediato, para efeito deste Decreto, o Secretário, o Chefe de Gabinete, o Procurador Geral, o Superintendente de Fundação ou Presidente de Autarquia em que o servidor estiver lotado.

Art. 10 A folha mensal de pagamento será elaborada com base em relatório individualizado mensal de registro do ponto.

Art. 11 Do relatório de registro do ponto, deverão constar:

- I - o nome e registro geral do servidor;
- II - o cargo ou função-atividade do servidor;
- III - a jornada de trabalho do servidor e identificação específica quando o cumprimento se der em regime de plantão;
- IV - o horário de entrada e saída ao serviço;
- V - o horário de intervalo para alimentação e descanso;
- VI - os afastamentos e licenças previstos em lei;
- VII - assinatura do servidor e da Chefia imediata.

Parágrafo Único: Ficam vedados quaisquer tipos de rasuras e anotações manuscritas na folha mensal de controle/registro do ponto. Havendo discordância do servidor em relação à folha de registro do ponto, esta deverá ser formalizada separadamente por meio de ofício/comunicação interna ou documento equivalente, com a exposição de motivos, e encaminhada à Diretoria de Gestão de Recursos Humanos para análise.

Art. 12 O relatório mensal do registro do ponto será emitido pela Diretoria de Gestão de Recursos Humanos, de forma individualizada, relativa a cada servidor, e posteriormente encaminhado a cada unidade administrativa do Município

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

para a ciência e assinatura do servidor e do superior imediato e posterior devolução à Diretoria de Gestão de Recursos Humanos até o dia 20 de cada mês.

Art. 13 A avaliação da frequência do servidor para a composição do pagamento mensal será realizada considerando os registros de frequência computados entre os dias 6 do mês anterior à competência da folha e o dia 5 da mesma competência.

Art. 14 A apuração da efetividade observará o horário de expediente que, como regra geral, será das 8 h às 12 h e das 13h30min. às 17h30min., de segunda-feira a sexta-feira.

§ 1º As unidades de trabalho dos órgãos com horário distinto da regra geral constante do "caput" obedecerão ao estabelecido atualmente.

§ 2º Casos excepcionais serão formalmente autorizados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 15 Os órgãos e entidades competentes da administração municipal adotarão as medidas e procedimentos necessários à correta aplicação do disposto neste Decreto.

Art. 16 Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.



PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE ABRIL DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de abril de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### LAUDO AMOSTRAS 55/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CNPJ /MF 83.102.855/0001-50  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Avenida João Sacavém, 975, Centro - Navegantes - SC - 88.375-000  
Navegantes, 24 de Abril de 2015.

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 55/2015 - AQUISIÇÃO ALIMENTOS PARA COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ITENS FRACASSADOS)

EMPRESA LICITANTE: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA - EPP

ITEM 04 - FERMENTO BIOLÓGICO  
De acordo com as especificações, o produto está de acordo com o edital.

#### PARECER TÉCNICO:

FERNANDA S. T. DA SILVA  
NUTRICIONISTA - CRN-10: 2233

#### LAUDO AMOSTRAS 56/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
CNPJ /MF 83.102.855/0001-50  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Avenida João Sacavém, 975, Centro - Navegantes - SC - 88.375-000  
Navegantes, 24 de Abril de 2015.

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 56/2015 - AQUISIÇÃO ALIMENTOS PARA SECRETARIA DE OBRAS

EMPRESA LICITANTE: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA - EPP

LOTE 02 - CALDO DE GALINHA, COLORÍFICO, COMINHO EM PÓ, AÇAFRÃO EM PÓ, FERMENTO BIOLÓGICO, FERMENTO QUÍMICO, CRÊME DE LEITE, EXTRATO DE TOMATE, ERVILHA VERDE EM CONSERVA, MILHO VERDE, CALDO DE CARNE, TEMPERO COMPLETO, PREPARO EM PÓ PARA SUÇO, ÓLEO DE SOJA, VINAGRE DE ALCOOL, GELATINA, LEITE LONGA VIDA E MARGARINA.

Os itens extrato de tomate e colorau não estão de acordo com o edital.

#### PARECER TÉCNICO:

FERNANDA S. T. DA SILVA SUZANA TIEMI MORAIS  
NUTRICIONISTA - CRN-10: 2233 NUTRICIONISTA - CRN-8: 5738

#### LAUDO AMOSTRAS 63/2015

Avaliação do Processo Licitatório  
A Equipe de apoio de apoio de licitação, informa avaliação dos proponentes habilitados para fornecimento de itens descritivos do Processo Licitatório nº 63/2015 - PR.

VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME		
Item	Avaliação	Descritivo
11	Reprovado	Enzimas, agente anti-redepositante, coadjuvantes,
25	Reprovado	Não Apresentou Amostra

COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
1	Reprovado	Produto não atende ao edital, amostra enviada não apresenta 05 litros
2	Aprovado	

FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL		
Item	Avaliação	Descritivo
26	Reprovado	Não Apresentou Amostra

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
7	Reprovado	Produto não atende ao edital, amostra enviada não apresentador extra branca gofrado picotado
14	Reprovado	Produto não atende ao edital, amostra enviada não apresenta código de barras

MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
13	Reprovado	Produto não atende ao edital, amostra enviada não apresenta código de barras
16	Reprovado	Produto não atende ao edital, amostra enviada não apresenta atóxicos e inodoros
20	Reprovado	Produto não atende ao edital, amostra enviada não apresenta aprovado pela associação brasileira de odontologia

COMERCIAL MULTIVILLE LTDA		
Item	Avaliação	Descritivo
15	Reprovado	Não Apresentou Amostra

JP DE LIMA COMÉRCIO DE PROD. DE LIMPEZA LTDA - EPP		
Item	Avaliação	Descritivo
3	Reprovado	Não Apresentou Amostra
6	Reprovado	Não Apresentou Amostra
24	Reprovado	Não Apresentou Amostra

JLM COMPERCIO DE PRODUTOS ALIMENTOS LTDA - ME		
Item	Avaliação	Descritivo
18	Reprovado	Não Apresentou Amostra

COMERCIAL ESQUADRO		
Item	Avaliação	Descritivo
9	Reprovado	Não Apresentou Amostra
12	Reprovado	Não Apresentou Amostra
21	Reprovado	Não Apresentou Amostra

LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.		
Item	Avaliação	Descritivo
4	Aprovado	
5	Reprovado	Produto não atende ao edital, amostra enviada não apresenta ter 30 cm de base (pá)
10	Reprovado	Produto não atende ao edital, amostra enviada não apresenta base deve plástica
17	Aprovado	Não Apresentou Amostra
22	Aprovado	Produto não atende ao edital, amostra enviada não apresenta shampoo neutro
23	Aprovado	Produto não atende ao edital, amostra enviada não atende ao descritivo do edital

DEIVID REINERT - ME		
Item	Avaliação	Descritivo
19	Aprovado	

LICITANTES JÁ HABILITADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL

LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. ITENS: 1, 7, 24,
COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP. ITENS: 3, 21, 26
JP DE LIMA COMÉRCIO DE PROD. DE LIMPEZA LTDA – EPP. ITENS: 5, 12, 17
FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL. ITENS: 6
JLM COMPERCIO DE PRODUTOS ALIMENTOS LTDA – ME ITENS: 10, 22, 23

COMERCIAL MULTIVILLE LTDA. ITENS: 11, 14

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP. ITENS: 13, 15, 16

MÁXIMA PAPELARIA LTDA EPP. ITENS: 18

CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO - R.P PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2015  
- Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A PREFEITURA E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC.  
CONVOCA A EMPRESA CLASSIFICADA; REGLY & REGLY COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E ALIMENTICIOS CNPJ Nº 07.175.527/0001-04, TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ Nº 03.365.198/0001-03 E TIAGO ALEXANDRE BOEGERSHAUSEN - ME CNPJ Nº 17.765.586/0001-88 E DEMAIS INTERESSADOS NO REFERIDO CERTAME, PARA ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO NO DIA 30/05/2015 ÀS 09: 00 HS NO AUDITÓRIO, COM A COORDENAÇÃO DE LICITAÇÃO, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.  
PREGOEIRO E COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

MARIA BENEDITA CORREA - .....- PREGOEIRA SUBSTITUTA  
DOUGLAS LEMOS - ..... - PREGOEIRO  
CARLA CLAUDINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.  
FRANCIELA JUSTINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.  
PEDRO PAULO DA COSTA - ..... - EQUIPE DE APOIO.  
JOSEZITE DOS SANTOS - .....-EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 28 DE ABRIL DE 2015.

## LEI 2986 INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

LEI N º 2986 DE 28 DE ABRIL DE 2015  
INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, incisos I e III da Lei Orgânica do Município. FAÇO saber a todos os municípios que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

### CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Navegantes o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2015, destinado a promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, relativos a tributos municipais, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2014, inscritos em dívida ativa, em execução fiscal ou a executar, com exigibilidade suspensa ou não, sejam os decorrentes de obrigação própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária.

§ 1º O débito a ser consolidado será atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios e multas, de mora ou por infração, de acordo com a legislação vigente, até a data da formalização da opção, quando serão concedidos os descontos de que trata o

artigo 4º desta lei.

§ 2º No caso de atraso de parcela vencida serão corrigidos monetariamente e acrescidos multa e juros de mora, na forma da Lei Complementar n. 006 de 31 de dezembro de 2002.

§ 3º A consolidação e a opção na forma desta Lei não prejudicam o lançamento de tributos relativos a fatos geradores cuja ocorrência venha a ser verificada posteriormente, enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública de constituir o crédito tributário.

§ 4º Este programa não gera crédito para sujeitos passivos que se mantiveram em dia com suas obrigações fiscais.

§ 5º O programa será administrado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Receita, ouvida a Procuradoria-Geral do Município, sempre que necessário.

Art. 2º O ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS - dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos tributários, nos termos disciplinados nesta Lei.

§ 1º A opção deverá ser formalizada no período compreendido entre 04 de maio à 30 de outubro de 2015, sendo tacitamente homologada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita.

§ 2º O prazo para a formalização da opção poderá ser prorrogado por Decreto do Poder Executivo, justificada a oportunidade e conveniência do ato.

§ 3º Não poderão optar pelo Programa de Recuperação Fiscal os órgãos da administração pública direta, as fundações instituídas e mantidas pelo poder público e as autarquias.

Art. 3º A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal para os débitos mobiliários e/ou imobiliários implica na inclusão da totalidade dos débitos por cadastro imobiliário e/ou cadastro econômico do mesmo sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, e na confissão irrevogável e irretratável da dívida, na aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas, e sujeita o optante ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado.

Parágrafo Único - A opção implica, ainda, na manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, cuja suspensão será requerida ao juízo da causa, pela Procuradoria Geral do Município.

## CAPÍTULO II DOS BENEFÍCIOS

Art. 4º O parcelamento débito consolidado será pago à vista ou em até 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis até o último dia útil de cada mês, sendo o valor de cada parcela determinado pela divisão do montante consolidado pelo número de parcelas pretendidas pelo optante, respeitadas as seguintes porcentagens e limites:

Débitos consolidados	Parcelamento	Porcentagem de remissão de juros	Porcentagem de anistia de multas	Valor mínimo da parcela	Beneficiados
Qualquer valor	Parcela única	50%	50%	-	Todos

Qualquer valor	Até 60 (sessenta) parcelas	30%	30%	R\$ 50,00 (cinquenta reais)	Pessoas físicas
até R\$ 10.000,00 (dez mil reais)	Até 48 (quarenta e oito) parcelas	40%	40%	R\$ 200,00 (duzentos reais)	Pessoas jurídicas
Acima R\$ 10.000,00 (dez mil reais)	Até 60 (sessenta) parcelas	50%	50%	R\$ 500,00 (quinhentos reais)	Pessoas jurídicas

§ 1º O pagamento à vista ou da primeira parcela do débito consolidado deverá ser efetuado até 30 dias da data da opção pelo Programa de Recuperação Fiscal sob pena de imediata exclusão do programa, nos termos do art. 8º.

§ 2º Não haverá aplicação de multa relativamente aos débitos tributários ainda não lançados, declarados espontaneamente por ocasião de opção ao Programa REFIS.

§ 3º Os benefícios previstos nesta Lei não serão cumulativos com qualquer outro admitido em lei, sendo vedada outras formas de extinção do crédito tributário, a não ser pelo pagamento.

Art. 5º A opção pelo programa dar-se-á mediante requerimento e confissão de dívida do sujeito passivo, em formulário próprio, instituído pela Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 6º Não serão incluídos no Programa de Recuperação Fiscal débitos decorrentes de multas por descumprimento de obrigações tributárias acessórias, ou eventuais saldos de parcelamento.

Art. 7º A assinatura da confissão de dívida que consolidará os débitos, alvo do presente Programa, condiciona à apresentação de documento de identificação em caso de pessoa física, em caso de pessoa jurídica o contrato social ou última alteração contratual e documento de identificação do responsável.

§ 1º Caso o imóvel não se encontrar em nome do requerente, o mesmo deve comprovar a legitimidade para realizar o ato através da apresentação de mandato procuratório público ou particular ou contrato de compra e venda, com firma reconhecida em cartório.

§ 2º O Requerente pode comprovar a legitimidade para responder pela parte mediante decisão judicial que o habilite e nos casos de representação, será este por, com poderes específicos.

## CAPÍTULO III DA EXCLUSÃO DO PROGRAMA

Art. 8º O sujeito passivo será excluído do Programa de Recuperação Fiscal, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:  
I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - constituição de crédito tributário, lançado de ofício,

correspondente a tributo abrangido pelo REFIS e não incluído na confissão, salvo se integralmente pago em 30 (trinta) dias, contados da constituição definitiva;

III - cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorpora a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de Navegantes e assumirem solidariamente com a cindida as obrigações do Parcelamento;

IV - falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

V - prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do sujeito passivo optante, devidamente comprovado, após exaurirem-se os prazos para a ampla defesa do contribuinte e sentença transitada em julgado;

VI - inadimplência por 03 (tres) meses consecutivos ou alternados, do parcelamento do débito consolidado nos termos desta Lei ou dos tributos abrangidos pela consolidação.

Parágrafo Único: A exclusão do sujeito passivo do Programa de Recuperação acarretará a exigibilidade da totalidade do débito tributário confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, executando-se, automaticamente, as garantias eventualmente prestadas, sendo vedada a restituição de importância já recolhida em face do disposto nesta Lei.

Art. 9º O sujeito passivo excluído de programa de recuperação fiscal, fica impedido de beneficiar-se com o benefício previsto nesta Lei.

Art. 10 Havendo interrupção do pagamento na forma dos artigos anteriores, o processo retomará seu curso na forma da Lei dos Executivos Fiscais, ocorrendo apenas o abatimento dos valores até então pagos.

#### CAPITULO IV DA INCLUSÃO

Art. 11 A inclusão no Programa de Recuperação Fiscal de débitos objetos de discussão administrativa ou judicial fica condicionada a que o sujeito passivo desista expressamente, de forma irrevogável e irrevogável, total ou parcialmente, até o momento do ingresso no Programa, da impugnação, do recurso interposto nos processos administrativos.

Art. 12 Fica impedido de participar do programa de recuperação fiscal o sujeito passivo que possuir débitos parcelados de outros programas de recuperação fiscal que se encontrem em atraso.

#### CAPITULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 Para os débitos executados judicialmente, as custas processuais serão pagas pelo sujeito passivo da obrigação, na forma da legislação processual civil, após o pagamento integral do débito com a extinção da respectiva ação de execução fiscal.

Parágrafo Único - O sujeito passivo incluído no Programa de Recuperação Fiscal pagará 5% (cinco por cento) de honorários de sucumbência sobre o valor do débito consolidado que já se encontra ajuizado.

Art. 14 O Poder Executivo poderá baixar quaisquer atos para o fiel cumprimento desta lei, incluindo regulamentações que se fizerem necessárias, sendo ainda autorizado a praticar os demais atos que julgar necessários para a concretização dos objetivos previstos, inclusive podendo firmar, independentemente de autorização específica, demais atos administrativos para a consolidação do presente Programa.

Art. 15 Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial

da Lei nº 2882 de 03 de julho de 2014.

Art. 16 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 4 de maio de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### LEI 2987 CONCEDE ANISTIA DE JUROS E MULTAS

LEI N º 2987 DE 28 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER ANISTIA DE JUROS E MULTAS DOS DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, incisos I e III da Lei Orgânica do Município. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

#### CAPITULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica o Poder Executivo municipal, autorizado a conceder anistia de 70% (setenta por cento) dos juros e multas moratórias provenientes de débitos fiscais municipais cujo fato gerador se deu até 31 de dezembro de 2014, e apurados em Processo Administrativo Fiscais, incluindo os débitos já parcelados.

Art. 2º Os benefícios previstos nesta lei serão concedidos aos contribuintes que desejarem quitar, em sua totalidade, seus débitos fiscais em dívida ativa constante em seu nome, assim regularizando sua situação na Fisco Municipal e o pagamento será no prazo máximo de 30 (trinta) dias em parcela única, a contar da data do acordo.

Parágrafo Único: A opção deverá ser formalizada no período compreendido entre 4 de maio a 30 de outubro de 2015, sendo tacitamente homologada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita.

Art. 3º Para os débitos executados judicialmente, as custas processuais serão pagas pelo sujeito passivo da obrigação, na forma da legislação processual civil, após o pagamento integral do débito com a extinção da respectiva ação de execução fiscal.

Parágrafo Único: O sujeito passivo incluído no Programa de Recuperação Fiscal pagará 5% (cinco por cento) de honorários de sucumbência sobre o valor do débito consolidado que já se encontra ajuizado.

Art. 4º O prazo para a formalização da opção poderá ser prorrogado por Decreto do Poder Executivo, justificada a oportunidade e conveniência do ato.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 4 de maio de 2015, revogando-se, na íntegra, a lei nº 2882 de 3 de julho de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE ABRIL DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 28 de abril de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## Nova Trento

### PREFEITURA

#### CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2015

CHAMAMENTO PÚBLICO 008/2015

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM OS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação do chamamento público para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

#### CARGO: MÉDICO PLANTONISTA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
-	NÃO HOUVE INSCRITOS	-	-	-	-

#### CARGO: ENFERMEIRO (A) ESF

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
01	Janice Simone Lau	26/06/1981	-	-	00
02	Karla Daiana Machado	03/01/1986	-	-	00
03	Fernanda da Silva Prim	08/06/1993	-	-	00

#### CARGO: NUTRICIONISTA

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
-	NÃO HOUVE INSCRITOS	-	-	-	-

#### CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
01	Paulo Roberto Ferreira de Brito	05/08/1987	-	-	0,0
02	Angelica Piffer	11/06/1989	-	-	0,0

#### CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM ESF

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA PROVA TITULOS	NOTA CAP. E APERFEI.	NOTA FINAL
01	Eni Pinto Tejada	23/10/1962	01	-	1,0



**CARGO: MOTORISTA II (AMBULÂNCIA)**

CLASS.	NOME COMPLETO	DATA DE NASCIMENTO	NOTA FINAL
01	José Germano Filho	03/03/1957	0,0

Com relação ao critério de desempate, proceder-se-á ao desempate usando os seguintes critérios:

- a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);
- b) Maior idade;
- c) obtiver maior número de pontos na prova prática, quando couber;
- d) obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;
- e) o que possuir maior número de dependentes;
- f) Sorteio.

Nova Trento, 29 de abril de 2015.

Miliani Piffer Mazzola

Diretora de Recursos Humanos

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2015**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 009/2015

CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

O Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, com base no art. 5º, da Lei Municipal nº 2.553/2014, de 21 de outubro de 2014, torna público que, conforme solicitação e justificativa constante no Ofício nº 172/2015, expedido pelo Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, e Ofício nº 117/2015, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, datados de 29 de abril de 2015, necessita contratar em caráter de URGÊNCIA:

- 03 (três) Auxiliares de Serviços Gerais, em caráter temporário:
  - a) Remuneração: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais);
  - b) Carga Horária: 40h / Semanais;
  - c) Lotação: Creche Municipal Trinta Réis;
  - d) Prazo do Contrato: até a nomeação pelo Concurso Público nº 002/2015;
  - e) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
  - f) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
  - g) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 02 (dois) Auxiliares de Serviços Gerais, em caráter temporário:
  - a) Remuneração: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais);
  - b) Carga Horária: 40h / Semanais;
  - c) Lotação: Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis;
  - d) Prazo do Contrato: até a nomeação pelo Concurso Público nº 002/2015;
  - e) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
  - f) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
  - g) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 02 (dois) Atendentes de Creche, em caráter temporário:

- a) Remuneração: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais);
- b) Carga Horária: 40h / Semanais;
- c) Lotação: Creche Municipal Trinta Réis;

- d) Prazo do Contrato: até a nomeação pelo Concurso Público nº 002/2015;
- e) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
- f) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- g) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 02 (dois) Auxiliares de Serviços Gerais, em caráter temporário:
  - a) Remuneração: R\$ 1.000,00 (hum mil reais) + 20% de Insalubridade sobre o salário mínimo;
  - b) Carga Horária: 40h / Semanais;
  - c) Lotação: Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição;
  - d) Prazo do Contrato: até a nomeação pelo Concurso Público nº 002/2015;
  - e) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
  - f) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
  - g) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Geografia, em caráter temporário:
  - a) Remuneração (Habilitado): R\$ 864,06;
  - b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 584,64;
  - c) Carga Horária: 15h / Semanais;
  - d) Lotação: Escola Municipal de Educação Básica João Bayer So-brinho - Claraíba;
  - e) Prazo do Contrato: até a convocação pelo Processo Seletivo nº 002/2015;
  - f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
  - g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
  - h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Artes, em caráter temporário:
  - a) Remuneração (Habilitado): R\$ 864,06;
  - b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 584,64;
  - c) Carga Horária: 15h / Semanais;
  - d) Lotação: Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro;
  - e) Prazo do Contrato: até a convocação pelo Processo Seletivo nº 002/2015;
  - f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
  - g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
  - h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

As inscrições serão realizadas através de formulário próprio (Anexo I, II e III), a ser preenchido pessoalmente pelo candidato. Na inscrição o candidato poderá inscrever-se em apenas 01 vaga. Os interessados deverão manifestar seu interesse no setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Nova Trento, do dia 30 de abril de 2015 a 04 de maio de 2015, das 13:30h às 17:00h, munidos dos seguintes documentos:

- Cópia do RG;
- Cópia do CPF;
- Cópia do Título Eleitoral;
- Cópia da Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP;
- Cópia do Comprovante de Residência;
- Cópia do Comprovante da última eleição, em regularidade com a justiça eleitoral;
- Cópia da Certidão de Serviço Militar (Masculino);
- Atestado de Frequência Semestral Faculdade (para Professor Não Habilitado);
- Cópia do Diploma Escolar;
- Cópia do Diploma de Curso Superior (Graduação/ Pós-Graduação/Mestrado/ Doutorado);
- Cópia de Certificados (Capacitação/ Aperfeiçoamento na área);
- Certidão de Tempo de Serviço;

A análise curricular será realizada pela Comissão de Chamamento Público, e dar-se-á mediante somatório de pontos entre 0 (zero) a 10 (dez), conforme critérios das tabelas abaixo, sendo considerado válido para fins de pontuação, apenas as capacitações e aperfeiçoamentos concluídos a partir do ano de 2013:

#### TABELAS DE PONTUAÇÃO PARA AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E ATENDENTE DE CRECHE

##### CURSOS DE CAPACITAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO

Horas de capacitação/ Aperfeiçoamento	04h a 35h	36h a 75h	76h a 100h	Acima de 101h
Pontos	1	2	3	4

##### TEMPO DE SERVIÇO

Tempo de Serviço	01 a 20 meses	21 a 40 meses	Acima de 41 meses
Pontos	2	4	6

#### TABELAS DE PONTUAÇÃO PARA PROFESSOR

##### HABILITADO

Pós-graduação	Pontuação
Especialização na área/disciplina específica	05
Especialização na área da Educação	03

##### NÃO HABILITADO

Fase do Curso de Graduação	Pontuação
Acadêmico a partir do 8º semestre	05
Acadêmico do 7º semestre	4,5
Acadêmico do 6º semestre	4,0
Acadêmico do 5º semestre	3,5
Acadêmico do 4º semestre	3,0
Acadêmico do 3º semestre	2,5
Acadêmico do 2º semestre	2,0
Acadêmico do 1º semestre	1,5
Licenciatura plena em outras áreas da Educação	1,0

##### CURSOS DE CAPACITAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO

Horas de capacitação/ aperfeiçoamento	08 a 80 h	81 a 200	Acima de 201h
Pontos	1	2	3

##### TEMPO DE SERVIÇO

Tempo de Serviço	01 a 20 meses	21 a 40	Acima de 41 meses
Pontos	1	1,5	2

Havendo empate entre os classificados, o critério de desempate será a maior idade. O resultado da classificação será publicado no dia 04 de abril de 2015, as 17:30h, no mural da Prefeitura Municipal, no site oficial ([www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br)) e no DOM/SC. Mais informações pelo telefone: (48) 3267-3236, ou comparecer ao setor de RH na Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Nova Trento, 29 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito MUNICIPAL

#### (ANEXO I) FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (Auxiliar de Serviços Gerais e Atendente de Creche)

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Chamamento Público nº 009/2015

Nº de Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_ (Preenchimento pela Prefeitura)

Nome do Candidato:

Cargo:

RG:

Data de Nasc.:

Sexo: M( ) F( )

CPF:

Título Eleitoral:

Estado Civil:

E-mail:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado:

Fone:

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

Local e Data:

Assinatura do Candidato

#### TÍTULOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Nomenclatura	Instituição	Data início e conclusão

Ficha de Inscrição

Chamamento Público nº 009/2015

Número da Inscrição: \_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do(a) Candidato(a):

Cargo:
Local e Data:
Assinatura do Candidato

(ANEXO II)  
PROFESSOR HABILITADO

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO	
Prefeitura Municipal de Nova Trento	
Inscrição para Chamamento Público nº 009/2015	
Nº de Inscrição: ____/____ (Preenchimento pela Prefeitura)	
Nome do Candidato:	
Cargo:	
RG:	
Data de Nasc.:	Sexo M( ) F( )
CPF:	
Título Eleitoral:	
Estado Civil:	
E-mail:	
Endereço:	
Bairro:	
Município:	
Estado:	Fone:
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.	
Local e Data:	
Assinatura do Candidato	

Tempo de Serviço: \_\_\_\_a \_\_\_\_m \_\_\_\_d  
Horas de Capacitação/Aperfeiçoamento: \_\_\_\_\_

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Graduação	
Pós -Graduação	
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
Total de Pontos	

Ficha de Inscrição
Chamamento Público nº 009/2015
Número da Inscrição: ____/____

Nome do(a) Candidato(a):
Cargo:
Local e Data:
Assinatura do Candidato

(ANEXO III)  
PROFESSOR NÃO HABILITADO

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO	
Prefeitura Municipal de Nova Trento	
Inscrição para Chamamento Público nº 009/2015	
Nº de Inscrição: ____/____ (Preenchimento pela Prefeitura)	
Nome do Candidato:	
Cargo:	
RG:	
Data de Nasc.:	Sexo M( ) F( )
CPF:	
Título Eleitoral:	
Estado Civil:	
E-mail:	
Endereço:	
Bairro:	
Município:	
Estado:	Fone:
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.	
Local e Data:	
Assinatura do Candidato	

Tempo de Serviço: \_\_\_\_a \_\_\_\_m \_\_\_\_d  
Horas de Capacitação/Aperfeiçoamento: \_\_\_\_\_

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Fase do Curso de Graduação	
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
Total de Pontos	

Ficha de Inscrição
Chamamento Público nº 009/2015
Número da Inscrição: ____/____

Nome do(a) Candidato(a):

Cargo:

Local e Data:

Assinatura do Candidato

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 3548**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS No. 3558

CONTRATANTE

NOVA TRENTO PREFEITURA

ENDEREÇO: RUA SANTO INÁCIO 126

CEP: 88270000

MUNICÍPIO: NOVA TRENTO - SC

CNPJ: 82925025000160

INSC. ESTADUAL:

REPRESENTANTE LEGAL

NOME: GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

CARGO: PREFEITO MUNICIPAL

CPF: 03295380988

CONTRATADO

SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC

Sociedade civil sem fins lucrativos, transformado em serviço social autônomo pelo Decreto nº 99.570, de 09 de outubro de 1990, inscrito no CNPJ sob o nº 82.515.859/0001-06, com sede na Avenida Rio Branco, 611, em Florianópolis, SC, neste ato representado, na forma do inciso IX do artigo vinte e dois do Estatuto Social, por seu Diretor Superintendente, CARLOS GUILHERME ZIGELLI, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 6577, expedida pela OAB/SC, e do CPF nº 564.875.689-53, e por seus Diretores, ANACLETO ANGELO ORTIGARA, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 13/R-820.207, expedida pela SSP/SC, e do CPF nº 384.480.689-04, e, SERGIO FERNANDES CARDOSO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 1/R-428.448, expedida pela SSP/SC, e do CPF nº 298.599.309-10.

As partes acima qualificadas têm justo e acordado o presente instrumento, que será regido mediante as condições e cláusulas a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

Constitui-se objeto deste instrumento o evento: MISSÃO TÉCNICA INTERNACIONAL - ITALIA/ALEMANHA, evento com 96 horas de treinamento com previsão de início em 18/5/2015 e término em 29/5/2015.

§1º As datas supramencionadas ficam sujeitas a alteração por livre deliberação do CONTRATADO.

**CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR AJUSTADO**

a) a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 12000,00 (Doze Mil Reais) em 2 parcelas mensais e iguais de R\$ 6000,00 (Seis Mil Reais), com vencimento a partir de 10/10/2015  
Parágrafo Único: O atraso no pagamento das parcelas previstas

nesta cláusula acarretará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela, acrescido de juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês.

**CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) facilitar o relacionamento com os consultores/instrutores do CONTRATADO, para o perfeito desenvolvimento dos serviços, de modo a realizar os objetivos deste instrumento;
- b) comprometer-se solidariamente com os prazos e vigências dos pagamentos bem como com o desenvolvimento das etapas do evento;
- c) cumprir fielmente o estabelecido neste contrato;
- d) cumprir as regras previamente estabelecidas, a fim de obter o certificado de conclusão, quando for o caso.

**CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

São obrigações do CONTRATADO:

- a) cumprir fielmente as obrigações assumidas na cláusula primeira deste instrumento;
- b) executar as atividades do evento, aprovadas de comum acordo entre as partes, responsabilizando-se pelo fornecimento de material didático;
- c) manter sigilo sobre o evento e/ou atividades que estiver desenvolvendo, salvo aquelas acordadas entre as partes;
- d) conceder o certificado de conclusão somente para aqueles que cumpriram as condições de participação no evento.
- e) o Sebrae/SC e seus prepostos obrigam-se a tratar todas as informações e materiais a que tiverem acesso em função do presente contrato em caráter de estrita confidencialidade, agindo com diligência para evitar sua divulgação verbal ou escrita, ou permitir o acesso, seja por ação ou omissão, a qualquer terceiro.

**CLÁUSULA QUINTA - RESCISÃO**

Constituem motivo para rescisão deste instrumento, independentemente de notificação: a) o não cumprimento de cláusulas contratuais; b) a declaração de falência; c) a dissolução da CONTRATANTE; d) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATANTE que, a juízo do CONTRATADO, prejudique a execução do presente instrumento; e) a ocorrência de fato superveniente que inviabilize a realização ou o prosseguimento do evento.

§ 1º. O CONTRATADO poderá rescindir o presente contrato, mediante comunicação de trinta (30) dias de antecedência, entregando à CONTRATANTE os serviços até então executados.

§ 2º. A rescisão contratual motivada em quaisquer das situações previstas nesta cláusula assegurará à parte prejudicada o direito de ser ressarcida pelos prejuízos que sofrer, além do cumprimento das obrigações pecuniárias pendentes na data da rescisão.

**CLÁUSULA SEXTA - PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste instrumento é de 3 (três) meses, contados da assinatura deste instrumento, podendo ser renovado ao seu término.

**CLÁUSULA SÉTIMA - FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis, SC, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo-assinadas, para que produza seus efeitos legais.

Florianópolis, 28 de abril de 2015.

Contratada

Contratante

Testemunhas

Nome: Eluisio Antonio Voltolini  
CPF: 438.458.199-87

Nome: Juliano Gulini  
CPF: 040.187.199-14



**CONTRATO Nº 060/2015**

CONTRATO Nº 060/2015

Origem: Processo Licitatório nº 041/2015. Modalidade: Pregão Presencial nº 027/2015. Fundamentação: Lei Federal nº 8666/93, art. 57, inciso II; Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: ONILDO DALBOSCO JUNIOR, residente e domiciliado na Rua Irmãos Pedro e José Feller, nº 18, Bairro Bezenello, Nova Trento/SC, CEP 88270-000, inscrito no CPF sob n.º 671. 478.959-91 e CREA-SC nº 034561-7; Objeto do Contrato: Constitui objeto deste contrato à Contratação de Profissional para prestação de Serviços de Consultoria na área de Engenharia Civil, conforme especificação do Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Pregão Presencial e seus anexos. O valor total deste contrato é de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) anuais. Validade do Contrato: 12 (doze) meses.

Nova Trento, 28 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito**CONTRATO Nº 061/2015**

CONTRATO Nº 061/2015

Origem: Processo Licitatório nº 042/2015. Modalidade: Pregão Presencial nº 028/2015. Homologação: 28/04/2015. Fundamentação: Lei Federal nº 8666/93. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA., situada na Rua João Pessoa, nº 134, Bairro Centro, Município de Criciúma/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.456.865/0001-67. Objeto do Contrato: Fornecimento de licença de uso de sistemas para a gestão pública municipal, juntamente com a contratação de serviços de implantação, migração de dados, treinamento e capacitação, suporte técnico e manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva, para Administração Municipal de Nova Trento. O valor total deste contrato é de R\$ 384.219,00 (Trezentos e oitenta e quatro mil, duzentos e dezenove reais). Vigência do Contrato: 48 (quarenta e oito) meses.

Nova Trento, 28 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 417/2015**

PORTARIA Nº 417/2015

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 374/2015, que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, conforme Edital nº 011/2014, de 05/12/2014, convocada conforme Decreto nº 019/2015 "A", LIDIANE DE SOUZA KOERCHS, matrícula nº 6674, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 22 de abril de 2015 a 11 de maio de 2015, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 373/2015

(Licença Tratamento de Saúde), aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 27 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015

**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LIDIANE DE SOUZA KOERCHS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 053.130.559-76, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais, (Educação Infantil - Creche), no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro, Município de Nova Trento, em substituição a Titular Evanilda Teresinha Gon Fantini, afastada conforme a Portaria nº 373/2015 (Licença Tratamento de Saúde), aguardando resultado pericial.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 779,52 (setecentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado para o período de 22 de abril de 2015 a 11 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias,



sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

## CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

## CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

## CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 22 de abril de 2015.

Luiz Carlos Orsi	Lidiane de Souza Koerchs
Secretário Municipal de Educação	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, 22 de abril de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola  
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

**PORTARIA N° 427/2015**

PORTARIA Nº 427 /2015  
Abre Processo Administrativo Disciplinar.

Gian Francesco voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e com fundamento no Art. 198, da Lei nº 1.207/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com base na Circular Interna nº 198/2015/SMS/NT, de 19 de fevereiro de 2015, emitida pelo servidor Vaudinei José Minatti, Responsável pelo Controle de frota de Veículos da Saúde, para apuração das causas do acidente ocorrido em dia 23 de setembro de 2014, na rodovia BR-101, Km 170,5, envolvendo o veículo Fiat/Ducato M BUS, cor prata, placas MJX-0159, RENAVAM nº 0040496288, de propriedade da Prefeitura Municipal (Fundo Municipal de Saúde), conduzido por Valmir Sehn, conforme Boletim de Ocorrência nº 83250937 e Relatório de Avarias para Classificação do dano em ônibus e micro-ônibus.

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a

Comissão Processante designada pela Portaria nº 406/2015, inclusive a Secretária indicada pelo Presidente da Comissão terão acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverão colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à autoridade imediata.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 27 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário M. Administração e Finanças.

**PROCESSO 048/2015 - PREGÃO PRESENCIAL**  
**032/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 048/2015 - Pregão Presencial nº 032/2015  
Objeto: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação, colocação de meio fio e confecção de bocas de lobo, na Rua 262, bairro Besenello, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.  
Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 14/05/2015 até as 09:30 horas.  
Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 32673211 / (48) 3267.3213 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br - site [www.novatrento.sc.gov.br](http://www.novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

**Novo Horizonte****PREFEITURA****EXTRATO DE RESULTADO AO PL Nº 029/2015 PR Nº 008/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
AVISO DE RESULTADO DO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 008/2015 - tem como objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Que na data de sua realização: Dia 29/04/2015 às 09:00 hs, que teve como empresas participantes : SILVA & GOBI LTDA-ME (3), TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP (2258), MB CATARINENSE LTDA - ME (2539), NOVA SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA - ME (2662). Sendo que a empresa SILVA & GOBI LTDA-ME (3) foi vencedora dos itens 14-29-33-36-37-38-39-49-50-62 e 63. A empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP (2258) foi vencedora dos itens 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-30-31-32-34-35-40-41-42-43-44-45-46-47-48-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-66 e 68 e a empresa MB CATARINENSE LTDA - ME (2539) foi vencedora dos itens 65-67 e 69. O item nº 64 não houve cotação. Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem as exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se devidamente habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial Nº 008/2015.

Novo Horizonte/SC, em 29 de Abril de 2.015.  
ARNO GOLDSCHMIDT  
Pregoeiro

**Ouro****PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO - Nº 06/2015**

MUNICÍPIO DE OURO - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0024/2015  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0006/2015  
Contratante: MUNICÍPIO DE OURO.  
Contratados: JK PNEUS LTDA, BELLENZIER PNEUS LTDA, MODELO PNEUS LTDA, JOAÇABA PNEUS LTDA.  
Objeto: Aquisição de pneus, câmaras de ar e colarinhos.  
Vigência: A partir da assinatura do contrato até 31/12/2015, ou quando acabarem a quantidade licitada dos produtos.  
Ouro, 13/04/015, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### LEI Nº926

LEI DE N. 926/2015

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO, DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROSANE MINETO SELIG, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe foram conferidas por lei, e especialmente tendo em vista o disposto no artigo 230, caput da Constituição Federal, o disposto na Lei Federal de n. 10.741 de 2003 - Estatuto do Idoso e na Lei Federal nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994 (Política Nacional do Idoso), Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

#### Capítulo I

#### Do Conselho Municipal DE DIREITOS do Idoso

Art. 1º. Fica criado O Conselho Municipal de Direitos do Idoso - CMDI - órgão permanente, paritário, consultivo, deliberativo, formulador e controlador das políticas públicas e ações voltadas para o idoso no âmbito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único. O CMDI, como órgão pertencente à estrutura organizacional do Poder Executivo, fica vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão gestor das políticas de assistência social do Município.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso:

I - formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos dos Idosos, zelando pela sua execução e observando as proposições e eventuais alterações da Política Nacional e Estadual específicas.

II - avaliar e elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal dos Direitos dos idosos, nos tópicos da Lei Orgânica do Município, por meio de emendas que a atualizem

III - indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV - cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo a Lei Federal nº. 8.842, de 04/07/94, a Lei Federal nº. 10.741, de 1º./10/03 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o descumprimento de qualquer uma delas e propondo medidas para observância de seus direitos.

V - Atuar na definição de alternativas de atenção a saúde do idoso nas redes pública e privada conveniada de serviços ambulatoriais e hospitalares com atendimento integral.

VI - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº. 10.741/03.

VII - propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

VIII - inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso;

IX - estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência para idoso filantrópica ou casa-lar, cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso;

X - apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento do idoso;

XI - Indicar prioridades para a destinação dos valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

XII - zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas dos idosos na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

XIII - Acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das entidades públicas com entidades privadas filantrópicas, onde foram aplicados os recursos públicos governamentais do Município, Estado e União nas questões afetas aos direitos dos idosos.

XIV - elaborar o seu regimento interno;

XV - assessorar e apoiar instituições públicas ou privadas que promovem eventos educativos, informativos e de lazer voltadas para o público idoso e na conformidade dessa lei.

XVI - assessorar o governo municipal ou entidades patrocinadoras, quando solicitado, na obtenção e destinação de recursos técnicos e/ou financeiros para programas e prestados a população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

XVII - outras ações visando à proteção do Direito do Idoso.

Parágrafo único - Aos membros do Conselho Municipal de Direito do Idoso será facilitado o acesso a todos os setores da administração pública municipal, especialmente às Secretarias e aos programas prestados à população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas de atuação, subsidiando as políticas de ação em cada área de interesse do idoso.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso, composto de forma paritária entre o poder público municipal e a sociedade civil, será constituído:

I - por representantes de cada uma das Secretarias a seguir indicadas:

- a) Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) Um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- e) Um representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

II - cinco representantes dos órgãos não governamentais, eleitos em fórum próprio, sendo um idoso indicado por entidades do meio rural, um idoso indicado por entidades do meio urbano, um idoso

indicado dentre entidades ou grupos de idosos, um representante das entidades prestadoras de serviços (Lions, Rotary, etc.), um representante dos trabalhadores na área do idoso (saúde, assistência social, educação, turismo, etc.) e um representante de serviços e organizações de Assistência Social (igrejas, grupos e centros de convivência de idosos, etc.)

Art. 4º. Os representantes das organizações governamentais serão indicados, na condição de titular e suplente, pelos seus órgãos de origem.

Art. 5º. As organizações não governamentais serão eleitas, bienalmente, titulares e suplentes, em fórum especialmente convocado para este fim pelo Prefeito Municipal com 30 dias de antecedência, observando-se a representação dos diversos segmentos, de acordo com os critérios especificados no inciso II do art. 3º, sob a fiscalização do Ministério Público.

Parágrafo Único. As organizações não governamentais terão prazo de 10 dias para indicar seus representantes titular e suplente, e não o fazendo serão substituídas por organização suplente, pela ordem de votação.

Art. 6º. Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, indicados pelos órgãos governamentais e não governamentais serão designados por ato do Prefeito Municipal, cabendo-lhe também, por ato próprio, destituí-los, sempre que fatos relevantes de violação legal ocorrerem a juízo do Plenário do Conselho.

Art. 7º. A função de conselheiro do CMI, não remunerada, tem caráter relevante e o seu exercício é considerado prioritário, justificando as ausências a quaisquer outros serviços, quando determinadas pelo comparecimento às suas Assembleias, reuniões ou outras participações de interesse do Conselho.

Art. 8º. O Mandato dos Conselheiros do CMI é de 2 anos, facultada a recondução ou a reeleição.

§ 1º - Conselheiro representante de órgão governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do representado.

§ 2º - Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares assumirão os seus respectivos suplentes.

Art. 9º. A função do membro do Conselho Municipal de Direitos do Idoso não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 10º. As entidades não governamentais representadas no Conselho Municipal de Direitos do Idoso perderão essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I - extinção de sua base territorial de atuação no Município;
- II - irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no Conselho;
- III - aplicação de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 11º. Perderá o mandato o Conselheiro que:

- I - desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
- II - faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III - apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na sessão seguinte à de sua recepção na Secretaria do Conselho;
- IV - apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V - for condenado em sentença irrecorrível, por crime ou contravenção penal.

Art. 12º. Os órgãos ou entidades representados pelos Conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 13º. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 14º. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 15º. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso instituirá seus atos por meio de Resolução aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 16º. As sessões do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão públicas, precedidas de ampla divulgação.

Art. 17º. O CMI terá a seguinte estrutura:

- I - Assembleia Geral;
- II - Diretoria;
- III - Comissões;
- IV - Secretaria Executiva;

§ 1º - À Assembléia Geral, Órgão soberano do CMI, compete deliberar e exercer o controle da Política Municipal do Idoso;

§ 2º - A Diretoria é composta de Presidente e Vice-Presidente, que serão escolhidos por maioria absoluta dos membros titulares do Conselho, para cumprirem mandato de 2 anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho e dar cumprimento às decisões plenárias.

§ 3º - No que tange à Presidência e Vice-Presidência, deve haver uma alternância entre as entidades governamentais e não-governamentais.

§ 4º - Às Comissões, criadas pelo CMI, atendendo às peculiaridades locais e às áreas de interfaces da Política do Idoso, compete realizar estudos e produzir indicativos para apreciação da Assembléia Geral.

§ 5º - À Secretaria Executiva, composta por profissionais técnicos cedidos pelos órgãos governamentais, compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações do Conselho.

§ 6º - A representação do conselho será efetivada por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício ou por conselheiros designados pelo Presidente para tal fim.

§ 7º - O Vice-Presidente do CMI substituirá o Presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois, a Presidência será exercida pelo conselheiro mais idoso.

§ 8º - Cada membro do CMI terá direito a um único voto na sessão plenária, excetuando o Presidente que também exercerá o voto de qualidade, sempre que houver empate.

Art. 18º. À Secretaria Municipal à qual se vincula o CMI compete coordenar e executar a Política do Idoso, elaborando diagnósticos e o Plano Integrado Municipal do Idoso em parceria com o Conselho.

Art. 19º. A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará

o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

Art. 20º. As Organizações de Assistência Social responsáveis pela execução de programas de atendimento aos idosos devem submetê-los à apreciação do CMI.

Art. 21º. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal de Direitos do Idoso serão previstos nas peças orçamentárias do Município, possuindo datações próprias.

## Capítulo II

### Do Fundo Municipal de DIREITOS Do Idoso

Art. 22º. Fica criado o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos idosos no Município de Ouro Verde - SC.

Art. 23º. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Direitos do Idoso:

- I - recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à Política Nacional do Idoso;
- II - transferências do Município;
- III - as resultantes de doações do Setor Privado, pessoas físicas ou jurídicas;
- IV - rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- V - as advindas de acordos e convênios;
- VI - as provenientes das multas aplicadas com base na Lei n. 10.741/03;
- VII - outras.

Art. 24º. O Fundo Municipal ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo sua destinação liberada através de projetos, programas e atividades aprovados pelo Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§ 1º. Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Direitos do Idoso", para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado, mensalmente balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, onde houver, ou dada ampla divulgação no caso de inexistência, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso.

§ 2º. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a sua situação financeira e patrimonial, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

§ 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social gerir o Fundo Municipal de Direitos do Idoso, sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, cabendo ao seu titular:

- I - solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;
- II - submeter ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III - assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

## CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25º. Para a primeira instalação do Conselho Municipal de Direitos do Idoso, o Prefeito Municipal convocará, por meio de edital, os integrantes da sociedade civil organizada atuantes no campo da promoção e defesa dos direitos do idoso, que serão escolhidos em fórum especialmente realizado para este fim, a ser realizado no prazo de trinta dias após a publicação do referido edital, cabendo as convocações seguintes à Presidência do Conselho.

Art. 26º. A primeira indicação dos representantes governamentais será feita pelos titulares das respectivas Secretarias, no prazo de trinta dias após a publicação desta Lei.

Art. 27º. O Conselho Municipal de Direitos do Idoso elaborará o seu Regimento Interno, no prazo máximo de sessenta dias a contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial, onde houver, e dada ampla divulgação.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 28º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde, SC, 27 de abril de 2015

Rosane Mineto Selig

Prefeita Municipal

A presente lei foi registrada e publicada em data supra.

Pedro Luiz Rebeschini

Secretário de Adm. e Gestão



## Palhoça

### PREFEITURA

#### PREGÃO PRESENCIAL 57 - 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº57/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 57/2015, no dia 13 de maio de 2015, às 14:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº57/2015 tem como objeto a aquisição de extintores para a Secretaria de Assistência Social e para os programas (CRAS, CREAS, SCFV, POP, Conselho Tutelar, Casa Lar e Idoso), através do Sistema de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 29 de abril de 2015. A Pregoeira.

### CÂMARA MUNICIPAL

#### ERRATA Nº 01/2015 A CC Nº 002/2015

ERRATA Nº001/2015  
CONVITE nº 002/2015

A Câmara Municipal de Palhoça torna pública a alteração do Edital da CARTA CONVITE nº 02/2015 - Aquisição de Gêneros Alimentícios e Água Mineral sem Gás para a Câmara Municipal de Palhoça, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lia:

#### ANEXO I

Ref.: Carta Convite nº 002/2015.

#### ITENS E RESPECTIVAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	ITEM
04	Filtro de papel p/ café nº 103, caixa com 40 unidades.	Caixa	30 caixa

Agora se lê:

#### ANEXO I

Ref.: Carta Convite nº 002/2015.

#### ITENS E RESPECTIVAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	ITEM
04	Filtro de papel p/ café nº 103, caixa com 30 unidades.	Caixa	30 caixas

Abertura do Processo de Licitação permanece no dia 08 de maio de 2015 as 15h00min, no Setor de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Palhoça, localizada na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça - SC.

Palhoça, 29 de abril de 2015.  
CRISTIANE APARECIDA SILVA  
Presidente da C.P.L

## Papanduva

### PREFEITURA

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 041/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Dispensa de Licitação nº 041/2015. Objeto Locação de imóvel para uso da Secretaria Municipal de Educação. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratado: MARLENE STROBEL AMORIN BITNER. Justificativa: Em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e considerando que essa municipalidade não dispõe de espaço físico suficiente para o bom funcionamento do referido setor, considerando que tal instalação é imprescindível para o desenvolvimento das atividades da Secretaria supra citada; considerando que o imóvel contratado localiza-se em ponto estratégico, condicionando assim a sua escolha e para que essas atividades sejam mantidas, faz-se necessário a realização desta dispensa de licitação. Valor total: R\$ 5.792,00.

Papanduva, 30 de abril de 2015  
Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

### CÂMARA MUNICIPAL

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 002/2014

Nº DO TERMO ADITIVO: 01/2015

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA  
CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: LOCAÇÃO, PARA USO TEMPORÁRIO E NÃO EXCLUSIVO, EM FAVOR DO CONTRATANTE, DOS SEGUINTE SOFTWARES E SISTEMAS: CONTABILIDADE PÚBLICA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO, FOLHA DE PAGAMENTO E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. O LICENCIAMENTO COMPREENDE A MANUTENÇÃO LEGAL, CORRETIVA E EVOLUTIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, ESTA ÚLTIMA DEFINIDA DE ACORDO COM CRITÉRIOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, CONVENIÊNCIA E ADEQUAÇÃO MERCADOLÓGICA AFERIDOS EXCLUSIVAMENTE PELA CONTRATADA. TAMBÉM FARÃO PARTE DO OBJETO A PRESTAÇÃO DOS SEGUINTE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS: A) CONFIGURAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO CONFORME PROCEDIMENTOS DO CONTRATANTE; TREINAMENTO PARA OS SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELA UTILIZAÇÃO DOS SISTEMAS CONTRATADOS; SUPORTE TÉCNICO OPERACIONAL, EXCLUSIVAMENTE NOS SISTEMAS CONTRATADOS, COM POSSIBILIDADE DE ESTABELECIMENTO DE TÉCNICO RESIDENTE ONEROSAMENTE CEDIDO; SERVIÇOS DE ALTERAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATANTE, QUANDO SOLICITADO; E CONVERSÃO DOS DADOS EXISTENTES PARA FUNCIONAMENTO NOS NOVOS SISTEMAS A SEREM IMPLANTADOS.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01/05/2014

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: 14/04/2015

VIGÊNCIA: 01/05/2015 À 30/04/2016 PRORROGADO, NOS TERMOS DO ART. 57, IV, DA LEI N. 8.666/1993.

VALOR:

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 14 DE ABRIL DE 2015.  
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA  
PRESIDENTE

VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA

LUIZ EDUARDO SALIBA  
PROCURADOR JURÍDICO  
OAB/SC 33.396

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2015**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

CONTRATO Nº: 004/2014

Nº DO TERMO ADITIVO: 03/2015  
CONTRATADO: J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA - EPP  
CNPJ: 10.912.255/0001-84

OBJETO: OBRA DE CONSTRUÇÃO DA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, COM ÁREA DE 630M² NA RUA SIMEÃO ALVES DE ALMEIDA, MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS ARQUITETÔNICOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 27/06/2014

DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO DO CONTRATO: 29/04/2015

VIGÊNCIA: 01/06/2015 À 05/01/2016

VALOR: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 29 DE ABRIL DE 2015.  
GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA  
PRESIDENTE

VISTO E APROVADO PELA PROCURADORIA JURÍDICA

LUIZ EDUARDO SALIBA  
PROCURADOR JURÍDICO  
OAB/SC 33.396

## Paulo Lopes

### PREFEITURA

### **EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2015**

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2015

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Orgânica do Município, o inciso do Art 37, IX, da CF e o que prevê a Lei Municipal Nº 819, de 01 de outubro de 1998, torna público, pelo presente Edital, Chamada Pública, em razão de esgotado dos interessados classificados por cargos e áreas no processo seletivo n. 003/2014, e, considerando a necessidade temporária de excepcional interesse para provimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2015, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição nos sites [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br).

Paulo Lopes, 29 de abril de 2015.  
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

# Penha

## PREFEITURA

### 120/2015

PORTARIA Nº 120/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o disposto na Portaria nº 117/2015 de 27 de abril de 2015, que Nomeia a Comissão do Processo Seletivo nº 02/2015 - PMP

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 29 de abril de 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

### 121/2015

PORTARIA Nº 121/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

NOMEAR: a Comissão do Processo Seletivo nº 02/2015 - PMP - para função de Motorista Categoria D, Agente Endêmico e Auxiliar em Saúde Bucal composta pelos membros abaixo nomeados, encarregados em examinar todas as etapas do processo:

Maikil Gileno dos Santos  
Luciano Santana  
Maurilio Pedro leite  
Juliana Bueno Perciani

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 29 de abril de 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

### 2º TERMO ADITIVO Nº 59/2015 PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 59/2015 PMP

AO CONTRATO Nº 135/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº. 67/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 35/2014 -PMP

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS PELA ÁGUAS DO ITAPOCORÓY PARA EXTENSÃO E REPAROS NAS REDES DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento de 2º Termo aditivo nº 59/2015 ao Contrato Administrativo nº 135/2014, para fornecimento de materiais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, divorciado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa VIA DÁGUA COM. DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRAULICA LTDA, com sede na cidade de Joinville/SC, Rua Marques de Olinda, nº 935, bairro Costa e Silva, CEP: 89218-252, telefone 47-3804-4480, inscrita no CNPJ sob o nº 16.637.264/0001-90, neste ato representada Idolar Ev, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 135/2014 PMP, fica prorrogada até o dia 29.04.2016, a contar de 29.04.2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Abril de 2015.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME : GUSTAVO JOÃO DA SILVA  
DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 3º TERMO ADITIVO TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

3º TERMO ADITIVO Nº 58/2015 PMP

AO CONTRATO Nº 165/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 79/14 - PMP, modalidade Tomada de Preços nº 10/14 - PMP

OBJETO: prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para construção de abrigo de ponto de ônibus em alvenaria e reforma.

Pelo presente instrumento de 2º Termo aditivo nº 58/2015 ao Contrato Administrativo nº 165/2014, a PREFEITURA MUNICIPAL

DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, Brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa TUBLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Osório Domingos Correa, nº 62, bairro Nossa Senhora de Fátima, CEP 88385-000, inscrita no CNPJ sob o nº 10.594.845/0001-06, neste ato representada pelo Sr. Claudio Daniel Moser, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a construção e reforma de pontos de ônibus, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência presente na cláusula quarta do contrato administrativo nº 165/2014 PMP fica prorrogada até o dia 31.12.2015, a contar de 29.04.2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 29 de Abril de 2015.

\_\_\_\_\_  
PREFEITURA

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
NOME :GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### PP09/2015 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2015- FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MULETAS PARA SEREM UTILIZADAS PELOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES ATÉ: 13/05/2015

ATÉ AS: 17h00min

LOCAL: Secretaria de Administração, sito Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC, Setor de Licitações e Contratos.

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/05/2015

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Sala das Licitações, sito a Avenida Nereu Ramos, nº. 19 - Sala 01 (ao lado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico), Centro - Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23. Horário de atendimento 13:30 às 17:30.

Penha/SC, 29 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

### PROCESSO SELETIVO- EDITAL Nº 02/2015 - PMP - VAGAS: MOTORISTA, AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL E AGENTE ENDÊMICO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2015

O Prefeito do Município de Penha - SC no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que serão abertas as inscrições para o Processo Seletivo, para a ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO e de excepcional interesse público, para ocupar vagas de caráter temporário. O Processo Seletivo reger-se-á pelas disposições expressas no presente Edital, bem como na legislação vigente.

#### 1. DO CRONOGRAMA DESTE CERTAME

DATA	ATO
30/04/2015	Publicação do Edital
30/04/2015 até às 23h59min do dia 14/05/2015	Período de Inscrições
30/04/2015 a 15/05/2015	Prazo para pagamento da taxa de inscrição
18/05/2015	Publicação do rol dos inscritos
19/05/2015	Prazo para recursos do não deferimento do pedido de inscrição
20/05/2015	Homologação das Inscrições
24/05/2015	Realização das provas objetivas e prática
25/05/2015	Publicação do gabarito provisório após as 20 horas
26/05/2015	Prazo para recursos da formulação das questões e discordância com o gabarito da prova objetiva
02/06/2015	Publicação do julgamento dos recursos contra formulação de questões e discordância com o gabarito
02/06/2015	Publicação do gabarito definitivo, publicação das notas das provas objetivas e prática e da classificação provisória
03/06/2015	Prazo para recurso contra notas da prova objetiva, prática e da classificação provisória
09/06/2015	Publicação do julgamento dos recursos contra notas da prova objetiva, prática e da classificação provisória
09/06/2015	Homologação do resultado final

1.1. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos e de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Coordenação e Fiscalização do Processo Seletivo e Processo Seletivo e/ou da Comissão Executiva, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

#### 2. DOS CARGOS E DAS VAGAS

2.1. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no Anexo I deste Edital, com função/ área de atuação, carga horária semanal, formação/escolaridade/qualificação/ habilitação descritos no mesmo.

2.2. Os candidatos que integrarem a lista de aprovados deverão manter seus endereços atualizados no setor de Recursos Humanos da prefeitura durante todo o período de validade do Processo Seletivo sob pena de perda da classificação.



2.3. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de classificação disposto no Anexo I.

2.3.1. O candidato aprovado no presente Processo Seletivo deverá acompanhar através dos meios de comunicação da administração municipal, as vagas que possam surgir durante o período de validade do Processo Seletivo.

2.3.2. Os candidatos que forem chamados e recusarem a vaga oferecida passarão automaticamente para o final da fila, aguardando próxima chamada.

2.4. É de inteira responsabilidade, do candidato, acompanhar pela internet, através dos sites [www.infinityprovas.com.br](http://www.infinityprovas.com.br) e [www.pe-nha.sc.gov.br](http://www.pe-nha.sc.gov.br) as publicações de todos os atos e Editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante a realização do mesmo até sua homologação final.

### 3. DAS VAGAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.

3.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via postal, por SEDEX até o 1º dia útil após o encerramento das inscrições, para a empresa INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA, com sede na Rua Benjamim Constant, 1394, apto 11C, bairro Imigrantes, Timbó/SC, CEP 89120-000 os seguintes documentos:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência..

b) requerimento solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo III deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;

c) parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá deferida a sua solicitação.

d) Anexo III deste Edital, preenchido e assinado, o qual contém: Declaração de que a necessidade especial não o impossibilita de exercer as atribuições do cargo; Declaração de que fica impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria;

3.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na ficha de inscrição.

3.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

3.5. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os

demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.

3.6. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

3.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

3.8. O candidato portador de necessidades especiais que não apresentar o atestado médico e/ou não preencher as condições descritas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, será considerado não portador de necessidades especiais, passando para a listagem geral dos candidatos, sem direito à reserva de vaga.

3.9. Caso a aplicação do percentual de 5% resultar em número fracionado, igual ou superior a 0,5% (meio ponto percentual), este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. O candidato deverá acessar o site ([www.infinityprovas.com.br](http://www.infinityprovas.com.br)) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período de 30/04/2015 a 14/05/2015.

4.1.1. Antes de efetuar a inscrição o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição.

4.2. O candidato deverá preencher integralmente o requerimento de inscrição e confirmá-lo via internet, imprimir e pagar o boleto no valor da inscrição até a data limite constante no respectivo boleto.

4.2.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.2.2. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.2.3. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.2.4. A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.2.5. Não serão aceitas as inscrições pagas fora do prazo de vencimento ou com cheques sem provisão.

4.2.6. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida, uma vez que o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Processo Seletivo.

4.2.7. Não será aceita inscrição com falta de documentos, via postal, por telex ou via fax, e-mail, extemporânea e/ou condicional, ou ainda fora do prazo estabelecido.

4.3. O candidato deverá acompanhar este Edital, bem como a publicação da relação de candidatos inscritos (rol de Inscritos) para confirmar o processamento de sua inscrição; caso sua inscrição não tenha sido processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

4.4. A inscrição do candidato implicará a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e das quais não poderá alegar



desconhecimento.

4.4.1. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Processo Seletivo.

4.4.2. Quaisquer dúvidas referentes a este Processo Seletivo poderão ser sanadas através do e-mail contato@infinityprovas.com.br

4.5. A Prefeitura Municipal de Penha e a Empresa Infinity Assessoria Pedagógica LTDA não se responsabilizarão por solicitações de inscrição, via internet, não efetivadas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão do documento relacionado neste Edital.

4.6. As informações prestadas no requerimento de inscrição são de total responsabilidade do candidato e, se falsas ou inexatas, determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes mesmo que o candidato tenha sido aprovado e/ou que o fato seja constatado posteriormente.

4.7. Os candidatos poderão se inscrever em apenas um cargo.

4.8. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, no email contato@infinityprovas.com.br no ato de inscrição, indicando claramente quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.) até o último dia de inscrição.

4.8.1. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4.8.1.1. Caso o candidato não envie o pedido exigido no item anterior, não terá preparado o tratamento diferenciado para realização de provas.

4.8.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, no ato da inscrição, e levar acompanhante que permanecerá em sala reservada para essa finalidade.

4.8.2.1. O acompanhante e a criança devem permanecer na sala reservada para amamentação desde o horário descrito no item 7.1.

4.8.2.2. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.

## 5. DO VALOR DA INSCRIÇÃO

5.1. A taxa de inscrição será no valor de R\$ 30,00.

## 6. DAS PROVAS

6.1. Os candidatos submeter-se-ão aos testes de que dispõe o programa das provas no item 7 e anexo IV deste Edital, que avaliarão as aptidões e o desempenho na função que pretendem exercer.

6.2. Prova Objetiva (PO) de múltipla escolha, com 1 (uma) única alternativa correta, de caráter eliminatório e classificatório, a ser aplicada para todos os candidatos.

6.2.1. Prova Prática (PP) para o cargo de Motorista de caráter eliminatório e classificatório.

6.2.2. Para o cargo de Motorista serão considerados aprovados os candidatos que não zerarem na prova objetiva e na prova prática.

6.2.3. A prova objetiva terá pontuação de 0,00 (zero) a 10,0 (dez), utilizando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, cuja nota será obtida mediante ao cômputo de acertos, tendo em vista que cada questão valerá o disposto no item 7.2.2.

6.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

## 6.4. DAS NOTAS

6.3.1. Para o cargo de Motorista a Nota Final será:  $PO = 50\% + PP = 50\%$ , onde a formula final será  $PO \times 0,5 + PP \times 0,5 = NF$

Entenda-se:

PO = Prova Objetiva

PP = Prova Prática

NF = Nota Final

## 7. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1. A PROVA OBJETIVA SERÁ REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2015, COM INÍCIO ÀS 9H00MIN E TÉRMINO ÀS 12H00MIN, SENDO RECOMENDADA A CHEGADA DOS CANDIDATOS COM 30 (TRINTA) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, MUNIDOS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO QUE O ACESSO AO LOCAL DA PROVA SERÁ FECHADO ÀS 8H55MIN.

7.1.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 8 h e 55 minutos, sob qualquer alegação.

7.1.2. A PROVA PRÁTICA SERÁ REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2015, COM INÍCIO ÀS 13H00MIN, SENDO RECOMENDADA A CHEGADA DOS CANDIDATOS COM 30 (TRINTA) MINUTOS DE ANTECEDÊNCIA, MUNIDOS DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO OFICIAL COM FOTO.

7.1.2.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após as 13h e 00minutos, sob qualquer alegação.

7.1.3. OS LOCALIS DAS PROVAS OBJETIVA E PRÁTICA SERÃO PUBLICADOS NO DIA 20 DE MAIO DE 2015 JUNTAMENTE COM HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES.

7.1.4. As regras referentes à prova prática encontram-se no Anexo IV deste Edital.

7.2. Na realização da prova objetiva, o candidato deverá observar os seguintes aspectos sob pena de desclassificação do certame:

7.2.1. Comparecer no local da prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos do início da mesma, portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta;

7.2.1.1. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte brasileiro, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997);

7.2.1.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.

7.2.1.3. O candidato deverá permanecer em sala por um período mínimo de 30 minutos sob pena de desclassificação.

7.2.2. A prova objetiva terá 25 questões, distribuídas da forma abaixo:

CONTEUDOS	NÚMERO DE QUESTÕES	ORDEM DAS QUESTÕES NA PROVA	VALOR DE CADA QUESTÃO
Conhecimentos Gerais (Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais e Atualidades)	15	1 a 5 – Língua Portuguesa 6 a 10 – Matemática 11 a 15 – Conhecimentos Gerais	0,30
Conhecimentos Específicos	10	16 a 25	0,55

7.2.2.1. Os programas da prova objetiva estão descritos no Anexo II do presente Edital.

7.2.3. Durante a realização da prova não será permitido ao candidato sob pena de ser excluído do Processo Seletivo:

7.2.3.1. Comunicar-se com os demais candidatos ou pessoas estranhas ao Processo Seletivo, bem como consultar livros ou apontamentos;

7.2.3.2. Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais e na presença de fiscal;

7.2.3.3. Fazer uso de telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico ou de comunicação;

7.2.3.4. Os pertences do candidato, inclusive aparelhos eletrônicos (desligados) deverão ser depositados na sala de provas, em local indicado pelo fiscal;

7.2.3.5. O uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Processo Seletivo, sendo atribuída nota zero à prova objetiva.

7.2.3.6. Ter comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.2.3.7. O candidato que tumultuar interromper ou prejudicar de alguma forma a aplicação da prova, será desclassificado do Processo Seletivo.

7.2.3.8. O candidato poderá, para atender às normas de segurança, ser filmado, fotografado e/ou submetido à revista pessoal e/ou de seus pertences, à varredura eletrônica e/ou identificação datiloscópica.

7.2.4. Em hipótese alguma haverá segunda chamada após o horário de início da prova nem a realização de prova fora do horário e local marcado para todos os candidatos;

7.2.5. Os envelopes contendo as provas serão abertos por 2 (dois) candidatos, que comprovarão os respectivos lacres e assinarão, juntamente com o fiscal, o termo de abertura dos mesmos;

7.2.6. O candidato receberá para realizar a prova um caderno de questões e um cartão-resposta para cada cargo inscrito, sendo responsável pela conferência dos dados e pela verificação se o caderno de questões está completo, sem falhas de impressão e se corresponde ao cargo para o qual se inscreveu.

7.2.6.1. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO-RESPOSTA.

7.2.7. A ocorrência de qualquer divergência deve ser comunicada imediatamente ao fiscal de sala;

7.2.8. Não serão substituídos os cartões por erro do candidato, tendo em vista sua codificação, nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com mais de uma alternativa, emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e ou cartão resposta;

7.2.8.1. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura ótica, sendo o CARTÃO-RESPOSTA o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. O candidato é o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do

candidato do certame.

7.2.8.2. Serão considerados sem efeito, os cartões respostas entregues sem a assinatura do candidato.

7.2.9. AO TERMINAR A PROVA, O CANDIDATO ENTREGARÁ AO FISCAL DE SALA O CARTÃO-RESPOSTA DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO.

7.2.10. Após a realização da prova, o candidato deverá afastar-se imediatamente do local sob pena de desclassificação. O candidato que não concluiu a prova não poderá comunicar-se com os candidatos que já a efetuaram;

7.2.11. No local da prova, os 3 (três) últimos candidatos permanecerão até o último concluir, os quais assinarão o termo de encerramento, juntamente com os fiscais, e efetuarão a conferência dos cartões-resposta, cujas irregularidades serão apontadas no referido termo;

7.3. Na hipótese de ocorrer anulação de questões, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos;

7.3.1. Os envelopes contendo os cartões-resposta serão entregues, pelos fiscais, à Comissão Executiva do Processo Seletivo.

7.4. Ocorrendo empate na classificação final, dar-se-á preferência, pela ordem, ao candidato:

7.4.1. Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completados até o último dia da inscrição neste Processo Seletivo, de acordo com o previsto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 e alterações - Estatuto do Idoso;

Para os demais casos será:

7.4.1. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Específicos;

7.4.2. Que obtiver melhor nota na prova de Conhecimentos Gerais;

7.4.3. Que tiver maior idade.

7.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:

7.5.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:

a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;

b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

7.6. O não comparecimento do candidato, na forma disposta no item 7.1, implicará sua desclassificação do Processo Seletivo.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Serão admitidos os seguintes recursos:

8.1.1. Da impugnação do presente Edital;

8.1.2. Do não deferimento do pedido de inscrição;

8.1.3. Da formulação das questões e da discordância com o gabarito da prova;

8.1.4. Da nota da prova objetiva;

8.1.5. Da nota da prova de títulos e tempo de serviço;

8.1.6. Da classificação Provisória.

8.2. A impugnação a este Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, no prazo de 01 (um) dia útil, após a sua publicação, mediante requerimento junto à Secretaria de Educação, no Município de Penha.

8.3. Os demais recursos deverão ser feitos exclusivamente através do sítio da empresa Infinity Assessoria Pedagógica - [www.infinityassessoria.com.br](http://www.infinityassessoria.com.br).

infinityprovas.com.br, no campo RECURSOS, disposto na área referente a este processo seletivo. Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax ou fora do prazo preestabelecido.

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

8.5. A Banca Examinadora da Entidade Executora do presente Processo Seletivo constitui-se em última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

#### 9. DOS REQUISITOS PARA NOMEAÇÃO

9.1. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

- 9.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;
- 9.1.2 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- 9.1.3 - Ter aptidão física e mental, demonstrada por atestado médico e dos demais documentos de que trata este Edital, os quais são de responsabilidade do candidato;
- 9.1.4 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;
- 9.1.5 - Carteira de Identidade;
- 9.1.6 - Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- 9.1.7 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- 9.1.8 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- 9.1.9 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- 9.1.10 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- 9.1.11 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- 9.1.12 - Certidão de casamento ou união estável;
- 9.1.13 - 01 foto 3x4
- 9.1.14 - PIS/PASEP (frente e verso);
- 9.1.15 - Número da conta-corrente;
- 9.1.16 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda
- 9.1.17 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo ou função pública, exceto os previstos em Lei;
- 9.1.18 - Cópia da Carteira de Trabalho;
- 9.1.19 - Comprovante de endereço;
- 9.1.20 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso.

9.2 A admissão dos candidatos aprovados no Processo Seletivo dar-se-á conforme a Legislação vigente na instituição na data da admissão.

#### 10. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Este Processo Seletivo terá validade de 1 (um) ano, a contar de sua homologação final.

10.2 A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a nomeação imediata, mas apenas a expectativa de ser nomeado de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

#### 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. A lista de inscritos, o gabarito da prova objetiva, a lista de classificados e decisões resultantes de recursos e demais atos provenientes deste Edital de Processo Seletivo, serão publicados no quadro de publicações oficiais do Município de Penha e nos sítios [www.infinityprovas.com.br](http://www.infinityprovas.com.br) e [www.penhacastelo.sc.gov.br](http://www.penhacastelo.sc.gov.br).

11.2 - A homologação do Processo Seletivo far-se-á em lista separada para os portadores de deficiência, constando em ambas a nota final de aprovação e classificação ordinal em cada uma das listas.

11.3. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em Editais devidamente publicados.

11.4. Os casos omissos serão resolvidos pelas Comissões do Processo Seletivo, sendo a Comissão Executora competente também para julgar, em decisão irrecorrível e soberana, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

11.5. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

- 11.5.1. Anexo I - Quadro de cargos, vagas, vencimentos, carga horária e habilitação mínima exigida;
- 11.5.2. Anexo II - Conteúdo Programático da Prova Objetiva;
- 11.5.3. Anexo III - Declaração para candidatos portadores de necessidades especiais;
- 11.5.4. Anexo IV - Normas para realização da prova prática;

Prefeitura Municipal de Penha, 30 de abril de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

##### QUADRO DE CARGOS PARA CADASTRO RESERVA

Cargo	Vagas	Carga Horária Semanal	Formação Mínima	Vencimento
Motorista Categoria "D"	04 (quatro)	40h	ALFABETIZADO E HABILITADO CATEGORIA "D"	R\$ 849,52
Agente Endêmico	03 (três)	40h	CURSO DE NÍVEL MÉDIO COM CURSO E CONHECIMENTO NA ÁREA ESPECÍFICA	R\$ 788,00
Auxiliar em Saúde Bucal	03 (três)	40h	ENSINO MÉDIO COMPLETO, CURSO CONCLUÍDO DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL E REGISTRO NO RESPECTIVO CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.	R\$ 788,00

#### ANEXO II

##### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

##### CONTEÚDO DE CONHECIMENTOS GERAIS

##### LÍNGUA PORTUGUESA:

Compreensão de textos - O verbo - Estrutura do período, da oração e da frase - Ortografia, acentuação e pontuação - Denotação e conotação - Fonologia - Classes Gramaticais - Formação de Palavras.

##### MATEMÁTICA:

Conjuntos numéricos (números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos) e suas operações; Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade volumétrica, massa, ângulo e tempo; Regra de Três (simples, composta, diretamente proporcional e inversamente proporcional), razões e proporções; Juros Simples.

##### CONHECIMENTOS GERAIS:

História e geografia do Brasil, de Santa Catarina e de Penha.

Aspectos econômicos, políticos e sociais do Brasil, de Santa Catarina e de Penha. Atualidades do Brasil e do mundo. Esportes, turismo e lazer.

#### CONTEÚDOS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO:

##### MOTORISTA:

Princípios fundamentais para o bom atendimento. Relações humanas no trabalho. Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Código de Trânsito Brasileiro. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnóstico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Manuseio de volante, alavanca de comando, acionamento de pedais. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

##### AGENTE ENDÊMICO:

Ações preventivas junto a comunidade; Campanhas Sanitárias. História da Saúde Pública no Brasil; Prevenção e tratamento da Tuberculose, Hanseníase, Dengue e Malária; Legislação que trata e assuntos que envolvam a vigilância Sanitária; Noções de saneamento básico e agravos a saúde; Noções básicas sobre doenças infecto-contagiosas; Defesas do organismo; Programa Nacional de Imunização; Programa de Saúde; Sistema único de Saúde; Objetivos de Saúde Pública; História Natural da doença e da prevenção; Educação em Saúde. Vigilância sanitária. Conceitos. Áreas de abrangência. Funções. Lei n.º 9.782/1999 - Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Informática Básica: Windows, Word, Excel. Lei Orgânica do Município. Atualidades relativas à profissão. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

##### AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL:

Conhecimentos básicos da função de Técnico em Saúde Bucal; Processamento de radiografias; Orientação para a saúde bucal; Acolhimento e preparo de paciente para o atendimento; Noções da rotina de um consultório dentário; Noções de arquivos específicos da odontologia: fichas de pacientes, radiografias, documentações; Esterilização de materiais; Limpeza e desinfecção do meio de trabalho; Conhecimento de todos os instrumentos utilizados nas práticas odontológicas; Materiais dentários: indicação, proporção e manipulação; preparo de bandeja; Medidas de proteção individual; Noções de microbiologia Parasitologia; doenças transmissíveis na prática odontológica; Biossegurança, ergonomia e controle de infecção no consultório; Normas de desinfecção e esterilização; Noções de ergonomia aplicados à odontologia. Estratégia de Saúde da Família. Atualidades relativas à profissão. Informática Básica: Windows, Word, Excel. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

#### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO PARA CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO			
Nome do Candidato:			
CPF:		Carteira de Identidade:	
Cargo Pretendido:			

#### DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, conforme item 3.2 "d" do Edital de \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ e para que surta os efeitos legais que:

- a necessidade especial que possuo não me impossibilita de exercer as atribuições do cargo acima mencionado;

- fico impedido de usufruir da condição de portador de necessidades especiais para, posteriormente, requerer readaptação ou aposentadoria.

Informo, ainda, as condições de que necessito para realização das provas:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do Candidato

#### ANEXO IV

#### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA PRÁTICA

I - A Prova Prática será realizada no dia 24 de maio de 2015 às 13h e 00min.

II - O local da Prova Prática será publicado no dia 20 de maio de 2015, juntamente com a publicação do rol dos inscritos.

III - Será vedado o acesso ao local de prova prática ao candidato que se apresentar após o horário estipulado no item I deste anexo e comparecer sem documento oficial de identificação (com foto) sob qualquer alegação.

IV - Para os cargos de motorista, os candidatos deverão apresentar Carteira Nacional de Habilitação de no mínimo categoria "D" para ter direito a realizar a prova prática.

#### ESPECIFICAÇÕES DA PROVA PRÁTICA.

##### 1. MOTORISTA

1.1. O candidato deve operar o veículo de forma adequada, partindo do local em que se encontra sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

1.1.1. Caso o candidato demonstre conhecimento insuficiente e/ou insegurança, oferecendo qualquer tipo de risco na operação, o mesmo será impedido de realizar o referido teste prático e será considerado desclassificado e eliminado do Concurso Público.

1.2. O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 15 (quinze minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de



trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

1.3. Para realizar a prova prática os candidatos ao cargo de motorista deverão apresentar carteira de habilitação na categoria "D" ou "E" válida, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova.

1.3.1. O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

1.3.1.1. Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento, boletins de extravio ou furto, ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

1.4. No caso de eventual pane mecânica não causada pelo candidato, que implique na troca do veículo, a prova será retomada a partir do momento em que foi interrompida, permanecendo válida a pontuação até o momento da interrupção.

1.5. Para a obtenção da nota mínima para que o candidato seja declarado apto ao cargo, dar-se-á da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova prática com 10 (dez) pontos, e no decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

Categoria da Falta	Pontos a serem descontados	Quantidade de Faltas avaliadas em cada categoria
Faltas Graves	1,00	12
Faltas Médias	0,50	11
Faltas Leves	0,25	06

b) A categoria de faltas previstas no item anterior constarão do formulário de avaliação com a seguinte descrição:

Faltas Graves:

- descontrolar-se no plano, no aclave ou declive
- entrar na via preferencial sem o devido cuidado
- utilizar a contramão de direção
- subir na calçada destinada ao trânsito do pedestre
- deixar de observar a sinalização da via. Sinais de regulamentação
- deixar de observar as regras de ultrapassagem de preferência da via ou mudança de direção
- Trafegar em velocidade inadequada para as condições da via ou exceder a velocidade permitida
- deixar de observar a preferência do pedestre quando estiver ele atravessando a via transversal na qual o veículo vai entrar ou ainda quando o pedestre não tiver cuidado na travessia inclusive na mudança de sinal.
- deixar a porta do veículo aberta ou semi-aberta durante o percurso da prova ou parte dela.
- fazer incorretamente a sinalização devida ou deixar de fazê-la no percurso da prova ou parte dela.
- deixar de usar o cinto de segurança

Faltas Médias:

- Executar o percurso da prova ou parte dela, sem estar o freio de mão inteiramente livre.
- Interromper o funcionamento do motor sem justa razão, após o início da prova.
- Fazer conversão com imperfeição.
- Usar buzina sem necessidade ou em local proibido.
- Desengrenar o veículo nos declives
- Colocar o veículo em movimento sem observar as cautelas necessárias.
- Avançar sobre o balizamento demarcado quando na colocação do veículo na vaga.
- Usar o pedal da embreagem antes de usar o pedal do freio nas frenagens.
- Utilizar incorretamente os freios - Frear bruscamente
- Não colocar o veículo na área balizada com o máximo de 3 (três) tentativas

- Engrenar as marchas de maneira incorreta
- Não apresentou calma e serenidade na prática de direção
- Não ligou sinal de alerta ao dar marcha à ré ou na parada para embarque e desembarque
- Não acionou o freio estacionário ao terminar o balizamento ou na parada para embarque e desembarque

Faltas Leves:

- Negligenciar o controle do veículo provocando nele movimento irregular
- Não ajustar devidamente os espelhos e retrovisores ou ajustar incorretamente o banco do veículo destinado ao condutor
- Apoiar o pé no pedal de embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- Interpretar com insegurança as condições dos instrumentos do painel.
- Não usou roupas ou calçados adequados para a prática de direção

2.6. Dependendo do número de candidatos as provas poderão ser realizadas em mais de um veículo/equipamento do mesmo tipo (Exemplo: ônibus1, ônibus2, ônibus3 / caminhão1, caminhão2, caminhão3).



# Peritiba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 27/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 16/2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
RERRATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 27/2015 - Pregão Presencial 16/2015.

Objeto: Registro de preço para possível aquisição de material de expediente, consumo e de limpeza.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 15/05/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 15/05/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 29 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO 28/2015 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06/2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
RESUMO DE INEXIGIBILIDADE A DE LICITAÇÃO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 28/2015 - Inexigibilidade 06/2015.

Objeto: A adesão a Ata do Registro de Preços nº 34/2014 FNDE/MEC para aquisição de TABLET Educacional para atender alunos da educação básica do Município de Peritiba.

Dados do Contrato: Contrato nº 70/2015

Contratado: POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

CNPJ: 77.941.490/0195-06

Data do Contrato: 29/04/2015

Valor estimado do contrato: R\$ 520,00 (Quinhentos e vinte reais).

Informações complementares:

Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666, artigo 25, inciso III.

Município de Peritiba - SC em 29 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 65/2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 18/2015, Pregão Presencial nº 10/2015

Objeto: contratação de empresa para implementação de um programa de melhoria contínua do desempenho da Administração Municipal, com ênfase à qualidade dos serviços oferecidos à população, relacionamento - interno e externo - e atendimento ao público.

Dados do Contrato: Contrato nº 65/2015

Contratado: ALO BRASIL PESQUISAS CONSULTORIA E MARKETING LTDA - ME.

CNPJ: 09.185.766/0001-62.

Data de Vigência: 01/05/2015 até 31/12/2015.

Valor do contrato: R\$ 33.000,00 (Trinta e Três mil reais).

Município de Peritiba - SC em 29 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 66/2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 19/2015, Pregão Presencial nº 11/2015.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática

Dados do Contrato: Contrato nº 66/2015

Contratado: VANCIN INFORMATICA COMERCIO LTDA - EPP

CNPJ: 06.275.370/0001-18.

Data de Vigência: 23/04/2015 até 31/12/2015.

Valor do contrato aditivo: R\$ 17.225,00 (Dezessete mil duzentos e vinte e cinco reais).

Município de Peritiba - SC em 29 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 67/2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 19/2015, Pregão Presencial nº 11/2015

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática.

Dados do Contrato: Contrato nº 67/2015

Contratado: CP1 INFORMATICA LTDA - ME.

CNPJ: 14.449.773/0001-64.

Data de Vigência: 23/04/2015 até 31/12/2015.

Valor do contrato: R\$ 7.420,00 (Sete mil quatrocentos e vinte reais).

Município de Peritiba - SC em 29 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 68/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: Prestação de serviços de elaboração do projeto do sistema de tratamento de esgoto sanitário, constituído por rede coletora e estação de tratamento, dos moradores ribeirinhos ao Lajeado Arroio da Gruta, atendendo as exigências do órgão ambiental, objetivando viabilizar a canalização superficial do referido curso de água, bem como o encaminhamento de documentos, estudos e laudos para obtenção de licenciamento ambiental junto à Fundação de Meio Ambiente, incluindo Licença Ambiental Prévia (LAP), Licença Ambiental de Instalação (LAI) e da Licença Ambiental de Operação (LAO).

Dados do Contrato: Contrato nº 68/2015

Contratado: H2O AMBIENTAL LTDA.

CNPJ: 08.815.559/0001-81.

Data de Vigência: 16/04/2015 até 31/08/2015.

Valor do contrato: R\$ 14.460,00 (Quatorze mil, quatrocentos e sessenta reais).

Município de Peritiba - SC em 16 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 69/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Chamada Pública nº 01/2015 - Processo Licitatório nº 21/2015

Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados na Rede Municipal de Ensino de Peritiba, a ser adquirido com recursos do FNDE/PNAE, para o 2º quadrimestre de 2015.

Dados do Contrato: Contrato nº 69/2015

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PERITIBA - COPAFAPER.

CNPJ: 08.845.351/0001-05.

Data de Vigência: 29/04/2015 até 31/08/2015.

Valor do contrato: R\$ 13.273,85 (Treze mil duzentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

Município de Peritiba - SC em 29 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 70/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 28/2015, Inexigibilidade de licitação nº 06/2015 Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de TABLET Educacional para atender alunos da educação básica do Município de Peritiba.

Dados do Contrato: Contrato nº 70/2015

Contratado: POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

CNPJ: 82.515.859/0001-06.

Data de Vigência: 31/12/2015.

Valor do contrato: R\$ 520,00 (Quinhentos e vinte reais).

Município de Peritiba - SC em 29 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

## Petrolândia

### PREFEITURA

**CONTRATO Nº 22/2015**

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa FREITAS MELO ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA ME, inscrita no CNPJ: 13.278.051/0001-21. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL PARA PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS. Data: 28/04/2015. Valor: R\$ 9.522,00. Petrolândia, 30 de abril de 2015. Joel Longen - Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 23/2015**

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa ABC & MÃO DE OBRA E COMÉRCIO DE VIDROS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 21.180.466/0001-96. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DE COBERTURA NO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES PAPA JOÃO PAULO I. Data: 28/04/2015. Valor: R\$ 33.495,00. Petrolândia, 30 de abril de 2015. Joel Longen - Prefeito Municipal.

**CONTRATO Nº 24/2015**

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2015

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa DIVIAÇO LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 17.441.311/0001-99. Objeto: AQUISIÇÃO DE CHAPAS DE ALUZINCO ONDULADAS PARA COLOCAÇÃO DE COBERTURA NO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES PAPA JOÃO PAULO I. Data: 28/04/2015. Valor: R\$ 32.760,00. Petrolândia, 30 de abril de 2015. Joel Longen - Prefeito Municipal.

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015- OPERADOR BRAÇAL**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 002/2015, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, os candidatos aprovados, abaixo relacionados:

IDENTIFICAÇÃO (nº do RG )	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
3.665.111-3	Ademir Vargas Zuconelli	Operário Braçal
5.467.961	Waldomiro Ozório	Operário Braçal
6.695.837	NelirAp.do Amaral Gonçalves	Operário Braçal
2.665.974-3	Nelson Antonio Dos Santos	Operário Braçal
2.821.814	Valdecir Bacher	Operário Braçal

Os candidatos acima relacionados deverão no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado de Reservista;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira nacional do S.U.S;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de conta corrente bancária;
- comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
- Documentos exigidos para cargos específicos:  
Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da Documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto -SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 28 de Abril de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito MUNICIPAL

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015- OPERADOR DE CARREGADEIRA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 002/2015, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, os candidatos aprovados, abaixo relacionados:

IDENTIFICAÇÃO (nº do RG )	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
5.615.903	Rogério Gonçalves	Operador de Carregadeira

Os candidatos acima relacionados deverão no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado de Reservista;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira nacional do S.U.S;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de conta corrente bancária;
- comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
- Documentos exigidos para cargos específicos:  
Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da Documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto -SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 28 de Abril de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito MUNICIPAL

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015-PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 002/2015, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, os candidatos aprovados, abaixo relacionados:

IDENTIFICAÇÃO (nº do RG )	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
4.785.486	Dariane Perazzoli Torcatto	Professor de Educação Física-Bacharelado

Os candidatos acima relacionados deverão no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado de Reservista;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira nacional do S.U.S;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de conta corrente bancária;
- comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
- Documentos exigidos para cargos específicos:  
Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da Documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto -SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 28 de Abril de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito MUNICIPAL



**LEI COMPLEMENTAR Nº 215, 28 DE ABRIL DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 215, 28 DE ABRIL DE 2015.

CRIA VAGAS NO QUADRO DE EMPREGOS DE PROVIMENTO EFETIVO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criadas, no quadro de Pessoal de Empregos Públicos de que trata a Lei Complementar n. 153, de 01 de julho de 2009, as seguintes vagas:

I - 02 (duas) vagas de emprego público de "Agente Comunitário de Saúde", passando o ANEXO I da Lei Complementar nº 153, de 01 de julho de 2009, a contemplar o total de 09 (nove) vagas;

II - 01 (uma) vaga de emprego público de Enfermeira PSF, passando o ANEXO I da Lei Complementar nº 153, de 01 de julho de 2009, a contemplar o total de 02 (duas) vagas.

**ANEXO I**

LEI COMPLEMENTAR Nº 153, DE 01 DE JULHO DE 2009

CARGOS EFETIVOS	FORMAÇÃO ESCOLAR	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Agente Comunitário de Saúde	2º grau - nível médio	09	40
[....]	[....]	[....]	[....]
Enfermeira – PSF	Superior	02	40
[....]	[....]	[....]	[....]

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei ficarão à cargo de dotação prevista no atual orçamento.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 28 de abril de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 158, DE 17 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº 158, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

ANULA LICITAÇÃO Nº 022/2015 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO tratar-se de Recurso Federal e, portanto, a necessidade de publicar o aviso de licitação no Diário Oficial da União;

CONSIDERANDO a nulidade havida, RESOLVE:

Art. 1º Anula a licitação nº 022/2015, modalidade Pregão Presencial.

Parágrafo único: Determina ao departamento competente providências no sentido de lançar nova licitação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 17 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 161, DE 24 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº 161, DE 24 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2015 REFERENTE AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, E ADJUDICA O OBJETO AOS VENCEDORES.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da CPL, RESOLVE:

Art. 1º Homologa a Chamada Pública nº 001/2015, referente aquisição de produtos da agricultura familiar, a serem utilizados na merenda escolar, e adjudica o objeto licitado às seguintes pessoas, físicas e jurídicas, e respectivos itens:

I - Cooperativa de Artesãos de Arroio Trinta - Coopertrinta, inscrita no CNPJ sob nº 07.591.970/0001-58, itens: Abobrinha Italiana (R\$ 3,90 por kg); Beterraba (R\$ 3,50 por kg); Doce caseiro sabor de abóbora ou abóbora com coco (R\$ 18,80 por kg), Doce caseiro de framboesa (R\$ 18,90 por kg), Doce caseiro de amora (R\$ 18,90 por kg), Cuca caseira com farofa (R\$ 11,50 por kg), Leite UTH Longa Vida (R\$ 3,20 por lt), Caqui (R\$ 2,98 por kg), Melão amarelo (R\$ 3,92 por kg), Bolacha caseira de açúcar mascavo (R\$ 19,98 por kg), Tortei caseiro rolo (R\$ 16,20 por kg), Tortei caseiro pastel (R\$ 17,20 por kg), Mini pizza (R\$ 19,80 por kg), Carne lombo fatiado (R\$ 18,20 por kg).

II - Claudete Perazzoli, CPF 016.042.739-84, itens: Abóbora (R\$ 1,80 por kg); Batata inglesa (R\$ 2,50 por Kg), Batata Salsa (R\$ 6,90 por kg), Cebola (R\$ 2,00 por Kg), Mandioca (R\$ 4,20 por kg), Laranja doce (R\$ 1,95 por Kg), Limão (R\$ 2,30 por Kg), Pokã (R\$ 2,00 por kg), Feijão preto (R\$ 6,00 por kg), Feijão carioca (R\$ 7,00 por kg).

III - Élio Miguel Conci, CPF 485.944.239-34, itens: Alface (R\$ 2,50 por unidade), Almeirão (R\$ 2,80 por unidade), Agrião (R\$ 2,80 por maço), Brócolis (R\$ 4,50 por kg), Cenoura (R\$ 3,50 por kg), Chicória (R\$ 2,90 por maço), Chuchu (R\$ 1,80 por kg), Couve flor (R\$ 2,90 por kg), Couve folha (R\$ 2,90 por maço), Chá mistos (R\$ 3,00 por maço), Pepino (R\$ 2,60 por kg), Repolho (R\$ 1,80 por kg), Rúcula (R\$ 2,80 por maço), Tempero Verde (R\$ 2,50 por maço), Tomate (R\$ 4,50 por kg), Doce caseiro sabor de figo (R\$ 17,00 por kg), Doce caseiro sabor de uva (R\$ 17,00 por kg), Suco integral de uva (R\$ 9,60 por lt), Feijão vermelho (R\$ 8,50 por kg), Bolacha caseira (R\$ 15,50 por kg), Bolacha caseira de coco (R\$ 15,50 por kg), Bolacha caseira de fubá (R\$ 15,50 por kg).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 24 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito



**PORTARIA Nº 173, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 173, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

REVOGA LICITAÇÃO Nº 003/2015 - MODALIDADE CONVITE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO declaração do Secretário de Agricultura que afirma não ser cabível a especificação quanto a "Inspeção INMETRO - Data Buck", uma vez que tal especificação é apenas para tanques de recolhimento de resíduos industriais;

CONSIDERANDO que o tanque, objeto da licitação, não será utilizado para esse fim;

CONSIDERANDO necessidade de rever o edital de licitação para melhor atender o interesse público, bem como o fato de ainda não ter sido realizado o certame, RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a licitação nº 003/2015, modalidade Convite.

Parágrafo único. Determina a repetição do certame, com as alterações que se fazem necessárias.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 28 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO DE CONTRATO Nº 136/2015**

RETIFICAÇÃO DE CONTRATO

Contrato nº 136/2015

**TERMO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO 136/2015**

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o Termo do Contrato nº 136/2015, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, estado de Santa Catarina e a empresa AERO SALTO FOTOS AÉREAS referente prestação de serviços aéreos do Município Secretaria Municipal de Educação, que tange à vigência:

Onde se lê:

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços aéreos, no valor de R\$ 5.000 (sete mil quatrocentos e cinquenta reais)

Leia-se:

A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços aéreos, no valor de R\$ 5.000 (cinco mil reais)

As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Pinheiro Preto, 29 de Abril de 2015

CONTRATANTE

PREFEITURA DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

**Pomerode****PREFEITURA****LEI ORDINÁRIA Nº 2.709, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI ORDINÁRIA Nº 2.709, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATO DE COMODATO DE IMÓVEL COM A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM EUROPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Contrato de Comodato com a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM EUROPA, inscrita no CNPJ sob nº 16.559.857/0001-86, de um terreno, de propriedade do Município de Pomerode/SC, situado nesta cidade na RUA ALEMANHA, contendo a área de 794,63m², sem edificações, com Matrícula nº 9057, junto ao Registro de Imóveis desta Comarca, na forma e condições constantes da Minuta do Contrato de Comodato, em anexo, parte integrantes da presente Lei.

Art. 2º O presente Contrato de Comodato terá a vigência pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser modificado através de Termo Aditivo, renovado, prorrogado ou rescindido antecipadamente, mediante acordo ou notificação de uma das partes contratantes.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 29 de abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

CONTRATO DE COMODATO

COMODANTE: MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua 15 de novembro, nº 525 - Centro - em Pomerode(SC), inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ROLF NICOLODELLI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 521.393.179-04, portador da C. I. com RG no 1399157-SSP/SC, residente à Rua Heinrich Kanies, 627, Pomerode Fundos, Pomerode/SC, CEP 89107-000, adiante denominado de COMODANTE.

COMODATÁRIO: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM EUROPA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Alemanha, s/nº, Bairro Centro - Pomerode(SC), inscrita no CNPJ sob nº 16.559.857/0001-86, neste ato representado por sua Presidente, Sra. REGIANE F. A. EISCHTAED, brasileira, casada, residente e domiciliado na cidade de Pomerode, portadora do RG. nº 5.536.736 SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 269.711.268-58, adiante denominado de COMODATÁRIO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA****DA FINALIDADE**

O presente contrato de comodato tem por finalidade a cessão pelo COMODANTE, em favor do COMODATÁRIO, do terreno descrito e caracterizado na cláusula segunda.

Parágrafo Único. A gestão e o acompanhamento do presente contrato, ficará sob a responsabilidade do(a) Sr(a). Presidente da Associação dos Moradores Jardim Europa, ou que vier a sucedê-lo.

**CLÁUSULA SEGUNDA****DA DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Terreno situado nesta cidade, à Rua Alemanha, s/nº, Bairro Centro

- Pomerode/SC, contendo área de SETECENTOS E NOVENTA E QUATRO METROS E SESENTA E TRÊS DECÍMETROS QUADRADOS (794,63m<sup>2</sup>); de forma retangular, fazendo frente em trinta e dois (32,00) metros como lado ímpar da rua Alemanha e nos fundos em trinta e dois (32,00) metros com terras Loribert Voigt e Sigbert Voigt, sendo: 22,00 metros com a matrícula nº 9047 (lote nº 25) e 10,00 metros com a matrícula nº 9046 (lote nº 24); extremando pelo lado direito em vinte e cinco metros (25,00m.) com terras de Loribert Voigt e Sigbert Voigt (matrícula nº 9056 - lote nº 34); e, pelo lado esquerdo, em vinte e cinco (25,00) metros com o lado ímpar da rua Alemanha; distando do lado direito, 187,86 metros da esquina da rua Alemanha com a rua França, ou, distando nos fundos, 25,00 metros também até a rua França. Sem Edificações, destinado à "Área Comunitária".

#### CLÁUSULA TERCEIRA RESPONSABILIDADES DO COMODATÁRIO

3.1 Ressarcir ao COMODANTE, por prejuízos decorrentes de dano ou perda do objeto cedido através do presente instrumento;  
3.2 Não permitir que o objeto cedido seja penhorado por terceiros, em garantia de eventuais créditos contra o COMODATÁRIO, assim como, não oferecê-los em garantia de qualquer obrigação.

#### CLÁUSULA QUARTA DO OBJETO

O COMODATÁRIO deverá zelar pelo TERRENO cedido em comodato, utilizando-o para seu fim específico, podendo, entretanto, promover construções e reformas, respeitando sempre, o PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE POMERODE. Entretanto, qualquer construção, demolição ou alteração que vier a ser efetuada pelo COMODATÁRIO, deverá ser previamente aprovado pelo COMODANTE, inclusive, através de TERMO DE VISTORIA prévio, não sendo indenizado, ao final do comodato, o COMODATÁRIO pelas obras e benfeitorias realizadas.

#### CLÁUSULA QUINTA DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo período de 5 (cinco) anos, a partir da data da aprovação do Convênio pela Câmara Municipal, podendo ser modificado, renovado, prorrogado ou através de termo aditivo, mediante acordo entre as partes e, rescindido mediante notificação de uma das partes contratantes.

#### CLÁUSULA SEXTA DA CESSÃO

Este contrato de comodato não poderá ser cedido ou transferido, no todo ou em parte, sob qualquer pretexto.

#### CLÁUSULA SÉTIMA RESTITUIÇÃO

Em qualquer caso de rescisão deste contrato, inclusive no encerramento voluntário, o COMODATÁRIO deverá devolver o objeto cedido em idênticas condições de uso em que lhe está sendo entregue, respeitadas as alterações que vier a efetuar e desde já autorizadas pelo COMODANTE, através da Cláusula Quarta, benfeitorias estas, que integrar-se-ão ao imóvel sem direito a qualquer retenção ou indenização pelo COMODATÁRIO.

#### CLÁUSULA OITAVA SUCESSORES

Este contrato obriga as partes e seus sucessores legais, que deverão cumprir todas as cláusulas e condições ora estipuladas, enquanto vigente o presente contrato de comodato.

#### CLÁUSULA NONA CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos entre as partes, mediante aplicação das regras, subsidiárias, de direito civil.

#### CLÁUSULA DÉCIMA DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Pomerode/SC, para dirimir questões decorrentes do presente contrato, renunciando-se a outro por mais especial que seja.

E, por estarem acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Pomerode, 29 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE POMERODE

COMODANTE

Rolf Nicolodelli

ASS. MORADORES JARDIM EUROPA  
COMODATÁRIA  
Regiane Fenandes Andalécio Eischtaed

Testemunhas:

Nome:

Endereço:

CPF:

Nome:

Endereço:

CPF:

#### LEI ORDINÁRIA Nº 2.710, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.710, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE POMERODE A REALIZAR CONVÊNIO COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, MEDIANTE REPASSE FINANCEIRO PARA OS ANOS DE 2015 E 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar convênio com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, mediante repasse financeiro para os anos de 2015 e 2016.

Art. 2º O valor do convênio de que trata o artigo anterior, para o ano de 2015, é no montante de R\$ 30.985,08 (Trinta Mil e Novecentos e Oitenta e Cinco Reais e Oito Centavos), dividido em 12 parcelas mensais e subseqüentes, mediante as devidas retenções legais.

Parágrafo Único. Facultada a continuidade da prestação dos serviços para o ano de 2016, por acordo e interesse das partes, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo ao convênio e, o reajuste, se dará pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

Art. 3º Os recursos financeiros de que trata o artigo anterior, destinam-se, à cobertura de despesas da empresa com a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, executada pelos profissionais da EPAGRI, junto ao Município.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 5º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2015.

Município de Pomerode, 29 de abril de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

**SAMAE - POMERODE****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 10/2015**

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 10/2015 TIPO ELETRÔNICO

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EMBALAGEM PLÁSTICA PRODUZIDA EM POLIETILENO PARA O PROGRAMA DE COLETA SELETIVA DE MATERIAIS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

Local: o pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em toda as suas fases através do sistema de pregão eletrônico sistema BLL (Bolsa de Licitações e Leilões)

Entrega das propostas: Até as 12:00 horas do dia 14/05/2015

Início da sessão de disputa de Preços : 09:00 do dia 15/05/2015

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil [WWW.bll.org.br](http://WWW.bll.org.br) e [WWW.pomerode.sc.gov.br](http://WWW.pomerode.sc.gov.br) ou [www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br) Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 [samae@samaepomerode.com.br](mailto:samae@samaepomerode.com.br) ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 27 de ABRIL de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12/2015**

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 06/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2015

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PROFISSIONAIS PARA OS FUNCIONÁRIOS DO SAMAE POMERODE, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedor: 294888 - LECRUZ ROUPAS PROFISSIONAIS LTDA EPP

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
6	Camisa Social manga curta, cor azul claro (Ref. Cor pacífico - Toyobo), confeccionado em tecido Tri-coline nacional, 67% poliéster e 33% algodão, com botões. Um bolso com bordado (SAMAE POMERODE)	UNIDADE	MARCA PRÓPRIA	130,00000	R\$ 45,0000	R\$5.850,0000
Total do Fornecedor:						R\$5.850,0000
Total Geral dos Itens:						R\$5.850,0000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 013/2015

Validade: A partir de 28/04/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 28 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 13/2015**

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 06/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2015

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PROFISSIONAIS PARA OS FUNCIONÁRIOS DO SAMAE POMERODE, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedor: 421782 - BACKES CONFECÇÕES LTDA - ME

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
9	Bermuda Social, Cor azul marinho, confeccionado em tecido Oxford 100% poliéster.	Unidade	Marca Backes modelo conforme edital	70,00000	R\$ 22,6500	R\$1.585,5000
8	Calça Social, Cor azul marinho, confeccionado em tecido Oxford 100% poliéster.	Unidade	Marca Backes modelo conforme edital	70,00000	R\$ 50,0000	R\$3.500,0000
3	Bermuda cor cinza escuro, confeccionado em brim (sarja 2x1. 226g/m²), composição: 67% poliéster e 33% algodão, bolso lateral (altura do joelho) com logo do SAMAE bordado, 2 bolsos externos traseiros e 2 bolsos na frente. Cós todo elástico. Comprimento na altura do joelho.	Unidade	Marca Backes modelo conforme edital	75,00000	R\$ 25,5500	R\$1.916,2500
Total do Fornecedor:						R\$7.001,7500
Total Geral dos Itens:						R\$7.001,7500

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 013/2015

Validade: A partir de 28/04/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 28 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2015**

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 06/2015 TIPO ELETRÔNICO PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2015

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PROFISSIONAIS PARA OS FUNCIONÁRIOS DO SAMAE POMERODE, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedor: 449288 - SAGASSI INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA - EPP

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
2	Camiseta cor laranja, malha fio 30/1 penteada. 100% algodão. Gola redonda. Uma estampa nas costas (SAMAE POMERODE). Um bordado no peito (símbolo reciclagem)	UNIDADE	"propria"	150,00000	R\$12,5400	R\$1.881,0000
Total do Fornecedor:						R\$1.881,0000
Total Geral dos Itens:						R\$1.881,0000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 013/2015

Validade: A partir de 28/04/2015 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 28 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

**Porto Belo****PREFEITURA****CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2015 FMS**

CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2015 FMS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, localizada Av. Gov. Celso Ramos, nº 701, Porto Belo/SC, conforme legislação vigente faz saber que estará recebendo inscrições para o CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2015 de 04/05/2015 a 04/06/2015 (na Secretaria de Administração - Departamento de Compras, sito à Av. Governador Celso Ramos, nº 2500 - Centro - Porto Belo-SC, de Segunda a Sexta feira das 08:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:30), para instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, de assistência à saúde, interessadas em prestar serviços de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Porto Belo - SC, na oferta de serviços de saúde na área de cardiologia.

Porto Belo, 29 de abril de 2015.  
Evaldo José Guerreiro Filho  
Prefeito Municipal

**Porto União****PREFEITURA****RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 025/2015 CARONA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 042/2015 - Registro de Preços - CARONA.

Retificação do Edital de Pregão Presencial 025/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que, considerando o parecer jurídico referente a impugnação ao Edital 042/2015 - CARONA, Pregão Presencial 025/2015, alegando a inexecutabilidade dos valores propostos, alteram-se os valores constantes do anexo I e fica alterada a data da sessão pública para 13/05/2015 às 09h00min.

Porto União - SC, 29 de abril de 2015.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal



## Pouso Redondo

### PREFEITURA

#### PREGÃO ELETRÔNICO 08 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº.09/2015  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 08/2015

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que esta aberto pregão eletrônico com, RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:00 do dia 29/04 às 09:00 horas do dia 13/05/15. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:30 do dia 13/05 às 13:00 horas do dia 13/05/2015. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 14/05/2015, para Aquisição de material Médico Hospitalar, para uso nos Postos de Saúde do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 28 de abril de 2015.  
Nair Goulart  
Prefeita Municipal

## Presidente Castello Branco

### PREFEITURA

#### ALTERAÇÃO AO CONTRATO Nº 70/2015

EXTRATO DE ALTERAÇÃO AO  
CONTRATO Nº 70/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ENGHEVIA SERVIÇOS E OBRAS LTDA
VALOR:	O valor total do presente Contrato é de R\$ 255.409,44 (duzentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e nove reais, com quarenta e quatro centavos), sendo R\$ 132.715,68 (cento e trinta e dois mil, setecentos e quinze reais, com sessenta e oito centavos) de materiais e R\$ 122.693,76 (cento e vinte e dois mil, seiscentos e noventa e três reais, com setenta e seis centavos) de mão de obra
DATA:	28/04/2015.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

#### CONTRATO NR. 77/2015

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 77/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CASTELLO COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA ME
OBJETO:	Contratação de empresa especializada na área de fornecimento e manutenção de rede de internet, com prestação de serviços de comunicação multimídia nas Escolas Municipais das comunidades de Linha Imigra, Linha Taquaral, Linha Banhadão, Linha São Luiz, Posto de Saúde das comunidades de Linha Taquaral e Linha Imigra, Conselho Tutelar, Academia de Saúde ao Ar Livre, Poço Profundo de Água Termal, Câmara Municipal de Vereadores e Prefeitura Municipal.
VALOR R\$:	R\$ 1.302,00 (um mil, trezentos e dois reais).
VIGÊNCIA:	28/04/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

## Presidente Nereu

## PREFEITURA

**RESULTADO DO PREGÃO 16/2015 DE MATERIAIS ESCOLARES E MATERIAIS DE EXPEDIENTE**

DIVULGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL: 16/2015

O objeto da licitação: AQUISICAO DE MATERIAL ESCOLAR PARA USO DIARIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL

Tendo em vista a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, designada através da portaria 04/2015, consideram-se vencedores da licitação, objeto do Pregão nº. 16/2015, os participantes:

## Fornecedores e Itens Vencedores

Fornecedor	Item	Quantidade	Unidade	Preço Unitário	Preço Total
ADL COMERCIAL EIRELI EPP	00004	500,00000	UN	6,5000	3.250,00
ADL COMERCIAL EIRELI EPP	00022	1.000,00000	UN	1,2600	1.260,00
ADL COMERCIAL EIRELI EPP	00036	150,00000	UN	1,6400	246,00
ADL COMERCIAL EIRELI EPP	00037	100,00000	UN	3,4000	340,00
ADL COMERCIAL EIRELI EPP	00061	5,00000	ROLO	113,0000	565,00
ADL COMERCIAL EIRELI EPP	00062	3,00000	ROLO	159,5000	478,50
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00003	500,00000	UN	2,0000	1.000,00
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00005	10,00000	CX	21,8900	218,90
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00006	80,00000	UN	2,8700	229,60
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00007	10,00000	CX	5,8200	58,20
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00009	20,00000	UN	1,5400	30,80
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00018	200,00000	UN	1,8100	362,00
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00020	15,00000	UN	102,8500	1.542,75
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00024	50,00000	UN	1,6900	84,50
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00025	50,00000	UN	1,9100	95,50
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00026	50,00000	UN	2,0200	101,00
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00035	200,00000	UN	1,4300	286,00
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00039	200,00000	MT	1,1000	220,00
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00044	300,00000	UN	2,4700	741,00
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00051	150,00000	UN	2,9000	435,00
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00053	3,00000	CX	3,8000	11,40
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00069	10,00000	UN	14,0900	140,90
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00071	200,00000	UN	4,9700	994,00
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00075	30,00000	UN	1,5300	45,90
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00083	20,00000	CX	2,8700	57,40

JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00089	10,00000	UN	1,4200	14,20
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00092	20,00000	UN	1,3100	26,20
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00093	20,00000	UN	11,0900	221,80
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00095	1.000,00000	UN	0,1600	160,00
JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	00097	1.000,00000	UN	0,0700	70,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00001	150,00000	UN	0,8600	129,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00002	20,00000	CX	7,2000	144,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00012	100,00000	UN	0,9100	91,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00031	3,00000	UN	199,9000	599,70
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00033	10,00000	CX	10,4400	104,40
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00041	100,00000	CX	7,2200	722,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00042	50,00000	UN	3,8100	190,50
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00046	60,00000	UN	7,0000	420,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00060	7,00000	ROLO	72,9400	510,58
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00064	30,00000	UN	7,8100	234,30
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00066	30,00000	UN	9,4500	283,50
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00074	100,00000	UN	10,2900	1.029,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00079	20,00000	CX	39,8000	796,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00080	20,00000	CX	39,8000	796,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00081	20,00000	CX	39,8000	796,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00085	100,00000	CX	2,0600	206,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00086	100,00000	CX	1,4900	149,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00087	100,00000	CX	1,4900	149,00
IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS	00099	1.000,00000	UN	0,0700	70,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00008	100,00000	UN	4,9000	490,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00011	10,00000	UN	8,7400	87,40
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00014	1,00000	CX	57,0000	57,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00017	20,00000	CX	7,8600	157,20
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00021	5,00000	UN	10,9800	54,90
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00027	50,00000	UN	2,5100	125,50
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00028	300,00000	UN	0,5800	174,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00029	50,00000	UN	0,5300	26,50
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00030	50,00000	UN	0,5200	26,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00034	350,00000	UN	2,4000	840,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00040	300,00000	UN	1,8000	540,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00043	100,00000	UN	2,2200	222,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00049	200,00000	UN	3,9500	790,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00050	200,00000	UN	1,2500	250,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00054	100,00000	UN	0,5200	52,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00055	50,00000	UN	0,5200	26,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00065	50,00000	UN	5,2000	260,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00067	200,00000	UN	4,4700	894,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00070	10,00000	UN	185,8000	1.858,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00072	100,00000	UN	3,1000	310,00
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00078	10,00000	UN	63,2600	632,60
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00088	10,00000	UN	1,1800	11,80
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00100	10,00000	UN	3,6900	36,90
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00101	10,00000	UN	4,8900	48,90
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00102	10,00000	UN	5,8900	58,90
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00103	10,00000	UN	8,2500	82,50

RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00104	16,00000	UN	6,3900	102,24
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00105	10,00000	UN	6,7500	67,50
RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	00106	10,00000	UN	4,8900	48,90
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00010	30,00000	UN	1,7500	52,50
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00013	20,00000	UN	5,1300	102,60
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00015	50,00000	UN	0,3900	19,50
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00016	100,00000	UN	0,3900	39,00
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00019	10,00000	UN	7,6800	76,80
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00023	150,00000	UN	121,2200	18.183,00
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00032	10,00000	CX	10,3700	103,70
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00038	400,00000	UN	0,2600	104,00
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00045	50,00000	UN	2,2500	112,50
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00047	60,00000	UN	1,7300	103,80
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00048	10,00000	UN	11,7000	117,00
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00052	100,00000	UN	1,3900	139,00
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00056	2,00000	CX	109,7000	219,40
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00057	10,00000	UN	20,7000	207,00
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00058	10,00000	UN	13,9800	139,80
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00059	7,00000	CX	46,5200	325,64
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00063	150,00000	UN	0,3800	57,00
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00068	200,00000	UN	5,4700	1.094,00
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00073	15,00000	UN	14,0800	211,20
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00076	20,00000	UN	3,6900	73,80
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00077	20,00000	UN	7,9800	159,60
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00082	5,00000	UN	11,2900	56,45
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00084	1.000,00000	UN	4,6800	4.680,00
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00090	5,00000	UN	63,9000	319,50
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00091	3,00000	UN	22,5800	67,74
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00094	1.000,00000	UN	0,2500	250,00
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00096	1.000,00000	UN	0,2500	250,00
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00098	1.000,00000	UN	0,2600	260,00
ELMO PAPELARIA LTDA EPP	00107	30,00000	UN	19,5300	585,90

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, 29 de abril de 2015.  
VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
GERENTE DE LICITAÇÕES

## RESULTADO DO PREGÃO 17/2015 DE GENEROS ALIMENTICIOS E MAT. DE LIMPEZA

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU

RESULTADO DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº17/2015

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de 2015, na cidade de PRESIDENTE NEREU, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça Leão Dehon, 50, Centro, o Município de PRESIDENTE NEREU, divulga o resultado do pregão presencial nº17/2015 para o Registro de Preços na eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios e material de limpeza para o município de Presidente Nereu, conforme os itens abaixo discriminados:

Empresa Vencedora						
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
00039	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	AGUA MINERAL GALAO COM 20 LTS	UN	500,00000	8,3200	4.160,00
00042	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	CEREAL B INTEGRAL DE ARROZ EMB DE 230 GR QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR A MUCILON	UN	200,00000	4,9000	980,00
Total do Fornecedor				5.140,00		

00059	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	RODO DE CHAO DE BORRACHA COM 0,60CM DE LARGURA	UN	150,00000	5,9600	894,00
00061	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	RODO DE ESPUMA	UN	100,00000	3,8100	381,00
00063	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	SABAO EM PO - 01 KG DE QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR AO DA MARCA IPÊ	UN	500,00000	2,8000	1.400,00
00065	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	SACO DE LIXO 15 LTS, COM 20 UNIDADES	UN	400,00000	1,2300	492,00
00067	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	SACO DE LIXO 100 LITROS PCT COM 5 UNIDADES	UN	400,00000	1,2300	492,00
00070	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	SAPONACEO EM PÓ EMB 300 GR.	UN	200,00000	1,1300	226,00
00072	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	TOALHA DE ROSTO	UN	200,00000	3,0100	602,00
00074	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	PEDRA SANITARIA	UN	500,00000	0,7400	370,00
00075	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	ESFREGAO DE LOUCA	UN	150,00000	0,6500	97,50
00076	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	PURIFICADOR DE AR 360 ML.	UN	150,00000	6,1500	922,50
00077	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	AMACIANTE DE ROUPAS 2 LTS	UN	200,00000	3,0300	606,00
00084	JLM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME	ALCOOL GEL 70%	UN	600,00000	2,9900	1.794,00
Total do Fornecedor				8.277,00		
00055	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME	HIPOCLORITO 1% (SOLUCAO DE MILTON)	UN	200,00000	2,4900	498,00
00081	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME	PAPEL HIGIENICO FOLHA DUPLA 30 MTS C/ 12 UNIDADES IGUAL OU SUPERIOR A MARCA DUETTO	UN	100,00000	8,4900	849,00
00083	IMPEL COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEL LTDA ME	PAPEL TOALHA, ROLO COM 60 TOALHAS	UN	400,00000	2,1300	852,00
Total do Fornecedor				2.199,00		
00003	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	AMIDO DE MILHO EMB.500G VALOR ENERG.MIN. 20 KCAL DE QUALIDADE SEMELHANTE AO DA MARCA SEVEGNANI	UN	150,00000	1,8600	279,00
00005	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	BISCOITO DOCE 400 GR. SABOR LEITE QUE CONTEM AROMATIZANTES SINTETICOS IDENTICO AO NATURAL VALOR ENERG. 134 KCAL.	UN	600,00000	2,2500	1.350,00
00006	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	BISCOITO SALGADO 375 G ÁGUA E SAL, VALOR ENERG. MIN. 133 KCAL/7% VD CARBOIDRATOS.	UN	600,00000	2,3200	1.392,00
00008	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	LENTILHA PCT EMBALADO COM 500 GR	UN	100,00000	2,9300	293,00
00011	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	CANELA EM PO EMB. 30 GR.	UN	100,00000	1,7500	175,00
00017	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	CHA ERVA DOCE CX. COM 10 SACHES DE 15 G	UN	300,00000	1,9600	588,00



00018	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	DOCE DE FRUTAS EM PASTA POTES DE 900G, VALOR CALORICO MIN. 60 KCAL	UN	200,00000	3,6000	720,00
00019	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	EXTRATO DE TOMATE 840G. VALOR ENERG. 14 KCAL/59KJ/1% VD. DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA ELEFANTE	UN	300,00000	4,7900	1.437,00
00021	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	FARINHA DE MILHO FINA, PRE COZIDA PACOTES DE 01 KG	UN	300,00000	1,7500	525,00
00022	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	FARINHA DE MILHO GROSSA - EMBALAGEM DE 500 GR PRECOZIDA	UN	300,00000	2,0000	600,00
00026	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	FERMENTO SECO DE BOLO, EMBALAGEM DE 250 GR, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA ROYAL	UN	400,00000	3,5000	1.400,00
00028	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	GELATINA DIVERSOS SABORES EMB. COM 30 GRAMAS.	UN	1.000,00000	0,5500	550,00
00029	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	LEITE INTEGRAL, EMB TETRAPACK CONTENDO UM LITRO COM PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 90 DIAS	UN	6.000,00000	1,9700	11.820,00
00030	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	MACARRAO CASEIRO (FEITO COM FARINHA DE TRIGO ESPECIAL FORTIFICADA COM FERRO E ACIDO FOLICO) PACOTES DE 01 KG QUALIDADE SEMELHANTE A MARCA ROSANE	UN	350,00000	4,0000	1.400,00
00031	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	MACARRAO ALETRIA COM OVOS, PCT 500GRS	UN	350,00000	2,5700	899,50
00032	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	MARGARINA VEGETAL EMB 500G COM NO MÍNIMO 40% DE LIPÍDIOS 0% GORDURAS TRANS. FONTE DE VITAMINA A,D eE.	UN	5.000,00000	2,1500	10.750,00
00034	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	POLVILHO AZEDO EM PACOTES EMB 1 KG DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA SEVEGNHANI	UN	300,00000	3,4800	1.044,00
00035	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	PUDIM PCT PCT COM 5 UNID. DE QUALIDADE SEMELHANTE A MARCA NEILAR	UN	1,00000	1,8800	1,88
00037	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	SAL REFINADO IODADO EMB 1 KG	UN	300,00000	0,8400	252,00
00041	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL EMB 5 KG DE QUALIDADE SEMELHANTE A MARCA NORDESTE	UN	400,00000	7,9800	3.192,00
00043	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	GUARDANAPO 30X32,5 COM 50 GUARDANAPOS	UN	400,00000	0,8600	344,00
00044	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	AGUA SANITARIA FRASCOS C 2 LITROS DE QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR A MARCA ILHA	UN	500,00000	2,0100	1.005,00
00045	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	ALCOOL 90% 1000 ML	UN	500,00000	3,3900	1.695,00
00046	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	CERA LIQUIDA AMARELA AUTO BRILHO ENB 1 LITRO	UN	650,00000	2,9900	1.943,50
00047	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	DESINFETANTE LIQUIDO EM EMB DE 2 LITROS	UN	800,00000	2,3000	1.840,00
00048	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	DETERGENTE NEUTRO PARA LOUCAS EMB 500 ML DE QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR A MARCA IPÊ	UN	800,00000	1,0600	848,00
00049	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	ESCOVA DE LIMPEZA ( PARA LAVAR CALCADAS)	UN	130,00000	1,3600	176,80

00051	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	ESPONJA DE ACO EM PACOTES COM 8 UNIDADES	UN	200,00000	0,7200	144,00
00056	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	LUVA DE BORRACHA PARA LIMPEZA TAM. P.M.G.	UN	170,00000	1,8000	306,00
00060	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	PAPEL HIGIENICO MACIO FARDO COM 16 PACOTES COM 04UNIDADES DE 60 MT CADA	UN	120,00000	33,6000	4.032,00
00062	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	SABAO EM BARRA NEUTRO, PACOTE COM 05 UNIDADES DE QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR AO DA MARCA YPÊ GLICERINADO	UN	200,00000	3,6800	736,00
00064	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	SABONETE NEUTRO 125 GR	UN	200,00000	1,3000	260,00
00071	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	SUPORTE PARA FILTRO DE CAFE TAM 103	UN	90,00000	2,2500	202,50
00073	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	VASSOURA DE NYLON	UN	100,00000	3,0500	305,00
00079	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP.	DESINFETANTE CONCENTRADO QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR A COALA.	UN	100,00000	4,3500	435,00
Total do Fornecedor				52.941,18		
00050	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	ESCOVA DE MAO PARA LIMPEZA	UN	100,00000	1,4800	148,00
00052	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	ESPONJA DE LOUCA TIPO DUPLA FACE C/ 03 UN.	UN	400,00000	1,2700	508,00
00053	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FLANELA DUPLA GRANDE	UN	200,00000	1,4900	298,00
00054	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FOSFORO PACOTE C/ 10 CX.	UN	200,00000	1,5700	314,00
00057	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PACOTE DE SACOS PLASTICOS PARA ALIMENTOS 5 KG COM100 UNIDADES	UN	200,00000	3,6500	730,00
00058	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	PACOTE PLASTICO PARA ALIMENTOS CAPAC. 8KG (EMB CO50 UNIDADES)	UN	200,00000	2,9000	580,00
00066	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	SACO DE LIXO 50 LITROS PCT COM 10 UNIDADE	UN	400,00000	1,2400	496,00
00068	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	SACO DE LIXO 30 LTS, COM 10 UNIDADES	UN	400,00000	1,2400	496,00
00069	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	SACO DE PANO PARA CHAO (TIPO BRANCO)	UN	250,00000	3,1000	775,00
00078	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	FILTRO DE CAFE TAM. 103 COM 30 UNIDADES	UN	200,00000	1,8900	378,00
Total do Fornecedor				4.723,00		
00001	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	ACHOCOLATADO EM PO 01 KG INSTANTANEO EMPACOTADO COM VALOR CALORICO MIN.: 70KCAL, CARBOIDRATOS (12G)- PROTEINAS (2,3G) DE QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR A MARCA NESCAU	UN	300,00000	11,2000	3.360,00
00002	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	ACUCAR REFINADO EMB. DE 5 KG IGUAL OU SUPERIOR A DOCULA	UN	250,00000	8,7200	2.180,00
00004	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1 - EMB 5KG DE QUALIDADE SEMELHANTE A MARCA PANELAÇO	UN	400,00000	9,2500	3.700,00
00009	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	VINAGRE DE ALCOOL EMBALAGEM DE 900 ML	UN	100,00000	1,2000	120,00
00010	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	CAFE TORRADO E MOIDO, TRADICIONAL, CX C 500GR A VACUO DE QUALIDADE SEMELHANTE A MARCA MELITA.	UN	500,00000	6,3000	3.150,00
00020	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	FARINHA DE MANDIOCA PCTES DE 01 KG	UN	200,00000	2,1400	428,00

00025	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	FERMENTO SECO DE PAO, EMB 500 GR QUALIDADE SEMELHANTE OU SUPERIOR A FLEISCHMANN	UN	200,00000	8,9900	1.798,00
00033	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	OLEO DE SOJA REFINADO (900ML) DE QUALIDADE SEMELHANTE A MARCA PURITY	UN	700,00000	3,3000	2.310,00
00080	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	LIMPA VIDRO SEMELHANTE OU SUPERIOR A MARCA URCA EMBALAGEM DE 500 ML.	UN	300,00000	1,6100	483,00
00082	ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA	PAPEL INTERFOLHA, PACOTE COM 1000 UNIDADES	UN	400,00000	3,9000	1.560,00
Total do Fornecedor				19.089,00		
Total Geral dos Itens				92.369,18		

VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
GERENTE DE LICITAÇÕES

## SEGUNDA ERRATA PREGÃO 24/2015 DE MAT. DE CONSTRUÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

SEGUNDA ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL nº 24/2015

Visando aquisição de materiais de construção, com entrega fracionada conforme especificações e quantidades determinadas no edital para o Município de Presidente Nereu. Onde se lê: que fará realizar no dia 11/05/2015 às 09:00 horas,  
Lê-se: que fará realizar no dia 13/05/2015 às 09:00 horas, conforme publicação no DOM (Diário Oficial dos Municípios).

O anexo III termo de referência sofreu algumas alterações, segue abaixo termo de referência corrigido.

ITENS QTDAD UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX

1	500,00	MT	FIO DE COBRE 6 MM	1.300,0000
2	50,00	UN	INTERRUPTOR DE LUZ	275,0000
3	50,00	UN	TOMADA PADRAO 10A	190,0000
4	50,00	UN	LAMPADA FLUORESENTE DE 40	225,0000
5	500,00	MT	FIO DE COBRE 25 MM	550,0000
6	500,00	MT	FIO DE COBRE 10 MM	2.050,0000
7	5.000,00	UN	BLOCO DE CONCRETO PARA CONSTRUCAO 19X40X15	7.750,0000
8	500,00	UN	TRELICA 8L	13.800,0000
9	50,00	UN	FECHADURA EXTERNA	1.450,0000
10	200,00	UN	CAL P/ PINTURA 8 KG	1.400,0000
11	300,00	M3	BRITA N 2	23.400,0000
12	300,00	M3	AREIA MEDIA	23.400,0000
13	300,00	M3	AREIA FINA DE REBOCO	26.400,0000
14	300,00	M3	PO DE BRITA EM METROS CUBICO	23.400,0000
15	300,00	M3	ARAME RECOZIDO EM ROLO	2.250,0000
16	300,00	UN	ARAME Nº12 EM ROLO	3.000,0000
17	300,00	UN	FERRO DE ESTREVO BARRA COM 12 METROS	1.860,0000
18	500,00	UN	FERRO 5/16 BR 12 MT	11.400,0000
19	300,00	UN	FERRO 3/8 12 MT	9.600,0000
20	300,00	UN	CAL PARA CONSTRUÇÃO E REBOCO DE 20 KG	2.940,0000
21	1.000,00	UN	CIMENTO CP II SACA 50KG	26.900,0000
22	600,00	KG	PREGO 17X27	4.320,0000
23	600,00	KG	PREGO 16X24	4.740,0000
24	900,00	KG	PREGO 25X72	8.550,0000
25	300,00	MT	TELA PRATICA 5X15 FIO 2,40MM C/ 1,02 DE ALTURA	3.600,0000
26	15.000,00	UN	TIJOLO 6 FUROS 9X14X24	7.800,0000
27	5.000,00	UN	MEIO TIJOLO 6 FUROS	2.600,0000
28	100,00	UN	TIJOLO 6 FUROS 11,5-19-24 GRANDE	82,0000

29	5.000,00	UN	MEIO TIJOLO GRANDE 11,5X19X24	4.100,0000
30	300,00	M3	BRITA N 1	23.400,0000
31	300,00	M3	BRITA Nº 0	23.400,0000
32	200,00	KG	PREGO 23X60	1.940,0000
33	200,00	KG	PREGO 26X84	2.260,0000
34	300,00	KG	PREGO 20 X 48	2.280,0000
35	300,00	KG	PREGO 23X60	2.910,0000
36	300,00	KG	PREGO 18X30	2.160,0000
37	300,00	KG	PREGO 19X36	2.250,0000
38	300,00	UN	FERRO 1/4 BR 12 MT	4.440,0000
39	300,00	UN	FERRO 5/8 BARRAS 12 MT	21.600,0000
40	100,00	UN	FERRO 1/2 BARRA DE MT	6.200,0000
41	300,00	UN	ARGA MASSA	2.550,0000
42	100,00	UN	ARGA MASSA AC II 20KG	1.650,0000
43	3.000,00	MT	FIO 4MM SOLIDO	5.250,0000
44	4.000,00	UN	FIO 15MM SOLIDO E FLEXIVEL	2.800,0000
45	500,00	MT	TELA MALHA GALV. 7	2.750,0000
46	50,00	UN	SELADOR ACRILICO 18 LITRO	3.100,0000
47	50,00	UN	OSMOCOLOR NATURAL 3,6 LT	6.500,0000
48	500,00	MT	CABO DUPLEX 2X10 NOVO	1.450,0000
49	500,00	MT	FIO ADSL INTERNET	600,0000
50	1.000,00	MT	TUBO 50MM ESGOTO	5.250,0000
51	1.000,00	MT	TUBO 100MM	6.950,0000
52	5.000,00	UN	PEDRA PARA FUNDAMENTO 49X20X12	11.500,0000
53	100,00	UN	CHAPA DE COBERTURA 4MM 2,44	1.140,0000
54	500,00	MT	SARRAFO DE TELHA	900,0000
55	500,00	MT	CAIBRO 6X12 DE MADEIRA DE EUCALIPTO	2.400,0000
56	10.000,00	UN	TELHA FRANCESA	9.500,0000
57	10.000,00	UN	TELHA PORTUGUESA	9.800,0000
58	300,00	MT	FERRO 5MM BR DE 12 MT	1.950,0000
59	100,00	UN	FITA ISOLANTE 20MT	500,0000
60	100,00	UN	BUCHA 6MM	35,0000
61	100,00	UN	PARAFUSO 4,2X20	10,0000
62	100,00	UN	LAMPADA COMPACTA 30W	1.450,0000
63	100,00	UN	PARAFUSO 4,0X40	12,0000
64	100,00	MT	FIO SOLIDO 4MM	175,0000
65	100,00	MT	FIO 2,5MM SOLIDO E FLEXIVEL	110,0000
66	100,00	UN	CANALETA DUPLA FACE COR BRANCA 3MT	650,0000

Presidente Nereu, 27 de abril de 2015.  
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI  
Prefeito Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4662, DE 22 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4662, de 22 de abril de 2015

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 037/2015, de 01.04.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

CARISO SAVIO GIACOMINI

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO AO DECRETO Nº 4662/2015

Pregão Presencial nº 037/2015, de 01.04.2015.

Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MACADAME SECO.

Participantes:

- LZK CONSTRUTORA LTDA;  
- MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitante:

- MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA.

### DECRETO Nº 4667, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4667, de 23 de abril de 2015

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. EDITE TEREZINHA DE ANDRADE HOFFMANN"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001,

letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério a Sra. Edite Terezinha de Andrade Hoffmann, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 803.661, CPF nº 292.881.189-34 domiciliada e residente na Rua Alfredo Swarowsky, 1365, Bairro Bela Aliança, em Rio do Sul - SC, no cargo de Professor, nível 3, classe E, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

### DECRETO Nº 4668, DE 23 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4668, de 23 de abril de 2015

"CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - ESPECIAL DE MAGISTÉRIO A SRA. MARIA DE LOURDES MACHADO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria por tempo de contribuição - especial de magistério a Sra. Maria de Lourdes Machado, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.678.151, CPF nº 751.008.359-15, domiciliada e residente na Rua Progresso, 20, Bairro Canoas, em Rio do Sul - SC, no cargo de Professor, nível 3, classe E, com proventos integrais e paridade, a partir de 01 de Maio de 2015.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, artigo 4º § 1º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra "c" inciso I do Artigo 19 e artigo 27 §§ 1º e 2º



do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/2003 c/c § 5º do artigo 40 da Constituição Federal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 4669, DE 23 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4669, de 23 de abril de 2015

“CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A SRA. SALETE JASPER DE JESUS”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das prerrogativas previstas no inciso VI, do Art. 37 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, letra “c” inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001, letra “c” inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º inciso I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a servidora pública Sra. Salete Jasper de Jesus, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1.031.790 e CPF nº 715.526.859-34, domiciliada e residente na Rua Nova Trento, 718, Bairro Santana, em Rio do Sul/SC no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, nível A, classe 1 com proventos integrais com paridade a partir de 01 de maio de 2015.

Art. 2º - A presente concessão é efetivada em caráter precário, haja vista a necessidade de registro e homologação no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE.

Art. 3º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra “c” inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra “c” inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

23 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio de Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 4670, DE 24 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4670, de 24 de abril de 2015

“CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido por tempo determinado à Fundação Municipal de Desportos o veículo, conforme segue:

O Veículo VW 17210 - Placa MCH 6798 - Cor Branca - Frota 231 - Chassi nº 9BWR82W82R214051- Ano 2002 - Renavam nº 790653737 - Patrimônio nº 1478, da Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo determinado entre: 24 à 30 de Abril de 2015. O referido veículo poderá retornar a Secretaria Municipal de Educação, antes do prazo determinado por solicitação do Prefeito ou da Secretária.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

24 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### **DECRETO Nº 4672, DE 24 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4672, de 24 de abril de 2015

“CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA GIRARDI & FREIRE LTDA EPP.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.201/2005

DECRETO:

Art. 1º - Fica concedido à empresa, GIRARDI & FREIRE LTDA EPP, CNPJ 06.213.878/0001-91, sito a Rodovia BR 470, km 143, nº 8360, bairro Progresso, município de Rio do Sul, com cadastro imobiliário nº 37980, cadastro econômico nº 47812, matrícula no Registro de Imóveis sob nº 47679, com base no deferimento do Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, inserido nos autos do protocolo nº 153216/2015, incentivo econômico com base na Lei nº 4201, de 11 de julho de 2005, na forma que segue:

- 10 (dez) horas máquina;
- 50 (cinquenta) m³ de aterro.

Art.2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
-------------	--

Art.3º -	Revogam-se as disposições em contrário.
-------------	---

GABINETE DO PREFEITO.  
24 de abril de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

MARCO AURÉLIO ROSAR  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

**DECRETO Nº 4675, DE 24 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4675, de 24 de abril de 2015  
"DESIGNA PATRICIA CLAUDINO DOS SANTOS".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso X, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, na Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010 e na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

**DECRETA:**

Art. 1º-	Designar a servidora PATRICIA CLAUDINO DOS SANTOS, de acordo com o artigo 46 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Expediente, para exercer as atribuições do cargo de Chefe de Gabinete do Prefeito, durante o impedimento do titular, por motivo de Licença Paternidade e de Férias, pelo período de 22/04/2015 a 06/05/2015, com opção pelo vencimento do cargo comissionado de Chefe de Gabinete do Prefeito.
----------	---

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.  
24 de abril de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

**DECRETO Nº 4678, DE 28 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4678, de 28 de abril de 2015  
"REGULARIZA O CANCELAMENTO DE DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO DE 2014, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica regularizado o cancelamento, na Dívida Flutuante da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, do saldo de resto a pagar não processado número 8651 do exercício de 2014 no valor de R\$ 403.942,00

Art. 2º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência

do cancelamento efetuado na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de Créditos Adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida, de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.  
28 de abril de 2015.  
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Prefeito do Município de Rio do Sul

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal da Fazenda

**MACILDA REICH BONI - 13º TERMO ADITIVO**

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011, firmado em 21/02/2011, com término previsto para 17/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MACILDA REICH BONI, portador(a) do CPF nº 951.442.699-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 205/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 205/2011, iniciando-se a prorrogação em 18/04/2015 e encerrando-se em 30/06/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.  
Rio do Sul, 16/04/2015.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração

MACILDA REICH BONI  
Contratado(a)

**Testemunhas:**

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**MARIA ROSALINA LEITE - 2º TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 30/2015, firmado em 27/01/2015, com término previsto para 17/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ROSALINA LEITE, portador(a) do CPF nº 792.117.049-87, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 30/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 30/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/04/2015 e encerrando-se em 30/06/2015.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/04/2015.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARIA ROSALINA LEITE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO - 1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2015, firmado em 04/03/2015, com término previsto para 03/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO, portador(a) do CPF nº 907.126.760-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 251/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**„Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 251/2015, iniciando-se a prorrogação em 04/04/2015 e encerrando-se em 04/05/2015.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/04/2015.

\_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARIA ROSANE DA SILVA FIGUEIREDO

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**ORANDINA RUAS - 1º TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2015, firmado em 06/03/2015, com término previsto para 08/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ORANDINA RUAS, portador(a) do CPF nº 400.748.709-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 255/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 255/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/04/2015 e encerrando-se em 30/06/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 07/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ORANDINA RUAS

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**PORTARIA Nº 0279/RH**

PORTARIA N. 0279/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art.1º. Conceder, a servidora MARILEA BATISTA, matrícula n. 1424901, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social, Auxílio Escolar na forma de bolsa de estudo para frequentar curso de Pós - Graduação em Nível de Especialização em Políticas Públicas, com fundamento ao disposto nos Arts. 73 ao 83, da Lei Complementar n. 207/2010.

Art. 2º. O prazo de duração do Auxílio Escolar na modalidade de

Bolsa de Estudos será concedido durante a vigência do curso, não podendo exceder a 12 (doze) meses.

Art. 3º. A continuidade do auxílio ora concedido fica condicionado ao atendimento das disposições contidas nos Arts. 82 e 83.

Art. 4º. O Auxílio será concedido a partir do mês de março de 2015, condicionado às exigências do texto legal.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MRB

**PORTARIA Nº 0280/RH**

PORTARIA N. 0280/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

**RESOLVE:**

Art..1º Designar a servidora municipal Roseli Bonfante, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicóloga, para atendimento do protocolo 152233/2015, a fim de cumprir o Art.6º do Decreto n.3884 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

**REPUBLICAÇÃO - DECRETO Nº 4661, DE 22 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4661, de 22 de abril de 2015

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 010/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

**DECRETA:**

Art.1º - Fica anulado o processo licitatório representado pela Carta Convite nº 10/2015 de 08.04.2015.

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, em virtude do objeto não cumprir os requisitos da Lei Complementar Nº 147/2014, a comissão sugere esta anulação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

22 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

**RESUMO DO ADITIVO 030/2015**

1º TERMO ADITIVO Nº 030/2015 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 040/2015, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE SEGURANÇA, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EIRELI.

Aos dezessete (17) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Minister Serviços de Vigilância Eireli., estabelecida na Travessa marciólio Dias, 98, bairro Jardim América, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-186 inscrita no CNPJ sob o nº 05.913.862/0001-29, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu representante, Sr. Jorge Goetten de Lima, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 036/2015, o Contrato original de Prestação de Serviços nº 040, datado de 14 de abril de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS**

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 3.477,36 (três mil e quatrocentos e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul  
Contratante

Minister Serviços de Vigilância Eireli  
Sr. Jorge Goetten de Lima  
Contratada

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**RESUMO DO CONTRATO 040/2015**

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 040/2015

Pregão Presencial nº 036/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Minister Serviços de Vigilância Eireli.

Objeto: serviços especializados de Segurança desarmada, nas dependências do Centro de Eventos Hermann Hinrich Purnhagen, nos dias 14 a 19 de abril de 2015, durante a realização do Motosul 2015, em Rio do Sul/SC

Valor: R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais).

Prazo de Execução: Dia 14 de abril e seu término no dia 19 de abril.

Condições de Pagamento: Até 30 (trinta) dias após a execução dos serviços ora licitados e apresentação da respectiva Nota Fiscal.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 14 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

**RESUMO DO CONTRATO 041/2015**

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 041/2015

CONVITE Nº 033/2015

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: CASULO ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME

Objeto: assessoria e consultoria de escritório de gerenciamento de projetos (EGP), para conforme Termo de Referência

Valor: R\$ 6.200,00(seis mil e duzentos reais)

Prazo de Execução: 12 (doze) meses

Condições de Pagamento: até 20 (vinte) dias, após a apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo gestor designado da Secretaria solicitante dos serviços

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 27 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul



**TAYTA CRISTINA GOETTEN - 3º TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 31/2015, firmado em 27/01/2015, com término previsto para 17/04/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAYTA CRISTINA GOETTEN, portador(a) do CPF nº 041.388.519-41, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 31/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 31/2015, iniciando-se a prorrogação em 18/04/2015 e encerrando-se em 18/05/2015."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 16/04/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAYTA CRISTINA GOETTEN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 789, DE 28 DE ABRIL DE 2015**

RESOLUÇÃO No 789, DE 28 DE ABRIL DE 2015

Instala Comissão Legislativa Temporária Especial, com o fim de analisar Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal no 1, de 7 de abril de 2015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, conforme preceitua o artigo 120 da Resolução 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno da Câmara:

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor Comissão Legislativa Temporária Especial, para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do município de Rio do Sul no 1, de 7 de abril de 2015, os seguintes vereadores:

I - Cláudio Cimardi, representante do PMDB;

II - Dionísio Maçaneiro, representante do PSD;

III - Janara Mafra, representante do PSD;

IV - Maurílio da Silva, representante do PROS;

V - Zeli da Silva, representante do PT.

Parágrafo único. Caso um dos componentes da Comissão venha a licenciar-se, por qualquer motivo legal, que necessite a convocação de suplente, este assumirá todos os direitos e obrigações atribuídas ao titular, conforme § 1º do art. 236, da Resolução 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

Art. 2º A Comissão elegerá seu Presidente, Secretário e Relator Geral e deverá emitir seu parecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data, conforme determina o caput do art. 121, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Rio do Sul.

Parágrafo único. Havendo a propositura de emendas parlamentares, estas serão automaticamente despachadas para a Comissão, reavendo-se o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a emissão do parecer, a partir da data de apresentação das respectivas emendas.

Art. 3º A Comissão deverá também, após aprovação da Emenda à Lei Orgânica, se houver, proceder à compilação do texto da Lei, com as emendas existentes.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 28 de abril de 2015.

JEFERSON ALEXANDRE VIEIRA

**RESOLUÇÃO Nº 790 DE 30 DE ABRIL DE 2015**

RESOLUÇÃO No 790, DE 30 DE ABRIL DE 2015

Homologa resultado de Processo Licitatório nº 05/2.015, representado pelo Pregão Presencial no 02/2.015.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 05/2.015, representado pelo Pregão Presencial no 02/2.015, vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, bem como por não haver qualquer recurso pendente.

Art. 2º Para que a homologação procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta do presente Pregão Presencial, efetuamos a ADJUDICAÇÃO aos licitantes vencedores constantes da Ata de Registro de Preço, autorizando desde já a contratação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 30 de abril de 2015.

JEFERSON A. VIEIRA

Presidente da Mesa

## Rio dos Cedros

### PREFEITURA

**CT. Nº065/ 2015 - MECANICA INDUSTRIAL DM LTDA - ME**

Rio dos Cedros, 27 de abril de 2015.

CT. Nº065/ 2015

DATA: 27/04/2015

CONTRATO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

OBJETO: A AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPA/COZINHA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

INÍCIO: 27/04/2015

TÉRMINO: 12 (doze meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 26/2015

**CT. Nº066/ 2015 - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME**

Rio dos Cedros, 27 de abril de 2015.

CT. Nº066/ 2015

DATA: 27/04/2015

CONTRATO: BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME

OBJETO: A AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPA/COZINHA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

INÍCIO: 27/04/2015

TÉRMINO: 12 (doze meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 26/2015

**CT. Nº067/ 2015 - SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA ME**

Rio dos Cedros, 27 de abril de 2015.

CT. Nº067/ 2015

DATA: 27/04/2015

CONTRATO: SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA ME

OBJETO: A AQUISIÇÃO E FORNECIMENTO PRODUTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA COPA/COZINHA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

INÍCIO: 27/04/2015

TÉRMINO: 12 (doze meses)

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório nº 26/2015

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA

**PORTARIA Nº 071/2015 SOLANGE BRAGA**

PORTARIA Nº 071/2015

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE FUNÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica alterada a função da servidora publica municipal SOLANGE BRAGA matrícula 12092/01, CPF: 014.201.741-85 RG: 4219800, para o cargo de GERENTE DE DIFUSÃO TECNOLÓGICA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 29 de Abril de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

**PORTARIA Nº 072/2015 SELMIRA PEDROSO AIRES**

PORTARIA Nº 072/2015

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE FUNÇÃO DE SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE**

Art. 1º. Fica alterada a função da servidora publica municipal SELMIRA PEDROSO AIRES matrícula 8443/01, CPF: 059.619.649-06 RG: 45890293 , para o cargo de GERENTE DE PROGRAMAS SOCIAIS , lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 29 de Abril de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 43/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 53/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 43/2015.
Objeto: Aquisição de peças/serviços visando o conserto/manutenção do equipamento agrícola Trator de Pneus New Holland Nº.57, utilizado nos serviços da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 13 de maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 13 de maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 28 de abril de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 114/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2015

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 20 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Registro de preço para aquisição de material de expediente e papeleria para Casa Abrigo, SEMAS, CREAS, Famílias de Apoio, CRAS e PRONATEC e para Secretaria de Educação.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2015.

Alcionei França da Silva  
Secretário de Administração

Sandra M. S. Andrzejewski  
Pregoeira

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 36/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2015 - FMS  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 18 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Registro de preço para fornecimento de óleo diesel S-10 e gasolina comum para abastecer ambulâncias e veículos de transportes de urgência de pacientes em horários diferenciados (após expediente, finais de semana e feriados). OBS: Caso o estabelecimento não possua atendimento ao público 24 horas, deverá disponibilizar funcionário 24 horas para o abastecimento.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

CARLA ELOISE MÜLBAUER  
Pregoeira

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 120/2015**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 120/2015

OBJETO: Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural conforme as ações descritas no Plano Anual de Trabalho em anexo, pelo período de abril a dezembro/2015.

CONTRATADO: Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

VALOR: R\$ 33.930,00.

São Bento do Sul, 24 de abril de 2015.

Edemilson Benedito de Assis - Diretor de Suprimentos e Patrimônio  
Lirio Volpi - Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 018/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Locação que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e o SR. MAURO ALEXANDRE RIBEIRO.

DO OBJETO: O LOCADOR, proprietário de um imóvel (sala comercial) nº 13, com área de 75 m², no Edifício Léo Franz, situado na Rua Henrique Schwarz, nº 61, Centro, neste Município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrícula nº 16180, no livro 2 do Registro Geral, loca-o ao segundo, aqui designado LOCATÁRIO, que destina o objeto da presente locação para abrigar o Almoxarifado de Medicamentos do Fundo Municipal de Saúde, conforme Dispensa de Licitação nº 20/2015.

DO VALOR: R\$ 11.748,12 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2015.

São Bento do Sul, 03 de março de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

SR. MAURO ALEXANDRE RIBEIRO, como Locador.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Sra. ADRIANA CHAPIEWSKI, tendo como Beneficiários os menores GUILHERME DE SOUZA MACIEL e GABRIEL DE SOUZA MACIEL.

DO OBJETO: A primeira nomeada aqui, chamada LOCADORA é proprietária de um terreno urbano, localizado na Zona Residencial 03 (ZR-3), de formato regular, com active cercado, com frente de 11,15 m para rua não pavimentada e contendo área total de 446,00 m², edificada com uma casa residencial em alvenaria, em estado regular de conservação, coberta com telhas cerâmicas, forro e esquadrias de madeira e piso cerâmico, azulejo na cozinha, contendo área de 48,00 m², além de um anexo em alvenaria, em bom estado de conservação, coberto com telhas cerâmicas, parcialmente com forro de madeira, piso cerâmico e esquadrias de madeira, contendo área de 32,00 m². A casa é composta de sala, 02 dormitórios e BWC e o anexo é composto de garagem, BWC e área de churrasqueira.

A locação de imóvel citado acima destina-se para pagamento de aluguel social em caráter de emergência para abrigar os menores Guilherme de Souza Maciel e Gabriel de Souza Maciel, em virtude de vulnerabilidade social da referida família, conforme Ofício nº 025/2015 da Secretaria de Assistência Social, Ofício MPSC nº 0229/2015/01PJ/SBS e procedimento administrativo nº 09.2015.00001746-0, de acordo com a Lei nº 8.742/93 - Lei Orgânica da Assistência Social, que prevê a possibilidade de criação de benefícios eventuais para atender necessidades advindas de

vulnerabilidade temporária e calamidade pública, conforme Dispensa de Licitação nº 97/2015.

DO VALOR: R\$ 2.642,85 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses e 10 (dez) dias, a contar de 24/02/2015.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2015.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ADRIANA CHAPIEWSKI, como Locadora.

GERVÁSIO LUIZ MACIEL, como Representante Beneficiário - PAI.

MICHELE CRISTINA MACIEL, como Representante Beneficiário - IRMÃ.

REGIS ALEXANDRE DE SOUZA MACIEL, como Representante Beneficiário - IRMÃO.

FÁBIO DE SOUZA MACIEL, como Representante Beneficiário - IRMÃO.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE.

DO OBJETO: Um terreno conforme matrícula nº. 01.337 no livro 2 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, edificado com um prédio em alvenaria, em bom estado de conservação, situado na Zona Residencial 3 (ZR-3), em terreno localizado na Rua Alberto Malschitzky esq. Rua Guaramirim. O imóvel é coberto com telhas onduladas de cimento amianto, piso cerâmico, esquadrias metálicas e parte com forro PVC. É dotado de uma área para cozinha, com estrutura montada e área de banheiros em anexo. A área construída é de aproximadamente 420,00 m².

O LOCATÁRIO destina o objeto da presente locação para aluguel de imóvel para abrigar a CEIM Amor Perfeito durante o período de construção de nova sede, conforme Dispensa de Licitação nº 100/2015.

DO VALOR: R\$ 34.800,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/05/2015.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2015.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

MITRA DIOCESANA DE JOINVILLE, como Contratada.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Publicidade que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa jornalística com jornal de grande circulação estadual, para fins de publicação de atos oficiais do Município, pelo período de até 60 meses, conforme Pregão Presencial nº 68/2015.

DO VALOR: 34.950,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2015.

ASS: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A, como Contratada.



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2015 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 - Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 7/2015**

DA ESPÉCIE: Contrato de locação por tempo determinado, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA GRÁFICA HASTREITER LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na impressão em geral de materiais que serão utilizados pela Fundação Cultural de São Bento do Sul e seus setores no ano de 2015, conforme descrição no Anexo I do convite 5/2015.

DO VALOR: R\$ 710,00 (setecentos e dez reais)

DA VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

Ass: BRAULIO HANTSCHHEL, pela Fundação Cultural  
ANTÔNIO MARCOS KNOP, pela empresa contratada

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2015 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 - Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 - SÃO BENTO DO SUL - SC

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2015**

DA ESPÉCIE: Contrato de locação por tempo determinado, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO DE INFORMATIVOS EPP.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na impressão em geral de materiais que serão utilizados pela Fundação Cultural de São Bento do Sul e seus setores no ano de 2015, conforme descrição no Anexo I do convite 5/2015.

DO VALOR: R\$ 1.761,40 (um mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta centavos)

DA VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 27 de abril de 2015.

Ass: BRAULIO HANTSCHHEL, pela Fundação Cultural  
CESAR ALFREDO SCHOENINGER, pela empresa contratada

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 061/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 061/2015

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 159/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, em 15 de MAIO de 2014, conforme Edital de Tomada de Preços nº 121/2014.

Considerando o objeto do Contrato nº 159/2014, que consiste no fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de terraplenagem, drenagem pluvial, sinalização viária e pavimentação asfáltica da Rua Getúlio Vargas, Bairro Boehmerwald, com extensão total de 363,48 m e área total a ser pavimentada de 2.923,20 m<sup>2</sup>, conforme Memorial Descritivo, Projetos e de acordo com o Programa Juro Zero - BADESC CIDADES;

Considerando que o objeto acima descrito está conveniado

junto ao BADESC CIDADES pelo Programa Juro Zero - Contrato nº 2013030602;

Considerando a necessidade de readequação do projeto de drenagem pluvial para reaproveitamento de trechos de rede existentes e em boas condições de uso, e readequação da especificação do meio-fio e nível final de greide da via;

Diante do exposto, faz-se necessário aditar, suprimir e prorrogar a vigência do referido Contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º e Art. 57, parágrafo 1º inciso IV da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 24.639,96 (vinte e quatro mil seiscentos e trinta e nove reais e noventa e seis centavos).

Fica suprimido no Contrato o valor total de R\$ 39.124,22 (trinta e nove mil cento e vinte e quatro reais e vinte e dois centavos).

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 15 de fevereiro de 2015 e com término em 14 de abril de 2015.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 02 (dois) meses, a contar de 15 de março de 2015 e com término em 14 de maio de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 13 de fevereiro de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

SCHELIGA MONIA FOITT POLTRONIERI, como Engenheira Civil.  
CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 096/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 096/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 212/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, em 27 de JUNHO de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 186/2014 de 10 de JUNHO de 2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 212/2014 que consiste na prestação de serviços de monitoramento de alarme eletrônico para a Secretaria de Assistência Social, CAFI e CRAS de São Bento do Sul, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 186/2014.

Considerando a necessidade de inclusão do serviço de vigilância eletrônica nas dependências do CAFI Serra Alta, devido ao aumento de pequenos furtos e tentativa de pessoas não autorizadas para entrar no prédio, danificando assim o patrimônio com depredação de portas e janelas, faz-se necessário aditar o referido contrato com base na Cláusula Nona - Das Alterações e Art. 65, parágrafo 1 da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 249,00 (duzentos e quarenta e nove reais), sendo o valor de R\$ 83,00 (oitenta e três reais) mensal, para pagamentos conforme contrato original, referente ao período de 01 de abril de 2015 à 30 de junho de 2015.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 16 de março de 2015.

Ass: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

NEJE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, como Contratada.



**JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 120/2015****JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural conforme as ações descritas no Plano Anual de Trabalho em anexo, pelo período de Abril a Dezembro/2015.

II - Contratado: Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: a Dispensa de Licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Art. 24, Inciso XXX da Lei 8.666/93, e se justifica no plano de trabalho que tem por finalidade definir as ações do Escritório Municipal da Epagri no Município no exercício de 2015, focando os projetos prioritários, as atividades a serem desenvolvidas e metas a serem alcançadas, a necessidade de capacitação dos técnicos e de agricultores, dentre outros.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: Os serviços, objeto do contrato, só podem ser prestados pela empresa contratada, nas condições do plano de trabalho apresentado, portanto há inviabilidade de competição conforme Artigo 24, Inciso XXX da Lei 8.666/93.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 33.930,00, divididos em 09 (nove) parcelas de R\$ 3.770,00 é compatível com o praticado no mercado, para serviços similares de assessorias técnicas.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

LIRIO VOLPI

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 116, DE 29 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 116, de 29 de abril de 2015.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Bento do Sul-SC, nomeado pela Portaria n.º 7085, de 05 de janeiro de 2015, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10.º, Parágrafo Único da Lei Municipal n.º 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal n.º 702 de 03/12/1996;

Considerando o que determina o artigo 1º, § 1o, da Lei n.º 101 de 04 de maio de 2000;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam reajustados os valores das tabelas de tarifas de Água e Esgoto do SAMAE, de conformidade com os anexos: I, II, III, IV, V e VI, apensados, para as contas vencíveis a partir de 1º de junho de 2015.

São Bento do Sul, 29 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**ANEXO I**

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC.

ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº 116 DE 29/04/2015

**LIGAÇÕES DE ÁGUA**

Até 25 mm

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
À Vista	-	247,57
03 pgtos.	84,16	252,48
06 pgtos	42,72	256,32

**OBS.:**

1. Ligações com diâmetro acima de 25 mm será cobrado de acordo com orçamento prévio, conforme diâmetro a instalar.

**LIGAÇÕES DE ESGOTO:**

Até 100 mm

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
À Vista	-	165,05
03 pgtos.	56,09	168,28
06 pgtos.	28,47	170,81

**OBS.:**

1. Ligações com diâmetro acima de 100 mm será cobrado de acordo com orçamento prévio, conforme diâmetro a instalar.

2. O PAGAMENTO DA LIGAÇÃO DE ÁGUA OU DE ESGOTO SERÁ COBRADO NA PRIMEIRA FATURA DE TARIFA DE ÁGUA E OU ESGOTO.

São Bento do Sul, 29 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

## ANEXO II

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC  
ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº- 116 DE 29/04/2015

## TARIFAS DE ÁGUA

## CATEGORIA "A"

Residencial, Poderes Públicos e Pequenos Empreendimentos sem limitador de consumo.

## FAIXAS DE CONSUMO VALORES TARIFÁRIOS

Até 10m³	R\$ 26,49				
De 11 a 15m³	R\$ 26,49	+	R\$	3,77	p/m³ excedente de 10m³
De 16 a 20m³	R\$ 45,34	+	R\$	4,15	p/m³ excedente de 15m³
De 21 a 25m³	R\$ 66,09	+	R\$	4,29	p/m³ excedente de 20m³
De 26 a 50m³	R\$ 87,54	+	R\$	4,59	p/m³ excedente de 25m³
Acima de 50m³	R\$ 202,29	+	R\$	4,78	p/m³ excedente de 50m³

## CATEGORIA "B"

Comercial, Industrial.

## FAIXAS DE CONSUMO VALORES TARIFÁRIOS

Até 10m³	R\$ 48,13				
De 11 a 30m³	R\$ 48,13	+	R\$	6,11	p/m³ excedente de 10m³
De 31 a 100m³	R\$ 170,33	+	R\$	7,41	p/m³ excedente de 30m³
Acima de 100 m³	R\$ 689,03	+	R\$	8,41	p/m³ excedente de 100m³

## OBSERVAÇÕES:

1. A tarifa referente à prestação do serviço de esgoto sanitário corresponderá a 80% (oitenta por cento) do valor do consumo de água respectivo, ressalvado os consumidores com sistemas próprios de abastecimento de água, para os quais, na falta de condições de medição, será aplicado o sistema de estimativa de acordo com o modelo estabelecido pelo ANEXO IV.

2. Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições e similares, equiparam-se às da Categoria Comercial.

São Bento do Sul, 29 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

## ANEXO III

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC  
ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº- 116 DE 29/04/2015

OUTROS SERVIÇOS	VALOR
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA:	
- No cavalete por falta de pagamento..	R\$ 34,74
- No cavalete por falta de pagamento com lacre violado.....	R\$ 162,67

AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO:		
- Por solicitação do usuário, até ¾" ...	R\$	38,87
DESLIGAÇÃO:		
- Por solicitação do usuário - temporária (Art. 72, Inciso VII).....	R\$	34,74
- Por solicitação do usuário - definitiva .....	R\$	34,74
VISTORIA NA INSTALAÇÃO PREDIAL:		
- Por solicitação do usuário até 02 (dois) pavimentos.....	R\$	37,40
- Por solicitação do usuário por pavimento excedente a 02 (dois) .....	R\$	7,94
CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS:		
- Custo fixo de consumo até 15 (quinze) dias.....	R\$	360,14
- Custo fixo mensal período superior a 15 dias.....	R\$	611,33
CUSTO POR HORA DE MÃO-DE-OBRA:		
- De encanador .....	R\$	20,42
- De auxiliar .....	R\$	12,74
DESLOCAMENTO DO CAVALETE:		
* - Por solicitação do usuário..... (acrescido 5,00 por metro linear de pavimento no passeio e rua)	R\$	156,49
AVISO DE CORTE:		
- (Art.72, § 1º. Letra I, § 3) .....	R\$	2,44
EXPEDIENTE:		
- Emissão de 2ª. Via, extrato, alteração cadastral e outros .....	R\$	2,44
ANÁLISES DE ÁGUA:		
- Alcalinidade Total .....	R\$	7,56
- Alumínio Residual.....	R\$	35,68
- Bactérias Heterotróficas.....	R\$	25,54

## ANEXO III (continuação)

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC  
ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº- 116 DE 29/04/2015

- Cloretos .....	R\$	15,46
- Cloro Residual .....	R\$	12,38
- Coliformes Totais .....	R\$	30,14
- Cor Aparente.....	R\$	4,41
- Dureza Total.....	R\$	21,00
- Escherichia Coli.....	R\$	31,56
- Ferro Total.....	R\$	22,11
- Fluoreto.....	R\$	29,37
- Manganês.....	R\$	26,51
- Oxigênio Dissolvido.....	R\$	10,71
- pH....	R\$	6,32
- Temperatura.....	R\$	3,77
- Turbidez.....	R\$	5,04
ANÁLISES DE EFLUENTES:		
- Ácidos Voláteis .....	R\$	11,36
- Alcalinidade Total .....	R\$	11,36
- Cor Aparente.....	R\$	8,85
- DBO 5.....	R\$	48,00

- DQO.	R\$	35,36
- Nitrogênio Total.....	R\$	36,90
- Oxigênio Dissolvido.....	R\$	10,71
- pH....	R\$	6,32
- Sólidos Totais.....	R\$	27,80
- Sólidos Totais Voláteis.....	R\$	31,28
- Sólidos Totais Fixos.....	R\$	31,28
- Temperatura.....	R\$	3,77
- Turbidez.....	R\$	5,04
HORA TÉCNICA DE COLETA (Fora do Município):	R\$	14,01
DESLOCAMENTO PARA COLETA (Fora do Município, por km rodado):	R\$	1,12

## ANEXO III (continuação)

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC  
ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº- 116 DE 29/04/2015

HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO:		
* - (Valor das peças empregadas, mais taxas de aferição)	R\$	175,13
HIDRÔMETRO ROUBADO:		
* - .....	R\$	*
* PREÇO DO METRO DE TUBO EXCEDENTE, EMPREGADO EM LIGAÇÕES DE ÁGUA ATÉ 25mm (Art. 22)	R\$	2,45

\* Valor a ser cobrado conforme orçamento.

## ATUALIZAÇÃO DO PADRÃO DE LIGAÇÃO

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
À Vista	-	108,33
03 pgtos.	36,83	110,49
06 pgtos.	18,68	112,08

## DESLOCAMENTO DE CAVALETE

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
À Vista	-	156,49
03 pgtos.	53,21	159,63
06 pgtos.	27,01	162,06

São Bento do Sul, 29 de abril de 2015.  
OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

## ANEXO IV

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC  
ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº- 116 DE 29/04/2015

## SERVIÇO NÃO MEDIDO

CATEGORIA	CONSUMO ESTIMADO M3	VALOR R\$
RESIDENCIAL:		

R1	10	28,26
R2	20	88,87
R3	30	129,56
R4	40	224,89
COMERCIAL E PÚBLICA:		
C1	10	48,13
C2	30	177,74
INDUSTRIAL:		
I1	10	204,35
I2	50	386,60

R1 - Com área até 40m²  
R2 - Com área de 41 a 80 m²  
R3 - Com área de 81 a 120 m²  
R4 - Com área acima de 120 m²

C1 - Pequeno Comércio - Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos somente para fins higiênicos.  
C2 - Grande Comércio - Quando a água é utilizada em estabelecimentos comerciais ou públicos para outros fins que não somente os higiênicos.  
I1 - Pequena Indústria - Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais somente para fins higiênicos.  
I2 - Grande Indústria - Quando a água é utilizada em estabelecimentos industriais para outros fins que não somente os higiênicos.

São Bento do Sul, 29 de abril de 2015.  
OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente  
ANEXO V

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC  
ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº- 116 DE 29/04/2015

ÍTEM	MULTAS	VALOR (R\$)
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto..	162,67
02	Ligações clandestinas .....	325,09
03	Violação ou retirada de hidrômetros ou limitador de consumo.....	216,65
04	Interconexão da instalação predial com canalização de água de outra procedência .....	583,62
05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia .....	162,67
06	Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial .....	162,67
07	Lançamento de água pluviais na instalação de esgotos do prédio....	325,01
08	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio .....	1.192,71
09	Início de obras de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE .....	1.192,71
10	Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamento ou conjunto de edificações, sem prévia autorização do SAMAE .....	1.192,71

11	Inobservância das normas e/ou instalações do SAMAE na execução de obras e serviços de água e esgoto .....	477,11
----	---	--------

São Bento do Sul, 29 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

ANEXO VI

SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL/SC.  
ANEXO DA PORTARIA/SAMAE/SBS Nº- 116 DE 29/04/2015

TARIFA SOCIAL

FAIXAS DE CONSUMO VALORES TARIFÁRIOS

Até 10m³ .....	R\$ 8,83				
De 11 a 20m³ .....	R\$ 8,83	+	R\$	2,42	p/m³ excedente de 10m³
De 21 a 25m³ .....	R\$ 33,03	+	R\$	4,29	p/m³ excedente de 20m³
De 26 a 50m³ .....	R\$ 54,48	+	R\$	4,59	p/m³ excedente de 25m³
Acima de 50m³ .....	R\$ 169,23	+	R\$	4,78	p/m³ excedente de 50m³

Obs: As condições para enquadramento na tarifa social estão contidas na lei municipal nº 738 de 14 de novembro de 2003.

São Bento do Sul, 29 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS  
Diretor Presidente

## São Carlos

### PREFEITURA

#### AVISO N.49/2015 - CONVITE

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Aviso de Licitação  
Processo Adm. Nº.49/2015  
Edital:Convite p/compras e serv.- N.49/2015.

Tipo : Menor preço

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES AO INSS Entrega dos Envelopes:08:00hrs -dia 12 de maio de 2015.Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 12 de maio de 2015.O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Demetrio Lorenz, 747, nos dias úteis, das Segunda/ Sexta, horário de expediente, fone 014 493325.3000. São Carlos, 29 de abril de 2015-CLEOMAR WEBER KUHN-Prefeito Municipal

#### AVISO N.50/2015 - PREGÃO

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Adm. Nº.50/215  
Edital:PREGÃO PRESENCIAL REG. DE PREÇOS nº50/2015

Tipo : Menor preço

Objeto:AQUISIÇÃO DE SEMEN BOVINO-MANUT PROGRAMA VALE SEMEN

Entrega dos Envelopes:08:00 horas -dia 14 de maio de 2015  
Abertura dos Envelopes:08:00 horas- dia 14 de maio de 2015.  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:  
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000  
SAO CARLOS,29 de abril de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
Prefeito Municipal

#### EXT ATA REG PREÇOS N.21/2015

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.:021/2015  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:BRITADOR KNAPP LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO - BRITA-PO DE BRITA  
E CONCRETO USINADO  
Valor ..... :R\$83.100,00  
PROCESSOPREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 45/2015  
Vigência ..... : Orçamento vigente  
SAO CARLOS,28 DE ABRIL DE 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXT ATA REG PREÇOS N.22/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.:022/2015  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:CONCRETOS E PROJETOS LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO - BRITA-PO DE BRITA E CONCRETO USINADO  
Valor ..... :R\$187.650,00  
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 45/2015  
Vigência ..... : Orçamento vigente  
SAO CARLOS,28 DE ABRIL DE 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXT ATA REG PREÇOS N.23/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
T Compo Nº.:023/2015  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada...:PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAV LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIVERSO - BRITA-PO DE BRITA E CONCRETO USINADO  
Valor ..... :R\$29.500,00  
PROCESSO:PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N. 45/2015  
Vigência ..... : Orçamento vigente  
SAO CARLOS,28 DE ABRIL DE 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

**NA PROC 11/2015-FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS  
CNPJ: 11.553.540/0001-19  
RUA CONCORDIA N.100  
C.E.P.: 89855-000 -São Carlos -SC  
PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 11/2015 -PR Processo Administrativo:11/2015  
Processo de Licitação: 11/2015  
Data do Processo: 09/04/2015  
Objeto: CONTRATAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DA SAÚDE - MÉDICO PSF P/UNIDADE DE SAÚDE -PRATAS  
Motivo: NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 3 / 2015  
LICITAÇÃO DESERTA  
São Carlos, 27 de Abril de 2015  
Cleomar W Kuhn -Gestor do Fundo

**São Domingos****PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 055/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 055/2015  
PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 018/2015

O Pregoeiro Oficial do Município TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 13 de maio de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 24 de abril de 2015.  
FLAVIO CELESTE LORENZI - PREGOEIRO OFICIAL



# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 14/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 14/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Industria e Esquadrias Feilfer- ME

ORIGEM: Processo Administrativo nº 64/2015

OBJETO: Serviço de Reforma dos aparelhos de ginástica e academia ao ar livre do parque poliesportivo de São João do Oeste.

VALOR: R\$ 5.990,00

VIGÊNCIA: 24.04.2015 até 27.04.2015

São João do Oeste - 24 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO Nº 33/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 2º TA AO CONTRATO Nº 33/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Darcisio Pedro Sehn - Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 54/2013

OBJETO: Supressão de quilometragem no trajeto de Transporte Escolar conforme prevê lei 8.666./93.

VALOR: R\$ 2.190,15

VIGÊNCIA: 13.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 13 de Abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO 4º TA AO CONTRATO Nº 70/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO 4º TA AO CONTRATO nº 70/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Gaia Rodovias- Ltda

ORIGEM: Concorrência Nº 03/2014

OBJETO: Aditivo de prazo na implantação de infra-estrutura e pavimentação asfáltica da estrada de acesso ao parque de águas termas no interior de São do Oeste, com área aproximada de 8.041,44 M², conforme lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 30.04.2015 até 30.09.2015

São João do Oeste - 24 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO 12/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO 12/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Laboratório de Análises Clínicas Laboratório Castanheda Ltda.

ORIGEM: Credenciamento Público nº. 006/2014.

OBJETO: Prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços de Saúde - exames laboratoriais e coleta de material para envio ao LACEN.

VIGÊNCIA: 27.03.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 27 de Março de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2014

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager-Me

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 05/2015

OBJETO: Transporte de Passageiros para roteiros a ser definidos pelo CRAS.

VALOR: R\$ 8.725,00

VIGÊNCIA: 02.03.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 02 março de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/20

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Teresinha Sehn Dilkin-MEI

ORIGEM: Pregão Presencial nº 008/2015

OBJETO: Serviços de sonorização de eventos oficiais, com apresentações folclóricas e culturais, integração dos grupos da terceira idade.

VALOR: R\$ 7.350,00

VIGÊNCIA: 05.03.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 05 de Março de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2014.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2014.

PARTES: Município de São João do Oeste e Instituto de Assistência e Educação São João.

ORIGEM: Processo Licitatório nº 30/2014

OBJETO: Compra de medicamentos, aditivo conforme prevê lei 8.666/93

VIGÊNCIA: 10.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - 10 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ADIÇÃO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ADIÇÃO DE VALOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Rogério Luis Delavy-Me

ORIGEM: PROCESSO 29/2015

OBJETO: Serviço de Escavadeira Hidráulica aditivado conforme prevê lei 8.666/93

VIGÊNCIA: 27.04.2015 até 31.12.2015

VALOR ADITADO: 3.112,50

São João do Oeste - 27 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Comércio de Bebidas Grasel- Ltda

ORIGEM: Ata de Registro de Preços nº 003/2015

OBJETO: Reequilíbrio financeiro do Gás GPL-P45.

VALOR: R\$ 1.350,00

VIGÊNCIA: 08.04.2015 até 31.12.2015

São João do Oeste - Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

**EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2015 DO CONTRATO Nº 011/2014**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2015 DO CONTRATO Nº 011/2014

PARTES: Município de São João do Oeste e T.O.S Obras e Serviços Ambientais- Ltda

ORIGEM: Contrato Nº 011/2014

OBJETO: Serviço de coleta de lixo, reajuste de valor conforme prevê lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 10.04.2015 até 31.12.2015

VALOR: 462,00

São João do Oeste - 10 de Abril de 2015

Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal.

**TERMO DE CONVÊNIO Nº. 005/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE - EXTRATO DE CONVÊNIO

ESPÉCIE: Termo de Convênio nº. 005/2015. CONVENIENTES: Município de São João do Oeste e o Município de Itapiranga. OBJETO: O presente convênio tem por objetivo o repasse de recursos materiais e financeiros para a manutenção e consecução de serviços prestados pelo PREV-cidade, (nos termos do acordo de cooperação técnico/financeira firmado entre o Município de Itapiranga e o Instituto Nacional do Seguro Social), desta forma também possibilitando o acesso às informações e à prestação de serviços oferecidos pela Previdência Social aos munícipes de São João do Oeste, para que os mesmos não mais necessitem se deslocar até a cidade de São Miguel do Oeste para efetivação de tais serviços. VALOR: Para execução do presente o CONVENIENTE repassará a importância de 08 (oito) parcelas mensais de R\$ 1.650,00, (mil seiscentos e cinquenta reais) e uma parcela de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) somando o total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a serem liquidadas sempre até último dia útil do mês de competência. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Órgão: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO. Unidade Orçamentária: 03.01 - Depto de Administração, Finanças e Planejamento. Projeto Atividade: 2.010 - Contribuições a Municípios. Modalidade de Aplicação: 3.3.40.00.00.00.00.00.0000 - Transferências a Municípios. Lei Municipal nº. 1.626/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2015, e sua vigência a contar da data da assinatura do presente convênio. DATA: São João do Oeste, 24 de Abril de 2015. SIGNATÁRIOS: Sérgio Luís Theisen - Prefeito Municipal de São João do Oeste e Milton Simon - Prefeito do Município de Itapiranga.

Visto Jurídico: Moacir Biasi - 17.930-B - Município

**São João do Sul****PREFEITURA****DECRETO Nº 029 DE 13 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 029 DE 13 DE ABRIL DE 2015

"Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação de São João do Sul - SC e dá outras providências".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V, artigo 55 da Lei Orgânica do Município c/c art. 4º da Lei Municipal nº 1305, de 20 de dezembro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para o Conselho Municipal de Educação de São João do Sul - SC, abaixo relacionados:

I- Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Claudio Junior Lima da Rocha

Suplente: Vanessa Scandolara Magnus

II- Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais

Titular: Nilsilene Aparecida Borges

Suplente: João Batista Cardoso

III- Representantes dos Professores da Rede Municipal de Educação Infantil

Titular: Maria Helena Scheffer Domingos

Suplente: Nelci da Silva Lummertz

IV- Representantes dos Professores da Rede Municipal do Ensino Fundamental

Titular: Nilda Francisco de Oliveira

Suplente: Zaneide Matos Clezar

V- Representantes dos Professores da Rede Estadual

Titular: Lucia Guilherme Trombim Roxo

Suplente: Marta Ione Silva Matos

VI- Representantes das Associações de Pais e Professores (APPs) do Município

Titular: Esilanio Mariano da Silva

Suplente: Francieli da Silva Matos Bauer

VII- Representantes dos profissionais da Escola de Ensino Especial (APAE)

Titular: Edilene dos Santos

Suplente: Maria Claudia Maciel

Art. 2º - Definido em eleição entre os representantes, o Presidente do Conselho o senhor Claudio Junior Lima da Rocha e Vice-Presidente a senhora Nilda Francisco de Oliveira.

Art. 3º - O Exercício da função de Conselheiro será gratuito, constituindo-se de serviço público relevante.

Art. 4º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
13 de abril de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº. 058 DE 04 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 059 DE 04 DE MARÇO DE 2015  
"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Atribuir exercício aos Auxiliares Administrativos Escolares e Auxiliares de Ensino, abaixo relacionadas, no período de 23 de fevereiro de 2015 a 30 de dezembro de 2015:

01- ADRIANA DOS SANTOS LOPES DA ROSA, auxiliar de Ensino no CEI. Paraíso da Criança São João do Sul;

02 - ALEXANDRA CARDOSO DA SILVA, auxiliar Administrativo Escolar, na EEB. Vila Velha II em Vila Conceição;

03 - CLAMILTA BAUER BORBA DOS SANTOS, auxiliar de Ensino, no CEI. Paraíso da Criança - São João do Sul;

04 - CLAUDIO JÚNIOR LIMA DA ROCHA, auxiliar Administrativo Escolar, no CEJA Vereadora Rita Quadros;

05 - MARCIA ADRIANE LUMMERTZ MACHADO, auxiliar de Ensino, no CEI. Paraíso da Criança - São João do Sul;

06 - PATRÍCIA ROCHA DA SILVA, auxiliar Administrativo Escolar, no CEI Paraíso da Criança;

07 - VANESSA SCANDOLARA MAGNUS, auxiliar Administrativo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
04 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

#### **DECRETO Nº 031 DE 27 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 031 DE 27 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia os membros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o previsto no §1º, inciso IV e no §2º do Artigo 24 da Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007 e Lei Municipal nº. 1.433, de 17 de dezembro de 2007, resolve:

#### **DECRETAR:**

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB- Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, para o mandato de 12 de fevereiro de 2015 a 11 de fevereiro de 2017, composto pelos membros:

I- Representantes do Poder Executivo Municipal  
Titular: Eliane dos Santos Schinaider  
Suplente: Edson Borba Martins

II- Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
Titular: Vanessa Scandolara Magnus  
Suplente: Solange Maria Sala Brocca

III- Representantes dos Professores da Educação Básica Pública Municipal  
Titular: Marilane de Souza Colares  
Suplente: Simoni Pereira Lummertz

IV- Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais  
Titular: Nilsilene A. Borges  
Suplente: João Batista Cardoso

V- Representantes dos Servidores Técnico Administrativos das Escolas Básicas públicas  
Titular: Alexandra Cardoso  
Suplente: Patricia Rocha da Silva

VI- Representantes dos Pais de alunos da Educação Básica Pública Municipal  
Titular: Maíra Scariot Bianchini Pereira  
Suplente: Clamilta Bauer Borba Ramos  
Titular: Quelem Bendo Henrique Magnus  
Suplente: Adriana dos Santos Lopes da Rosa

VII- Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública Municipal  
Titular: Adoir Peres Bauer  
Suplente: Ingrid Sbardelotto  
Titular: Simone de Jesus do Amaral  
Suplente: Juliano Muller

VIII- Representantes dos Servidores das Escolas Básicas Públicas Municipais  
Titular: Jean Carlos Laureano  
Suplente: Claudio Junior Lima da Rocha

IX- Representantes do Conselho Municipal de Educação  
Titular: Zaneide Matos Clezar  
Suplente: Maria Claudia Maciel

X - Representantes do Conselho Tutelar  
Titular: Sandra Alexandre  
Suplente: Sabrina Aparecida Delfino

Art. 2º - Definido em eleição entre os representantes, o Presidente do Conselho a senhora Simoni Pereira Lummertz e Vice-Presidente o senhor Claudio Junior Lima da Rocha.

Art. 3º - O Exercício da função de Conselheiro será sem ônus ao Município.

Art. 4º - Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12 de fevereiro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
27 de abril de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 23 DE 26 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 23 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA O ART. 2º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 108, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014, QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A EQUIPE TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no inciso V, Art. 55, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com as diretrizes do Ministério da Educação - MEC;

DECRETA:

Art. 1º - O Art. 2º do Decreto nº 108 de 06 de outubro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Ficam nomeados os membros para compor a Equipe Técnica para conduzir os trabalhos de Elaboração do Plano Municipal de Educação, com os seguintes membros:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação  
Eliane Maciel da Silva  
Cláudio Júnior Lima da Rocha  
Vanessa Scandolaro Magnus

II - Representante da Secretaria Municipal de Finanças:  
Edson Borba Martins

III - Representante da Secretaria Municipal de Saúde:  
Anelise Espindola Scheffer

IV - Representante da Câmara Municipal de Vereadores de São João do Sul:  
Ronivon Santos de Matos

V - Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:  
Edilene dos Santos

VI - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:  
Quéli Sala Brocca

VII - Representante da Escola de Educação Básica Professora Maria Solange Lopes de Borba:  
Viviane Correia Teixeira".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 26 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e Registrado nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

### **DECRETO Nº 24 DE 26 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 24 DE 26 DE MARÇO DE 2015

"Abre crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul e dá outras providências".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1.748 de 25 de março de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com as seguintes classificações:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0127.2024 - Manutenção das Ações Básicas de Saúde e Equipes de Programas de Saúde Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0085 - Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Para cobertura das dotações do artigo primeiro serão anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

0401 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

04.123.0123.2005 - Manutenção da Secretaria de Finanças

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

0901 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

26.782.0135.2051 - Manutenção da Rede Viária Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00

TOTAL ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
26 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

### **DECRETO Nº. 019 DE 11 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº. 019 DE 11 DE MARÇO DE 2015.

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.279, de 31 de agosto de 2005, que concede auxílio financeiro para custear despesas com transporte escolar, a estudantes de cursos profissionalizantes/pós médio e de nível superior, e dá outras providências.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº. 1.279, de 31 de agosto de 2005;

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a concessão de auxílio financeiro a



estudantes residentes no Município de São João do Sul que frequentam cursos de Ensino Profissionalizante/Pós-Médio e de Nível Superior, fora do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº. 1.279, de 31 de agosto de 2005, para custeio de despesas com transporte escolar, sendo que o valor mensal do benefício, por aluno, para os meses de março, abril, maio, junho de 2015, será distribuído da seguinte forma:

§1º - 50% (cinquenta por cento) da despesa com transporte escolar, para alunos que frequentam Cursos Superiores, ministrados regularmente ou em regime especial.

§2º - 50 % (cinquenta por cento) da despesa com transporte escolar, para os alunos que frequentam os Cursos Profissionalizantes/Pós-Médio.

Art. 2º - Deverá ser entregue na Prefeitura uma Declaração prestada pela pessoa física ou jurídica que realiza os serviços de fretamento, especificando o turno que é efetuado o serviço, o destino, o valor cobrado por 01 dia, 02 dias, 03 dias, 04 dias, 05 dias ou 06 dias de fretamento.

Parágrafo Único - A referida Declaração deverá ser assinada pelo responsável legal do prestador dos serviços, com assinatura reconhecida em Cartório.

Art. 3º - Para ser beneficiário do auxílio de que trata o presente Decreto, o aluno deverá residir no Município de São João do Sul, utilizar veículo fretado exclusivamente para este fim e frequentar cursos de Ensino Profissionalizante/Pós-Médio e de Nível Superior, fora do Município. Esta informação será comprovada mediante apresentação de atestado de matrícula por aluno, emitido pela Instituição de Ensino, que deverá ser anexado na planilha do mês de março de 2015. Posteriormente, na planilha do mês de abril de 2015, serão anexados os atestados de frequência por aluno, emitido pela Instituição de Ensino.

Art. 4º - Para cada fretamento deverá ser indicado um aluno responsável, que mensalmente receberá os recursos em nome de todos os colegas. Este manterá uma planilha mensal, atualizada com o nome de todos os alunos que utilizam o transporte escolar.

Art. 5º - A Planilha Mensal de que trata os Arts. 3º e 4º deverá indicar os alunos beneficiários, a pessoa física ou jurídica contratada para este fim, a instituição de ensino, o custo mensal do transporte por aluno, o valor a ser recebido do Município, o mês de referência e deve estar assinada por todos os alunos beneficiários, pelo Secretário Municipal de Educação e pelo Servidor Municipal responsável pelo recebimento e controle das planilhas, ficando estes responsáveis pela veracidade das informações. Tal Planilha deverá ser entregue mensalmente na Prefeitura até o dia 25 de cada mês de referência do auxílio, ou próximo dia útil, quando o dia 25 for sábado, domingo ou feriado. Posteriormente até o dia 28 de cada mês também de referência do auxílio, ou próximo dia útil, quando o dia 28 for sábado, domingo ou feriado, o aluno responsável deverá entregar na Prefeitura a nota fiscal que expresse o valor total do fretamento, ou seja, o 100% do valor pago pelo transporte, a fim de que seja possível comprovar os valores constantes na planilha.

Art. 6º - Os valores do auxílio de que trata o presente Decreto serão pagos pelo Município até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao de referência na planilha mensal.

Art. 7º - Para cobertura das despesas decorrentes deste Decreto, serão utilizadas dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

em 11 de março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em exercício

Publicado e registrado nesta Secretaria aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

## **EDITAL N.º 001/2015 - CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL**

EDITAL N.º 001/2015 - CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de São João do Sul-SC torna público o Processo de Escolha Unificado para membros do Conselho Tutelar para quadriênio 2016/2019, de acordo com o art. 139 da Lei n.º 8.069/90 (ECA), com a Lei n.º 12.696/2012, a Resoluções n.º 139/2010 alterada pela Resolução n.º 170/2014, e a Resolução n.º 152, todas do CONANDA, a Lei Municipal n.º 1.749, de 25 de março de 2015, a Resolução n.º 001/2015 do CMDCA e a Lei Orgânica Municipal, sendo realizado sob a responsabilidade deste e a fiscalização do Ministério Público da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

### **1. DO CARGO E DAS VAGAS**

1.1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas 05 (cinco) vagas para conselheiros tutelares titulares, ficando todos os demais candidatos aprovados, classificados como suplentes, ressalvado que o processo de escolha ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados, podendo ser prorrogado o prazo de inscrição para cumprimento desta norma.

1.2. Os 05 (cinco) candidatos mais votados e aprovados serão os Conselheiros Tutelares eleitos e, assumirão efetivamente o cargo de Conselheiros Tutelares durante o período de 04 (quatro) anos.

### **2. DA REMUNERAÇÃO, DE CARGA HORÁRIA E DO MANDATO**

2.1. O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante, e a remuneração conforme a Lei Municipal n.º 1749/2015, corresponde:

I - Vencimento de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) com reajuste na mesma data e no mesmo percentual em que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - Gratificação natalina;

III - Férias anuais remuneradas acrescidas do terço constitucional;

IV - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Social;

V - Licença-maternidade;

VI - Licença-paternidade;

VII - Licença por falecimento de cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filho, enteados, irmãos, avós e netos, pelo período de 05 (cinco) dias;

VIII - Licença para tratamento de saúde.

2.2. O servidor público municipal que vier exercer mandato de Conselheiro Tutelar ficará licenciado do seu cargo, emprego ou função, podendo, entretanto optar pela respectiva remuneração, uma vez que a função, de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva.

2.3. O tempo de serviço prestado no exercício do mandato de Conselheiro Tutelar será computado para todos os efeitos legais.

2.4. Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como, aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, onde cada membro deve cumprir 24 (vinte e quatro) horas corridas, a cada 05 (cinco) dias, sendo vedado qualquer tratamento desigual, o que não impede divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de



suas atividades.

2.5. O mandato dos Conselheiros Tutelares eleitos no presente pleito será exercido por 04 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições para a Candidatura a Conselheiro Tutelar será feita no período de 06/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, das 8h:00min às 12h:00min e das 13h:00min às 17h:00min, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, localizada na Rua Anselmo Borba, n. 574, centro, telefone (48) 35390230, São João do Sul/SC. (Secretaria Municipal de Assistência Social).

3.2. Poderão submeter-se à eleição os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato de inscrição:

I - Idoneidade moral, comprovada por meio de Certidão de Antecedentes para Fins Criminais (disponível no site: [www.tjsc.jus.br/certidoes](http://www.tjsc.jus.br/certidoes)) e Certidão emitida pelo Delegado de Polícia local, afirmando que o candidato não é indiciado em nenhum Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município de São João do Sul há no mínimo 02 (dois) anos;

IV - possuir Ensino Médio Completo, mediante a apresentação de certificado de conclusão do curso;

V - Possuir Carteira Nacional de Habilitação - CNH - Categoria "B", podendo ser postergada a comprovação de habilitação para o ato da posse;

VI - Estar no gozo de seus direitos políticos;

VII - Submeter-se a 01 (uma) sessão psicológica (entrevista) de caráter eliminatório.

VIII - Assinar Termo de Compromisso do Anexo III, assumindo a responsabilidade quanto ao cumprimento do horário de funcionamento e de Plantão do Conselho Tutelar.

3.2.1. O candidato no ato da inscrição deverá trazer:

I - Ficha de Inscrição, devidamente preenchida e assinada, conforme modelo do Anexo II, deste edital;

II - Fotocópia do CPF e do RG;

III - Comprovante de residência atualizado;

IV - Comprovante do nível de escolaridade exigido;

V - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais e Certidão emitida pelo Delegado de Polícia, afirmando que o candidato não é indiciado em nenhum Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado;

VI - Fotocópia do Título de Eleitor e Certidão de quitação Eleitoral;

VII - Fotocópia do Certificado de Reservista para os candidatos do sexo masculino;

VIII - Fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação, para aqueles que já a possuírem, de acordo com alínea "V" do item 3.2.

3.2.2. Além dos documentos comprobatórios das condições acima estabelecidas no item 3.1, serão exigidos outros documentos pelo Setor de Recursos Humanos para contratação que deverão ser entregues no ato da convocação.

3.2.3. Concluído o prazo de inscrição, será publicado Edital no mural da sede do CMDCA e no sítio eletrônico do Município de São João do Sul: [saojoaodosul.sc.gov.br](http://saojoaodosul.sc.gov.br), contendo a relação dos inscritos, cabendo impugnações, que poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção dos direitos de crianças e adolescentes, no prazo de 05 (cinco) dias a partir da publicação, o qual será processada de acordo com as normas previstas neste Edital e na Lei n.º 1.749 de 25 de março de 2015.

3.2.4. No mesmo prazo, será dado vista ao Promotor de Justiça da Comarca, de todos os requerimentos de inscrição, para os fins do art. 139 da Lei Federal n.º 8.069/90.

3.2.5. Havendo impugnação, o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias.

3.2.6. A Comissão Especial encarregada de realizar o processo de escolha decidirá sobre o mérito, no prazo de 03 (três) dias,

podendo, se necessário, ouvir as testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documento e a realização de outras diligências. Dessa decisão, publicar-se-á em murais públicos do Município e caberá recurso à Plenária do CMDA.

3.2.7. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o CMDCA publicará edital no mural da sede do CMDCA e no sítio eletrônico do Município de São João do Sul: [saojoaodosul.sc.gov.br](http://saojoaodosul.sc.gov.br), com os nomes dos habilitados a participarem do processo eleitoral.

3.3. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

3.4. No requerimento de inscrição por procuração deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, relacionados acima, o instrumento de procuração com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.5. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.6. O servidor público municipal que pretender se inscrever candidato ao Conselho Tutelar deverá comprovar, até a inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.7. O conselheiro titular, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

3.8. O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, terá como consequência a nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como serão nulos todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.9. Nenhuma inscrição será admitida fora do período estabelecido no Anexo I.

### 4. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

4.1. O Processo de Escolha de que trata este Edital será realizado em 02 (duas) etapas, sendo:

Primeira etapa - Sessão Psicológica;

Segunda etapa - Eleição dos candidatos, de forma direta e facultativa.

### 5. DA PRIMEIRA ETAPA - DA PROVA PSICOLÓGICA

5.1. Os candidatos com inscrição deferida passarão por uma avaliação psicológica, de caráter eliminatório, que os declararão aptos ou não a seguir no processo de seleção, a realizar-se no dia 27/07/2015 na Secretaria Municipal de Assistência Social, no horário compreendido das 08h:30min às 11h:30min e das 13h:00min às 17h:00min, segundo ordem de inscrição deferida e para cujas sessões (horários) serão os candidatos previamente convocados.

5.2. O profissional que fará a avaliação psicológica não pertence ao quadro de servidores do Município.

5.3. O resultado da prova psicológica será fornecido diretamente ao candidato no dia 30/07/2015, que terá a obrigação de assinar Termo de ciência das normas estabelecidas neste edital sobre a etapa restante do processo eleitoral.

### 6. DA SEGUNDA ETAPA - DO REGISTRO DAS CANDIDATURAS E DO PLEITO:

6.1. A candidatura será individual, não sendo admitida a composição de chapas e, cada eleitor apto a participar do processo poderá votar em apenas 01 (um) dos candidatos.

6.2. O CMDCA publicará no Mural da sua sede e no sítio eletrônico oficial as candidaturas registradas.

6.3. Cada candidato poderá credenciar na sede do CMDCA, por meio de requerimento escrito, até 1 (um) fiscal para acompanhar processo de eleição e apuração, no ato de registro de sua candidatura.

### 7. DA PROPAGANDA ELEITORAL

7.1. No processo de escolha do Conselho Tutelar é vedado ao

candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

7.2. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

7.3. Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

7.4. Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

7.5. Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, o oferecimento ou a promessa de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, mediante apoio para candidaturas.

7.6. Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

7.7. É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, ou quaisquer outros tipos de mídia eletrônica, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

7.8. Fica proibida a realização de debates nos três dias que antecedem a eleição.

7.9. É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

7.10. No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

7.11. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

7.12. Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

7.13. Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

7.14. Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul, no prazo de 05 (cinco) dias.

7.15. O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul.

7.16. É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

7.17. É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedada aos mesmos, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

## 8. DA ELEIÇÃO

8.1. A eleição será realizada no dia 04/10/2015, no horário de 9h:00min às 16h:00min (horário de Brasília), na Escola de Educação Básica Professora Maria Solange Lopes de Borba, localizada na Rua Jaime Grundler, n.º 468, Bairro Centro, desta cidade.

8.2. A eleição será divulgada pela Comissão Eleitoral.

8.3. No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

8.4. O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, o título de eleitor, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

8.5. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

8.6. A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

8.7. A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados pelo mesmo, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

8.8. O eleitor votará uma única vez em 01 (um) candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

8.9. O sigilo do voto é assegurado mediante isolamento do eleitor em cabine apenas para efeito de votação do candidato.

8.10. A eleição será presidida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através da Comissão Eleitoral e fiscalizada pelo Promotor de Justiça da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC.

## 9. DA SEÇÃO ELEITORAL

9.1. Será instalado apenas 01 (um) local de votação, qual seja a Escola de Educação Básica Professora Maria Solange Lopes de Borba, localizada a Rua Jaime Grundler, n.º 468, centro, desta cidade.

## 10. DO VOTO

10.1. Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados junto ao Tribunal Regional Eleitoral que compõem as seções eleitorais do Município de São João do Sul, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público Estadual.

10.2. O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabine indevassável.

10.3. O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

## 11. DA CÉDULA OFICIAL

11.1. A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul/SC, com indicação do número e nome do candidato.

11.2. Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

11.3. O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

11.4. Constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número, na cabine indevassável.

## 12. DAS MESAS RECEPTORAS

12.1. A seção eleitoral corresponde a uma mesa receptora de votos.

12.2. Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outras pessoas escolhidas pela Comissão Eleitoral;

12.3. Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

12.4. O Primeiro Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda assinar a ata da eleição, e na falta ou impedimento destes, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

12.5. A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, juntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

12.6. Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:  
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

III - Proceder à apuração dos votos, através da contagem manual.

12.7. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

12.8. Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

a) Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

b) O cônjuge ou o (a) companheiro (a) do candidato;

c) As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

12.9. Não será permitido o acesso a cabine eleitoral, ao eleitor que estiver portando celulares, câmeras fotográficas ou afins.

### 13. DA APURAÇÃO

13.1. A apuração dar-se-á manualmente pela contagem, no próprio local de votação, através dos membros das Mesas Receptoras de Votos, com a presença do Ministério Público ou representante do mesmo e da Comissão Eleitoral.

13.2. Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público.

13.3. Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

13.4. Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

13.5. Serão considerados eleitos os 05 (cinco) primeiros candidatos mais votados, ficando os seguintes como suplentes, de acordo com o número de sufrágios recebidos.

13.6. Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato que obteve melhor desempenho na avaliação psicológica.

13.6.1. Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

### 14. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

14.1. O resultado preliminar da eleição será publicado imediatamente após a apuração, no dia 04/10/2015, no local de votação e sítio eletrônico oficial do Município no primeiro dia útil seguinte à realização da eleição, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de sufrágios recebidos.

14.2. Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul.

14.3. A posse dos 05 (cinco) primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será no dia 10/01/2016.

14.4. Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

14.5. Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul, sendo os suplentes também convidados a participar.

### 15. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

15.1. Ter cumprido integralmente todas as etapas do processo de eleição dos membros do Conselho Tutelar e preencher os requisitos constantes neste edital e na Lei n.º 1.749/2015.

15.2. Ter sido eleito Conselheiro Tutelar entre os 05 (cinco) candidatos mais votados e em caso de vacância do cargo, os suplentes serão convocados na ordem crescente de classificação.

15.3. Assinar o termo de posse e exercício de cargo.

### 16. DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei n.º 8.069/1990 e na Lei Municipal n.º 1.749/2015, sem prejuízo das demais leis afetas.

16.2. O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

16.3. A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência, apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

16.4. As datas e locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral constantes neste edital poderão sofrer alterações em casos especiais, o que será oportunamente publicado em novo edital.

16.5. Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul, sob a fiscalização do Ministério Público.

16.6. Após a posse, os candidatos eleitos deverão apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente um Plano de Trabalho para acompanhamento e integração das atividades do Conselho Tutelar.

16.7. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Sul.

16.8. É de inteira responsabilidade de o candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

16.9. O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

16.10. Os candidatos a conselheiros tutelares devem seguir os prazos constantes do Anexo I - Cronograma Referente ao Edital CMDCA n.º 01/2015.

16.11. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Sul, 31 de março de 2015.

Edilene dos Santos

Presidente do CMDCA/SJS

### ANEXO I

#### CRONOGRAMA REFERENTE AO EDITAL CMDCA nº 001/2015

ITEM	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	DATA
1.	Publicação do edital	Até 04/04/2015
2.	Prazo para as inscrições	06/04/2015 a 03/06/2015
3.	Análise das inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
4.	Publicação da relação dos candidatos	12/06/2015
5.	Impugnação de candidatura	13/06/2015 a 18/06/2015
6.	Notificação dos candidatos impugnados para defesa	22/06/2015 a 26/06/2015
7.	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	29/06/2015 a 03/07/2015
8.	Análise e decisão das impugnações	Até 08/07/2015
9.	Interposição de recurso	09/07/2015 a 13/07/2015
10.	Publicação da relação dos candidatos habilitados	17/07/2015
11.	Aplicação da Sessão Psicológica	27/07/2015
12.	Publicação da relação dos candidatos aprovados	30/07/2015
13.	Eleição	04/10/2015

14.	Divulgação do Resultado da Eleição	04/10/2015
15.	Posse dos eleitos	10/01/2016

## ANEXO II

## FICHA DE INSCRIÇÃO

Inscrição Nº: \_\_\_\_\_

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sexo: ( ) masculino ( ) feminino

Estado Civil: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Telefones: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento deste cadastro de inscrição, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos em anexo, certificando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital nº 001/2015, e todas as disposições nele contidas.

São João do Sul, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato (a)

Assinatura do Membro da Comissão Especial

## ANEXO III

## TERMO DE COMPROMISSO

Eu \_\_\_\_\_, cadastrado no

CPF: \_\_\_\_\_

(nacionalidade)

e RG: \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor:

\_\_\_\_\_, residente e domiciliado em/na \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ em São João do Sul - SC; Candidato a Conselheiro(a) Tutelar, sob o Número de Inscrição: \_\_\_\_\_ tenho ciência das obrigações e responsabilidades inerentes a função de Conselheiro(a) Tutelar de acordo com os Arts. 28, 29 e 54 da Lei Municipal nº 1.749, de 25 de março de 2015.

São João do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do candidato

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do RG n.º \_\_\_\_\_ e CPF n.º \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de São João do Sul, quadriênio 2016/2019, que resido no município de São João do Sul há mais de 02 (dois) anos, no seguinte endereço \_\_\_\_\_ n.º \_\_\_\_\_, Complemento \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

São João do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Candidato

**EDITAL N.º 002/2015 – CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL**

EDITAL N.º 002/2015 - CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR PARA O QUATRIÊNIO 2016/2019, VISANDO AO PROVIMENTO DE 05 CARGOS EFETIVOS E SUPLENTE DE CONSELHEIRO TUTELAR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de São João do Sul-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Considerando o recebimento do Ofício Recomendação n.º 0113/2015/PJ/SRS, de 06 de abril de 2015, oriundo do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, no sentido de excluir a exigência contida no Edital n.º 001, de 02 de abril de 2015, do candidato comprovar possuir Carteira Nacional de Habilitação, de qualquer categoria;

Considerando as orientações a respeito do assunto, contido no Guia de Orientações para o Processo de Escolha em data unificada dos membros dos Conselhos Tutelares, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e;

Considerando a necessidade de promover a correção em alguns itens do Edital de Abertura do processo de escolha unificado para membros do Conselho Tutelar de São João do Sul, torna públicas as seguintes retificações no Edital n.º 001/2015:

1. FICA RETIFICADO O ITEM 3.2., QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

3.2. Poderão submeter-se à eleição os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato de inscrição:

I - Idoneidade moral, comprovada por meio de Certidão de Antecedentes para Fins Criminais (disponível no site: [www.tjsc.jus.br/certidoes](http://www.tjsc.jus.br/certidoes)) e Certidão emitida pelo Delegado de Polícia local, afirmando que o candidato não é indiciado em nenhum Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado;

II - Idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - Residir no município de São João do Sul há no mínimo 02 (dois) anos;

IV - Possuir Ensino Médio Completo, mediante a apresentação de certificado de conclusão do curso;

V - Estar no gozo de seus direitos políticos;

VI - Submeter-se a 01 (uma) sessão psicológica (entrevista) de caráter eliminatório.

VII - Assinar Termo de Compromisso do Anexo III, assumindo a responsabilidade quanto ao cumprimento do horário de funcionamento e de Plantão do Conselho Tutelar.

2. FICA RETIFICADO O ITEM 3.2.1, QUE PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

3.2.1. O candidato no ato da inscrição deverá trazer:

I - Ficha de Inscrição, devidamente preenchida e assinada, conforme modelo do Anexo II, deste edital;



II - Fotocópia do CPF e do RG;  
III - Comprovante de residência atualizado;  
IV - Comprovante do nível de escolaridade exigido;  
V - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais e Certidão emitida pelo Delegado de Polícia, afirmando que o candidato não é indiciado em nenhum Inquérito Policial ou Termo Circunstanciado;  
VI - Fotocópia do Título de Eleitor e Certidão de quitação Eleitoral;  
VII - Fotocópia do Certificado de Reservista para os candidatos do sexo masculino;  
3. PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS DISPOSIÇÕES DO EDITAL N.º 001/2015, DO CMDCA DE SÃO JOÃO DO SUL.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São João do Sul, 07 de abril de 2015.  
Edilene dos Santos  
Presidente do CMDCA/SJS

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2015  
OBJETO: Prestação de serviços de desinsetização, desratização e limpeza e higienização de caixas d'água das escolas que compõe a rede de ensino do município de São João do Sul.  
CONTRATADO: MD CONTROLE DE PRAGAS LTDA - ME  
VIGÊNCIA: 09/03/2015 à 31/12/2015.  
VALOR: R\$ 10.800,00 - Total.  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 015/2015 - Carta Convite nº 005/2015 de 13/02/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2029 - 3.3.90.39.99.00.00.00.0080; 0501 - 12.365.0128.2032 - 3.3.90.39.99.00.00.00.0080.

São João do Sul, 09 de Março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2015  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.  
CONTRATADO: MARIA DO CARMO G. DA ROSA ME  
VIGÊNCIA: 09/03/2015 à 31/12/2015.  
VALOR: R\$ 33.534,96 - Total.  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2015 - Pregão Presencial nº 005/2015 de 20/02/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0051; 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0059; 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0061; 0801 - 08.244.0126.2016 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0080.

São João do Sul, 09 de Março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2015  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS.  
CONTRATADO: DOUTEL ALVES ME  
VIGÊNCIA: 09/03/2015 à 31/12/2015.  
VALOR: R\$ 19.573,10 - Total.  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2015 - Pregão Presencial nº 005/2015 de 20/02/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0051; 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0061.

São João do Sul, 09 de Março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2015  
OBJETO: Contratação de serviços especializados para ministrar as oficinas de capoeira junto ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos da secretaria municipal de assistência social, do município de São João do Sul/sc.  
CONTRATADO: EDER LEONARDO DA ROLT  
VIGÊNCIA: 10/03/2015 à 31/12/2015.  
VALOR: R\$ 5.848,00 - Total.  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 017/2015 - Carta Convite nº 006/2015 de 24/02/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.39.99.00.00.00.0059.

São João do Sul, 10 de Março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2015  
OBJETO: Contratação de serviços especializados para ministrar as oficinas de violão/coral junto aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos da secretaria municipal de assistência social, do município de São João do Sul/sc.  
CONTRATADO: TATIANA DOS SANTOS FAUSTINO  
VIGÊNCIA: 10/03/2015 à 31/12/2015.  
VALOR: R\$ 6.480,00 - Total.  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 017/2015 - Carta Convite nº 006/2015 de 24/02/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.36.99.00.00.00.0059.

São João do Sul, 10 de Março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSERÇÕES DE CHAMADAS EM RÁDIO COM ABRANGÊNCIA REGIONAL PARA PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL - SC.

CONTRATADO: MAMPITUBA FM STEREO LTDA

VIGÊNCIA: 10/03/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 4.005,00 - Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0401 - 04.123.0123.2005 - 3.3.90.39.88.00.00.00.0080.

São João do Sul, 10 de Março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2015

OBJETO: SERVIÇO DE COSTUREIRA PARA REALIZAÇÃO DA OFICINA DE COSTURA, NUM TOTAL DE 236 HORAS ANUAIS. (TRATA-SE DE UMA ATIVIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE OPORTUNIDADE PARA FAMÍLIAS BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. NA ÁREA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA).

CONTRATADO: MARIA DOS SANTOS DE MATOS

VIGÊNCIA: 13/03/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 5.664,00 - Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.36.99.00.00.00.0054.

São João do Sul, 13 de Março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (MATERIAL GRÁFICO) PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES E ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATADO: SUL GRÁFICA LTDA EPP

VIGÊNCIA: 16/03/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 41.245,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 020/2015 - Carta Convite nº 007/2015 de 27/02/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0301 - 04.122.0123.2004 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2004 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 0501 - 12.361.0128.2029 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0101; 0601 - 27.812.0130.2041 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0080; 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0054; 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0058; 0802 - 08.243.0125.2014 - 3.3.90.30.16.00.00.00.0080.

São João do Sul, 16 de Março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 050/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (LIMPEZA, COPAE COZINHA) PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS), ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, AGRICULTURA E EDUCAÇÃO (E. FUNDAMENTAL, E. INFANTIL, SECRETARIA).

CONTRATADO: MARIA DO CARMO G. DA ROSA ME

VIGÊNCIA: 19/03/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 6.950,34 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 022/2015 - Carta Convite nº 008/2015 de 05/03/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.11.00.00.00.3059 - 3.3.90.30.20.00.00.0051 - 3.3.90.30.21.00.00.00.3059 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0051 - 3.3.90.30.22.00.00.00.3059 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0051 - 3.3.90.30.28.00.00.00.3059; 0801 - 12.361.0128.2029 - 3.3.90.30.28.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.11.00.00.00.0101; 0801 - 12.361.0128.2031 - 3.3.90.30.28.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.11.00.00.00.0101; 0801 - 12.361.0128.2032 - 3.3.90.30.28.00.00.00.00101 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0101; 0301 - 04.122.0123.2004 - 3.3.90.30.28.00.00.00.3080 - 3.3.90.30.22.00.00.00.3080 - 3.3.90.30.21.00.00.00.3080 - 3.3.90.30.20.00.00.00.3080 - 3.3.90.30.11.00.00.00.3080; 0301 - 26.782.0135.2051 - 3.3.90.30.28.00.00.00.0080 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0080 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0080 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0080 - 3.3.90.30.11.00.00.00.0080; 0301 - 20.606.0133.2046 - 3.3.90.30.28.00.00.00.008 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0080 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0080 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0080 - 3.3.90.30.11.00.00.00.0080.

São João do Sul, 19 de Março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 051/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (LIMPEZA, COPAE COZINHA) PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CRAS E SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS), ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, AGRICULTURA E EDUCAÇÃO (E. FUNDAMENTAL, E. INFANTIL, SECRETARIA).

CONTRATADO: MERCADO KM 12 LTDA

VIGÊNCIA: 19/03/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 34.632,09 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 022/2015 - Carta Convite nº 008/2015 de 05/03/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0801 - 08.244.0125.2013 - 3.3.90.30.11.00.00.00.3059 - 3.3.90.30.20.00.00.0051 - 3.3.90.30.21.00.00.00.3059 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0051 - 3.3.90.30.22.00.00.00.3059 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0051 - 3.3.90.30.28.00.00.00.3059; 0801 - 12.361.0128.2029 - 3.3.90.30.28.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.11.00.00.00.0101; 0801 - 12.361.0128.2031 - 3.3.90.30.28.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0101

- 3.3.90.30.11.00.00.00.0101; 0801 - 12.361.0128.2032 -  
3.3.90.30.28.00.00.00.000101 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0101 -  
3.3.90.30.21.00.00.00.0101 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0101;  
0301 - 04.122.0123.2004 - 3.3.90.30.28.00.00.00.3080 -  
3.3.90.30.22.00.00.00.3080 - 3.3.90.30.21.00.00.00.3080  
- 3.3.90.30.20.00.00.00.3080 - 3.3.90.30.11.00.00.00.3080;  
0301 - 26.782.0135.2051 - 3.3.90.30.28.00.00.00.0080 -  
3.3.90.30.22.00.00.00.0080 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0080  
- 3.3.90.30.20.00.00.00.0080 - 3.3.90.30.11.00.00.00.0080;  
0301 - 20.606.0133.2046 - 3.3.90.30.28.00.00.00.008 -  
3.3.90.30.22.00.00.00.0080 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0080 -  
3.3.90.30.20.00.00.00.0080 - 3.3.90.30.11.00.00.00.0080.

São João do Sul, 19 de Março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 052/2015

OBJETO: Contratação de empresa para veiculação de anúncios e comunicados de atos institucionais em jornais e revistas de circulação regional, num total de 10.000 cm/coluna.

CONTRATADO: MULLER AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA

VIGÊNCIA: 20/03/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 78.100,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 024/2015 - Carta Convite nº 009/2015 de 10/03/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0401 - 04.123.0123.2005  
- 3.3.90.39.88.00.00.00.0080; 0501 - 12.361.0128.2031  
- 3.3.90.39.88.00.00.00.0080; 0601 - 20.606.0133.2046 -  
3.3.90.39.88.00.00.00.0080.

São João do Sul, 20 de Março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 053/2015

OBJETO: contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis automotivos (Óleo Diesel Comum e Arla) para abastecimento dos veículos oficiais da Frota Municipal de São João Sul/SC.

CONTRATADO: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 23/03/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 1.478,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 - Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0901 - 17.512.0135.2058 -  
3.3.90.30.01.00.00.00.0080.

São João do Sul, 23 de Março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 054/2015

OBJETO: contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis automotivos (Óleo Diesel Comum e Arla) para abastecimento dos veículos oficiais da Frota Municipal de São João Sul/SC.  
CONTRATADO: MARVI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA  
VIGÊNCIA: 23/03/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 1.478,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 - Pregão Presencial nº 033/2014 de 11/03/2014, Registro de Preços 007/2014 de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0901 - 17.512.0135.2058 -  
3.3.90.30.01.00.00.00.0080.

São João do Sul, 23 de Março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 055/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SECRETARIA, ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL).

CONTRATADO: MÓVEIS E ESQUADRIAS RAMOS LTDA ME

VIGÊNCIA: 26/03/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 23.762,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 025/2015 - Carta Convite nº 010/2015 de 10/03/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0901 - 12.365.0128.2032 -  
3.3.90.30.51.00.00.00.0080.

São João do Sul, 23 de Março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 056/2015

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 052/2014

OBJETO: reajuste de valor do Contrato, conforme IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) da Fundação Getúlio Vargas, no percentual de 3,8499% (três vírgula um quatro cinco um por cento).

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

VALOR: R\$ 8.679,69 - Total.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501 - 12.361.0128.2029  
- 3.3.90.39.11.00.00.00.0101; 0501 - 12.365.0128.2032 -  
3.3.90.39.11.00.00.00.0101.

São João do Sul, 01 de Abril de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 059/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 059/2015

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados de cessão de licenciamento de uso de sistema de gestão educacional, incluindo serviços de implantação, parametrização, treinamento e capacitação, manutenção e suporte técnico.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

VIGÊNCIA: 30/03/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 2.931,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Licitação Nº 030/2015 - Pregão Presencial Nº 008/2015 de 30/03/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0901 - 12.361.0128.2059 - 3.3.90.39.11.00.00.00.0101; 0701 - 12.361.0128.2059 - 3.3.90.39.08.00.00.00.0101.

São João do Sul, 30 de Março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 046/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 046/2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 006/2015

OBJETO: Ficam reajustados os valores unitários e totais dos itens 01 e 02, do presente contrato.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 080/2014 - Pregão Presencial nº 033/2014 - Registro de Preços nº 007/2014 de 11/11/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 13 de Março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeitura Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 057/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 057/2015

OBJETO: prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina-Epagri.

VIGÊNCIA: 01/04/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 32.649,93 - Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1001 - 20.606.0113.2046 - 3.3.90.39.99.00.00.00.0080

São João do Sul, 01 de Abril de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**LICITAÇÃO Nº 38/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 38/2015

Modalidade - Pregão Presencial nº 010/2015

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 15 min do dia 13/05/2015, com abertura dos envelopes prevista para as 08h 30 min do dia 13/05/2015. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo e-mail [licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br)

São João do Sul - SC, em 28 de Abril de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

**PORTARIA Nº 077 DE 31 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº 077 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em Exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c Art. 102 da Lei Complementar n.º 005 de 23 de dezembro de 2009 - Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público Municipal de São João do Sul - SC;

Considerando o recebimento nesta data de intimação judicial expedida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Santa Rosa do Sul, nos autos do Mandado de Segurança n.º 0300176-53.2015.8.24.0189.

RESOLVE:

Conceder Licença remunerada para Curso de Aperfeiçoamento e Especialização para o servidor ANSELMO TELES SABINO, ocupante do cargo efetivo de Professor, pelo prazo do requerimento, conforme Atestado de Matrícula no curso de Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC no Município de Florianópolis - SC, classificado no exame nacional de acesso 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, em 31 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 047 DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 047 DE 02 DE MARÇO DE 2015

"EXONERAR SERVIDOR A PEDIDO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido a servidora ANA PAULA DA SILVA TEIXEIRA, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Finanças, Nível DAS-3, contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 02 de março de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 048 DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 048 DE 02 DE MARÇO DE 2015

"EXONERAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Exonerar a servidora TAISE DOS SANTOS ALVES, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Administração, Nível DAS-3, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
02 de março de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 049 DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 049 DE 02 DE MARÇO DE 2015

"NOMEAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Nomear TAISE DOS SANTOS ALVES, para ocupar o cargo em comissão de Gerente de Finanças, Nível DAS-3, carga horária de 40 horas semanais, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
02 de março de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 050 DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 050 DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o § 5º art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para a Servidora CARLA LUISA TEIXEIRA BARCELLOS, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Contabilidade, da seguinte forma: de 02/03/2015 a 21/03/2015 gozo de férias, e de 22/03/2015 a 31/03/2015 abono pecuniário, referente ao período aquisitivo 2009/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
02 de março de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 051 DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 051 DE 02 DE MARÇO DE 2015

"DESIGNAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Designar a Servidora KEITI EUGÊNIO DE MATOS, ocupante do cargo de Chefe de Setor de Compras e Licitação, para exercer a função de Técnico em Contabilidade - CRC nº SC-038009/O-0, sem remuneração, no período de 02/03/2015 a 21/03/2015, em substituição a servidora Carla Luisa Teixeira Barcellos que se encontra de férias neste período.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
02 de março de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração



**PORTARIA Nº. 052 DE 03 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 052 DE 03 DE MARÇO DE 2015

"DESIGNAR SERVIDOR"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 55 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Designar o Servidor DANIEL RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer 20 horas semanais a função de Fiscal da Vigilância Sanitária do Município, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
03 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 053 DE 03 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 053 DE 03 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para o Servidor JONATAN OLIVEIRA BORGES, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor de Tributos, no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
03 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 054 DE 03 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 054 DE 03 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para o Servidor EDEVALDO SALA SCHEFFER ocupante do cargo em Secretário de Obras e Serviços, no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
03 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 055 DE 03 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 055 DE 03 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para a Servidora GEDI DA ROSA MATOS RAUPP, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
03 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 056 DE 04 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 056 DE 04 DE MARÇO DE 2015

"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Atribuir exercício aos Professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, abaixo relacionadas, de 23 de fevereiro de 2015 a 30 de dezembro de 2015:

01 - ALEXANDRA SCARIOT BENDO TEIXEIRA, na APAE - SAEDE de São João do Sul;

02 - ANSELMO TELES SABINO, na EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;

03 - FABRICIA DE JESUS RODRIGUES ALVES, na EEB. Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;

04 - IZOÉ DINORÁ RIBEIRO FIDELIS, na EEB. Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;

05 - JOÃO BATISTA SOARES, na EEF Quintiliano Joao Pacheco e na EEB Sertão do Piritu;



06 - JUCILENE DE SENA CRISTIANO, na EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;  
07 - JUCILÉIA CAMILO MORAIS SCANDOLARA, na EEB. Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;  
08 - LILIAN SOMBRIO, na EEB. Caetano Lummertz e EEB. Vila Velha II;  
09 - LUIZ CITADIN MARQUES, na EEB. Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;  
10 - LÚCIA TROMBIM G. ROXO, na EEF Quintiliano Joao Pacheco e na EEB Sertão do Piritu;  
11 - MARILENE CARDOSO CARLOS, no EEB. Vila Velha II -Vila Conceição;  
12 - MARIA BERNADETE DA ROSA, no EEB. Caetano Lummertz - Vila Santa Catarina;  
13 - MARIA DE FATIMA C. CHERUTI, na EEF. Prefeito Quintiliano Joao Pacheco e EEB Sertão do Piritu;  
14 - PATRICIA SANTANA DIAS, no EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;  
15 - QUETILANI DOS SANTOS CARVALHO, no EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;  
16 - ROSANGELA BAUER DOS S. CARDOSO, na EEF Quintiliano Joao Pacheco e na EEB Sertão do Piritu;  
17 - ROSA DUILIA TOMAZ , no EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;  
18 -RITA APARECIDA DA S. LAUREANO, na EEF Quintiliano Joao Pacheco e na EEB Sertão do Piritu;;  
19 - SABRINA DE SOUZA TEIXEIRA, no EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;  
20 - VALDETE FRAGA MAGNUS, na EEF Quintiliano Joao Pacheco e na EEB Sertão do Piritu;;  
21 - ZANEIDE DE MATOS CLEZAR, no EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;  
22 - ZANILDA TEREZINHA SCHEFFER MACHADO, na EEB. Vila Velha II - Vila Conceição.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
04 de março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº. 057 DE 04 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 057 DE 04 DE MARÇO DE 2015  
"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Atribuir exercício aos Professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, abaixo relacionadas, de 23 de fevereiro de 2015 a 30 de dezembro de 2015:

01 - ELIZANDRA PERDONÁ DONADEL, na CEI. Paraíso da Criança - São João do Sul;  
02 - FABIANA DA SILVA OLIVEIRA, no CEI. Paraíso da Criança - São João do Sul;  
03 - JOELMA S. LAUREANO DA SILVA, no CEI. Paraíso da Criança - São João do Sul;  
05 - MARIA HELENA SCHEFFER DOMINGOS, no Pré-Escolar Cirandinha da EEB. Vila Velha II - Vila Conceição;  
06 - MARIA JUCILENE DA SILVA, no CEI. Paraíso da Criança - São João do Sul;

07 - MARIZETE MORETO PIA, na EEB Caetano Lumertz- Vila Santa Catarina;  
08 - NELCI DA SILVA LUMMERTZ, no CEI. Paraíso da Criança - São João do Sul;  
09 - VIVIANA MACIEL DA SILVA, no CEI. Paraíso da Criança - São João do Sul;

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
04 de março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº. 059 DE 04 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 059 DE 04 DE MARÇO DE 2015  
"ATRIBUIR EXERCÍCIO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

#### **RESOLVE:**

Atribuir exercício aos Auxiliares Administrativos Escolares e Auxiliares de Ensino, abaixo relacionadas, no período de 23 de fevereiro de 2015 a 30 de dezembro de 2015:

01- ADRIANA DOS SANTOS LOPES DA ROSA, auxiliar de Ensino no CEI. Paraíso da Criança São João do Sul;

02 - ALEXANDRA CARDOSO DA SILVA, auxiliar Administrativo Escolar, na EEB. Vila Velha II em Vila Conceição;

03 - CLAMILTA BAUER BORBA DOS SANTOS, auxiliar de Ensino, no CEI. Paraíso da Criança - São João do Sul;

04 - CLAUDIO JÚNIOR LIMA DA ROCHA, auxiliar Administrativo Escolar, no CEJA Vereadora Rita Quadros;

05 - MARCIA ADRIANE LUMMERTZ MACHADO, auxiliar de Ensino, no CEI. Paraíso da Criança - São João do Sul;

06 - PATRÍCIA ROCHA DA SILVA, auxiliar Administrativo Escolar, no CEI Paraíso da Criança;

07 - VANESSA SCANDOLARA MAGNUS, auxiliar Administrativo Escolar, na Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
04 de março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 060 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 060 DE 05 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº. 1672 de 26 de junho de 2013;

**RESOLVE:**

Conceder Gratificação, nível G-10, para a servidora JOELMA DA SILVA DE SOUZA, ocupante da função de Técnica de Enfermagem, para exercer atividade de Encarregado de Serviço II, a contar de 02 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
05 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 061 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 061 DE 05 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº. 1672 de 26 de junho de 2013;

**RESOLVE:**

Conceder Gratificação, nível G-10, para o servidor MAICON ROBERTO PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Motorista II, para exercer atividade de Encarregado de Serviço II, a contar de 02 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
05 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 062 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 062 DE 05 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº. 1672 de 26 de junho de 2013;

**RESOLVE:**

Conceder Gratificação, nível G-8, para os Servidores BENEVAL GONÇALVES DA ROCHA e JOSÉ ADRIANO ANACLETO, ocupantes

do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, para exercerem atividade de Encarregado de Serviço I, a contar de 02 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
05 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 063 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 063 DE 05 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Lei nº 1555 de 06 de outubro de 2010, que Regulamenta a Forma de Concessão e Gozo das Licenças a Título de Prêmio;

**RESOLVE:**

Conceder Licença Prêmio para o servidor HERCULANO CALVETE ESTRELA, ocupante do Cargo efetivo de Médico Ginecologista, por 62 (sessenta e dois) dias, no período de 02/03/2015 a 02/05/2015, referente ao período aquisitivo 2006 a 2009.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
05 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 064 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 064 DE 05 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº. 1672 de 26 de junho de 2013;

**RESOLVE:**

Conceder Gratificação, nível G-10, para a servidora ADRIANA RAUPP DA ROSA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, para exercer atividade de Encarregado de Serviço II, a contar de 02 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
05 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de

março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 065 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 065 DE 05 DE MARÇO DE 2015  
"CONCEDE GRATIFICAÇÃO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº. 1672 de 26 de junho de 2013;

**RESOLVE:**

Conceder Gratificação, nível G-10, para o servidor DANIEL RODRIGUES, ocupante do cargo Enfermeiro, para exercer atividade de Encarregado de Serviço II, na Vigilância Sanitária, a contar de 02 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
05 de março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 066 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 066 DE 05 DE MARÇO DE 2015  
"CESSA EFEITOS DA PORTARIA Nº. 093 DE 13 DE JUNHO DE 2014"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Cessar os efeitos da Portaria nº 093 de 13 de junho de 2014, que concede Gratificação, nível G-10, para a servidora MARIZETE MORETO PIA, a contar de 02 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
05 de março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 067 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 067 DE 05 DE MARÇO DE 2015  
"EXONERAR SERVIDOR A PEDIDO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Exonerar a pedido a servidora DANIELA PEREIRA DE MATOS CARDOSO, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais da Educação, a contar de 02 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
05 de março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 068 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 068 DE 05 DE MARÇO DE 2015  
"PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal, de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c de acordo com o artigo 7º e §6º do mesmo artigo, da Lei Complementar 06/2012, Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Públicos Municipais de São João do Sul;

**RESOLVE:**

Conceder Progressão Funcional por Tempo de Serviço para os Servidores abaixo relacionados:

01 - ELISANDRO DE SOUZA MACIEL, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, nível 4, Amplitude de Referência Bc, para Amplitude de Referência Bd;

02 - JOSÉ PEREIRA TOMÉ, ocupante do cargo efetivo de Eletricista, nível 1, Amplitude de Referência Dg, para Amplitude de Referência Dh;

03 - MARIZA PEREIRA FRAGA, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, nível 4, Amplitude de Referência Dc, para Amplitude de Referência Dd.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 05 de março de 2015.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 069 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 069 DE 05 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 71 da Lei 1063, de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, alterado pela Lei nº 1551 de 10 de agosto de 2010;

**RESOLVE:**

Conceder Licença Prêmio para o servidor ADÃO ANACLETO DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, por 60 (sessenta) dias, no período de 02/03/2015 a 30/04/2015, referente ao período aquisitivo 2010 a 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 05 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 070 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 070 DE 05 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para JOSIANE FELICIANO BIANCHINI, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 05 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 071 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 071 DE 05 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para a servidora CLAUDIA CILENE EMERIM, ocupante do cargo de Gerente Administrativo de Saúde, no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 05 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 072 DE 05 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 072 DE 05 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 95 da Lei Complementar nº 005 de 23 de dezembro de 2009 - Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal, e artigo 80 da Lei nº 1063, de 01 de novembro de 2002 - Estatutos dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Concede Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem vencimentos, para a servidora SABRINA BORBA DE SOUZA TEIXEIRA, ocupante do cargo efetivo de Professor, por 01 (um) ano, no período de 04/03/2015 a 03/03/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 05 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração



**PORTARIA Nº. 073 DE 11 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 073 DE 11 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para a servidora MARIA BERNADETE DA ROSA, ocupante do cargo de Professora, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 11 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 074 DE 13 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 074 DE 13 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde, junto ao INSS, para o servidor PAULO DA SILVA MELO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 13 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 075 DE 18 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 075 DE 18 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 95 da Lei Complementar nº 005 de 23 de dezembro de 2009 - Plano de Cargos e Carreira do Magistério Público Municipal, e artigo 80 da Lei nº 1063, de 01 de novembro de 2002 - Estatutos dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Concede Licença para Tratar de Assuntos Particulares, sem vencimentos, para a servidora SANDRA SCANDOLARA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, por 02 (dois) anos, no período de 18/03/2015 a 03/03/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 18 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº. 076 DE 19 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 076 DE 19 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1551 de 10 de agosto de 2010, que altera a redação do art. 74 da Lei 1063, de 01 de outubro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Licença Maternidade para a Servidora PATRICIA SANTANA DIAS, ocupante do cargo efetivo de Professora, por 180 dias, no período de 19/02/2015 a 17/08/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 19 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração



**PORTARIA Nº. 078 DE 31 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 078 DE 31 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE FÉRIAS"

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal em exercício de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Conceder Férias para JOSE BATISTA DA SILVA MILANEZ, ocupante do cargo de Médico, no período de 02/03/2015 a 31/03/2015, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
em 31 de março de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER  
Secretária Municipal de Administração

**São José****PREFEITURA****DECRETO Nº 4323/2015**

DECRETO Nº 4323/2015

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, CONFORME EDITAL N.º 002/2013/SMA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, IV da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no item 1.4 do Edital N.º 002/2013/SMA, que dispõe sobre a prorrogação do Contrato,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica prorrogado, por mais um ano, o contrato dos servidores admitidos em conformidade com o Edital N.º 002/2013/2013, conforme segue abaixo:

	NOME	CARGO/ FUNÇÃO	LOTAÇÃO
I	Cleonice Aparecida Vitkovski	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
II	Jacline de Santana Lins	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
III	Milene Regina dos Santos	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
IV	Gizeli Anadete Ramos Ribeiro	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
V	Maria Emilia de Azevedo Duarte	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
VI	Bianca Kuhn Barbosa de Carvalho	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
VII	Joice Macedo Alceno	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
VIII	Graziela da Rosa Vieira Ataíde	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
IX	Nadia de Fatima Maggioni	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
X	Leticia Simões de Almeida	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
XI	Camila Souza da Natividade	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
XII	Jocelaine Somões Holkem	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
XIII	Monica Eli Martins Natividade	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
XIV	Eliza Geraldo Rodrigues	Psicóloga	Secretaria de Assistência Social
XV	Carla Caroline Santos	Psicóloga	Secretaria de Assistência Social
XVI	Marcia Aparecida da Silva Creminácio	Psicóloga	Secretaria de Assistência Social
XVII	Mayara de Oliveira Bastos	Psicóloga	Secretaria de Assistência Social
XVIII	Clarice Rocha Bastos	Psicóloga	Secretaria de Assistência Social
XIX	Cristina Borgert Coelho	Psicóloga	Secretaria de Assistência Social
XX	Camila Cristina Pereira	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social

XXI	VandaciMagagninKair	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
XXII	Andreza Maria do Carmo	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
XXIII	KerlenMignoni da Silva	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
XXIV	Lidiane Ramos Leal	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
XXV	Ariana Júlia Mafra	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
XXVI	Angelita Gnecco Machado	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social
XXVII	Samantha Conceição Otero	Psicóloga	Secretaria de Assistência Social
XXVIII	Bruna Feijó	Psicóloga	Secretaria de Assistência Social
XXIX	Patrícia Corrêa Lima Vieira	Psicóloga	Secretaria de Assistência Social
XXX	Aline Alexandra Charão Rechini	Psicóloga	Secretaria de Assistência Social

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária Municipal de Administração

### DECRETO Nº 4365/2015

DECRETO Nº 4365/2015

RETIFICA O DECRETO N.º 4322 DE 16 DE ABRIL DE 2015 QUE REAJUSTA AS TARIFAS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado o anexo único do Decreto nº 4322, de 15 de abril de 2015, que reajusta as tarifas de transporte coletivo urbano de São José, no quadro que trata da linha direto:

Onde se lê: Adicionar 06 (seis) ônibus.

Leia-se: Adicionar 03 (três) ônibus.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 4376/2015

DECRETO Nº 4.376/2015

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Nelci Bernadete Borges	Professor - M	20/04/2015

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

### DECRETO Nº 4377/2015

DECRETO Nº 4.377/2014

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Suelen Muriel Eger	Auxiliar de Ensino	01/04/2015

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 4378/2015**

DECRETO Nº 4.378/2015

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2014, datado de 22 de setembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam contratadas para o ano letivo de 2015 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORARIA	DATA ADMISSÃO
CARMEN LUCIA MATTOS	Professor-M	20 Horas	20/04/2015
CINTIA LACERDA MARQUES	Professor-M	40 Horas	20/04/2015
DANIELA APARECIDA HOFFMANN	Professor-M	20 Horas	20/04/2015
EMANUELA FERREIRA	Professor-H	22 Horas Aulas	20/04/2015
KEZIA TEREZINHA DOS SANTOS	Auxiliar de Ensino	20 Horas	20/04/2015
MARISA SANTOS OLIVEIRA	Professor-M	40 Horas	20/04/2015

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/04/2015.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 24 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 4381/2015**

DECRETO Nº 4381/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ADRIANO DE SOUZA FIRMINO do cargo de Diretor III Centro de Saúde - CCM6, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4383/2015**

DECRETO Nº 4383/2015

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, a Lei 4.955/2010 e a Lei 5.388/2014,

CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2015/FUNDESJ - Fundação Municipal Educacional;

DECRETA:

Art.1º- Fica admitido, o seguinte servidor contratado por processo seletivo, ocupante de cargo temporário:

Servidor	Função	Carga Horária Contratada	Data Admissão
Leandro Alair de Liz	Professor de Ensino Superior Substituto – Área: Ciências Contábeis – vaga nº 3.1 – 2º colocado.	05h	30/04/2015

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4387/2015**

DECRETO Nº 4387/2015

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 4279/2015 QUE ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência em tomar posse da candidata Maria Regina Alves Pereira aprovada no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso III do Decreto 4279/2015 de 07 de abril de 2015, que Admite Servidor em Caráter Temporário, referente à nomeação da candidata MARIA REGINA ALVES PEREIRA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4388/2015**

DECRETO Nº 4388/2015

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 4051/2015 QUE ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência em tomar posse da candidata Nei-va Maria Hass aprovada no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso XXII do Decreto 4051/2015 de 24 de fevereiro de 2015, que Admite Servidor em Caráter Temporário, referente à nomeação da candidata NEIVA MARIA HASS.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4389/2015**

DECRETO Nº 4389/2015

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 4051/2015 QUE ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência em tomar posse da candidata Caroline Aquino Hubler aprovada no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso IV do Decreto 4051/2015 de 24 de fevereiro de 2015, que Admite Servidor em Caráter Temporário, referente à nomeação da candidata CAROLINE AQUINO HUBLER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4390/2015**

DECRETO Nº 4390/2015

TORNA PARCIALMENTE SEM EFEITO DECRETO Nº 4051/2015 QUE ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a desistência em tomar posse do candidato José Altamir Machado da Silva aprovada no processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 002/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o inciso X do Decreto 4051/2015 de 24 de fevereiro de 2015, que Admite Servidor em Caráter Temporário, referente à nomeação do candidato JOSÉ ALTAMIR MACHADO DA SILVA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ e a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São José - CMPD/SJ, DENISE APARECIDA MICHELUTE GERARDI, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº 4.922/2010, vêm através do presente CONVOCAR a Rede de Proteção Social às Pessoas com Deficiência, governamental e não governamental, usuários, trabalhadores do setor e toda comunidade josefense a participarem da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São José, com o tema "Os Desafios na Implementação da Política da Pessoa com Deficiência: A Transversalidade como Radicalidade dos Direitos Humanos", que realizar-se-á nos dias 24 e 25 de junho de 2015, em período integral, no CATI - Centro de Atendimento à Terceira Idade, sito à Avenida Beira Mar de São José.

São José(SC), 22 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DENISE APARECIDA MICHELUTE GERARDI

Presidente do CMPD/SJ

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ e a Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José - CMDCA/SJ, LILIANE FERREIRA MARTINS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Federal nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 2.411/92, vêm por meio do presente CONVOCAR a toda comunidade josefense a participar da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, com o tema "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente", que realizar-se-á nos dias 26 (período integral) e 27 (matutino) de maio de 2015, no CATI - Centro de Atendimento à Terceira Idade, sito à Avenida Beira Mar de São José.

São José(SC), 22 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LILIANE FERREIRA MARTINS

Presidente do CMDCA/SJ

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ e a Presidente do Conselho Municipal do Idoso de São José - CMI/SJ, ZÉLIA GUIMARÃES FERREIRA LAURENTINO, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Federal nº 101741/03 e Lei Municipal nº 41.599/07, vêm através da presente convocar a Rede de Proteção Social às Pessoas Idosas, governamental e não governamental, usuários e trabalhadores do setor a participarem da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema "O Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as Idades" que realizar-se-á no dia 23 de junho de 2015, em período integral, no Centro de Atendimento à Terceira Idade - CATI, localizado na Avenida Beira Mar de São José.

A Conferência terá por objetivo avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal de Atendimento ao Idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações.

São José(SC), 27 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ZÉLIA GUIMARÃES FERREIRA LAURENTINO  
Presidente do CMI/SJ

**ERRATA A ABERTURA DA CARTA CONVITE 003/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA A ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 003/2014 - Processo nº 142/2015 - A Prefeitura de São José, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 29/04/2015, ONDE SE LÊ: "ABERTURA DA CARTA CONVITE 002/2015" LEIA-SE: "ABERTURA DA CARTA CONVITE 003/2015" Carlos A. Schmidt - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

**PORTARIA - SA - Nº. 272/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 272/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). PATRÍCIA DA SILVA COELHO, matrícula n.º 13878-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 09 (nove) dias, de 25.02.2015 à 05.03.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de Fevereiro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 273/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 273/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JANETE SANTOS COSTA MERIZE, matrícula n.º 21743-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 23.03.2015 à 21.04.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 274/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 274/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SALETE FURTADO SWICH, matrícula n.º 1579-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 39 (trinta e nove) dias, de 23.03.2015 à 30.04.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração



**PORTARIA - SA - Nº. 275/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 275/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91, e art. 88, - Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA FRANCELINA DE SOUSA, matrícula n.º 2099-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Atendente de Saúde Pública. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 06.03.2015 à 04.04.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 276/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 276/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91, e art. 88, - Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CRISTINA KLUCEZCKI, matrícula n.º 1947-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgiã Dentista. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 18 (dezoito) dias, de 16.03.2015 à 02.04.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 277/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 277/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder à servidora Sra. LIA SILVA VIEIRA, matrícula n.º 35331-0, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeira, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 19.03.2015 a 14.09.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 278/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 278/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei n.º 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VANIA LUIZA DA SILVA FLORIANO, matrícula n.º 13743-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino. Readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 01.04.2015 à 30.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 279/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 279/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei n.º 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SONIA REGINA BORGES MARCELINO, matrícula n.º 21709-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala. Readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 27.03.2015 à 25.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 281/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 281/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). FRANCIELLE APARECIDA AMÉRICO, matrícula n.º 36401-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professora. Readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 01.04.2015 à 30.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 284/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 284/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MURILO DOS SANTOS, matrícula n.º 40742-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Motorista. Readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 13.04.2015 à 12.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 285/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 285/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOSÉ RODOLFO GILL BIANCHINI, matrícula n.º 39478-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde. Readaptação funcional

por 90 (noventa) dias, de 09.04.2015 à 08.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 286/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 286/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). RENATO LUIZ FARACO ROCHA, matrícula n.º 1913-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista. Readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 18.02.2015 à 19.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Fevereiro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 287/2015**

PORTARIA- SA - N.º 287/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

I - Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) CLAUDIA REGINA MACHADO matrícula nº 13855-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 288/2015**

PORTARIA- SA - Nº 288/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

I - Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) VIVIANA PAULA PEREGO matrícula nº 21614-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 289/2015**

PORTARIA- SA - Nº 289/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

I - Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) TATHIANE TAVARES FONSECA GIL matrícula nº 10820-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2002/2007.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 290/2015**

PORTARIA- SA - Nº 290/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

I - Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) ETHEL MARY ULISSEA BECARI matrícula nº 13895-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 291/2015**

PORTARIA- SA - Nº 291/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

I - Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) ANDREA FOLK matrícula nº 24498-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 292/2015**

PORTARIA- SA - Nº 292/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

I - Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) SIMONE ILMA DE SOUZA DOS PASSOS matrícula nº 22448-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 293/2015**

PORTARIA- SA - Nº 293/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

I - Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) TATIANI ARAUJO DA SILVA matrícula nº 22458-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 294/2015**

PORTARIA- SA - Nº 294/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 - Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I - Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) KARLA PEREIRA CARPES matrícula nº 13859-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 295/2015**

PORTARIA- SA - Nº 295/2015

O Secretário de Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I - Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) CLAUDIO CARDOSO, matrícula nº 14981-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 06.04.2015, referente ao período aquisitivo 2004/2009.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 296/2015**

PORTARIA- SA - Nº 296/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I - Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) FABRIZIO VENDRAMIN, matrícula nº 15444-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 03.04.2015, referente ao período aquisitivo 2009/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 297/2015**

PORTARIA- SA - Nº 297/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I - Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) TONY ANGELO PEIXOTO, matrícula nº 19050-0, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 15.04.2015, referente ao período aquisitivo 2006/2011.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 298/2015**

PORTARIA- SA - Nº 298/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I - Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) IRENE RIOS DA SILVA, matrícula nº 3120-8, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Professor, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 07.04.2015, referente ao período aquisitivo 2001/2006.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 299/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 299/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VANDA MARIA DE MOURA, matrícula n.º 22791-9, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Psicóloga. Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 03.03.2015 à 31.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 300/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 300/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CINTIA CRISTINA PINTO MULLER, matrícula n.º 32477-9, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Administrativo. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 17.03.2015 à 15.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 15 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 301/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 301/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOÃO CARLOS FERREIRA, matrícula n.º 2948-3, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional. Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 05.03.2015 à 02.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 302/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 302/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOÃO JOAQUIM MARTINS, matrícula n.º 1934-8, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 12.03.2015 à 10.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 303/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 303/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:



I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARLENE CANDIDO, matrícula n.º 39462-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 24.03.2015 à 22.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 304/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 304/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ELIANE CRISTINA DA LUZ DE FARIAS, matrícula n.º 39333-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 04.03.2015 à 02.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 305/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 305/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSIMERY MARIA DA SILVA CLAUDIO, matrícula n.º 39190-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 12.03.2015 à 10.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 306/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 306/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VERA LUCIA FARIAS, matrícula n.º 39223-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 19.03.2015 à 16.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 307/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 307/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). FABIANE DEUCHER SECCA, matrícula n.º 3523-8, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 01.04.2015 à 30.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 308/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 308/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). RENATO JOSÉ VIEIRA, matrícula n.º 15438-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Administrativo. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 15.03.2015 à 13.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 309/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 309/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LIDIA APARECIDA CARVALHO HULLER, matrícula n.º 15451-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 01.04.2015 à 30.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 310/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 310/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARILZA BITTENCOURT, matrícula n.º 15633-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem da Família. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 10.03.2015 à 08.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 311/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 311/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADRIANA STRIEBEL, matrícula n.º 31470-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médica. Licença para Tratamento de Saúde por 180 (cento e oitenta) dias, de 24.03.2015 à 19.09.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 312/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 312/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CAROLINE FRAGA VALE MULLER, matrícula n.º 21111-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médica da Família. Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 25.03.2015 à 08.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 16 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 313/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 313/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) NIVEA APARECIDA CORREA, matrícula n.º 10866-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientadora Educacional. Licença para Tratamento de Saúde por 20 (vinte) dias, de 27.03.2015 à 15.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 314/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 314/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIA DAS DORES BARRETO, matrícula n.º 13710-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino. Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 20.03.2015 à 17.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 315/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 315/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ALEXANDRA VIEIRA, matrícula n.º 21683-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 06.03.2015 à 04.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 316/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 316/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) DENISE MELO GOULART, matrícula n.º 25835-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 27.03.2015 à 25.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 317/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 317/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARISANE SEVERGNINI PEDROSO FERNANDES, matrícula n.º 35664-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala. Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 20.03.2015 à 03.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

### **PORTARIA - SA - Nº. 319/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 319/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ELIETE BEATRIZ NAGEL PEREIRA, matrícula n.º 13869-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 02.04.2015 à 31.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

### **PORTARIA - SA - Nº. 320/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 320/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) CÉSAR ANDERLE, matrícula n.º 13805-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 02.03.2015 à 30.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

### **PORTARIA - SA - Nº. 321/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 321/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) JULIANA FERREIRA DA SILVA, matrícula n.º 1326-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 18.03.2015 à 16.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

### **PORTARIA - SA - Nº. 322/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 322/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) CLEIDE FELDBERG SILVESTRE, matrícula n.º 1772-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 16.03.2015 à 14.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

### **PORTARIA - SA - Nº. 323/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 323/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:



I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ANDREIA EDY DE ANDRADE, matrícula n.º 13963-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 08.03.2015 à 06.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 324/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 324/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ROZANA CLEONICE GARCIA DOS SANTOS, matrícula n.º 22456-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 16.03.2015 à 14.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 325/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 325/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) NAYME FOGAÇA LAURIANO, matrícula n.º 15212-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 27.03.2015 à 25.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 326/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 326/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) KATIA ROSANGELA PIRES ARANTES, matrícula n.º 10898-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Licença para Tratamento de Saúde por 16 (dezesesseis) dias, de 25.03.2015 à 09.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 327/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 327/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. MARA RUBIA PRUDENCIO FERNANDES SILVA, matrícula n.º 35690-5, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 17.03.15 à 12.09.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 328/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 328/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:



I - Conceder à servidora Sra. SIMONE LIMA AREIAS, matrícula n.º 40551-5, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 20.03.15 à 15.09.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 329/2015**

PORTARIA- SA - Nº 329/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 66 parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Municipais,

##### **RESOLVE:**

I - Conceder o gozo da licença prêmio ao (a) servidor (a) CRISTINA KLUCZEWSKI, matrícula nº 1047-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, entrará em Licença Prêmio por 30 (trinta) dias a partir de 17.04.2015, referente ao período aquisitivo 2001/2006.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 330/2015**

PORTARIA- SA - Nº 330/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 331/15 de 08.01.2015.

##### **RESOLVE:**

I - Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr.(a) MARIANA ITAMARO GONÇALVES, matrícula nº 30246-5, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeira da Família, para tratar de assuntos particulares, a partir de 05.01.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Janeiro de 2015.

III - Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 332/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 332/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

##### **RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SILVIA MARIA BORDINHÃO, matrícula n.º 13609-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor. Licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 60 (sessenta) dias, de 13.03.2015 à 12.05.2015.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 333/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 333/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

##### **RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ELOISA GONÇALVES TAVARES, matrícula n.º 13905-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a). Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 28.03.2015 à 26.05.15.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de Abril de 2015.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 334/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 334/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

##### **RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) CLAUDIANNY KATHERINY VIEIRA DE OLIVEIRA, matrícula n.º 35754-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 30.03.2015 à 28.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 335/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 335/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) CERES HELENA CAMPOS DOS SANTOS, matrícula n.º 21721-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 30.03.2015 à 28.04.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de Março de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 336/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 336/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) TANIA MARIA RIBEIRO DA SILVA, matrícula n.º 13563-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professora. Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 10.04.2015 à 09.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 337/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 337/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARCUS AURELIO SALVADOR, matrícula n.º 17505-6, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Agente Administrativo. Licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 02.04.2015 à 16.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 20 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

#### **PORTARIA - SA - Nº. 338/2015**

P O R T A R I A- SA - N.º 338/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIANA CORRALES, matrícula n.º 22228-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeira. Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 20.04.2015 à 18.06.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 20 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - Nº. 339/2015**

P O R T A R I A - SA - N.º 339/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUCIANE ALBINO DOS SANTOS DA COSTA, matrícula n.º 10214-8, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem. Licença para Tratamento de Saúde por 40 (quarenta) dias, de 07.04.2015 à 16.05.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Abril de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 20 de Abril de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**RESULTADO DA CONCORRÊNCIA 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Data: 27/04/2015  
Processo: 017/2015

**Resultado Concorrência Nº 001/2015**

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 017/2015 - Concorrência Nº 001/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE DIVERSAS RUAS DO LOTEAMENTO LISBOA (RUA AVEIRO, RUA BEJA, RUA SANTARÉM, RUA VILA REAL, TRAVESSA «V» E TRAVESSA «X») NA CIDADE DE SÃO JOSÉ/SC.

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3.764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após a abertura das propostas fica classificada pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL a empresa abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	1	1	12,0	R\$ 404,97	R\$ 4.859,64
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	1	594,7	11,53	6.857,35
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	2	349,4	26,24	9.169,04
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	3	7.583,3	14,87	112.762,93
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	4	98.582,3	1,35	133.086,04
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	5	7.583,3	1,44	10.919,88
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	6	7.583,3	44,80	339.729,60
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	7	4.550,0	84,84	386.017,76
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	8	1.635,6	182,66	298.758,70
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	9	7.583,3	6,18	46.864,49
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	10	7.583,3	1,73	13.119,02
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	11	928,9	284,05	263.865,41
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	12	12.195,5	0,61	7.439,22
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	13	1.393,3	1,73	2.410,41
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	14	102,4	284,05	29.089,56
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	15	6.148,8	1,73	10.637,39
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	16	452,0	284,05	128.376,40
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	17	21.190,1	1,09	23.097,15
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	2	18	605,4	5,29	3.202,72
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	3	1	624,0	9,39	5.859,36
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	3	2	574,1	84,84	48.704,95

SETEP CONSTRUÇÕES S/A	3	3	640,0	86,38	55.283,20
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	3	4	140,0	150,30	21.042,00
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	3	5	39,0	138,21	5.390,19
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	3	6	47,0	840,49	39.536,65
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	3	7	24,0	556,21	13.349,04
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	3	8	60,3	65,94	3.977,50
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	3	9	58,0	1.670,07	96.864,06
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	3	10	390,0	148,59	57.950,10
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	4	1	45,3	108,78	4.925,56
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	4	2	1.006,0	42,18	42.433,08
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	4	3	12,6	214,33	2.696,27
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	4	4	251,5	63,06	15.859,59
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	4	5	57,9	1,35	78,11
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	4	6	1.005,6	3,03	3.046,97
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	4	7	3.352,0	23,20	77.766,40
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	4	8	3.352,0	5,56	18.637,12
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	5	1	251,4	15,48	3.891,67
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	5	2	299,3	22,80	6.822,90
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	5	3	9,0	414,49	3.734,55
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	5	4	3,2	414,49	1.326,37
SETEP CONSTRUÇÕES S/A	5	5	37,0	308,87	11.428,19

Valor Total	Valor Total Extenso
R\$ 2.370.866,54	Dois milhões, trezentos e setenta mil oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos

São José, 27 de abril de 2015.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT Presidente / CPL	PAULO DUTRA Membro
--	-----------------------

KETY SILVA TRIERVEILER Membro	RAMON S. CAMPOS MARTINS Membro	REJANE MAGALI S. MEDEIROS Membro
----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------------------

## RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 095/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 28/04/2015 Processo: 132/2015
--	--

Resultado Dispensa por Justificativa Nº 095/2015

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 132/2015 - Dispensa por Justificativa Nº 095/2015

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE LAVANDERIA HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE ROUPARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE REDE DE ATENÇÃO BÁSICA, REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA E SAMU/SJ DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC, EM CARÁTER EMERGENCIAL.

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3.764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após a análise dos documentos e abertura da proposta fica classificada pelo critério de menor preço a empresa abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
ROBERTA BELEM DA CRUZ ME	1	1	4.500,0	R\$ 9,72	R\$ 43.740,00
Valor Total			Valor Total Extenso		
R\$ 43.740,00			quarenta e três mil setecentos e quarenta reais		

São José, 28 de abril de 2015.

<div>CARLOS ALFREDO SCHMIDT</div> <div>Presidente CPL</div>		<div>PAULO DUTRA</div> <div>Membro</div>
<div>KETY SILVA TRIERVEILER</div> <div>Membro</div>	<div>RAMON S. CAMPOS MARTINS</div> <div>Membro</div>	<div>REJANE MAGALI S. MEDEIROS</div> <div>Membro</div>

## RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 095/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ	Data: 28/04/2015 Processo: 132/2015
--	--

Resultado Dispensa por Justificativa Nº 095/2015

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 132/2015 - Dispensa por Justificativa Nº 095/2015

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE LAVANDERIA HOSPITALAR E FORNECIMENTO DE ROUPARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE REDE DE ATENÇÃO BÁSICA, REDE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA E SAMU/SJ DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC, EM CARÁTER EMERGENCIAL.

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3.764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após a análise dos documentos e abertura da proposta fica classificada pelo critério de menor preço a empresa abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
ROBERTA BELEM DA CRUZ ME	1	1	4.500,0	R\$ 9,72	R\$ 43.740,00
Valor Total			Valor Total Extenso		
R\$ 43.740,00			quarenta e três mil setecentos e quarenta reais		

São José, 28 de abril de 2015.

<div>CARLOS ALFREDO SCHMIDT</div> <div>Presidente CPL</div>		<div>PAULO DUTRA</div> <div>Membro</div>
<div>KETY SILVA TRIERVEILER</div> <div>Membro</div>	<div>RAMON S. CAMPOS MARTINS</div> <div>Membro</div>	<div>REJANE MAGALI S. MEDEIROS</div> <div>Membro</div>



**RESULTADO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 003/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉData: 23/04/2015  
Processo: 046/2015

## Resultado Inexigibilidade Nº 003/2015

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 046/2015 - Inexigibilidade Nº 003/2015

OBJETO: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA LTDA PARA FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE (PAPEL), DESTINADOS ÀS FAMÍLIAS ATENDIDAS PELA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

1 - A Comissão Permanente de Licitação, com os poderes que lhe confere o Decreto nº 3.764/2015 de 09 de janeiro de 2015, após examinar todas as peças que integram o presente processo licitatório, conclui pela sua regularidade, observados os preceitos da Lei nº 8.666/1993.

2 - Após a abertura das propostas fica classificada pelo critério de a empresa abaixo:

Fornecedor	Lote	Item	Qtde	Valor Unitário	Valor Total do Item
RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA AG VIAGENS E TURISMO LT	1	1	2.200,0	R\$ 4,90	R\$ 10.780,00

Valor Total	Valor Total Extenso
R\$ 10.780,00	D ez mil setecentos e oitenta reais

São José, 23 de abril de 2015.

CARLOS ALFREDO SCHMIDT  
Presidente / CPLPAULO DUTRA  
Membro**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015 - Processo nº 026/2015. Fornecedor: Lote I, II e III - SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com o fornecimento de peças e mão de obra para manutenção da parte elétrica dos veículos leves, pesados e equipamentos rodoviários da frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura de São José/SC. Percentual de desconto: Lote I, II e III - 2% (dois por cento. Valor Máximo (mão de obra/peças): Lote I - R\$3.036,00 (três mil e trinta e seis reais)/ R\$2.000,00 (dois mil reais); Lote II - R\$20.240,00 (vinte mil e duzentos e quarenta reais)/ R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais); Lote III - R\$40.480,00 (quarenta mil e quatrocentos e oitenta reais)/ R\$78.000,00 (setenta e oito mil reais). Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015 - Processo nº 042/2015. Fornecedor: Lote I, II e III - SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de concertos de penus, balancamento e geometria com o fornecimento de peças para os veículos leves, pesados e equipamentos rodoviários pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Infraestrutura de São José/SC. Percentual de desconto: Lote I, II e III - 2% (dois por cento. Valor Máximo (mão de obra/peças): Lote I - R\$1.193,00 (um mil e cento e noventa e três reais)/ R\$500,00 (quinhentos reais); Lote II - R\$29.835,00 (vinte e nove mil, oitocentos e trinta e cinco reais)/ R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais); Lote III - R\$29.835,00 (vinte e nove mil, oitocentos e trinta e cinco reais)/ R\$79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais). Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2014 - Processo nº 215/2014. Fornecedores: MAURICIO MACHADO DE SOUZA E CIA LTDA - ME, NO DE BAMBU IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA e RORIZ INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de instrumentos musicais para serem utilizados no projeto bandas e fanfarras do ensino fundamental da Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Valor Total: R\$187.157,00 - cento e oitenta e sete mil e cento e cinquenta e sete reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2014 - Processo nº 227/2014. Fornecedor: EURO AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) em serviços de desinsetização, desratização e limpeza de caixas d'água e cisternas para atender a rede de atenção básica, atenção especializada, Samu, DST/AIDS, VISA, VIEP e demais unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Saúde do Município de São José/SC. Valor Total: R\$344.000,00 - trezentos e quarenta e quatro mil reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2014 - Processo nº 336/2014. Fornecedor: PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de engenharia sanitária de coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos de saúde e transporte e destinação final dos resíduos químicos, tóxicos e perigosos classe I, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC. Valor Total: R\$406.560,00 - quatrocentos e seis mil e quinhentos e sessenta reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 152/2014 - Processo nº 376/2014. Fornecedor: STAR SOM SERV. SONORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO. Objeto: Registro de preço para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de comunicação de rua (carro de som e panfletagem), para a divulgação dos eventos realizados pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo do Município de São José/SC. Valor Total: R\$31.000,00 - trinta e um mil reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 181/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 181/2014 - Processo nº 432/2014. Fornecedores: ASA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME e EURO AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços de limpeza de fossas, caixas de gordura, caixas d'água e cisternas, descupinização, desratização e desinsetização para atender a rede Municipal de Ensino do Município de São José/SC. Valor Total: R\$859.405,00 - oitocentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos e cinco reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 184/2014 - Processo nº 438/2014. Fornecedor: EURO AMBIENTAL CONTROLE DE PRAGAS. Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de iscas raticidas para serem distribuídas através de serviços de iscagem no Município de São José/SC. Valor Total: R\$530.000,00 - quinhentos e trinta mil reais. Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**ABERTURA DO CONVITE N.01/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ABERTURA DO CONVITE N.º 01/2015  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 016/2015

**Objeto:**

A licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a informatização do apoio legislativo da Câmara Municipal de São José/SC para a cessão de licença de Uso Temporária de sistema(s) de gestão pública municipal legislativa, com instalação, implantação e treinamento de usuários, alterações legais e manutenções corretivas, migração da base de dados, suporte técnico, conforme especificações constantes no Anexo I.

A íntegra do Convite estará disponível no Portal Eletrônico da CMSJ no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/index.php/editais>

Abre-se o presente Convite com data período do recebimento dos envelopes de habilitação e proposta até: dia 08/05/2015 às 14h:-00min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia: 08/05/2015 às 14h30min.

Maiores informações: Diretoria de Administração e Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min, Telefones: (48) 3029-1355 ou (48) 3029-1327

São José/SC, 29 de abril de 2015  
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA  
Diretora de Administração

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 069/2015 - SF

DECRETO Nº. 069/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.060 FARMÁCIA BÁSICA

"62" 3.3.90.32.00.00.1.0067 Material de Distribuição Gratuita ..... R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Fonte 1.0067, Recursos Farmácia Básica - Estado, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 23 de abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### DECRETO Nº. 070/2015 - SF

DECRETO Nº. 070/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.020 ENSINO FUNDAMENTAL - SALÁRIO - E DUCAÇÃO

"134" 3.3.90.39.00.00.1.0036 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), Recursos Salário - Educação, Fonte 1.0036, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO. DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.020 ENSINO FUNDAMENTAL - SALÁRIO - E DUCAÇÃO

"133" 3.3.90.30.00.00.1.0036 Material de Consumo ..... R\$ 17.000,00

"135" 4.4.90.52.00.00.1.0036 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 DE ABRIL DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### DECRETO Nº. 071/2015 - SF

DECRETO Nº. 071/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE SJCEDRO

2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO

"261" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Recursos Ordinário, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE SJCEDRO

2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO

"257" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 DE ABRIL DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 072/2015 - SF**

DECRETO Nº. 072/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S  
01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR  
2.058 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
"64" 3.3.90.30.00.00.3.0038 Material de Consumo .....  
..... R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), Recursos da Vigilância Sanitária, Fonte 3.0038.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 DE ABRIL DE 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 073/2015 - SF**

DECRETO Nº. 073/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S  
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.061 PROGRAMA TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO  
"45" 3.3.90.30.00.00.1.0067 Material de Consumo .....  
..... R\$25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), Recursos Ordinário, Fonte 1.0067, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S  
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.061 PROGRAMA TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO  
"46" 3.3.90.39.00.00.1.0067 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica ..R\$25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 DE ABRIL DE 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 074/2015 - SF**

DECRETO Nº. 074/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
2.007 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
"53" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa  
Jurídica...R\$1.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), Recursos Ordinário - Rádio Patrulha, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
2.007 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
"48" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$1.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 DE ABRIL DE 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.



## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 042/2015**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 042/2015**

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

MOTORISTA

JEAN MARCIEL SCHLINDWEIN

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de Abril de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

## **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2015**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2015**

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, o candidato aprovado no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

MÉDICO

LEANDRO AFONSO BORDIN

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de abril de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

## **LEI Nº 4.367, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.367, DE 29 DE ABRIL DE 2015

"AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CEDRO MEDIANTE CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir mediante convênio ao ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CEDRO, localizado na Av. Rio Grande do Sul, nº 288, Centro, no Município de São José do Cedro - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.683.037/0001-99, a importância de R\$ 12.000,00 (doze mil

reais), destinados a auxiliar nas despesas para a realização do tradicional Baile de Senhorita Cedrense, no dia 09 de maio de 2015.

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o "caput" do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal até o dia 08 de Abril de 2015.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária, movimentados por cheques nominais e individuais por credor.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 60 (Sessenta) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa Nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo Licitatório, em consonância com a Lei Federal 8666/93 atualizada, se aplicável.

Art. 10º. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral do Município:

#### **04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

0403 DEPTO. ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.010 Contribuições p/ Associação Esportiva Cedro

"68" 3.3.50.41.00.00.1.0000 Contribuições .....  
.....R\$12.000,00

Art. 11º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 29 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.



FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

### LEI Nº 4.368, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.368, DE 29 DE ABRIL DE 2015

“DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DA 3ª EXPOCEDRO, AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - ACISC MEDIANTE CONVÊNIO, ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal do Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a transferir mediante convênio a ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - ACISC, localizada na Av. Rio Grande do Sul, nº288, sala 04, centro no Município de São José do Cedro - SC, inscrita no CNPJ sob nº 74.139.015/0001-71, a importância de até R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o “caput” do artigo 1º, será procedida pela Fazenda Municipal até o dia 31 de Julho de 2015.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individualizada e vinculada em instituição bancária, movimentados por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Parágrafo único. A movimentação por cheques nominais, cruzados e individualizados por credor será admitida apenas mediante apresentação de justificativa por escrito.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município à luz da legislação vigente, será recolhida e atualizada monetariamente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados nos prazos previstos na presente lei, serão também obrigatoriamente recolhidos à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apresentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução Normativa Nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à averiguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo Licitação, em consonância com a Lei Federal 8666/93 atualizada, se aplicável.

Art. 10º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro no valor de R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), destinados ao programa e verbas a seguir discriminados.

17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENVOLV.ECONÔM.

1701 DEPTO. DE COMÉRCIO, IND. E SERV.

2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO.

“418” 3.3.50.41.00.00.3.0000 Contribuições .....  
.....R\$240.000,00

Art. 11º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos ordinários do Superavit Financeiro verificado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, Fonte Nº0.3.0000, no valor de R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Art. 12º. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral do Município:

17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENVOLV.ECONÔM.

1701 DEPTO. DE COMÉRCIO, IND. E SERV.

2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO.

“418” 3.3.50.41.00.00.3.0000 Contribuições .....  
.....R\$240.000,00

Art. 13º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 29 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

**LEI Nº 4.369, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.369, DE 29 DE ABRIL DE 2015

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
 02 DEPTO. DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
 1.041 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
 "421" 4.4.90.51.00.00.3.0000 Obras e Instalações .....  
 ..... R\$140.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os Recursos Superávit Financeiro Ordinário verificado em balanço patrimonial do exercício anterior, Fonte 3.0000, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 29 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
 Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
 Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
 Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN,  
 Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
 Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
 Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
 Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
 Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
 Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**LEI Nº 4.370, DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.370, DE 29 DE ABRIL DE 2015

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
 02 DEPTO. DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
 1.041 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
 "420" 4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações .....  
 ..... R\$140.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
 03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS  
 2.088 INCLUSÃO DIGITAL / INTERNET PARA TODOS  
 "71" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
 ..... R\$7.200,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
 02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL  
 1.078 CONSTRUIR CENTRO DE EVENTOS MULTIUSO  
 "168" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica..R\$75.000,00  
 08 SECRETARIA DA AGRICULTURA  
 01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 1.019 CONSTRUIR OU AMPLIAR SISTEMA DE ÁGUA POTÁVEL  
 "184" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$5.000,00  
 "185" 4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações .....  
 ..... R\$5.000,00

1.023 INCENTIVO NA CONSTRUÇÃO DE FONTES CAXAMBU  
 "189"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações .....  
 ..... R\$5.000,00

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
 02 DEPTO. DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
 1.045 CONSTRUIR E AMPLIAR REDES DE TELEFONIA, ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO  
 "210" 4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações .....  
 ..... R\$15.000,00

1.040 SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS  
 "231"4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações .....  
 ..... R\$27.750,00

17 SECRETARIA DO PLANJ. E DESENV. ECONÔMICO  
 01 DEPARTAMENTO DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS  
 2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO  
 "306"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
 ..... R\$50,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 29 de Abril de 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 5.085, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 5.085, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

Declara de Utilidade Pública bem imóvel de propriedade de propriedade de Alziro Alberto Milan, Salete Miotto Milan, Valdesir José Milan e Dirce Maria Dariva, para fins de avaliação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade do Município de avaliação do bem imóvel de matrícula nº 4.953, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, descritos no art. 1º deste Decreto, de propriedade de Alziro Alberto Milan, Salete Miotto Milan, Valdesir José Milan e Dirce Maria Dariva, cujo bem imóvel o Município de São Lourenço do Oeste pretende adquirir;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública: parte do lote colonial número 50 (cinquenta), com área de 5.843,50 m² (cinco mil, oitocentos e quarenta e três vírgula cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Linha Limoeiro, no Distrito de Presidente Juscelino, neste município de São Lourenço do Oeste/SC, de propriedade de Alziro Alberto Milan, Salete Miotto Milan, Valdesir José Milan e Dirce Maria Dariva, conforme confrontações descritas no memorial descritivo e na matrícula de nº 4.953, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, ambos constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Ficam os servidores públicos municipais autorizados a penetrar no imóvel declarado de utilidade pública a fim de promover as medições e levantamentos que se fizerem necessários.

§ 1º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, inscrito no CREA-SC sob nº 048003-9, para expedir Laudo de Avaliação dos imóveis de que trata o art. 1º, deste Decreto.

§ 2º O Engenheiro deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Decreto.

§ 3º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação mencionados no art. 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 3º Para cobrir as despesas decorrentes da execução deste Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal em execução.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
Prefeito Municipal em exercício

ANEXO ÚNICO  
(Decreto nº 5.085, de 29 de abril de 2015)

MATRÍCULA DE Nº 4.953, DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, MEMORIA DESCRITIVO E MAPA DA ÁREA A SER AVALIADA.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

#### **EXTRATO DA RESCISÃO BILATERAL DO TCU Nº 1139**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1139, DE 25 DE JUNHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 302274677, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jasinta Ronsani Foppa, CPF nº 733.331.589-49.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 1139, de 25 de junho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645P1Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10081, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 10/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Jasinta Ronsani Foppa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 066, DE 22 DE JULHO DE 2010.**

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE BEM PUBLICO Nº 066, DE 22 DE JULHO DE 2010.

Partes: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08 e a servidora municipal RAQUEL CRISTINA KLEIN SCHROLL SCHIAVINI, CPF: 005.534.479-80.

Objeto: O presente Termo tem por objeto a Rescisão do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 066, de 22 de julho de 2010, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A0452R84, com registro no patrimônio do Município sob o nº 6815, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Responsabilidade pelo Uso de Bem Público nº 066, de 22 de julho de 2010.

Data da assinatura: 07 de abril de 2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Raquel Cristina Klein Schroll Schiavini - servidora pública municipal.

#### **EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL DO TCU Nº 1143-2012**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1143, DE 25 DE JUNHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 1143, de 25 de junho de 2012, do bem Laptop Positivo, N/S: 1A393K34M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7465, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 16/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste, em exercício - pelo cedente.

#### **EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL DO TCU Nº 141-2014**

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 141, DE 08 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 141, de 08 de abril de 2014, do bem Laptop Positivo, N/S: 1A570XF62, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10232, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício - pelo cedente.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 100**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 100, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800513274, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Clarice Parisotto Mezomo, CPF nº 055.602.699-30.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703M6T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10252, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 100, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Clarice Parisotto Mezomo - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 101**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 101, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 701653060, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Noeli Padilha, CPF nº 045.715.719-41.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570XK7M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10235, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 101, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Noeli Padilha - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 102**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 102, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 901993867, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Colet Valentini, CPF nº 014.773.839-30.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570XC6T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10217, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 102, de



08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Maria Colet Valentini - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 103**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 103, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702480134, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Teresinha dos Santos, CPF nº 037.325.379-60.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703J5F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10245, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 103, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Teresinha dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 104**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 104, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 901993913, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Élcio Testa, CPF nº 770.689.989-68.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VS7W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10218, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 104, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Élcio Testa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 105**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 105, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1300134607008, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Aparecida de Lurdes de Lara, CPF nº 029.386.589-23.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703026, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10263, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 105, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Aparecida de Lurdes de Lara - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 194-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 194, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802477976, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Gladi Orso, CPF nº 905.263.339-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393KT08, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7447, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 194, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Gladi Orso - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 195-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 195, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601680456, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jucelma Ferrari, CPF nº 039.616.799-32.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393KX59, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7455, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 195, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Jucelma Ferrari - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

#### **EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 196-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 196, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601680677, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elisangela Bortolini Sperança, CPF nº 056.887.319-07.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393K89Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7466, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 196, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Elisangela Bortolini Sperança - responsável legal pelo Usuário-Aluno.



**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 197-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 197, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500421196, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rozalina Aparecida Gonçalves, CPF nº 075.584.669-97.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393KX0K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7454, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 197, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Rozalina Aparecida Gonçalves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 198-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 198, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702666092, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Iraci Basuc, CPF nº 604.952.009-72.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393KG74, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7431, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 198, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Iraci Basuc - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 199-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 199, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702666149, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Aparecida Gonçalves Dos Santos, CPF nº 025.143.089-84.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393KV8I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7451, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 199, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Maria Aparecida Gonçalves Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 200-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 200, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702666157, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Aparecida Gonçalves Dos Santos, CPF nº 025.143.089-84.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393KD7V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7427, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 200, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Maria Aparecida Gonçalves Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 201-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 201, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702666190, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Mário Antônio Coan, CPF nº 718.932.969-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393KF17, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7428, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 201, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Mário Antônio Coan - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 202-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 202, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702666203, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Nadir Antônio Companhoni, CPF nº 656.863.819-68.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5645P6O, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10642, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 202, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Nadir Antônio Companhoni - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 203-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 203, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802477968, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Arno Avila, CPF nº 400.572.599-68.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393JV9G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7464, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 203, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Arno Avila - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 204-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 204, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500420998, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adelino Ferrari, CPF nº 565.820.139-04.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393KH5X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7433, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 204, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Adelino Ferrari - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 205-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 205, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702666998, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Leonice Fátima Bonavigo Ferraboli, CPF nº 020.922.119-43.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393KV2O, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7450, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 205, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Leonice Fátima Bonavigo Ferraboli - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 206-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 206, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 600598519, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Janete Da Aparecida Fernandes, CPF nº 035.337.139-46.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393KW6B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7453, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 206, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Janete Da Aparecida Fernandes - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 207-2015**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 207, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601680430, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Loreni Ribeiro, CPF 065.716.059-88.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A393KT8C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7449, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 207, de 17 de abril de 2015.

Data da assinatura: 17/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Loreni Ribeiro - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 67, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 67, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 503688282, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sirlei Kaplan, CPF nº 025.889.289-78.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703T2U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10176, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 67, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Sirlei Kaplan - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 68, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 68, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 600998630, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Gorete C. Rohr, CPF nº 053.003.379-86.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726Y20, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10114, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 68, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Gorete C. Rohr - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 69, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 69, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1100375543, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Janete Silvano Seibel, CPF nº 043.172.369-90.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703T44, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10151, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 69, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Janete Silvano Seibel - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 70, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 70, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601672488, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sirlei Aparecida Gomes Dos Santos, CPF nº 008.137.159-46.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570W60A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10101, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 70, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Sirlei Aparecida Gomes Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 71, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 71, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 502355492, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adriana R. da Silva, CPF nº 041.492.599-84.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570VY7E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10098, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 71, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Adriana R. da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 72, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 72, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702480533, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lucineia Rocha Koiavinski, CPF nº 069.786.219-43.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572739L, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10160, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 72, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Lucineia Rocha Koiavinski - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 73, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 73, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800499352, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lindomar Antonio Gos, CPF nº 032.656.829-86.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572741K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10156, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 73, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Lindomar Antonio Gos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 74, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 74, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 600988120, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Claudete Ludwig, CPF nº 026.306.919-26.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5702X0P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10166, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 74, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Claudete Ludwig - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 75, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 75, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800518306, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Deomar Tizone, CPF nº 961.205.849-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572756C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10089, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 75, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Deomar Tizone - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 76, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 76, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800499255, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Valdecir Scarmin, CPF nº 001.080.179-07.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572752S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10115, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 76, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Valdecir Scarmin - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 77, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 77, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 901995673, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Francisco José Mazzochi, CPF nº 573.446.989-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703T3Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10148, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 77, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Francisco José Mazzochi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 78, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 78, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500423687, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rosani Favero, CPF nº 027.679.279-33.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570366H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10181, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 78, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Rosani Favero - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 79, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 79, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800519051, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adriana Paiano, CPF nº 057.149.919-82.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5704G00, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10134, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 80, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Adriana Paiano - responsável legal pelo Usuário-Aluno.



**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 80, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 80, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800519051, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adriana Paiano, CPF nº 057.149.919-82.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5704G00, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10134, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 80, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Adriana Paiano - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 81, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 81, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 901995690, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elisandra Villani, CPF nº 054.241.229-22.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703W6N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10179, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 81, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Elisandra Villani - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 82, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 82, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702480673, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rosane Minozo Ozelame, CPF nº 019.171.009-14.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726Z5I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10084, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 82, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Rosane Minozo Ozelame - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 83, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 83, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 600598675, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Neusa Maria Oppermann, CPF nº 070.081.899-45.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5704V27, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10133, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 83, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Neusa Maria Oppermann - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 84, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 84, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500423733, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Liane Terezinha Granz Valkmer, CPF nº 780.447.749.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A572725Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10157, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 84, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Liane Terezinha Granz Valkmer - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 85, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 85, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802478085, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: José Dos Santos, CPF nº 905.261.989-15.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5645V51, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10147, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 85, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e José Dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.



**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 86, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 86, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 901995720, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adair Da Silva, CPF nº 027.693.159-98.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726W9T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10132, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 86, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Adair Da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 87, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 87, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 901995630, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Elenir Molon Santin, CPF nº 814.565.909-44.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570448S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10182, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 87, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Elenir Molon Santin - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 88, DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 88, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 503689254, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Vera Lúcia Gomes Mazzochi, CPF nº 026.745.279-94.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726Y8U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10131, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 88, de 06 de abril de 2015.

Data da assinatura: 06/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste em exercício e Vera Lúcia Gomes Mazzochi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 89**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 89, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500425000, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Justina Secco Costa, CPF nº 049.183.019-08.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703V1V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10247, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 89, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Justina Secco Costa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 90**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 90, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802200478, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: André Targa, CPF nº 003.668.349-32.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570369W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10258, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 90, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e André Targa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 91**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 91, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 702480037, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Cleonice Maria Paveukiewicz Nogueira, CPF nº 020.763.289-80.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703T59, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10260, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 91, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Cleonice Maria Paveukiewicz Nogueira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 92**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 92, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802200524, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adenise Maria Muller Consoli, CPF nº 053.162.259-29.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570367M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10259, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 92, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Adenise Maria Muller Consoli - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 93**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 93, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802200176, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Angeli Lagni Comin Zanchettin, CPF nº 041.678.259-02.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570W58B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10191, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 93, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Angeli Lagni Comin Zanchettin - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 94**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 94, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802200125, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Fernanda Peruzzo Frigo, CPF nº 054.818.789-41.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703M7Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10246, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 94, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Fernanda Peruzzo Frigo - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 95**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 95, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 1400134607010, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Carlinda Terezinha Dalpian Feltman, CPF nº 114.928.619-95.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5726J0H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10201, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 95, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Carlinda Terezinha Dalpian Feltman - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 96**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 96, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 701652284, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eliane Fátima Dozziatti Zamarchi, CPF nº 035.212.569-10.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570400C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10243, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 96, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Eliane Fátima Dozziatti Zamarchi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 97**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 97, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 800513207, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lairton Comin, CPF nº 899.142.019-20.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570400C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10243, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 97, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Lairton Comin - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 98**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 98, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 601002415, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Gelson Beromann Rediess, CPF nº 072.389.459-08.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1ª570W110, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10214, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 98, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Gelson Beromann Rediess - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 99**

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 99, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 802200370, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Clarice Smiderle Tonon, CPF nº 017.981.619-58.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570V687, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10282, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 99, de 08 de abril de 2015.

Data da assinatura: 08/04/2015.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler Prefeito Municipal em exercício de São Lourenço do Oeste e Clarice Smiderle Tonon - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

**São Miguel do Oeste****PREFEITURA****ATA DE JULGAMENTO PROCESSO LICITATÓRIO 19/2015**

ATA 04 DE JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO N. 19/2015, DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2015

Às 09 (nove) horas do dia 29 de abril de 2015, reuniram-se na Sala de Licitações a Comissão de Licitações para proceder com a continuidade dos trabalhos relacionados ao Edital da Licitação de Concorrência Pública n.º 01/2015, Processo Licitatório 19/2015. A Comissão de Licitações abriu o envelope de n. 04, referente a proposta de preços, ocasião que obtiveram a seguinte pontuação: FOCO PROPAGANDA LTDA - EPP" - Total de Pontos: 60 pontos; PRO3 COMUNICAÇÃO LTDA - EPP - Total de Pontos: 60 pontos; AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA - Total de Pontos: 60 pontos;

Diante da pontuação obtida pelas empresas Licitantes na proposta de preços, passou-se na sequência a aplicação da fórmula prevista no item 7.9.4 do Edital Licitatório, obtendo-se o seguinte resultado:

FOCO PROPAGANDA LTDA - EPP" - Nota Final =  $(7 \times 58.66 + (3 \times 60)) = 590.62$

PRO3 COMUNICAÇÃO LTDA - EPP - Nota Final =  $(7 \times 66.33 + (3 \times 60)) = 644.31$

AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA - Nota Final =  $(7 \times 80.66 + (3 \times 60)) = 744.62$

Analisada a proposta técnica e de preços, em atendimento aos preceitos estabelecidos no Edital Licitatório, obteve-se a seguinte classificação: 1º AGÊNCIA DE PUBLICIDADE TIG LTDA; 2º PRO3 COMUNICAÇÃO LTDA - EPP; 3º FOCO PROPAGANDA LTDA - EPP; Ficam convocadas as empresas Licitantes para apresentação da documentação referente a habilitação, sendo designada nova sessão para entrega e abertura da documentação de habilitação para o dia 08 de maio de 2015, às 10 horas. Os licitantes presentes desde já restaram intimados do prazo legal para a interposição dos recursos, bem como da nova data de sessão. Publique-se a presente ATA com o resultado no Diário Oficial, para fins de intimação dos demais Licitantes. Nada mais a tratar, encerro a presente Ata, na qual resta assinada pela Comissão de Licitação e pelos demais presentes.

TANIA MARIA BACIN

Presidente

CASSIANA LUIZA LAZAROTTO HAMMES

Vice - Presidente

IVETE FAVRETTO SCHONS

Secretária

MAURICIO BALKE

Membro

**DECRETO Nº 8.313/2015- FICA AUTORIZADO O CORTE DE 01 (UMA) ÁRVORE, DA ESPÉCIE CHORÃO AMERICANO E 06 (SEIS) ÁRVORES DA ESPÉCIE FARINHA SECA, LOCALIZADA NA RUA OCTÁVIO TRENTIN, 100, BAIRRO PROGRESSO**

DECRETO Nº 8.313/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore, da espécie Chorão Americano e 06 (seis) árvores da espécie Farinha Seca, localizada na Rua Octávio Trentin, 100, Bairro Progresso, Conforme a Instrução Normativa nº 08 de 24 de 2004, do Ministério do Meio Ambiente, Artigo 2º, diz que nativas plantadas poderão ser suprimidas sem projeto técnico, desde que não seja transportadas, nem ultrapassem 20 unidades ou 15 metros cúbicos. Poderão ser substituídas, para realização de obra de construção de muro na residência, e por não estarem em local adequado para seu desenvolvimento pleno.

Art. 2º Como medida compensadora, devera ser realizado o plantio de seis árvores de espécie nativa, não podendo ser arbusto, com altura mínima de 0,60m, sendo sugeridas de Quaresmeira, Canela, Ipês, Pitangas, Cerejas, ou outras espécies nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 28 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

**DECRETO Nº 8.314/2015 - DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 7/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 8.314/2015

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 7/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que a licitação nº 48/2015, modalidade Tomada de Preço nº 7 de 30/03/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, que tem como objeto contratação de Empresa para serviço de mão de obra com fornecimento de materiais e tudo

mais que se fizer necessário para pavimentação com pedras irregulares nas Ruas, Sete de Setembro, Osvaldo Aranha, Helio Wasun, perímetro urbano, CFE contrato de repasse nº 803022/2014/Ministério das Cidades/CAIXA, de acordo com o memorial descritivo, orçamentos, cronograma Físico-Financeiro e projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

CONSIDERANDO, ausência de licitantes, com documentação apta a participar dos certame Licitatório.

CONSIDERANDO, que a administração pública tem o poder/dever de rever seus atos a qualquer momento.

**RESOLVE:**

Art. 1º. REVOGAR o Processo Licitatório nº 48/2015, modalidade Tomada de Preço nº 7 de 30/03/2015, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste-SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.  
Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 28 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 029/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000  
- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 029/2015

DESIGNA GILSON PEITER TESTONI A PRESIDIR O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 150, da Lei Complementar nº 80/2011, Plano Diretor Municipal, Lei Complementar nº 91 de 18 de novembro de 2013 e Lei Complementar nº 96 de 17 de março de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Designar o Sr. Gilson Peiter Testoni, Secretário Municipal de Tributação e Fiscalização a presidir os atos referentes ao Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de abril de 2015.  
JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

### DECRETO N.º 030/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -  
Fone: 48-32770122 - R.222  
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 030/2015

EXONERA FABIANA HOFFMANN PRATES DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSORA III.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, Inciso XVI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, FABIANA HOFFMANN PRATES do cargo de provimento efetivo de Professora III.

Art. 2.º- Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de abril de 2015.

JUCÉLIO KREMER  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

### EDITAL DE AUMENTO PROVISÓRIO DE CARGA HORÁRIA Nº 01/2015

EDITAL DE AUMENTO PROVISÓRIO DE CARGA HORÁRIA Nº 01/2015

O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, o processo seletivo para aumento provisório de carga horária para os professores do ensino fundamental (anos iniciais), para ministrar aulas ao 4º (quarto) ano vespertino no ano letivo de 2015.

Art. 2º - Os/as professores (as) os quais tiverem interesse em alteração de carga horária, para ministrar aulas ao 4º (quarto) ano vespertino deverão comparecer na hora e local determinado, pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º - Todos os/as professores (as) do ensino fundamental (anos iniciais) efetivos na Secretaria Municipal de Educação estão aptos a participarem, desde que estejam dentro dos critérios apresentados neste edital;

§ 2º - Os/as professores (as) que possuem interesse em alterar sua carga horária provisoriamente, para ministrar aulas ao 4º (quarto) ano vespertino, que não comparecerem no dia e local determinados, não estarão aptos para o aumento de carga horária provisória.

Art. 3º - Fica definido que o processo de aumento provisório de carga horária para ministrar aulas ao 4º (quarto) ano vespertino ocorrerá no dia 05 de maio de 2015 as 17h30min na Câmara de Vereadores, localizada no Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

Art. 4º - O aumento provisório de carga horária, para os efetivos, será concedido de acordo com os critérios, determinados pela Art. 1º da Resolução nº 09/2014, do CME:

I - Tempo de serviço no magistério público do município, conforme data de admissão no concurso realizado; havendo empate

II - Classificação no concurso prestado; havendo empate

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Art. 5º - Não havendo professor (a) efetivo, interessados em ministrar aulas ao 4º (quarto) ano vespertino, durante o ano letivo de 2015, abre-se tal edital para os (as) professores (as) com contrato de caráter temporário

§ 1º - Todos os/as professores (as) do ensino fundamental (anos iniciais) com contrato de caráter temporário na Secretaria Municipal de Educação estão aptos a participarem, desde que estejam dentro dos critérios apresentados neste edital;

§ 3º - Os/as professores (as) do ensino fundamental (anos iniciais), com contrato de caráter temporário que não comparecerem no dia e local determinados, não estarão aptos para a escolha das novas turmas.

Art. 6º - A escolha será realizada no dia 05 de maio de 2015, nas dependências da Câmara de Vereadores, após a escolha dos/as professores (as) do ensino fundamental (anos iniciais) efetivos.

§ 1º - A escolha será realizada de acordo com a classificação no processo seletivo nº 02/2014.

Art. 7º - Será concedido ao professor (a) do ensino fundamental - anos iniciais, que escolher ministrar aulas ao 4º (quarto) ano vespertino, o aumento de carga horária provisória de 20h ao dia.



Art. 8º - Após a concessão do aumento provisório de carga horária para o ano letivo de 2015, o Professor (a), deverá assinar o Anexo I, o qual será deferido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e encaminhado ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Educação.

São Pedro de Alcântara, 28 de abril de 2015.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Secretário de Educação, Cultura e Desporto

#### ANEXO I

#### REQUERIMENTO

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_, servidor (a) \_\_\_\_\_ da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para o cargo de Professor (a) do ensino fundamental (anos iniciais), solicito aumento de carga horária provisória para o ano letivo de 2015, conforme edital de aumento provisório de carga horária nº 02/2015 de 20 horas para atendimento da turma do quarto ano, turno vespertino para o ano letivo de 2015, na (o): E.B.M Drº Adalberto Tolentino de Carvalho

São Pedro de Alcântara, 05 de maio de 2015.

Nome:

#### LEI Nº 945, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

LEI Nº 945, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

"Autoriza o Município de São Pedro de Alcântara a Firmar Convênio com a Federação Catarinense de Karatê".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Federação Catarinense de Karatê, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º - O objeto do Convênio será para Custeio de passagem aérea para participação no Campeonato Sul-Americano 2015 na cidade de Santiago - Chile.

Art. 3º - O valor total do convênio não poderá ultrapassar a quantia de R\$7.025,30 (sete mil e vinte e cinco reais e trinta centavos).

Art. 4º - A Federação Catarinense de Karatê deverá prestar contas dos valores recebidos no prazo de 30 (trinta) dias após o término do convênio, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do Município.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamento fiscal vigente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de fevereiro de 2015.  
Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

#### LEI Nº 946, DE 02 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 946, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"Autoriza a Transferência de Recursos a Entidade que Menciona e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R\$17.500,00 (dezesete mil e quinhentos reais) em dez parcelas mensais de R\$1.750,00 (hum mil setecentos e cinquenta reais) a Associação Coral de São Pedro de Alcântara.

Art. 2º - O auxílio financeiro será repassado para custear despesas de manutenção, treinamento e apresentação do Coral.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, correrá por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 4º - A entidade beneficiada com esta Lei, deverá prestar contas dos valores recebidos no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento, na forma estabelecida pelo serviço de Contabilidade no Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2015.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 03 de março de 2015.

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

#### LEI Nº 947, DE 02 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 947, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"Dispõe Sobre a Criação de Função Gratificada - FG - Setor de Dívida Ativa".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Cria a Função Gratificada - FG - Setor de Dívida Ativa, com o objetivo de exercer a função de chefia e coordenação subordinada a Secretaria de Tributos e Fiscalização.

Parágrafo Único - O valor de Função Gratificação será equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do Cargo Efetivo.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 03 de março de 2015.  
Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 948, DE 16 DE MARÇO DE 2015**

LEI Nº 948, DE 16 DE MARÇO DE 2015

"Autoriza Pagamento de Incentivo Adicional ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde do Programa Estratégia Saúde da Família e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar Pagamento de Incentivo Adicional as Agentes Comunitárias de Saúde do Programa Estratégia Saúde da Família no valor de R\$ 1.014,00 (mil e quatorze reais), deduzido as contribuições previdenciárias e tributárias.

Art. 2º - O Incentivo Adicional se restringe ao mês de dezembro de 2014 e deve ser proporcional aos meses trabalhados no mesmo exercício, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês ou fração superior a 15 (quinze) dias.

Art. 3º - A despesa desta Lei correrá por conta das dotações do Orçamento Vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de março de 2015.

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 949, DE 23 DE MARÇO DE 2015**

LEI Nº 949, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"Revoga os Parágrafos 2.º e 3.º do Artigo 1.º e Altera o Artigo 2.º da Lei Ordinária n.º 693 de 26 de junho de 2012 e dá outras providências."

VALDINO KUHN, Presidente (e.e.) da Câmara Municipal de Vereadores de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam revogados os parágrafos 2.º e 3.º do artigo 1.º da Lei n.º 693/2012.

Art. 2º - O artigo 2.º da Lei 693/2012 passa a ter a seguinte redação:

Art. 2.º- O subsídio mensal do Presidente da Câmara de Vereadores para Legislatura 2013/2016 é fixado em R\$ 3.760,72 (três mil setecentos e sessenta reais e setenta e dois centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de março de 2015.

Valdino Kuhn  
Presidente da Câmara Municipal (e.e.)

**LEI Nº 950, DE 23 DE MARÇO DE 2015**

LEI Nº 950, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"Autoriza o Município de São Pedro de Alcântara a Firmar Convênio com o Músico Fabrício Luiz e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com o Músico Fabrício Luiz, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 2º - O objeto do Convênio será para o custeio de gravação em estúdio de 05 (cinco) músicas que relatam a história do Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 3º - O valor total do Convênio não poderá ultrapassar a quantia de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).

Art. 4º - O músico deverá prestar contas dos valores recebidos no prazo de 30 (trinta) dias após o término do convênio, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do Município.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de março de 2015.

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 951, DE 23 DE MARÇO DE 2015**

LEI Nº 951, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"Autoriza o Município de São Pedro de Alcântara a Firmar Convênio com a Federação Catarinense de Karatê".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a Federação Catarinense de Karatê, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º - O objeto do Convênio será para Custeios de viagem para participação no Campeonato Sul-Americano 2015 na cidade de Copiapó - Chile.

Art. 3º - O valor total do convênio não poderá ultrapassar a quantia de R\$2.448,00 (dois mil quatrocentos e quarenta e oito).

Art. 4º - A Federação Catarinense de Karatê deverá prestar contas dos valores recebidos no prazo de 30 (trinta) dias após o término do convênio, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do Município.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamento fiscal vigente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de março de 2015.

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 952, DE 23 DE MARÇO DE 2015**

LEI Nº 952, DE 23 DE MARÇO DE 2015

"Altera o Artigo 2º da Lei nº945/2015 e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Artigo 2º da Lei nº945/2015, na forma que segue:

Art.2º - O objeto do Convênio será para custeio de passagem aérea para Participação no Campeonato Sul-Americano 2015 na Cidade de Copiapó - Chile.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à partir de 24 de fevereiro de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 24 de março de 2015.

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 953, DE 06 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 953, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"Dispõe Sobre a Alteração do Artigo 1º, da Lei Municipal nº723, de 19 de dezembro de 2012 e dá outras providências".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e.) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 1º da Lei Municipal nº723, de 19 de dezembro de 2012, passa a ter a seguinte redação:

Art.1º - Torna-se Obrigatório o Ensino dos Idiomas Alemão e Inglês na Rede Municipal de Ensino em todos os anos do Ensino Fundamental.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 07 de abril de 2015.

Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e.)

### **LEI Nº 954, DE 06 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 954, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"Altera a Planilha de Identificação dos projetos, Atividades e Operações Especiais do programa Apoio ao Esporte da LDO, Lei nº 914/14".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e.) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa APOIO AO ESPORTE da Lei 914/2014 alterando o novo da Ação - Construção de Academia e alterando o valor para R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Segue em anexo a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de abril de 2015.

Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e.)

### **LEI Nº 955, DE 06 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 955, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e.) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$46.000,00 (quarenta e seis mil reais) na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.0005.1.022 - Construção de Academia de Rua R\$ 46.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.000 - Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais) na dotação abaixo identificada:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2.006 - Recadastramento Imobiliário R\$ 46.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000 - Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de abril de 2015.

Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e.)

**LEI Nº 956, DE 06 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 956, DE 06 DE ABRIL DE 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a Aderir ao Programa BADESC Cidades e tomar Empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e.) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento na área de infraestrutura, tendo como objetos pavimentação em lajotas, drenagem, calçadas e pontes.

Art. 3º - Para entendimento das necessidades financeiras do Programa de Investimentos mencionados no Artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Parágrafo Único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos Projetos de Lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei, deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do Inciso II, §1º, Art.32, da Lei Complementar nº101/2000.

Art.7º - Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de abril de 2015.

Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e.)

**LEI Nº 957, DE 13 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 957, DE 13 DE ABRIL DE 2015

"Concede Revisão Geral Anual do Valor do Vencimento dos Servidores e do Subsídio dos Agentes Políticos e dá outras providências".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e.) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida Revisão Geral Anual, no Percentual de 3,85% (três vírgula oitenta e cinco por cento), respeitados os limites de comprometimento fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101/2000).

Art. 2º - Concede também Revisão Geral Anual no percentual de 3,85% (três vírgula oitenta e cinco por cento), as funções gratificadas descritas no anexo III da Lei 19 de 08 de março de 1997 e nas gratificações de todos os médicos, enfermeiros e demais gratificações.

Art. 3º - A despesa decorrente desta Lei correrá por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2015 revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 14 de abril de 2015.

Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e.)

**LEI Nº 958, DE 13 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 958, DE 13 DE ABRIL DE 2015

"Concede Aumento Real no Vencimento dos Servidores e dá outras providências".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e.) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido Aumento Real no vencimento dos Servidores de 0,15% (quinze centésimos por cento), respeitado os limites de comprometimento, fixados na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101/2000).

Art. 2º - A despesa desta Lei correrá desta Lei correrá por conta das dotações do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2015 revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 14 de abril de 2015.

Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e.)



**LEI Nº 959, DE 13 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 959, DE 13 DE ABRIL DE 2015

"Altera o Artigo 1º da Lei nº876/2014 e dá outras providências".

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e.) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Artigo 1º da Lei nº876/2014, passa a ter a seguinte redação:

Art.1º - Fica denominada Rua Ademar Antônio Koerich, a via localizada a 500m (quinhentos metros) a direita, na Rua Matias Nicolau Hoffmann, Bairro Boa Parada, com extensão de 340m (trezentos e quarenta metros).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 14 de abril de 2015.

Edson José da Silva Filho  
Prefeito Municipal (e.e.)

**LEI Nº 960, DE 27 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 960, DE 27 DE ABRIL DE 2015

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a Efetuar Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de São Pedro de Alcântara".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no orçamento do Município de São Pedro de Alcântara, crédito suplementar no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na dotação abaixo identificada para aderir ao PROGRAMA BADESC CIDADES.

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.1.083 - Construção de Pontes R\$ 130.657,30

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0010 - Aplicações Diretas R\$ 130.657,30

07.01.15.452.0010.1.073 - Construção de um muro R\$ 27.468,50

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0010 - Aplicações Diretas R\$ 27.468,50

07.01.15.452.0010.1.071 - Construção de Passeios e Calçadas R\$ 33.669,30

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0010 - Aplicações Diretas R\$ 33.669,30

07.01.26.782.0010.1.068 - Pavimentação de Ruas a Lajota R\$ 108.204,90

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0010 - Aplicações Diretas R\$ 108.204,90

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na dotação abaixo identificada:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.074 - Aquisição de Equipamentos R\$ 300.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0010 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 3º - De acordo com a Lei nº 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº956 de 06 de abril de 2015.

§1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

§2º - O saldo da Operação de Crédito contratada por força da Lei referida no caput deste artigo que não for liberada durante o exercício, deverão ser incorporadas na previsão orçamentária do próximo exercício.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 28 de abril de 2015.

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 961, DE 27 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 961, DE 27 DE ABRIL DE 2015

"Altera o Artigo 2º da Lei nº956/2015 e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Artigo 2º da Lei nº956/2015, na forma que segue:

Art.2º - A adesão ao Programa Badesco Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento na área de infraestrutura, tendo como objetos pavimentação em lajotas, drenagem, calçadas, pontes, muros e demais obras de infraestrutura.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 28 de abril de 2015.

Jucélio Kremer  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 165/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 165/2015

Exonera FABIANA HOFFMANN PRATES do cargo em Comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Frei Ático.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,



**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, FABIANA HOFFMANN PRATES do cargo em Comissão de Diretora do Centro de Educação Infantil Frei Ático.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de abril de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 166/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 166/2015

Concede férias ao servidor EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, ocupante do cargo de Vice Prefeito, férias por 18 dias que gozará a partir de 28/04/2015 a 15/05/2015, referente ao período aquisitivo de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 217/2014.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de abril de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**PORTARIA N.º 167/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 167/2015

Exonera ELAINE CRISTINA MARTINS do cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Edificações..

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara,

no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar a pedido da servidora, ELAINE CRISTINA MARTINS do cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de abril de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

**QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 063/2014**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 063/2014, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA CLAUDINE CAPISTRANO PEREIRA LIMA DE OLIVEIRA OCUPANTE DO CARGO DE ODONTOLOGA.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita CLAUDINE CAPISTRANO PEREIRA LIMA DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 039.831.689-90, residente e domiciliada a Avenida Desembargador Pedro Silva, nº. 1952 - Coqueiros, Florianópolis/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 063/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 063/2014 até o dia 26/10/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 30 de abril de 2015.

MUNICÍPIO      CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 062/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 062/2014, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA OCUPANTE DO CARGO DE ODONTOLOGA - ESF.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita CAMILA GUIMARÃES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 009.474.539-03, residente e domiciliada a Rua Pedro André Hermes, nº. 168 - Nossa Senhora do Rosário, São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 062/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 062/2014 até o dia 26/10/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 30 de abril de 2015.

MUNICÍPIO      CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 052/2014**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 052/2014, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORITA DAYANA CRISTINA COSTA OCUPANTE DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita DAYANA CRISTINA COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 086.024.789-92, residente a Rua Fermino José de Souza, nº. 92, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997

e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 052/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 052/2014 até o dia 26/10/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 30 de abril de 2015.

MUNICÍPIO      CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

**TERMO DE DESISTÊNCIA PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2014 ANA PAULA MOREIRA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2014

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de 2015, ANA PAULA MOREIRA por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo Edital nº. 002/2014, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professora II - Educação Infantil, classificação 06, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de abril de 2015.

**TERMO DE DESISTÊNCIA PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2014 EDUARDA STAHELIN**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2014

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de 2015, EDUARDA STAHELIN por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo Edital nº. 002/2014, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professora II - Educação Infantil, classificação 08, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de abril de 2015.

**TERMO DE DESISTÊNCIA PROCESSO SELETIVO  
EDITAL N.º 002/2014 TATIANA CORDEIRO DA SILVA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 002/2014

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de 2015, TATIANA CORDEIRO DA SILVA por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo Edital nº. 002/2014, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professora II - Educação Infantil, classificação 07, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de abril de 2015.

**Schroeder****PREFEITURA****DECRETO Nº 3.302/2015 DE 28 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº3.302/2015, de 28 de abril de 2015

CONVOCA A 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, e, considerando atender a Legislação da Presidência da República da Lei nº8.142, de 28 de dezembro de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica convocada a 4ª Conferência Municipal de Saúde, que será realizada no dia 28 de maio de 2015.

Art. 2º A 4ª Conferência Municipal de Saúde terá como tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro". Os eixos temáticos são:

I - Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade.

II - Participação Social; Reformas Democráticas e Populares do Estado;

III - Financiamento do SUS e Relação Público-Privado; Gestão do SUS e Modelos de Atenção à Saúde;

IV - Valorização do Trabalho e da Educação em Saúde; Informação, Educação e Política de Comunicação do SUS; Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS;

Art.3º Os recursos necessários para a realização da Conferência correrão por conta de Dotação Orçamentária Específica prevista na Lei Orçamentária nº2.075/2014, de 2 de dezembro de 2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 28 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde

Publicado na mesma data.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.303/2015 DE 28 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº 3.303/2015 de 28 de abril de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.098/2015 de 14 de abril de 2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.361.3009.2.371 - Transporte Escolar - Ens. Fundamental  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 230.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental  
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Obras e Instalações R\$ 20.000,00  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 40.000,00  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 66.000,00

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil - "Creches"  
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Obras e Instalações R\$ 33.000,00  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 33.000,00

05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância  
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 13.000,00  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 12.500,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO  
05.02.12.365.3009.2.367 - Manutenção dos Jardins de Infância.  
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0036 - Obras e Instalações R\$ 12.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de abril de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.304/2015 DE 28 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº 3.304/2015 de 28 de abril de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.518,15 (três mil quinhentos e dezoito reais e quinze centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER  
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas  
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0034 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 3.518,15

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER  
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas  
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0034 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.518,15

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 28 de abril de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**DECRETO Nº 3.305/2015 DE 29 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 3.305/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MÉDICO - ESF PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando a informação repassada pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de ofício nº 032/2015 - SMS, datado de 13 de abril de 2015, para a contratação de 01 (um) profissional MÉDICO



- ESF para atuar na Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que no Processo Seletivo nº 002/2014 - ESF/NASF foi disponibilizada vaga, onde 2 candidatos foram aprovados, porém a lista já foi exaurida;

Considerando que o Concurso Público nº 001/2012 - ESF/NASF ainda está vigente, porém, a lista de candidatos já foi exaurida;

Considerando que o referido Secretário já foi orientado a proceder com os ditames para realização de novo processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACT's e concurso público para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde;

Considerando que os profissionais da Saúde são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos munícipes conforme legislação específica.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a Saúde como um direito social pétreo e inalienável;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional MÉDICO - ESF para atuar na equipe do Programa Estratégia Saúde da Família - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 29 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### DECRETO Nº 3.306/2015 DE 29 DE ABRIL DE 2015

DECRETO Nº 3.306/2015 de 29 de abril de 2015  
ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA (REMANEJAMENTO) NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - UNID. DE SAÚDE  
04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 13.200,00  
3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Auxílio-Alimentação R\$ 1.100,00  
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Obrigações Patronais R\$ 4.200,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - UNID. DE SAÚDE  
04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família  
3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0211 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 18.500,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 29 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 107/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 107/2015-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 05/2015-PMS - Processo nº. 58/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 09 de Maio, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 85m e área total de 866,75 m² e da Rua Porto Alegre, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 51,5m e área total de 365,29 m² conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse. Valor do contrato: R\$ 118.285,24 (Cento e dezoito mil, duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

Data da Assinatura: 29/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

Oswaldo Jurck - Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 108/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 108/2015-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 04/2015-PMS - Processo nº. 57/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de



Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Tarcísio José Bertoldi, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 50m e área total de 300,00 m², conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014.

Valor do contrato: R\$ 38.380,34 (trinta e oito mil trezentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 29/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

### **I ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO Nº. 34/2015 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I Errata do Extrato do Contrato nº. 34/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 29/2015-FMS - Dispensa de Licitação nº. 16/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.873.068/0001-40, estabelecida na Rua São Luiz, nº. 127, Galpão K, Bairro Aeroporto, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88705-190.

Objeto: consiste na aquisição de medicamento fornecido pela Secretaria de Saúde através de Ação Civil Pública nº 0900062-69.2015.8.24.0026 do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	NEBLOCK 5MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS	30	Comprimido	1,238	37,14
02	ETNA CAIXA COM 50 COMPRIMIDOS	50	Comprimido	1,384	69,20
VALOR R\$ TOTAL					106,34

Valor do contrato: R\$ 106,34 (cento e seis reais e trinta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 23/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 2.100/2015**

LEI Nº2.100/2015

AUTORIZA A DOAÇÃO DE 45 CARTEIRAS COM CADEIRAS USADAS PARA USO NAS SALAS DE CATEQUESE - PARÓQUIA SÃO VENDELINO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder público municipal autorizado a efetuar a doação à unidade da PARÓQUIA SÃO VENDELINO DE SCHROEDER, 45 carteiras com cadeiras (usadas) para uso nas salas de catequese.

Art. 2º O objeto descrito no Art. 1º destina-se ao uso exclusivo da PARÓQUIA SÃO VENDELINO DE SCHROEDER, cuja finalidade de utilização será na didática nas aulas de Catequese.

Art. 3º O não cumprimento ao disposto no artigo 2º, ensejará na reintegração imediata dos bens ao Doador.

Art. 4º O Donatário receberá as carteiras e cadeiras no estado que se encontram, com a devida baixa nos órgãos competentes, não cabendo ao Doador custos de manutenção, sendo estes de responsabilidade do Donatário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 29 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**PORTARIA Nº 6.046/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 6.046/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

**RESOLVE :**

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº018.026.899-66, CREA SC nº51.856-6, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução de serviços para realização (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 9 de Maio, localidade de Schroeder I, neste Município, compreendendo uma extensão de 85,00m e área total de 866,75m² e da Rua Porto Alegre, localidade de Schroeder I, neste Município, compreendendo uma extensão de 51,50m e área total de 365,29m² de acordo com as especificações no Contrato nº. 107/2015-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 05/2015-PMS, Processo nº. 58/2015-PMS - empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

**PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Schroeder, 29 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças**PORTARIA Nº 6.047/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 6.047/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

**RESOLVE :**

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº018.026.899-66, CREA SC nº51.856-6, o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 e o Senhor Otoniel da Silva,

Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução de serviços para realização (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Tarcísio José Bertoldi, na localidade de Schroeder I, neste Município, compreendendo uma extensão de 50,00m e área total de 300,00m², de acordo com as especificações no Contrato nº. 108/2015-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 04/2015-PMS, Processo nº. 57/2015-PMS - empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

**PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Schroeder, 29 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças**PORTARIA Nº 6.048/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 6.048/2015, de 29 de abril de 2015

REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº1.578/2007, de 15 de maio de 2007,

**RESOLVE :**

Art. 1º Nomear os membros, abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social de Schroeder, a saber:

**I - REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:**

a) Representantes das Secretarias Municipais de Saúde e Assistência Social:

- Silvana Ferreira - Titular  
- Paulo Henrique Gneipel - Suplente

b) Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

- Scheila Adriana Müller - Titular  
- Tereza Stefan Harmel - Suplente

c) Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças:

- Jonny Jordy Walz - Titular  
- Guilherme Lessmann - Suplente

**II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**

b) Representantes de Entidades de Trabalhadores do Setor de Assistência Social:

- Viviane Rodrigues - Titular  
- Giselle Tomaselli Obenaus - Suplente

c) Representantes dos Usuários e/ou Organizações de Usuários da Assistência Social:

- Regina Vanda Kuster - Titular
- Cátia Mara Dallagnolo - Suplente
- Ercílio Sílvio Ramos - Titular
- Luciana Pereira dos Santos - Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de abril de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

## REGIMENTO INTERNO - CMAS

Regimento Interno  
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Schroeder, instituído pela Lei Municipal n.º 1.578/07, de caráter permanente, é órgão deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador do Sistema Único de Assistência Social, de composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil, vinculado a Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º São Instâncias de Organização do CMAS:

- a) Plenário;
- b) Coordenação;
- c) Comissões.

Art. 3º O Plenário é composto por todos Conselheiros em exercício pleno de seu mandato e é órgão soberano das deliberações do CMAS.

Art. 4º O plenário somente poderá funcionar com a presença de todos os membros titulares e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos presentes à sessão, ressalvadas as questões que por força deste regimento exijam quórum qualificado.

§1º Para efeitos de análise do quórum mínimo para funcionamento do plenário, poderão ser consideradas as presenças dos membros suplentes, desde que o membro titular tenha justificado sua ausência.

§2º No caso das votações referidas no caput, persistindo um empate o plenário decidirá sobre a forma de desempate.

Art. 5º As sessões plenárias serão ordinárias, extraordinárias e solenes.

§1º As Sessões plenárias ordinárias ocorrerão mensalmente, conforme convocação do Presidente ou requerimento da maioria de seus membros.

§2º As sessões extraordinárias ocorrerão por convocação do Presidente ou requerimento da maioria de seus membros, que deverá mencionar o assunto a ser tratado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§3º As sessões solenes ocorrerão por deliberação do Plenário, terão ampla divulgação, e destinam-se a comemoração, homenagem ou outro ato simbólico a critério do CMAS.

Art. 6º De cada sessão plenária do CMAS será lavrada uma ata

pelo secretário, contendo em resumo os assuntos tratados e as deliberações que forem tomadas, que será assinada por todos os presentes ao final da sessão.

Parágrafo único. Qualquer conselheiro poderá solicitar que seja consignado em ata a expressão de seu voto.

Art. 7º As deliberações do CMAS com efeito normativo terão a forma de resoluções, de natureza decisória ou opinativa, a juízo do plenário.

Parágrafo único. As resoluções do Conselho serão publicadas no mural de publicações oficiais do município e outro meio disponível para tal, em até 5 dias após sua aprovação pelo plenário.

Art. 8º A coordenação do CMAS, responsável pela condução dos trabalhos do Conselho, em conformidade com o presente regimento, será exercida de forma colegiada e é composta por:

- I - Presidente;
- II - Vice-presidente;
- III - Secretário Geral e
- IV - Secretário Adjunto.

§1º A coordenação geral será exercida pelo Presidente do Conselho e, em sua ausência ou impedimento, pelo Vice-presidente;

§2º Ocorrendo ausência do Vice-presidente, a coordenação será exercida pelo Secretário Geral;

§3º Nos casos de vacância do cargo de Presidente, o Vice-presidente completará o mandato.

§4º O mandato da diretoria será de dois anos, facultada a reeleição por igual período, conforme determinado pelo art. 11 da Lei Municipal n.º 1.578/2007.

Art. 9º São atribuições do Presidente:

- I - Presidir as sessões plenárias, tomando parte nas discussões e votações com direito a voto;
- II - Decidir preliminarmente as questões de ordem, reclamações e solicitações, cabendo recurso à plenária, por parte do interessado;
- III - Convocar as sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes;
- IV - Distribuir as matérias às comissões;
- V - Assinar a correspondência oficial do Conselho;
- VI - Representar o Conselho em eventos, nas solenidades, reuniões ou onde se faça necessário, zelando pelo seu prestígio.

Art. 10. Compete ao Vice-presidente participar do trabalho de coordenação, juntamente com os demais integrantes e substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 11. A secretaria geral do conselho será exercida pelo Secretário Geral, com apoio administrativo da Prefeitura Municipal de Schroeder, conforme previsto no art. 8º da Lei Municipal n.º 1.578/2007.

Parágrafo único: Nas ausências ou impedimentos do Secretário Geral, assumirá imediata e automaticamente o secretário adjunto.

Art. 12. A secretaria Geral do Conselho manterá:

- I - Registro de correspondência recebida e remetida com os nomes dos remetentes e destinatários e respectivas datas;
  - II - Propor à coordenação a requisição de funcionários da administração municipal para execução dos serviços de secretaria executiva do CMAS;
  - III - Manter controle das presenças dos conselheiros às sessões comunicando o Presidente os casos de perda de mandato, conforme estabelecido no artigo 5º da Lei Municipal n.º 1.578/2007.
- Parágrafo único. As justificativas para as faltas dos conselheiros serão apresentadas pela Secretaria Geral e submetidas à votação do Plenário do CMAS.

Art. 13. As comissões são órgãos delegados e auxiliares do Plenário, a quem compete realizar estudos, diligências e discussões que julgar necessários para emitir pareceres sobre as matérias que lhes forem distribuídas.

Art. 14. As comissões dividem-se em comissões permanentes e comissões temporárias.

§1º São comissões permanentes:

I - Comissão de Normas, Inscrição e Fiscalização das Entidades, Serviços, Programas, Projetos e Benefícios de Assistência Social;

II - Comissão de Financiamento e Fundo;

III - Comissão de Política e Plano Municipal;

IV - Comissão de Controle Social do Programa Bolsa Família.

§2º As comissões temporárias poderão ser criadas pelo Plenário a qualquer tempo, com indicação de objetivos, prazos e componentes.

§3º As comissões são autônomas para determinar sua forma de funcionamento, bem como para o convite e aceite da participação de colaboradores sem direito a voto.

Art.15. Alterações a este regimento poderão ser feitas a qualquer momento, em plenária convocada para este fim, sendo necessária para consolidar a alteração a votação favorável da maioria qualificada de dois terços dos membros do CMAS.

Art. 16. Os casos omissos serão decididos pela Presidente do CMAS, cabendo recurso hierárquico ao plenário, no prazo de 05 (cinco) dias da comunicação da decisão acatada, julgando o plenário tal recurso e decidindo pela sua procedência ou improcedência pela maioria qualificada de dois terços dos membros do CMAS.

Art. 17º Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo plenário do CMAS, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de abril de 2015.

Ercílio Silvio Ramos  
Presidente do CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº 002/2015 - CMAS**

Resolução nº. 002/2015.

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, da Norma Operacional Básica - NOB/SUAS;

Considerando a reunião ordinária, realizada na data de 23 de abril de 2015;

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 23 de abril de 2015.

Ercílio Silvio Ramos  
Presidente do CMAS

### **RESOLUÇÃO Nº. 002/2015-CMS**

RESOLUÇÃO Nº. 002/2015-CMS

APROVAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE - 2014 E 2015

O Conselho Municipal de Saúde, por maioria dos votos dos Conselheiros presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde, de 29 de abril de 2015 RESOLVE APROVAR a Programação Anual de Saúde - 2014 e 2015.

Assim, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, em cumprimento ao que determina o Parágrafo V do Art. 18 da Lei Municipal nº 1.586 de 05 de outubro de 2007, Assina a presente Resolução do Conselho e a encaminha para que seja devidamente Publicada.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder/SC, 29 de abril de 2015.

Valmor Heins Stricker

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2015-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2015-PMS, PROCESSO Nº. 57/2015-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Tarcísio José Bertoldi, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 50m e área total de 300,00 m², conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014.

Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guarimirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 38.380,34 (trinta e oito mil trezentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 29/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2015-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 05/2015-PMS, PROCESSO Nº. 58/2015-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 09 de Maio, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 85m e área total de 866,75 m<sup>2</sup> e da Rua Porto Alegre, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 51,5m e área total de 365,29 m<sup>2</sup> conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse. Vencedor: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000.

Valor da proposta vencedora: R\$ 118.285,24 (Cento e dezoito mil, duzentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

Data da Assinatura: 29/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal



**ATA PREGÃO PRESENCIAL 35/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 35/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2015 Data do Processo: 10/04/2015
	Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de óleo, filtro, tacógrafo e extintores para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 59/2015 (Sequência: 1)**

Ao(s) 29 de Abril de 2015, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 60312015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 72/2015, Licitação nº 35/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas JARAGUÁ PNEUS LTDA. - EPP e POSTO AGRICOPEL LTDA., devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas JARAGUÁ PNEUS LTDA. - EPP e POSTO AGRICOPEL LTDA. estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas JARAGUÁ PNEUS LTDA. - EPP e POSTO AGRICOPEL LTDA. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa JARAGUÁ PNEUS LTDA. - EPP para o lote 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa JARAGUÁ PNEUS LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora a empresa POSTO AGRICOPEL LTDA. para o lote 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa POSTO AGRICOPEL LTDA. apresentou Alvará de Licença e Localização, documentos exigido no edital no item 7.1.7 sem autenticação, sendo que este deve vir conforme o edital no item 7.4, sendo assim a empresa POSTO AGRICOPEL LTDA. não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada, tendo em vista que a licitação é por lote e a empresa foi a única a cotar o lote será concedido o prazo de oito dias úteis sendo até o dia 12/05/2015 para apresentação de envelope com a nova documentação conforme prevê o edital no item 9.21. Caso a empresa não apresente a documentação no prazo previsto a mesma será considerada inabilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão nos termos do artigo 4, xx da Lei Federal nº 10.520/02. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

**LOTE: 1**

**Participante: 13072 - JARAGUA PNEUS LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Filtro lubrificante: celta, corsa e prisma	UN	60,00	TECFIL	0,0000	10,38	622,80
2	Filtro combustível: celta, corsa e prisma	UN	60,00	TECFIL	0,0000	11,04	662,40
3	Filtro de ar: celta e prisma	UN	30,00	WEGA	0,0000	8,80	264,00
4	Filtro combustível: kombi	UN	10,00	TECFIL	0,0000	12,94	129,40
5	Filtro lubrificante: kombi	UN	10,00	TECFIL	0,0000	12,98	129,80
6	Filtro de ar: kombi	UN	6,00	TECFIL	0,0000	30,72	184,32
7	Filtro combustível: fiat vivace	UN	15,00	TECFIL	0,0000	11,04	165,60
8	Filtro de ar: fiat vivace	UN	12,00	TECFIL	0,0000	11,15	133,80
9	Filtro lubrificante: fiat uno e vivace	UN	12,00	WEGA	0,0000	12,80	153,60
10	Filtro combustível: doblô	UN	10,00	TECFIL	0,0000	11,04	110,40
11	Filtro de ar: doblô	UN	10,00	WEGA	0,0000	37,74	377,40
12	Filtro lubrificante: doblô	UN	10,00	TECFIL	0,0000	12,80	128,00
13	Filtro lubrificante: boxer	UN	10,00	TECFIL	0,0000	53,84	538,40
14	Filtro de ar: boxer	UN	10,00	WEGA	0,0000	49,26	492,60
15	Filtro combustível: boxer	UN	10,00	WEGA	0,0000	55,10	551,00
16	Filtro lubrificante: courier	UN	6,00	TECFIL	0,0000	12,32	73,92
17	Filtro combustível: courier	UN	6,00	TECFIL	0,0000	16,80	100,80
18	Filtro de ar: courier	UN	6,00	WEGA	0,0000	14,80	88,80
19	Filtro lubrificante: logan	UN	20,00	TECFIL	0,0000	19,20	384,00
20	Filtro de ar: logan	UN	15,00	WEGA	0,0000	35,78	536,70

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 35/2015 - PR</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2015 Data do Processo: 10/04/2015
	Folha: 2/3

**LOTE: 1****Participante: 13072 - JARAGUA PNEUS LTDA - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
21	Filtro combustível: logan	UN	20,00	TECFIL	0,0000	16,00	320,00
22	Filtro combustível: master	UN	15,00	WEGA	0,0000	34,25	513,75
23	Filtro de ar: master	UN	10,00	WEGA	0,0000	42,49	424,90
24	Filtro lubrificante: master	UN	15,00	WEGA	0,0000	30,24	453,60
25	Filtro Combustível: pálio 1.8	UN	15,00	TECFIL	0,0000	11,04	165,60
26	Filtro lubrificante: pálio 1.8	UN	15,00	WEGA	0,0000	20,32	304,80
27	Filtro de ar: pálio 1.8	UN	12,00	TECFIL	0,0000	31,17	374,04
28	Filtro combustível : duster	UN	12,00	TECFIL	0,0000	16,00	192,00
29	Filtro lubrificante: duster	UN	12,00	TECFIL	0,0000	19,20	230,40
30	Filtro combustível: uno	UN	12,00	TECFIL	0,0000	15,21	182,52
31	Filtro de ar: uno	UN	10,00	TECFIL	0,0000	15,74	157,40
32	Filtro ar: corsa	UN	10,00	WEGA	0,0000	25,19	251,90
33	Filtro lubrificante: iveco	UN	15,00	WEGA	0,0000	54,93	823,95
34	Filtro de ar: iveco	UN	12,00	WEGA	0,0000	106,29	1.275,48
35	Filtro combustível: iveco	UN	15,00	WEGA	0,0000	22,02	330,30
36	Caixa tacógrafo 7 dias - 180 Km/h	UN	35,00	DML	0,0000	28,29	990,15
37	Caixa tacógrafo diário - 24 horas	UN	35,00	DML	0,0000	19,10	668,50
38	Extintor para veículo e caminhão - conforme normas vigentes	UN	50,00	EXTIM POWER	0,0000	79,99	3.999,50
39	Extintor para micro onibus e caminhão - conforme normas vigentes	UN	10,00	EXTIM POWER	0,0000	120,00	1.200,00
40	Filtro lubrificante: sprinter	UN	10,00	WEGA	0,0000	18,21	182,10
41	Filtro separador de combustível: sprinter	UN	10,00	WEGA	0,0000	57,12	571,20
42	Filtro de ar: sprinter	UN	6,00	WEGA	0,0000	44,89	269,34
43	Tacógrafo diário 180 KM/H - caixa	UN	30,00	DML	0,0000	29,57	887,10
44	Óleo motor CG4 15W40 (balde 20 Lt)	UN	50,00	SELENIA	0,0000	257,49	12.874,50
45	Óleo motor 10 W 40 API - SN (litro) - 10.000 Km	UN	500,00	VALVOLINE	0,0000	22,22	11.110,00
46	Filtro de ar: duster	UN	6,00	WEGA	0,0000	35,78	214,68

Total do Participante —→ 44.795,45

Total Geral —→ 44.795,45

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 29 de Abril de 2015

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- ..... - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- ..... - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- ..... - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Equipe de Apoio

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 35/2015 - PR</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 72/2015 Data do Processo: 10/04/2015

Folha: 3/3

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ERPÍDIO MAI - ..... - Representante

CLEUSA FATIMA HOFFMANN MACHADO DA SILVA - ..... - Representante

ELOIR JOSÉ WENDT - ..... - Setor Solitante

# Serra Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 105/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 063/2014	
EXTRATO PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL	
1º Aditivo ao Contrato Nº.:	105/2014
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	DA SILVA E LAMB MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA EPP.
Objeto.....	<p>O presente Aditamento Contratual tem por objeto:</p> <p>Alterar o Item "3.1 da Cláusula Terceira- Dos Prazos de Execução e Vigência" relativo ao contrato nº 105/2014, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA"</p> <p>3.1 - A partir da presente data fica aditivado o Termo Específico de Contrato entre as partes, na forma da Lei nº 8.666/93, pelo período de 01/05/2015 à 30/06/2015, podendo ser prorrogado, mediante novo Termo Aditivo Contratual, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e 8.883/94.</p>
SERRA ALTA, 30 de ABRIL de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

### EXTRATO RESCISÃO AO CONTRATO Nº 068/2013

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2013	
EXTRATO RESCISÃO CONTRATUAL	
Rescisão ao Contrato Nº.:	068/2013
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada	ADERNANDA PAULA DOS SANTOS.
Objeto.....	O presente Termo tem por objetivo a Rescisão Contratual a partir da presente data do contrato nº68/2013, que refere-se a CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO (A) CIVIL, devidamente inscrito no CREA para atuar junto aos Departamentos da estrutura organizacional do Município de Serra Alta/SC, totalizando uma carga horária de 24 horas semanais.
	CLÁUSULA SEGUNDA - DO DISTRATO
	2.0 Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.
SERRA ALTA, 30 de abril de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

### LEI COMPLEMENTAR Nº 024/2015

Lei Complementar nº 024, de 29 de abril de 2015.

"ALTERA O ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR 684/2005, o referido anexo da Lei Complementar 14/2013, CRIA MAIS UMA VAGA DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS PARA O CARGO DE NUTRICIONISTA, CRIA MAIS UMA VAGA DE 20 (VINTE) HORAS PARA O CARGO DE PSICÓLOGO, CRIA MAIS UMA VAGA DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS PARA O CARGO DE FISIOTERAPEUTA, ALTERA PLANO DE CARGOS e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o anexo I, da Lei Complementar nº. 684/2005 e os referidos anexos da Lei Complementar 14/2013, e suas alterações posteriores "que dispõe sobre o Plano de Cargos dos Servidores Públicos Municipais", passando a vigorar conforme anexo I, da presente Lei.

Art. 2º - Fica criado mais uma vaga ao cargo de Nutricionista com 20 (vinte) horas semanais junto ao Anexo I, item, 5.12, com a remuneração correspondente para o cargo.

Art. 3º - Fica criado mais uma vaga ao cargo de Psicólogo com 20 (vinte) horas semanais junto ao Anexo I, item 5.18, com remuneração correspondente ao cargo.

Art. 4º - Fica criado mais uma vaga ao cargo de Fisioterapeuta com 20 (vinte) horas semanais junto ao Anexo I, item 5.14, com remuneração correspondente ao cargo.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta (SC), 29 de abril de 2015.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrando e publicado conforme data supra

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

ANEXO I

(ANEXO I da Lei Complementar 684/2005)  
QUADRO DE CARGOS PERMANENTES

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	Nº DE VAGAS
1- SERVIÇOS GERAIS (SEG)	01.01	Auxiliar de Serviços Gerais	11	22
	01.02	Agente Educativo	11	06
	01.03	Auxiliar de manutenção e conservação	13	05
	01.04	Servente de Escola	11	08
2- SERVIÇOS AUXILIARES (SAL)	02.01	Assistente Administrativo	20	04
	02.02	Auxiliar de Saúde Bucal	20	02
	02.03	Bibliotecário	20	01
	02.04	Inseminador	20	02
	02.05	Auxiliar Administrativo	21	03
	02.06	Recepcionista	21	01
	02.07	Auxiliar de Enfermagem	22	05
	02.08	Agente administrativo	22	02
	02.09	Agente de serviços fazendários	22	01
	02.10	Agente de manutenção e conservação	22	01
3- SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	03.01	Motorista	31	09
	03.02	Mecânico	32	01
	03.03	Fiscal de tributos e serviços municipais	32	02
	03.04	Operador de máquinas	32	10
	03.05	Pedreiro	38	01
	03.06	Fiscal Sanitário e Ambiental	32	01
4- TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)	04.01	Técnico em administração	41	01
	04.02	Técnico de contabilidade	41	02
	04.03	Técnico em atividades agropecuárias	41	03
	04.04	Técnico em Enfermagem	41	00
	04.05	Técnico em saúde Bucal	41	01
	04.06	Tesoureiro	41	01
	04.07	Técnico em informática	41	01
5- TÉCNICO CIENTÍFICO	05.01	Advogado (20 horas)	51	01



	05.02	Administrador	53	01
	05.03	Assistente Social	51	02
	05.04	Contador	53	02
	05.05	Engenheiro Agrônomo	53	02
	05.06	Enfermeiro	53	02
	05.07	Odontólogo (20 horas)	52	02
	05.08	Odontólogo	54	01
	05.09	Médico	56	02
	05.10	Tecnólogo em informática	61	02
	05.11	Engenheiro Civil (20 horas)	53 A	01
	05.12	Nutricionista (20 horas)	50	02
	05.13	Farmacêutico (20 horas)	50	02
	05.14	Fisioterapeuta (20 horas)	50	03
	05.15	Médico Veterinário (20 horas)	50	01
	05.16	Coordenador CRAS	51	01
	05.17	Controlador interno	52	01
	05.18	Psicólogo (20 horas)	50	03
6- MAGISTÉRIO (MAG)	06.01	Professor I (20 horas)	61	12
	06.02	Professor II (20 horas)	61	20
	06.03	Segundo Professor (20 horas)	61	04
	06.04	Professor III	62	15
	06.05	Professor de Artes	62	06
	06.06	Professor de Educação Física	62	06
	06.07	Orientador Educacional	62	01
	06.08	Coordenador educacional	63	01
	06.09	Auxiliar Administrativo Educacional	63	01

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 01 2015 FMAS EDITAL DE CHAMAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
ATO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015

O MUNICÍPIO DE SIDEROPOLIS, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- SMAS torna público, para ciência dos interessados, o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 01/2015-SMAS objetivando receber documentação de entidades de assistência social interessadas em participar de seleção da melhor proposta de execução indireta dos SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV), para atender crianças, adolescentes, idosos e/ou indivíduos adultos em situação de Vulnerabilidade social no Município de Siderópolis/SC, para posterior formalização de convênio com essa Administração Municipal, mediante as condições estabelecidas no instrumento convocatório. As entidades da assistência social interessadas em atender ao Chamamento Público deverão apresentar, em envelope lacrado, a documentação exigida no período de 30/04/2015 até 29/05/2015, no horário de atendimento da Prefeitura Municipal. O Edital de Chamamento encontra-se disponível na Sede da Municipalidade a partir da data desta publicação. Maiores informações poderão ser sanadas através do e-mail: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br) ou telefone (48) 3435 3188.

Siderópolis, 28 de abril de 2015.  
HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

### 01 2015 TERMO DE COOPERAÇÃO

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E DE MEIO AMBIENTE  
TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2015

O Município de Siderópolis, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente torna público que estará celebrando TERMO DE COOPERAÇÃO, para Desenvolvimento de ações conjuntas e integradas, conforme "Projeto Lixo Tecnológico", visando proteger o meio ambiente através da destinação ambientalmente adequada ao lixo tecnológico advindo de diversas fontes como: escolas, empresas, particulares, entre outros.

COOPERADA: COLIX SOLUÇÕES PARA RESIDUOS LTDA / CNPJ.: 05.869.279/0001-68

DAS DESPESAS: O termo de cooperação não ensejará qualquer espécie de repasse financeiro e ou remuneração entre as partes, devendo cada um desenvolver e executar as ações de sua responsabilidade com seus próprios recursos.

VIGÊNCIA: A partir da data da publicação até 31/12/2015, podendo ser prorrogado.

HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

### 39 2015 TP MICROSSISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS  
Processo de Licitação PMS nº 39/2015  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO PMS Nº 01/2015

O Município de Siderópolis torna público às empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 18/05/2015, às 08h30min ( horário de Brasília) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Contratação de empresa especializada para implantação de Microsistema de Abastecimento de Água na área rural nas Comunidades de Santo Antônio, Rio Jordão Alto, Rio Jordão Médio, Linha Alexandre da Boit e Rio Jordão Baixo no município de Siderópolis/SC, conforme proposta SICONV nº 091700/2013 e Convênio nº 00226/2013 entre a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e o Município de Siderópolis, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo, projetos, planilha orçamentária. O edital já está disponível no Setor de Licitações do município (FABIOLA C. COMIN). Maiores informações: [licitacao@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitacao@sideropolis.sc.gov.br) ou (48) 3435 3188. Siderópolis, 29 abril de 2015.

HELIO ROBERTO CESA.  
Prefeito Municipal.

## Sombrio

### PREFEITURA

#### PP 011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2015

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para fornecimento cloro gás, a ser utilizado nas estações de tratamento de água do Município de Sombrio.

Base Legal: Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações, Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações e demais legislações correlatas.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 14h:00min do dia 14 de maio de 2015, com início da credenciamento e abertura marcada para as 14h:30min do dia 14 de maio de 2015.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h:00min as 11h:30min e das 13h:30min as 17h:30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio-SC, 29/04/2015

José Paulo Custódio

Diretor Presidente

#### TP059

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 59/2015

Objeto: contratação de empresa especializada para a pavimentação com cauq nas ruas JOÃO QUARTIEIRO e MÁXIMO RODRIGUES DA SILVA, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto arquitetônico anexo do edital. Tipo de julgamento: menor valor global por lote.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993.

Entrega dos envelopes: até as 09h:30min do dia 18/05/2015.

Abertura da Sessão: á partir das 10h:00min horas do dia 18/05/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 08h:00min as 11h:30min e das 13h:30min as 17h:30min ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC 29/04/2015

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

## Tigrinhos

### PREFEITURA

#### DECRETO 037/2015

DECRETO Nº. 037/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELA UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 8º, inciso III, da Lei Municipal nº 777, de 25 de novembro de 2014 - Lei Orçamentária Anual.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 104.480,86 (cento e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO: 06 - SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.1010.2.116 - Farmácia Básica

MODALIDADE: 3.3.90.03.0302 - Aplicações Diretas (XX)

FONTE DE RECURSO: 03.0302 - Superávit Saúde 15% R\$ 65.000,00

PROJ./ATIV.: 10.302.1010.2.066 - Manutenção da Secretaria de Saúde

MODALIDADE: 3.\_90.03.0323 - Aplicações Diretas (XX)

FONTE DE RECURSO: 03.0323 - Superávit Convênio Saúde R\$ 5.271,14

MODALIDADE: 3.3.90.03.1291 - Aplicações Diretas (XX)

FONTE DE RECURSO: 03.1291 - Sup. Transf. Conv. SUS Academia R\$ 230,15

MODALIDADE: 4.4.90.03.0388 - Aplicações Diretas (XX)

FONTE DE RECURSO: 03.0388 - Superávit Alienação de Bens Dest. a Progr. de Saúde R\$ 5.833,32

PROJ./ATIV.: 10.304.1010.2.121 - Programa Saúde da Família

MODALIDADE: 3.\_90.03.0364 - Aplicações Diretas (XX)

FONTE DE RECURSO: 03.0364 - Superávit Atenção Básica R\$ 28.146,25

TOTAL R\$ 104.480,86

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 104.480,86 (cento e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos) de que trata o artigo 1º do presente Decreto, ficam utilizados os recursos do Superávit Financeiro verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, apurado na fonte de recurso 0002- Recursos de Impostos p/ ASPS - Mínimo 17% no valor de R\$ 65.000,00, na fonte de recurso 0023 - Transferência Convênio - Saúde no valor de R\$ 5.271,14, na fonte de recurso 0207 - Transf. Convênio SUS Academia no valor de R\$ 230,15, na fonte de recurso 0088 - Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde no valor de R\$ 5.833,32 e na fonte de recurso 0064 - Atenção Básica no valor de R\$ 28.146,25.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

### DECRETO 038/2015

DECRETO Nº. 038/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL-LEI INCLUSÃO DE NOVAS AÇÕES DE GOVERNO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no Art. 8º, inciso I, da Lei Municipal nº. 793/2015, de 29 de Abril de 2015 - Lei Orçamentária Anual.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Plano Plurianual - Lei nº 720, de 23 de setembro de 2013 e alterações posteriores, através da INCLUSÃO das seguintes Ações de Governo:

\* Ação de Governo nº 1.XXX - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO ESPORTIVO EDUCACIONAL, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra
- Meta Financeira: R\$ 63.400,00 (fonte: 0001)
- Meta Financeira: R\$ 27.919,91 (fonte: 0387)
- = Total - R\$ 91.319,91

\* Ação de Governo nº 1.164 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra
- Meta Financeira: R\$ 39.021,69 (fonte: 0183)
- = Total - R\$ 39.021,69

Art. 2º. Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei nº 757, de 28 de maio de 2014, através da INCLUSÃO das seguintes Ações de Governo:

\* Ação de Governo nº 1.XXX - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO ESPORTIVO EDUCACIONAL, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra
- Meta Financeira: R\$ 63.400,00 (fonte: 0001)
- Meta Financeira: R\$ 27.919,91 (fonte: 0387)
- = Total - R\$ 91.319,91

\* Ação de Governo nº 1.164 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra
- Meta Financeira: R\$ 39.021,69 (fonte: 0183)
- = Total - R\$ 39.021,69

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 130.341,60 (cento e trinta mil, trezentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), destinados a INSERIR novas Ações de Governo no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
Proj./Ativ.: 12.361.1005.1.XXX - Ampliação e Reforma do Centro Esportivo Educacional  
Modalidade: 4.4.90.0001 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 63.400,00

Fonte de Recurso: 0001 - Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo 27%

Modalidade: 4.4.90.0387 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 27.919,91  
Fonte de Recurso: 0387 - Superávit Financeiro Alienação de Bens Destinados a Programas de Educação.

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA  
Proj./Ativ.: 27.812.1006.1.164 - Construção de Ginásio de Esportes

Modalidade: 4.4.90.0183 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 39.021,69  
Fonte de Recurso: 0183 - Superávit Financeiro Recursos Ordinários  
TOTAL R\$ 130.341,60

Art. 4º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 63.400,00 (sessenta e três mil e quatrocentos reais) previsto no artigo 3º do presente Decreto, ficam REDUZIDAS as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj./Ativ.: 27.244.1002.1.004 - Auxílio a Associações Comunitárias

Modalidade Aplicação: 4.4.50.0000-Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (13) R\$ 10.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1026.1.124 - Ampliação do Colégio Municipal  
Modalidade Aplicação: 4.4.90.0001-Aplicações Diretas (44) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0001 - Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo 27%

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 15.451.1014.1.014 - Canalização de Córregos com Galerias

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000-Aplicações Diretas (91) R\$ 10.700,00

Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

UNIDADE: 03 - FUNDEAGRO - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA

Proj./Ativ.: 20.605.1018.1.023 - Ampliação e Melhoria de Redes de Água

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000-Aplicações Diretas (109) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 20.605.1018.1.024 - Proteção de Fontes

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000-Aplicações Diretas (111) R\$ 12.000,00

Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000-Aplicações Diretas (112) R\$ 5.700,00

Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 18.544.1018.1.136 - Auxílio Financeiro Assoc. Comunitárias de Tigrinhos

Modalidade Aplicação: 4.4.50.0000-Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (104) R\$ 10.700,00

Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 63.400,00

Art. 5.º Para dar cobertura ao restante do valor de R\$ 66.941,60 (sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e um reais e sessenta centavos) previstos no artigo 3º deste Decreto, fica utilizado os recursos do Superávit Financeiro verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, apurado na fonte de recurso 0000 - Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 39.021,69 e na fonte de recurso: 0087 - Alienação de Bens Destinados a Programas de Educação no valor de R\$ 27.919,91

Art. 6.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO 039/2015

DECRETO Nº. 039/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VI do Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Convocar a I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA, com o fim de avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal de Atendimento ao Idoso, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações.

§ 1º - A I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, realizar-se-á em Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no dia 27 de Maio de 2015, às 13h, tendo como local o Centro de Múltiplo Uso Sagrado Coração de Jesus.

§ 2º - A I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa terá como Tema Central: "O Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as Idades", e como eixos:  
I - GESTÃO: PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES;  
II - FINANCIAMENTO;  
III - PARTICIPAÇÃO;  
IV - SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS.

Art. 2º - Instituir a Comissão Organizadora, coordenada por SALETE TERESINHA SAUSEN e com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, a ser definida em Decreto, para a organização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Parágrafo Único. Apoiará a Organização da Conferência, representantes das Unidades vinculadas a SMAS (CRAS E CREAS), Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Saúde, Educação e Departamento Municipal do Esporte.

Art. 3º - As despesas decorrentes da Conferência correrão por conta de dotação própria do orçamento da secretaria municipal da assistência social.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

### DECRETO 040/2015

DECRETO Nº. 040/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.  
DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VI, do Artigo 68, da Lei Orgânica, Cria a Comissão organizadora da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a realizar-se no dia 27 de Maio de 2015 em Tigrinhos, Santa Catarina, no Centro de Múltiplo Uso Sagrado Coração de Jesus, tendo como Tema Central "O Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as Idades",

DECRETA:

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, composta por:

- Salete Teresinha Sausen;
- Cristiani Gislaine Muller;
- Franciele Lazarotto;
- Dianiléia Fabris;
- Janir Luiz Bach;
- Mario Bonetto;
- Ilani Cristina Ruschel Brentano;
- Rosa Weiduschat Perkuhn;
- Leocádia Klein;
- Adelmo Pertussatti.

Art. 2º- A Comissão será presidida pelo Sra. Salete Teresinha Sausen e terá como competência:

- I - Preparar e acompanhar a operacionalização da Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- II - Propor e encaminhar para aprovação da Plenária, materiais relativos a critérios de definição do número de Delegados (as), Projeto, Regimento, Metodologia, Divulgação, Organização e Composição a ser utilizada durante a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- III - Organizar e coordenar a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- IV - Promover a integração com as Unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, que tenham interface com o evento, para resolver eventuais pendências e tratar assuntos referentes a Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;
- V - Dar suporte técnico-operacional durante o evento;

VI- Elaboração do relatório final da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal



**LEI MUNICIPAL 792/2015**

LEI MUNICIPAL Nº. 792/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC INTEGRAR O PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTRE RIOS - PIGIRS/AMERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Tigrinhos/SC, integrar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrado de Resíduos Sólido da Região da Associação dos Municípios do Entre Rios - PIGIRS/AMERIOS, conforme anexo único desta Lei, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo dispensa a elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, conforme estabelece o art. 52 do Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado participar de ações conjuntas ou consorciadas com os demais Municípios integrantes do PIGIRS/AMERIOS, visando à implementação do Plano no território do Município.

Art. 3º A partir da vigência desta Lei o Executivo Municipal deverá revisar a legislação municipal para adequação às propostas do PIGIRS/AMERIOS, especialmente sobre:

I - posturas relativas às matérias de higiene, limpeza, segurança e outros procedimentos públicos relacionados aos resíduos sólidos;

II - segregação, acondicionamento, disposição para a coleta, transporte e destinação dos resíduos;

III - disciplinamento da responsabilidade compartilhada e dos sistemas de logística reversa;

IV - operação de transportadores e receptores de resíduos privados;

V - mecanismos de recuperação dos custos pelos serviços prestados ou postos à disposição dos contribuintes.

Parágrafo único. A adequação da legislação de que trata este artigo deverá priorizar a redução, otimização da reutilização e reciclagem dos resíduos, bem como a adoção de tratamentos quando necessários e a disposição adequada dos rejeitos, em conformidade ao que dispõe a Lei Federal nº 12.305/2010.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL 793/2015**

LEI MUNICIPAL Nº. 793/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL- INCLUSÃO DE NOVAS AÇÕES DE GOVERNO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado o Plano Plurianual - Lei nº 720, de 23 de setembro de 2013 e alterações posteriores, através da INCLUSÃO das seguintes Ações de Governo:

\* Ação de Governo nº 1.XXX - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO ESPORTIVO EDUCACIONAL, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra

- Meta Financeira: R\$ 63.400,00 (fonte: 0001)

- Meta Financeira: R\$ 27.919,91 (fonte: 0387)

= Total - R\$ 91.319,91

\* Ação de Governo nº 1.164 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra

- Meta Financeira: R\$ 39.021,69 (fonte: 0183)

= Total - R\$ 39.021,69

Art. 2º. Fica alterada a Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei nº 757, de 28 de maio de 2014, através da INCLUSÃO das seguintes Ações de Governo:

\* Ação de Governo nº 1.XXX - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO ESPORTIVO EDUCACIONAL, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra

- Meta Financeira: R\$ 63.400,00 (fonte: 0001)

- Meta Financeira: R\$ 27.919,91 (fonte: 0387)

= Total - R\$ 91.319,91

\* Ação de Governo nº 1.164 - CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES, para constar no ANEXO II, conforme a seguir:

- Meta Física: 01 Obra

- Meta Financeira: R\$ 39.021,69 (fonte: 0183)

= Total - R\$ 39.021,69

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 130.341,60 (cento e trinta mil, trezentos e quarenta e um reais e sessenta centavos), destinados a INSERIR novas Ações de Governo no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1005.1.XXX - Ampliação e Reforma do Centro Esportivo Educacional

Modalidade: 4.4.90.0001 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 63.400,00  
Fonte de Recurso: 0001 - Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo 27%

Modalidade: 4.4.90.0387 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 27.919,91  
Fonte de Recurso: 0387 - Superávit Financeiro Alienação de Bens Destinados a Programas de Educação.

UNIDADE: 02 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES E CULTURA

Proj./Ativ.: 27.812.1006.1.164 - Construção de Ginásio de Esportes

Modalidade: 4.4.90.0183 - Aplicações Diretas (XXX) R\$ 39.021,69

Fonte de Recurso: 0183 - Superávit Financeiro Recursos Ordinários  
TOTAL R\$ 130.341,60

Art. 4.º Para dar cobertura ao valor de até R\$ 63.400,00 (sessenta e três mil e quatrocentos reais) previsto no artigo 3º da presente Lei, ficam REDUZIDAS as seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

Proj./Ativ.: 27.244.1002.1.004 - Auxílio a Associações Comunitárias

Modalidade Aplicação: 4.4.50.0000-Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (13) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1026.1.124 - Ampliação do Colégio Municipal

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0001-Aplicações Diretas (44) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0001 - Recursos de Impostos p/ MDEF - Mínimo 27%

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AGRICULTURA E INTERIOR

UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Proj./Ativ.: 15.451.1014.1.014 - Canalização de Córregos com Galerias

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000-Aplicações Diretas (91) R\$ 10.700,00

Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

UNIDADE: 03 - FUNDEAGRO - FUNDO MUN. DESENV. DA AGROPECUÁRIA

Proj./Ativ.: 20.605.1018.1.023 - Ampliação e Melhoria de Redes de Água

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000-Aplicações Diretas (109) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 20.605.1018.1.024 - Proteção de Fontes

Modalidade Aplicação: 3.3.90.0000-Aplicações Diretas (111) R\$ 12.000,00

Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000-Aplicações Diretas (112) R\$ 5.700,00

Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

Proj./Ativ.: 18.544.1018.1.136 - Auxílio Financeiro Assoc. Comunitárias de Tigrinhos

Modalidade Aplicação: 4.4.50.0000-Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (104) R\$ 10.700,00

Fonte de Recurso: 0000 - Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 63.400,00

Art. 5.º Para dar cobertura ao restante do valor de R\$ 66.941,60 (sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e um reais e sessenta centavos) previstos no artigo 3º desta Lei, fica utilizado os recursos do Superávit Financeiro verificado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2014, apurado na fonte de recurso 0000 - Recursos Ordinários Livres no valor de R\$ 39.021,69 e na fonte de recurso: 0087 - Alienação de Bens Destinados a Programas de Educação no valor de R\$ 27.919,91

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE ABRIL DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

PREFEITO MUNICIPAL

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 82/2015 FIXA CALENDÁRIO IPTU 2015

DECRETO Nº. 82, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

FIXA O CALENDÁRIO PARA PAGAMENTO DO IPTU - IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO; EXERCÍCIO 2015.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe conferem a Legislação vigente;

#### DECRETA:

Art. 1º - Os pagamentos do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano Exercício 2015, serão efetuados em conformidade com o calendário abaixo:

\*03(três) parcelas nos seguintes prazos:

- Parcela Única com 20% de desconto até 10/06/2015;

- 1ª Parcela até 10/06/2015;

- 2ª Parcela até 10/07/2015;

- 3ª Parcela até 10/08/2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 28 de Abril de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 83/2015

DECRETO Nº 83, de 28 de Abril de 2015.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei nº 1.734 de 10/11/2014;

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho de Municipal de Turismo - COMTUR, no Município de Timbé do Sul, órgão de caráter consultivo e de assessoramento, conforme segue:

I. Representantes da Secretaria Municipal de Planejamento, Indústria, Comércio e Turismo:

Titular: Gislael Floriano

Suplente: Saimon Conti Biava

II. Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte:

III. Titular: Leliana Burigo

Suplente: Rosane Rocha

IV. Representantes da Classe de Artesões:

Titular: Osvaldo Botelho

Suplente: Sandro Silveira

V. Representantes da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas:

Titular: Waldemiro Pezente Tramontin

Suplente: Dalva Pizzolo Tramontin

VI. Representantes do Sindicato dos Produtores Rurais:

Titular: Alceu Stecanella

Suplente: Eraldo Macedo

VII. Representantes das Entidades Tradicionalistas Gaúchas:

Titular: Olair Velho

Suplente: Marcia Maciel Alves de Macedo

VIII. Representantes das Forças Auxiliares:

Titular: Joselia Scot Pezente

Suplente: Eudaldo Serafin

IX. Representantes do Trade Turístico:

Titulares: Elias Peron, Celina Aparecida Patricio de Campos, Ana Carolini Abbatti Fernandes, Felipe Manfioletti e Helker Napoli.

Suplentes: Ledio Pelizzari, Alexandre Paz, Edson Paz, Ivanir Anelli e Antonio Donatto Fernandes.

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Art. 8º da Lei Municipal nº 1.734/2014, os conselheiros não receberão remuneração pelos serviços prestados e terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, com indicação das entidades ou setores que representem, e ficam assim organizados:

Presidente: Gislael Floriano;

Vice-Presidente: Leliana Burigo;

Tesoureiro: Felipe Manfioletti;

1º Secretário: Ana Carolini Abatti Fernandes;

2º Secretário: Joselia Scot Pezente;

Conselho Fiscal: Ledio Pelizzari, Helker Napoli e Osvaldo Botelho.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 28 de abril de 2015.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### LEI Nº 1.750/2015

LEI Nº 1.750, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O EXECUTIVO A ADQUIRIR BEM IMÓVEL POR COMPRA OU DESAPROPRIAÇÃO EXTRAJUDICIAL OU JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo de Timbé do Sul, autorizado a adquirir por compra ou desapropriação, imóvel constando de um terreno com área de 10.000,00m² ( dez mil metros quadrados), juntamente com dois prédios de alvenaria com área total de 1.005,50m² ( um mil, cinco metros e cinquenta centímetros quadrados), situado, à Rua Zelindo Savi, nº 67, Centro, Cidade de Timbé do Sul -SC., de propriedade do Sr. VALDECIR SACHET, CPF- 518.111.039-87 e sua esposa IVANIR DAMIANI SACHET, CPF 987.637.849-04, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Turvo/SC., Matrícula nº 24.538, com as seguintes confrontações:

"Ao SUL com terras de Pedro Zilli, Pedro Manfioletti e Angelo Biava; ao NORTE com terras do Hospital Santo Antonio de Timbé do Sul; ao OESTE com terras do Hospital Santo Antonio de Timbé do Sul e ao LESTE com terras de Pedro Zilli e Angelo Biava."

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior constituído de prédio e terreno, será procedido de avaliação por comissão especial nomeada para tal fim.

Art. 3º A importância correspondente ao valor do imóvel de que trata essa Lei, será paga no ato da assinatura da escritura.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei, correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbé do Sul, em 28 de Abril de 2015.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

## Timbó

### PREFEITURA

#### **AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 04 2015 SAMAE - AQUISIÇÃO DE FERRAMENTARIA E EQUIPAMENTOS DIVERSOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 04/2015 - SAMAE

OBJETO: aquisição de itens diversos de ferramentaria e equipamentos destinados ao estoque do almoxarifado, em atendimento às necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 14 de maio de 2015. ABERTURA: dia 14 de maio 2015 as 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 29/04/2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

#### **DECRETO Nº 3785, DE 04 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO Nº 3785, DE 04 DE MARÇO DE 2015

Altera dispositivos do Decreto nº 2.673, de 17 de fevereiro de 2012, que regulamenta a padronização da pavimentação dos passeios e calçadas no município de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "m" e "n" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, c/c art. 117 da Lei Complementar nº 363, de 17 de dezembro de 2008,

Considerando a necessidade de observância, no que tange ao uso das áreas lindeiras, à regulamentação própria para as rodovias, nos termos do que dispõe o art. 50 da Lei 9.503/97 e, consequentemente as vias componentes de anel viário de interligação destas,

DECRETA:

Art. 1º Inclui o artigo 7º-B do Decreto nº 2.673, de 17 de fevereiro de 2012, que regulamenta a padronização da pavimentação dos passeios e calçadas no município de Timbó, com a seguinte redação:

"Art.7º B - Serão admitidas formas diversas à prevista no artigo anterior para a pavimentação de passeios e calçadas em áreas lindeiras à rodovias, com regulamentação própria, bem como em vias que compõem o anel viário de interligação do fluxo pesado proveniente de rodovias."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3802, DE 23 DE MARÇO DE 2015**

DECRETO Nº 3802, DE 23 DE MARÇO DE 2015

Altera o Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013, que regula-  
menta a prestação de contas de recursos financeiros destinados  
a título de contribuições, auxílios, subvenções e convênios às ins-  
tituições e entidades de caráter privado sem fins lucrativos, e dá  
outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas  
pelo art. 50, incisos II, V e VII c/c art. 70, inciso I, alíneas "a", "f",  
"g", "k" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05  
de Abril de 1.990, e,

CONSIDERANDO a necessidade de readequação dos prazos constan-  
tes do Decreto nº 3.080, de 15 de março de 2013 de modo  
a otimizar tanto a aplicação quanto a prestação de contas pelas  
entidades que recebem do município de Timbó recursos a título de  
subvenção, auxílios e contribuições;

CONSIDERANDO as orientações do Tribunal de Contas do Es-  
tado de Santa Catarina, que através da Instrução Normativa nº  
14/2012, artigo 44, estabelece ao órgão concedente a compe-  
tência para regulamentação dos prazos inerentes à aplicação e  
prestação de contas dos recursos concedidos como subvenção,  
auxílio e contribuições;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam alterados os incisos II, III e o §1º do Art. 17 do  
Decreto nº 3080, de 15 de março de 2013, que regulamenta a  
prestação de contas de recursos financeiros destinados a título de  
contribuições, auxílios, subvenções e convênios às instituições e  
entidades de caráter privado sem fins lucrativos, e dá outras pro-  
vidências, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17º - ...

...

II - de no máximo 30 (trinta) dias a partir do término do prazo  
para a aplicação dos recursos recebidos, quando se tratar de re-  
passes em parcela mensal e/ou agrupadas;

III - considera-se como prazo de aplicação de recurso na hipótese  
de parcelas mensais o período de 30 dias após o seu recebimento;

...

§1º - No caso do inciso II, ao tratar-se de mais de uma parce-  
la, o concedente não fará novos repasses à entidade beneficiada,  
quando esta encontrar-se com mais de duas prestações de contas  
em aberto.

..."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,  
condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos  
do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de ou-  
tubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 23 de março de 2015; 145º ano de  
Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 3812, DE 30 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº 3812, DE 30 DE ABRIL DE 2015

Reajusta tarifas e preços públicos executados pelo SAMAE, nos  
termos do Decreto nº 470, de 30.12.2002, e alterações.

O PREFEITO DE TIMBÓ/SC, no uso da competência privativa con-  
ferida pelo artigo 50, XX, c/c art. 70, Inciso I, alínea "i" e "n",  
da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Comple-  
mentar nº 212, de 21.12.2001 e alterações, Decreto nº 470, de  
30.12.2002 e alterações, Lei Federal nº 8.987/95, e Lei Federal  
nº11.445/2007; e

Considerando que para a manutenção da capacidade de investi-  
mento no sistema municipal de tratamento de água e para inves-  
timento no sistema de tratamento de esgoto doméstico, neces-  
sária fixação de tarifa e preços condizentes com a realidade de  
mercado, de modo a garantir um regular equilíbrio econômico-  
financeiro entre o serviço disponibilizado a comunidade e o custo  
para sua execução, nos moldes preconizados pela Lei Federal n.  
11.455/2007;

Considerando que para garantir o equilíbrio econômico financeiro  
das tarifas públicas alusivas ao saneamento básico, a Lei Federal  
nº 11.445/2007, impõe a observância de interstício mínimo de 12  
meses;

Considerando que a última revisão das tarifas praticadas pelo SA-  
MAE ocorreu em março de 2014, através do Decreto n. 3446 de  
21/03/2014;

Considerando que fora aprovado pelo Conselho Deliberativo do  
SAMAE a necessidade premente de revisão das tarifas de modo a  
garantir o equilíbrio econômico financeiro de todo o sistema, nos  
moldes estabelecidos pelo art. 22 §2º da Lei Complementa Muni-  
cipal nº 212/200, o que motivou o pedido de reajuste perpetrado  
à agência reguladora, nos moldes estabelecidos pela Lei Federal  
nº 11.445/2007, artigos 38 e 39;

Considerando que a Agência Intermunicipal de Regulação, Contro-  
le e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do  
Itajaí - AGIR aprovou o índice de reajuste dos preços praticados  
pela Autarquia, através do INPC (Índice Nacional de Preços ao  
Consumidor) acumulado de fevereiro de 2014 a março de 2015,  
no percentual de 10,00%;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam reajustadas, através do INPC (Índice Nacional de  
Preços ao Consumidor), acumulado de fevereiro de 2014 a março  
de 2015, em 10% (dez por cento) as tarifas e preços públicos de  
que tratam os Anexos I a V do Decreto nº 470, de 30.12.2002, e  
alterações, na forma dos Anexos deste decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
gerando efeitos a contar de 1º de maio do corrente, condicionada  
sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo  
Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de abril de 2015; 145º ano de Fun-  
dação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**ANEXO I****LIGAÇÕES DE ÁGUA**

ATÉ 25 mm



CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
À vista	-	R\$ 85,76
02 pagamentos	R\$ 43,54	R\$ 87,08
03 pagamentos	R\$ 29,17	R\$87,52
04 pagamentos	R\$ 21,99	R\$ 87,95

Obs.: 1. Com diâmetro acima de 25 mm, será feito orçamento prévio, de acordo com o diâmetro a instalar.

#### LIGAÇÕES DE ESGOTO

ATÉ 100 mm

CONDIÇÕES	VALOR DA PRESTAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
À vista	-	R\$ 128,60
02 pagamentos	R\$ 65,26	R\$ 130,53
03 pagamentos	R\$ 43,74	R\$ 131,20
04 pagamentos	R\$ 32,97	R\$ 131,85

#### ANEXO II

##### TARIFAS DE ÁGUA

Categoria	Faixa	Consumo m³	Água R\$ / m³
Residencial "A" (social)	1	0 à 10	R\$ 0,44
	2	de 11 à 25	R\$ 1,11
	3	maior 25	R\$ 5,01
Residencial "B"	1	0 à 10	R\$ 2,16
	2	de 11 à 25	R\$ 3,67
	3	maior 25	R\$ 5,01
Comercial, Industrial e Pública	1	0 à 10	R\$ 3,00
	2	maior 10	R\$ 4,73
Pública Especial	1	0 à 10	R\$ 0,90
	2	maior 10	R\$ 1,41
Industrial Especial	1	0 à 5.000	R\$ 4,72
	2	5.001 à 10.000	R\$ 3,81
	3	10.001 à 30.000	R\$ 3,43
	4	30.001 à 60.000	R\$ 3,05
	5	60.001 à 120.000	R\$ 2,88
	6	maior 120.000	R\$ 2,57

#### ANEXO III

##### OUTROS SERVIÇOS

OUTROS SERVIÇOS	VALOR (R\$)
RESTABELECIMENTO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA:	
- No cavalete por falta de pagamento .....	
.....	R\$ 24,28
- No cavalete por falta de pagamento com lacre violado.....	R\$ 50,03
- No cavalete por falta de pagamento com retirada de ramal .....	R\$ 85,76

AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO:	
- Por solicitação do usuário, até 3/4" .....	R\$ 17,55
.....	
DESLIGAÇÃO:	
- Por solicitação do usuário - temporária (Art. 72, Inciso VII) .....	R\$ 17,83
.....	
- Por solicitação do usuário - definitiva .....	R\$ 17,83
.....	
CONSUMO DE ÁGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS:	
- Custo fixo de consumo até 15 (quinze) dias .....	R\$ 184,92
.....	
- Custo fixo mensal período superior a 15 dias .....	R\$ 313,95
.....	
DESLOCAMENTO DO CAVALETE:	
- Por solicitação do usuário - até 1,0 m .....	R\$ 34,12
.....	
- Por solicitação do usuário - acima de 1,0 m .....	R\$ 113,86
.....	
EXPEDIENTE:	
- Emissão de 2ª Via, extrato, alteração cadastral e outros.....	R\$ 3,40
HIDRÔMETRO DANIFICADO PELO USUÁRIO:	
- Conserto do cavalete .....	
.....	
- Substituição do cavalete com hidrômetro.....	R\$ 10,59
.....	R\$ 119,03
- Substituição do cavalete sem hidrômetro.....	R\$ 50,03

#### ANEXO IV

##### SERVIÇO NÃO MEDIDO

CATEGORIA RESIDENCIAL		
Nº DE TOMADAS	CONSUMO ESTIMADO M³	VALOR R\$
Até 05	10	R\$ 21,59
Até 06	12	R\$ 28,92
Até 07	14	R\$ 36,28
Até 08	16	R\$ 43,62
Até 09	18	R\$ 50,96
Até 10	20	R\$ 58,29
Até 11	22	R\$ 65,66
Até 12	24	R\$ 73,00
Até 13	26	R\$ 81,69
Até 14	28	R\$ 91,67
Até 15	30	R\$ 101,68
Até 16	32	R\$ 111,67
Até 17	34	R\$ 121,67
Até 18	36	R\$ 131,66
Até 19	38	R\$ 141,67
Até 20	40	R\$ 151,66
Até 21	42	R\$ 161,65
Até 22	44	R\$ 171,64
Até 23	46	R\$ 181,64
Até 24	48	R\$ 191,63
Até 25	50	R\$ 201,64

CATEGORIA	CONSUMO ESTIMADO M³	VALOR R\$
<b>COMERCIAL E PÚBLICA:</b>		
C1	10	R\$ 24,72
C2	30	R\$ 91,28
<b>INDUSTRIAL:</b>		
I1	10	R\$ 104,97
I2	50	R\$ 198,53

## ANEXO V

ÍTEM	MULTAS	VALOR (R\$)
01	Intervenção nas instalações dos serviços públicos de água e esgoto	R\$ 85,76
02	Ligações Clandestinas	(*) R\$ 85,76
03	Violação, retirada ou inversão de hidrômetros ou limitador de consumo	(*) R\$ 101,79
04	Interconexão da instalação predial com canalização de água de outra procedência	R\$ 175,81
05	Utilização da ligação de água ou esgoto para serventia de outra economia	R\$ 85,76
06	Ligação de bombas ou ejetores na rede distribuidora ou no ramal predial	R\$ 112,46
07	Lançamento de água pluvial na instalação de esgotos do prédio	R\$ 166,91
08	Lançamento de despejos na rede coletora que exijam tratamento prévio	R\$ 612,50
09	Início de obras de instalação de água e/ou esgotos em loteamentos ou conjuntos de edificações sem autorização do SAMAE	R\$ 612,50
10	Alteração de projeto de instalação de água e/ou esgotos em loteamento ou conjunto de edificações, sem prévia autorização do SAMAE	R\$ 612,50
11	Inobservância das normas e/ou instalações do SAMAE na execução de obras e serviços de água e esgoto	R\$ 612,50

(\*) mais seis meses de consumo estimado.

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 05 2015 FUMTRAN

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO  
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.

CONTRATADO: ASCONTRAN - Assessoria e Consultoria em Trânsito e Transporte Ltda.

OBJETO: Inscrição de servidores públicos (Autoridade de Trânsito e Policiais Militares e Cíveis) no Curso Especializado para Gestores

Públicos na área de trânsito, a ser realizado nos dias 05, 06 e 07 de maio de 2015, no Município de Lages/SC, conforme justificativa que integra a presente inexigibilidade de licitação.

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 8.350,00 (oito mil trezentos e cinquenta reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 05, 06 e 07 de maio de 2015.

TIMBO (SC), 29/04/2015

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

### PORTARIA Nº SEMFA-D0996, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D0996, de 13 de abril de 2015.

Concede Prorrogação da Licença Sem Vencimentos à servidora Josiane Ursula Milke Haake.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação da Licença sem Vencimentos à servidora JOSIANE URSULA MILKE HAAKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 02 (dois) anos, a contar de 01 de abril do corrente (período de 01.04.2015 à 30.03.2017), conforme Processo RH13-0033.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### PORTARIA Nº SEMFA-D0997, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº SEMFA-D0997, de 18 de março de 2015.

Concede Licença sem vencimentos ao servidor Sérgio Fernando Genoim.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

#### RESOLVE:

Art 1º Concede LICENÇA SEM VENCIMENTOS, ao servidor, SÉRGIO FERNANDO GENOIM, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, por dois anos, a contar de 18 de março de 2015 (período 18.03.2015 à 16.03.2017), conforme processo RH15-0029.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA Nº SEMFA\_D0985, DE 02 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº SEMFA\_D0985, de 02 de Março de 2015

Concede Licença-Prêmio convertida em Pecúnia Total às servidoras da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e pelo Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, resolve:

#### **RESOLVE**

Art. 1º Conceder Licença-Prêmio Convertida em Pecúnia Total, às servidoras da Secretaria Municipal de Educação, a ser pago junto à Rescisão Competência Fevereiro/2015, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Marisa Regina Reichardt	RH10-0035	08.02.2010/2015
Jussara Trombelli Lazarini	RH15-0010a	02.02.2004/2009 02.02.2009/2014

Rescisão Competência Março/2015, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Processo	Período Aquisitivo
Marly Cattoni Uber	RH10-0181	08.02.2010/2015
Dorisete Romilda Perini Ferrari	RH15-0020	01.07.2008/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

#### **PORTARIA NO 1579, DE 31 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1579, DE 31 DE MARÇO DE 2015

Exonera a Servidora Pública Municipal Alessandra Gessner Prade, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, em face do falecimento ocorrido em 04 de março de 2015.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso I, c/c art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 48, Inciso IX da Lei Complementar no 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e,

Considerando a Certidão de Óbito matrícula nº 107821 01 55 2015 4 00015 206 0005800 91, do Registro Civil das Pessoas Naturais-Município de Timbó/SC.

#### **RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR a Servidora Pública Municipal ALESSANDRA GESSNER PRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, pela Portaria nº 1457, de 11 de janeiro de 2007, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), em face do falecimento, a contar da data do óbito, ou seja, 04 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

#### **PORTARIA NO 1544, DE 05 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1544, DE 05 DE MARÇO DE 2015

Altera temporariamente a carga horária de servidores ocupantes do cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

#### **RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento Temporário de Professor - Ensino Fundamental, conforme demonstrativo abaixo, para o ano letivo 2015, a contar de 02 de março até o término do contrato:

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Antonio Cesar Wantowsky	15h/a	25h/a
Carla Kuhl	16h/a	36h/a
Cristiane R.B.Tomaselli	20h/a	40h/a
Darcisio Knoch	40h/a	45h/a
Dayane P.Salvador	13h/a	15h/a
Elizângela A. Volani	20h/a	28h/a
Evelyn V.Hass	32h/a	44h/a
Fagner Luiz Silva	24h/a	42h/a
Francini M.B.Ferrari	12h/a	15h/a
Joseane C.A.Tafner	21h/a	20h/a
Juarez M.Galowski	21h/a	11h/a
Keity N.Girardi	39h/a	43h/a
Marcel L.Agostini	20h/a	28h/a
Marlise B.Habitzreuter	15h/a	35h/a
Michelle de Souza Kretzki	21h/a	23h/a
Nadia S.Zickuhr	20h/a	40h/a
Paulo Lacerda	17h/a	18h/a
Rafael Spiess	16h/a	35h/a
Rogéria Aparecida Borges de Lima Ribeiro	24h/a	35h/a
Rosalene T.Henschel	20h/a	40h/a
Rosemeri Prusak	20h/a	40h/a
Solange dos Santos	20h/a	25h/a
Tatiana Cristina Machado Garcia	20h/a	40h/a
Willian P.Andreis	10h/a	18h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA NO 1561, DE 18 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1561, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Professor A				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período

DANIELA DEISE SCHROEDER (Atendimento atividades relacionadas ao Meio Ambiente)	03/07/1988	059.065.589.26	35h	18/03/2015 a 30/04/2015
LUCAS SCHLUETER (Aumento do número de alunos/Aprovado no Proc.Seletivo 01/2014)	23/08/1993	081.664.379.29	10h	18/03/2015 a 30/04/2015
Cargo: Professor C				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
DENISE KLOTZ DE BECERRA (Atendimento à criança com deficiência/Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	08/03/1962	466.380.919.72	20h	18/03/2015 a 30/04/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
RONI PINHEIRO DE JESUS (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. Conc.Público/Processo Seletivo)	20/05/1974	041.061.589.73	44h	18/03/2015 a 18/04/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
NELSON SPRUNG (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. Conc.Público/Processo Seletivo)	26/08/1971	596.771.049.34	44h	18/03/2015 a 30/06/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA NO 1562, DE 19 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1562, DE 19 DE MARÇO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Cargo: Professor A				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período



ANA REGINA DALCANALE CAMPESTRINI (Subst.Ivone R.Trainotti, que se encontra em afast.do exerc.do cargo/Aprovada no Proc. Seletivo 01/2014)	06/01/1989	084.787.809.04	20h	19/03/2015 a 01/04/2015
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
TEREZINHA APARECIDA RODRIGUES DA ROSA (Aumento do número de alunos)	26/04/1972	665.553.109.87	44h	19/03/2015 a 01/04/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
JOÃO OBERZINER (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. Conc.Público/Proc.Seletivo)	03/06/1970	895.530.479.04	44h	19/03/2015 a 30/06/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
CLAUDETE LUCIA ZUMACH CHISTE (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. Conc.Público/Proc.Seletivo)	18/03/1970	029.392.139.33	44	20/03/2015 a 07/04/2015
PATRICK MAURICENZ (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. Conc.Público/Proc.Seletivo)	27/05/1996	098.638.839.48	44	20/03/2015 a 07/04/2015
ROSELY GESSNER AGUIAR (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov. Conc.Público/Proc.Seletivo)	12/02/1970	621.264.909.04	44	20/03/2015 a 07/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de março de 2015; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### PORTARIA NO 1563, DE 20 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA No 1563, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais contratados temporariamente para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, conforme abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Isanete Marcia Riola	Auxiliar Operacional I	1465, de 16/01/2015	09/03/2015
Luana Thays Pacher	Professor C	1493, de 04/02/2015	11/03/2015
Irene Amarante Padilha	Auxiliar Operacional I	1543, de 04/03/2015	09/03/2015

Maria H.Manske	Auxiliar Operacional I	1465, de 16/01/2015	16/03/2015
Patricia Bolduan	Auxiliar Operacional I	1465, de 16/01/2015	27/03/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Airton José Dallagnolo	Operador de Máquinas	1461, de 14/01/2015	09/03/2015
Helinton de Souza Leal	Auxiliar Operacional I	1537, de 02/03/2015	06/03/2015
José A. Fernandes	Auxiliar Operacional I	269, de 02/04/2013	16/03/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Jéssica Lombardi	Auxiliar Operacional I	866, de 04/02/2014	16/03/2015
Jhean P.Pertile	Pedreiro	1519, de 12/02/2015	09/03/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Ivone C.de Siqueira Sacht	Auxiliar Operacional I	1083, de 06/05/2014	11/03/2015
Sonja S.Gonçalves	Auxiliar Operacional I	1294, de 19/08/2014	09/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA NO 1566, DE 20 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1566, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Substitui membro do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó-TIMBOPREV.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990,

#### **RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 3054, de 21 de agosto de 2012, alterada pela Portaria nº 942, de 03 de março de 2014, para substituição, na composição do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó - TIMBOPREV, como segue:

"Art.1...

.....

IV - Assessor Executivo: THAIS BECKER, em substituição a Michele Lays Bendotti"

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1567, DE 20 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1567, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)				
Cargo: Médico (GP-75)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Alessandro Mondadori Hoffmann (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público /Proc.Seletivo)	17/05/80	942.756.100.91	20h	23/03/2015 a 07/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1568, DE 20 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1568, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Altera temporariamente a carga horária de servidoras ocupantes do cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação, ocupantes do cargo de Professor, conforme demonstrativo abaixo, para o ano letivo 2015, a contar de 1º de março a 18 de dezembro do corrente:

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		TOTAL
	Atual	Alteração	
Daphne Daiane Fagundes	20h/a	20h/a	40h/a
Marisa Reichardt	20h/a	20h/a	40h/a
Rosita Roepke	20h/a	20h/a	40h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1569, DE 20 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1569, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

**AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:**

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Odair Michael Bendotti	Auxiliar Operacional	05866406252 / AB

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1571, DE 20 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1571, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Altera temporariamente a carga horária de servidoras ocupantes do cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas

pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor - Ensino Fundamental, conforme demonstrativo abaixo, para o ano letivo 2015, a contar da data de admissão e até 18 de dezembro do corrente:

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL		TOTAL
	Efetiva	Substituição	
Cleiza Guilande	20h	20h	40h

Art.2º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidor lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de provimento Temporário de Professor - Ensino Fundamental, conforme demonstrativo abaixo, para o ano letivo 2015, a contar de 02 de março até o término do contrato:

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL	
	DE	PARA
Paulo Lacerda	17h/a	18h/a

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1572, DE 24 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1572, DE 24 DE MARÇO DE 2015

Nomeia membros do Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Inciso VII e art.70, Inciso II, alínea "c" da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art.3º e seus parágrafos, da Lei no 1.957, de 28 de agosto de 1997, alterada pela Lei nº 2.297, de 13 de abril de 2006,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMED, com mandato de dois (02) anos, a contar desta data, como segue:

I -	REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
	Titular: Sergi Frederico Mengarda Suplente: Marcia Withoefft Mellies

II -	REPRESENTANTES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO: Titular: Mirone Maria Longo de Campos Suplente: Tânia Maria Pedron Bona
III -	REPRESENTANTES DA REDE PARTICULAR DE ENSINO: Titular: Aline Teixeira Fabricio Rosa Suplente: Samylle Roberta Lorenz
IV -	REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: Titular: Taise Pasquali Schley Suplente: Shirley R. Kroenke
V -	REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DAS UNIDADES PRÉ-ESCOLARES: Titular: Rita de Cássia de Andrade Damke Suplente: Cleusa Van Bommel Zermiani
VI -	REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DO ENSINO FUNDAMENTAL: Titular: Marise Rosa Floriani Holderbaum Suplente: Alan Evaristo Mengarda
VII -	REPRESENTANTES DAS APP'S DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL: Titular: Ivone Butzke Schuetze Suplente: Joacir Cuco
VIII -	REPRESENTANTES DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO: Titular: Jean Pierre Bezerra Museka Suplente: Barbara Hochheim
IX -	REPRESENTANTES DAS APP'S DOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL: Titular: Debora Maria Costa Furtado Suplente: Rosane Konell Lataulzeski
X -	REPRESENTANTES DAS APP'S DAS UNIDADES PRÉ-ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL: Titular: Eliete de Borba Ferrari Suplente: Joana Klitzke Muniz

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

## PORTARIA NO 1573, DE 24 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA No 1573, DE 24 DE MARÇO DE 2015

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Gladis Terezi-nha Longo Boaventura, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo 50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

### RESOLVE:

Art.1º Conceder exoneração a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
	CARGO EM COMISSÃO / SÍM-BOLO	PORT.DE NO-MEAÇÃO
Gladis Terezinha Longo Boaventura	Assessora do Departamento de Ensino / CC-2	Nº 19, de 02/01/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 24 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

## PORTARIA NO 1575, DE 26 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA No 1575, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal ocupante de cargo de provimento efetivo.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

### RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO à Servidora Pública Municipal, conforme abaixo relacionada:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
NOME	CARGO	PORT.DE NOMEAÇÃO	A CONTAR DE
Silvia Cecília Laem-mel Tenchena	Auxiliar de Recreação Infantil	043, de 15/01/2013	10/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC



**PORTARIA NO 1576, DE 26 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1576, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Autoriza Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, a conduzirem veículos oficiais, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

**AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:**

Art. 1º Ficam as Servidoras Públicas Municipais abaixo identificadas, a contar desta data, autorizadas a conduzirem veículos oficiais de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Kethlin Schakowonski	Nutricionista	03913289702 / AB
Marcia W. Mellies	Diretora do Departamento de Ensino	02183839244 / AB

Art. 2º Ficam as servidoras desde já cientificadas que durante o período em que estiverem de posse do veículo são responsáveis não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1577, DE 27 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1577, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

**AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:**

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		
NOME	CARGO (Contrato Temporário)	Nº CNH / CATEGORIA
Carlos Alberto Viana	Soldador	02905582643 / AB

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 1578, DE 27 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No 1578, DE 27 DE MARÇO DE 2015

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014,

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)				
Cargo: Farmacêutico (GP-65)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Anna Paula Borchardt da Paz (Vacância do cargo e ausência de cand.aprov.em Conc.Público /Proc.Seletivo)	30/10/85	048.886.659.66	30h	08/01/2015 a 09/02/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO SEMFA-D0983, DE 02 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No SEMFA-D0983, de 02 de Março de 2015

Concede Promoção por Desempenho a servidora da Secretaria Municipal de Educação.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, com fundamento nos artigos 15 à 17 da Lei Complementar nº 137, de 02 de Julho de 1998, e Considerando-se o total de pontos atribuídos na Avaliação de Desempenho efetivada pelos superiores hierárquicos dos servidores.

**RESOLVE**

Art. 1º CONCEDER PROMOÇÃO POR DESEMPENHO, - a Servidora ocupante de cargo efetivo / estável, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 1º de Maio de 2014, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
Nome do(a) servidor(a)	Cargo	Referência salarial anterior	Referência salarial promoção	Processo nº
Rossana Koffke	Auxiliar Operacional	18	19	RH08-0137

Obs: Avaliação concedida em atraso devido atraso na entrega do processo ao setor de Recursos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA-D1000, DE 30 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No SEMFA-D1000, de 30 de Março de 2015

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Educação do Município de Timbó - SEMED, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Educação - SEMED				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Angela Cani Berri	Educadora Infantil	HUM (01)	02.03.2015	RH08-0384
Cleusa Hellman Sotero	Educadora Infantil	QUATRO (04)	03.02.2015	RH14-0109
Cleusa Hellman Sotero	Educadora Infantil	CINCO (05)	16.02.2015	RH14-0109
Daiana Luiza da Silva Rahn	Aux. Recreação Infantil	DUAS HORAS (02 h)	30.01.2015	RH14-0155
Edla Janice Perini Nones	Professor	MEIO (1/2)	18.02.2015	RH10-0052
Edla Janice Perini Nones	Professor	HUM (01)	19.02.2015	RH10-0052
Evalda de Fátima Baratieri Pompeo	Educadora Infantil	HUM (01)	09.02.2015	RH06-0346
Fabiana de Oliveira Nascimento Volani	Educadora Infantil	HUM (01)	27.01.2015	RH11-0299
Fabiana Sasse Ludwig	Educadora Infantil	HUM (01)	02.02.2015	RH06-0279
Fabiana Sasse Ludwig	Educadora Infantil	QUATRO HORAS (04h)	05.02.2015	RH06-0279
Jonathan Arno Gaulke	Professor	MEIO (1/2)	05.03.2015	RH15-0033
Juliane Simone Nones Lobe	Educadora Infantil	NOVE (09)	23.02.2015	RH14-0123
Luana Cunha	Aux. Recreação Infantil	HUM (01)	09.03.2015	RH15-0008
Miryam Ruprecht Pacher	Educadora Infantil	QUINZE (15)	05.02.2015	RH07-0317
Nilza Kipfer Berri	Educadora Infantil	QUATRO (04)	03.02.2015	RH15-0034
Ruth Piske	Aux. Operacional	HUM (01)	04.03.2015	RH15-0032
Sandra Aparecida Ferrari	Professor	HUM (01)	20.02.2015	RH11-0377
Tatiana Estefania Dreger	Aux. Recreação Infantil	DOIS (02)	27.01.2015	RH14-0193

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Março de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

**PORTARIA NO SEMFA-D1001, DE 30 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA No SEMFA-D1001, de 30 de Março de 2015

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

**RESOLVE**

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Planejamento, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Planejamento				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Vivian Luciane Maas Barbosa	Arquiteta	HUM (01)	20.02.2015	RH09-0163

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Março de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

### PORTARIA NO SEMFA-D1002, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1002, de 30 de Março de 2015

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

#### RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal da Fazenda e Administração				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Denielle Cristine Parno	Aux. Serv. Administrativos	SETE (07)	16.03.2015	RH15-0030

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Março de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

### PORTARIA NO SEMFA-D1003, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA No SEMFA-D1003, de 30 de Março de 2015

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família para servidores ocupantes de cargos estatutários.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

#### RESOLVE

Art.1º Conceder LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, aos servidores abaixo listados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, com remuneração proporcional a 70%, conforme demonstrativo abaixo:

Secretaria Municipal de Saúde				
NOME DO SERVIDOR	CARGO	PERÍODO (DIAS)	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Fausto Orli da Rosa	Médico	HUM (01)	04.03.2015	RH15-0031
Kristine Hennings Stocco Hunzicker	Médico	QUATRO HORAS (04h)	28.01.2015	RH13-0217
Magali de Fátima Mergen	Enfermeira	QUATRO HORAS (04h)	02.02.2015	RH12-0122
Mara Rubia Longo Reuter	Tec. Enfermagem	DOIS (02)	05.02.2015	RH15-0005

Mara Rubia Longo Reuter	Tec. Enfermagem	DOIS (02)	09.03.2015	RH15-0005
Margot Friedmann Zetzsche	Enfermeira	DOIS (02)	08.12.2014	RH15-0035
Marina Tallmann Knoch Klug	Enfermeira	MEIO (1/2)	23.01.2015	RH12-0164
Marina Tallmann Knoch Klug	Enfermeira	MEIO (1/2)	19.02.2015	RH12-0164
Marina Tallmann Knoch Klug	Enfermeira	HUM (01)	20.02.2015	RH12-0164
Sonia Regina Dumke Stolf	Tec. Enfermagem	HUM (01)	30.01.2015	RH15-0036

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de Março de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração

### **PORTARIA Nº 1564, DE 20 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 1564, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Nomeia representantes para compor o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o art.231-A da Lei Complementar nº 142, de 21 de dezembro de 1998, e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os seguintes representantes para compor o CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, com mandato de 02 (dois) anos:

I - Representante da Procuradoria-Geral do Município:

Titular: Giscard Ataídes Wolter Bertoldi

Suplente: Jean Pierre Bezerra Museka

II - Representante da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração:

Titular: Silvana Slomp Toresan

Suplente: Sandra Helena Dallabona

III - Representante indicado pela ACIMVI, sendo preferencialmente do Núcleo de Contadores:

Titular: Ezequiel Luís Lopes Giovanella

Suplente: Jair Antônio Pretti

IV - Representante indicado pela OAB:

Titular: Flavio Germano Buzzi

Suplente: Danilo Cesar Dallabrida

Parágrafo Único. Fica designada a Servidora Pública Municipal Alexandra Lemes para exercer a função de Secretária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145o ano de Fundação; 80o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 1570, DE 20 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 1570, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Designa a Servidora Pública Municipal Keli Francieli Cattoni para ocupar, em substituição, a Servidora Carla Tatiana Raduenz Geisler, no cargo em comissão de Diretora de Departamento-Administrativo/Financeiro do SAMAE.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a Servidora KELI FRANCIELI CATTONI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, para ocupar



em substituição à CARLA TATIANA RADUENZ GEISLER, o cargo em comissão de Diretora de Departamento Administrativo/Financeiro, Símbolo CC-2, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, por motivo de Licença Para Tratamento de Saúde, no período de 09/03/2015 a 17/03/2015, e por motivo de Licença Gestação, a contar de 18/03/2015, por 180 dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 1574, DE 26 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº 1574, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Nomeia Servidora Pública Municipal para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Educação, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

#### **RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR, a Servidora abaixo relacionada, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFE- RÊNCIA SALARIAL
Gladis Terezinha Longo Boaventura	Assessora do Departamento de Ensino / CC-2	76

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº FCT-054, DE 11 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº FCT-054, de 11 de MARÇO de 2015

Concede exoneração a Servidora Pública Jaqueline Hoffmann, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, a contar desta data.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e alterações, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

#### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública JAQUELINE HOFFMANN, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, contratada pela Portaria nº FCT-48, de 02/02/2015, do quadro de Servidores Públicos da Fundação Cultural de Timbó, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
JORGE R FERREIRA  
DIRETOR PRESIDENTE FCT

### **PORTARIA Nº 1580, DE 1º DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 1580, DE 1º DE ABRIL DE 2015

Instaura Sindicância Administrativa nº 01/2015, para apurar fatos constantes no memorando expedido pelo Secretário Municipal de Educação, em 17 de março do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, c/c o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos arts.134 e 135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei Complementar nº 139/98,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 01/2015, para apurar fatos constantes no memorando expedido pelo Secretário Municipal de Educação, em 17 de março do corrente, referente a conduta da Servidora Evalda de Fátima Baratieri Pompeu, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educadora Infantil, desempenhando as funções no NEI Primeiros Passos.

Art.2º Designar, a Comissão de Sindicância, constituída pelas seguintes servidoras: Cleide Maria Uber Borth-Professora; Mabel Demonti Mengarda-Professora e Nilza Kipfer Berri-Educadora infantil, para sob a presidência da primeira, apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância a que se refere o art.1º, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de abril de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 1581, DE 1º DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 1581, DE 1º DE ABRIL DE 2015

Instaura Sindicância Administrativa nº 02/2015, para apurar fatos constantes no Memorando SEOSUR nº 07/2015, expedido pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, em 16 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, c/c o art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos arts.134 e 135 da Lei Complementar nº 01/93, alterada pela Lei

Complementar nº 139/98,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 02/2015, para apurar fatos constantes no Memorando SEOSUR nº 07/2015, expedido pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos, em 16 de fevereiro do corrente, referente ao incêndio envolvendo o veículo C-83, Placa MAQ-9937, ocorrido em 15 de janeiro do corrente.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 089, de 1º de fevereiro de 2013 e alterações posteriores, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de abril de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.  
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

### PORTARIA Nº FME-28, DE 30 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº FME-28, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Fundação Municipal de Esportes-FME

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014 e nº 3679, de 1º de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Romeu Bellarmino	FME-26/2014	30/06/2015
Rosilene Alves de Souza	FME-26/2014	05/05/2015

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.  
MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

### PORTARIA Nº SEMFA-D0986 DE 02 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D0986 de 02 de Março de 2015

Concede Auxílio Escolar às servidoras da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao 1º semestre de 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- às servidoras da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao Primeiro semestre de 2015 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Angela Preuss	Direito – 7º semestre – UNIASSELVI	60%	RH12-0009
Carlos Bras Busarello	Tecnologia em Gestão Ambiental – 1º semestre – UniCesumar – EAD	80%	RH09-0006
Dirce Oliva Peyerl	Serviço Social – 6º semestre - UNIASSELVI	40%	RH12-0143
Ederson José Girelli	Biomedicina – 7º semestre – FAMEBLU	40%	RH15-0001
Jaelson Sabino	Tecnologia em Gestão Ambiental – 1º semestre – UniCesumar – EAD	80%	RH05-0434
Michelle Tamara Zilse Stolfi	Enfermagem – 7º semestre - FAMEBLU	80%	RH12-0013
Renato Pinto Junior	Biomedicina – 3º semestre – FAMEBLU	40%	RH15-0002

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### PORTARIA Nº SEMFA-D0987 DE 03 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D0987 de 03 de março de 2015

Concede Auxílio Escolar às servidoras da Secretaria Municipal de Educação, referente ao 2º semestre 2014 e 1º semestre de 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- Às servidoras da Secretaria Municipal de Educação, referente ao Segundo semestre 2014 e ao Primeiro semestre de 2015 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Aline Brancher	Pedagogia – 8º semestre - UNIASSELVI – EAD	40%	RH13-0195
Cristiana Raquel Paul Schon Giovanella	Pedagogia – 3º semestre – UNIASSELVI - EAD	40%	RH13-0304
Laiz Leal	Pedagogia – 3º e 4º semestres - UNIASSELVI - EAD	40%	RH13-0204
Luciana Aparecida Wersdorfer	Pedagogia – 5º semestre – UNIASSELVI- EAD	40%	RH15-0025
Marli da Silva Alonço dos Reis	Pedagogia – 1º semestre – UNIASSELVI – EAD	40%	RH15-0024
Marlise Witthoeft Nardelli	Pedagogia – 5º semestre – UNIASSELVI – EAD	40%	RH13-0206
Rúbia Fozina Brehmer	Pedagogia – 4º semestre – UNIASSELVI – EAD	40%	RH15-0022
Shirlei Manske	Pedagogia – 3º semestre – UNIASSELVI – EAD	40%	RH15-0026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### PORTARIA Nº SEMFA-D0988 DE 03 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D0988 de 03 de março de 2015  
Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao 1º semestre de 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

#### RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- À servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao Primeiro semestre de 2015 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Luciane Giovanella Gutz	Pedagogia – 2º semestre - UNIASSELVI – EAD	40%	RH15-0023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### PORTARIA Nº SEMFA-D0989 DE 03 DE MARÇO DE 2015

PORTARIA Nº SEMFA-D0989 de 03 de março de 2015

Concede Auxílio Escolar à servidora da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), referente ao 1º semestre de 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2009, resolve:

#### RESOLVE

Art.1º Conceder Auxílio Escolar Com base no artigo 66, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pelas Leis Complementares nº 110, de 16/04/97, e nº 139, de 02/07/98, regulamentado pelos Decretos nº 89, de 11/08/98, e nº 02, de 25/01/99,

- À servidora da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente (Fundo Municipal de Trânsito), referente ao Primeiro semestre de 2015 - matrícula e mensalidades, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Curso/Semestre	% de Auxílio	Processo
Claudia Rodrigues de Melo Schneider	Administração em Marketing – 1º semestre - UNIASSELVI	40%	RH15-0021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº SEMFA-D0990 DE 12 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0990 de 12 de Março de 2015.  
Concede Licença a Gestante à servidora Carla Inês Fachini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 176 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, e artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 411, de 23 de dezembro de 2.011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Concede Licença a Gestante à servidora CARLA INÊS FACHINI, ocupante do cargo de Fiscal de Obras, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, por cento e vinte (120) dias, a contar de 03 de Março de 2015 (período 03.03 a 30.06.2015), conforme Processo RH15-0027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária da Fazenda e Administração.

**PORTARIA Nº SEMFA-D0991 DE 12 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0991 de 12 de março de 2015.  
Concede Prorrogação da Licença Maternidade à servidora Carla Inês Fachini.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 2º da Lei nº 2559, de 09 de março de 2012:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Prorrogação de 60 dias da Licença Maternidade à servidora, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, conforme demonstrativo abaixo:

Nome	Nº Portaria que concedeu Licença à gestante	Data de término
Carla Inês Fachini	SEMFA-D0990 de 12.03.2015	29.08.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº SEMFA-D0992, DE 12 DE MARÇO DE 2015**

PORTARIA Nº SEMFA-D0992, de 12 de março de 2015  
Concede Licença Prêmio às servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo às servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação, conforme demonstrativo abaixo.

Nome	Quinquênio	Período de Gozo
Adriana Vicente	14.10.2009 à 13.10.2014	16.03.2015 à 14.04.2015
Claudete da Silva Schmidt	08.02.2010 à 07.02.2015	01.07.2015 à 30.07.2015
Mirian Bell	23.03.2009 à 22.03.2014	22.06.2015 à 21.07.2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de Março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA Nº SEMFA-D0994, DE 13 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0994, de 13 de março de 2015.  
Concede Licença Prêmio à servidora Isolde Blunk Reinicke.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo à servidora ISOLDE BLUNK REINICKE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 03.06.2009 a 02.06.2014, por trinta dias (16.03.2015 à 14.04.2015), conforme Processo RH15-0028.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração



**PORTARIA Nº SEMFA-D0998, DE 19 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA Nº SEMFA-D0998, de 19 de março de 2015.  
Concede Licença Prêmio ao servidor Valdomiro Machado.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 97 e 101 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/98, resolve:

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Licença Prêmio Convertida em gozo ao servidor VALDOMIRO MACHADO, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos referente ao quinquênio compreendendo o período aquisitivo de 01.07.2009 a 30.06.2014, por trinta dias (23.03.2015 à 21.04.2015), conforme Processo RH15-0028.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0981 DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA NºSEMFA-D0981 de 02 de Março de 2015.  
Concede Abono de Permanência ao servidor Reimar Raddatz .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

**RESOLVE:**

Art 1º Conceder Abono de Permanência ao servidor Reimar Raddatz, ocupante do cargo de Atendente de Serviços Administrativos, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, a contar de 14.02.2015, conforme Processo RH15-0016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0982 DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA NºSEMFA-D0982 de 02 de Março de 2015.  
Concede Abono de Permanência a servidora Marize Campestrini .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar

nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 40 §19 da CF/88 c/c art. 2º, §5º, da EC 41/2003;

**RESOLVE:**

Art 1º Conceder Abono de Permanência a servidora Marize Campestrini, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16.02.2015, conforme Processo RH15-0015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0984 DE 02 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA NºSEMFA-D0984 de 02 de Março de 2015.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Dilma Tomelin Girardi.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora DILMA TOMELIN GIRARDI, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por setenta e um (71) dias, a contar de 19/02/2015 a 30/04/2015, conforme Processo RH15-0018;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 20/01/2015 à 18/02/2015 (30 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 19/02 à 30/04/2015 (71 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de Março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

Maria Angélica Faggiani

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0993 DE 12 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA NºSEMFA-D0993 de 12 de março de 2015.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Mauro Schumann.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02



de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor MAURO SCHUMANN, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme Processo RH03-0207;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 06.02.2015 à 07.03.2015 (30 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 08.03.2015 à 22.04.2015 (46 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0995, DE 13 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA NºSEMFA-D0995, de 13 de março de 2015.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Raquel Rufino.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora RAQUEL RUFINO, ocupante do cargo de Aux. Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02.03.2015 à 30.03.2015, por vinte e nove (29) dias, conforme Processo RH15-0012;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.  
Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**PORTARIA NºSEMFA-D0999, DE 27 DE MARÇO DE 2015.**

PORTARIA NºSEMFA-D0999, de 27 de março de 2015.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marluce Francisca da Silva Arruda.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar

nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARLUCE FRANCISCA DA SILVA ARRUDA, ocupante do cargo de Atendente de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 31.03.2015 à 30.04.2015, por Trinta e um (31) dias, conforme Processo RH12-0050;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.  
Maria Angélica Faggiani  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 131 2014 PMT-FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 131/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Fornecimento de alimentação tipo refeição livre aos servidores que trabalham em caráter excepcional, nos moldes autorizados pela lei municipal n.º 2. 445, de 18 de dezembro de 2009 e para os guarnições em serviços em atendimento às necessidades da Secretaria de Saúde, Fundo Municipal de Trânsito e Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiro e Polícia Militar,.  
EMPRESA FORNECEDORA: Villa Gourmet Eventos Ltda EPP  
TOTAL ESTIMADO: R\$ 44.226,00 (quarenta e quatro mil duzentos e vinte e seis reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 29/10/2015

Timbó, 30/10/2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretária de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 13 2014 FMS - MATERIAL DE ENFERMAGEM**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2014 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: registro de preços para aquisição de materiais de enfermagem destinado às Unidades de Saúde, CAPS, SAMU e Policlínica de Referência

EMPRESAS FORNECEDORAS: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Metromed Com. De Material Médico Hospitalar Ltda; Prodovale Produtos Hospitalares Ltda; Starmed Artigos Med. Hosp. Ltda;

Cirúrgica Sta. Cruz Com. Prod. Hosp. Ltda; Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda; Fufa SC Distribuidora de Hospitalar Ltda; Plasmedic Comércio de Materiais Médicos e Laboratoriais Ltda; Cirúrgica Bela Vista Comércio de Produtos Hospitalares Ltda Me; Olimed Mat. Hosp. Ltda; e Aliança Hospitalar Ltda Me  
TOTAL ESTIMADO: R\$ 271.486,76 (duzentos e setenta e um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos).  
MODALIDADE: Pregão Presencial  
VALIDADE DA ATA: 29/07/2015

Timbó, 30/07/2014  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

**TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 41 2015 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 41/2015 - PMT

O Secretário de Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas, resolve, a bem do serviço público, REVOGAR o item 16, do Pregão Presencial n.º 41/2015, que tem por objeto o Registro de Preço de serviço de transporte de atletas, alunos, grupos apoiados pela Administração Direta e Indireta e usuários do Sistema de Saúde Municipal, dentro e fora do Estado de Santa Catarina.

MOTIVO: devido ao item necessitar de especificações diversas às presentes no edital, pela sua natureza de transporte de pacientes/doentes, as quais não foram levadas em consideração no momento da elaboração do edital.

TIMBO (SC), 29/04/2015  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

**CÂMARA MUNICIPAL**

**PORTARIA Nº 9/2015**

Portaria Nº 9/2015

Concede férias ao servidor Joel Ricardo Raiter, contador na Câmara Municipal de Timbó.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, art. 16, III da Lei Orgânica e art. 84 do Estatuto do Servidor Público, Resolve:

Art. 1º Conceder dez dias de férias ao servidor Joel Ricardo Raiter, contador na Câmara Municipal de Timbó, relativas ao período aquisitivo 09/01/2013 a 08/01/2014.

Art. 2º O Servidor fruirá as férias concedidas por este ato no período de 11 a 20 de Maio de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 29 de Abril de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari
----------------------

Presidente
------------

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar.

DOM/SC nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

Timbó(SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015.

Patrícia Xavier  
Assessora de Comunicação

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2015

EXTRATO DE CONTRATO 32/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: ECOBAN BANHEIROS QUÍMICOS LTDA ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de banheiros químicos, prestação serviços de limpeza, segurança desarmada e serviço de organização de veículos (estacionamento), junto ao Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, as margens da SC 465, compreendendo o período de 22 a 27 de abril de 2015 por ocasião da III EXPOTÍLIAS, constante no Anexo I do edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2015: 09.01.2 017.33.90.00.00.00.00, através do convênio nº 2015TR000454 celebrado entre este Município e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba

VALOR: O custo estimado desta contratação é de R\$ 22.500,00 (Vinte e dois mil e quinhentos).

DATA ASSINATURA: 23/04/2015.

TREZE TÍLIAS, 23 de Abril de 2015.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2015

EXTRATO DE CONTRATO 33/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: PRIME SERVICE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELLI ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de banheiros químicos, prestação serviços de limpeza, segurança desarmada e serviço de organização de veículos (estacionamento), junto ao Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, as margens da SC 465, compreendendo o período de 22 a 27 de abril de 2015 por ocasião da III EXPOTÍLIAS, constante no Anexo I do edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2015: 09.01.2 017.33.90.00.00.00.00.

VALOR: O custo estimado desta contratação é de R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais).

DATA ASSINATURA: 23/04/2015.

TREZE TÍLIAS, 23 de Abril de 2015.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2015

EXTRATO DE CONTRATO 34/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELLI EPP

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para locação de banheiros químicos, prestação serviços de limpeza, segurança desarmada e serviço de organização de veículos (estacionamento), junto ao Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, as margens da SC 465, compreendendo o período de 22 a 27 de abril de 2015 por ocasião da III EXPOTÍLIAS, constante no Anexo I do edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do

objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2015: 09.01.2017.33.90.00.00.00.00.00, através do convênio nº 2015TR000454 celebrado entre este Município e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Joaçaba.

VALOR: O custo estimado desta contratação é de R\$ 44.950,00 (Quarenta mil novecentos e cinquenta reais).

DATA ASSINATURA: 23/04/2015.

TREZE TÍLIAS, 23 de Abril de 2015.

### PORTARIA 35/2015

PORTARIA Nº 035/15 DE 28 DE ABRIL DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Gicelda Ines Rigo Froehlich	03/09/2013 a 02/09/2014	01/04/2015 a 30/04/2015	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 28 DE ABRIL DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

### PORTARIA 36/2015

PORTARIA Nº 036/15 DE 28 DE ABRIL DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido, a Sra. AMANDA STRAPAZZON MARMENTINI, CPF nº 052.481.889-46 e identidade nº 4.948.420, residente e domiciliada no município de Videira/SC, do cargo efetivo de T.M.N.S - TÉCNICO MUNICIPAL DE NÍVEL SUPERIOR EM FISCALIZAÇÃO - 40 hs, conforme portaria de nomeação nº 008/14 de 20 de janeiro de 2014.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de 30 de abril de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 28 DE ABRIL DE 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

**INEXIGIBILIDADE 33-2015****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41  
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25  
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 33/2015 - IL**

Processo Nr.: 33/2015  
Data: 22/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS - ME  
Endereço: R XV DE NOVENBRO,739 - SALA 01  
Cidade: Campos Novos - SC  
CNPJ: 19.212.845/0001-79

Código: 3390

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Apresentação artística com GRUPO CHIQUITO E BORDONEIO LTDA, com duração aproximada de 03 (três) horas, no dia 26 de abril de 2015, às 19h00min, no Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, por ocasião da III Expotílias.

**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	SV	Apresentação artística com GRUPO CHIQUITO E BORDONEIO LTDA, representada neste ato pela empresa HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS ME, nome fantasia: C3 AGÊNCIA E EVENTOS, inscrito no CNPJ sob o nº 19.212.845/0001-79, com sede na Rua XV de Novembro, nº 739, Centro na cidade de Campos Novos - SC. Show de duração aproximada de 03 (três) horas, no dia 26 de abril de 2015, às 19h00min, no Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, localizado as margens da SC 465, por ocasião da III Expotílias. (9041)

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

- III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**JUSTIFICATIVA**

É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

- III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Treze Tílias, 22 de Abril de 2015

MAURO DRESCH  
PREFEITO



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL TREZE TÍLIAS**

CNPJ: 82.777.251/0001-41  
PRAÇA ANDRÉAS THALER, 25  
C.E.P.: 89650-000 - Treze Tílias - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 33/2015 - IL**

**Processo Nr.:** 33/2015  
**Data:** 22/04/2015

Folha: 2/2

22/04/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Treze Tílias, 22 de Abril de 2015

---

**Valor da Despesa:** 15.500,00 (quinze mil quinhentos reais)

---

**Pagamento.....:** Em até 15 dias após a emissão da Nota Fiscal.

---

## Trombudo Central

### PREFEITURA

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2015 PMTC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2015

DATA: 22/04/2015

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL, EXECUÇÃO E POLÍTICA ESTADUAL DE GERAÇÃO DE DIFUSÃO E TECNOLOGIA AGROPECUÁRIA, FLORESTAL E PESQUEIRA, DE CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

Valor total: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

EMBASAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso XXX, da Lei Federal 8666/93, e demais alterações posteriores.

Trombudo Central, 28 de abril de 2015

Silvio Venturi

Prefeito Municipal

## Tunápolis

### PREFEITURA

#### CONTRATO Nº 23/2015

CONTRATO Nº 23/2015

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.153.806/00001-94, estabelecida na Rua Jundiá, 100, Área Industrial, no Município de Itapiranga/SC, doravante denominado CONTRATADA e doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o presente contrato de EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE TURISMO E CULTURA NA LINHA PITANGUEIRA, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2015, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE TURISMO E CULTURA NA LINHA PITANGUEIRA, CONFORME PROJETO TÉCNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, REFERENTE CONTRATO DE REPASSE Nº 782894/2013/ MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA PROCESSO Nº 2623.1003862-67/2013.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 - A Ordem de Serviço para execução da obra será emitida pelo Município de TUNÁPOLIS, imediatamente após concluída a análise do processo pela CAIXA ECONÔMICA/MINISTÉRIO DO TURISMO.

3.3 - Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.4 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.5 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.6 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 368.935,02 (Trezentos e sessenta e oito mil novecentos trinta e cinco reais e dois centavos) sendo custo com mão de obra de R\$ 258.254,51 (duzentos cinquenta e oito mil duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e um centavos) e material de R\$ 110.680,51 (cento e dez mil seiscentos e oitenta reais e cinquenta um centavos).

4.2 - O pagamento será efetuado pelo Município no prazo máximo de 10 (dez) dias após o efetivo recebimento do depósito da parcela efetivada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, mediante a apresentação da Nota Fiscal, proporcionalmente à execução dos serviços e conforme os valores unitários constantes da "Proposta de Preços", sem prejuízo das demais condições estabelecidas neste edital e na minuta contratual.

4.2.1 O depósito está condicionado ao cumprimento de cada etapa dos serviços constantes do cronograma físico-financeiro, devidamente atestado pela comissão de acompanhamento do Município e vistoriada pelo setor de fiscalização da Caixa Econômica Federal.

4.2.2. Os referidos pagamentos ficam condicionados ao recebimento dos recursos da Caixa Econômica Federal, que apenas ocorrerão mediante a apresentação das faturas referentes à execução dos serviços devidamente vistoriadas pelo seu Setor de Fiscalização, sem prejuízo das demais condições e requisitos estabelecidos o que é de pleno conhecimento e de total aceitação dos licitantes.

4.2.3 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período.

- Cópia dos comprovantes de ficha ponto dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

- Folhas e comprovantes mensais de Pagamento dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

4.2.4 - O pagamento correspondente a 50% (Cinquenta por cento) do valor da medição final, somente será realizado mediante:

- Apresentação do "AS BIULT" se for o caso.

- Apresentação da "CND da Obra".

4.3 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 16.2 do edital, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.4 - Incidirá sobre o valor total das Notas Fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS) conforme legislação vigente, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária sobre o valor total dos pagamentos efetuados, pela alíquota cabível (11%) para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente, sem prejuízo das demais condições legalmente estabelecidas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO

6.1 - O prazo para a conclusão da obra é 180 (cento e oitenta) dias a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

#### CLÁUSULA SETIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (82,198) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2015.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

9.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra conforme modelo bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.5 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.6 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.7 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.8 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.9 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.10 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.11 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado a terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.12 - Confeccionar, instalar e manter placas indicativas, sinalizadores, barreiras, sinais vermelhos, sinais de perigo, sinais de desvio e outros, em quantidade suficiente, sendo esta uma das condições para liberação das medições, se responsabilizando pela sinalização do Trânsito conforme normas definidas pela Legislação de Trânsito;

9.13 - Comunicar antecipadamente o MUNICÍPIO, da necessidade de bloqueio de vias, devendo aguardar aprovação para sua efetiva execução;

9.14 - A CONTRATADA deverá elaborar e fornecer ao Município o "As Built" da obra nos termos da legislação aplicável, se houver alteração em relação do projeto original no decorrer da execução;

9.15 - A cumprir a exigência apresentada pelo Tribunal de Contas

do Estado de Santa Catarina, qual seja a de proceder, na assinatura do contrato, a entrega à fiscalização da obra, dos orçamentos, cronogramas, projetos (quando for o caso) e outros documentos sempre em meio digital (informatizado) no formato Excel. Também pelo mesmo meio digital (informatizado) deverão ser recebidas as medições e os aditamentos (envolvendo alterações na planilha orçamentária);

9.16 - Cumprir toda e qualquer diligência executada pelo Município ou Caixa Econômica Federal/MINISTERIO DO TURISMO com relação à obra objeto desta licitação.

9.17 - A CONTRATADA não poderá SUBEMPREITAR os serviços a ela adjudicados.

9.18 A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

#### CLAUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 02/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2- Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total;

c) A multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, e no que couber, ao setor de fiscalização da Caixa Econômica Federal. Ao município caberá verificar se na execução da obra estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - As correspondências referentes ao contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício. Na hipótese de a contratada se negar a assinar o protocolo de recebimento do ofício, o mesmo será poderá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se feita a comunicação para todos os efeitos.

14.4 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.5 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.6 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.7 - Decorridos noventa (90) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.8 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES**

15.1 - A medição será elaborada com periodicidade de 30 (trinta) dias, exceto a 1º (primeira) e a da conclusão da obra, sendo obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os

limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 - A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS**

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

**CLÁUSULA DECIMA NONA - DO FORO**

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que



seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 29 de abril de 2015.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal  
Contratante

CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP

Contratada  
Afonso Hammes  
Sócio administrador  
CPF: 423.058.709-06

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff      Sheila Inês Bieger  
CPF: 918.368.409-34      CPF:020.226.259-60

## CONTRATO Nº 24/2015

CONTRATO Nº 24/2015

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr: Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.153.806/00001-94, estabelecida na Rua Jundiá,100,Área Industrial, no Município de Itapiranga/SC, doravante denominado CONTRATADA e doravante denominado CONTRATADA resolvem celebrar o presente contrato de EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA CONCLUSÃO DO CENTRO DE TURISMO E CULTURA NA LINHA PITANGUEIRA, em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2015, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL PARA CONCLUSÃO DO CENTRO DE TURISMO E CULTURA NA LINHA PITANGUEIRA, CONFORME PROJETO TÉCNICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 - A Ordem de Serviço para execução da obra será emitida pelo Município de TUNÁPOLIS.

3.3 - Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.4 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira

qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.5 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados no Edital sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.6 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 218.156,47(Duzentos e dezoito mil cento e cinquenta e seis reais e quarenta e sete centavos), sendo custo com mão de obra de R\$65.446,94(sessenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa e quatro centavos)e material de R\$ 152.709,53(cento e cinquenta e dois mil setecentos e nove reais e cinquenta e três centavos).

4.2 - O pagamento será efetuado pelo Município no prazo máximo de 10 (dez) dias, mediante a apresentação da Nota Fiscal, proporcionalmente à execução dos serviços e conforme os valores unitários constantes da "Proposta de Preços", sem prejuízo das demais condições estabelecidas neste edital e na minuta contratual.

4.2.1 O depósito está condicionado ao cumprimento de cada etapa dos serviços constantes do cronograma físico-financeiro, devidamente atestado pela comissão de acompanhamento do Município.

4.2.2 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.

- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;

- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período.

- Cópia dos comprovantes de ficha ponto dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

- Folhas e comprovantes mensais de Pagamento dos funcionários da empresa conforme relação apresentada no ato da assinatura do contrato;

4.2.4 - O pagamento correspondente a 50% (Cinquenta por cento) do valor da medição final, somente será realizado mediante:

- Apresentação do "AS BIULT" se for o caso.

- Apresentação da "CND da Obra".

4.3 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto no item 16.2 do edital, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.4 - Incidirá sobre o valor total das Notas Fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS) conforme legislação vigente, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária sobre o valor total dos pagamentos efetuados, pela alíquota cabível (11%) para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente, sem prejuízo das demais condições legalmente estabelecidas.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO

6.1 - O prazo para a conclusão da obra é 180 (cento e oitenta) dias a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificativa circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

#### CLÁUSULA SETIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (198) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2015.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

9.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como, pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta

Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra conforme modelo bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.5 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.6 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.7 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.8 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.9 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.10 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.11 - A CONTRATADA deverá garantir, durante a execução das obras, a continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos

serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado à terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.12 - Confeccionar, instalar e manter placas indicativas, sinalizadores, barreiras, sinais vermelhos, sinais de perigo, sinais de desvio e outros, em quantidade suficiente, sendo esta uma das condições para liberação das medições, se responsabilizando pela sinalização do Trânsito conforme normas definidas pela Legislação de Trânsito;

9.13 - Comunicar antecipadamente o MUNICÍPIO, da necessidade de bloqueio de vias, devendo aguardar aprovação para sua efetiva execução;

9.14 - A CONTRATADA deverá elaborar e fornecer ao Município o

"As Built" da obra nos termos da legislação aplicável, se houver alteração em relação do projeto original no decorrer da execução;

9.15 - A cumprir a exigência apresentada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, qual seja a de proceder, na assinatura do contrato, a entrega à fiscalização da obra, dos orçamentos, cronogramas, projetos (quando for o caso) e outros documentos sempre em meio digital (informatizado) no formato Excel. Também pelo mesmo meio digital (informatizado) deverão ser recebidas as medições e os aditamentos (envolvendo alterações na planilha orçamentária);

9.16 - Cumprir toda e qualquer diligência executada pelo Município com relação à obra objeto desta licitação.

9.17 - A CONTRATADA não poderá SUBEMPREITAR os serviços a ela adjudicados.

9.18- A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 03/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Edital ou do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2- Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total;

c) A multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade. Caberá verificar se na execução da obra estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - As correspondências referentes ao contrato, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício. Na hipótese de a contratada se negar a assinar o protocolo de recebimento do ofício, o mesmo será poderá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se feita a comunicação para todos os efeitos.

14.4 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.5 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.6 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.7 - Decorridos noventa (90) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executadas e aceitas pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

14.8 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será elaborada com periodicidade de 30 (trinta) dias, exceto a 1º (primeira) e a da conclusão da obra, sendo obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 - A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;
- g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;
- k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.  
Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

#### CLÁUSULA DECIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 29 de abril de 2015.

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal  
Contratante

CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP  
Contratada  
Afonso Hammes  
Sócio administrador  
CPF: 423.058.709-06

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

#### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015, REFERENTE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO 58/2015, DESERTA**

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, instituída pelo Decreto nº 1663/2014, através das atribuições legais, torna público que foi deserto o certame denominado como PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015, referente ao Processo administrativo 58/2015, cujo objeto é aquisição de 01 VEICULO NOVO, 0 KM, DESTINADO PARA A PREFEITURA, de acordo com os quantitativos, forma, e condições estabelecidas no presente ato convocatório e seus anexos. Ressalta-se que a data de abertura do dia 29 de abril de 2015, as 15h não houve nenhum interessado para o certame em questão, motivo pela qual o Presidente declara com

#### **QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51/2014**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 51/2014

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 51/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o Município de Tunápolis, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Sr. Enoi Scherer, portador do CPF nº 656/321/769-91, e de outro lado a Empresa CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.153.806/00001-94, estabelecida na Rua Jundiá, 100, Área Industrial, no Município de Itapiranga/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 51/2014.

Considerando o contrato administrativo nº 51/2014 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 28 de maio de 2014, proveniente do Processo Licitatório nº 67/2014 e Tomada de Preço nº 05/2014, em que consta como objeto a "Contratação de empresa em regime de empreitada global (mão de obra e materiais) para construção de Quadra Escolar Coberta com Vestiário (980,40m²) na Rua João Castilho deste Município, de acordo com o termo de compromisso PAC 208664/2014".



Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO PRAZO:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual fica prorrogado para 30 de julho de 2015, de acordo com a justificativa anexa.

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 29 de abril de 2015.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

Construtora Hammes Ltda EPP  
CONTRATADA

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_  
Cleverson Inácio Kerkoff  
CPF: 918.368.409-34

2) \_\_\_\_\_  
Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

## Turvo

### PREFEITURA

#### CONVENIO PMT 07/2015

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO  
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVENIO No 007/2015

CONVENIADA: CTG - Centro de Tradições Gaúchas Vale da Amizade de Turvo.

OBJETO: Recurso Financeiro para ajudar no custeio das despesas com a realização do XXXI Rodeio Crioulo Nacional.

VALOR: R\$ 10.000,00.

VIGÊNCIA: Abril de 2015.

#### PORTARIA 133/2015

PORTARIA Nº 133/15, de 13 de Abril de 2015.

FAZ EXONERAÇÃO DE CARGO PERMANENTE POR MOTIVO DE FALLECIMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo.

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar o servidor EDSON DAMINELLI, CPF nº 742.217.609-15, matrícula nº. 0183, exercendo o Cargo de Provisamento Efetivo de Operador de Equipamentos I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, por motivo de falecimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de abril de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

#### PORTARIA 134/2015

PORTARIA Nº 134/15, de 15 de Abril de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE DIGITADOR, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar ate 30 de Novembro de 2015, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40



(quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Digitador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A) CPF MATRICULA

Priscila Tramontin Bianchini 070.516.489-69 3001

Augusto Bom Manenti 076.402.089-71 2998

Evelin Tomé Marques 087.657.469-02 3177

Wilian Heinzen Severino 053.134.539-47 2753

Eduardo Gomes Manenti 067.987.859-99 3331

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 135/2015

PORTARIA Nº 135/15, de 15 de Abril de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE FINANCEIRO, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 30 de Novembro de 2015, a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Agente Financeiro, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A) CPF MATRICULA

Talita Manenti Roque 074.816.239-96 3002

Soeli Fatima Fernandes 066.356.759-90 2756

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 136/2015

PORTARIA Nº 136/15, de 15 de Abril de 2015.

PRORROGA A CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO AGRIMENSOR E FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de

2011,

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar até 30 de Novembro de 2015 a contratação do servidor abaixo relacionado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Engenheiro Agrimensor, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA SERVIDOR CPF

2999 Everton Marcon 063.091.219-01

Art. 2º - Prorrogar até 30 de Novembro de 2015 a contratação dos servidores abaixo relacionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo a função pública de Fiscal de Obras e Serviços Públicos, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRICULA SERVIDOR(A) CPF

3000 Marilene Bristot Niero 059.106.719-60

2980 Augusto Gabriel Simon 076.027.919-59

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 15 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 137/2015

PORTARIA Nº 137/15, de 17 de Abril de 2015.

ALTERA CONCESSÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Altera a função gratificada da servidora Rosangela Teixeira, CPF nº 967.181.299-68, matrícula nº 0492, de FG 30 Encarregado de Serviço para FG 20 Encarregado de Seção junto a Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 138/2015**

PORTARIA Nº 138/15, de 17 de Abril de 2015.

ALTERA A FUNÇÃO E DATA DE TERMINO DE CONTRATO DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Alterar a função pública da servidora MAYARA POSSAMAI PAGNAN CPF nº 071.771.899-98, matrícula nº 3284, nomeada através do Processo Seletivo 001/14-SME de Agente Administrativo Escolar para Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, passando o término de contrato para 09 de Dezembro de 2015, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 139/2015**

PORTARIA Nº 139/15, de 17 de Abril de 2015.

ALTERA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Alterar a carga horária da Servidora abaixo relacionada, no Cargo de Professor IV, de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF  
3377 Daiana Moser 051.389.559-00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 17 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 140/2015**

PORTARIA Nº 140/15, de 27 de Abril de 2015.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 90, da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a servidora MONICA DORDETE DE FREITAS, CPF nº 056.736.549-28, matrícula nº 1892, exercendo o cargo de provimento em caráter efetivo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 27 de Abril de 2015 a 24 de Agosto de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 27 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 141/2015**

PORTARIA Nº 141/15, de 27 de Abril de 2015.

DEMITE A PEDIDO AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

**RESOLVE**

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupante da função pública de Agente Administrativo Escolar, nomeada temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/14 - SME, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

NOME CPF MATRICULA  
Paula Tome Manenti 067.988.579-06 3328

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 27 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 142/2015**

PORTARIA Nº 142/15, de 27 de Abril de 2015.

NOMEIA AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2014-SME, a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer a função pública de Agente Administrativo Escolar, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Mayara Possamai Pagnan por ter sido alterada sua função.

NOME CPF LOCAL DE TRABALHO

Bruna Gonçalves Amaro 094.884.069-25 Pré Escolar Cidade Alta

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 27 de Abril de 2015 e encerrará em 18 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 27 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

**PORTARIA 143/2015**

PORTARIA Nº 143/15, de 27 de Abril de 2015.

ADMITE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.001/1993, combinado com a Lei Complementar nº 09/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Admitir a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Serviços Gerais I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

SERVIDOR (A) CPF LOCAL TRABALHO

Cristiane Silva da Rocha 063.214.959-05 Unidade de Alimentação Escolar

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 27 de Abril de 2015 e encerrará em 18 de Dezembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 27 de abril de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel

Secretário de Adm. e Finanças.

# Urussanga

## PREFEITURA

### **AVISO PRORROGAÇÃO TP 03/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

**AVISO DE PRORROGAÇÃO DA DATA DE ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES REF TOMADA DE PREÇOS 03/2015/PMU**

Objeto: material e serviços para revitalização da Praça Anita Garibaldi, no Centro Histórico de Urussanga/SC. TC nº 799269/2013/MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA. PROCESSO Nº 2624.1013335-18/2013. Nova data de entrega: até às 14h do dia 08/05/2015. Nova data de abertura dos envelopes: às 14h do dia 08/05/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Centro - Setor de Licitações. Novo edital deverá ser retirado nesta municipalidade ou solicitado no e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br). Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48) 3465-1188

ROSANE ZATTA

Pregoeira

### **AVISO PR 26/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 26/2015/PMU

Objeto: aquisição de serviços e peças para manutenção elétrica de veículos da frota municipal. Recebimento dos envelopes: até às 14h do dia 13/05/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 14h do dia 13/05/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta

Pregoeira

### **AVISO TP 02/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA - CPLJ

**AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015/FMS**

Objeto: aquisição de serviços de laudo físico em exames de ultrassonografia. Recebimento dos envelopes: até 14h do dia 15/05/2015, na Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14h do dia 15/05/2015. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.

Rosane Zatta

Pregoeira

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.030/2015

DECRETO Nº 030/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

“HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, DE 10 DE MARÇO 2015.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a lista dos aprovados no Concurso Público nº 001/2015, de 10 de março 2015, quais sejam:

AUXILIAR DE ENFERMAGEM										
Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Total	Situação.	Class.
1186	VELCI DE SOUZA CHINATO	3,60	0,00	0,60	1,40	5,60	0,00	5,60	APROVADO(A)	1º

MOTORISTA										
Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Total	Situação.	Class.
1261	DIOY ECIO DE LIMA	4,00	1,00	1,00	1,40	7,40	9,00	8,20	APROVADO(A)	1º
1209	HENRIQUE BEZERRA BARBOSA	1,60	1,40	1,40	1,40	5,80	9,00	7,40	APROVADO(A)	2º
1210	CLEITON DE CAMARGO	3,20	1,20	1,60	1,20	7,20	7,00	7,10	APROVADO(A)	3º
1204	MILTON FRANCISCO DE ABREU	2,40	0,80	0,60	0,80	4,60	9,00	6,80	APROVADO(A)	4º
1181	WANDERLEI DA ROCHA	2,40	0,40	0,60	1,00	4,40	9,00	6,70	APROVADO(A)	5º
1178	DOUGLAS ABATTI	2,00	0,40	0,80	0,80	4,00	9,00	6,50	APROVADO(A)	6º
1193	HEVERTON TRINDADE	3,60	1,00	0,20	1,20	6,00	5,00	5,50	APROVADO(A)	7º
1176	VANDERLEI MARTINS DE OLIVEIRA	2,40	0,60	0,60	1,00	4,60	6,00	5,30	APROVADO(A)	8º
1218	AIRTON LUIZ SANTOS	1,60	0,80	0,20	1,00	3,60	7,00	5,30	APROVADO(A)	9º
1212	EDILSON DOMINGOS CARLETO	2,80	0,80	0,60	1,00	5,20	5,00	5,10	APROVADO(A)	10º

OPERADOR DE MAQUINAS PESADA										
Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Total	Situação.	Class.
1202	LEANDRO PEDRO FREITAS	2,40	1,20	0,40	1,00	5,00	9,00	7,00	APROVADO(A)	1º
1208	NELVIR BONGIOVANI	2,40	0,40	1,20	1,40	5,40	8,00	6,70	APROVADO(A)	2º
1268	WILLIAN ABEL BRRAGHIROLI	3,20	0,80	0,80	1,20	6,00	7,00	6,50	APROVADO(A)	3º
1179	AGENOIR DA SILVA LEMES	2,80	0,60	0,60	1,40	5,40	7,00	6,20	APROVADO(A)	4º
1184	PAULO ROBERTO VESARO	2,00	0,40	0,20	1,00	3,60	7,00	5,30	APROVADO(A)	5º

OPERADOR DE TRATOR AGRICOLA										
Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Total	Situação.	Class.
1198	MAURICIO COSTA MOREIRA	2,40	0,40	0,60	0,60	4,00	10,00	7,00	APROVADO(A)	1º
1188	JOSOE FRUTUOSO DOS SANTOS	2,80	0,80	0,00	0,80	4,40	9,00	6,70	APROVADO(A)	2º
1192	JHONATAN DA LUZ CHIOT	1,60	0,80	1,00	1,00	4,40	9,00	6,70	APROVADO(A)	3º
1196	ROMOALDO JARDINI	2,80	1,20	0,80	1,20	6,00	7,00	6,50	APROVADO(A)	4º
1206	EMERSON PAULO MENDES	2,80	0,40	0,60	0,60	4,40	8,00	6,20	APROVADO(A)	5º



PROFESSOR DE INGLES										
Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Total	Situação.	Class.
1177	REJANE ANTUNES DE OLIVEIRA MINGOTTI	2,00	1,20	0,60	1,40	5,20	0,00	5,20	APROVADO(A)	1º

SERVENTE										
Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Total	Situação.	Class.
1216	ORIDES SANTOS	2,40	1,00	1,00	1,00	5,40	8,00	6,70	APROVADO(A)	1º
1253	ANDRE SANCHES	2,00	0,60	0,80	0,80	4,20	8,00	6,10	APROVADO(A)	2º
1195	ROLDÃO GONÇALVES	0,80	0,60	1,20	1,20	3,80	8,00	5,90	APROVADO(A)	3º
1213	RODRIGO BANDEIRA	0,80	1,00	0,80	1,20	3,80	8,00	5,90	APROVADO(A)	4º
1265	MAICO ANDRÍO SALVADOR	1,20	0,60	0,60	1,00	3,40	8,00	5,70	APROVADO(A)	5º
1215	JOÃO DOS SANTOS	0,40	0,40	0,80	0,80	2,40	8,00	5,20	APROVADO(A)	6º

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 29 de abril de 2015.  
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 30/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

### DECRETO N.031/2015

DECRETO Nº 031/2015, DE 29 DE ABRIL DE 2015.

“ESTABELECE O REGIME DE HORÁRIO ESPECIAL DE TRABALHO DOS SERVIDORES DAS SECRETARIAS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita de Vargem Bonita - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de motivar a atribuição de jornada especial coletiva ou individualizada dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO que o período de inverno estabelece a necessidade de adequação da jornada de trabalho das secretarias referidas, pois os trabalhos desenvolvidos por estas são eminentemente de campo dependendo em sua maior parte de luminosidade natural para execução dos trabalhos;

CONSIDERANDO o objetivo de aperfeiçoar o atendimento ao público e racionalizar os recursos públicos;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 10/97 de 22 de setembro de 1997,

#### DECRETA:

Artigo 1º - Fica determinado o horário diferenciado para as Secretarias de Transportes, Obras e Serviços Públicos e, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico.

Artigo 2º - A partir deste Decreto as Secretarias de Transportes, Obras e Serviços Públicos e, Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico estão submetidas a horários diferenciados, sendo: 07:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas.

Artigo 3º - Fica determinado a operadora do sistema de informática do ponto que proceda ao travamento do sistema observando os horários determinados no artigo anterior com 05 (cinco) minutos de tolerância para antes ou depois de cada horário.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos ao dia 17 de Abril de 2015, revogados quaisquer instrumentos jurídicos da mesma posição hierárquica do presente decreto, ou inferior, emitidos anteriormente a presente data.

Vargem Bonita, 29 de abril de 2015.  
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 30/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUÉLEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

## Videira

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 11.961/15

DECRETO Nº 11.961/15, DE 28 DE ABRIL DE 2015.

Nomeia Agente Social

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUANA CRISTINA BAIRO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Social, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2015

Ata de Registro de Preços nº: 64/2015

Data de Assinatura: 28.04.2015

Fornecedor.....: Adelvo Basquera & Cia Ltda - EPP

Valor ..... : R\$ 9.054,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 45/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 28.04.2015 Término: 28.04.2016

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE RECARGAS DE EXTINTORES PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, ADMINISTRAÇÃO E AGRICULTURA) E OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

#### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2015

Ata de Registro de Preços nº: 65/2015

Data de Assinatura: 28.04.2015

Fornecedor.....: Triângulo Equipamentos de Segurança Ltda - ME.

Valor ..... : R\$ 162,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 45/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 28.04.2015 Término: 28.04.2016

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE RECARGAS DE EXTINTORES PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA

(SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, TURISMO E CULTURA, ADMNISTRAÇÃO E AGRICULTURA) E OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES).

**EXTRATO CONTRATO Nº 67/2015**

Contrato nº: 67/2015

Data de Assinatura: 15.04.2015

Fornecedor....: Unnica Áudio Produções e Eventos Ltda - ME

Valor ..... : R\$ 4.700,00

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação nº 07/2015 - PMV

Vigência ..... : Início: 15.04.2015 Término: 01.07.2015

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW MUSICAL DO PROJETO "SARAUS BRASILEIROS", PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

**EXTRATO CONTRATO Nº 68/2015**

Contrato nº: 68/2015

Data de Assinatura: 16.04.2015

Fornecedor....: Mariana Pomeroy Stefanos - ME

Valor ..... : R\$ 7.520,00

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação nº 08/2015 - PMV

Vigência ..... : Início: 16.04.2015 Término: 31.12.2015

Objeto ..... : REALIZAÇÃO DE ASSINATURA DE REVISTAS ENTRE OS MESES DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2015, PARA DISPONIBILIZAÇÃO PARA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, ASSESSORIA DE IMPRENSA, BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA, 19 CEMEIS E AS BIBLIOTECAS DAS OITO ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TOTALIZANDO 470 REVISTAS.

**EXTRATO CONTRATO Nº 69/2015**

Contrato nº: 69/2015

Data de Assinatura: 17.04.2015

Fornecedor....: Gatti e Bortoloso Engenharia Ltda - ME.

Valor ..... : R\$ 4.830,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 42/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 17.04.2015 Término: 17.04.2016

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE INSPEÇÃO PERIÓDICA EM AUTOCALAVES E VASOS DE PRESSÃO DE ACORDO COM AS NORMAS REGULAMENTADORAS APROVADAS PELA PORTARIA Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1978, NR 13, PORTARIA 23 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1994 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

**EXTRATO CONTRATO Nº 70/2015**

Contrato nº: 70/2015

Data de Assinatura: 17.04.2015

Fornecedor....: Andrade, Passini Com. de Material Elétrico Ltda.

Valor ..... : R\$ 2.704,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 37/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 17.04.2015 Término: 31.12.2015

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E ASSESSORIA JURÍDICA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL).

**EXTRATO CONTRATO Nº 71/2015**

Contrato nº: 71/2015

Data de Assinatura: 17.04.2015

Fornecedor....: Full Tech Equipamentos Ltda - ME.

Valor ..... : R\$ 80.150,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 37/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 17.04.2015 Término: 31.12.2015

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E ASSESSORIA JURÍDICA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL).

**EXTRATO CONTRATO Nº 72/2015**

Contrato nº: 72/2015

Data de Assinatura: 17.04.2015

Fornecedor....: Concórdia Sistemas Ltda - EPP

Valor ..... : R\$ 18.077,50

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 37/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 17.04.2015 Término: 31.12.2015

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E ASSESSORIA JURÍDICA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL).

**EXTRATO CONTRATO Nº 73/2015**

Contrato nº: 73/2015

Data de Assinatura: 22.04.2015

Fornecedor....: Mecânica Zago SB Ltda.

Valor ..... : R\$ 3.337,37

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 11/2015-FMS

Vigência ..... : Início: 22.04.2015 Término: 31.12.2015

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO FIAT/DUCATO AMBULÂNCIA, ANO/MOD: 2010/2011, PLACA MHG 6256, FROTA 190, DA SECRETARIA DE SAÚDE.

**EXTRATO CONTRATO Nº 74/2015**

Contrato nº: 74/2015

Data de Assinatura: 22.04.2015

Fornecedor....: Mecânica Zago SB Ltda.

Valor ..... : R\$ 3.600,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 12/2015-FMS

Vigência ..... : Início: 22.04.2015 Término: 31.12.2015

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE, COR BRANCA, ANO 2010/2011, PLACA MHE-1017, FROTA 197, DA SECRETARIA DE SAÚDE.

**EXTRATO CONTRATO Nº 75/2015**

Contrato nº: 75/2015

Data de Assinatura: 22.04.2015

Fornecedor....: Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIM Catarina

Valor ..... : R\$ 276.674,10

Licitação ..... : Dispensa de Licitação nº 07/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 22.04.2015 Término: 31.12.2015

Objeto ..... : ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELO CONTRATANTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO CONTRATADO PARA ATENDIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA RELATIVO AO RATEIO VARIÁVEL DAS DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MIP, PREVIAMENTE APROVADAS EM ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2015, NA AÇÃO: DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 76/2015**

Contrato nº: 76/2015

Data de Assinatura: 22.04.2015

Fornecedor....: Mecânica Rubini Ltda - ME.

Valor ..... : R\$ 2.000,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 43/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 22.04.2015 Término: 31.12.2015

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO GM/ CORSA HATCH JOY, PLACA MDP-0713, FROTA 142, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 77/2015**

Contrato nº: 77/2015

Data de Assinatura: 23.04.2015

Fornecedor....: Palazzo Construtora Ltda.

Valor ..... : R\$ 39.211,05

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 02/2015-FMAS

Vigência ..... : Início: 23.04.2015 Término: 31.12.2015

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA PARA UTILIZAÇÃO DO CRAS, COM ÁREA DE 29,78 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 78/2015**

Contrato nº: 78/2015

Data de Assinatura: 23.04.2015

Fornecedor....: Rodrigues e da Silva Ltda - ME

Valor ..... : R\$ 256.093,75

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 06/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 24.04.2015 Término: 24.04.2016

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA TEREZINHA SCOPEL E PARTE DA RUA JOÃO N. ANTUNES, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE Nº 1007994-91-0/0.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 79/2015**

Contrato nº: 79/2015

Data de Assinatura: 24.04.2015

Fornecedor....: Julio Silvestri Filho - ME

Valor ..... : R\$ 7.836,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 39/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 24.04.2015 Término: 31.12.2015

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE LÂMINAS PARA SUBSTITUIÇÃO NAS MOTONIVELADORAS DAS FROTAS 61, 65, 66, 170, 179 E 244 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

#### **EXTRATO CONTRATO Nº 80/2015**

Contrato nº: 80/2015

Data de Assinatura: 28.04.2015

Fornecedor....: Kikilo's Restaurante Ltda - ME

Valor ..... : R\$ 8.652,00

Licitação ..... : Pregão Presencial nº 38/2015-PMV

Vigência ..... : Início: 28.04.2015 Término: 31.12.2015

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTA) AOS MÚSICOS SUÍÇOS, OS QUAIS ATUARÃO COMO PROFESSORES E INSTRUTORES DE MÚSICA NO NÚCLEO DE MÚSICA DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. CONFORME LEI 3.216/2015 DE MARÇO DE 2015.

#### **HOMOLOGAÇÕES FMAS - ABRIL 2015**

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Assistência Social, no mês 04/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015 - FMAS

PROCESSO Nº 3/2015

HOMOLOGAÇÃO: 15/04/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CALÇADAS E CHURRASQUEIRA NA CASA LAR, COM ÁREA DE 80,20 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 16.847,75 (dezesseis mil oitocentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos)

=====

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2015 - FMAS

PROCESSO Nº 5/2015

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA PARA UTILIZAÇÃO DO CRAS, COM ÁREA DE 29,78 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: PALAZZO CONSTRUTORA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 39.211,05 (trinta e nove mil duzentos e onze reais e cinco centavos)

#### **HOMOLOGAÇÕES FMS - ABRIL 2015**

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, no mês 04/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 - FMS

PROCESSO Nº 11/2015

HOMOLOGAÇÃO: 14/04/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEVADORES NA UPB - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO.

CONTRATADO: ELEVADORES CRAISFELT LTDA. - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 165.300,00 (cento e sessenta e cinco mil e trezentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 - FMS  
 PROCESSO Nº 14/2015  
 HOMOLOGAÇÃO: 22/04/2015  
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA  
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO FIAT/DUCATO AMBULÂNCIA, ANO/MOD: 2010/2011, PLACA MHG 6256, FROTA 190, DA SECRETARIA DE SAÚDE.  
 CONTRATADO: MECÂNICA ZAGO SB LTDA-ME  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.337,37 (três mil trezentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 - FMS  
 PROCESSO Nº 15/2015  
 HOMOLOGAÇÃO: 22/04/2015  
 CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VIDEIRA  
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE, COR BRANCA, ANO 2010/2011, PLACA MHE-1017, FROTA 197, DA SECRETARIA DE SAÚDE.  
 CONTRATADO: MECÂNICA ZAGO SB LTDA-ME  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

### HOMOLOGAÇÕES PMV ABRIL.2015

O Município de Videira no mês 04/2015, comunica a homologação dos seguintes atos:

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2015  
 PROCESSO Nº 40/2015  
 HOMOLOGAÇÃO: 14/04/2015  
 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MENSAS INTERATIVAS DIGITAIS PARA USO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 CONTRATADO: NELSON L. DE ALMEIDA LEITE JUNIOR - ME  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 98.800,00 (noventa e oito mil e oitocentos reais)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015  
 PROCESSO Nº 42/2015  
 HOMOLOGAÇÃO: 01/04/2015  
 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
 OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARGAS DE BOTIJÕES DE GÁS P13 E P45 PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA E POLÍCIA CIVIL) E PARA OS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL)  
 CONTRATADO: FRAYGÁS COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 14.371,60 (quatorze mil trezentos e setenta e um reais e sessenta centavos)  
 CONTRATADO: COMPANHIA ULTRAGAZ S A  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 56.628,00 (cinquenta e seis mil seiscentos e vinte e oito reais)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

PROCESSO Nº 43/2015  
 HOMOLOGAÇÃO: 02/04/2015  
 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE FLORES E GRAMA ESMERALDA PARA PLANTIO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, TENDO COMO ÓRGÃO GERENCIADOR O MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE AGRICULTURA E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES)  
 CONTRATADO: SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA - EPP  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 11.360,00 (onze mil trezentos e sessenta reais)  
 CONTRATADO: MIL PLANTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 50.235,00 (cinquenta mil duzentos e trinta e cinco reais)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015  
 PROCESSO Nº 44/2015  
 HOMOLOGAÇÃO: 13/04/2015  
 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAR MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO E LIMPEZAS DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA POLÍCIA CIVIL.  
 CONTRATADO: ADAGIL CLIMATIZAÇÃO EIRELI  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015  
 PROCESSO Nº 46/2015  
 HOMOLOGAÇÃO: 10/04/2015  
 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE PEÇAS PARA CONserto DOS EQUIPAMENTOS DE USO DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA  
 CONTRATADO: FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 115.384,00 (cento e quinze mil trezentos e oitenta e quatro reais)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015  
 PROCESSO Nº 47/2015  
 HOMOLOGAÇÃO: 08/04/2015  
 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
 OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ESPELHOS CONVEXOS PARA SEREM COLOCADOS EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.  
 CONTRATADO: VIDEMANG COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA  
 VALOR DA DESPESA: R\$ 3.075,00 (três mil e setenta e cinco reais)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2015  
 PROCESSO Nº 49/2015



HOMOLOGAÇÃO: 13/04/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA READAPTAÇÃO E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NO VEÍCULO VW 13.130 ANO 1985 PLACAS LZH-0583, FROTA 26, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: VIDEODBRA INDÚSTRIA DE FURGÕES E COMÉRCIO DE AÇO LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.331,00 (trinta e um mil trezentos e trinta e um reais).

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

PROCESSO Nº 50/2015

HOMOLOGAÇÃO: 01/04/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE EMULSÃO ASFÁLTICA PARA SER UTILIZADA NA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 159.450,00 (cento e cinquenta e nove mil quatrocentos e cinquenta reais)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2015

PROCESSO Nº 51/2015

HOMOLOGAÇÃO: 02/04/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO ROLO COMPACTADOR REBOQUE MODELO DYNAPAC CH 44, FROTA 72, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: LOCOMAQ COM. E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIP LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.900,00 (vinte e oito mil e novecentos reais)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015

PROCESSO Nº 58/2015

HOMOLOGAÇÃO: 17/04/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIA DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA E ASSESSORIA JURÍDICA) E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL).

CONTRATADO: ANDRADE, PASSINI COM. DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.704,00 (dois mil setecentos e quatro reais)

CONTRATADO: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 80.150,00 (oitenta mil cento e cinquenta reais)

CONTRATADO: CONCORDIA SISTEMAS LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 18.077,50 (dezoito mil e setenta e sete reais e cinquenta centavos)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015

PROCESSO Nº 59/2015

HOMOLOGAÇÃO: 28/04/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES (ALMOÇO E JANTA) E PARA PRESTAR SERVIÇO DE HOSPEDAGEM, AOS MÚSICOS SUÍÇOS, OS QUAIS ATUARÃO COMO PROFESSORES E INSTRUTORES DE MÚSICA NO NÚCLEO DE MÚSICA DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA.

CONFORME LEI 3.216/2015 DE MARÇO DE 2015.

CONTRATADO: KIKILO'S RESTAURANTE LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.652,00 (oito mil seiscentos e cinquenta e dois reais)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015

PROCESSO Nº 60/2015

HOMOLOGAÇÃO: 24/04/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LÂMINAS PARA SUBSTITUIÇÃO NAS MOTONIVELADORAS DAS FROTAS 61, 65, 66, 170, 179 E 244 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: JULIO SILVESTRI FILHO ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.836,00 (sete mil oitocentos e trinta e seis reais)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2015

PROCESSO Nº 62/2015

HOMOLOGAÇÃO: 15/04/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PEDRA PULMÃO PARA SER UTILIZADA COMO BASE PREPARATÓRIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS PÚBLICAS, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: BRITAGEM VANZ LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil e reais)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015

PROCESSO Nº 63/2015

HOMOLOGAÇÃO: 17/04/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE INSPEÇÃO PERIÓDICA EM AUTOCLAVES E VASOS DE PRESSÃO DE ACORDO COM AS NORMAS REGULAMENTADORAS APROVADAS PELA PORTARIA Nº 3.214, DE 08 DE JUNHO DE 1978, NR 13, PORTARIA 23 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1994 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR MUNICÍPIO DE VIDEIRA (SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA) E ÓRGÃO PARTICIPANTE (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE).

CONTRATADO: GATTI & BORTOLOSO ENGENHARIA LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.830,00 (quatro mil oitocentos e trinta reais)

=====

- PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015  
PROCESSO Nº 64/2015  
HOMOLOGAÇÃO: 22/04/2015  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO GM/CORSA HATCH JOY, PLACA MDP-0713, FROTA 142, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.  
CONTRATADO: MECÂNICA RUBINI LTDA-ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

=====

- TOMADA DE PREÇO Nº 6/2015  
PROCESSO Nº 45/2015  
HOMOLOGAÇÃO: 24/04/2015  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA TEREZINHA SCOPEL E PARTE DA RUA JOÃO N. ANTUNES, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONVÊNIO COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONTRATO DE REPASSE Nº 1007994-91-0/0.  
CONTRATADO: RODRIGUES & DA SILVA LTDA - ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 256.093,75 (duzentos e cinquenta e seis mil e noventa e três reais e setenta e cinco centavos)

#### **PORTARIA Nº 0325/15**

PORTARIA nº 0325/15  
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10, e a vista do que consta no Memorando do Departamento Pessoal nº 040/15, datado de 28 de abril de 2015;

#### **RESOLVE**

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora VANESSA RIBEIRO SILVEIRA, Técnica de Enfermagem, a partir do dia 27 de abril de 2015 até 24 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 27 de abril de 2015.

Videira, 28 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

#### **RESULTADO DO JULGAMENTO DA NOVA PROPOSTAS DA TP Nº 05/2015-PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA NOVA PROPOSTA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2015 -PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da nova proposta de preço apresentada nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (C.A.U.Q) DA RUA DOMINGOS LOCATELLI (ACESSO BALNEÁRIO XV) ETAPA 2, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando vencedora a empresa LB Comércio e Serviços Eirelli com o valor de R\$ 411.900,03 (quatrocentos e onze mil novecentos reais e três centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato

Videira, 22 de Abril de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**RESULTADO DO LEILÃO Nº 01/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO LEILÃO Nº 01/2015

A Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria nº 0281/2015 juntamente com a servidora designada Leiloeira, nos termos do art. 53 da Lei de Licitações, através da Portaria nº 0033/2015, torna público o resultado do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é o LEILÃO PARA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO CONSIDERADOS INSERVÍVEIS, TAIS COMO VEÍCULOS, MÁQUINAS, SUCATA DE FERRO VELHO, ÓLEO QUEIMADO E SUCATA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ITEM 2.1 DO EDITAL, sendo arrematados os lotes conforme segue:

Lote: 1 – Fundo Municipal de Saúde - FMS				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
1	MOTOCICLETA YAMAHA/ YBR 125E, ANO/MODELO 2002, RENAAM: 779886577, GASOLINA, COR PRATA, CHASSI 9C6KE010020052955. (FROTA N 107 - PATRIMÔNIO Nº 19862). PLACA MCY 1122	1.050,00	ROBERTO CARLOS LOPES THIBES ME	95.880.985/0001-01
Lote: 2 – Fundo Municipal de Saúde - FMS				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
2	MOTOCICLETA SUNDOWN/ MAX 125 SED, ANO/MODELO 2007, RENAAM: 933251696, GASOLINA, COR PRATA, CHASSI 94J2XCCC77M017611. (FROTA N 144- PATRIMÔNIO Nº 19776). PLACA MEL 8816.	750,00	ROBERTO CARLOS LOPES THIBES ME	95.880.985/0001-01
Lote: 3				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
3	AUTOMÓVEL VW/SANTANA GLS 2000, ANO/MODELO 1992, RENAAM: 604967551, GASOLINA, COR AZUL, CHASSI 9BWZZ32ZNP027895. (FROTA N 222 - PATRIMÔNIO Nº 23941) PLACA BNX 4377.	1.750,00	ROBERTO CARLOS LOPES THIBES ME	95.880.985/0001-01
Lote: 4 - – Fundo Municipal de Saúde - FMS				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
4	CELTA 5 PORTAS, ANO/ MOD 2004, MOTOR 1.0, COR BRANCA, RENAAM : 830588191, GASOLINA, COR BRANCA, CHASSI 9BGRD48X04G203631 (FROTA N 124 - PATRIMÔNIO Nº 19.847). PLACA MCF5754	5.000,00	CARLOS EDUARDO HONORATO	043.837.019-81
Lote: 5 – Fundo Municipal de Saúde - FMS				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
5	CELTA 4P SPIRIT, ANO/MOD 2005/2006, MOTOR 1.4; COR BRANCA. RENAAM: 869746677, GASOLINA, CHASSI 9BGRX48J06G151816. (FROTA N 133 - PATRIMÔNIO Nº 19843). PLACA MEI2699	7.200,00	JUCELENE TEREZINHA VAZ	825.062.139-53
Lote: 6 – Fundo Municipal de Saúde - FMS				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
6	CLASSIC LIFE 5P/72CV, ANO/MOD 2007/2008, COR BRANCA, MOTOR 1.0,. RENAAM: 947474471, CHASSI 8AGS-SA19908R166114. (FROTA N 132 - PATRIMÔNIO Nº 19842). PLACA MFM2639.	8.200,00	JUCELENE TEREZINHA VAZ	825.062.139-53
Lote: 7 – Fundo Municipal de Saúde - FMS				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
7	CELTA 4P SPIRIT ,ANO/MOD 2005/2006, COR BRANCA, MOTOR 1.4, . RENAAM: 869741667, CHASSI: 9BGRX-48J106G1252971. (FROTA N 150 - PATRIMÔNIO Nº 19849). PLACA MEI2439	7.200,00	JOÃO CARLOS GABRIEL	848.903.989-53
Lote: 8 – Fundo Municipal de Saúde - FMS				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
8	CELTA 4P SPIRIT, ANO/MOD 2005/2006, COR BRANCA, MOTOR 1.4. RENAAM: 869744151, CHASSI: 9BGRX-48J06G152870. (FROTA N 134 - PATRIMÔNIO Nº 19844). PLACA MEI2569	7.750,00	JULIO CESAR GABRIEL	008.295.809-21
Lote: 9 – Fundo Municipal de Saúde - FMS				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF

9	CELTA 4P SPIRIT, ANO/MOD 2005/ 2006, COR BRANCA, MOTOR 1.4. RENAVAL: 869745913, GASOLINA, COR BRANCA, CHASSI 9BGRX48J06G153238 . (FROTA N 135 - PATRIMÔNIO Nº 19.845). PLACA MEI2619	4.850,00	ELTON EBER GOMES	857.163.799-20
Lote: 10				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
10	FIAT PALIO EX, ANO 1998, MOD 1999. RENAVAL: 702491780, GASOLINA, COR BRANCA, CHASSI 9BD178096W0713246 (FROTA N 33- PATRIMÔNIO Nº 19803) . PLACA MAC 3885	3.400,00	ONEI NEVES DE MORAES	789.097.759-04
Lote: 11				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
11	VW/GOL 1.0 TITAN GIV, ANO 2009, MOD 2010, RENAVAL: 181314690, ALCOOL/GASOLINA, COR BRANCA, CHASSI 9BWAA05W2AP067776. (FROTA N 183- PATRIMÔNIO Nº 19882). PLACA MGR 8047	8.900,00	JAAZIEL PAULO CAMARGO	079.897.369-26
Lote: 12				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
12	CAR/ CAMINHONETE C. ABERTA GM/CORSA ST, ANO/MOD 2002, RENAVAL 783141572, GASOLINA, COR BRANCA, CHASSI .9BGST80N02B189874.(FROTA N 114 - PATRIMÔNIO Nº 19795). PLACA : MBL 3754.	4.800,00	SERGIO DE SOUZA JACQUES	760.946.269-15
Lote: 13				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
13	VW/KOMBI, ANO/MODELO 1993, RENAVAL : 552775029, GASOLINA, COR BRANCA, CHASSI 9BWZZZ23ZPP006074. (FROTA 39- PATRIMÔNIO Nº 19820). PLACA: LYH 1376.	300,00	ROBERTO CARLOS LOPES THIBES ME	95.880.985/0001-01
Lote: 14				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
14	FIAT/FIORINO IE AMB, ANO/MODELO 1998. RENAVAL : 697978010, GASOLINA, COR BRANCA, CHASSI 9BD255424W8597991, AMBULÂNCIA. (FROTA Nº 16 - PATRIMÔNIO Nº 21140 ) . PLACA MAB 9202.	1.500,00	MAURILIO MARTINS PEREIRA	659.060.399-53
Lote: 15 – Fundo Municipal de Saúde - FMS				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
15	FIAT/DUCATO M JAEDI AMB, ANO 2005, MODELO 2006, RENAVAL: 870574396, DIESEL, COR BRANCA, CHASSI 93W245G3362002061, SEM MACAS, MOTOR DESMONTADO. (FROTA N 136- PATRIMÔNIO Nº 19854). PLACA MHC 3970.	8.600,00	FERRO & BERGONSE LTDA - ME	00.132.858/0001-00
Lote: 16				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
16	CAMINHÃO/MEC. OPER M. BENS/ L 1113, ANO/MOD 1971, TOCO CARROCERIA DE MADEIRA. RENAVAL : 552141372, DIESEL, COR BRANCA. CHASSI 34403215015126. (FROTA N24 - PATRIMÔNIO Nº 19770). PLACA LZH 0473.	11.700,00	COM. DE FERRO VELHO COLUMBIA LTDA ME	82.098.427/0001-39
Lote: 17				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
17	CAMINHÃO/BASCULANTE MERCEDES BENZ 2213 ANO/MOD 1980, TRUCK TRAÇADO, REDUZIDO TURBINADO. RENAVAL 552136905, DIESEL, COR AZUL. CHASSI 34542012522287. (FROTA 27- PATRIMÔNIO Nº 19766). PLACA LZH 0423.	25.000,00	PAULO ENRIQUE GOMES	006.325.599-50
Lote: 18				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
18	CAMINHÃO/BASCULANTE M. BENZ/L 2213, ANO/MOD 1977, TRUCK, TRAÇADO, REDUZIDO, TURBINADO. RENAVAL : 552141380, DIESEL, DIESEL COR BRANCA. CHASSI 34542012340465. (FROTA 25- Nº PATRIMÔNIO 19791). PLACA LZH 0513.	23.400,00	PAULO ENRIQUE GOMES	006.325.599-50
Lote: 19				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF

19	CAMINHÃO PRANCHA VOLVO N10 INTERCOOLER, DIESEL, - COR BRANCA, RENAVAL: 248070436, CHASSI: 9BVN2B-3D0KE621187 (FROTA N 52 - PATRIMÔNIO Nº 19788). PLACA GMA 1239	46.800,00	LORIVALDO ANTONIO DA LUZ ME	02.837.246/001-48
Lote: 20				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
20	CAMINHÃO/BASCULANTE M. BENZ/L 2213, ANO/MOD 1986, TRUCK, TRAÇADO, REDUZIDO, TURBINADO. RENAVAL: 424786753, DIESEL, COR BRANCA. CHASSI 34540312701974. (FROTA 53- PATRIMÔNIO Nº 19786 ). PLACA: MCL 5880	40.000,00	MARCOS MORIGGI	035.319.849-85
Lote: 21				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
21	01 TRATOR DE PNEU WALMET, ANO/MOD 1978, DIESEL, COR AMARELA . (FROTA 63- PATRIMÔNIO Nº 704) CHASSI .9.2250.110.034.0.-.23E 89.	16.300,00	JULIO CEZAR MORIGGI	057.292.849-18
Lote: 22				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
22	TRATOR DE PNEU FORD 5030/4 , ANO/MOD 1996, DIESEL, COR AZUL . CHASSI . (FROTA 81- PATRIMÔNIO Nº 19809). 4M05 - 08NN7006DA (LADO DIREITO) - E9NN4024AA(LADO ESQUERDO).	18.200,00	JULIO CESAR OLTRAMARI	083.203.099-64
Lote: 23				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
23	01 TRATOR DE ESTEIRAS, MODELO FD9- MARCA FIAT ANO/MOD 1993 DIESEL, COR AMARELA. CHASSI. D9B9F11060 (FROTA 87- PATRIMÔNIO Nº 19829)	83.300,00	LUIZ MILTON FLORES JUNIOR	932.288.050-34
Lote: 24				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
24	TRATOR DE PNEU VALMET 4X4 785 - ANO 1994 (FROTA93- PATRIMÔNIO Nº 19826).	27.400,00	VILSON DE OLIVEIRA	664.895.759-53
Lote: 25				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
25	01 RETROESCAVADEIRA CASE 580 L 4 X 4, ANO/MOD 2002, MOTOR 84 HP DIESEL, COR AMARELA . CHASSI. HBZ0007064 (FROTA 104- PATRIMÔNIO Nº 19806).	47.100,00	PAULO HENRIQUE HENICKA	660.591.000-15
Lote: 26				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
26	TRATOR DE PNEUS MASSEY FERGUSON, 70CV/1P ANO/MOD 1979, PLACAS LWS 0303, RENAVAL: 541277316, DIESEL, COR VERMELHA, CHASSI .2571000841.(FROTA N 172 - PATRIMÔNIO Nº 10997).		NÃO HOUVE INTERESSA-DOS	
Lote: 27				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
27	DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO, COM BOMBA, CAPACIDADE 4.000 LITROS- MARCA FATRITOL.	2.200,00	LORIVAL DOS SANTOS	713.345.569-20
Lote: 28				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
28	DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO CAPACIDADE 3.000 LITROS- MARCA NORMAC	2.000,00	LORIVAL DOS SANTOS	713.345.569-20
Lote: 29				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
29	DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO - MARCA IAC COM TANQUE DE 4.000LITROS, COM 05 ANOS DE USO.	2.000,00	LORIVAL DOS SANTOS	713.345.569-20
Lote: 30				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
30	DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO -MARCA FATRITOL, COM CAPACIDADE DE 4.000 LITROS, COM MAIS DE 10 ANOS DE USO.	2.000,00	LORIVAL DOS SANTOS	713.345.569-20
Lote: 31				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF



31	MÁQUINA DE CORTAR GRAMA MTD. (PATRIMÔNIO Nº 19944).	200,00	LORIVAL DOS SANTOS	713.345.569-20
Lote: 32				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
32	MÁQUINA DE CORTAR GRAMA MTD. (PATRIMÔNIO Nº 19943)	250,00	LORIVAL DOS SANTOS	713.345.569-20
Lote: 33				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
33	MÁQUINA DE CORTAR GRAMA MTD. (PATRIMÔNIO Nº 19930).	260,00	ALEXANDRE SITA BENDER	065.139.859-27
Lote: 34				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
34	MÁQUINAS DE CORTAR GRAMA MTD. (PATRIMÔNIO Nº 19931).	250,00	ALEXANDRE SITA BENDER	065.139.859-27
Lote: 35				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
35	ROÇADEIRAS HUSQVARNA 240R. (PATRIMÔNIO Nº 19938).	300,00	MARCIOLI SEBASTIÃO JOÃO	848.360.249-00
Lote: 36				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
36	ROÇADEIRAS HUSQVARNA 240R. (PATRIMÔNIO Nº 19939).	250,00	AFONSO LUIZ RUBINI	468.861.769-00
Lote: 37				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
37	ROÇADEIRA STIHL FS 160 (PATRIMÔNIO Nº 19940).	250,00	MATEUS MIRANDA BOLSANI	094.749.259-33
Lote: 38				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
38	ROÇADEIRA STHIL FS 280. (PATRIMÔNIO Nº 19970).	260,00	ALEXANDRE SITA BENDER	065.139.859-27
Lote: 39				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
39	ROÇADEIRA STHIL FS 280. (PATRIMÔNIO Nº -19961).	250,00	MARCIOLI SEBASTIÃO JOÃO	848.360.249-00
Lote: 40				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
40	ROÇADEIRA STHIL FS 280. (PATRIMÔNIO Nº 19953).	280,00	FABIO LUIZ DANIELLI	008.781.789-61
Lote: 41				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
41	ROÇADEIRA STHIL FS 280. (PATRIMÔNIO Nº 19942).	220,00	CLAUDECIR APARECIDO MATOSO	032.431.369-11
Lote: 42				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
42	ROÇADEIRA STHIL FS 280. (PATRIMÔNIO Nº 19941).	340,00	JULIO CESAR OLTRAMARI	083.203.099-64
Lote: 43				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
43	ROÇADEIRA STHIL FS 280. (PATRIMÔNIO Nº 19924).	320,00	AFONSO LUIZ RUBINI	468.861.769-00
Lote: 44				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
44	COMPRESSOR DE AR- MARCA WAYNE, COR VERMELHO, COM MOTOR. (Nº PATRIMÔNIO 19.877).	1.500,00	ERENEU TRENTIN	181.967.729-04
Lote: 45				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
45	MÁQUINA JATO DE AREIA COMPLETA , JM 10048- SÉRIE 002626.	850,00	SADINEI ENDRIGO	947.180.599-68
Lote: 46				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
46	MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO- 3CV	100,00	LUIS ANTONIO MATTOS DA SILVA	207.241.101-78
Lote: 47				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF

47	MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO- 3CV	500,00	LUIS ANTONIO MATTOS DA SILVA	207.241.101-78
Lote: 48				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
48	MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO - 5CV	520,00	CONCRETOS FARROUPILHA LTDA	00.282.611/0001-70
Lote: 49				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
49	ENSILADEIRA PARA SILAGEM DE MILHO, MARCA JUMIL, MODELO 4.100 COM MÉDIA DE 10 ANOS DE USO. (FROTA N 90).	1.050,00	NELSON BANDIERA	460.709.669-53
Lote: 50				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
50	ENSILADEIRA PARA SILAGEM DE MILHO, MARCA JUMIL, MODELO 4.100 COM MÉDIA DE 10 ANOS DE USO. (FROTA N 91)	1.050,00	FERNANDO CARELLI	008.781.799-33
Lote: 51				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
51	ENSILADEIRA PARA SILAGEM DE MILHO, MARCA JUMIL, MODELO 4.100 COM MÉDIA DE 10 ANOS DE USO. (FROTA N 93).	1.050,00	ALISON PAULO ZUCCO	045.314.019-05
Lote: 52				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
52	TANQUE PARA TRANSPORTE DE DEJETOS SUÍNOS, CONFECCIONADO EM CHAPA METÁLICA CONVENCIONAL, COM CAPACIDADE DE 12.000 LITROS, DOTADO COM BOMBA LOBULAR, MARCA RAIMAK, COM 10 ANOS DE USO. (FROTA 119)	4.000,00	LUIS ANTONIO MATTOS DA SILVA	207.241.101-78
Lote: 53				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
53	EQUIPAMENTOS DE FÁBRICA DE TUBOS, DIVERSOS TAMA-NHOS DE FORMA, COM BETONEIRA, MESA, ENTRE OUTRAS PEÇAS	20.700,00	LUIS ANTONIO MATTOS DA SILVA	207.241.101-78
Lote: 54				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
54	ARADO REVERSÍVEL COM 03 DISCOS MARCA JAN COM MAIS DE 10 ANOS DE USO.	700,00	VALDIR EDUARDO CAGNIN	585.083.509-10
Lote: 55				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
55	SUBSOLADOR COM 05 HASTAS CADA, MARCA JAN COM MAIS DE 10 ANOS DE USO	2.850,00	JACIR ZAGO	036.973.996-59
Lote: 56				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
56	SUBSOLADOR COM 05 HASTAS CADA, MARCA JAN COM MAIS DE 10 ANOS DE USO	2.500,00	VILSON DE OLIVEIRA	664.895.759-53
Lote: 57				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
57	14.000 LITROS DE ÓLEO QUEIMADO		NÃO HOUVE INTERESSA-DOS	
Lote: 58				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
58	15.000 QUILOS SUCATAS DE FERRO VELHO - LOCAL: SE-CRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,20 KG TOTAL: R\$ 3.000,00	ROBERTO CARLOS LOPES THIBES ME	95.880.985/0001-01
Lote: 59				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
59	LOTE DE PNEUS, CONTENDO 33 PNEUS. (SECRETARIA INFRAESTRUTURA).	120,00	JULIO GILBERTO LOPES	447.432.899-04
Lote: 60				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
60	LOTE DE PNEUS, CONTENDO 21 PNEUS (PARQUE DA UVA) .	15,00	JULIO GILBERTO LOPES	447.432.899-04

Lote: 61				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
61	450 KG DE SUCATAS DE INFORMÁTICA, CONTENDO: MONITORES, IMPRESSORAS, ESTABILIZADORES, XEROCADORA, SCANNER, CPU'S, MOUSES, TECLADOS.	0,05 TOTAL: R\$ 22,50	JULIO CESAR OLTRAMARI	083.203.099-64
Lote: 62				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
62	CARTUCHOS DE TONERS VAZIOS COM POSSIBILIDADE DE SEREM RECARREGADOS, COM, APROXIMADAMENTE, 300 CARTUCHOS	90,00	JULIO CESAR OLTRAMARI	083.203.099-64
Lote: 63				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
63	8.500 KG DE SUCATAS DE MÓVEIS, CONTENDO: MESAS DE FÓRMICA COM ESTRUTURA DE FERRO, CADEIRAS ESCOLARES, CARRINHOS DE BEBÊ, COLCHÕES, CADEIRAS DE RODA, CADEIRAS INFANTIS DE FÓRMICA, CADEIRAS INFANTIS DE MADEIRA, ARMÁRIOS DE AÇO, BALCÃO EM MDF	1.360,00	MARCIOLI SEBASTIÃO JOÃO	848.360.249-00
Lote: 64				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
64	6.500 KG SUCATAS DE DIVERSAS, CONTENDO: CENTRIFUGAS DE ROUPA; AQUECEDORES; MÁQUINAS DE COSTURA; CALCULADORAS; VÍDEO CASSETES; TELEVISORES; FORNO ELÉTRICO; PURIFICADOR DE ÁGUA FAX; CELULARES; APARELHOS DE TELEFONE, VENTILADORES, FOGÃO A GÁS, MÁQUINA DE LAVAR, DVD'S, LIQUIDIFICADOR, REFRIGERADOR, ELÉTRICA; CILINDROS ELÉTRICOS PARA MASSA, ENCERADEIRA INDUSTRIAL, AR CONDICIONADO E OUTROS.	0,37 TOTAL: R\$ 2.405,00	ROBERTO CARLOS LOPES THIBES ME	95.880.985/0001-01
Lote: 65				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
65	2.000 UN. EMPACOTADORA; PASTEURIZADOR; PROCESSADOR DE GRÃOS; RESFRIADOR E MÁQUINA DE PANIFICAÇÃO (MARCA PERFECTA DE CURITIBA), LAMINADOR ELÉTRICO ARKE	0,05 TOTAL: R\$ 100,00	ROBERTO CARLOS LOPES THIBES ME	95.880.985/0001-01
Lote: 66				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
66	LUMINÁRIAS E LÂMPADAS QUEIMADAS		NÃO HOUVE INTERESSADOS	
Lote: 67				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
67	MADEIRA BRUTA DE PINUS DAS PAREDES EXTERNAS, MADEIRA QUADRADA DA ESTRUTURA DA CASA, MADEIRA BENEFICIADA DE FORRO E ASSOALHO, COBERTURA DO TELHADO COM TELHADO COM TELHAS DE CIMENTO AMIANTO E OUTROS MATERIAIS DE CONTRUÇÃO (ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS) EXISTENTES EM UMA CASA DE MADEIRA COM ÁREA DE 56 M², BANHEIRO DE ALVENARIA, CONSTRUÍDA NO ANO DE 2010, SOBRE O TERRENO DE PROPRIEDADE DE MARIA SCHULTZ. MATRÍCULA Nº 24672, LOCALIZADO NA LINHA IMBUIAL - VIDEIRA - SC (JUNTO ÀS ANTIGAS INSTALAÇÕES DO BRITADOR MUNICIPAL), A SER RETIRADA PELO ARREMATANTE, NUM PRAZO DE ATÉ 60 DIAS, CONTADOS DA DATA DE EMISSÃO DA CARTA DE ARREMATACÃO.	5.000,00	GERRY ADRIANO SCHULTZ	046.199.459-35
Lote: 68				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
68	GM/VECTRA EXPRESSION 059/110CV ,ANO/MOD 2005/2005, COR CINZA, MOTOR 2.0 - RENAVAL: 851143121, CHASSI: 9BGJA19B05B209643. (FROTA N 129 - PATRIMÔNIO Nº 19872). PLACA MFF4922.	15.000,00	ERVINO MICHEI JUNIOR	038.571.449-12
Lote: 69				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF

69	GM/VECTRA GLS- 05P/123CV ,ANO/MOD 2001/2001, COR PRETA, MOTOR 1.4, . RENAVAM: 759110271, CHASSSI: 9BG-JK19H01B156365. (FROTA N 11 - PATRIMÔNIO Nº 19873). PLACA MBP5043	7.900,00	COM. DE FERRO VELHO COLUMBIA LTDA ME	82.098.427/0001-39
Lote: 70				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
70	VW/SANTANA 05P121 CV, ANO/MOD 2002/2002, COR PRATA, MOTOR 2.0. RENAVAM: 783973365 CHASSSI: 9BWA-E03X22P013203. (FROTA N 116 - PATRIMÔNIO Nº 19874). PLACA MBP2504	8.100,00	ROBERTO CARLOS LOPES THIBES ME	95.880.985/0001-01
Lote: 71				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
71	VW/GOL- 05P/100CV ,ANO/MOD 2001/2001, COR CINZA, MOTOR 1.8, . RENAVAM: 762336013, CHASSSI: 9BWC-C05X31T197634. (FROTA N 45 - PATRIMÔNIO Nº 19875). PLACA : MBC6615.	7.800,00	ROBERTO CARLOS LOPES THIBES ME	95.880.985/0001-01
Lote: 72				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
72	VW/GOL SPECIAL- 05P/062CV ,ANO/MOD 2001/2001, COR BRANCA, MOTOR 1.0, RENAVAM: 762335327, CHASSSI: 9BWCA05Y11T195251. (FROTA N 15 - PATRIMÔNIO Nº 19868). PLACA MBC6565	6.350,00	VALDIR BIZZOTTO	589.620.699-20
Lote: 73				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
73	PAS ONIBUS- I/FDUCATO FFORMA ESCOLAR-22P/103CV ANO/MOD 2001/2001, COR BRANCA , RENAVAM: 769509690, CHASSSI: 93W23174011003448. (FROTA N 99 - PATRIMÔNIO Nº 23975). PLACA MCA9209.	18.300,00	CHARLES MICHEL DA SIL-VEIRA RODRIGUES	436.147.360-91
Lote: 74				
Item	Especificação	Valor da arrematação R\$	Arrematante	CNPJ/CPF
74	CAR/CAMINHÃO/FURGÃO- FIAT/DUCATO NAXI-1,6T/103VC ANO/MOD 2002/2002, COR BRANCA, RENAVAM: 776962345, CHASSSI: 93W23264021005584. (FROTA N 100 - PATRIMÔNIO Nº 23976). PLACA MHC3612	17.000,00	CHARLES MICHEL DA SIL-VEIRA RODRIGUES	436.147.360-91

Videira, 28 de abril de 2015.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### TERMO ADITIVO Nº 29/2015-PMV

Termo Aditivo nº 29/2015

Contrato/Ata nº: ATA 54/2015

Processo: PE 05/2014-PMV

Fornecedor: Ergo-Mobili Indústria e Comércio de Móveis Ltda

Objeto: Suspensão da contratação referente ao Lote 01, Item 01 da Ata de Registro de Preços nº 54/2015, em cumprimento à decisão liminar exarada no Mandado de Segurança Autos nº 0300764-02.2015.8.24.0079, até decisão de mérito do mesmo.

Data: 01/04/2015

### TERMO ADITIVO Nº 30-2015-FMS

Termo Aditivo nº 30/2015

Contrato/Ata nº: CT 188/2013

Processo: PR 35/2013-FMS

Contratada: SERVIÇOS DE SAÚDE VIDEIRA S/S LTDA

Objeto: Inclusão de mais um profissional odontológico no item 08, passando de 05 (cinco) para 06 (seis), totalizando mais 344 atendimentos mensais, sendo 144 atendimentos/mês na unidade de saúde do Bairro Floresta e 200 atendimentos/mês no Bairro Cibrazem.

Valor: R\$ 19.401,60

Data: 02/04/2015

**TERMO ADITIVO Nº 31/2015-PMV**

Termo Aditivo nº 31/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 12/2015

Processo: PR 165/2014

Contratada: MAIARA PEREIRA DOS SANTOS

Objeto: Alteração no horário das aulas de coordenação e regência dos ensaios da Banda jovem Sol-Lá-Si do sábado à tarde das 13:30 às 15:30 horas para as quintas-feiras das 19:00 às 21:00 horas, conforme solicitação e justificativa da Assessora do Núcleo de Música da Secretaria de Turismo e Cultura.

Data: 14/04/2015

**TERMO ADITIVO Nº 32-2015-FMS**

Termo Aditivo nº 32/2015-FMS

Contrato/Ata nº: CT 01/2012

Processo: DL 01/2012-FMS

Contratada: JOÃO SEVERINO PERIN

Objeto: Reajuste no valor mensal do aluguel para recompor o equilíbrio econômico, no índice do IGPM acumulado de junho a dezembro/2014 em 0,44874% conforme previsto na Cláusula 16ª, passando para R\$ 2.366,50 ao mês.

Data: 20/04/2015

**TERMO ADITIVO Nº 33-2015-PMV**

Termo Aditivo nº 33/2015

Contrato/Ata nº: CT 74/2014

Processo: IL 08/2014

Contratada: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para o Município através da Secretaria de Agricultura, por mais doze meses, com efeitos a partir de 23/04/2015 até 23/04/2016.

Valor: R\$ 35.550,00

Data: 23/04/2015

**TERMO ADITIVO Nº 34-2015**

Termo Aditivo nº: 34/2015

Contrato/Ata nº: ATA 25/2015

Licitação: PR 167/2014

Contratada: POSTO DOIS PINHEIROS PERDIZES LTDA

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do preço do litro do óleo diesel comum e óleo diesel S10, tendo em vista o aumento anunciado pela Petrobrás, passando para R\$ 2,69 e R\$ 2,70, respectivamente, o litro.

Data: 23/04/2015

**TERMO ADITIVO Nº 35/2015-FMS**

Aditivo nº 35/2015-FMS

Contrato/Ata nº: CT 76/2014

Processo: PR 28/2014-FMS

Locador: CLÍNICA MÉDICA BASSAN E MORITA LTDA ME

Objeto: Prorrogar seu prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 30 de abril de 2015 até 30 de abril de 2016; repactuar os valores através do IGP-M (FGV) acumulado dos últimos doze meses (abril/2014 a março/2015) no percentual de 3,1450600%, conforme item 2.2 do Contrato; cancelar o Termo Aditivo nº 74/2014, retornando a prestação dos serviços ao que fora inicialmente contratado, não importando acréscimos e supressões e incluir ao objeto da Cláusula 1ª mais um profissional

médico para atendimento de segunda à sexta-feira das 13:00 às 19:00 horas, totalizando 120 horas mensais e o valor de R\$ 12.548,22 (doze mil quinhentos e quarenta e oito reais e vinte e dois centavos) por mês.

Valor: R\$ 1.957.680,12

Data: 28/04/2015

**TERMO ADITIVO Nº 36/2015-PMV**

Termo Aditivo nº 36/2015-PMV

Contrato/Ata nº: CT 283/2012

Licitação: TP 38/2012-PMV

Contratada: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 180 (cento e oitenta dias) com efeitos a partir de 02/05/2015 até 29/10/2015 para finalização e entrega da obra, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Planejamento e autorização do Sr. Prefeito Municipal.

Data: 30/04/2015



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 079/2015

PORTARIANº. 079/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JOSÉ DA CRUZ

Cargo: FISCAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, 30 (trinta) dias de férias, pelo período de 04/05/2015 a 02/06/2015, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2013 a 30/11/2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 04 de maio de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE ABRIL DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

### PORTARIA Nº 080/2015

PORTARIANº 080/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ANALU MOSER

Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 30 dias, pelo período de 16/04/2015 a 15/05/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de abril de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE ABRIL DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

### PORTARIA Nº 081/2015

PORTARIANº 081/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve AMPLIAR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROSELENE DO CARMO FERREIRA SOIBERT

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratada pela Portaria 077/2015, de 06 de março de 2015, passando para 30 (trinta) horas semanais, a partir de 15 de abril de 2015 até 06 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 15 de abril de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 29 DE ABRIL DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xaxim

## PREFEITURA

### CONVITE

#### Convite

A Administração Municipal de Xaxim, através de seu Gestor, e da Comissão multidisciplinar nomeada pelo Decreto 254/2014, destinada à análise dos estudos de Impacto de vizinhança (EIV), convida toda a população de Xaxim, para que no dia 04/05/2015, nas dependências da ATRAX, situada na Avenida Giacomio Lunardi nº 1010 Bairro Alvorada, às 18:30horas, para que participe da discussão/apreciação do projeto quanto à implantação do loteamento Parque do Lago, de uma área de terras de propriedade de Jucélia Ana Lorenzoni e outros, com área de 60.475,44m².

Ainda, os participantes da reunião, poderão desde que de forma pertinente, realizar questionamentos aos empreendedores e à Comissão Multidisciplinar.

Xaxim, 28 de abril de 2015.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Membros da Comissão Multidisciplinar

### Decreto 178

DECRETO Nº. 178/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal JANAINA DALLA CORT, no cargo ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, portadora da matrícula 5844, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 02 de maio de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 29 de abril de 2015.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro  
Procurador Geral do município

### Decreto 179

DECRETO Nº. 179/2015.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal ANGELA MARIA TROMBETTA, no cargo AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, portadora da matrícula 5843, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 02 de maio de 2015, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 29 de abril de 2015.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Fabio Jose Dal Magro  
Procurador Geral do município

# Associações

## AMMVI

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2015

#### CONTRATO DE LOCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 83.779.413/0001-43, com sede à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro da Velha, na cidade de Blumenau, SC, CEP 89036-200, Fone (47) 3331-5800, representada por seu Secretário Executivo, abaixo denominada simplesmente LOCADORA, e MONTE BELLO ORGANIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 03.656.274/0001-21, com sede na Rua Conselheiro Laurindo, 80, sala 04, Centro, CEP 80060-100, na cidade de Curitiba - PR, Fone: (41) 3203-1189 - Fax: (41) 3203-1197 - E-mail: montebello@montebelloeventos.com.br, representado(a) Valdir Belo, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a locação, pela LOCADORA à LOCATÁRIA, das instalações do Auditório "Lino Grütz-macher", localizado no 1º pavimento da sede da AMMVI, à Rua Alberto Stein, nº 466 - bairro Velha, neste Município, para realização do SIMPÓSIO NACIONAL DE RECICLAGEM, SANEAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO AMBIENTAL: lodos e resíduos de origem urbana, rural e industrial, nos dias 16 e 17 de abril do corrente, sendo que no dia 16/04 a programação é das 08:00 às 18:00 hs e no dia 17/04 a programação será das 09:00 às 18:00 hs.

1.2 - A presente locação objetiva, dentre outros aspectos, regular o uso do espaço físico, nos termos da Resolução AMMVI nº 07/15.

1.3 - A locação de que trata este instrumento, dado seu caráter precário, poderá ser suspensa, cassada ou rescindida a qualquer tempo, independentemente de qualquer aviso ou notificação, não gerando direito à indenização para LOCATÁRIA.

1.3.1 - A LOCADORA poderá requisitar, a qualquer tempo e modo, parcial ou integralmente, as instalações objeto desta locação para realização de eventos de seu interesse, suspendendo-se a locação dada a LOCATÁRIA, sem a necessidade de qualquer indenização, pagamento ou compensação.

1.4 - A locação do objeto deste instrumento fica condicionada a manutenção, pela LOCATÁRIA, das licenças e alvarás exigidos pelas Autoridades competentes, se for o caso.

1.5 - A LOCATÁRIA poderá cobrar inscrição, mensalidade ou taxa dos interessados/participantes de seu(s) evento(s), conforme programação previamente divulgada, por sua conta e risco, sem transferência de qualquer obrigação e/ou responsabilidade para LOCADORA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES E BENFEITORIAS

2.1 - Fica terminantemente proibida a construção de quaisquer benfeitorias, adequações, melhoramentos, adaptações e modificações junto ao objeto do presente instrumento, salvo com a expressa anuência da LOCADORA.

2.2 - Todas as benfeitorias e melhoramentos reverterão em favor da LOCADORA, sem direito a quaisquer indenizações. Os bens móveis que não tenham sido retirados no prazo estipulado para desocupação, também reverterão automaticamente ao patrimônio da LOCADORA, não comportando qualquer direito a indenização ou reparação, sendo que todos e quaisquer gastos ou custos que a LOCADORA venha a ter para retomar o bem objeto do presente instrumento, se não pago espontaneamente pela LOCATÁRIA, poderão ser cobrados administrativa ou judicialmente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

3.1 - Durante o período da locação, fica a LOCATÁRIA responsável pela manutenção do espaço físico, interno e externo do bem, em plenas condições de uso, funcionamento e higienização, bem como pela preservação da ordem.

3.1.1 - A LOCATÁRIA se compromete a manter os bens, equipamentos e o espaço físico que integram o objeto do presente instrumento, em condições de higiene e limpeza, restituindo-os em condições normais de uso.

3.1.2 - A LOCATÁRIA deve efetuar o pagamento pelo uso das instalações, em conformidade com a regulamentação interna da LOCADORA, sendo:

Data (Espaço)	Valores por turno		Valor total
	matutino	vespertino	
16/04/2015 (140 lugares)	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 600,00
17/04/2015 (140 lugares)	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 600,00
Preço total pela locação R\$			R\$ 1.200,00

3.1.2.1 - O pagamento dar-se-á através de cheque nominal à LOCADORA, depósito bancário ou espécie, e far-se-á com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização do evento pretendido.

3.2 - A LOCATÁRIA responde por todos os atos, fatos e omissões ocorridas durante o período da locação, devendo tratar a todos os usuários do bem com urbanidade e respeito.

3.2.1 - A LOCADORA não responde solidária nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela LOCATÁRIA junto a terceiros, tampouco pelos atos, fatos e omissões praticadas por esta durante o período da locação.

3.2.2 - A LOCATÁRIA não poderá comercializar qualquer tipo de produto, material, gênero alimentício ou bebida no espaço físico da LOCADORA, bem como não poderá permitir o consumo de alimentos no interior do auditório.

3.3 - Não será permitida a utilização gratuita do auditório em favor de Partido Político, Coligação ou candidatos, sendo obrigação da LOCATÁRIA respeitar toda a legislação civil e eleitoral.

3.4 - Fica sob a plena e integral responsabilidade da LOCATÁRIA a contratação e pagamento de seguro para seus eventos, seus equipamentos, materiais e pessoas, durante o prazo de vigência deste instrumento, ficando desde já totalmente responsável por todos e quaisquer custos, ônus, obrigações, indenizações e responsabilidades advindas, decorrentes ou relacionadas ao mesmo.

3.5 - Findo o prazo estabelecido, a LOCATÁRIA deverá proceder a imediata devolução do bem objeto do presente instrumento, arcando com eventuais danos causados ao mesmo.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DA LOCADORA

4.1 - Fica desde já a LOCADORA responsável:

- em disponibilizar a LOCATÁRIA o bem objeto deste instrumento, em condições de uso imediato, nas datas agendadas;
- em fiscalizar e acompanhar a utilização do bem constante do objeto deste instrumento, o que não exime a LOCATÁRIA, de nenhuma forma, de sua exclusiva, plena, geral, integral e total responsabilidade;
- em cobrar previamente pelo uso das instalações, em conformidade com sua regulamentação interna;
- em realizar vistoria descrevendo o estado do bem objeto deste instrumento e, caso haja quaisquer irregularidades pós-uso, proceder a cobrança adicional da LOCATÁRIA pelas despesas necessárias para conserto, reparo ou restauração.

4.2 - Fica também sob a responsabilidade da LOCADORA a contratação e pagamento de seguro para as construções, edificações e/ou benfeitorias que integram o presente instrumento, ficando desde já totalmente responsável por todos e quaisquer custos, ônus, obrigações, indenizações e responsabilidades advindas, decorrentes ou relacionadas ao mesmo.

4.3 - É de responsabilidade da LOCADORA as despesas com energia elétrica e fornecimento de água no espaço físico objeto deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO

5.1 - O presente instrumento constitui-se apenas na locação do bem objeto deste instrumento, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a LOCADORA e a LOCATÁRIA.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

6.1 - O prazo desta Locação terá início na data de 17/04/2015 e término em 18/04/2015, podendo ser prorrogado, por interesse da LOCADORA, através de termo aditivo.

6.2 - Após o término deste contrato, a LOCATÁRIA se compromete a devolver o objeto desta locação nas mesmas condições em que o recebeu, excetuados os desgastes normais do uso e as benfeitorias, melhoramentos, modificações e adequações (as quais integrarão automaticamente o patrimônio da LOCADORA, sem que haja o pagamento de quaisquer valores pelos mesmos), bem como promover a retirada imediata de todo e qualquer bem e equipamento de sua posse ou propriedade, arcando com quaisquer custos, ônus, responsabilidades ou obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - Em se tratando de um Contrato de Locação de Bem Público, poderá a LOCADORA, a qualquer tempo, modificar ou revogar o presente, dado a sua natureza precária, não comportando qualquer pedido de indenização ou reparação por parte da LOCATÁRIA, seja a que título for.

7.2 - O contrato em questão poderá ainda ser rescindido:

- por acordo entre as partes, mediante comunicação prévia por escrito, pela LOCATÁRIA a LOCADORA, com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias;
- pela LOCADORA, de forma imediata, quando do descumprimento,

pela LOCATÁRIA de quaisquer das cláusulas, condições, obrigações, responsabilidades, atribuições ou prazos constantes deste instrumento;

- pelo ato de autoridade ou lei superveniente ou acontecimento que de alguma forma torne a execução deste contrato formal ou materialmente impraticável.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - O não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, responsabilidades, obrigações, atribuições ou prazos constantes deste instrumento pela LOCATÁRIA, enseja a aplicação imediata de multa equivalente a 50% do valor estabelecido para o uso do auditório, no período contratado, a qual poderá ser cobrada administrativa ou judicialmente, mediante prévia notificação, independente de qualquer outra responsabilidade, atribuição ou dos demais ônus ou custos advindos, decorrentes ou relacionados ao presente instrumento.

8.2 - A LOCATÁRIA não poderá sublocar emprestar ou ceder o objeto deste instrumento, no todo ou em parte a quaisquer terceiros.

8.3 - Toda e qualquer alteração contratual dar-se-á obrigatoriamente através de Termo Aditivo, o qual deverá ser assinado pelas partes e passará a fazer parte integrante deste instrumento.

8.4 - A utilização do bem objeto do presente instrumento deverá seguir obrigatoriamente todas as condições constantes deste instrumento, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau - SC, independentemente de outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes do presente contrato.

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Blumenau, 13 de Abril de 2015.

LOCADORA	LOCATÁRIA
José Rafael Correa	Monte Bello Organização e Comercialização de Eventos Ltda
Secretário Executivo	CNPJ nº 03.656.274/0001-21

Testemunhas:

Nome: Simone Gomes  
CPF nº 064.611.359-36

Nome: Dominique Carinie Kulkys  
CPF nº 091.654.839-28



# Consórcios

## ARIS

### DECISÃO Nº 037/2015

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 162/2013

INTERESSADO: MEIO OESTE AMBIENTAL LTDA.

OBJETO: FISCALIZAÇÃO NO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL DE CAÇADOR

Decisão nº 37/2015

#### I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS emitiu Termo de Notificação nº 192/2014, em face da Meio Oeste Ambiental Ltda, tendo em vista o Relatório de Fiscalização e Cronograma de Adequação do Sistema de Resíduos Sólidos do Município de Caçador, com as seguintes não-conformidades:

RF-RSU-CAÇADOR-001		
N.	NÃO CONFORMIDADE	PRAZO PARA ADEQUAÇÃO (em dias)
I QUANTO AO ATERRO SANITÁRIO		
01	Foi constatado que o interior da portaria do Aterro Sanitário encontra-se em condições inadequadas de organização, com papéis de controle de pesagem espalhados pela mesa e pelo chão.	60
02	Foi constatado que há resíduos sólidos descobertos e espalhados por grande parte do Aterro Sanitário, em locais distantes em relação à frente de operação, causando a proliferação de vetores, a exalação de odores desagradáveis e a dificuldade do tráfego de veículos coletores.	60
03	Foi constatada a existência de células finalizadas de resíduos sólidos que apresentam arraste do solo de cobertura e erosão do talude, expondo os resíduos contidos nelas e o chorume gerado.	60
04	Foi constatado que não há o adequado controle das águas pluviais, que acumulam e escoam em locais impróprios, causando a erosão de taludes, expondo os resíduos e aumentando significativamente a quantidade de chorume e percolado que se acumulam em áreas baixas do aterro e passam dos limites do mesmo, podendo atingir corpos hídricos do entorno.	60
05	Foi constatada a existência de canaletas de drenagem de águas pluviais obstruídas com vegetação, solo e materiais diversos, ao lado do aterro, não interceptando e desviando de forma adequada o escoamento superficial das águas.	60
06	Foi constatado que alguns trabalhadores não usam Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como luvas, máscaras e óculos.	IMEDIATO
07	Foi constatada a existência de vetores (urubus), indicando falta de cobertura adequada dos resíduos sólidos no Aterro Sanitário.	60
II QUANTO AO SISTEMA DE TRATAMENTO DOS LÍQUIDOS PERCOLADOS (CHORUME)		
08	Foi constatado que a placa de identificação da Lagoa Anaeróbica 01 encontra-se caída no chão.	30

09	Foi constatada a existência de canaletas de drenagem de águas pluviais obstruídas com vegetação, solo e materiais diversos, ao lado das lagoas, não interceptando e desviando de forma adequada o escoamento superficial das águas.	60
10	Foi constatado que a tecnologia do sistema de dosagem de Sulfato de Alumínio é defasada, não havendo bomba dosadora e ocorrendo por gravidade.	90
11	Foi constatada a inexistência de Jar-Test no Aterro Sanitário para a realização de análises laboratoriais.	90
12	Foi constatada a inexistência de Cone de Imhoff no Aterro Sanitário para a realização de análises laboratoriais.	90
13	Foi constatado que uma parte da estrutura do floculador encontra-se em condições inadequadas de conservação, com presença de rachaduras.	150
III QUANTO AOS CONTROLES E PROCEDIMENTOS		
14	Foi constatada a inexistência de planos de emergência e contingência, segundo informações do SISARIS – Módulo Resíduos, encaminhado pela prestadora.	90
15	Foi constatada a não apresentação de laudos técnicos do monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, conforme exigência da Licença Ambiental de Operação, item 4.1 – Programas ambientais.	30
16	Foi constatada a não apresentação de laudos técnicos do monitoramento dos efluentes do sistema de tratamento, conforme exigência da Licença Ambiental de Operação, item 4.2 – Programas ambientais.	30
17	Foi constatada a não apresentação de relatórios de pesagem de encerramento de mês, a partir do ano de 2010, inclusive, a serem emitidos pela prestadora, conforme exigência do Contrato Administrativo n. 05/2010 – FUNDEMA, item II – Do prazo de pagamento.	30

Devidamente notificada, a prestadora não apresentou resposta. As medidas corretivas tendentes a solucionar as não conformidades não foram realizadas pela prestadora. Assim, as não conformidades de nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 15, 16, e 17, elencadas no Termo de Notificação nº 192/2014 não ensejaram respostas por parte da prestadora, conforme comprova o parecer técnico da coordenadoria de fiscalização nº 11/2015, de fevereiro de 2015.

Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS, com despacho da Diretoria de Regulação favorável a instauração de processo administrativo punitivo.

#### II - Mérito

A questão cinge-se pela comprovação ou não da prestadora sobre as inconformidades encontradas no SRS do Município de Caçador, bem como pelo desatendimento das determinações e não regularização das não-conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARIS.

A Notificação exarada pela ARIS tem como fundamento a adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não-conformidades elencadas, no prazo legal, em especial a cláusula VI, Das obrigações e responsabilidades da Contratada, item 04, do contrato nº 05/2010, oriundo do Processo Licitatório nº 002/2009, Concorrência nº 01/2009.

Tem-se, de maneira inconteste, conduta negativa da prestadora em solucionar as não-conformidades identificadas nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 15, 16 e 17.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas no contrato e na Lei Municipal nº 2.655/2009, que autorizou o ingresso do Município de Caçador e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS retira-se:



Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

Do contrato nº 005/2010, extrai-se:

#### VII - DO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES:

Serão aplicadas à Empresa contratada, em caso de descumprimento de qualquer cláusula do Contrato e dependendo da gravidade do ato, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Pagamento de uma multa diária, enquanto perdurar a situação de infringência, correspondente a 0,3% (zero virgula três por cento) do valor total do Contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta cláusula, até o prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual o Contrato poderá ser rescindido;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar com a administração pública;

e) Rescisão do contrato nas hipóteses permitidas legalmente;

f) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à administração.

(...)

Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço, intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto contratual constante no item "a" da cláusula VIII, percebe-se que a penalidade de multa diária pode ser aplicada, independentemente da incidência da pena de advertência, dependendo da gravidade do ato.

No caso concreto, a prestadora infringiu cláusula VI, Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada, item 04 do contrato nº 05/2010. Desta forma, em que pese à gravidade das condutas, é caso de aplicação das penalidades de ADVERTÊNCIA, com fundamento no artigo 98 I, do Protocolo de Intenções convertido em Contrato de Consórcio Público c/c cláusula VIII, letra "a" do Contrato nº 05/2010.

Outrossim, por analogia, em observância ao disposto no § 1º, do artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 60 dias, para que a prestadora proceda à adequação do serviço as normas e especificações em vigor, cumprindo, integralmente, com as determinações previstas nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 15, 16 e 17, do TN nº 192/2014.

#### III - Decisão

Diante do exposto, julga-se pela lavratura de Auto de Infração em face da prestadora, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo nº 162/2013.

Florianópolis, 22 de abril de 2015.

Adir Faccio

Diretor-Geral da ARIS

### CIS NORDESTE

#### HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL CONCURSO Nº 01/2014

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2014 - CISNORDESTE/SC

A Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC, no uso das atribuições previstas no art. 31, inciso III do Contrato de Consórcio Público e art. 46 da Resolução nº 27/2014 - CISNORDESTE/SC, torna público e HOMOLOGA o resultado final do Concurso Público para seleção de candidatos ao preenchimento de vagas de empregos públicos do quadro permanente do CISNORDESTE/SC.

Emprego Público: Administrador							
NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Alexandre Isé Firmino da Silva	006.AD	12/05/1979	3333995	25	0	25	1
Flávia Priscila Gallo de Souza	004.AD	13/06/1979	6297190-8	25	0	25	2
Marciel Maliseski Júnior	003.AD	18/10/1990	4973021	23	0	23	Pontuação insuficiente
Carlos Alberto Felippi	002.AD	14/05/1985	4350884	21	0	21	Pontuação insuficiente

Adilson da Silva	008.AD	19/08/1980	4018273	18	0	18	Pontuação insuficiente
Maria Alejandra Maldonado Bonilla	009.AD	29/12/1965	6997909	17	0	17	Pontuação insuficiente
Roslaine de Oliveira	011.AD	18/04/1989	4904378	17	0	17	Pontuação insuficiente
Eleandro Junior Taborda	001.AD	07/07/1989	9728747-3	17	0	17	Pontuação insuficiente
Daniel Hoss Schabarum	010.AD	14/09/1981	3528628	16	0	16	Pontuação insuficiente
Maristela Soares Pereira Moretti	012.AD	20/06/1973	2443513	15	0	15	Pontuação insuficiente
Allisson Kaue Wachholz Pereira	013.AD	16/10/1987	4903446	12	0	12	Pontuação insuficiente
Solange Schorck	005.AD	17/01/1981	3641587	8	0	8	Pontuação insuficiente
Caroline Renata Delle Finati	007.AD	26/02/1990	46197766-7	0	0	0	Ausente

## Emprego Público: Apoio Logístico

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Kalinka Caroline Godoy Grisang	001.AL	18/01/1987	4023870	31	0	31	1
Eliana Pessoa Machado Collêt	002.AL	28/02/1960	978804	23	0	23	Pontuação insuficiente

## Emprego Público: Assistente Administrativo

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Patrícia Daura de Souza	010.ASS	17/09/1984	4416545	29	5	34	1
Rafaela Devegili José	005.ASS	12/01/1985	4576176	30	4	34	2
Elenir Berkenbrock Silveira	031.ASS	19/11/1986	4876864	29	5	34	3
Lucas Eduardo Guse	003.ASS	07/12/1994	6441406	34	0	34	4
Cesar Fernandes Gerales	009.ASS	04/05/1983	27839431-0	32	1	33	5
Wagner Budal Arins	027.ASS	16/04/1993	5537409	27	3	30	6
Morgana Otília Silva	004.ASS	22/11/1990	5674727	25	3	28	7
Jonas Gonçalves da Maia	034.ASS	22/06/1991	4986229	25	3	28	8
Rafael Gustavo de Santiago	002.ASS	22/06/1996	5981075	25	2	27	9
Vanessa Moreira de Magalhães	014.ASS	30/05/1988	45874700-2	25	1	26	10
Jonatas Koepp Ribeiro	036.ASS	10/07/1985	4294379-5	25	0	25	11
Leonardo Jacob de Souza	006.ASS	31/05/1996	5693061	25	0	25	12
Jose Milton Leite	021.ASS	25/01/1972	3000647	24	0	24	Pontuação insuficiente
Débora Gouveia	030.ASS	23/05/1982	4130372	24	0	24	Pontuação insuficiente
Juliana Hostim Corrêa	035.ASS	10/08/1979	3824102	20	0	20	Pontuação insuficiente
Fillipp Neubauer	020.ASS	04/04/1991	5135227	20	0	20	Pontuação insuficiente
Marilú Giacomini	024.ASS	19/10/1991	5950092	20	0	20	Pontuação insuficiente
Victor Vinícius Jung	023.ASS	27/06/1994	6536569	20	0	20	Pontuação insuficiente
Eric Perez	013.ASS	19/04/1989	60135991	19	0	19	Pontuação insuficiente
Thais Correa	016.ASS	29/10/1991	5816923	19	0	19	Pontuação insuficiente
Karmel Cristina Nardi da Silva	012.ASS	11/07/1987	9086482123	18	0	18	Pontuação insuficiente
Vanessa Fernandes Vieira	038.ASS	31/03/1981	4045045	17	0	17	Pontuação insuficiente
Andréa da Costa Fachi	028.ASS	21/08/1975	2848171	16	0	16	Pontuação insuficiente
Ricardo Guilherme Correia Riesenber	018.ASS	14/12/1979	3319427-0	16	0	16	Pontuação insuficiente
Raykel Adara Godoy Grisang Santana	026.ASS	07/04/1991	4023871	16	0	16	Pontuação insuficiente
Carlos Eduardo Floresta	008.ASS	10/01/1978	29265613-0	15	0	15	Pontuação insuficiente
Alessandra Vanzuita	007.ASS	31/05/1979	3554621	15	0	15	Pontuação insuficiente
Paola Simão da Silva	037.ASS	19/03/1993	5885586	15	0	15	Pontuação insuficiente
Denise Sayuri Kobayashi Riscalli	017.ASS	22/02/1980	6535953	14	0	14	Pontuação insuficiente

Ramon Alberto Rocha	032.ASS	01/08/1990	5346124	14	0	14	Pontuação insuficiente
Jéssica Beatris Moreira Leite	039.ASS	25/11/1991	6019674	14	0	14	Pontuação insuficiente
Stéfannie Gomes Ramalho	015.ASS	03/09/1994	6030332	14	0	14	Pontuação insuficiente
Janete Seba	029.ASS	24/05/1960	5803982	9	0	9	Pontuação insuficiente
Christiane da Graça Martins Gomes	022.ASS	26/09/1976	3000729	9	0	9	Pontuação insuficiente
Daniela de Limas	025.ASS	30/05/1984	4353897	9	0	9	Pontuação insuficiente
Cristiano Roberto Sohn	033.ASS	03/01/1978	3433985	0	0	0	Ausente
Juliana da Cunha	019.ASS	23/03/1984	4409122	0	0	0	Ausente
Efraym Bem Jose Falcão	011.ASS	12/07/1986	9914563	0	0	0	Ausente
Marcele Kirschbauer	001.ASS	18/07/1991	5457989-9	0	0	0	Ausente

## Emprego Público: Auxiliar Administrativo

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	PONTUAÇÃO TOTAL	Classificação
Josimeri Nicolodi Nespeca	012.AA	06/11/1978	3206859	35	3	38	1
Vera Richter Blosfeld	002.AA	01/11/1960	1686250-9	30	0	30	2
Ivo Ristau Junior	009.AA	04/03/1978	1357224	28	0	28	3
Tatiana Zardo Engel	010.AA	16/03/1982	3828193	24	0	24	Pontuação insuficiente
Priscila Luiza Pereira	004.AA	05/06/1983	4155359	21	0	21	Pontuação insuficiente
Jéssica Tamara Pavanello	013.AA	27/02/1991	5600717	20	0	20	Pontuação insuficiente
Clovis Alencar Gonçalves Júnior	007.AA	17/04/1991	1098048661	20	0	20	Pontuação insuficiente
Maria Helena Baloni	005.AA	16/07/1997	6425099	18	0	18	Pontuação insuficiente
Jaqueline Varaldo Bonfanti	011.AA	21/01/1989	5516525	16	0	16	Pontuação insuficiente
Leonardo da Silva de Paula	006.AA	24/12/1983	4417306	13	0	13	Pontuação insuficiente
Marcia Akemi Fukucima Akinaga	014.AA	02/10/1964	3570409-4	11	0	11	Pontuação insuficiente
Marcia Fuckner	003.AA	06/12/1981	4425430	9	0	9	Pontuação insuficiente
Marcos Vinicius Gurgacz	008.AA	16/09/1979	3415116-8	0	0	0	Ausente
Dolvinia Gabriela Formigoni Carvalho	001.AA	30/11/1993	5607544	0	0	0	Ausente

## Emprego Público: Contador

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Tiago de Almeida	002.C	01/05/1989	10266212-1	29	4	33	1
Bianca Menssaline de Souza	001.C	10/08/1986	5204218	25	2	27	2
Daniele Cristine Kamke Will	005.C	12/08/1982	4362491	24	0	24	Pontuação insuficiente
Evelyse Barbosa Pontes	004.C	08/05/1987	9285752-2	24	0	24	Pontuação insuficiente
Rafaela Breneisen	003.C	29/05/1987	5216924	18	0	18	Pontuação insuficiente

## Emprego Público: Controlador Interno

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Paulo Afonso Nicoletto	004.CI	21/12/1983	4292365	25	7	32	1
Carina Hellmann Grabovski	015.CI	24/10/1987	4663399	29	0	29	2
Laura de Pieri Kwiezynski	018.CI	28/04/1990	5302267	27	0	27	3
Alessandro Pereira Ramos	001.CI	14/11/1988	4353975-0	25	0	25	4
Claudemir Carvalho	027.CI	03/04/1980	3637438	23	0	23	Pontuação insuficiente
Rosana Emilia Greipel	025.CI	16/05/1971	2374176-7	22	0	22	Pontuação insuficiente
Lorena da Luz Donato	028.CI	20/07/1986	9111973-0	22	0	22	Pontuação insuficiente
Tamara Maciel da Silva	021.CI	01/05/1991	10327906-2	22	0	22	Pontuação insuficiente
Eliane Francener Holz	022.CI	07/05/1977	10271775-9	21	0	21	Pontuação insuficiente

Karina Bahia Bittencourt Vieira Carvalho	006.CI	10/02/1980	3891996	20	0	20	Pontuação insuficiente
Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler	030.CI	13/06/1976	2846179	19	0	19	Pontuação insuficiente
Ulisses Pereira Machado	002.CI	30/12/1982	28319679-8	19	0	19	Pontuação insuficiente
Patrícia Eliane Junior Vaz	011.CI	25/10/1989	5816485	19	0	19	Pontuação insuficiente
Andressa Pereira	008.CI	19/10/1991	5993301	19	0	19	Pontuação insuficiente
Odair Jose Kreusch Lopes	016.CI	09/04/1974	3007616	18	0	18	Pontuação insuficiente
Jaison Boldt	026.CI	22/06/1980	3984500	18	0	18	Pontuação insuficiente
Luana Gabriela Lach Siedschlag	010.CI	06/05/1992	5951036	18	0	18	Pontuação insuficiente
Elisete Olavo Frech	029.CI	07/10/1966	1863567	16	0	16	Pontuação insuficiente
Katia Simone Sell Cattoni	019.CI	17/02/1974	2846713	16	0	16	Pontuação insuficiente
Bárbara Priscila Fusinato	003.CI	16/05/1984	3547618	16	0	16	Pontuação insuficiente
Fabiane Assmann Rockenbach Kupas	031.CI	10/07/1987	4449946	16	0	16	Pontuação insuficiente
Thomas Bolduan Hildebrand	005.CI	14/10/1988	4322524	16	0	16	Pontuação insuficiente
Fernando Henrique sofiatti	009.CI	16/08/1989	5571545	16	0	16	Pontuação insuficiente
Nilton Manoel Lacerda Adão	012.CI	21/05/1975	3268733	15	0	15	Pontuação insuficiente
Ezequiel Alves da Silva	024.CI	21/05/1984	4534997	13	0	13	Pontuação insuficiente
Daniela Melo	013.CI	17/05/1978	3795186	11	0	11	Pontuação insuficiente
Larissa Montemor Bertazo	020.CI	12/03/1980	3873838	11	0	11	Pontuação insuficiente
Eliakim Zelindro	023.CI	14/07/1988	5105396	9	0	9	Pontuação insuficiente
Aristides Bruske Junior	017.CI	17/11/1983	4353307	0	0	0	Ausente
Rafael Gustavo de Lima	014.CI	04/04/1990	4712142	0	0	0	Ausente
José Roberto Miranda	007.CI	01/01/1991	4965615	0	0	0	Ausente

## Emprego Público: Motorista

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Jairo de Azevedo	007.M	12/06/1985	1092324779	34	3	37	1
Emerson Jerônimo Martins	006.M	04/11/1987	4360454	27	3	30	2
Sidimar Fiamoncini	008.M	22/02/1989	4974779	30	0	30	3
Geubrair Luis Santana	011.M	03/11/1980	6265235	29	0	29	4
Jader Paol Bertoli	013.M	11/06/1970	1988182	25	0	25	5
Wilson Luis Fachi	005.M	24/10/1969	1861603	24	0	24	Pontuação insuficiente
Irineu Blosfeld	001.M	04/08/1957	1524833-5	23	0	23	Pontuação insuficiente
Yuri Cristian da Silva Vaz	003.M	24/10/1993	6193588	23	0	23	Pontuação insuficiente
Haroldo João Heyse	004.M	12/10/1957	606121	21	0	21	Pontuação insuficiente
Emerson da Silva Vaz	009.M	30/08/1972	717808	20	0	20	Pontuação insuficiente
Alfredo Arildo Schulze Fucker	002.M	04/06/1960	1097251-0	19	0	19	Pontuação insuficiente
Moises Silvo Zelindro	012.M	17/08/1975	2762485	19	0	19	Pontuação insuficiente

## Emprego Público: Técnico em Contabilidade

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Guilherme Rayan de Souza	001.TC	24/07/1990	5693635	21	0	21	Pontuação insuficiente
Paula Adriana Picolli Rodrigues da Silva	004.TC	20/07/1975	3319974	19	0	19	Pontuação insuficiente
Rosilda Sens da Silva Vaz	002.TC	08/06/1970	2252019	14	0	14	Pontuação insuficiente
Iselda Telles de Ramos	003.TC	20/10/1967	4749251-3	12	0	12	Pontuação insuficiente
Silvana Oesterreich Henning	005.TC	26/03/1971	2316192	0	0	0	Ausente

## Emprego Público: Zelador

NOME	NUMERO INSCRIÇÃO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
Divanir Solange Pauly Baloni	002.Z	29/01/1964	2057356	30	0	30	1
Denise Alida Seidel	001.Z	26/04/1966	2845436	30	0	30	2

Os candidatos aprovados serão convocados para admissão, conforme a necessidade do CISNORDESTE/SC, obedecendo-se à ordem de classificação, na forma do item 12.3 do Edital de Concurso Público.

Joinville, 29 de abril de 2015.

Ana Maria Groff Jansen

Diretora Executiva do CISNORDESTE/SC

---

## CIS/AMMVI

---

### PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, em atendimento às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará processo de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços odontológicos para atender a demanda dos municípios consorciados ao CISAMVI, nos termos do Edital.

As inscrições serão recebidas a partir de 04/05/2015. Os serviços deverão ser prestados em instalações de responsabilidade do credenciado, nos municípios consorciados ao CISAMVI ou cidades limítrofes a estes, e serão remunerados de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência - Anexo I" do Edital.

A íntegra do Edital está disponível no sitio [www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br). Informações complementares serão prestadas na sede do CISAMVI, Rua Alberto Stein, 466, 3º andar, Velha - Blumenau/SC ou pelo fone (47) 3331-5818 das 09:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas (dias úteis).

Blumenau (SC), 29 de abril de 2015.

Pedro Celso Zuchi

Presidente do CISAMVI



## Editais de Notificação

### BIGUAÇU

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1573/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1573/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DZA8527	54838979E	14/01/2015	64080	221	85.12
LCV3259	54841007E	31/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
LCV3259	54841006E	31/01/2015	50450	162 * V	191.53
MBH3884	54838972E	09/12/2014	67000	230 * XVI	127.69
MHK5814	54837994E	18/11/2014	65992	230 * V	191.53
MHK5814	54837993E	18/11/2014	52741	175	1915.38
MJD6922	54840785E	15/12/2014	66531	230 * XI	127.69
MJI7338	55015985E	13/01/2015	66371	230 * IX	127.69
MLQ7298	54841402E	06/01/2015	50292	162 * II	957.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUAÇU/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1574/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1574/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJC0942	54838950E	22/01/2015	54521	181 * VIII	127.69
AJF1230	55900646D	11/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
EDX2535	54841418E	03/02/2015	55411	181 * XVII	53.20
LON5687	55008168E	28/12/2014	55411	181 * XVII	53.20
LXF6020	54842138E	12/12/2014	55411	181 * XVII	53.20
MBF9354	54840861E	16/01/2015	51851	167	127.69
MBW4763	54841494E	02/01/2015	54521	181 * VIII	127.69
MCL5251	54839498E	06/01/2015	55414	181 * XVII	53.20
MDO3227	54841270E	03/02/2015	55411	181 * XVII	53.20
MEH5976	54841493E	02/01/2015	54521	181 * VIII	127.69
MGX4542	54841264E	22/01/2015	55415	181 * XVII	53.20
MHK5814	54837995E	18/11/2014	60760	210	191.53
MHY3596	54838936E	20/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
MIT3222	54839373E	13/12/2014	54521	181 * VIII	127.69
MIY2681	54840859E	16/01/2015	73662	252 * VI	85.12
MJM1964	55015994E	22/01/2015	55414	181 * XVII	53.20
MKA1784	54838944E	22/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
OBX3719	54838937E	20/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
ORB0325	54839493E	06/01/2015	55416	181 * XVII	53.20
QHC8314	54838940E	21/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1577/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1577/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJD1881	54839499E	07/01/2015	55415	181 * XVII	53.20
DFM4656	54840983E	30/01/2015	55414	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1571/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1571/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CYD9272	54840671E	20/03/2015	50100	162 * I
CYM7949	54841282E	19/02/2015	50292	162 * II
LYT0471	55008179E	05/04/2015	65992	230 * V
MAH5212	54841183E	16/02/2015	50100	162 * I
MAH5212	54841184E	16/02/2015	69120	232
MBW6116	54841175E	13/02/2015	50100	162 * I
MBW6116	54841176E	13/02/2015	66102	230 * VII
MHJ4367	55012604E	26/02/2015	67000	230 * XVI
MHR2551	55012612E	10/03/2015	50100	162 * I
MIF3092	54840676E	25/03/2015	50100	162 * I
MIV4713	54840899E	22/03/2015	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

BIGUACU/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1572/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1572/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ALD0255	54840687E	04/04/2015	55250	181 * XV
AMM3566	55012520E	27/02/2015	55415	181 * XVII
AUD1350	54037680N	30/03/2015	50020	257 8S
CYD9272	54840670E	20/03/2015	54281	181 * V
EDX2535	54035248N	16/03/2015	50020	257 8S
HPN9581	54843946E	24/03/2015	51851	167
HPX2920	54843870E	17/03/2015	55414	181 * XVII
IKJ2425	54841198E	27/02/2015	55500	181 * XVIII
JFT4561	55012746E	26/03/2015	51851	167
LYE5928	54841292E	07/03/2015	55411	181 * XVII
MAR3248	54843931E	06/03/2015	51851	167
MAR8107	55012540E	05/03/2015	55415	181 * XVII
MCB2171	55012787E	19/03/2015	55414	181 * XVII
MEG0944	54840936E	01/04/2015	54600	181 * IX
MFD3143	54840683E	31/03/2015	55416	181 * XVII
MFS6413	54841195E	27/02/2015	55416	181 * XVII
MIE8109	55012658E	27/02/2015	55415	181 * XVII
MIF3092	54840675E	25/03/2015	68580	231 * VII
MIG6827	54841072E	18/02/2015	54521	181 * VIII
MIK5290	55012856E	26/03/2015	54522	181 * VIII
MIV4713	54840943E	03/04/2015	51851	167
MIV8263	55012765E	13/03/2015	55415	181 * XVII
MIY2681	54035058N	13/03/2015	50020	257 8S
MJV4835	55012740E	24/03/2015	51852	167
MKI4595	55012853E	24/03/2015	54790	181 * X
QHE8990	55012857E	26/03/2015	55414	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1575/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1575/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDX3467	55012714E	09/03/2015	65992	230 * V
MDX3467	55012712E	09/03/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1576/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 1576/2015.



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAK7309	54843920E	04/03/2015	55411	181 * XVII
MAU6084	54843929E	06/03/2015	55500	181 * XVIII
MCJ8505	54840948E	03/04/2015	51851	167
MGC3945	54843916E	04/03/2015	53800	181 * I
MHK1658	55012529E	04/03/2015	55415	181 * XVII
MIL3200	55012718E	10/03/2015	55414	181 * XVII
MKB5156	55012911E	07/04/2015	54600	181 * IX
MKF3312	55012749E	06/04/2015	55411	181 * XVII
MKL6657	54035249N	16/03/2015	50020	257 8S

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

CARLOS HENRIQUE RECH  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### BLUMENAU

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2085/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2085/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEO6501	55665572E	08/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
ART3444	55053961E	27/12/2014	60501	208	191.53

BBZ0014	55667357E	03/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
DMV2145	54078589F	18/02/2015	51851	167			127.69
DSY8219	55666898E	27/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
FGR0683	55666748E	09/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
HKS5624	55665594E	08/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
HKS5624	55665709E	09/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
ICN1446	54675296E	11/02/2015	51851	167			127.69
LYC4138	54675563E	10/02/2015	51851	167			127.69
LYE2717	55667233E	02/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LYP7618	55667266E	02/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LYT6457	54778555E	18/02/2015	52070	169			53.20
LZC0259	55665787E	10/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
LZK9214	55667230E	02/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MAN0503	55664116E	05/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MDD3614	55666925E	27/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDG2201	54077645F	26/01/2015	70640	244	*	IV	191.53
MDJ3887	54076489F	26/01/2015	52070	169			53.20
MEF4347	54674882E	12/02/2015	52070	169			53.20
MFR6767	54674939E	29/01/2015	51851	167			127.69
MFX1929	55665774E	26/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MGZ6135	54778510E	18/02/2015	55411	181	*	XVII	53.20
MHD1991	55667080E	29/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MHV1756	55666844E	26/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MJE5016	55665723E	09/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MJL9006	54674326E	17/02/2015	55416	181	*	XVII	53.20
MKR0308	55667275E	02/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MMF8886	55667388E	03/02/2015	55412	181	*	XVII	53.20
NYX6668	55666967E	27/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2084/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2084/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
APJ8996	54078758F	19/02/2015	50100	162 * I	574.61
APJ8996	54078759F	19/02/2015	73400	252 * IV	85.12
APJ8996	54078760F	19/02/2015	69120	232	53.20
APJ8996	54078761F	19/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
AXE2510	54077486F	17/02/2015	67000	230 * XVI	127.69
AXE2510	54077487F	17/02/2015	66372	230 * IX	127.69
DZH3396	55832840C	17/02/2015	67000	230 * XVI	127.69
FAN5958	55832827C	13/02/2015	67000	230 * XVI	127.69
MAB5704	55191071E	17/02/2015	66372	230 * IX	127.69
MBM9312	54077032F	09/02/2015	50100	162 * I	574.61
MBM9312	54077033F	09/02/2015	65992	230 * V	191.53
MBM9312	54077034F	09/02/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MDA0733	54077646F	26/01/2015	69120	232	53.20
MDZ3756	54078642F	17/02/2015	66372	230 * IX	127.69
MEK9423	55926225D	18/02/2015	65992	230 * V	191.53
MEK9423	55926226D	18/02/2015	65564	230 * I	191.53
MHZ6139	54077490F	17/02/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MJK2777	54078054F	28/01/2015	69120	232	53.20
QIQ7171	54078649F	17/02/2015	67000	230 * XVI	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2083/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2083/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABP3444	54039839N	10/04/2015	50020	257 8S
ACB5634	55052844E	08/04/2015	67851	231 * II * a

ACN0515	54673447E	12/03/2015	55500	181	*	XVIII
AGC0788	55671270E	07/04/2015	55412	181	*	XVII
AGK1861	54779537E	10/03/2015	51851	167		
ANY4603	55670951E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
AOF9291	55668737E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
AOP7080	55668903E	24/02/2015	55412	181	*	XVII
APV5054	54779630E	11/03/2015	52070	169		
ARZ9881	55671390E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
AUH3407	55669530E	03/03/2015	55412	181	*	XVII
AZX1314	55669973E	09/03/2015	55412	181	*	XVII
BAH2490	55669192E	27/02/2015	55412	181	*	XVII
CHM5735	55669070E	26/02/2015	55412	181	*	XVII
CIO9036	55671214E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
CQK5252	55669024E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
CSJ2519	55670320E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
CZG8277	55671265E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
DDF2575	54672184E	03/03/2015	73662	252	*	VI
DFV8096	55671189E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
DMY9803	55671267E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
DQK3609	55671196E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
EAN4511	55668816E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
GQU2121	55053982E	08/04/2015	54521	181	*	VIII
IDG0767	55670459E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
IEH5216	54781521E	08/04/2015	51930	168		
IEH5216	54781522E	08/04/2015	58350	195		
IEH5216	54781524E	08/04/2015	52151	170		
IEH5216	54781525E	08/04/2015	60760	210		
IHV3760	55671231E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
ILM3018	54779585E	12/03/2015	56650	182	*	X
IOU5566	54778330E	01/04/2015	73662	252	*	VI
IUH3767	55037090E	24/03/2015	54600	181	*	IX
IYI9000	55668895E	24/02/2015	55412	181	*	XVII
JSP6361	55671206E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
KDS9224	55670464E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
KMY8636	55671352E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
KVT3486	54782182E	09/04/2015	60501	208		
LNL2847	54039833N	10/04/2015	50020	257		8\$
LOE6526	54779570E	09/03/2015	61220	214	*	I
LOY6446	54780843E	06/04/2015	68661	231	*	VIII
LTR1286	54780842E	06/04/2015	68661	231	*	VIII
LWT4989	55671362E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
LXI3805	54674200E	09/04/2015	58350	195		
LYC0998	55668898E	24/02/2015	55412	181	*	XVII
LYH0632	55669185E	27/02/2015	55412	181	*	XVII
LYO2227	54320764F	08/04/2015	51930	168		
LYO2227	54320765F	08/04/2015	51852	167		
LYX1705	54675770E	07/04/2015	55415	181	*	XVII
LYX7270	55669150E	27/02/2015	55412	181	*	XVII
LZF7070	55039774E	09/03/2015	73662	252	*	VI
LZG0610	55668968E	25/02/2015	55412	181	*	XVII
LZJ1692	55670841E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
LZL1271	55668868E	24/02/2015	55412	181	*	XVII
LZL4779	55668927E	25/02/2015	55412	181	*	XVII
LZO4992	54782058E	07/04/2015	54523	181	*	VIII
LZT5364	55671103E	21/03/2015	55412	181	*	XVII
LZT5364	55671106E	21/03/2015	55412	181	*	XVII
LZU2929	54078046F	13/03/2015	55500	181	*	XVIII
MAF2657	55671336E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MAH1401	55671391E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MAP4440	55671194E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
MAP6119	55671118E	21/03/2015	55412	181	*	XVII
MAT7272	55668957E	25/02/2015	55412	181	*	XVII
MAZ2607	55668926E	25/02/2015	55412	181	*	XVII

MBA7925	54588814A	08/04/2015	51851	167	
MBD2109	55671218E	23/03/2015	55412	181	* XVII
MBD2610	55668920E	25/02/2015	55412	181	* XVII
MBH1270	55669813E	06/03/2015	55412	181	* XVII
MBV3674	55668387E	18/02/2015	55412	181	* XVII
MBW5170	55670998E	20/03/2015	55412	181	* XVII
MBX3213	55668498E	19/02/2015	55412	181	* XVII
MBZ1814	55671238E	23/03/2015	55412	181	* XVII
MCH5735	55671155E	23/03/2015	55412	181	* XVII
MCI3912	54039834N	10/04/2015	50020	257	8\$
MCM8763	54779968E	13/03/2015	51851	167	
MCO4948	55669103E	26/02/2015	55412	181	* XVII
MDB1541	54782306E	08/04/2015	60501	208	
MDC6760	55668963E	25/02/2015	55412	181	* XVII
MDD2631	55670999E	20/03/2015	55412	181	* XVII
MDF8223	55671318E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MDG0215	55255090C	09/04/2015	55250	181	* XV
MDG6700	55671307E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MDJ3412	55227547E	19/11/2014	51851	167	
MDL1867	55671174E	23/03/2015	55412	181	* XVII
MDN4605	55671030E	20/03/2015	55412	181	* XVII
MDP7887	54674199E	08/04/2015	58350	195	
MDQ5695	55668940E	25/02/2015	55412	181	* XVII
MDS7706	54675318E	14/03/2015	60501	208	
MDS7743	55671098E	21/03/2015	55412	181	* XVII
MDU6183	55669113E	26/02/2015	55412	181	* XVII
MDW8072	55671152E	23/03/2015	55412	181	* XVII
MDX4823	55671138E	21/03/2015	55412	181	* XVII
MDX8867	55670993E	20/03/2015	55412	181	* XVII
MEE0774	55671314E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MEE0810	54778203E	15/03/2015	68580	231	* VII
MEE9330	54781562E	09/04/2015	51851	167	
MEG3822	55669370E	02/03/2015	55412	181	* XVII
MEK8344	55669179E	27/02/2015	55412	181	* XVII
MEN1467	54779093E	09/03/2015	55411	181	* XVII
MEN2187	54780412E	13/03/2015	55417	181	* XVII
MER8079	55671373E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MET9983	54035045N	13/03/2015	50020	257	8\$
MET9983	55671292E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MEU9772	54779959E	11/03/2015	51851	167	
MEV0867	55669148E	27/02/2015	55412	181	* XVII
MEX1914	54321051F	08/04/2015	73662	252	* VI
MEX4031	54780568E	16/03/2015	52070	169	
MEY1781	55671387E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MEY9814	55188236E	08/04/2015	51852	167	
MFB9996	55671204E	23/03/2015	55412	181	* XVII
MFH4478	55671164E	23/03/2015	55412	181	* XVII
MFH6366	55671288E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MFL6197	55671222E	23/03/2015	55412	181	* XVII
MFM4134	55671279E	07/04/2015	55412	181	* XVII
MFM6049	55671379E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MFP0506	55668730E	23/02/2015	55412	181	* XVII
MFP9235	54674219E	09/01/2015	55500	181	* XVIII
MFR4088	55669079E	26/02/2015	55412	181	* XVII
MFR4903	55671254E	23/03/2015	55412	181	* XVII
MFS3982	55671363E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MFT8272	55671144E	06/04/2015	55412	181	* XVII
MFV8203	54675769E	16/03/2015	56300	182	* VII
MGD6195	54782060E	07/04/2015	60412	207	
MGG6430	54674198E	07/04/2015	58350	195	
MGM1685	54782104E	08/04/2015	59670	203	* V
MGQ3514	55671159E	23/03/2015	55412	181	* XVII
MGQ7017	54780586E	18/03/2015	51851	167	



MGR1621	55669173E	27/02/2015	55412	181	*	XVII
MGW8419	55671382E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MGZ5213	55671289E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MHA3073	55669108E	26/02/2015	55412	181	*	XVII
MHA3073	55669044E	26/02/2015	55412	181	*	XVII
MHB9115	55671055E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MHD1469	55671201E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
MHD1656	55670914E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MHD1991	55670893E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MHE1728	54035042N	13/03/2015	50020	257		8\$
MHG2238	55671068E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MHI1387	55668835E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MHK0010	55671023E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MHL6566	55670953E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MHN6801	54781563E	09/04/2015	68580	231	*	VII
MHN7138	55669176E	27/02/2015	55412	181	*	XVII
MHO2235	55671300E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MHP4254	54779582E	12/03/2015	73662	252	*	VI
MHP6666	54778426E	03/04/2015	55413	181	*	XVII
MHQ6437	54674196E	02/04/2015	58350	195		
MHS9387	55671328E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MHW3815	55671186E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
MHW3815	55671366E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MHX3369	54782066E	08/04/2015	60412	207		
MHY2219	55671242E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
MIE7375	55671378E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MIH1920	55671402E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MIJ2978	54781615E	10/04/2015	51852	167		
MIJ9033	54037220N	30/03/2015	50020	257		8\$
MIL1363	55671341E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MIL6925	54780406E	13/03/2015	73662	252	*	VI
MIN4554	55671207E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
MIO2811	55042630E	31/03/2015	73662	252	*	VI
MIO6095	54075636F	13/03/2015	54600	181	*	IX
MIO6775	54779690E	16/03/2015	73662	252	*	VI
MIU6961	55668720E	10/03/2015	55412	181	*	XVII
MIV4668	55671240E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
MJD3408	55668807E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MJD6416	54039838N	10/04/2015	50020	257		8\$
MJE1008	54780454E	13/03/2015	55680	181	*	XIX
MJE5499	54039831N	10/04/2015	50020	257		8\$
MJH8907	54039835N	10/04/2015	50020	257		8\$
MJH9753	55670881E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MJJ3600	54779328E	12/03/2015	51851	167		
MJK6518	54779577E	10/03/2015	51851	167		
MJM3957	54039824N	10/04/2015	50020	257		8\$
MJQ2203	55669132E	26/02/2015	55412	181	*	XVII
MJS3819	54039836N	10/04/2015	50020	257		8\$
MJT9827	55671335E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MJV4189	54782101E	08/04/2015	60411	207		
MKA7311	55671158E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
MKA7761	55668882E	24/02/2015	55412	181	*	XVII
MKA9855	55669138E	26/02/2015	55412	181	*	XVII
MKC7061	55669200E	27/02/2015	55412	181	*	XVII
MKE5603	55668976E	25/02/2015	55412	181	*	XVII
MKF5055	55669074E	26/02/2015	55412	181	*	XVII
MKI7033	55668635E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MKJ9074	55671235E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
MKJ9074	54782170E	08/04/2015	55500	181	*	XVII I
MKK1229	55671165E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
MKL5323	55671191E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
MKL6714	54780403E	13/03/2015	55411	181	*	XVII
MKN5304	55668514E	19/02/2015	55412	181	*	XVII

MKP3836	54781673E	10/04/2015	73662	252	* VI
MKQ0327	55671340E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MKQ2668	54039844N	10/04/2015	50020	257	8\$
MKV8877	55668934E	25/02/2015	55412	181	* XVII
MKV8877	55668935E	25/02/2015	55412	181	* XVII
MKZ2672	55055679E	08/04/2015	70561	244	* III
MKZ2672	55055681E	08/04/2015	70561	244	* III
MKZ2672	55055682E	08/04/2015	58350	195	
MLA0598	55668772E	23/02/2015	55412	181	* XVII
MLE8892	54039826N	10/04/2015	50020	257	8\$
MLF0179	55671184E	23/03/2015	55412	181	* XVII
MLI7796	55250927C	09/04/2015	70561	244	* III
MLN6060	54320813F	08/04/2015	58191	193	
MLP7531	54781658E	09/04/2015	73662	252	* VI
MLS7976	55671306E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MLT5001	55671397E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MLZ0047	55668833E	23/02/2015	55412	181	* XVII
MLZ5900	55669190E	27/02/2015	55412	181	* XVII
MMC3414	54319711F	08/04/2015	73662	252	* VI
MMF1902	55671374E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MMF2278	54039837N	10/04/2015	50020	257	8\$
MMJ4211	54779481E	16/03/2015	73662	252	* VI
MMK5299	55671381E	24/03/2015	55412	181	* XVII
MMK6211	54779615E	10/03/2015	60501	208	
MQY3404	54039840N	10/04/2015	50020	257	8\$
MXZ4849	55041164E	09/04/2015	58350	195	
OKF0908	54780100E	25/03/2015	60501	208	
QHA4695	55671169E	23/03/2015	55412	181	* XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2082/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2082/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ABY7460	54319817F	19/03/2015	69120	232
ABY7460	54319818F	19/03/2015	66372	230 * IX
ACJ0323	54588811A	08/04/2015	66372	230 * IX
ACJ0323	54588812A	08/04/2015	67000	230 * XVI
AFN5956	54780289E	07/04/2015	69120	232
AGB4349	54673295E	12/03/2015	65992	230 * V
AGB4349	54673296E	12/03/2015	66371	230 * IX
AHU2023	54782308E	09/04/2015	67261	230 * XVIII
AHU2023	54782309E	09/04/2015	66700	230 * XIII
AHU2023	54782310E	09/04/2015	67691	230 * XXII
AKX0284	54319457F	14/03/2015	75790	277
BBB1000	55039421E	13/03/2015	50100	162 * I
IEH5216	54781523E	08/04/2015	52741	175
IJX0826	54320497F	06/04/2015	67261	230 * XVIII
IJX0826	54320492F	06/04/2015	50100	162 * I
IJX0826	54320495F	06/04/2015	66531	230 * XI
IJX0826	54320494F	06/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
IJX0826	54320493F	06/04/2015	65992	230 * V
LWX1616	54779355E	12/03/2015	51691	165
LWX1616	54779356E	12/03/2015	69120	232
LXK1616	54320857F	08/04/2015	67000	230 * XVI
LXM3362	54781528E	10/04/2015	66020	230 * VI
LYA1722	54320373F	08/04/2015	50100	162 * I
LYA1722	54320374F	08/04/2015	65992	230 * V
LYA1722	54320375F	08/04/2015	67261	230 * XVIII
LYA1722	54320376F	08/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
LYC4839	54670476E	08/04/2015	66372	230 * IX
LYK5682	54320760F	08/04/2015	67261	230 * XVIII
LYK5682	54320761F	08/04/2015	65561	230 * I
LYK5682	54320762F	08/04/2015	66372	230 * IX
LYO2227	54320766F	08/04/2015	67691	230 * XXII
LYO2227	54320767F	08/04/2015	66372	230 * IX
LYO6810	54675343E	07/04/2015	65992	230 * V
LYP7307	54675850E	06/03/2015	66020	230 * VI
LZO4001	54320854F	08/04/2015	67261	230 * XVIII
MAC5217	54319409F	17/03/2015	66372	230 * IX
MAH1401	54778223E	08/04/2015	69120	232
MAV6034	54781603E	09/04/2015	69120	232
MBI7802	55052845E	08/04/2015	67000	230 * XVI
MBM6182	54675836E	10/03/2015	66372	230 * IX
MBQ0576	55187991E	11/03/2015	51691	165
MCP8563	54781664E	09/04/2015	73400	252 * IV
MCQ2006	54781944E	07/04/2015	67000	230 * XVI
MCW0054	54320855F	08/04/2015	67000	230 * XVI
MDR8952	54320671F	08/04/2015	66531	230 * XI
MDU7319	54319614F	17/03/2015	73400	252 * IV
MDZ2275	54319701F	15/03/2015	50100	162 * I
MDZ2275	54319702F	15/03/2015	51180	164 c/c 162 * I
MDZ2275	55187880E	15/03/2015	65561	230 * I
MDZ7197	55937891D	08/04/2015	66371	230 * IX
MED4410	55188249E	08/04/2015	65992	230 * V
MEJ8369	55932581D	07/04/2015	65992	230 * V
MEJ8369	55932582D	07/04/2015	50100	162 * I
MEK5762	54319852F	02/04/2015	65800	230 * IV
MEK5762	54319851F	02/04/2015	65992	230 * V
MEM4574	54781655E	08/04/2015	69120	232
MEQ1713	54320752F	08/04/2015	67000	230 * XVI
MEX4031	54780569E	16/03/2015	73400	252 * IV

MEY9814	55188237E	08/04/2015	73400	252	*	IV
MFA9726	54319389F	13/03/2015	66700	230	*	XIII
MFO2380	55052847E	08/04/2015	50450	162	*	V
MFS8330	55188246E	08/04/2015	65992	230	*	V
MFZ8138	54320505F	09/04/2015	64080	221		
MGR8360	54320807F	08/04/2015	65992	230	*	V
MHE4946	54781517E	08/04/2015	65992	230	*	V
MHE4946	54781518E	08/04/2015	50100	162	*	I
MHE4946	54781519E	08/04/2015	51180	164	c/c	162 * I
MHM7075	54781949E	08/04/2015	73400	252	*	IV
MIC3145	54781607E	09/04/2015	50100	162	*	I
MIC3145	54781608E	09/04/2015	51180	164	c/c	162 * I
MJK6518	54779578E	10/03/2015	69120	232		
MJO4389	54781513E	07/04/2015	73400	252	*	IV
MKE4617	54588813A	08/04/2015	67000	230	*	XVI
MKQ2423	54077319F	13/03/2015	69120	232		
MKQ2423	54077320F	13/03/2015	73400	252	*	IV
MKQ2423	54077321F	13/03/2015	67691	230	*	XXII
MKQ2423	54077322F	13/03/2015	66372	230	*	IX
MKU5674	54781950E	08/04/2015	66372	230	*	IX
MKX1127	54781941E	07/04/2015	69120	232		
MLF2278	54781602E	08/04/2015	67000	230	*	XVI
MLI7796	55250925C	09/04/2015	50100	162	*	I
MLI7796	55250926C	09/04/2015	65561	230	*	I
MLI7796	55250930C	09/04/2015	64080	221		
MLI7796	55250929C	09/04/2015	65992	230	*	V
MLV8534	54670457E	11/03/2015	69120	232		
MLX0805	54079421F	14/03/2015	75790	277		
MLX0805	54079420F	14/03/2015	67691	230	*	XXII
NPF7515	54320748F	06/04/2015	67000	230	*	XVI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2081/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2081/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADP7000	55663617E	29/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
AEO4243	55665454E	06/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
AEO4243	55665355E	05/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
AEO6501	55665408E	06/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
AGH1107	55663125E	06/12/2014	55412	181 * XVII	53.20
AIO4561	55666545E	21/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
AKW1031	54670090E	27/11/2014	73662	252 * VI	85.12
ALG8182	55663405E	26/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
APT1994	55665354E	05/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
ARA7713	54674139E	02/02/2015	60501	208	191.53
ASZ8914	55663533E	28/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
ATN3093	55053537E	12/02/2015	58511	197	85.12
AVI2210	54077699F	23/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
CAB6291	54076392F	14/12/2014	55500	181 * XVIII	85.12
CED1899	54076768F	21/01/2015	59080	202 * I	957.69
CQB5302	54669680E	15/12/2014	60330	206 * V	191.53
CQB5302	54669681E	15/12/2014	58350	195	127.69
CVP7136	54670337E	15/01/2015	51851	167	127.69
DCE2384	55665451E	06/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
DHQ8989	55666859E	26/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
DMA5843	54009131N	16/12/2014	50020	257 8S	53.20
DMP7651	55665654E	08/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
DOD1039	55665383E	06/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
DPN2045	55664223E	08/12/2014	55412	181 * XVII	53.20
DYE6965	55666680E	23/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
EGD7923	55663606E	28/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
ETM4188	55665452E	06/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
EXE0017	55666487E	20/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
GYO9938	55666481E	20/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
HIF3580	54673812E	15/12/2014	73662	252 * VI	85.12
HMS6110	55665449E	06/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
HTF0015	55663523E	28/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
HZF0343	54076975F	11/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
IEX3732	55663513E	28/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
JQS4775	55661686E	28/10/2014	55412	181 * XVII	53.20
KEW0304	55662659E	13/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
KJC1488	55665231E	19/12/2014	55412	181 * XVII	53.20
KKX9527	55663436E	27/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
LQK0585	55665466E	21/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
LWS9020	55664695E	15/12/2014	55412	181 * XVII	53.20
LWU6126	55662902E	18/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
LXN3883	55665478E	07/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
LXQ0934	54076973F	11/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
LXU3159	54672876E	06/01/2015	73662	252 * VI	85.12
LXW5196	55665435E	06/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
LXX3017	55662862E	17/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
LXX3017	55663465E	27/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
LYN3999	55663581E	28/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
LYQ0363	54673626E	09/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
LYQ4229	54077785F	22/01/2015	51851	167	127.69
LZB3901	54077527F	25/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
LZD6160	55044733E	07/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
LZE4748	54076690F	22/01/2015	51852	167	127.69
LZI0060	55662679E	13/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
LZO5313	55933237D	23/01/2015	55680	181 * XIX	127.69
LZS7689	54077700F	23/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MAD6592	55191440E	20/01/2015	52070	169	53.20
MAI6365	55663441E	27/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
MAJ4842	55665437E	06/01/2015	55412	181 * XVII	53.20



MAM7709	55665394E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MAP0411	55663169E	21/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MAR6155	54674753E	22/01/2015	73662	252	*	VI	85.12
MAS6463	54673224E	01/12/2014	55416	181	*	XVII	53.20
MAS6463	55039872E	01/12/2014	55411	181	*	XVII	53.20
MAX1272	55663507E	27/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MBD4202	55664054E	05/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MBF0056	54077637F	25/01/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
MBI9308	55664130E	05/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MBK6432	54673807E	15/12/2014	55411	181	*	XVII	53.20
MBL4002	55664024E	05/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MBZ1814	55666439E	20/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MCB3259	55665549E	23/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MCG8259	55663537E	28/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MCL6131	54078361F	12/02/2015	51851	167			127.69
MCO6718	55665379E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MCP7751	55665414E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MCZ6251	55664858E	17/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MCZ6251	55665176E	19/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MCZ8520	55665366E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDA0461	55666814E	26/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDA5294	55663371E	26/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MDE6329	55665199E	19/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MDF5505	55665362E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDI2172	55041130E	06/02/2015	73662	252	*	VI	85.12
MDL2012	55665409E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDN2341	55665372E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDO1118	54675406E	06/02/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
MDO9734	55665440E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDP3287	54673903E	12/12/2014	72340	250	*	I * a	85.12
MDS2856	55666798E	26/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDU5438	55663456E	27/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MDX1546	55665538E	07/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MDX8745	55666903E	27/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MEB1914	55664080E	05/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MED0672	54673548E	08/12/2014	73662	252	*	VI	85.12
MEE3273	54670445E	22/01/2015	52070	169			53.20
MEE6916	55191648E	26/01/2015	52070	169			53.20
MEK5677	55665369E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MEK5854	54672630E	09/02/2015	51851	167			127.69
MEP1399	55226802E	23/01/2015	54521	181	*	VIII	127.69
MET7858	54674290E	23/01/2015	73070	251	*	II	85.12
MET9983	55665390E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MEX1692	54674852E	09/02/2015	52070	169			53.20
MFD6162	55665584E	08/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFH8234	55665398E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFJ4144	55666392E	19/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFN1433	54672370E	27/11/2014	51851	167			127.69
MFQ3344	54077519F	25/01/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
MFQ9694	55191448E	24/01/2015	59670	203	*	V	957.69
MFR6166	54673616E	23/12/2014	55411	181	*	XVII	53.20
MFS0391	55665442E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFS9097	54675651E	10/02/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
MFU4077	54670440E	21/01/2015	52070	169			53.20
MFV9039	55665704E	09/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MFY8444	54675701E	10/02/2015	55416	181	*	XVII	53.20
MFY9153	55663399E	26/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MGE4992	54076751F	08/12/2014	73662	252	*	VI	85.12
MGE9839	55665332E	05/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MGF3579	55665019E	18/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MGF5481	55665367E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MGG6123	55665527E	07/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MGH1102	55666524E	21/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20

MGI2650	55664154E	06/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MGI9763	54672925E	16/12/2014	58191	193			574.61
MGL9889	55665618E	08/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MGQ5976	54674292E	23/01/2015	57380	186	*	II	191.53
MGQ7584	54671328E	11/12/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MGS8065	55665513E	07/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MGS8491	55664085E	05/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MGU1908	54078458F	09/02/2015	62700	220	*	II	127.69
MGV3365	55663469E	27/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MGV4640	55663722E	01/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MGW9334	55664219E	08/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MGZ5348	54004431N	02/12/2014	50020	257	8S		53.20
MHD7315	55663543E	28/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MHE6272	55663997E	04/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MHH3927	55662757E	14/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MHH6735	55666413E	20/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MHI5591	54673848E	17/12/2014	73662	252	*	VI	85.12
MHN3207	54673230E	01/12/2014	55415	181	*	XVII	53.20
MHO1264	55666684E	23/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MHO1264	55665719E	09/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MHS1627	55663991E	04/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MHS9387	55665420E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MHX7495	55665444E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MHY4207	55665397E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MIE3085	54006112N	09/12/2014	50020	257	8S		85.12
MIG9100	55663358E	26/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MIG9963	55666593E	22/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MII2960	55663421E	27/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MIJ4362	55662770E	14/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MIP2878	55663534E	28/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MIQ0696	55665036E	18/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MIQ8508	54674125E	21/01/2015	57380	186	*	II	191.53
MIT3096	54675619E	27/01/2015	52070	169			53.20
MJD2755	54077414F	15/01/2015	52070	169			53.20
MJE9159	55191422E	16/01/2015	70561	244	*	III	191.53
MJE9159	55191423E	16/01/2015	58350	195			127.69
MJE9159	55191424E	16/01/2015	57970	191			1915.38
MKF2059	55044523E	05/02/2015	55411	181	*	XVII	53.20
MKJ0524	55663458E	27/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MKM8459	55666827E	26/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MKR9548	55191442E	22/01/2015	60501	208			191.53
MKW6188	55665539E	07/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MKY5641	54673721E	11/12/2014	55680	181	*	XIX	127.69
MLB4666	55664849E	17/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MLE4480	54673672E	10/12/2014	73662	252	*	VI	85.12
MLN0163	54673824E	15/12/2014	73662	252	*	VI	85.12
MLQ3807	55663572E	28/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MLS2696	55663117E	05/12/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MLT9940	54078496F	13/02/2015	51851	167			127.69
MLV2501	55931679D	13/01/2015	60501	208			191.53
MLW6573	54672915E	11/12/2014	73661	252	*	VI	85.12
MLY3717	55666450E	20/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MLZ0820	55665422E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MMB1624	54673424E	08/01/2015	58350	195			127.69
MMD0095	55665388E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MMD6099	55665441E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MMF9599	54670305E	07/01/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
MMH9617	55666526E	21/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20
MMI6685	54674026E	11/02/2015	55500	181	*	XVIII	85.12
MMM2224	54674284E	22/01/2015	73070	251	*	II	85.12
MNJ6392	55662961E	18/11/2014	55412	181	*	XVII	53.20
NCR0725	55055669E	03/02/2015	54521	181	*	VIII	127.69
NFY5334	55665447E	06/01/2015	55412	181	*	XVII	53.20

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2080/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2080/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABE0589	55187238E	14/02/2015	50100	162 * I	574.61
ABE0589	55187239E	14/02/2015	65992	230 * V	191.53
AEU1542	54077633F	23/01/2015	51420	164 c/c 162 * V	191.53
AEU1542	54077865F	23/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
AEU1542	55191647E	23/01/2015	50450	162 * V	191.53
AOH5730	54078557F	10/02/2015	67000	230 * XVI	127.69
APK6417	54675071E	09/02/2015	67000	230 * XVI	127.69
ARA7713	54674136E	02/02/2015	65992	230 * V	191.53
ARA7713	54674137E	02/02/2015	50100	162 * I	574.61
AXI8878	55039898E	06/01/2015	52741	175	1915.38
AXM1999	54078084F	03/02/2015	66372	230 * IX	127.69
AXM1999	54078085F	03/02/2015	67000	230 * XVI	127.69
CQB5302	54669682E	15/12/2014	52741	175	1915.38
CQB5302	54669683E	15/12/2014	50100	162 * I	574.61
CQB5302	54669684E	15/12/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
CQR7270	54077776F	22/01/2015	66020	230 * VI	191.53
CQR7270	54077777F	22/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
DLG9889	54672585E	15/12/2014	69120	232	53.20
DPP3552	54671815E	30/01/2015	50100	162 * I	574.61
DPP3552	54671816E	30/01/2015	65992	230 * V	191.53
EJL9451	55037786E	08/01/2015	65992	230 * V	191.53
IDE0828	54076242F	06/02/2015	50100	162 * I	574.61
IDE0828	54076243F	06/02/2015	65992	230 * V	191.53
IID4388	54076355F	01/12/2014	66372	230 * IX	127.69
IPU3500	54673328E	11/12/2014	65992	230 * V	191.53
IPU3500	54673329E	11/12/2014	50100	162 * I	574.61

IPU3500	54673330E	11/12/2014	51180	164	c/c 162 * I	574.61
IUU2001	54077845F	10/02/2015	67000	230	* XVI	127.69
JUC0382	54078702F	16/02/2015	66102	230	* VII	127.69
LQK0585	54675067E	05/02/2015	65992	230	* V	191.53
LWR3070	54672859E	16/12/2014	65992	230	* V	191.53
LWW9745	54077407F	14/01/2015	69120	232		53.20
LXB7086	54672796E	13/01/2015	65992	230	* V	191.53
LXR1947	54077753F	20/01/2015	73400	252	* IV	85.12
LXU3159	54672877E	06/01/2015	73400	252	* IV	85.12
LZB3907	54078351F	06/02/2015	67000	230	* XVI	127.69
LZB3907	54078352F	06/02/2015	66371	230	* IX	127.69
LZE4748	54076691F	22/01/2015	66372	230	* IX	127.69
LZH5179	54076216F	11/01/2015	65992	230	* V	191.53
MAB5704	55191070E	17/02/2015	66531	230	* XI	127.69
MAD6592	55191439E	20/01/2015	66532	230	* XI	127.69
MAF2657	54078453F	09/02/2015	67691	230	* XXII	85.12
MAK1557	55191444E	22/01/2015	50100	162	* I	574.61
MAK1557	55191445E	22/01/2015	65992	230	* V	191.53
MAN6208	55228366E	23/01/2015	65992	230	* V	191.53
MAN6208	55228367E	23/01/2015	50100	162	* I	574.61
MAN6208	55228368E	23/01/2015	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MAO3700	54672843E	16/01/2015	50100	162	* I	574.61
MAO3700	54672844E	16/01/2015	65992	230	* V	191.53
MAP9709	54672854E	15/12/2014	66531	230	* XI	127.69
MBE0889	54674443E	23/01/2015	69120	232		53.20
MBE6495	54668587E	11/12/2014	65992	230	* V	191.53
MBE6495	54668588E	11/12/2014	50100	162	* I	574.61
MBE6495	54668590E	11/12/2014	67261	230	* XVIII	127.69
MBE6495	54668591E	11/12/2014	65561	230	* I	191.53
MBE6495	54668592E	11/12/2014	66372	230	* IX	127.69
MBY6319	54077807F	22/01/2015	67261	230	* XVIII	127.69
MBY7076	54671042E	20/01/2015	65992	230	* V	191.53
MCL2957	55055635E	13/12/2014	50100	162	* I	574.61
MCL8052	54672953E	28/11/2014	66700	230	* XIII	127.69
MCM1311	54674439E	21/01/2015	66531	230	* XI	127.69
MCZ4015	55925613D	02/12/2014	67261	230	* XVIII	127.69
MCZ4015	55925614D	02/12/2014	69120	232		53.20
MDG1649	54077811F	22/01/2015	65992	230	* V	191.53
MEA6415	54671019E	16/12/2014	69120	232		53.20
MEW8195	54674470E	23/01/2015	67261	230	* XVIII	127.69
MFJ7530	54670409E	14/01/2015	65992	230	* V	191.53
MFQ9694	55191446E	24/01/2015	50100	162	* I	574.61
MFQ9694	55191447E	24/01/2015	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MFS2935	54076181F	09/12/2014	73400	252	* IV	85.12
MFY6211	55044728E	05/01/2015	50100	162	* I	574.61
MFY6211	55044729E	05/01/2015	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MHL7288	54671013E	15/12/2014	65992	230	* V	191.53
MHU2122	54669686E	17/12/2014	65992	230	* V	191.53
MIA4820	54672732E	16/12/2014	65992	230	* V	191.53
MIC7009	54675064E	05/02/2015	65992	230	* V	191.53
MID1372	54671038E	06/01/2015	73400	252	* IV	85.12
MID1372	54671039E	06/01/2015	66020	230	* VI	191.53
MIO8509	55226922E	09/02/2015	65992	230	* V	191.53
MIO8509	55226921E	09/02/2015	65561	230	* I	191.53
MIO8509	55226920E	09/02/2015	51180	164	c/c 162 * I	574.61
MIO8509	55226919E	09/02/2015	50100	162	* I	574.61
MIX3639	54672530E	26/11/2014	69120	232		53.20
MJB0386	54673023E	04/02/2015	64080	221		85.12
MJE9159	55191425E	16/01/2015	65992	230	* V	191.53
MJP6694	55227841E	08/01/2015	65561	230	* I	191.53
MKB7616	54672756E	15/12/2014	66531	230	* XI	127.69
MKF0555	54077780F	22/01/2015	69120	232		53.20
MMF3232	54076424F	05/12/2014	66371	230	* IX	127.69

MNM3328 54076692F 22/01/2015 65992 230 \* V 191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2079/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2079/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAD9218	54674193E	01/04/2015	60412	207
ABB1561	54781907E	31/03/2015	51852	167
ACG0261	54038937N	07/04/2015	50020	257 8S
ACN0515	55668284E	05/03/2015	55412	181 * XVII
ADB6777	54037219N	30/03/2015	50020	257 8S
ADH6928	54320469F	27/03/2015	51851	167
AEO5346	54674191E	30/03/2015	58350	195
AER1728	54781478E	01/04/2015	51930	168
AER1728	54781479E	01/04/2015	51852	167
AER1728	55670280E	12/03/2015	55412	181 * XVII
AER1728	55670396E	13/03/2015	55412	181 * XVII
AER1728	55670397E	13/03/2015	55412	181 * XVII
AEZ6307	55671028E	20/03/2015	55412	181 * XVII
AGH2332	55670462E	13/03/2015	55412	181 * XVII
AGJ5867	54674190E	27/03/2015	58350	195
AHC6200	54780527E	24/03/2015	55500	181 * XVIII
AHF0495	55660179E	10/10/2014	55412	181 * XVII
AHG3402	54674528E	05/03/2015	60412	207
AIO5602	55670831E	18/03/2015	55412	181 * XVII
AIX2363	55670940E	19/03/2015	55412	181 * XVII
AJD8896	54781190E	26/03/2015	61220	214 * I
AJJ9182	54320355F	24/03/2015	51852	167



AJJ9900	55670658E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
AKE6754	55670731E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
AKO2097	54673270E	19/02/2015	54100	181	*	IV
AKP3032	55670771E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
AKW4220	54779857E	04/03/2015	73070	251	*	II
AKX6989	55670641E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
AKZ5357	55668395E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
ALK7784	55668240E	04/03/2015	55412	181	*	XVII
ALL7878	54781242E	27/03/2015	61220	214	*	I
AMU8405	55668655E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
ANH4265	55668640E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
APA6504	55670124E	11/03/2015	55412	181	*	XVII
API4260	54780705E	27/03/2015	73070	251	*	II
AQD5907	54675397E	26/02/2015	73070	251	*	II
AQL7794	54320045F	31/03/2015	51852	167		
AQY9536	55670952E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
ARI8375	55670863E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
ARI8375	55670463E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
ARZ1684	55668636E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
ASA4980	54670175E	06/03/2015	67851	231	*	II * a
ASO4102	54037208N	30/03/2015	50020	257		8\$
ASR7799	55670303E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
ATA7156	55668789E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
ATA7156	55668581E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
ATD6907	55669622E	04/03/2015	55412	181	*	XVII
ATD6907	55669815E	06/03/2015	55412	181	*	XVII
AUW4150	54781272E	26/03/2015	55411	181	*	XVII
AVK6313	55670713E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
AWA2903	55670858E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
AWA3674	55668077E	27/02/2015	55412	181	*	XVII
AWM7221	55671093E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
AYK8614	55668534E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
BAS0677	54781219E	23/03/2015	73662	252	*	VI
BAS0677	54781178E	23/03/2015	73662	252	*	VI
BCF1910	54778551E	18/02/2015	58433	196		
BEJ2709	55670353E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
BKC4700	54320709F	31/03/2015	51851	167		
BRF6009	54095287B	28/03/2015	58350	195		
CBJ9052	55670855E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
CGC0423	54778325E	25/03/2015	73662	252	*	VI
CHE3422	55187072E	03/04/2015	51851	167		
CJP2022	54779012E	06/03/2015	73070	251	*	II
CJX6514	54779541E	11/03/2015	51851	167		
CKN9604	54779051E	05/03/2015	73662	252	*	VI
CLM0302	55671013E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
CMJ9987	54778465E	24/02/2015	51851	167		
COI6790	55668575E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
CRF5606	55670931E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
CZE8266	54319902F	31/03/2015	60501	208		
DAK6497	54780374E	26/03/2015	60501	208		
DCF1749	54780642E	03/04/2015	55680	181	*	XIX
DDD7169	54038210N	31/03/2015	50020	257		8\$
DFT4437	54781116E	23/03/2015	55500	181	*	XVIII
DIA6248	55670454E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
DID9901	55670066E	10/03/2015	55412	181	*	XVII
DLB1288	54675940E	02/03/2015	60501	208		
DMA2616	55670296E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
DMG1240	54780807E	28/03/2015	51930	168		
DMR2108	55666488E	20/01/2015	55412	181	*	XVII
DPP5915	54779377E	28/03/2015	55413	181	*	XVII
DQW4798	54038934N	07/04/2015	50020	257		8\$
DRI3805	55670264E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
DVD1575	55669873E	24/03/2015	55412	181	*	XVII

DWB0975	54674344E	05/03/2015	55500	181	*	XVIII
EDX4443	54779272E	11/03/2015	73662	252	*	VI
EFM0303	54778798E	12/03/2015	65640	230	*	II
EPW5681	55668541E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
EVS6369	55670847E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
FBA8060	55667700E	06/02/2015	55412	181	*	XVII
FIS0505	54780616E	28/03/2015	51852	167		
FMQ2658	55040136E	11/03/2015	58512	197		
GFA1990	54674519E	04/03/2015	54521	181	*	VIII
GOZ8683	55670854E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
GQL1824	54779496E	18/03/2015	73070	251	*	II
GUR8007	55670496E	14/03/2015	55412	181	*	XVII
GWQ5318	54320472F	27/03/2015	51852	167		
GZN9971	55670500E	14/03/2015	55412	181	*	XVII
HHB9172	54674518E	04/03/2015	51851	167		
HHN4427	55660403E	14/10/2014	55412	181	*	XVII
HHX0578	55669875E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
HIX4419	55670611E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
HJA8263	55670887E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
ICA6651	54781270E	26/03/2015	55416	181	*	XVII
ICQ5100	54079294F	07/03/2015	60412	207		
IDM7869	55670574E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
IGN1786	55669972E	09/03/2015	55412	181	*	XVII
IGN1786	55670223E	11/03/2015	55412	181	*	XVII
IGX7262	55670503E	14/03/2015	55412	181	*	XVII
IHB3955	55670867E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
IJJ3407	55668337E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
ILO5014	55670332E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
INR3498	55670084E	10/03/2015	55412	181	*	XVII
IOB0954	55671140E	21/03/2015	55412	181	*	XVII
IOF3257	55668278E	05/03/2015	55412	181	*	XVII
IOU1189	55669014E	25/02/2015	55412	181	*	XVII
ISG3413	55670623E	31/03/2015	55412	181	*	XVII
JOG6312	55668246E	17/02/2015	55412	181	*	XVII
JPF1346	55670260E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
JTA4332	55669526E	03/03/2015	55412	181	*	XVII
JVG2353	54779828E	01/04/2015	55411	181	*	XVII
KBY7890	54779991E	24/03/2015	51851	167		
KIA5044	55671133E	21/03/2015	55412	181	*	XVII
KLI8538	55670522E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
KMK6678	54780531E	25/03/2015	60412	207		
KQL8565	54781290E	31/03/2015	55411	181	*	XVII
KVC6802	55670594E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
KYS1976	55668328E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
KZQ2451	55668704E	21/02/2015	55412	181	*	XVII
LNK8262	55670927E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
LNL8329	55671077E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
LUW8176	55670540E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
LWR3466	54781404E	02/04/2015	55500	181	*	XVIII
LWR4739	55670982E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
LWR9379	55668342E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
LWU4102	54781049E	27/03/2015	73070	251	*	II
LWU6126	55668303E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
LWU6126	55668306E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
LWV4642	54780495E	20/03/2015	55416	181	*	XVII
LWW3214	55670539E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
LWW4420	55668263E	17/02/2015	55412	181	*	XVII
LWZ1225	54781908E	31/03/2015	51851	167		
LXD3358	54320266F	28/03/2015	51930	168		
LXF3579	55668068E	27/02/2015	55412	181	*	XVII
LXF3579	55667983E	26/02/2015	55412	181	*	XVII
LXG1097	54675867E	02/04/2015	55500	181	*	XVIII
LXH8108	54780335E	02/04/2015	60501	208		

LXK6942	55668293E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
LXM9012	55670694E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
LXO1643	55670254E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
LXO1643	54037215N	30/03/2015	50020	257	8\$	
LXO1643	54037217N	30/03/2015	50020	257	8\$	
LXO1643	55669821E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
LXQ5248	55668548E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
LXV0740	54780715E	28/03/2015	59910	206	*	I
LYB4300	55668692E	21/02/2015	55412	181	*	XVII
LYB8674	54320126F	23/03/2015	51851	167		
LYC0315	54670509E	10/10/2014	59670	203	*	V
LYH4642	54780623E	01/04/2015	55500	181	*	XVIII
LYK4669	54079411F	11/03/2015	51852	167		
LYN3999	55668803E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
LYR1627	54671285E	06/03/2015	55411	181	*	XVII
LYT8180	55670276E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
LYU0948	54781930E	06/04/2015	51852	167		
LYU4282	55670645E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
LYU4282	54038954N	07/04/2015	50020	257	8\$	
LYV5300	55670491E	14/03/2015	55412	181	*	XVII
LYX1566	55670766E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
LZB4319	55670956E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
LZG0855	55668839E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
LZG9202	54319429F	21/03/2015	51851	167		
LZI0270	55671011E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
LZI3456	54780533E	27/03/2015	60412	207		
LZJ3120	55668270E	17/02/2015	55412	181	*	XVII
LZO6952	55671070E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
LZP1380	55671131E	21/03/2015	55412	181	*	XVII
LZS7064	55668800E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
LZT5364	55670778E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
LZU8033	54780543E	30/03/2015	60412	207		
LZV8212	54779829E	01/04/2015	55500	181	*	XVIII
LZZ4762	54673290E	11/03/2015	51851	167		
MAA9981	55668837E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MAC1223	54781851E	29/03/2015	53980	181	*	II
MAC5346	54038968N	07/04/2015	50020	257	8\$	
MAH1401	55670850E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MAH1401	55670466E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MAI1860	55668620E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MAL4794	55669820E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
MAM2061	54037238N	30/03/2015	50020	257	8\$	
MAO2167	55668871E	24/02/2015	55412	181	*	XVII
MAO5436	54780369E	26/03/2015	60501	208		
MAO5436	55670662E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MAP1515	54781913E	02/04/2015	51851	167		
MAP4440	55670547E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MAS4243	54780612E	28/03/2015	58195	193		
MBA8958	54781145E	30/03/2015	55500	181	*	XVIII
MBB9044	55668260E	17/02/2015	55412	181	*	XVII
MBC3516	54779875E	05/03/2015	52070	169		
MBE9504	54037214N	30/03/2015	50020	257	8\$	
MBG0405	55668481E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MBH3844	55668838E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MBJ6438	55670596E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MBJ6438	55670712E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MBK7862	54781174E	24/03/2015	52070	169		
MBL5775	54780525E	23/03/2015	73662	252	*	VI
MBL6273	55670842E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MBP1737	54778311E	06/03/2015	55680	181	*	XIX
MBQ3901	54778965E	04/03/2015	73070	251	*	II
MBT9563	54778977E	05/03/2015	60501	208		
MBU7611	55670652E	17/03/2015	55412	181	*	XVII

MBU9954	55668512E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MBU9954	55668616E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MBU9954	55668618E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MBU9954	55668836E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MBW4579	55668249E	17/02/2015	55412	181	*	XVII
MBW5212	54320486F	31/03/2015	51851	167		
MBX8052	55671041E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MBX9119	55668694E	21/02/2015	55412	181	*	XVII
MBY6022	55670523E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MCA6659	54674728E	06/03/2015	51851	167		
MCB3691	54675195E	03/03/2015	51930	168		
MCF9806	55670891E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MCG5515	55037327E	20/02/2015	54521	181	*	VIII
MCH7389	55226677E	08/03/2015	51851	167		
MCI3604	54778478E	23/02/2015	51852	167		
MCI5538	54078221F	07/03/2015	54523	181	*	VIII
MCJ2153	54320606F	31/03/2015	51851	167		
MCJ2171	55670582E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MCK0238	54079319F	05/03/2015	51852	167		
MCM3137	55668806E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MCM4028	55668643E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MCM5587	54780624E	01/04/2015	58350	195		
MCM5587	54780625E	01/04/2015	52152	170		
MCM5587	54780626E	01/04/2015	52151	170		
MCM5587	54780628E	01/04/2015	60501	208		
MCM5587	54780629E	01/04/2015	60501	208		
MCM5587	54780630E	01/04/2015	59670	203	*	V
MCM5587	54780631E	01/04/2015	59670	203	*	V
MCM5587	54780632E	01/04/2015	57380	186	*	II
MCM9064	54780145E	23/03/2015	52070	169		
MCM9064	54781360E	27/03/2015	52070	169		
MCN4261	55671076E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MCN4836	54320129F	23/03/2015	51852	167		
MCN5442	55668458E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MCO1090	54778387E	06/03/2015	51851	167		
MCO1762	55670910E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MCO1762	55670935E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MCP7456	54782016E	02/04/2015	55500	181	*	XVIII
MCQ6812	55670788E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MCQ8591	54779993E	25/03/2015	51851	167		
MCQ8672	54077315F	28/02/2015	52070	169		
MCR5086	55668450E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MCT4433	55668225E	03/03/2015	55412	181	*	XVII
MCU9951	55932580D	06/03/2015	57200	186	*	I
MCV7046	55670497E	14/03/2015	55412	181	*	XVII
MCW1763	54674733E	14/03/2015	54600	181	*	IX
MCX8614	55670630E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MCY4547	55668417E	06/03/2015	55412	181	*	XVII
MCZ0773	55669996E	25/03/2015	55412	181	*	XVII
MCZ7724	54038930N	07/04/2015	50020	257		8S
MDA1004	55670945E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MDA4957	54779276E	11/03/2015	55417	181	*	XVII
MDD2726	55226703E	26/03/2015	70301	244	*	I
MDD7275	54780908E	01/04/2015	70991	244	*	V II
MDD9222	55670724E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MDD9641	55670726E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MDD9641	55670592E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MDD9641	55670447E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MDF4090	54320666F	31/03/2015	51930	168		
MDF5194	55670774E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MDG5486	55670827E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MDI3827	54778424E	02/04/2015	55416	181	*	XVII
MDI6622	55669553E	04/03/2015	55412	181	*	XVII

MDI9244	55670609E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MDJ0014	55670756E	02/04/2015	55412	181	*	XVII
MDJ7214	55670334E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
MDL2838	54781257E	24/03/2015	55416	181	*	XVII
MDL8487	55668629E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MDL9661	55670959E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MDN1181	54778904E	04/03/2015	52070	169		
MDN1181	54778911E	04/03/2015	52070	169		
MDN6652	54778419E	30/03/2015	55416	181	*	XVII
MDP7012	54320670F	02/04/2015	60501	208		
MDR0027	54779011E	06/03/2015	73070	251	*	II
MDS2856	54035999N	23/03/2015	50020	257		8\$
MDS3579	55670639E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MDU0256	55668597E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MDU3527	55668745E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MDU6183	55668888E	24/02/2015	55412	181	*	XVII
MDU6183	55668291E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
MDW9842	55668619E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MDX8867	55670783E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MDY0139	55668248E	17/02/2015	55412	181	*	XVII
MDY3249	54673291E	11/03/2015	51851	167		
MDY4946	55668873E	24/02/2015	55412	181	*	XVII
MEA0995	55670808E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MEA6764	54780529E	25/03/2015	60412	207		
MEB3843	55670765E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MEC1354	54038969N	07/04/2015	50020	257		8\$
MED5466	54782015E	31/03/2015	55500	181	*	XVIII
MED7439	55668647E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MED8239	55670634E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MED9858	54779453E	11/03/2015	51851	167		
MEE1044	55669219E	27/02/2015	55412	181	*	XVII
MEE5011	55670470E	14/03/2015	55412	181	*	XVII
MEE6267	55670544E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MEJ7860	54782004E	30/03/2015	73662	252	*	VI
MEK4849	54780340E	02/04/2015	60501	208		
MEK4888	55668267E	17/02/2015	55412	181	*	XVII
MEL8298	55668290E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
MEN1508	54781401E	31/03/2015	55500	181	*	XVIII
MEN5785	54037213N	30/03/2015	50020	257		8\$
MEO4467	55228500E	09/03/2015	51851	167		
MEO8329	55670493E	14/03/2015	55412	181	*	XVII
MEP2785	55668550E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MER3874	55668598E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MER5866	55668605E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MER5875	55670442E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MES6325	54779868E	04/03/2015	73070	251	*	II
MEU4697	54038935N	07/04/2015	50020	257		8\$
MEW7941	55670584E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MEX1692	54780914E	01/04/2015	52070	169		
MEX1692	54781357E	27/03/2015	52070	169		
MEX5903	54320014F	23/03/2015	51852	167		
MEX8681	55670718E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MEY0592	54779995E	26/03/2015	51852	167		
MEY1781	55670437E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MEY9948	55670340E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
MEY9948	55670973E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MFA4073	54038932N	07/04/2015	50020	257		8\$
MFA7950	55671060E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MFB4876	55668831E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MFC3943	54780520E	20/03/2015	55500	181	*	XVIII
MFC7323	55670620E	31/03/2015	55412	181	*	XVII
MFD7287	55668689E	21/02/2015	55412	181	*	XVII
MFE7322	55670608E	16/03/2015	55412	181	*	XVII



MFG5059	55668266E	17/02/2015	55412	181	*	XVII
MFH4452	55670394E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MFH4478	55671059E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MFH4478	55670997E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MFH8234	54035046N	13/03/2015	50020	257		8\$
MFL3999	55668552E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MFN1086	55668997E	25/02/2015	55412	181	*	XVII
MFN1086	55669013E	25/02/2015	55412	181	*	XVII
MFN3273	54779878E	05/03/2015	52070	169		
MFP6728	54037224N	30/03/2015	50020	257		8\$
MFP7435	55659948E	23/10/2014	55412	181	*	XVII
MFQ3167	54781454E	27/03/2015	73070	251	*	II
MFQ3923	55670395E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MFQ7998	55670595E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MFS2090	55670605E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MFW1133	54778422E	31/03/2015	55416	181	*	XVII
MFX8770	54038931N	07/04/2015	50020	257		8\$
MGA2573	54778027E	05/03/2015	55500	181	*	XVIII
MGB3189	55671034E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MGB5019	55670823E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MGB6304	54778307E	04/03/2015	55411	181	*	XVII
MGD6029	54778026E	04/03/2015	55416	181	*	XVII
MGE2162	54674505E	04/03/2015	73662	252	*	VI
MGE3822	55668622E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MGE3822	55668845E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MGE7845	54781134E	26/03/2015	73661	252	*	VI
MGF2147	54780522E	20/03/2015	55500	181	*	XVIII
MGF7621	55668829E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MGF7896	54037235N	30/03/2015	50020	257		8\$
MGI1098	54037233N	30/03/2015	50020	257		8\$
MGM0359	54780538E	28/03/2015	55416	181	*	XVII
MGN5716	55668709E	21/02/2015	55412	181	*	XVII
MGN9328	54780352E	25/03/2015	60501	208		
MGN9328	54780910E	01/04/2015	52070	169		
MGO3895	54674578E	04/03/2015	73070	251	*	II
MGP2068	55671135E	21/03/2015	55412	181	*	XVII
MGQ2832	55669808E	06/03/2015	55412	181	*	XVII
MGQ4513	55670832E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MGQ7924	55668376E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
MGR9265	55668755E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MGS9555	55669871E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MGT5097	54670261E	22/03/2015	55500	181	*	XVIII
MGU8590	54779314E	11/03/2015	51851	167		
MGU9739	55668384E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
MGU9739	55668390E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
MGW2042	55670971E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MGW2733	55670555E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MGW2733	55668368E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
MGW8419	55670947E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MGW8419	55670314E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
MGW8815	54670266E	07/04/2015	55500	181	*	XVIII
MGY5513	54320181F	25/03/2015	52070	169		
MGZ6251	54781362E	27/03/2015	60502	208		
MHB0699	54778331E	03/04/2015	55680	181	*	XIX
MHB4999	54320151F	23/03/2015	60760	210		
MHB4999	54320152F	23/03/2015	52070	169		
MHB4999	54320155F	23/03/2015	70640	244	*	IV
MHC0047	55049469E	27/03/2015	61570	214	*	IV
MHC0047	55049470E	27/03/2015	73662	252	*	VI
MHC2144	54320502F	28/03/2015	55500	181	*	XVIII
MHC4842	55668176E	13/02/2015	55412	181	*	XVII
MHC7099	55670360E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MHE0086	54780829E	02/04/2015	51851	167		

MHF7254	55670598E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MHF7356	54778915E	04/03/2015	58512	197		
MHG2238	55669612E	04/03/2015	55412	181	*	XVII
MHH7813	55670944E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MHJ2199	55668520E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MHL2926	54037225N	30/03/2015	50020	257	8\$	
MHM1050	55670252E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
MHM3082	55670799E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MHN5297	54779297E	12/03/2015	55417	181	*	XVII
MHN8699	54320093F	31/03/2015	58197	193		
MHO2235	55670761E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MHP8627	55668750E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MHQ1033	54779611E	10/03/2015	60501	208		
MHS2798	54778961E	04/03/2015	73070	251	*	II
MHT3663	55671048E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MHT3975	55668466E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MHT3989	55671145E	06/04/2015	55412	181	*	XVII
MHT7234	55670487E	14/03/2015	55412	181	*	XVII
MHU7495	55670468E	14/03/2015	55412	181	*	XVII
MHU8569	54095291B	25/03/2015	58350	195		
MHV3734	54037218N	30/03/2015	50020	257	8\$	
MHV8061	55669722E	05/03/2015	55412	181	*	XVII
MHW3562	54037239N	30/03/2015	50020	257	8\$	
MHW3562	55668281E	05/03/2015	55412	181	*	XVII
MHW4390	54780389E	28/03/2015	55411	181	*	XVII
MHX1743	55668310E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
MHX5218	54779966E	12/03/2015	51851	167		
MHZ0913	54778931E	05/03/2015	51852	167		
MHZ0988	55668685E	21/02/2015	55412	181	*	XVII
MHZ7338	54781054E	19/03/2015	59670	203	*	V
MHZ9874	54780536E	27/03/2015	51851	167		
MIA1996	54781292E	01/04/2015	73662	252	*	VI
MIA1996	55670488E	14/03/2015	55412	181	*	XVII
MIB1729	55670375E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MID8328	54038938N	07/04/2015	50020	257	8\$	
MIE2836	54037231N	30/03/2015	50020	257	8\$	
MIE3840	55668032E	11/02/2015	55412	181	*	XVII
MIE4169	54781048E	27/03/2015	73070	251	*	II
MIF2541	54078448F	09/03/2015	51851	167		
MIF8428	55670388E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MIG1746	55670126E	11/03/2015	55412	181	*	XVII
MIG9100	55668768E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MIG9100	55668863E	24/02/2015	55412	181	*	XVII
MIG9477	55670330E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
MIH8494	55670193E	11/03/2015	55412	181	*	XVII
MIJ4822	55670707E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MIK7405	55670538E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MIK9711	55670626E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MIL8754	54781268E	26/03/2015	55416	181	*	XVII
MIM2106	55668738E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MIM5356	54780392E	28/03/2015	55416	181	*	XVII
MIN6050	54675869E	02/04/2015	55416	181	*	XVII
MIO4556	54781854E	02/04/2015	54600	181	*	IX
MIO8050	55668479E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MIP2151	54781173E	24/03/2015	52070	169		
MIP3971	55670946E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MIS2968	55669521E	03/03/2015	55412	181	*	XVII
MIS2968	55669522E	03/03/2015	55412	181	*	XVII
MIT7682	55670560E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MIT9085	55670965E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MIU8572	55670877E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MIU9779	54781130E	25/03/2015	55500	181	*	XVIII
MIW8895	54778774E	04/03/2015	60501	208		

MIX7206	55670848E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MIZ7678	55671001E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MJA1251	55668769E	23/02/2015	55412	181	*	XVII
MJB4093	55670381E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MJB5922	54781014E	18/03/2015	73070	251	*	II
MJB8716	55670754E	02/04/2015	55412	181	*	XVII
MJC7056	54038227N	31/03/2015	50020	257		8\$
MJC8483	54781410E	02/04/2015	55500	181	*	XVIII
MJD2385	55668669E	09/03/2015	55412	181	*	XVII
MJD2882	54037222N	30/03/2015	50020	257		8\$
MJE0823	55668484E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MJF1033	54781355E	27/03/2015	60501	208		
MJF8832	54670027E	07/03/2015	55500	181	*	XVIII
MJF8871	55671054E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MJG1366	55668456E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MJG4412	55668473E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MJH1827	55668207E	13/02/2015	55412	181	*	XVII
MJH2389	55671000E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MJJ0072	54781122E	24/03/2015	55500	181	*	XVIII
MJK7316	54779884E	05/03/2015	61220	214	*	I
MJL4267	55668453E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MJL4476	54079444F	23/03/2015	60760	210		
MJL4476	54780149E	23/03/2015	59670	203	*	V
MJL4476	54780301E	23/03/2015	58350	195		
MJL4476	54780302E	23/03/2015	52070	169		
MJL5850	55668483E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MJN8195	54780386E	28/03/2015	55090	181	*	XIII
MJO4272	54319439F	23/03/2015	51851	167		
MJP1800	54778948E	07/03/2015	72340	250	*	I * a
MJP8989	55670368E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MJQ7350	54037236N	30/03/2015	50020	257		8\$
MJQ7350	54781135E	26/03/2015	73662	252	*	VI
MJR1533	55671021E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MJS9457	54095295B	22/03/2015	58350	195		
MJS9491	55668378E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
MJT7783	55670597E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MJV1051	54037216N	30/03/2015	50020	257		8\$
MJV7116	55670991E	20/03/2015	55412	181	*	XVII
MJY6992	55670960E	19/03/2015	55412	181	*	XVII
MJY6992	55670583E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MJY9993	55668420E	07/03/2015	55412	181	*	XVII
MJZ2557	55669126E	26/02/2015	55412	181	*	XVII
MKA5502	54780400E	28/03/2015	55500	181	*	XVIII
MKB2737	54032940N	06/03/2015	50020	257		8\$
MKC0119	55670275E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
MKC2726	54781470E	30/03/2015	73662	252	*	VI
MKC7227	54038942N	07/04/2015	50020	257		8\$
MKD0667	55668513E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MKD3494	55670521E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MKE5603	55668448E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MKF5576	54037241N	30/03/2015	50020	257		8\$
MKG0820	54037234N	30/03/2015	50020	257		8\$
MKI0266	54780907E	31/03/2015	52070	169		
MKJ7366	55670524E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MKJ9074	55670697E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MKM8459	54036001N	23/03/2015	50020	257		8\$
MKN1011	54038948N	07/04/2015	50020	257		8\$
MKN2321	55670279E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
MKO2682	55670800E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MKO3113	54037223N	30/03/2015	50020	257		8\$
MKO4336	54779613E	10/03/2015	60501	208		
MKQ7657	54780924E	02/04/2015	52070	169		
MKR4752	55037334E	24/02/2015	73662	252	*	VI

MKR5673	55670556E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MKS3833	55671116E	21/03/2015	55412	181	*	XVII
MKT5276	54780387E	28/03/2015	55760	182	*	I
MKU6104	54779335E	28/03/2015	59910	206	*	I
MKV0875	55670606E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MKV1779	55668443E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MKV3263	55668271E	17/02/2015	55412	181	*	XVII
MKV7239	54780954E	07/04/2015	60412	207		
MKY4159	55043764E	11/03/2015	55500	181	*	XVIII
MKY8442	55668253E	17/02/2015	55412	181	*	XVII
MKZ9385	54038933N	07/04/2015	50020	257	8\$	
MLA0991	55668554E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MLA9897	54038940N	07/04/2015	50020	257	8\$	
MLB0126	54781234E	27/03/2015	73070	251	*	II
MLB0525	55670081E	10/03/2015	55412	181	*	XVII
MLB0525	54672119E	26/03/2015	70561	244	*	III
MLC0313	54077334F	04/04/2015	60501	208		
MLD6934	55670834E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MLE0529	54780923E	02/04/2015	52070	169		
MLE2715	54671279E	28/02/2015	55411	181	*	XVII
MLE5078	54038975N	07/04/2015	50020	257	8\$	
MLE5078	54038213N	31/03/2015	50020	257	8\$	
MLE5078	54035996N	23/03/2015	50020	257	8\$	
MLE9032	55669876E	24/03/2015	55412	181	*	XVII
MLF8014	55051700E	23/03/2015	55411	181	*	XVII
MLJ6151	54781389E	30/03/2015	52070	169		
MLK5858	54780550E	01/04/2015	51851	167		
MLL1474	55670438E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MLM2092	54781120E	23/03/2015	55500	181	*	XVIII
MLM3898	55668465E	19/02/2015	55412	181	*	XVII
MLM8977	54781235E	27/03/2015	73070	251	*	II
MLO0192	54779289E	12/03/2015	55415	181	*	XVII
MLO8066	54781237E	27/03/2015	73070	251	*	II
MLO8066	54781458E	27/03/2015	73070	251	*	II
MLP4217	55670610E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MLQ0621	54779279E	11/03/2015	73662	252	*	VI
MLQ2186	54037229N	30/03/2015	50020	257	8\$	
MLS1962	55670527E	16/03/2015	55412	181	*	XVII
MLS2696	54779866E	04/03/2015	73070	251	*	II
MLT2166	55668383E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
MLT6906	54032941N	06/03/2015	50020	257	8\$	
MLU8480	55670721E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MLV3954	55670716E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MLV7473	54778310E	04/03/2015	73662	252	*	VI
MLW1527	55670806E	18/03/2015	55412	181	*	XVII
MLX2090	54781451E	27/03/2015	73070	251	*	II
MLY2288	55670341E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
MLY5771	55668891E	24/02/2015	55412	181	*	XVII
MLZ1477	54037237N	30/03/2015	50020	257	8\$	
MLZ2299	55040450E	25/03/2015	55680	181	*	XIX
MLZ3816	55670337E	12/03/2015	55412	181	*	XVII
MMB1653	55053887E	26/10/2014	55411	181	*	XVII
MMB7845	54038956N	07/04/2015	50020	257	8\$	
MMC5566	55670480E	14/03/2015	55412	181	*	XVII
MMD6099	54037240N	30/03/2015	50020	257	8\$	
MMD6154	54320702F	31/03/2015	73662	252	*	VI
MMF0363	54320125F	23/03/2015	51851	167		
MMH1515	54675592E	24/03/2015	54521	181	*	VIII
MMI0712	54038219N	31/03/2015	50020	257	8\$	
MMJ5912	55670727E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
MMK9006	55668547E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MML2431	55660019E	08/10/2014	55412	181	*	XVII
MMM0181	54779387E	29/03/2015	52400	173		

MMM1187	55668355E	18/02/2015	55412	181	*	XVII
MMM1357	54780270E	31/03/2015	51852	167		
MMM5447	55668592E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
MNJ6392	54779758E	03/03/2015	55680	181	*	XIX
NCI0903	55671107E	21/03/2015	55412	181	*	XVII
NEK0697	55668609E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
NHI4320	55670760E	02/04/2015	55412	181	*	XVII
NJG9227	54781204E	19/03/2015	59910	206	*	I
NLH1966	55668584E	20/02/2015	55412	181	*	XVII
NXN7836	54675762E	14/03/2015	55090	181	*	XIII
NXY8927	55669992E	25/03/2015	55412	181	*	XVII
OKF2057	54780650E	07/04/2015	55500	181	*	XVIII
OKF7544	55670701E	17/03/2015	55412	181	*	XVII
OQL0985	54780251E	23/03/2015	51852	167		
QHA5328	54670173E	06/03/2015	55500	181	*	XVIII
QIF2100	54781137E	26/03/2015	73662	252	*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

LUCIO RAPHAEL BECKHAUSER  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2078/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2078/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADH6928	54320468F	27/03/2015	67261	230 * XVIII
AER1728	54781480E	01/04/2015	67261	230 * XVIII
AFE6085	54320171F	23/03/2015	69120	232
AFE6085	54320172F	23/03/2015	67261	230 * XVIII
AFE6085	54320173F	23/03/2015	66371	230 * IX
AHV9578	54319419F	21/03/2015	73400	252 * IV
AHV9578	54319420F	21/03/2015	50450	162 * V



AHV9578	54319421F	21/03/2015	51420	164	c/c 162 * V
AHV9578	54319422F	21/03/2015	66102	230	* VII
AJA9811	54779155E	23/03/2015	50450	162	* V
ALO2349	55829492C	06/04/2015	67000	230	* XVI
ANB9758	54671839E	02/04/2015	69120	232	
ANL0465	54780214E	25/03/2015	69120	232	
ANL0465	54780220E	25/03/2015	65992	230	* V
ANU2898	54780222E	30/03/2015	50100	162	* I
ANU2898	54780223E	30/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
AOU2778	54781372E	28/03/2015	66700	230	* XIII
AOZ6389	54780265E	27/03/2015	69120	232	
AQL7794	54320046F	31/03/2015	66372	230	* IX
AST0237	54320459F	27/03/2015	66700	230	* XIII
ASX6311	54320744F	06/04/2015	67000	230	* XVI
AUI9524	55040435E	09/03/2015	51691	165	
AVO9900	54079318F	05/03/2015	67261	230	* XVIII
BEC6767	54779539E	11/03/2015	66102	230	* VII
BRF6009	54320016F	23/03/2015	66372	230	* IX
BZW4647	54320038F	27/03/2015	66102	230	* VII
BZW4647	54320037F	27/03/2015	66372	230	* IX
BZW4647	54320036F	27/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
BZW4647	54320035F	27/03/2015	50100	162	* I
CCT5130	54320054F	23/03/2015	66372	230	* IX
CDA2588	54320092F	31/03/2015	66372	230	* IX
CDA2588	54320091F	31/03/2015	73400	252	* IV
CHY6683	55228486E	07/03/2015	66372	230	* IX
CHY6683	55228487E	07/03/2015	67691	230	* XXII
CJB7948	54320127F	23/03/2015	67261	230	* XVIII
CSJ3030	54079143F	05/03/2015	65561	230	* I
CTH7027	54320594F	04/04/2015	50531	162	* VI
CTH7027	54320593F	04/04/2015	67261	230	* XVIII
CTH7027	54320592F	04/04/2015	66372	230	* IX
DBQ0608	54320371F	28/03/2015	51691	165	
DJD1450	54320158F	23/03/2015	66372	230	* IX
DJO1916	54781488E	01/04/2015	50100	162	* I
DJO1916	54781489E	01/04/2015	51180	164	c/c 162 * I
DMG1240	54780820E	28/03/2015	65561	230	* I
DMK5084	54780244E	06/04/2015	67000	230	* XVI
EAN0192	54320720F	02/04/2015	67000	230	* XVI
EBO3058	54674713E	05/03/2015	66372	230	* IX
ELX8448	54781032E	23/03/2015	50450	162	* V
ELX8448	54781033E	23/03/2015	50960	163	c/c 162 * V
EMG0566	54780285E	06/04/2015	67000	230	* XVI
FIS0505	54780618E	28/03/2015	66700	230	* XIII
FJK6018	54779337E	28/03/2015	69120	232	
GEC3131	54780845E	06/04/2015	65992	230	* V
GOJ0449	54320556F	27/03/2015	66371	230	* IX
HHC4685	54079299F	07/03/2015	67000	230	* XVI
IDE0828	54779331E	28/03/2015	50100	162	* I
IDE0828	54779332E	28/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
IJT0676	54674705E	25/02/2015	67261	230	* XVIII
IKP9409	54078882F	05/03/2015	67000	230	* XVI
JFM8471	54781370E	28/03/2015	66020	230	* VI
JFM8471	54781371E	28/03/2015	73400	252	* IV
JKP0644	54780280E	31/03/2015	69120	232	
LAK3692	54780218E	26/03/2015	50450	162	* V
LAV1227	54320365F	28/03/2015	65992	230	* V
LAV1227	54320265F	28/03/2015	50450	162	* V
LWX6502	54320047F	31/03/2015	65561	230	* I
LXC6896	54320159F	23/03/2015	66372	230	* IX
LXC6896	54320160F	23/03/2015	65561	230	* I
LXD4945	54079410F	23/03/2015	67261	230	* XVIII
LXD4945	54079448F	23/03/2015	73400	252	* IV

LXE3196	54780709E	27/03/2015	69120	232	
LXJ3105	54778217E	04/04/2015	65992	230	* V
LXK5482	54320278F	30/03/2015	50100	162	* I
LXK5482	54320279F	30/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
LXK5482	54320072F	25/03/2015	67261	230	* XVIII
LXX1992	54320192F	31/03/2015	67261	230	* XVIII
LYB3222	54781483E	01/04/2015	50100	162	* I
LYB3222	54781484E	01/04/2015	51180	164	c/c 162 * I
LYG5432	55052832E	21/03/2015	51691	165	
LYJ2920	54780570E	16/03/2015	65992	230	* V
LYJ2920	54780571E	16/03/2015	67261	230	* XVIII
LYO7769	55191238E	03/04/2015	65800	230	* IV
LYO7769	55191239E	03/04/2015	66371	230	* IX
LYO7769	55191237E	03/04/2015	65992	230	* V
LYO7769	55191236E	03/04/2015	50100	162	* I
LYP6654	54779134E	13/03/2015	67261	230	* XVIII
LYQ4229	54320177F	23/03/2015	67261	230	* XVIII
LYS8272	54320034F	27/03/2015	65561	230	* I
LYT0014	54319619F	25/03/2015	67000	230	* XVI
LYT0014	54319620F	25/03/2015	66102	230	* VII
LYX1566	54779165E	31/03/2015	50450	162	* V
LZB8288	55187989E	11/03/2015	67261	230	* XVIII
LZE6719	54670455E	11/03/2015	67000	230	* XVI
LZG9202	54319430F	21/03/2015	66372	230	* IX
LZM7509	54779826E	28/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
LZM7509	54779827E	28/03/2015	50100	162	* I
LZN3891	54319444F	25/03/2015	67000	230	* XVI
LZR6831	54320645F	06/04/2015	66700	230	* XIII
LZZ4775	54320049F	31/03/2015	67000	230	* XVI
MAA6566	54320048F	31/03/2015	65561	230	* I
MAC2229	54670259E	06/03/2015	65992	230	* V
MAD1704	54674712E	02/03/2015	66371	230	* IX
MAF2206	54320042F	31/03/2015	67000	230	* XVI
MAL1157	54778210E	27/03/2015	67261	230	* XVIII
MAR7016	54780150E	25/03/2015	67691	230	* XXII
MAV0927	54320464F	27/03/2015	66372	230	* IX
MAW5639	54779607E	05/03/2015	64080	221	
MBB3211	54079387F	12/03/2015	66102	230	* VII
MBG5945	54781469E	29/03/2015	51691	165	
MBI2858	54780330E	28/03/2015	69120	232	
MBP7561	54670040E	21/03/2015	51691	165	
MBP7561	54670041E	21/03/2015	64080	221	
MBU7049	54779166E	02/04/2015	69120	232	
MBW1352	54079394F	21/03/2015	50450	162	* V
MBW5212	54320489F	31/03/2015	67691	230	* XXII
MBW5212	54320488F	31/03/2015	66700	230	* XIII
MBW5212	54320487F	31/03/2015	67261	230	* XVIII
MBY9720	54320089F	31/03/2015	66372	230	* IX
MBZ4799	54778254E	06/03/2015	65992	230	* V
MCA7174	54320186F	25/03/2015	66372	230	* IX
MCB3691	54675194E	03/03/2015	73400	252	* IV
MCE2977	54320368F	28/03/2015	51691	165	
MCF3846	54320651F	31/03/2015	69120	232	
MCF7396	54780321E	26/03/2015	73400	252	* IV
MCJ2153	54320607F	31/03/2015	73400	252	* IV
MCK0238	54079320F	05/03/2015	65561	230	* I
MCM4357	54078436F	07/03/2015	50450	162	* V
MCM4357	54078437F	07/03/2015	65992	230	* V
MCM5541	54779907E	25/03/2015	50100	162	* I
MCM5541	54779908E	25/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MCM5587	54780627E	01/04/2015	66020	230	* VI
MCM7778	54780621E	30/03/2015	65992	230	* V
MCN3321	55366727D	09/03/2015	50100	162	* I

MCN3321	55366728D	09/03/2015	69120	232	
MCN3321	55366729D	09/03/2015	65992	230	* V
MCN4836	54320128F	23/03/2015	66372	230	* IX
MCN4836	54320130F	23/03/2015	73400	252	* IV
MCO3627	55250921C	27/03/2015	50450	162	* V
MCO3627	55250922C	27/03/2015	50960	163	c/c 162 * V
MCO3627	55250924C	27/03/2015	67261	230	* XVIII
MCQ1429	54779344E	28/03/2015	65561	230	* I
MCQ8672	54077312F	28/02/2015	65992	230	* V
MCQ8672	54077313F	28/02/2015	51180	164	c/c 162 * I
MCQ8672	54077314F	28/02/2015	50100	162	* I
MCQ9158	54675332E	01/04/2015	65992	230	* V
MCQ9158	54675333E	01/04/2015	50450	162	* V
MCQ9158	54675334E	01/04/2015	69120	232	
MCR0495	54780000E	23/03/2015	73400	252	* IV
MCR1270	54779909E	02/04/2015	65992	230	* V
MCT8911	54779156E	27/03/2015	65992	230	* V
MCT8911	54779157E	27/03/2015	66101	230	* VII
MCT8911	54779158E	27/03/2015	65561	230	* I
MCX9087	54780657E	02/04/2015	65992	230	* V
MCX9087	54780658E	02/04/2015	50100	162	* I
MCZ1372	55189120E	12/03/2015	50100	162	* I
MCZ1372	55189121E	12/03/2015	67000	230	* XVI
MCZ1372	55189122E	12/03/2015	73400	252	* IV
MDC0964	55223843E	03/04/2015	65561	230	* I
MDD2726	55226701E	26/03/2015	67261	230	* XVIII
MDD2726	55226702E	26/03/2015	50100	162	* I
MDF4090	54320665F	31/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MDF4090	54320664F	31/03/2015	50100	162	* I
MDF4090	54320663F	31/03/2015	66372	230	* IX
MDJ7837	54780803E	28/03/2015	69120	232	
MDL1440	54670047E	28/03/2015	66700	230	* XIII
MDL2482	54671828E	28/03/2015	50100	162	* I
MDL2482	54671829E	28/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MDL6732	54779342E	29/03/2015	66700	230	* XIII
MDL6732	54779343E	29/03/2015	67691	230	* XXII
MDL8716	54320030F	25/03/2015	66372	230	* IX
MDL8716	54320029F	25/03/2015	67261	230	* XVIII
MDM1304	54320281F	01/04/2015	65561	230	* I
MDN5523	54320476F	27/03/2015	67000	230	* XVI
MDQ1685	54320199F	31/03/2015	67000	230	* XVI
MDS3377	54320001F	23/03/2015	64080	221	
MDU5577	54320316F	05/04/2015	67261	230	* XVIII
MDU5577	54320315F	05/04/2015	65992	230	* V
MDX5505	54320283F	01/04/2015	66020	230	* VI
MDX5505	54320282F	01/04/2015	67261	230	* XVIII
MDZ5588	55937880D	08/03/2015	65561	230	* I
MEE4585	54780331E	01/04/2015	50450	162	* V
MEG1823	54780911E	01/04/2015	50100	162	* I
MEG1823	54780912E	01/04/2015	51180	164	c/c 162 * I
MEK8344	54320589F	04/04/2015	75790	277	
MEK8344	54320638F	04/04/2015	66372	230	* IX
MEK8344	54320637F	04/04/2015	66102	230	* VII
MEK8344	54320636F	04/04/2015	67261	230	* XVIII
MEL0382	54670035E	20/03/2015	65992	230	* V
MEL6387	54320654F	31/03/2015	66700	230	* XIII
MEM2501	54781486E	01/04/2015	65992	230	* V
MEN1508	54320076F	27/03/2015	66372	230	* IX
MEQ6182	55363016D	08/03/2015	65561	230	* I
MER4321	54780854E	05/04/2015	65992	230	* V
MEU5409	54320191F	31/03/2015	67261	230	* XVIII
MEV4422	54780274E	01/04/2015	69120	232	
MEZ0933	54779608E	05/03/2015	50100	162	* I

MFA5573	54780239E	06/04/2015	67000	230	*	XVI
MFA6051	54320504F	03/04/2015	65992	230	*	V
MFD2210	54320252F	24/03/2015	65992	230	*	V
MFD2210	54320253F	24/03/2015	50450	162	*	V
MFN5336	54781936E	06/04/2015	67000	230	*	XVI
MFZ2489	54781931E	06/04/2015	73400	252	*	IV
MFZ7939	54779392E	02/04/2015	51691	165		
MGA0708	54320646F	06/04/2015	67261	230	*	XVIII
MGA0708	54320647F	06/04/2015	67000	230	*	XVI
MGB0651	54320454F	25/03/2015	51180	164	c/c 162	* I
MGB0651	54320453F	25/03/2015	73400	252	*	IV
MGB0651	54320452F	25/03/2015	50100	162	*	I
MGI2802	54320071F	25/03/2015	67000	230	*	XVI
MGK1792	54320311F	01/04/2015	50100	162	*	I
MGK1792	54320312F	01/04/2015	51180	164	c/c 162	* I
MGK1792	54320313F	01/04/2015	66531	230	*	XI
MGR3319	54078872F	03/03/2015	65992	230	*	V
MGU5456	54781197E	26/03/2015	66372	230	*	IX
MGY5513	54320180F	25/03/2015	67261	230	*	XVIII
MHB4930	55829496C	06/04/2015	67000	230	*	XVI
MHB4999	54320153F	23/03/2015	65561	230	*	I
MHB4999	54320154F	23/03/2015	66020	230	*	VI
MHB4999	54320156F	23/03/2015	66372	230	*	IX
MHB4999	54320157F	23/03/2015	73400	252	*	IV
MHM4224	54320194F	31/03/2015	67261	230	*	XVIII
MHM4224	54320195F	31/03/2015	66372	230	*	IX
MHM4224	54320196F	31/03/2015	67691	230	*	XXII
MHN8111	55938073D	07/03/2015	69120	232		
MHN8111	55938075D	07/03/2015	64080	221		
MHS1981	54079330F	07/03/2015	66372	230	*	IX
MHT5105	54079445F	23/03/2015	67000	230	*	XVI
MHT5105	54079446F	23/03/2015	66102	230	*	VII
MHV8687	54319443F	25/03/2015	67261	230	*	XVIII
MHX2588	55931322D	14/03/2015	75790	277		
MHX7495	54670465E	24/03/2015	69120	232		
MHY1269	54782012E	27/03/2015	52820	176	*	I
MHY1269	54782013E	27/03/2015	52900	176	*	II
MHY1269	54782014E	27/03/2015	53200	176	*	V
MID5280	54781378E	28/03/2015	66700	230	*	XIII
MIF2541	54078449F	09/03/2015	67261	230	*	XVIII
MIF6331	54780242E	06/04/2015	67000	230	*	XVI
MIG5805	54780261E	26/03/2015	67261	230	*	XVIII
MIH0005	54779323E	12/03/2015	69120	232		
MIK8798	55037091E	28/03/2015	65992	230	*	V
MIK8798	55037092E	28/03/2015	50100	162	*	I
MIK8798	55037093E	28/03/2015	51180	164	c/c 162	* I
MIM2310	54780246E	06/04/2015	67000	230	*	XVI
MIM2310	54780247E	06/04/2015	66372	230	*	IX
MIO8882	54781199E	26/03/2015	66020	230	*	VI
MIP8314	54320169F	23/03/2015	69120	232		
MIP8314	54320170F	23/03/2015	65561	230	*	I
MIV8034	54319552F	10/03/2015	73400	252	*	IV
MIV8034	54319553F	10/03/2015	69120	232		
MJL4476	54780303E	23/03/2015	65992	230	*	V
MJL9514	54674749E	21/03/2015	51691	165		
MJM4979	54674721E	05/03/2015	65992	230	*	V
MJM9540	55364550D	06/03/2015	66372	230	*	IX
MJP1125	54320477F	27/03/2015	67000	230	*	XVI
MJQ4513	54781188E	25/03/2015	73400	252	*	IV
MJQ7691	54320284F	01/04/2015	65992	230	*	V
MJR2900	54779806E	12/03/2015	51691	165		
MJR5811	54780644E	03/04/2015	65992	230	*	V
MKF5875	54780380E	27/03/2015	66531	230	*	XI

MKF5875	54780381E	27/03/2015	66372	230	*	IX
MKM7863	54320256F	24/03/2015	50100	162	*	I
MKN2037	54778097E	27/03/2015	65992	230	*	V
MKN2037	54778100E	27/03/2015	51180	164	c/c 162	* I
MKY8788	54320719F	02/04/2015	67000	230	*	XVI
MLC0313	54077335F	04/04/2015	69120	232		
MLD7610	54780287E	06/04/2015	67000	230	*	XVI
MLJ0407	54079407F	11/03/2015	67000	230	*	XVI
MLK8391	54320058F	23/03/2015	67261	230	*	XVIII
MLK8391	54320059F	23/03/2015	67000	230	*	XVI
MLM6262	54319561F	12/03/2015	50100	162	*	I
MLX5659	54079333F	07/03/2015	50450	162	*	V
MLX5659	54079334F	07/03/2015	51420	164	c/c 162	* V
MMD1597	54674541E	07/03/2015	66531	230	*	XI
MMH6040	54319903F	04/04/2015	67000	230	*	XVI
MMM0181	54779391E	29/03/2015	75790	277		
MMM0181	54779389E	29/03/2015	53200	176	*	V
MMM0181	54779388E	29/03/2015	53040	176	*	III
MOS2627	54675337E	02/04/2015	65992	230	*	V
MOS2627	54675338E	02/04/2015	50450	162	*	V
MRE9744	54782007E	27/03/2015	51691	165		
MRE9744	54778096E	27/03/2015	65992	230	*	V
MRE9744	54778099E	27/03/2015	50100	162	*	I
MVK5140	54320705F	31/03/2015	66372	230	*	IX
MVK5140	54320704F	31/03/2015	67261	230	*	XVIII
MVK5140	54320703F	31/03/2015	73400	252	*	IV
NFV3037	54320600F	08/04/2015	67261	230	*	XVIII
NFV3037	54320599F	08/04/2015	66372	230	*	IX
NFV3037	54320801F	08/04/2015	66020	230	*	VI
QJA0804	54780217E	26/03/2015	50450	162	*	V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

---

### BRUSQUE

---

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2035/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2035/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AP01802	54941686E	02/01/2015	65992	230 * V	191.53
GYM6890	55919444E	30/01/2015	65992	230 * V	191.53
HKT9710	54938974E	12/10/2014	66700	230 * XIII	127.69
LXZ4146	54266567E	01/02/2015	65561	230 * I	191.53
LYF5781	55919890E	19/01/2015	67692	230 * XXII	85.12
LYN4454	55923436E	08/11/2014	65992	230 * V	191.53
LYV9533	55919314E	20/01/2015	65992	230 * V	191.53
MAP1589	55918687E	25/01/2015	66372	230 * IX	127.69
MAP1589	55918686E	25/01/2015	67692	230 * XXII	85.12
MAP1589	55918685E	25/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MAP1589	55918683E	25/01/2015	65992	230 * V	191.53
MBH2042	55179443E	12/02/2015	50100	162 * I	574.61
MBH2042	55179442E	12/02/2015	65992	230 * V	191.53
MBP4645	55918461E	06/01/2015	51691	165	1915.38
MBV2450	55919224E	09/12/2014	66371	230 * IX	127.69
MBV2450	55919225E	09/12/2014	73400	252 * IV	85.12
MBV2450	55919226E	09/12/2014	66020	230 * VI	191.53
MCG5517	54940073E	07/12/2014	65992	230 * V	191.53
MCI0098	54939780E	03/12/2014	69120	232	53.20
MCJ3707	55922964E	11/11/2014	65992	230 * V	191.53
MCY0681	54941674E	01/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MDS6854	55918468E	01/02/2015	50450	162 * V	191.53
MDS6854	55918469E	01/02/2015	73400	252 * IV	85.12
MDU6106	55922865E	09/11/2014	51691	165	1915.38
MDU6106	55923093E	02/11/2014	50100	162 * I	574.61
MDU6106	55923094E	02/11/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MFO1671	54941690E	02/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MFO1671	54941691E	02/01/2015	65992	230 * V	191.53
MFS0731	55918681E	23/01/2015	66372	230 * IX	127.69
MGT8731	55919680E	05/01/2015	65992	230 * V	191.53
MGT8731	55919682E	05/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MHW6051	55918534E	03/02/2015	50292	162 * II	957.69
MHW6051	55918535E	03/02/2015	50702	163 c/c 162 * II	957.69
MIA3715	54941669E	01/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MIC6879	55919203E	05/12/2014	67261	230 * XVIII	127.69
MIM9725	55922683E	07/12/2014	50100	162 * I	574.61
MIM9725	55922684E	07/12/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MIQ6980	54941078E	28/01/2015	65992	230 * V	191.53
MJT3367	55915423E	08/02/2015	73400	252 * IV	85.12
MJT3367	55915420E	08/02/2015	50100	162 * I	574.61
MMC6470	54941626E	29/12/2014	52741	175	1915.38
MMJ6841	55918963E	02/02/2015	73400	252 * IV	85.12
MMM8734	54941672E	01/01/2015	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

BRUSQUE/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2036/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRANSITO E M

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2036/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEP3300	55918062E	05/01/2015	54440	181 * VII	53.20
ALS9214	54943012E	29/01/2015	55415	181 * XVII	53.20
IDK9571	54940436E	27/12/2014	54440	181 * VII	53.20
JVF8298	55925744E	05/01/2015	54521	181 * VIII	127.69
JWW4428	55919801E	07/01/2015	51851	167	127.69
KKT1332	55922010E	06/11/2014	52070	169	53.20
LXH9398	55918002E	06/12/2014	54440	181 * VII	53.20
LXQ4355	55918594E	04/02/2015	51851	167	127.69
LYO2700	55918009E	06/12/2014	54440	181 * VII	53.20
MAB4753	55923746E	05/12/2014	59241	203 * I	957.69
MAS9695	54941648E	30/12/2014	60501	208	191.53
MAY9680	55919807E	07/01/2015	51851	167	127.69
MBS9987	54937500E	06/11/2014	54526	181 * VIII	127.69
MCT0266	54935697E	28/11/2014	55411	181 * XVII	53.20
MCV8999	54941215E	30/01/2015	51851	167	127.69
MDE5395	54938233E	28/10/2014	51851	167	127.69
MDG5456	54941218E	02/02/2015	73662	252 * VI	85.12
MDR0414	54941173E	07/02/2015	55680	181 * XIX	127.69
MDU6106	55922862E	09/11/2014	58350	195	127.69
MDU6106	55922863E	09/11/2014	57380	186 * II	191.53
MDU6106	55922864E	09/11/2014	52070	169	53.20
MDU6799	55919582E	27/12/2014	51851	167	127.69
MEQ1166	54940319E	20/11/2014	55412	181 * XVII	53.20
MFA8178	55918053E	06/12/2014	54440	181 * VII	53.20
MFF7348	55925556E	25/08/2014	52070	169	53.20
MFN3232	54010821N	22/12/2014	50020	257 8\$	53.20
MFS0731	55918680E	23/01/2015	52070	169	53.20
MGF3444	55924729E	10/02/2015	52070	169	53.20
MGO2785	54939335E	15/01/2015	73662	252 * VI	85.12
MGT8731	55919683E	05/01/2015	51851	167	127.69
MHH0097	54941731E	26/01/2015	51852	167	127.69
MHH4750	54941164E	01/02/2015	52070	169	53.20
MHI0024	54938454E	10/10/2014	73662	252 * VI	85.12
MHL5580	55911402E	05/10/2014	54521	181 * VIII	127.69
MHQ8620	54938380E	22/10/2014	55415	181 * XVII	53.20
MIC6879	55919202E	05/12/2014	61732	215 * I * a	127.69
MIQ6980	54941077E	28/01/2015	73662	252 * VI	85.12
MIV0509	54939079E	09/11/2014	51851	167	127.69
MIW1580	54940152E	06/12/2014	60501	208	191.53

MJT3367	55915421E	08/02/2015	51851	167		127.69
MKD3964	54938404E	03/10/2014	55412	181 * XVII		53.20
MKI4422	55915401E	29/01/2015	52070	169		53.20
MKN3966	54938332E	18/11/2014	73662	252 * VI		85.12
MLG0298	54938416E	06/10/2014	55412	181 * XVII		53.20
MLI2919	55923632E	04/12/2014	57380	186 * II		191.53
MLV2261	54939186E	05/11/2014	60501	208		191.53
MLW1490	54939396E	28/01/2015	60501	208		191.53
MLZ5500	54939777E	03/12/2014	54526	181 * VIII		127.69
MLZ5500	54940321E	20/11/2014	55412	181 * XVII		53.20
MMC6470	54941623E	29/12/2014	51852	167		127.69
MMC6470	54941625E	29/12/2014	69800	239		191.53
MMC9022	55922642E	19/11/2014	58192	193		574.61
MMH4373	55924882E	30/01/2015	52070	169		53.20
MMI9654	54938631E	09/10/2014	55680	181 * XIX		127.69
NHP1008	55911436E	04/11/2014	58350	195		127.69
OBI9172	55918067E	05/01/2015	54440	181 * VII		53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

BRUNO KNIHS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2039/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2039/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CWT7903	54941255E	05/02/2015	66610	230 * XII	127.69
MDC3565	55918328E	17/01/2015	69120	232	53.20
MDC3565	55918329E	17/01/2015	73400	252 * IV	85.12
MGA1035	55918254E	13/12/2014	51691	165	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2040/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRANSITO E M

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2040/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ISF6827	54939394E	26/01/2015	52070	169	53.20
MDH4786	54941842E	11/02/2015	55411	181 * XVII	53.20
MDM2443	54941197E	11/02/2015	51851	167	127.69
MDM2443	54941196E	11/02/2015	58350	195	127.69
OKF1730	54941827E	07/02/2015	73662	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

BRUNO KNIHS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2033/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2033/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGN7113	55915852E	21/03/2015	50100	162 * I
AGN7113	55915853E	21/03/2015	51180	164 c/c 162 * I
AIA8630	54941434E	24/03/2015	66372	230 * IX
AKG7757	54943419E	25/03/2015	51180	164 c/c 162 * I
AKG7757	54943420E	25/03/2015	50100	162 * I
AKP7278	54940933E	21/03/2015	69120	232
ALE8102	54943275E	25/03/2015	65992	230 * V
ALE8102	55923790E	26/03/2015	65992	230 * V
APC4421	55915093E	21/03/2015	66102	230 * VII
AQC9979	54943365E	24/03/2015	64080	221
AQC9979	54943364E	24/03/2015	69120	232
AVJ4363	54940794E	28/03/2015	50450	162 * V
BPD3514	55924748E	08/03/2015	50292	162 * II
BUN7411	54951180E	22/03/2015	50100	162 * I
BUN7411	54951181E	22/03/2015	51180	164 c/c 162 * I
CEY3499	55915367E	22/03/2015	50292	162 * II
JNR0860	54951879E	28/03/2015	52741	175
JNR0860	54951878E	28/03/2015	65992	230 * V
JWW4428	55920407E	22/03/2015	65992	230 * V
LWR5510	55912902E	24/03/2015	65992	230 * V
LWS6686	55915097E	22/03/2015	66102	230 * VII
LWS7475	55918079E	08/03/2015	51691	165
LWT5902	55920117E	25/03/2015	66101	230 * VII
LWT5902	55920114E	25/03/2015	50100	162 * I
LWT5902	55920115E	25/03/2015	50610	163 c/c 162 * I
LWT5902	55920116E	25/03/2015	67261	230 * XVIII
LWW2625	54942888E	02/04/2015	73400	252 * IV
LXE5325	55912763E	25/03/2015	65561	230 * I
LXE5325	55912764E	25/03/2015	66372	230 * IX
LXH4257	55918025E	26/03/2015	67261	230 * XVIII
LXJ3805	55912854E	25/03/2015	65992	230 * V
LXJ3805	55912855E	25/03/2015	50100	162 * I
LXJ3805	55920054E	25/03/2015	64080	221
LXN3393	55912801E	28/03/2015	65992	230 * V
LXN3393	55912802E	28/03/2015	51180	164 c/c 162 * I
LXN3393	55915349E	28/03/2015	67261	230 * XVIII
LXN3393	55915350E	28/03/2015	50100	162 * I
LXN3393	55920056E	28/03/2015	66372	230 * IX
LXZ5602	55179248E	24/03/2015	50100	162 * I
LXZ5602	55179249E	24/03/2015	50610	163 c/c 162 * I
LYS8554	55915099E	23/03/2015	50100	162 * I
LYS8554	55915100E	23/03/2015	51180	164 c/c 162 * I
LYS8554	55912752E	23/03/2015	69120	232
LYS8554	55912751E	23/03/2015	66372	230 * IX
LYS8554	55912453E	21/03/2015	51180	164 c/c 162 * I
LYS8554	55912452E	21/03/2015	50100	162 * I
LYS8554	55912454E	21/03/2015	51691	165
LYT2819	54942606E	23/03/2015	51180	164 c/c 162 * I
LYT2819	54942605E	23/03/2015	50100	162 * I
LYT2819	54942604E	23/03/2015	65992	230 * V



LZE8057	54824733E	28/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
LZE8057	54824732E	28/03/2015	65992	230	* V
LZE8057	55915959E	28/03/2015	50100	162	* I
LZR9430	55918616E	22/03/2015	65992	230	* V
LZR9430	55918617E	22/03/2015	65561	230	* I
LZW2291	55915156E	05/03/2015	73400	252	* IV
LZW2291	55915157E	05/03/2015	69120	232	
MAI8490	55912551E	28/03/2015	65992	230	* V
MAP1424	55915530E	08/03/2015	75790	277	
MAT5014	55915481E	08/03/2015	67261	230	* XVIII
MAT5014	55915482E	08/03/2015	66372	230	* IX
MAT5014	55915483E	08/03/2015	67691	230	* XXII
MBA1956	55912603E	28/03/2015	75790	277	
MBA4465	55920394E	22/03/2015	66020	230	* VI
MBF4415	54942023E	08/04/2015	50371	162	* III
MBM5584	55915102E	21/03/2015	73400	252	* IV
MBQ5218	54942703E	25/03/2015	65992	230	* V
MBQ5218	54942704E	25/03/2015	69120	232	
MBU3989	55920360E	16/03/2015	50450	162	* V
MBU3989	55920361E	16/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MBU8123	54942920E	05/04/2015	66020	230	* VI
MBW1475	54942715E	27/03/2015	69120	232	
MCC3368	55912757E	24/03/2015	66372	230	* IX
MCR0951	55920105E	21/03/2015	69120	232	
MCT0266	55915069E	09/03/2015	75790	277	
MCT9174	55919982E	07/03/2015	69120	232	
MCX0376	54824731E	26/03/2015	65992	230	* V
MDN4389	54083609D	29/03/2015	66371	230	* IX
MDN4389	55924900E	29/03/2015	65800	230	* IV
MDN4389	55924899E	29/03/2015	66102	230	* VII
MDN4389	55924898E	29/03/2015	65992	230	* V
MDS7309	54943403E	19/03/2015	65992	230	* V
MDU4171	54943042E	08/03/2015	66102	230	* VII
MDZ1832	55920370E	21/03/2015	65561	230	* I
MDZ1832	55920371E	21/03/2015	50100	162	* I
MDZ1832	55920372E	21/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MDZ1832	55920375E	21/03/2015	69120	232	
MDZ1832	55920376E	21/03/2015	67691	230	* XXII
MEE2000	55923776E	06/03/2015	64080	221	
MEH1053	55915303E	08/03/2015	65480	229	
MER3308	55923777E	07/03/2015	50100	162	* I
MER8297	55912756E	23/03/2015	65992	230	* V
MER8297	55912755E	23/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MER8297	55912754E	23/03/2015	50100	162	* I
MER8297	55912758E	23/03/2015	65561	230	* I
MEU8625	54940783E	26/03/2015	66372	230	* IX
MEV0091	55915471E	04/03/2015	69120	232	
MEV0091	55915472E	04/03/2015	73400	252	* IV
MFE1481	54940699E	19/03/2015	73400	252	* IV
MFF4500	54943389E	28/03/2015	50531	162	* VI
MFF8793	54940508E	27/02/2015	66372	230	* IX
MFN5262	54942621E	27/03/2015	66020	230	* VI
MGI4389	54940949E	26/03/2015	65561	230	* I
MGI4389	54940950E	26/03/2015	73400	252	* IV
MGN8093	55920391E	22/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MGN8093	55920393E	22/03/2015	67261	230	* XVIII
MGN8093	55920392E	22/03/2015	64080	221	
MGN8093	55920390E	22/03/2015	50100	162	* I
MGY1457	54267842E	06/03/2015	66372	230	* IX
MGZ3690	55920118E	25/03/2015	73400	252	* IV
MGZ3690	55920119E	25/03/2015	69120	232	
MHA9561	54942904E	02/04/2015	65992	230	* V
MHA9561	54942905E	02/04/2015	73400	252	* IV

MHE2279	54942753E	28/03/2015	69120	232	
MHG7625	55919735E	06/03/2015	51691	165	
MHG7625	55919737E	06/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MHG7625	55919738E	06/03/2015	66610	230	* XII
MHG7625	55919739E	06/03/2015	50100	162	* I
MHV4872	54942935E	05/04/2015	73400	252	* IV
MHV4872	54942937E	05/04/2015	65992	230	* V
MII1669	54941448E	25/03/2015	65992	230	* V
MIJ4473	54942912E	02/04/2015	73400	252	* IV
MIO2971	55920010E	26/03/2015	50100	162	* I
MIO2971	55920011E	26/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MIR7995	54942854E	28/03/2015	65992	230	* V
MIT1169	55924640E	13/03/2015	65992	230	* V
MJF5538	54951182E	26/03/2015	50450	162	* V
MJP4304	54942702E	25/03/2015	67691	230	* XXII
MJT7438	55915095E	22/03/2015	51691	165	
MJW4583	55915220E	28/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MJW4583	55915219E	28/03/2015	50100	162	* I
MJW4583	55915218E	28/03/2015	65992	230	* V
MKR9631	54942646E	03/04/2015	51420	164	c/c 162 * V
MKR9631	54942645E	03/04/2015	50450	162	* V
MLJ9966	54267847E	08/03/2015	66372	230	* IX
MLX0997	54942705E	25/03/2015	69120	232	
MMD9133	54940509E	27/02/2015	73400	252	* IV
MML4203	55920464E	27/03/2015	73400	252	* IV
MQG6829	55915155E	05/03/2015	67261	230	* XVIII
OKG6342	55919350E	22/03/2015	51691	165	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2034/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRANSITO E M

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2034/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AEQ7129	54942709E	24/03/2015	51930	168
AKG7757	54943418E	25/03/2015	51851	167
ALK0913	54943324E	19/03/2015	55411	181 * XVII
ALW1110	55919749E	08/03/2015	51851	167
AMK0248	54940837E	07/03/2015	54440	181 * VII
ANG0953	54943290E	31/03/2015	51851	167
AOF2994	54943381E	26/03/2015	55415	181 * XVII
AQC9979	54943363E	24/03/2015	55680	181 * XIX
ASI4896	54941576E	12/03/2015	61300	214 * II
AVJ4363	54940795E	28/03/2015	59670	203 * V
AXZ4756	55915698E	03/03/2015	61810	215 * II
BGT7104	55924749E	20/03/2015	52070	169
BMW8075	54037749N	30/03/2015	50020	257 8S
BTM8131	54940775E	24/03/2015	55415	181 * XVII
CSR5777	54942615E	25/03/2015	55411	181 * XVII
DIF6672	54940959E	13/03/2015	51930	168
DKY2560	55918082E	14/03/2015	54440	181 * VII
DMZ3111	55177642E	11/03/2015	51851	167
EAL5751	54940997E	17/03/2015	55416	181 * XVII
EIS7520	54943373E	26/03/2015	61732	215 * I * a
ELG8136	54940631E	28/03/2015	55415	181 * XVII
ENQ9090	54943415E	23/03/2015	51851	167
ENQ9090	54943416E	23/03/2015	73662	252 * VI
EUU3536	54942607E	23/03/2015	51930	168
EUU3536	54942874E	31/03/2015	55411	181 * XVII
EYF5384	54942807E	07/04/2015	55500	181 * XVIII
GUD8400	55919447E	28/03/2015	52070	169
GYM6890	55915273E	24/03/2015	58350	195
IOB9911	54943218E	22/02/2015	59670	203 * V
LWS6686	55915098E	22/03/2015	51851	167
LYI8415	54942870E	31/03/2015	54440	181 * VII
LYJ6099	54940784E	26/03/2015	51851	167
LYS8554	55912457E	21/03/2015	57200	186 * I
LYS8554	55912456E	21/03/2015	59080	202 * I
LYS8554	55912455E	21/03/2015	52152	170
LYS8554	55912451E	21/03/2015	58350	195
LYT2819	54942603E	23/03/2015	55416	181 * XVII
LYU1497	55180124E	24/03/2015	51851	167
LZQ3683	54942887E	02/04/2015	51930	168
MAM6443	55919733E	05/03/2015	52070	169
MAQ0614	54941550E	18/03/2015	60501	208
MAT5014	55915480E	08/03/2015	54523	181 * VIII
MAU0317	54940983E	15/03/2015	51852	167
MBA1956	55912602E	28/03/2015	60501	208
MBG8142	55915278E	24/03/2015	58350	195
MBJ5764	55179245E	24/03/2015	70481	244 * II
MBJ5764	55179246E	24/03/2015	58350	195
MBL9466	55924737E	06/03/2015	52070	169
MBO2792	55915223E	30/03/2015	70561	244 * III
MBU3989	55920359E	16/03/2015	52070	169
MBW1475	54942714E	27/03/2015	73662	252 * VI
MBX0049	55915257E	10/03/2015	58350	195
MBX6256	55915274E	24/03/2015	58350	195
MCH8108	55226587C	15/03/2015	70301	244 * I
MCI2866	54941549E	23/03/2015	70481	244 * II
MCR0951	55920107E	21/03/2015	52070	169
MCR9606	55915479E	04/03/2015	52070	169
MCT9402	54943342E	23/03/2015	51851	167
MCV3955	54942706E	25/03/2015	51851	167

MDC0193	54941956E	28/02/2015	55411	181	*	XVII
MDF1952	54943368E	24/03/2015	54523	181	*	VIII
MDH0622	54940777E	24/03/2015	55411	181	*	XVII
MDJ0203	55912805E	29/03/2015	58000	192		
MDZ1832	55920373E	21/03/2015	58350	195		
MDZ1832	55920374E	21/03/2015	60501	208		
MDZ1832	55920377E	21/03/2015	52152	170		
MDZ1832	55920378E	21/03/2015	57970	191		
MDZ1832	55920379E	21/03/2015	70561	244	*	III
MED7768	55912753E	23/03/2015	59670	203	*	V
MED8055	54942862E	31/03/2015	73662	252	*	VI
MEM0946	54941548E	23/03/2015	55415	181	*	XVII
MES7705	54942716E	27/03/2015	51851	167		
MET2531	55915272E	24/03/2015	58350	195		
MFD9910	54942609E	25/03/2015	53800	181	*	I
MFF3160	54940948E	26/03/2015	68580	231	*	VII
MFF8793	54943181E	27/02/2015	73662	252	*	VI
MFS3600	54943289E	31/03/2015	54790	181	*	X
MFV7359	54943270E	23/03/2015	52070	169		
MGC9123	54943272E	23/03/2015	51851	167		
MGE4729	54943436E	31/03/2015	55411	181	*	XVII
MGE8450	54940973E	13/03/2015	51851	167		
MGG2781	54943341E	23/03/2015	51851	167		
MGM7829	54940502E	25/02/2015	51851	167		
MGO6572	54942872E	31/03/2015	55411	181	*	XVII
MGP4335	55915107E	29/03/2015	60501	208		
MGP4335	54943384E	28/03/2015	55416	181	*	XVII
MGS0461	54038986N	07/04/2015	50020	257		8\$
MGS0461	54037754N	30/03/2015	50020	257		8\$
MGU9255	55918549E	04/03/2015	59670	203	*	V
MGW7557	55915256E	10/03/2015	58350	195		
MGW9152	54942908E	02/04/2015	51851	167		
MHB4711	55915066E	09/03/2015	52070	169		
MHB6891	54942748E	28/03/2015	51851	167		
MHG7625	55919736E	06/03/2015	60501	208		
MHG7625	55919740E	06/03/2015	58433	196		
MHG7625	55919741E	06/03/2015	51851	167		
MHH1043	55915258E	10/03/2015	58350	195		
MHH4936	54943183E	27/02/2015	55411	181	*	XVII
MHM1666	55920463E	27/03/2015	52070	169		
MHP2407	54038987N	07/04/2015	50020	257		8\$
MHV0648	55920459E	26/03/2015	59670	203	*	V
MHV4872	54942936E	05/04/2015	59670	203	*	V
MHW7898	54942865E	31/03/2015	54440	181	*	VII
MIA9356	55915103E	21/03/2015	51851	167		
MIE2900	54940520E	27/02/2015	51851	167		
MIE2900	54940519E	27/02/2015	73662	252	*	VI
MII1669	54941447E	25/03/2015	54526	181	*	VIII
MIL1627	54942866E	31/03/2015	55411	181	*	XVII
MIL1833	54942916E	05/04/2015	68580	231	*	VII
MIL1833	54942917E	05/04/2015	51851	167		
MIO9760	55915759E	21/03/2015	51851	167		
MIQ5277	54037753N	30/03/2015	50020	257		8\$
MIS4684	54942623E	27/03/2015	73662	252	*	VI
MIU2837	54266569E	22/03/2015	60501	208		
MJI9065	54037748N	30/03/2015	50020	257		8\$
MJM5287	55920451E	18/03/2015	73662	252	*	VI
MJR2546	54941500E	25/02/2015	68580	231	*	VII
MJS5047	54940942E	24/03/2015	54522	181	*	VIII
MJY2770	54942727E	27/03/2015	55411	181	*	XVII
MKC1435	54942885E	31/03/2015	73662	252	*	VI
MKF8723	55915763E	25/03/2015	73662	252	*	VI
MKG0154	54037750N	30/03/2015	50020	257		8\$

MKG2508	54942939E	05/04/2015	70302	244	* I
MKI3377	54037760N	27/03/2015	50020	257	8S
MKP7212	54940892E	11/03/2015	54526	181	* VIII
MKR9631	54942644E	03/04/2015	55090	181	* XIII
MKV9506	54940884E	11/03/2015	51930	168	
MKZ2325	54942613E	25/03/2015	55500	181	* XVIII
MKZ4118	54942858E	28/03/2015	51851	167	
MLA1480	54943345E	25/03/2015	51930	168	
MLD7062	54037755N	30/03/2015	50020	257	8S
MLE1253	54038984N	07/04/2015	50020	257	8S
MLF1016	54037756N	30/03/2015	50020	257	8S
MLM7071	54943400E	07/04/2015	55500	181	* XVIII
MLR1080	54941444E	24/03/2015	55415	181	* XVII
MLS7177	55915096E	22/03/2015	60501	208	
MMB2064	54943337E	23/03/2015	51851	167	
MVK4108	54943471E	02/03/2015	55412	181	* XVII
OKF1202	54942717E	27/03/2015	73662	252	* VI
OTK7036	54943361E	22/03/2015	54600	181	* IX
QHB6152	55179650E	24/03/2015	57380	186	* II
QIX2002	54941439E	24/03/2015	73662	252	* VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

BRUNO KNIHS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2037/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2037/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQF7183	55912905E	30/03/2015	65992	230 * V
AQF7183	55912906E	30/03/2015	50100	162 * I
AQF7183	55912907E	30/03/2015	51180	164 c/c 162 * I



IEE2935	55918272E	28/03/2015	50100	162	*	I
IEE2935	55918273E	28/03/2015	65992	230	*	V
IEE2935	55918276E	28/03/2015	66372	230	*	IX
LYH7366	55915537E	10/03/2015	52741	175		
LYH7366	55915536E	10/03/2015	67261	230	*	XVIII
MBA9641	54942014E	06/04/2015	73400	252	*	IV
MBF4415	54942024E	08/04/2015	51341	164	c/c 162	* III
MBF7821	54942042E	08/04/2015	65992	230	*	V
MBO9488	55915359E	30/03/2015	73400	252	*	IV
MBO9488	55915358E	30/03/2015	65992	230	*	V
MBX3243	54942913E	02/04/2015	73400	252	*	IV
MCY8168	54940812E	05/03/2015	65992	230	*	V
MDN9610	55912772E	31/03/2015	67261	230	*	XVIII
MEA9248	54940535E	01/03/2015	50100	162	*	I
MEA9248	54940534E	01/03/2015	65992	230	*	V
MEH7362	55918618E	24/03/2015	65992	230	*	V
MEU7553	54942025E	08/04/2015	67261	230	*	XVIII
MFF4467	54942101E	08/04/2015	65800	230	*	IV
MFJ8668	55915304E	10/03/2015	50450	162	*	V
MHQ0058	54942031E	08/04/2015	50450	162	*	V
MII9379	55915224E	30/03/2015	73400	252	*	IV
MJQ3057	54941536E	08/03/2015	64080	221		
MLS4020	54941963E	28/02/2015	65992	230	*	V
OKE7817	54940532E	01/03/2015	73400	252	*	IV
OKE7817	54940533E	01/03/2015	69120	232		
OKH0689	54942925E	05/04/2015	73400	252	*	IV

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2038/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRANSITO E M

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2038/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACN7196	54940397E	24/02/2015	55412	181 * XVII
AKC6098	54940566E	03/03/2015	55090	181 * XIII
AOS0601	54940642E	07/04/2015	73662	252 * VI
CQP0924	54942886E	31/03/2015	58000	192
DKG9943	54940663E	05/03/2015	54440	181 * VII
DYE0602	54940755E	05/03/2015	51851	167
IEE2935	55918274E	28/03/2015	51851	167
IEE2935	55918275E	28/03/2015	52070	169
JOL3697	54940853E	06/03/2015	51851	167
LCT8898	54942966E	09/04/2015	55411	181 * XVII
LKG8944	54942049E	08/04/2015	73662	252 * VI
LWW5712	54941988E	06/03/2015	68580	231 * VII
LWW5712	54941283E	04/03/2015	65640	230 * II
LXQ8888	55920013E	31/03/2015	52070	169
LYX5000	54940643E	07/04/2015	57380	186 * II
LZS9784	54940757E	05/03/2015	68661	231 * VIII
MBB6257	54940708E	07/03/2015	52070	169
MBF4415	54942022E	08/04/2015	51851	167
MBV6432	55915221E	30/03/2015	51851	167
MCE7457	55914631E	10/03/2015	59670	203 * V
MCS4666	54941898E	01/03/2015	73150	252 * I
MCY8168	54940811E	05/03/2015	65640	230 * II
MDL4080	54942817E	09/04/2015	54526	181 * VIII
MDN9610	55912773E	31/03/2015	52070	169
MDU1237	55912771E	31/03/2015	58000	192
MGL1286	54038985N	07/04/2015	50020	257 8\$
MGM5707	54941284E	04/03/2015	51851	167
MGN6897	54941527E	02/03/2015	55500	181 * XVIII
MHE6182	54942895E	02/04/2015	70302	244 * I
MHU8968	55912608E	30/03/2015	52070	169
MJG5014	55914629E	10/03/2015	51851	167
MJU6586	54942661E	08/04/2015	73662	252 * VI
MKB9478	54942015E	06/04/2015	59670	203 * V
MKG2466	54942202E	08/04/2015	54526	181 * VIII
MLE1970	54943434E	31/03/2015	73662	252 * VI
MLF6241	54941967E	02/03/2015	73662	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

BRUNO KNIHS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**CAÇADOR****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2003/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2003/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAW9851	55702141D	09/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
AAW9851	55702142D	09/01/2015	66450	230 * X	127.69
ADR0661	55697276D	21/01/2015	65992	230 * V	191.53
JXZ0359	55697080D	16/01/2015	50100	162 * I	574.61
JXZ0359	55697082D	16/01/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
JXZ0359	55697083D	16/01/2015	65992	230 * V	191.53
MAF6950	55697275D	13/01/2015	65992	230 * V	191.53
MBC8928	55698059D	13/12/2014	50100	162 * I	574.61
MBC8928	55698058D	13/12/2014	65992	230 * V	191.53
MEB3981	55702070D	09/01/2015	65992	230 * V	191.53
MEV6665	55697045D	06/02/2015	50100	162 * I	574.61
MGQ5018	55135760E	23/01/2015	65992	230 * V	191.53
MJU4969	55697373D	22/01/2015	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2004/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2004/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DMD2477	55135379E	12/12/2014	73662	252 * VI	85.12
EAL2850	55698134D	22/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
IGR6941	55697278D	22/01/2015	51851	167	127.69
LYT9153	55702127D	11/12/2014	54600	181 * IX	85.12
LYW8897	55701805D	20/01/2015	51851	167	127.69
MBY3784	55701953D	22/01/2015	51851	167	127.69
MDD6660	55136213E	09/12/2014	51851	167	127.69
MEH2645	55135762E	24/01/2015	54600	181 * IX	85.12
MFP5216	55702300D	09/12/2014	51851	167	127.69
MGP9467	54026918N	13/02/2015	50020	257 8S	85.12
MJA4376	55701351D	10/12/2014	55090	181 * XIII	85.12
MJQ5810	55695997D	16/01/2015	54010	181 * III	127.69
MJQ5810	55695998D	16/01/2015	53630	179 * II	53.20
MKQ0776	55701973D	28/01/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2007/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2007/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKH0802	55698207D	04/01/2015	69120	232	53.20
MKH0802	55698209D	04/01/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2008/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2008/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHY1818	55701955D	22/01/2015	51851	167	127.69
MIY4951	55694571D	05/02/2015	51851	167	127.69
MJG7717	55701964D	28/01/2015	51851	167	127.69
MLS5647	55701958D	28/01/2015	51851	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

ALEX ATOLINI SILVA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100



EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2001/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACD7575	55136161E	06/03/2015	66102	230 * VII
ACV4945	55136681E	28/03/2015	50100	162 * I
ACV7181	55136451E	06/04/2015	65992	230 * V
ACV7181	55136452E	06/04/2015	65564	230 * I
ASA0838	55136110E	06/03/2015	50100	162 * I
CEC7689	55701361D	31/03/2015	69120	232
CEC7689	55701360D	31/03/2015	66372	230 * IX
CEC7689	55701581D	31/03/2015	66102	230 * VII
CEC7689	55701580D	31/03/2015	50450	162 * V
CZK9876	55131755E	14/03/2015	65992	230 * V
EVG6509	55696157D	21/03/2015	65992	230 * V
ILD3278	55136668E	27/03/2015	65992	230 * V
JYR8170	55136017E	06/03/2015	65992	230 * V
KEH1889	55695155D	10/03/2015	50100	162 * I
KEH1889	55695158D	10/03/2015	51180	164 c/c 162 * I
LXD8798	55697296D	27/03/2015	67261	230 * XVIII
LXV2785	55136702E	06/03/2015	50100	162 * I
LXV7774	55703778D	26/03/2015	66102	230 * VII
LYW0389	55136615E	26/03/2015	65992	230 * V
LZL1409	55701623D	07/03/2015	65992	230 * V
LZL1409	55701567D	07/03/2015	66372	230 * IX
MAW4117	55135789E	26/03/2015	50100	162 * I
MBE9877	55703783D	04/04/2015	51691	165
MBE9877	55703782D	04/04/2015	66371	230 * IX
MBE9877	55703781D	04/04/2015	52741	175
MBN1808	55694764D	13/03/2015	50100	162 * I
MBN1808	55694765D	13/03/2015	51180	164 c/c 162 * I
MCY1910	55701632D	21/03/2015	65992	230 * V
MCY1910	55701633D	21/03/2015	50100	162 * I
MDF9950	55695103D	26/03/2015	65992	230 * V
MDV5212	55701423D	07/03/2015	50100	162 * I
MIS1244	55695064D	25/03/2015	65992	230 * V
QHL2581	55698228D	24/03/2015	51180	164 c/c 162 * I
QHL2581	55698226D	24/03/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2002/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AEX9755	55694880D	07/04/2015	51851	167	
AGC8044	55694870D	24/03/2015	51851	167	
AHN0153	55702000D	06/03/2015	51851	167	
ALY6104	54039128N	07/04/2015	50020	257	8\$
ARK8249	55698225D	23/03/2015	51851	167	
HXK3899	55694806D	06/03/2015	61220	214	* I
HXO3221	55136631E	04/04/2015	55680	181	* XIX
ILS4352	55136699E	06/04/2015	55411	181	* XVII
LXD8798	55697297D	27/03/2015	54440	181	* VII
LXQ5864	55697087D	01/04/2015	61220	214	* I
LXV7774	55703780D	26/03/2015	53800	181	* I
LXV7774	55703779D	26/03/2015	53980	181	* II
MBQ8411	55695201D	12/03/2015	54600	181	* IX
MCA0146	55135936E	10/03/2015	61220	214	* I
MCO8119	55694781D	27/03/2015	51851	167	
MDT0811	55695154D	10/03/2015	73662	252	* VI
MEO9616	55136142E	30/03/2015	61220	214	* I
MER5428	55695004D	02/04/2015	73662	252	* VI
MEY5206	54037733N	30/03/2015	50020	257	8\$
MFH4037	55697744D	20/02/2015	51851	167	
MFX7077	54037731N	30/03/2015	50020	257	8\$
MGE7216	55136032E	30/03/2015	60412	207	
MGQ0942	55136502E	02/04/2015	60412	207	
MIE8341	54039129N	07/04/2015	50020	257	8\$
MIJ2532	54037732N	30/03/2015	50020	257	8\$
MIN0232	55136007E	04/03/2015	55840	182	* II
MIQ6674	54037734N	30/03/2015	50020	257	8\$
MIQ6674	54037735N	30/03/2015	50020	257	8\$
MIS0520	55694961D	20/03/2015	60501	208	
MJM7575	55695003D	02/04/2015	73662	252	* VI
MJO0637	54037730N	30/03/2015	50020	257	8\$
MLG7755	55703196D	03/03/2015	55250	181	* XV
MLJ2876	55134988E	07/03/2015	55250	181	* XV
MLU6785	54037737N	30/03/2015	50020	257	8\$
QHG3241	55136107E	06/03/2015	60501	208	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2005/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2005/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ASM0771	55131766E	06/04/2015	65992	230 * V
MIA3956	55131765E	31/03/2015	52741	175
MJY2565	55131754E	14/03/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2006/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2006/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AGM0528	55135947E	12/03/2015	54600	181 * IX
EFC1271	55131753E	11/03/2015	54526	181 * VIII
LZB6734	55136637E	07/04/2015	55415	181 * XVII
MAF0330	55136632E	07/04/2015	60681	209
MCR0537	55701572D	15/03/2015	55250	181 * XV
MKD4407	55695007D	07/04/2015	73662	252 * VI
MKQ3965	54035144N	13/03/2015	50020	257 8S

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

ALLEX ATOLINI SILVA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**CANOINHAS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1642/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1642/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ABR2646	55547758E	03/02/2015	65992	230 * V	191.53
AEE7684	55547739E	22/01/2015	67691	230 * XXII	85.12
AHT0685	55547709E	17/12/2014	66102	230 * VII	127.69
BGU7914	54801535E	22/01/2015	65992	230 * V	191.53
BGU7914	54801536E	22/01/2015	66371	230 * IX	127.69
LCS3457	54507695C	24/01/2015	66102	230 * VII	127.69
LXX9381	55792393D	17/12/2014	67261	230 * XVIII	127.69
LXX9381	55792391D	17/12/2014	67261	230 * XVIII	127.69
MJE7535	55547708E	16/12/2014	65992	230 * V	191.53
MLQ3987	55792640D	27/01/2015	50100	162 * I	574.61
MLQ3987	55547320E	17/01/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
MLQ3987	55547322E	27/01/2015	69120	232	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1640/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1640/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AJU1404	55546186E	24/03/2015	66102	230 * VII
AJU1404	55546185E	24/03/2015	69120	232
AVB8997	55546190E	28/03/2015	69120	232
IHK1207	55547644E	14/03/2015	65992	230 * V
JNP1366	55547929E	25/02/2015	66102	230 * VII



KJV9994	55545609E	21/03/2015	65992	230	* V
KJV9994	55545607E	21/03/2015	50100	162	* I
LXK6884	54801718E	08/03/2015	65992	230	* V
LXK6884	54801716E	08/03/2015	69120	232	
LXY5499	55547649E	14/03/2015	69120	232	
MBM1649	55546072E	27/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MBM1649	55546189E	27/03/2015	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1641/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 1641/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIT2836	55545748E	26/03/2015	55412	181 * XVII
DAI9615	55546184E	23/03/2015	55090	181 * XIII
DIJ0198	55545612E	23/03/2015	55412	181 * XVII
KJV9994	55545608E	21/03/2015	58350	195
MAR0951	55547749E	28/03/2015	55500	181 * XVIII
MCV8899	55546061E	14/03/2015	55250	181 * XV
MIY7211	55546172E	06/03/2015	55412	181 * XVII
MKG2190	54801720E	20/03/2015	55412	181 * XVII
MKR6745	54033648N	09/03/2015	50020	257 8S
MLI8190	54030495N	03/03/2015	50020	257 8S
MMK2280	55546174E	07/03/2015	55090	181 * XIII
MMK8810	54037774N	30/03/2015	50020	257 8S

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

LORIVAL SCHIPITOSKI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**DIONISIO CERQUEIRA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 792/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 792/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEM0857	55856725D	05/01/2015	50100	162 * I	574.61
AEM0857	55856726D	05/01/2015	65992	230 * V	191.53
AHJ9090	55856783D	02/01/2015	50100	162 * I	574.61
AHJ9090	55856784D	02/01/2015	69120	232	53.20
ANC9949	55856858D	03/01/2015	69120	232	53.20
ATW2008	55856935D	07/01/2015	51851	167	127.69
CCH8959	55856900D	13/12/2014	66102	230 * VII	127.69
CCH8959	55856901D	13/12/2014	66371	230 * IX	127.69
IOI1733	55856645D	10/01/2015	51851	167	127.69
LBG3170	55856015D	07/01/2015	65992	230 * V	191.53
LYI8141	55856927D	23/12/2014	51852	167	127.69
LZM1168	55856186D	11/12/2014	51851	167	127.69
LZS4142	55856381D	14/01/2015	65992	230 * V	191.53
LZS4142	55856382D	14/01/2015	50610	163 c/c 162 * I	574.61
LZS4142	55868243D	14/01/2015	50100	162 * I	574.61
MDY9375	55856074D	24/12/2014	66102	230 * VII	127.69
MDY9375	55848135D	24/12/2014	52741	175	1915.38
MDY9375	55856720D	24/12/2014	60681	209	127.69
MDY9375	55848151D	24/12/2014	57200	186 * I	127.69
MDY9375	55848150D	24/12/2014	69120	232	53.20
MEA3010	55848168D	03/01/2015	65992	230 * V	191.53
MEA3010	55848169D	03/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
MEK6557	55868241D	07/01/2015	51851	167	127.69
MIL0923	55856888D	05/01/2015	50100	162 * I	574.61
MJM3882	55856070D	18/12/2014	51851	167	127.69
MMI9955	55856880D	11/12/2014	73662	252 * VI	85.12
OAQ4690	55848170D	07/01/2015	55250	181 * XV	85.12

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 794/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 794/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGU3259	55856768D	08/02/2015	69120	232	53.20
AGU3259	55856769D	08/02/2015	66371	230 * IX	127.69
AGU3259	55856770D	08/02/2015	58191	193	574.61

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 791/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 791/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KUW3924	55833438D	13/03/2015	51851	167
MCX1477	55856833D	14/03/2015	54600	181 * IX
MDW3846	55868321D	10/03/2015	66102	230 * VII
MDW3846	55868322D	10/03/2015	50100	162 * I
MDW3846	55868323D	10/03/2015	64080	221
MDW3846	55868325D	10/03/2015	51180	164 c/c 162 * I
MGF7461	55868382D	17/03/2015	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 793/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 793/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AAT2355	55856305D	07/04/2015	50450	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### HERVAL D'OESTE

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1065/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1065/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYE8558	54777858E	16/12/2014	50100	162 * I	574.61
LYE8558	54777859E	16/12/2014	65480	229	85.12
LYE8558	54777975E	16/12/2014	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MAG3786	54776519E	08/12/2014	65992	230 * V	191.53
MAG3786	54776520E	08/12/2014	53200	176 * V	957.69
MKA6343	55555836C	04/01/2015	53040	176 * III	957.69
NYR2427	55644735E	12/12/2014	73400	252 * IV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



HERVAL D OESTE/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1066/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1066/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGB3220	54776736E	09/12/2014	51852	167	127.69
AOK1407	55644906E	10/12/2014	61220	214 * I	191.53
LYU1519	54776518E	26/08/2014	55680	181 * XIX	127.69
MAB6236	55644926E	11/12/2014	51851	167	127.69
MCX3088	54777710E	14/12/2014	52152	170	191.53
MDC8424	55555692C	17/12/2014	54870	181 * XI	127.69
MDH2736	55644731E	12/12/2014	51851	167	127.69
MFT3979	54776705E	30/12/2013	58350	195	127.69
MFT3979	54776706E	30/12/2013	52151	170	191.53
MFT9385	54777066E	09/07/2014	61220	214 * I	191.53
MGO9218	55644932E	04/02/2015	51851	167	127.69
MKA7063	54642316C	08/07/2013	58780	199	85.12
MKX3793	55644671E	12/01/2015	56650	182 * X	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

GILBERTO JOSE DURIGON  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1069/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1069/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZO6220	54642528C	07/08/2010	51691	165	957.69
MGK1776	54777046E	16/02/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1063/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1063/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYA7054	55644744E	01/04/2015	66102	230 * VII
LYA7054	55644742E	01/04/2015	51180	164 c/c 162 * I

LYA7054	55644741E	01/04/2015	65992	230	* V
LYA7054	55644740E	01/04/2015	50100	162	* I
MBY3920	54776747E	03/04/2015	51180	164	c/c 162 * I
MBY3920	54776746E	03/04/2015	50100	162	* I
MBY3920	54776745E	03/04/2015	65992	230	* V
MCZ3228	55645034E	10/03/2015	64080	221	
MCZ3228	55645035E	10/03/2015	69120	232	
MFP1891	55644722E	26/03/2015	69120	232	
MFP1891	55644721E	26/03/2015	50610	163	c/c 162 * I
MFP1891	55644720E	26/03/2015	50100	162	* I
MFP1891	55644719E	26/03/2015	65992	230	* V
MHI3610	55644695E	22/03/2015	50100	162	* I
MHI3610	55644696E	22/03/2015	50610	163	c/c 162 * I
MJN6714	54777791E	04/04/2015	50100	162	* I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1064/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1064/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KHS6566	55644850E	11/03/2015	56650	182 * X
LYA7054	55644743E	01/04/2015	58350	195
LZV4812	54776770E	05/03/2015	55680	181 * XIX
MAB3983	55644697E	02/04/2015	54600	181 * IX
MCZ3228	55645036E	10/03/2015	70561	244 * III
MIV3122	55645130E	28/03/2015	51851	167
MJN6714	54777790E	04/04/2015	58350	195
MJN6714	54777792E	04/04/2015	52070	169
MJX7299	55482364D	31/03/2015	55416	181 * XVII

MLC9671 55555800C 11/03/2015 54950 181 \* XII  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

GILBERTO JOSE DURIGON  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1067/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1067/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----  
IEQ7147 55644692E 13/03/2015 65992 230 \* V  
IEQ7147 55644694E 13/03/2015 53200 176 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

ADEMIR TADEU DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1068/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1068/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMI1616	54776748E	07/04/2015	51851	167
MEW2423	55482271D	09/04/2015	58780	199
MFZ0026	55482269D	09/04/2015	54600	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

GILBERTO JOSE DURIGON  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**JOAÇABA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1791/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO

DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1791/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAAY1721	55503407E	10/01/2015	51691	165	1915.38
LWY9636	55503270E	12/01/2015	65992	230 * V	191.53
LWY9636	55503272E	12/01/2015	50100	162 * I	574.61
LXR8135	55503830E	21/01/2015	66102	230 * VII	127.69
MBN3521	55500887E	24/01/2015	51691	165	1915.38
MBS9616	55503659E	02/01/2015	50100	162 * I	574.61
MBS9616	55503661E	02/01/2015	65992	230 * V	191.53
MCF4060	55503406E	09/01/2015	53040	176 * III	957.69
MCF4060	55503405E	09/01/2015	65992	230 * V	191.53
MCL4669	55503294E	30/12/2014	65992	230 * V	191.53
MCL4669	55503295E	30/12/2014	66372	230 * IX	127.69
MCW2094	55503596E	08/01/2015	50100	162 * I	574.61
MEP8628	55500884E	03/01/2015	65992	230 * V	191.53
MFO9901	55503068E	17/01/2015	51691	165	1915.38

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DEL REGIONAL 11 DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1792/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1792/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADT0477	55502831E	10/01/2015	54600	181 * IX	85.12
AMH1157	55503585E	23/12/2014	54600	181 * IX	85.12
MBB4163	55499094E	10/12/2014	55412	181 * XVII	53.20
MDB4888	54016300E	08/01/2015	60501	208	191.53
MDC5085	55501112E	23/01/2015	52070	169	53.20
MFT9658	55503859E	22/01/2015	55412	181 * XVII	53.20
MGX3140	55503112E	17/12/2014	55415	181 * XVII	53.20
MHQ0450	55503215E	14/01/2015	51851	167	127.69
MKE4794	55503346E	18/12/2014	73662	252 * VI	85.12
MLB0907	55503268E	12/01/2015	55411	181 * XVII	53.20

MLB2410	55503831E	21/01/2015	54600	181	*	IX	85.12
MLM1608	55503300E	10/01/2015	55414	181	*	XVII	53.20
MLP6256	55502887E	31/10/2014	55412	181	*	XVII	53.20
MMI6434	55502392E	27/12/2014	55500	181	*	XVIII	85.12

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1795/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1795/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDV1329	55502394E	18/02/2015	50450	162 * V	191.53
MDV1329	55502393E	18/02/2015	65992	230 * V	191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DEL REGIONAL 11 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1796/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1796/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIK7831	54030302F	14/02/2015	54600	181 * IX	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1789/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1789/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ACI8623	55503983E	13/03/2015	64080	221
ACI8623	55503533E	13/03/2015	50450	162 * V
ACI8623	55503532E	13/03/2015	51420	164 c/c 162 * V

AIH1847	55503850E	31/03/2015	65992	230	* V
AMK7572	54030463F	28/03/2015	51691	165	
CVA3862	55503847E	27/03/2015	51691	165	
DBY8939	54030426F	09/03/2015	66102	230	* VII
IMX4600	55503817E	15/03/2015	51691	165	
IMX4600	55503818E	15/03/2015	75790	277	
MAY0394	54030444F	03/04/2015	69120	232	
MBH8781	55500888E	23/03/2015	50100	162	* I
MDY2119	54030462F	28/03/2015	65480	229	
MET3469	55503977E	06/03/2015	65992	230	* V
MFB7140	54030383F	16/03/2015	51691	165	
MFB7140	54030384F	16/03/2015	66372	230	* IX
MFB7140	54030385F	16/03/2015	66531	230	* XI
MGF4392	55503703E	13/03/2015	65992	230	* V
MGF4392	55503704E	13/03/2015	50100	162	* I
MGL3831	55503479E	30/03/2015	65992	230	* V
MGL3831	55503480E	30/03/2015	51180	164	c/c 162 * I
MGL3831	55503481E	30/03/2015	50100	162	* I
MGL3831	55503482E	30/03/2015	66102	230	* VII
MGP8229	54030389F	26/03/2015	65992	230	* V
MKE6740	54030438F	02/04/2015	69120	232	
MLD3212	55503116E	08/03/2015	65992	230	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DEL REGIONAL 11 DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1790/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1790/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ABG0305	55503848E	29/03/2015	51851	167
---------	-----------	------------	-------	-----

ABG0305	55503849E	29/03/2015	61220	214	*	I
AFV0463	55503415E	01/04/2015	73662	252	*	VI
AHF9302	54030548F	26/03/2015	55415	181	*	XVII
AMK7572	54030464F	28/03/2015	57200	186	*	I
ARQ3784	54030522F	23/03/2015	55414	181	*	XVII
BET2002	55503120E	23/03/2015	55412	181	*	XVII
IAZ1555	55503971E	03/03/2015	60412	207		
MBG2481	54030544F	26/03/2015	55416	181	*	XVII
MEK2754	54030543F	26/03/2015	55415	181	*	XVII
MEK6519	54030537F	25/03/2015	54521	181	*	VIII
MEU4205	55502780E	25/03/2015	59670	203	*	V
MFT0881	55503679E	30/03/2015	55414	181	*	XVII
MFT9658	54030528F	25/03/2015	55412	181	*	XVII
MGL3831	55503483E	30/03/2015	70301	244	*	I
MHJ2074	54037782N	30/03/2015	50020	257		8\$
MHS4798	55503740E	24/03/2015	54522	181	*	VIII
MHT6140	55503192E	01/04/2015	55412	181	*	XVII
MIK4051	55503706E	25/03/2015	59401	203	*	III
MIX6593	54016092E	11/03/2015	55415	181	*	XVII
MKS5421	54030526F	25/03/2015	55414	181	*	XVII
MLB0907	54030518F	23/03/2015	55412	181	*	XVII
MLI0553	55503424E	02/04/2015	73662	252	*	VI
MLN2703	55503613E	13/03/2015	55412	181	*	XVII
MMC3459	54030529F	25/03/2015	55412	181	*	XVII
MMI8123	54039166N	07/04/2015	50020	257		8\$
OKH4814	54030434F	02/04/2015	59670	203	*	V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1793/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1793/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIZ8062	55503689E	05/04/2015	65480	229
CLA3266	55503045E	03/04/2015	51691	165
CLA3266	55503043E	03/04/2015	50100	162 * I
IBC4278	54030567F	07/04/2015	50100	162 * I
MEY8045	55503749E	06/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MEY8045	55503748E	06/04/2015	50100	162 * I
MGO1493	54030564F	07/04/2015	65992	230 * V
MGS8210	54030411F	06/04/2015	50450	162 * V
MGS8210	54030412F	06/04/2015	65992	230 * V
MHZ6870	55503745E	06/04/2015	50450	162 * V
MHZ6870	55503744E	06/04/2015	51261	164 c/c 162 * II
MHZ6870	55503743E	06/04/2015	65992	230 * V
MII1321	54030448F	06/04/2015	50371	162 * III
MII1321	54030449F	06/04/2015	65992	230 * V
MII1321	55503747E	06/04/2015	51341	164 c/c 162 * III
MIR4336	55503484E	04/04/2015	65992	230 * V
MIR4336	55503485E	04/04/2015	50100	162 * I
MIR4336	55503486E	04/04/2015	51180	164 c/c 162 * I
MIR4336	55503487E	04/04/2015	69120	232
MLW0895	54030714F	05/04/2015	50100	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DEL REGIONAL 11 DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1794/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 1794/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AKB5539	54030705F	04/04/2015	55412	181 * XVII
CLA3266	55503044E	03/04/2015	51851	167
MDU1311	54030467F	08/04/2015	55414	181 * XVII
MGO1493	54030563F	07/04/2015	59670	203 * V
MGO3357	54030466F	08/04/2015	55412	181 * XVII
MHC6475	54030710F	04/04/2015	55415	181 * XVII
MIH7741	54030435F	02/04/2015	59670	203 * V
MIM8759	54030504F	16/03/2015	55415	181 * XVII
MIV4024	54030343F	03/04/2015	70301	244 * I
MIV4024	54030342F	03/04/2015	58350	195
MKB9913	54030333F	11/03/2015	59670	203 * V
MKC3471	54030707F	04/04/2015	55415	181 * XVII
MKL5432	54030709F	04/04/2015	55415	181 * XVII
MKO7703	54030701F	04/04/2015	55416	181 * XVII
MKP1468	54030752F	10/04/2015	55412	181 * XVII
MMH0492	55503614E	13/03/2015	55412	181 * XVII
MMH0492	54034778N	12/03/2015	50020	257 8S

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

HAMILTON WOLF JUNIOR  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### Rio do Sul

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2077/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2077/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFJ4680	54697482E	05/12/2014	50100	162 * I	574.61
BRD6887	54697378E	18/12/2014	65992	230 * V	191.53
BYG5856	54695868E	13/12/2014	51691	165	1915.38

CBC4449	54697383E	20/12/2014	65992	230	*	V	191.53
CJL3449	54696021E	10/12/2014	65992	230	*	V	191.53
CRI8963	54697481E	05/12/2014	66700	230	*	XIII	127.69
DDL7209	54697386E	30/12/2014	65992	230	*	V	191.53
DKL3383	55292371D	28/11/2014	50100	162	*	I	574.61
LST0495	54695881E	17/12/2014	66020	230	*	VI	191.53
LST0495	54695883E	17/12/2014	52741	175			1915.38
LWS4741	54697464E	27/11/2014	50100	162	*	I	574.61
LWY5509	55892969B	15/09/2010	69200	233			127.69
LXY6555	55460500C	11/09/2010	65992	230	*	V	191.53
LXY6555	55670041C	11/09/2010	69120	232			53.20
LYQ0932	54695723E	19/01/2015	50100	162	*	I	574.61
LYQ0932	54695725E	19/01/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
LYT8929	55892766B	20/08/2010	69200	233			127.69
LYX0727	54695668E	24/01/2015	73400	252	*	IV	85.12
LYZ1630	54695787E	10/01/2015	67691	230	*	XXII	85.12
LZW9061	55892800B	09/09/2010	69200	233			127.69
MAB2228	54697184E	13/11/2014	65992	230	*	V	191.53
MAK0640	54696036E	08/01/2015	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MAK0640	54696035E	08/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MAM5080	54697345E	18/12/2014	52820	176	*	I	957.69
MAM5080	54697346E	18/12/2014	65992	230	*	V	191.53
MBE9354	54693743E	11/01/2015	67000	230	*	XVI	127.69
MBR8487	54697077E	10/01/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MBR8487	54697078E	10/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MBY2428	54695646E	18/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MBY2428	54695647E	18/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MBY2428	54695648E	18/01/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MCC2850	54697384E	20/12/2014	65992	230	*	V	191.53
MCJ4857	54696548E	15/12/2014	66102	230	*	VII	127.69
MCP1439	55330942D	04/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MCP1439	55330943D	04/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MCR8907	54695876E	16/12/2014	65992	230	*	V	191.53
MCT5803	55892785B	08/09/2010	69200	233			127.69
MCW3055	54697371E	28/11/2014	50100	162	*	I	574.61
MCZ8226	55292572D	02/12/2014	65992	230	*	V	191.53
MDA8097	54694894E	08/02/2015	65992	230	*	V	191.53
MDA8097	54694895E	08/02/2015	50100	162	*	I	574.61
MDA8097	54694896E	08/02/2015	51180	164	c/c	162 * I	574.61
MDF1032	54695754E	14/12/2014	73400	252	*	IV	85.12
MDN3252	54697385E	30/12/2014	66102	230	*	VII	127.69
MDP7894	54695866E	13/12/2014	66532	230	*	XI	127.69
MDS4349	54694881E	01/02/2015	66102	230	*	VII	127.69
MDS4349	54694880E	01/02/2015	50100	162	*	I	574.61
MFG0657	54697449E	14/12/2014	65992	230	*	V	191.53
MGH1831	54694932E	04/02/2015	66020	230	*	VI	191.53
MGJ8831	54695635E	04/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MGY7956	54695898E	27/01/2015	66020	230	*	VI	191.53
MHJ2091	55292828D	28/12/2014	66020	230	*	VI	191.53
MHR1322	54697473E	29/11/2014	66102	230	*	VII	127.69
MHR1322	54697474E	29/11/2014	50292	162	*	II	957.69
MIO0112	54695622E	01/01/2015	51691	165			1915.38
MIO9949	54695797E	16/01/2015	64080	221			85.12
MIV7556	54693152E	27/01/2015	65561	230	*	I	191.53
MKS8555	54697489E	10/12/2014	65992	230	*	V	191.53
MKS8555	54697491E	10/12/2014	69120	232			53.20
NXA9513	54697262E	29/12/2014	51691	165			1915.38

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2078/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2078/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALB3500	54012519N	29/12/2014	50020	257 8S	85.12
ALK9537	54696247E	24/12/2014	60501	208	191.53
AVP6821	55293823D	27/12/2014	70561	244 * III	191.53
CAL7529	55292854D	29/12/2014	55414	181 * XVII	53.20
DBK1669	55292825D	23/12/2014	60501	208	191.53
DHV0466	54697186E	14/11/2014	55680	181 * XIX	127.69
HTN1370	55292377D	05/12/2014	54521	181 * VIII	127.69
LLQ1051	55292601D	01/12/2014	55680	181 * XIX	127.69
LWX3372	54697462E	26/11/2014	59670	203 * V	957.69
LXC6335	55292578D	09/12/2014	55411	181 * XVII	53.20
LXO4854	55292036D	05/01/2015	55416	181 * XVII	53.20
LXX1805	55293584D	12/01/2015	55680	181 * XIX	127.69
LZO3708	55292761D	24/12/2014	55414	181 * XVII	53.20
MAK9872	54696542E	03/12/2014	55414	181 * XVII	53.20
MCB5895	55292023D	14/11/2014	55414	181 * XVII	53.20
MCJ4857	54696549E	15/12/2014	73662	252 * VI	85.12
MCL6318	55292756D	12/12/2014	55500	181 * XVIII	85.12
MCR8907	54695874E	16/12/2014	58350	195	127.69
MCR8907	54695875E	16/12/2014	59670	203 * V	957.69
MCY9410	55292757D	24/12/2014	55414	181 * XVII	53.20
MDF1032	54695753E	14/12/2014	52070	169	53.20
MEP0220	54697252E	09/11/2014	51930	168	191.53
MFU5756	55292652D	08/12/2014	57380	186 * II	191.53
MGA4338	55292566D	28/11/2014	55414	181 * XVII	53.20
MGN4692	54695794E	16/01/2015	52070	169	53.20
MHX3351	55293902D	21/12/2014	55411	181 * XVII	53.20
MIB7390	54694544E	27/11/2014	51851	167	127.69
MIO9949	54695796E	16/01/2015	52070	169	53.20
MIR3326	55292676D	23/12/2014	73662	252 * VI	85.12
MIR5875	55292513D	09/11/2014	55415	181 * XVII	53.20
MJO1949	55292679D	29/12/2014	70302	244 * I	191.53
MJV4051	55292607D	02/12/2014	55500	181 * XVIII	85.12

MKB8057	54695795E	16/01/2015	51851	167		127.69
MKQ6152	55292446D	02/12/2014	59670	203	* V	957.69
MKS1600	55292532D	03/12/2014	55416	181	* XVII	53.20
MKX5775	54697499E	18/11/2014	60502	208		191.53
MLJ5513	55293581D	08/01/2015	55411	181	* XVII	53.20
MLV8909	54696018E	06/12/2014	60501	208		191.53

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA  
DIRETOR DO DETURS

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2081/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2081/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYX7579	54695884E	16/01/2015	66532	230 * XI	127.69

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2082/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2082/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBN0915	54697326E	12/11/2014	59670	203 * V	957.69
MIM9716	54695684E	03/02/2015	70302	244 * I	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA  
DIRETOR DO DETURS

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2075/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2075/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IMN7708	54695744E	30/03/2015	52741	175
LXN7695	54694708E	07/03/2015	75790	277

MAH0045	54695930E	26/02/2015	65561	230	*	I
MAH0045	54695929E	26/02/2015	65992	230	*	V
MAH0045	54695928E	26/02/2015	50100	162	*	I
MAI3271	54695849E	07/03/2015	50450	162	*	V
MAI3271	54695847E	07/03/2015	66372	230	*	IX
MAI3271	54695846E	07/03/2015	65992	230	*	V
MAI3271	54695845E	07/03/2015	67261	230	*	XVIII
MBE9354	54693154E	24/03/2015	69120	232		
MBE9354	54693153E	24/03/2015	66700	230	*	XIII
MBJ6751	54696661E	12/02/2015	50100	162	*	I
MBK8926	54694777E	01/04/2015	75790	277		
MEF6511	54697079E	29/03/2015	51691	165		
MHL9102	54696648E	28/03/2015	50450	162	*	V
MHL9102	54696647E	28/03/2015	64080	221		
MHL9102	54696646E	28/03/2015	73400	252	*	IV
MHW8472	54695594E	01/03/2015	64080	221		
MKP6460	54694995E	30/03/2015	50450	162	*	V
QHD3715	54693158E	24/03/2015	66532	230	*	XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2076/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2076/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AUR0011	54694672E	08/03/2015	60412	207
HTN1370	55292487D	19/03/2015	55415	181 * XVII
IGZ0710	55293117D	20/03/2015	55411	181 * XVII
MAI3271	54695848E	07/03/2015	52070	169
MBM8145	54695735E	05/03/2015	55414	181 * XVII

MBT7035	55293203D	08/03/2015	55411	181	*	XVII
MCD5464	55293993D	18/03/2015	55411	181	*	XVII
MDP9381	55293590D	11/03/2015	55414	181	*	XVII
MDT8611	55293120D	21/03/2015	55411	181	*	XVII
MEE0141	55292486D	19/03/2015	54600	181	*	IX
MEM3992	54693640E	28/02/2015	52070	169		
MEP9918	55293056D	09/03/2015	55411	181	*	XVII
MFG4622	55279599D	19/03/2015	54526	181	*	VIII
MGF6958	54695699E	24/02/2015	55250	181	*	XV
MGG2946	55293401D	26/03/2015	55415	181	*	XVII
MHC7812	54696300E	08/03/2015	52070	169		
MHP7969	55293207D	19/03/2015	60841	211		
MHP7969	55293208D	19/03/2015	70302	244	*	I
MHQ7620	54695700E	04/03/2015	58191	193		
MJK3627	55292483D	18/03/2015	73662	252	*	VI
MKF9501	55293995D	18/03/2015	54526	181	*	VIII
MKT6470	55291892D	21/03/2015	55411	181	*	XVII
MLV9162	55293204D	09/03/2015	53800	181	*	I
MWF6666	55293062D	18/03/2015	73662	252	*	VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA  
DIRETOR DO DETURS

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2079/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2079/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBI5017	54694243E	07/03/2015	50450	162 * V
MBI5017	54694242E	07/03/2015	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2080/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2080/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDL2895	54696299E	04/03/2015	70301	244 * I
MJK2092	54694991E	27/03/2015	54600	181 * IX
MKH0444	54034870N	12/03/2015	50020	257 8S

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

ORIVALDO CUSTODIO FERREIRA  
DIRETOR DO DETURS

**São José****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2009/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2009/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJP2539	55917131D	20/12/2014	65992	230 * V	191.53
AKC2487	55825602E	08/12/2014	69120	232	53.20
ALN8468	55825919E	09/01/2015	65992	230 * V	191.53
AQR0715	55826101E	28/12/2014	65561	230 * I	191.53
ATM2408	55826345E	20/01/2015	67000	230 * XVI	127.69
ATM2408	55826346E	20/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
AUO6906	55827465E	03/02/2015	64160	221 Unico	85.12
BOF5768	55823434E	20/12/2014	65992	230 * V	191.53
BOF5768	55823435E	20/12/2014	50450	162 * V	191.53
BOF5768	55823436E	20/12/2014	66371	230 * IX	127.69
BPG8778	55539949E	06/11/2014	69120	232	53.20
BPG8778	55539950E	06/11/2014	66371	230 * IX	127.69
CJT2370	55826628E	15/01/2015	69120	232	53.20
CJT2370	55826629E	15/01/2015	66290	230 * VIII	127.69
CMK6638	55826368E	07/01/2015	64160	221 Unico	85.12
CNG6979	55825083E	12/12/2014	65992	230 * V	191.53
DAK9429	55822866E	13/01/2015	65992	230 * V	191.53
GTE6856	55919940D	05/12/2014	65992	230 * V	191.53
GTE6856	55919941D	05/12/2014	50100	162 * I	574.61
HHI4726	55826287E	12/01/2015	67000	230 * XVI	127.69
HVJ7467	55826208E	08/01/2015	66372	230 * IX	127.69
HVJ7467	55826209E	08/01/2015	66371	230 * IX	127.69
HVJ7467	55826210E	08/01/2015	50100	162 * I	574.61
HVJ7467	55826211E	08/01/2015	73400	252 * IV	85.12
ICW0713	55826334E	20/01/2015	50100	162 * I	574.61
ICW0713	55826335E	20/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
IGP2379	55826313E	13/01/2015	65992	230 * V	191.53
JIC9875	55826624E	15/01/2015	64160	221 Unico	85.12
JIC9875	55826626E	15/01/2015	66020	230 * VI	191.53
JOR8598	55825699E	10/12/2014	65992	230 * V	191.53
KCT7922	55826369E	07/01/2015	66020	230 * VI	191.53
KJO3669	55821413E	17/11/2014	50100	162 * I	574.61
KLD4511	55826475E	21/01/2015	50100	162 * I	574.61
LWT2110	55826281E	08/01/2015	50100	162 * I	574.61
LWT6599	55826424E	02/01/2015	65992	230 * V	191.53
LXG0697	55825931E	19/01/2015	50100	162 * I	574.61
LXG0697	55825932E	19/01/2015	69120	232	53.20
LXT9461	54445948E	15/01/2015	50100	162 * I	574.61
LXT9461	54445949E	15/01/2015	65992	230 * V	191.53
LXU0943	55826162E	05/01/2015	50100	162 * I	574.61
LYO5546	55826469E	21/01/2015	50100	162 * I	574.61



LYO5546	55826470E	21/01/2015	65992	230	* V	191.53
LYP7375	55826206E	03/01/2015	50100	162	* I	574.61
LYP7375	55826207E	03/01/2015	65992	230	* V	191.53
LYY4703	55827307E	07/02/2015	67261	230	* XVIII	127.69
LZD8061	55541368E	29/12/2014	64160	221	Unico	85.12
LZD8061	55541650E	29/12/2014	50100	162	* I	574.61
LZD8061	55824280E	13/01/2015	50100	162	* I	574.61
LZO1760	55825914E	09/01/2015	65992	230	* V	191.53
LZQ0226	55826275E	06/01/2015	69120	232		53.20
LZS3922	55542849E	18/01/2015	50100	162	* I	574.61
LZS3922	55542850E	18/01/2015	65992	230	* V	191.53
LZS3922	55539488E	18/01/2015	69120	232		53.20
LZS3922	55539494E	18/01/2015	50100	162	* I	574.61
MAC0850	55826310E	13/01/2015	50292	162	* II	957.69
MAD0245	55826157E	05/01/2015	65992	230	* V	191.53
MAK1818	55825045E	02/12/2014	67261	230	* XVIII	127.69
MAS2304	55822931E	08/02/2015	69120	232		53.20
MAV2847	55824211E	08/01/2015	65992	230	* V	191.53
MAW3783	55825418E	10/12/2014	65561	230	* I	191.53
MAX8895	55826390E	12/01/2015	67261	230	* XVIII	127.69
MBI8547	55827495E	07/02/2015	50100	162	* I	574.61
MBI8547	55827496E	07/02/2015	65992	230	* V	191.53
MBK5801	55826006E	16/12/2014	64321	223		127.69
MBO4028	55540884E	08/09/2014	50450	162	* V	191.53
MBT1299	55826192E	07/01/2015	50450	162	* V	191.53
MBT1299	55826193E	07/01/2015	69120	232		53.20
MBT1299	55826195E	07/01/2015	65992	230	* V	191.53
MBT1299	55826196E	07/01/2015	67261	230	* XVIII	127.69
MBV9184	55824027E	11/01/2015	67261	230	* XVIII	127.69
MBV9184	55826523E	11/01/2015	75790	277		1915.38
MBW1273	55825945E	19/01/2015	67000	230	* XVI	127.69
MBW1273	55825944E	19/01/2015	67261	230	* XVIII	127.69
MBW5645	55826268E	29/12/2014	50100	162	* I	574.61
MCB7177	55826452E	08/01/2015	69120	232		53.20
MCE2035	55823769E	14/01/2015	65992	230	* V	191.53
MCE2035	55823770E	14/01/2015	50100	162	* I	574.61
MCF7937	55823485E	18/01/2015	65992	230	* V	191.53
MCI4524	55825950E	21/01/2015	69120	232		53.20
MCV9206	55081812E	12/09/2014	65992	230	* V	191.53
MDC0451	55825970E	06/01/2015	50100	162	* I	574.61
MDC0451	55825971E	06/01/2015	69120	232		53.20
MDC0451	55825972E	06/01/2015	65992	230	* V	191.53
MDD3773	55826477E	21/01/2015	50100	162	* I	574.61
MDG5929	55825913E	09/01/2015	66372	230	* IX	127.69
MDM9083	55826376E	07/01/2015	50100	162	* I	574.61
MDO5908	55825984E	09/01/2015	50100	162	* I	574.61
MDO5908	55825985E	09/01/2015	65992	230	* V	191.53
MDP8783	55826431E	02/01/2015	65561	230	* I	191.53
MDP9917	55826073E	19/01/2015	65992	230	* V	191.53
MDQ9263	55826902E	14/01/2015	66372	230	* IX	127.69
MDW3425	55822986E	04/12/2014	66020	230	* VI	191.53
MEA7925	55826173E	06/01/2015	64160	221	Unico	85.12
MEC9740	55539223E	16/11/2014	66102	230	* VII	127.69
MEF6789	55824261E	22/12/2014	50450	162	* V	191.53
MEH0319	55826175E	06/01/2015	65992	230	* V	191.53
MEW3988	55825387E	03/02/2015	50100	162	* I	574.61
MEW3988	55825388E	03/02/2015	50610	163	c/c 162 * I	574.61
MEY2361	55825864E	26/12/2014	67261	230	* XVIII	127.69
MEY2361	55825865E	26/12/2014	64160	221	Unico	85.12
MEY2361	55825863E	26/12/2014	50100	162	* I	574.61
MEY3757	55825003E	20/11/2014	65992	230	* V	191.53
MEY3757	55825004E	20/11/2014	50450	162	* V	191.53
MEZ2663	55821561E	25/10/2014	51691	165		1915.38

MFF9715	55822926E	07/02/2015	66372	230	*	IX	127.69
MFG4937	55826306E	13/01/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MFM5035	55826174E	06/01/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MFT6173	55824028E	19/01/2015	66372	230	*	IX	127.69
MFT6173	55824030E	19/01/2015	52741	175			1915.38
MFU1508	55826467E	21/01/2015	66700	230	*	XIII	127.69
MFU3275	55824199E	02/12/2014	50100	162	*	I	574.61
MFW0701	55826436E	02/01/2015	69120	232			53.20
MGC7958	55826158E	05/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MGC7958	55826159E	05/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MGJ3379	55826104E	07/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MGU3940	55826456E	08/01/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MGW6797	55824283E	13/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MGW6797	55824282E	13/01/2015	69120	232			53.20
MGX6632	55826466E	21/01/2015	50450	162	*	V	191.53
MGY8341	55541245E	24/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MGY8341	55541246E	24/01/2015	69120	232			53.20
MHA6519	55826652E	06/01/2015	66102	230	*	VII	127.69
MHL0298	55826365E	07/01/2015	65564	230	*	I	191.53
MHL4378	55825269E	19/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MHU1855	55541248E	24/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MHY8117	55826326E	20/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MHZ0392	55826205E	24/12/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MIC6862	55826163E	05/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MIC6862	55826164E	05/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MIC6862	55826165E	05/01/2015	66372	230	*	IX	127.69
MIF8214	55827472E	03/02/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MII8322	55823853E	11/10/2014	65992	230	*	V	191.53
MIN3642	55541512E	15/01/2015	52820	176	*	I	957.69
MIO0365	55826019E	13/01/2015	50610	163	c/c 162	* I	574.61
MIP3947	55085865E	03/01/2015	50100	162	*	I	574.61
MJA0752	55825969E	05/01/2015	64080	221			85.12
MJA4174	55086921E	05/02/2015	50100	162	*	I	574.61
MJA4174	55086922E	05/02/2015	66102	230	*	VII	127.69
MJA4174	55086923E	05/02/2015	65561	230	*	I	191.53
MJB3670	55541365E	30/12/2014	66371	230	*	IX	127.69
MJB3670	55541366E	30/12/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MJF0699	55825836E	18/12/2014	65992	230	*	V	191.53
MJF0699	55825837E	18/12/2014	67261	230	*	XVIII	127.69
MJH9442	55825987E	14/01/2015	52900	176	*	II	957.69
MJH9442	55825988E	14/01/2015	66371	230	*	IX	127.69
MJZ6960	55826200E	07/01/2015	69120	232			53.20
MJZ6960	55826360E	07/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MJZ6960	55826361E	07/01/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MKQ7684	55826377E	07/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MLG1811	55826312E	13/01/2015	65992	230	*	V	191.53
MLU4797	54770493E	23/12/2014	50100	162	*	I	574.61
MMH2211	55826403E	23/12/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MMK0458	55826349E	22/01/2015	67261	230	*	XVIII	127.69
MMK0458	55826350E	22/01/2015	50450	162	*	V	191.53
MMM1948	55827187E	03/02/2015	64160	221		Unico	85.12
MOH4007	55826522E	11/01/2015	75790	277			1915.38
NJK5878	55825978E	09/01/2015	66371	230	*	IX	127.69
NJK5878	55825982E	09/01/2015	69120	232			53.20
QHA5507	55826012E	08/01/2015	69120	232			53.20
QHB5325	55539487E	18/01/2015	50100	162	*	I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2010/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2010/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
APE7489	55826280E	07/01/2015	60501	208	191.53
AUI3213	55825402E	26/11/2014	53800	181 * I	85.12
AVB0695	55826504E	06/01/2015	55414	181 * XVII	53.20
CSJ4481	55826223E	11/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
IJK7202	55541296E	11/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
IMD3927	55062460D	13/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
LYM8799	55826065E	11/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
LZR3504	55823526E	26/10/2014	54521	181 * VIII	127.69
MAM8243	55826602E	31/12/2014	70301	244 * I	191.53
MAW3783	55825419E	10/12/2014	70561	244 * III	191.53
MAY0936	55539120E	06/11/2014	55414	181 * XVII	53.20
MBA9341	55826063E	10/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MBO4497	55827188E	03/02/2015	54527	181 * VIII	127.69
MBV0933	55824560E	25/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MCL3034	55826056E	03/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MDC0451	55825973E	06/01/2015	58194	193	574.61
MDC0451	55825975E	06/01/2015	70302	244 * I	191.53
MDP9917	55826072E	19/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MEF6532	55827166E	21/01/2015	51930	168	191.53
MEF8957	55542086E	15/01/2015	55415	181 * XVII	53.20
MEG2749	54768392E	13/01/2015	57200	186 * I	127.69
MEG3342	55087691E	06/01/2015	54521	181 * VIII	127.69
MEG3342	55087692E	06/01/2015	54522	181 * VIII	127.69
MEM2880	55826069E	19/01/2015	55500	181 * XVIII	85.12
MEY1180	55538231E	10/01/2015	53980	181 * II	53.20
MFG3663	55823440E	24/12/2014	60171	206 * III	191.53
MFT6173	55824023E	19/01/2015	70561	244 * III	191.53
MIL6058	55826722E	15/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
MIM8345	55088770E	09/01/2015	58431	196	127.69
MIM8345	55088771E	09/01/2015	51851	167	127.69
MIN3642	55541513E	15/01/2015	58350	195	127.69
MIN3642	55541514E	15/01/2015	52151	170	191.53
MIP3947	55085866E	03/01/2015	70561	244 * III	191.53

MJN6496	55826506E	07/01/2015	55416	181	*	XVII	53.20
MJW3815	55826202E	24/12/2014	54521	181	*	VIII	127.69
MKG6184	55826507E	09/01/2015	54600	181	*	IX	85.12
MLE8454	54446633E	11/12/2014	54521	181	*	VIII	127.69
MLW5705	55825406E	28/11/2014	73740	253			191.53
MMI6430	55825437E	29/12/2014	55411	181	*	XVII	53.20
NJK5878	55825980E	09/01/2015	73662	252	*	VI	85.12
OCA9405	55825484E	21/01/2015	55500	181	*	XVIII	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2013/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2013/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEU3458	55826489E	26/01/2015	65992	230 * V	191.53
MGY8341	55541247E	24/01/2015	66372	230 * IX	127.69
MIE9008	55539824E	25/01/2015	50450	162 * V	191.53
MIH0508	55821085E	05/02/2015	52741	175	1915.38
MIH0508	55821089E	05/02/2015	50292	162 * II	957.69
MIH0508	55821092E	05/02/2015	66371	230 * IX	127.69
MIH0508	55821093E	05/02/2015	66102	230 * VII	127.69
MOH4007	55824026E	11/01/2015	65564	230 * I	191.53
NJK5878	55825979E	09/01/2015	67261	230 * XVIII	127.69
NJK5878	55825981E	09/01/2015	50100	162 * I	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SAO JOSE/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2014/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2014/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ITW4611	55822167E	15/01/2015	60843	211	127.69
IVF1249	55826731E	29/01/2015	54521	181 * VIII	127.69
MFT6173	55824029E	19/01/2015	58350	195	127.69
MIH0508	55827482E	04/02/2015	58350	195	127.69
MIH0508	55821086E	05/02/2015	58350	195	127.69
MIH0508	55821087E	05/02/2015	58191	193	574.61
MIH0508	55821088E	05/02/2015	52152	170	191.53
MIH0508	55821091E	05/02/2015	59320	203 * II	957.69
MIH0508	55821090E	05/02/2015	57200	186 * I	127.69
MLT4760	55825376E	22/01/2015	55414	181 * XVII	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2007/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2007/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ANI0861	55942448E	23/03/2015	65561	230 * I
AST0434	54446259E	13/03/2015	65992	230 * V
BGT5445	55942882E	31/03/2015	69120	232
CJP5434	55942833E	24/03/2015	50100	162 * I
CMJ0946	55827540E	05/03/2015	67261	230 * XVIII
CTC7023	55823496E	26/03/2015	66372	230 * IX
CTM6750	55827876E	25/03/2015	50100	162 * I
DJY3066	55942446E	23/03/2015	50100	162 * I
DJY3066	55942447E	23/03/2015	65564	230 * I
DUA8624	55942319E	04/03/2015	67261	230 * XVIII
EHR3763	55942538E	23/03/2015	50100	162 * I
EHR3763	55942539E	23/03/2015	67261	230 * XVIII
FEC7557	55827871E	25/03/2015	67261	230 * XVIII
HRE9597	55942531E	23/03/2015	50100	162 * I
HRE9597	55942532E	23/03/2015	50610	163 c/c 162 * I
HRE9597	55942533E	23/03/2015	69120	232
HSX6759	55942824E	24/03/2015	65992	230 * V
HSX6759	55942825E	24/03/2015	66102	230 * VII
ICM3619	55827895E	26/03/2015	66102	230 * VII
IGK9692	55942558E	06/03/2015	67261	230 * XVIII
IKL8113	55822437E	04/04/2015	66102	230 * VII
IML5105	55943256E	31/03/2015	65992	230 * V
INQ3931	55082219E	07/03/2015	50100	162 * I
INT2789	55827198E	03/03/2015	66020	230 * VI
KKP7824	54768500E	04/03/2015	67261	230 * XVIII
KKP7824	54768498E	04/03/2015	50291	162 * II
KKP7824	54768499E	04/03/2015	65992	230 * V
KND4233	55942589E	14/03/2015	66102	230 * VII
KND4233	55942590E	14/03/2015	67000	230 * XVI
LAZ6528	55540583E	03/04/2015	65992	230 * V
LAZ6528	55540584E	03/04/2015	66290	230 * VIII
LWU5932	55158826C	20/03/2015	65992	230 * V
LWU5932	55158827C	20/03/2015	50100	162 * I
LWU5932	55158828C	20/03/2015	50610	163 c/c 162 * I
LXZ4031	55827607E	18/03/2015	50100	162 * I
LXZ4031	55827608E	18/03/2015	50610	163 c/c 162 * I
LYB6517	55823491E	24/03/2015	65992	230 * V
LYB6517	55823492E	24/03/2015	65800	230 * IV
LYB6517	55823493E	24/03/2015	67261	230 * XVIII
LYC8464	55942612E	26/03/2015	66371	230 * IX
LYC8464	55942613E	26/03/2015	66372	230 * IX
LYC8464	55942614E	26/03/2015	67261	230 * XVIII
LYR1439	55827864E	23/03/2015	67261	230 * XVIII
LYT7083	55827851E	23/03/2015	66102	230 * VII
LYT7083	55942450E	23/03/2015	67261	230 * XVIII
LYU0612	55081845E	28/03/2015	51691	165
LZD4393	55942895E	01/04/2015	65561	230 * I
MAH1161	55827899E	26/03/2015	66610	230 * XII

MAJ4902	55942761E	16/03/2015	66372	230	*	IX
MAK7975	55942335E	09/03/2015	67261	230	*	XVIII
MAR2607	55827900E	26/03/2015	66371	230	*	IX
MAR2607	55827893E	26/03/2015	50100	162	*	I
MAR2607	55827894E	26/03/2015	65992	230	*	V
MAR2607	55827898E	26/03/2015	67261	230	*	XVIII
MAX3967	54568571C	26/03/2015	65992	230	*	V
MAX7016	55942870E	31/03/2015	50100	162	*	I
MAX7016	55942871E	31/03/2015	65992	230	*	V
MBN5070	55943152E	26/03/2015	65564	230	*	I
MBN5070	55943201E	26/03/2015	65992	230	*	V
MBN5070	55943202E	26/03/2015	67261	230	*	XVIII
MBY1089	55540588E	03/04/2015	65992	230	*	V
MCA3308	55827891E	26/03/2015	67000	230	*	XVI
MCD1236	55824787E	28/03/2015	65992	230	*	V
MCG5566	55942323E	04/03/2015	50100	162	*	I
MCO7837	55827882E	25/03/2015	65561	230	*	I
MCS8996	55942325E	04/03/2015	66102	230	*	VII
MCY3174	55827356E	26/03/2015	65561	230	*	I
MCY8077	55942311E	03/03/2015	65564	230	*	I
MDD3382	55825310E	06/03/2015	50100	162	*	I
MDD3382	55825312E	06/03/2015	65561	230	*	I
MDD5332	55942440E	23/03/2015	50100	162	*	I
MDL0662	55822349E	04/03/2015	67261	230	*	XVIII
MDN5538	55539411E	23/03/2015	50100	162	*	I
MDN5538	55539415E	23/03/2015	50610	163	c/c 162	* I
MDN5538	55539412E	23/03/2015	65992	230	*	V
MDN5538	55539414E	23/03/2015	64160	221		Unico
MDQ4667	55942449E	23/03/2015	64080	221		
MDQ5340	55827752E	04/04/2015	67000	230	*	XVI
MDV8685	55942873E	31/03/2015	67261	230	*	XVIII
MEB0065	55942898E	01/04/2015	69120	232		
MEC9022	55823498E	28/03/2015	50100	162	*	I
MEC9022	55823499E	28/03/2015	69120	232		
MEC9022	55823500E	28/03/2015	66372	230	*	IX
MEC9022	55827702E	28/03/2015	67261	230	*	XVIII
MEC9022	55827703E	28/03/2015	73400	252	*	IV
MEH4507	55942832E	24/03/2015	65992	230	*	V
MEI0576	55827896E	26/03/2015	66102	230	*	VII
MEI7016	55942544E	23/03/2015	50100	162	*	I
MEI7016	55942545E	23/03/2015	69120	232		
MEN0416	55824856E	07/03/2015	50450	162	*	V
MEU4040	55942829E	24/03/2015	65992	230	*	V
MFL6983	55942858E	26/03/2015	67000	230	*	XVI
MFV3575	55943259E	01/04/2015	67261	230	*	XVIII
MFZ1622	55826737E	17/03/2015	50100	162	*	I
MFZ1622	55826738E	17/03/2015	66371	230	*	IX
MGC2563	55827890E	26/03/2015	65561	230	*	I
MGN3827	55827884E	25/03/2015	64080	221		
MGN3827	55827887E	25/03/2015	67000	230	*	XVI
MGO4681	55942771E	28/03/2015	51691	165		
MGS7841	55827541E	05/03/2015	64160	221		Unico
MGS9736	55540595E	04/04/2015	66102	230	*	VII
MGW7760	55086932E	22/03/2015	51691	165		
MGW8101	55942334E	09/03/2015	65561	230	*	I
MHB3516	55942856E	26/03/2015	67000	230	*	XVI
MHH9345	55942309E	03/03/2015	65564	230	*	I
MHK0016	55539848E	02/03/2015	64080	221		
MID3463	55943255E	31/03/2015	65992	230	*	V
MIE3761	55827892E	26/03/2015	50100	162	*	I
MIU7637	55942810E	17/03/2015	67000	230	*	XVI
MIV7949	55942608E	26/03/2015	67261	230	*	XVIII
MJD5277	55943151E	25/03/2015	73400	252	*	IV

MJD9586	55942850E	26/03/2015	67261	230	*	XVIII
MJF4660	55823283E	18/03/2015	65992	230	*	V
MJZ4463	55942543E	23/03/2015	67261	230	*	XVIII
MKD9690	55943257E	01/04/2015	67000	230	*	XVI
MKD9690	55943258E	01/04/2015	65992	230	*	V
MKK4731	55086939E	02/04/2015	69120	232		
MKK4731	55086940E	02/04/2015	67261	230	*	XVIII
MLL2572	55918223D	01/04/2015	73400	252	*	IV
MLU1583	55942549E	25/03/2015	64080	221		
MLU1583	55942548E	25/03/2015	69120	232		
MLW1731	55827958E	23/03/2015	50100	162	*	I
MMD1505	55539535E	04/04/2015	65992	230	*	V
OKG1435	55828084E	22/03/2015	50100	162	*	I
QHF8490	55541524E	29/03/2015	65800	230	*	IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2008/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2008/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGS7628	55827667E	10/03/2015	54600	181 * IX
AQR8548	55827956E	23/03/2015	55500	181 * XVIII
BBE2010	55828100E	29/03/2015	58350	195
BHG0463	55158825C	15/03/2015	54790	181 * X
CYG4222	55827671E	10/03/2015	54521	181 * VIII
HXF6861	55081838E	26/02/2015	55500	181 * XVIII
KWG2761	55827680E	22/03/2015	57380	186 * II
LYK5324	55942385E	27/03/2015	57380	186 * II
MAJ4902	55942760E	16/03/2015	55500	181 * XVIII

MCD1236	55824786E	28/03/2015	55500	181	*	XVIII
MDD3382	55825311E	06/03/2015	58350	195		
MDR7961	55942370E	16/03/2015	55500	181	*	XVIII
MDW0851	55827615E	19/03/2015	73662	252	*	VI
MEN0734	55942537E	23/03/2015	54600	181	*	IX
MFL6983	55942857E	26/03/2015	60760	210		
MGC8673	55827313E	06/03/2015	55500	181	*	XVIII
MGW3669	55827819E	09/03/2015	55500	181	*	XVIII
MHF4387	55827550E	06/03/2015	55500	181	*	XVIII
MHW9756	55942523E	09/03/2015	57380	186	*	II
MIJ7264	55827820E	10/03/2015	55500	181	*	XVIII
MJA7244	55942353E	28/02/2015	55500	181	*	XVIII
MJD5277	55942550E	25/03/2015	59670	203	*	V
MJF3100	55827611E	19/03/2015	51851	167		
MJF4660	55823276E	18/03/2015	54600	181	*	IX
MJF4660	55823282E	18/03/2015	55250	181	*	XV
MKG0509	55824233E	02/04/2015	73662	252	*	VI
MLA9129	55827309E	06/03/2015	55500	181	*	XVIII
MLG1438	55942966E	01/04/2015	73662	252	*	VI
MLL2572	55918224D	01/04/2015	60501	208		
MLO0605	54446640E	25/02/2015	55411	181	*	XVII
MLW1731	55827957E	23/03/2015	55500	181	*	XVIII
MML1848	55827446E	20/03/2015	60412	207		
MTI1473	55088791E	27/02/2015	51851	167		
OKG1435	55828083E	22/03/2015	70301	244	*	I
OKG1435	55828085E	22/03/2015	70481	244	*	II
QHK7131	55539532E	27/03/2015	70561	244	*	III

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 18 DE ABRIL DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2011/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2011/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BYA3094	55942515E	06/03/2015	65992	230 * V
GZF5756	55942586E	14/03/2015	65992	230 * V
IGK7907	55827339E	12/03/2015	65992	230 * V
IGK7907	55827341E	12/03/2015	67261	230 * XVIII
IGK7907	55827342E	12/03/2015	66290	230 * VIII
LZX3792	55822440E	04/04/2015	67000	230 * XVI
MBM7178	55942557E	06/03/2015	65992	230 * V
MGF6425	55087192E	11/03/2015	65992	230 * V
MGF6425	55087193E	11/03/2015	69120	232
MGS6552	55942599E	16/03/2015	65992	230 * V
MHR5499	55827349E	12/03/2015	67261	230 * XVIII
MHR5499	55827350E	12/03/2015	69120	232
MIE1553	55942510E	05/03/2015	50100	162 * I
MIE1553	55942511E	05/03/2015	67261	230 * XVIII
MIE1553	55942512E	05/03/2015	64160	221 Unico
MJC9368	55942862E	27/03/2015	67000	230 * XVI
MJU5182	55942582E	13/03/2015	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2012/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2012/2015.

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KME3687	55827823E	11/03/2015	55500	181 * XVIII
MIV4256	55540310E	11/03/2015	58350	195



MIV4256	55540311E	11/03/2015	64830	227 * I
MIV4256	55540309E	11/03/2015	51852	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 25 DE ABRIL DE 2015.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

